



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

O *PERCEPTRON*:

Ensaio sobre mediação, subjetividade neoliberal e sujeição algorítmica

LÚCIO PEREIRA MELLO

BRASÍLIA | 2024

LUCIO PEREIRA MELLO

O *PERCEPTRON*:

Ensaio sobre mediação, subjetividade neoliberal e sujeição algorítmica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB, na área de concentração Comunicação e Sociedade, linha de investigação: Imagem, Estética e Cultura Contemporânea, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto.

BRASÍLIA
2024

LUCIO PEREIRA MELLO

O *PERCEPTRON*:

Ensaio sobre mediação, subjetividade neoliberal e sujeição algorítmica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB, na área de concentração Comunicação e Sociedade, linha de investigação: Imagem, Estética e Cultura Contemporânea, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto
PPGCOM - FAC/UNB

Prof. Dr. Sivaldo Pereira
PPGCOM -FAC/UNB

Profa. Dra. Leticia Cesarino
Departamento de Antropologia /UFSC

Prof. Dr. Paulo César Castro
IBICT/UFRJ

Suplente: Prof. Dr. Pablo Gonçalo Martins
PPGCOM - FAC/UNB

*Para Bianca, Jéssica e Heitor,
presentes que a vida me deu.*

RESUMO

A midiatização é um conceito que emerge nos anos 1970 inicialmente associado aos campos da comunicação social e das ciências políticas interessadas na questão dos efeitos da mídia na sociedade. Porém, desde o final da década de 1990, pode ser encontrado em outros campos, com deslocamentos de sentidos e outras acepções. A partir dos anos 2000, pode-se identificar a emergência de uma concepção de midiatização em que a lógica da algoritmização e do aprendizado maquínico assumem centralidade sob o paradigma da plataforma (Van Dijck, 2018 e Snircek, 2016). Este trabalho busca compreender, tendo o ensaio como método de análise e metodologia, a conformação de uma midiatização algorítmica, capaz de articular as dimensões simbólicas, gerenciais e técnicas por meio de interfaces (Virilio), se constituindo desta forma como dispositivo central da governamentalidade neoliberal que permite identificar a emergência de novos dispositivos de poder. (Foucault). Para isso, numa primeira parte, buscamos compreender a subjetividade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), em que a figura do empreendedor de si e o paradigma de self (Cesarino, 2022) se articulam com a materialização de uma ordem técnica baseada na cibernética, que, por sua vez, produz mecanismos de sujeições a partir do aparato técnico da informática e do digital. Na segunda parte, apresentamos uma breve genealogia da midiatização como processo e, tendo a dimensão territorial como perspectiva, procuramos entender a relação entre midiatização e territorialização a partir de contribuição de Milton Santos (2008a). O estudo sinaliza para a emergência e a consolidação de um dispositivo (Foucault, 2008b) motor de uma economia política das sensações (Agre, 1994), capaz de articular aspectos da subjetividade e da objetivação técnica pela lógica da midiatização algorítmica. Propomos que presenciamos a emergência de um novo dispositivo, o *perceptron*, que, a exemplo do *panopticon* foucaultiano, se instaura como constructo capaz de articular saberes-poderes, regimes de verificação e razões de governo. Concluimos sinalizando, ainda que de forma exploratória, desdobramentos na dissonância cognitiva e desafios para a prática cidadã.

Palavras-chave: perceptron; midiatização; governamentalidade; sujeição algorítmica; território

ABSTRACT

Mediatization is a concept that emerged in the 1970s, initially associated with Communications and Political Science interested in the effects of the media on everyday life. However, since the late 1990s, it can be found in other fields, with shifting meanings and other definitions. Since the 2000s, we can identify the emergence of a conception of mediatization in which the logic of algorithmization and machine learning assumes centrality under the platform paradigm (Van Dijck, 2018 and Snircek, 2016). This work seeks to understand, using the essay as a method of analysis, the formation of an algorithmic mediatization, capable of articulating symbolic, managerial and technical dimensions through interfaces (Virilio) constituting itself as a core device of neoliberal governmentality and the rising of a new apparatus (Foucault). To achieve

this objective, in the first part, we seek to understand how neoliberal subjectivity (Dardot; Laval, 2016) articulates the figure of the self-entrepreneur and the paradigm of the self (Cesarino, 2022) with the materialization of a technical order based on cybernetics which, in turn, produces mechanisms of subjection based on the information and digital technical devices. In the second part, we present a brief genealogy of mediatization as process and, based on the territorial dimension, we try to understand the relationship between mediatization and territorialization (Santos, 2008a). The study points to the emergence and consolidation of an apparatus (Foucault, 2008b), as an engine of a political economy of sensations (Agre, 1994), capable of articulating subjectivity and technical objectification through algorithmic mediatization. We propose that we are witnessing the emergence of a new apparatus, the *perceptron*, that, as in the Foucauldian *panopticon*, establishes a device that articulates original forms of knowledge-powers, regimes of veridiction and reasons of government. We conclude by pointing out, albeit in an exploratory way, developments in cognitive dissonance and challenges for citizen practice.

KEYWORDS: perceptron; mediatization; governmentality; algorithmic subsumption; territory

RIASSUNTO

La mediatizzazione emerge in quanto un concetto negli anni '70, inizialmente associato alla comunicazione sociale e alle scienze politiche, impegnate nell'analisi degli effetti dei media sulla società. Tuttavia, a partire dal fine degli anni '90, si presenta in altri campi, con significati diversi e altre accezioni. Dal 2000 in poi, possiamo individuare l'emergere di una concezione di mediatizzazione nel quale la logica dell'algorithmizzazione e dell'apprendimento automatico assumono un ruolo centrale nell'ambito del paradigma piattaforma (Van Dijck, 2018 e Snircek, 2016). Questo lavoro cerca di comprendere, utilizzando il saggio come metodo di analisi, la formazione di una mediatizzazione algoritmica, capace di articolare le dimensioni simboliche, gestionali e tecniche attraverso le interfacce (Virilio, 2014), costituendosi così come un dispositivo centrale della governamentalità neoliberale (Foucault). Nella prima parte cerchiamo di comprendere la soggettività neoliberale (Dardot; Laval, 2016), in cui la figura dell'auto-imprenditore e il paradigma di self (Cesarino, 2022) si articolano con la materializzazione di un ordine tecnico cibernetico, che a sua volta produce meccanismi di assoggettamento basati sull'apparato tecnico dell'informatica e del digitale. Nella seconda parte, presentiamo una genealogia della mediatizzazione come processo e, assumendo la dimensione territoriale come prospettiva, cerchiamo di comprendere la relazione tra questo concetto e la territorializzazione (Santos, 2008a). Lo studio evidenzia il consolidarsi di un dispositivo (Foucault, 2008b) che spinge un'economia politica delle sensazioni (Agre, 1994), capace di articolare aspetti della soggettività e dell'oggettivazione tecnica attraverso la logica della mediatizzazione algoritmica. Proponiamo che assistiamo all'emergere di un dispositivo, il *perceptron*, che, come il *panopticon* foucaultiano, si afferma come un costrutto capace di articolare nuovi saperi-poteri, regimi di veridizioni e ragioni di governo. Concludiamo segnalando, anche se in modo esplorativo, gli effetti nella dissonanza cognitiva e le sfide per la cittadinanza.

Parole-chiave: perceptron; mediatizzazione; governamentalità; soggezione algoritmica; territorio

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que diretamente ou indiretamente auxiliaram nessa empreitada. Primeiramente, ao meu orientador, Tiago Quiroga, que sempre acreditou na pesquisa e auxiliou para que ela refletisse questões pertinentes à contemporaneidade de forma crítica e aprofundada.

Aos professores Giuseppe Cocco e Claudia Sanz e suas contribuições valiosas na qualificação. A ambos sou tributário dos seus excelentes grupos de pesquisa e reflexão, que, de alguma forma foram essenciais para a escrita respectivamente dos capítulos 2 e 3.

Aos professores do PPGCOM FAC/UnB e aos servidores que permitem que as questões administrativas se transformem em conhecimento. Aos funcionários terceirizados e precarizados que fazem da UnB espaço de pesquisa, mas também de acolhimento.

Agradeço aos entrevistados que gentilmente me acolheram para dialogar sobre a pesquisa: Stig Hajvard, Andreas Hepp, Jonas Valente, Bruno Melgaço, Andrés Jansson, Helena Atteneder, Sandro Chignola, Geert Lovink e Francisco Klausner. Um agradecimento especial à confiança do professor Alessandro Delfanti, por ter aberto as portas da Universidade de Toronto, apesar de não terem sido dadas as condições materiais para o período de pesquisa.

Às colegas Tatiana, Yannet, Viviane e Rose, que também muito contribuíram para o aprimoramento desse trabalho, apresentando propostas e apontando melhorias quando necessário sempre de forma construtiva.

Ao Incra, essa sofrida e fundamental autarquia, de missão nobre: dar terra para que nela famílias trabalhem e produzam alimentos de qualidades para todos. Aos colegas do setor de capacitação que tornaram realidade o afastamento remunerado que me permitiu a escrita da tese. Agradeço a paciência dos colegas da Ascom do Incra: César, André, Aline, Flávio, Reginaldo, Denise e Telma, que seguraram a onda enquanto estive afastado.

Agradeço ao serviço público federal por concurso, em especial à lei 8112, por entender que ser servidor é também ter a oportunidade de aprimorar pelo estudo a atividade nobre de servir ao povo brasileiro. À universidade pública brasileira, espaço de construção da cidadania, e vetor de transformação da vida de muitos brasileiros de classe trabalhadora como eu.

Um grito de presente para Rafael Fortes e Mario Duayer e para a colega de CEASM e de *O Cidadão*, Marielle Franco (*in memoriam*). O primeiro pela amizade e franqueza. O segundo por tudo o que fez em sua carreira acadêmica e por me estimular a seguir pesquisando, inclusive me apresentando o Concerto de Kohl de Keith Jarret, que embalou vários momentos de escrita. A terceira, por ter sido luz e guia pela retidão de caráter e coragem.

À família ampliada: Márcia, Chico, Sérgio, Marcos, Marília, Januária, Mani, Fátima Adam, Sonete, Renata, Álvaro, Renato (*in memoriam*), além de tios e primos queridos. Aos queridos “padoan” Franco, Alberto, Ornella, Maria Cristina e em especial Riccardo De Danieli, amigo para toda hora, irmão que a vida me deu.

Não posso esquecer do apoio emocional de Luke e Lisa, criaturas que, nos momentos de dificuldade, estiveram ao meu lado oferecendo companheirismo incondicional.

Agradeço em especial a meus amados filhos, Heitor e Jéssica, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência. Que esse trabalho possa um dia ser lido por vocês e que ele seja entendido como parte da busca de um mundo melhor! Por fim e em especial, à minha companheira, amor de toda a vida, Bianca. Sem o seu apoio, não sei se teria chegado ao fim. Obrigado por ser parte dessa jornada!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mafalda e a Televisão	33
Figura 2 - Cabos submarinos de telecomunicação	38
Figura 3 - Órbitas de satélites em funcionamento.....	38
Figura 4 - Torres de Celular 4G– Operadora Claro São Paulo.	39
Figura 5 – Exposição por bombom	69
Figura 6 – Só o semáforo pode parar a lógica do empreendedorismo	72
Figura 7 - O leilão pelo menor preço da mão de obra e quarteirização do trabalho	73
Figura 8 - Acordo de confidencialidade Freelancer	74
Figura 9- As máquinas de cálculo de Charles Babagge e Ada Lovelace	109
Figura 10 – Wolfram Alpha e a mathesis universalis pelo digital	121
Figura 11 Da <i>mathesis</i> , à taxonomia e agora a algoritmização	122
Figura 12 IBM 360	133
Figura 13 Computador Soviético:BESM-6	133
Figura 14 - Apple Lisa, um dos primeiros PCs com interface gráfica e mouse:.....	135
Figura 15 – <i>Data Centers</i> assumem a centralidade de fazendas de dados	142
Figura 16 - Londres e as redes de telégrafos como aspecto central do funcionamento do Império Britânico.	201
Figura 17 O Nooscópio de Matteo Pasquinelli	226
Figura 18 - Sophie-Charlotte Opitz, “Tempestade digital”, 2019.....	239

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Usuários da internet por ano (2005-2022)	36
Gráfico 2 – Acesso à internet por tipo de conexão (2015-2022).....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

API	<i>Application Programming Interface</i>
CEASM	Centro de Estudos de Ações Solidária da Maré
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CIO	<i>Chief Information Officer</i>
CSS	<i>Cascading Style Sheet</i>
CTO	<i>Chief Technology Officer</i>
DARPA	<i>Defense Advanced Research Projects Agency</i>
DIY	<i>Do It Yourself</i>
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
EUA	Estados Unidos da América
GUI	<i>Graphical User Interface</i>
HTML	<i>Hipertexto Mark Up Language</i>
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEI	Microempresário Individual
Minitel	<i>Médium interactif par numérisation d'information téléphonique</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SWIFT	<i>Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication</i>
TAR	Teoria Ator Rede
TCP/IP	<i>Transmission Control Protocol/Internet Protocol</i>
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UI	<i>User Interface</i>
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UX	<i>User Experience</i>
WYSIWYG	<i>What You See is What You Get</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

PARTE I – MDIATIZAÇÃO, SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL E SUJEIÇÃO ALGORÍTMICA

1. O CONTEMPORÂNEO E A MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA.....	33
1.1. A dimensão técnica e simbólica da midiatização	35
1.1.1. A interface e a dimensão simbólica da midiatização	39
1.1.2. A emergência da cibernética: novos alcances, novas coerções	49
1.1.3. A midiatização na pandemia: a dimensão do gerenciamento	51
1.2. A centralidade da midiatização para a economia contemporânea	55
1.2.1. Plataformizando a economia: novas midiatizações e cercamentos.....	63
1.2.2. Midiatização: socialização, consumo e trabalho.....	69
1.2.3. A interface e o freelancer: liberdade para quem?	72
2. MDIATIZAÇÃO, SUJEITO NEOLIBERAL E GOVERNAMENTALIDADE.....	76
2.1. Sobre a Governamentalidade.....	76
2.1.1. A mediação do poder na pólis na pastoralidade.....	77
2.1.2. As formas de governo da modernidade em formação.....	78
2.1.3. A irrupção da razão econômica: a mediação liberal	80
2.1.4. O nascimento do Homo Economicus.....	82
2.2. Ciclos de verificação da governamentalidade neoliberal	87
2.2.1. A emergência do neoliberalismo como governamentalidade	88
2.2.2. Hayek, informação e conhecimento na economia	91
2.2.3. Eficácia como meta da lógica empresarial.....	93
2.3. A produção do sujeito e as sujeições do biopoder.....	96
2.3.1. O sujeito do conhecimento e a informática.....	99
2.3.2. O <i>smartphone</i> , o <i>management</i> e o sujeito-empresa	101
2.3.3. A midiatização e o sujeito fragmentado.....	103
3. O DISPOSITIVO MDIATIZAÇÃO E A SUJEIÇÃO CIBERNÉTICA	107
3.1. Fundação e o recorte comunicacional	109
3.1.1. Falibilismo, pragmatismo e matemática em Weiner.....	111
3.1.2. O perceptron de Rosenblatt: captura e datificação do mundo	117
3.1.3. A Cibernética e a episteme da Comunicação Social.....	124
3.2. Implantação, consolidação e ubiquidade cibernética.....	128
3.2.1. A propagação	131
3.2.2. A implantação	136
3.2.3. Consolidação e ubiquidade	140
3.3. Críticas à cibernética enquanto ciência totalizante.....	145
3.3.1. Vieira Pinto e o escrutínio dialógico hibernado desde 1970.....	145
3.3.2. Céline Lafontaine e o Império Cibernético.....	150
3.3.3. Comitê Invisível e a hipótese cibernética: Tiqqun e o Bloor.....	152

PARTE II – ESPAÇO PLATAFORMIZADO, A EMERGÊNCIA DO PERCEPTRON E A DIMENSÃO CIDADÃ

4. POR UMA (BREVE) GENEALOGIA DA MDIATIZAÇÃO	158
4.1. A emergência da midiatização.....	158
4.1.1. Midiatização: essência, fenômeno, processo ou dispositivo?	158
4.1.2. O termo em várias línguas e a grafia em português	160
4.1.3. Esclarecimento sobre o termo mediação.....	161
4.1.4. Irrupções antes de segunda metade do século XX.....	162

4.2. A mediação se instaura.....	165
4.2.1. Dos meios, às mídias e de volta às mediações.....	165
4.2.2. Passagem da mediação à remediação.....	169
4.2.3. De processos mediados à mediação dos processos.....	172
4.3. Mediação e o Contemporâneo.....	175
4.3.1. Por uma leitura a contrapelo da mediação.....	175
4.3.2. Sobreposições, diálogos, cruzamentos e quadro analítico.....	181
4.3.3. As quatro fases da mediação.....	184
5. MEDIAÇÃO E TERRITÓRIO: O PERCEPTRON.....	188
5.1. Os territórios se mediam.....	188
5.1.1. Breve arqueologia do território como conceito moderno.....	190
5.1.2. O território se espalha e assume a dimensão contemporânea.....	194
5.1.3. A Mediação se territorializa.....	199
5.1.4. Interface, fratura morfológica e hipermediação.....	205
5.2. A contribuição de Milton Santos: os usos do território.....	209
5.2.1. A mediação se territorializa: três estágios.....	211
5.2.2. O retorno ao território, agora mediado.....	213
5.3. Mediação, <i>Perceptron</i> e território.....	216
5.3.1. Da Smart City à cidade plataformizada.....	217
5.3.2. Mediação, <i>bios</i> e a cidadania.....	218
5.3.3. Do panóptico ao perceptron.....	223
6. LINHAS DE FUGA: MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA, PERCEPTRON E A QUESTÃO DA CIDADANIA.....	229
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	242
8. ANEXOS.....	257
Anexo A1 - Entrevista Andreas Hepp – Inglês.....	257
Anexo A2 – Entrevista Andreas Hepp – Português.....	265
Anexo B1 – Entrevista Andrés Jansson - Inglês.....	273
Anexo B2 – Entrevista Andrés Jansson – português.....	277
Anexo C1 – Entrevista Geert Lovink – Inglês.....	281
Anexo C2 – Entrevista Geert Lovink – português.....	288
Anexo D1 – Entrevista Stig Hjarvard – Inglês.....	295
Anexo D2 – Entrevista Stig Hjarvard – Português.....	301
Anexo E1 – Entrevista Sadro Chignola - Italiano.....	308
Anexo E2 – Entrevista Sandro Chignola- português.....	316
Anexo F1 – Entrevista Lucas Melgaço - português.....	324
Anexo G1 – Entrevista Francisco Klauser – Inglês.....	330
Anexo G2 – Entrevista Francisco Klauser – Português.....	337
Anexo H1 – Entrevista Helena Atteneder – Inglês.....	344
Anexo H2 – Entrevista Helena Atteneder – português.....	349
Anexo I1 – Entrevista Jonas Valente – Oxford Fair Work.....	354

INTRODUÇÃO

Sendo jornalista de profissão, com mestrado em Geografia, minha trajetória profissional sempre oscilou entre a dimensão comunicacional e territorial. Filho de mãe geógrafa e de pai analista de sistemas, criado também por outro pai polímata – filósofo por mineirice e estudioso por autoditismo e amor ao conhecimento – sempre estive entre a comunicação, a informação, a filosofia e a geografia. Entre os vértices desse polígono, as dimensões afetivas, práticas, acadêmicas e profissionais sempre se entrecruzaram.

O dilema de escolher entre a faculdade de comunicação e a de geografia na graduação nunca foi superado. Por isso mesmo, este trabalho é uma tentativa de reunir tanto a dimensão geográfica como a comunicacional que sempre atravessaram minha existência. Na graduação em jornalismo, na Universidade Federal Fluminense (UFF), não foram poucas as aulas optativas, eletivas e como ouvinte, no agradável e sempre aberto a pesquisas interdisciplinares Campus do Valonguinho, onde estava a Faculdade de Geografia. A proximidade com a questão política e a militância no final dos anos 1990 e anos 2000 me aproximou gradativamente, por intermédio da generosa abertura de professores como Jorge Luis Barbosa e Jailson de Souza, ao Centro de Estudos de Ações Solidária da Maré (CEASM). Lá ajudei, mesmo que de forma relativamente incipiente, o jornal *O Cidadão da Maré*, experiência que marcou profundamente a minha tentativa de conciliar comunicação (comunitária, alternativa, contra hegemônica) e território. Desse esforço resultou a monografia de conclusão de curso: *O Cidadão da Maré: uma relação dialógica (2003)*, na qual analisei a relação entre uma mídia comunitária, sua espacialidade, seus simbolismos e a disputa de sentidos no fazer jornal da então em voga guerrilha semiótica.

A produção de sentido coletivo que foi a experiência de um jornal comunitário com tiragem de 20 mil exemplares, para uma região que envolvia mais de vinte bairros que compõem a Maré, ecoa até hoje na minha prática. A comunicação comunitária e contra hegemônica, aos poucos foi se deslocando para a discussão sobre comunicação pública e a atuação no coletivo Intervezes, em seu início. Essa militância proporcionou um deslocamento profundo das disputas na comunicação, que foram migrando da luta pela democratização da comunicação para a luta de assegurar mecanismos e formas de comunicação, que, por sua vez, deslocaram - se para a defesa do direito a comunicação.

Quando jornalista recém-formado, no Rio de Janeiro, vivenciei em menos de quatro anos o fim do ciclo do jornal impresso de banca, como Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, entre outros, que fecharam definitivamente. Em busca de estabilidade financeira, o concurso público se apresentou como alternativa viável e plausível em um cenário cada vez mais restrito para a atuação como jornalista de redação. De certo, por ser filho de profissional do Serpro no início da informatização do Brasil, o acesso precoce ao computador e à internet, sobretudo pela proximidade com pessoas como Carlos Afonso, do Ibase – responsável pelo primeiro servidor público para internet para entidades do terceiro setor na Eco 92, o Alternex –, me permitiu o domínio de ferramentas, linguagens e protocolos (Linux, DOS, uma frustrada tentativa de dominar o Unix), seguido sempre de conversas sobre o funcionamento do computador, da internet e seus protocolos e camadas técnicas. Esse conhecimento acessório ao nascente jornalismo digital me deu uma sobrevida para trabalhar com jornalismo e internet, uma época em que era necessário dominar o html, protocolos como ftp, bem como manusear, ainda que de forma básica, servidores de Mysql e bancos de dados básicos. Uma época em que as *camadas* (Benjamin Straton) da internet não eram ainda tão distantes umas das outras.

Depois desse período, o território se impôs novamente por meio da atuação profissional. Com apenas uma mala, fui em busca da estabilidade como servidor público em Brasília. Em 2005, trabalhei por um ano na TV Escola do MEC e depois entrei em meu atual emprego: jornalista concursado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Desde então, a relação entre comunicação e espaço, que era de ordem acadêmica, passou a incluir a terra e a dura vida dos que extraem seu sustento da agricultura, e o jogo político da representação das lutas dos movimentos sociais pela imprensa comercial, para dentro da minha vida.

Para um suburbano carioca como eu, trabalhar no Incra foi um retorno a memórias coletivas e corporais da Nilópolis dos meus avôs, com resquícios rurais da década de 1980. Memórias infantis, mas que não ocupavam mais meu imaginário de niteroiense classe média de Icaraí dos anos 1990, quando passei a assistir a MTV e filmes de ficção científica. Ir a campo pelo Incra, sobretudo quando fazia matérias jornalísticas em assentamentos, era de uma certa forma acompanhar a dinâmica rural brasileira na atualidade como *rugosidades* (Santos 2008a) de histórias e memórias dos avós maternos da Paraíba e de Pernambuco e de avós paternos do Vale do Paraíba fluminense.

Desde 2006, a terra e o território entraram definitivamente em meu radar com sua complexidade, centralidade, crueza e beleza, como é o caso da luta pela terra no Brasil. E como é o caso dos cercamentos e controles que vêm sendo impostos ao meio rural brasileiro desde

a colônia, passando pelo império escravocrata, os votos de cabrestos da República Velha e as estórias de Lampião contadas pela minha avó. Ou, logo depois, a revolução agrícola da década de 1940 e 1950, seguida da modernização conservadora dos anos 1970, sem esquecer da consolidação do agronegócio no final dos anos 1980 e suas transformações desde então. Um processo que segue excludente e em curso, com a consolidação de um agronegócio pujante, atrelado ao capital financeiro e a instituições de vanguarda como biogenética, logística, pesquisa e desenvolvimento, e informatização.

Na prática profissional, como servidor público e jornalista, vivenciei a emergência e consolidação do que foi se impondo também aos trabalhadores rurais. A dificuldade de viver com dignidade no campo que era tomado pela questão da terra, das lutas por ela e pelo controle de uma região, de um território. Nesse cenário a vontade de empreender uma análise crítica dos processos de comunicação foi gradativamente voltando a ocupar minha atenção. Dessa vez, tendo como referência a terra, o território e as suas materializações associadas à Comunicação Social, à dimensão informacional da comunicação e a seu aspecto central para a administração e o controle dos processos produtivos. Tanto a dimensão espacial como a comunicacional / informacional sempre se relacionaram em uma dimensão recorrente: a política, das relações de poder pelo simbólico, pela técnica e pela ocupação da terra.

Em 2008, no mestrado do Programa em Pós-Graduação em Geografia na Universidade de Brasília (PosGea/UnB), sob orientação da Profa. Dra. Marília Steinberger, estudei a relação entre geografia, técnica e política pública. Com a dissertação *Estado e Inserção Técnica no meio rural brasileiro: o Caso do Território Rural Vale do Rio Vermelho (GO)* (2008) analisei, pela perspectiva do espaço como conjunto indissociável de objetos e ações (Santos, 2008a), como políticas públicas, técnicas e usos do território se correlacionam, ora de forma solidária e ora contraditória. A dissertação apontou para os limites da inserção política dos agricultores familiares e das políticas públicas voltadas para eles, sobretudo por meio do crédito, mas também por outras medidas de cunho neoliberal. Sob a perspectiva de pensar políticas públicas territoriais, a pesquisa buscou mostrar o descompasso de um estado promotor da inserção técnica em duas vertentes: de um lado uma agricultura voltada para o mercado interno e de outro uma atividade agroexportadora profundamente imbricada a cadeias de valor ligadas ao capital financeiro internacional.

Após uma década e meia de dedicação à família pelo nascimento de dois filhos e as exigências que essa etapa implica, o doutorado se apresentou em 2019. O acúmulo do mestrado pareceu convergir para questões relativas ao aparato comunicacional, cada vez mais voltado para a dimensão organizativa da produção na contemporaneidade. O desafio posto era

compreender as profundas mudanças que, desde a década de 2010, tanto a comunicação como a geografia estavam passando com o advento do digital e o uso ubíquo da comunicação pelo paradigma da informação, efetuando transformações nas mais diferentes dimensões da vida, nas formas de comunicar e de se pensar o espaço, o *estar-no-mundo* (Heidegger, 2018).

Na geografia, tal processo podia ser percebido em especial na dimensão produtiva, na relação entre agricultura, reforma agrária e tecnologia. Sobretudo pelo modelo de agronegócio, que induz uma forte carga de capital financeiro, tecnologia e administração para modelos produtivos de produção agrícola em larga escala voltada para a exportação. Estudar o agronegócio e sua forma sedutora para os agricultores familiares, com o uso crescentes de técnicas relativas à comunicação e a informatização para controle da atividade agropecuária, foi um interessante percurso.

A dimensão subjetiva dos pequenos agricultores, que se viam mais como membros do agronegócio do que como agricultores familiares (“Agro é pop” – SIC) conformou, por um outro prisma, a questão da dimensão simbólica e subjetiva que frequentemente atravessava as relações de comunicação e de poder imagético e imaginativo. Um processo que se repetia à análise dos enquadramentos e cercamentos semânticos que uma região (Favela da Marê) suscitava no imaginário social. Com o mestrado, a dimensão simbólica e subjetivante da comunicação foi constatada não apenas como uma decorrência da mídia, mas também das técnicas de comunicação e da comunicação como atividade humana ligada ao trabalho como um todo. Uma compreensão que se consolidou após a análise sobre as técnicas e os usos, tributária da obra de Milton Santos.

Da comunicação à geografia, ida e volta

O contato com a obra de Milton Santos trouxe a dimensão dos usos do território e das técnicas, o que permitiu uma compreensão ampla do modo como a comunicação ocorre no meio rural, que até os anos 1970 e 1980 era compreendida como uma ferramenta de formação social e de emancipação política. Basta lembrar a importância que Paulo Freire atribuiu aos extensionistas rurais naquele período e como, gradativamente, essa perspectiva perde força e retoma para um momento da relação utilitarista das técnicas, ressuscitando a noção de “pacotes tecnológicos” de um conjunto de produtos que os Rockefeller, de forma habilidosa, venderam mundo afora já na primeira revolução verde. Ao final do século XX, a agricultura comercial agroexportadora agora estava cercada de pacotes de serviços tecnológicos, e se percebia como um discurso tecnicista que se impunha novamente, agora pelo viés da informação.

Foi no mestrado que pude compreender como a revolução agrícola 2.0 neoliberal dos anos 1990 fazia o uso da comunicação de forma instrumental. O que me levou a perguntar se esse processo ocorreria apenas nas relações de produção e consumo do meio rural brasileiro ou se ele se dava em outras esferas e dimensões. Consolidou-se a percepção de que a comunicação pelo digital e pela telemática assumia papel central nas mais distintas formas de produzir da atualidade, na qual comunicar é cada vez mais sinônimo de organização individual e de fruição da subjetividade.

A internet 2.0 e todo seu entusiasmo apontavam para transformações amplas e complexas que se iniciaram no final dos anos 1990 e tinham relação com o fim dos jornais impressos e a emergência dos sites noticiosos. A digitalização não foi um fenômeno apenas da comunicação, tampouco exclusiva do meio rural brasileiro. As alterações nos protocolos de convivências e o final da década de 2000, em outras tantas áreas (empresariais e corporativas, educacional, dos serviços, da produção etc.) confirmaram que os computadores interconectados em rede pela internet imprimiam uma transformação ontológica e epistemológica sem precedentes. Cada vez mais presente e ubíqua, a *world wide web* seguiu alterando as mais diferentes dimensões, escalas, espacialidades e temporalidades em todo o mundo.

A reboque dessas transformações, outras mais intensas se configuraram diante de nossas vidas cotidianas. Com a crise financeira de 2008 emerge também uma crise política, sobretudo pela mudança em processos de mediação comunicacional, que assolou o mundo inteiro. As implicações do processo de digitalização e sobretudo a questão das (re)mediações pelo digital (Grusin; Bolter, 2000) se intensificaram ainda mais pelo viés da produção e circulação da informação, dos bens e serviços. Em especial no Brasil, tal processo se associa a ascensão da extrema direita que, desde o *impeachment* de Dilma (foi golpe!), vem se utilizando dessa crise na mediação para impor a sua agenda.

Durante o doutorado a inesperada pandemia de Covid-19 só reforçou o sentimento de que o problema de pesquisa se tornava cada vez mais relevante, à medida que se confirmava a importância da comunicação para o funcionamento de vários aspectos da dimensão cotidiana das pessoas. Desde então, um conjunto de alterações de práticas de uso da informação (ou de práticas cada vez mais algoritmizadas) prenunciavam uma ruptura em uma série de práticas e consensos estabelecidos desde o Pós Segunda Guerra. Processos que estavam fadados a serem suplantados pela nova forma de circular, produzir e usufruir nas sociedades capitalistas. Uma dessas alterações parece ter posto em crise a noção de esfera pública nas sociedades democráticas. A esse processo pode-se atribuir uma mudança no paradigma de comunicação,

uma vez que a comunicação digital dos smartphones e das redes sociais trouxe consigo o problema da mediação técnica da esfera comunicacional.

Olhando em perspectiva, as pistas para esse tensionamento na mediação comunicacional já haviam sido intuídas na monografia da graduação, sobretudo quando foi analisado o descompasso entre a favela e a imagem de Favela da Maré criada pelos meios de comunicação, sobretudo a TV, em particular a TV Globo e seu monopólio, e a predominância que obteve na produção do imaginário social no Rio de Janeiro. Mas a crise, para além da representação também emergiu na mediação organizacional. A dissertação de mestrado evidenciou que Milton Santos assumia para mim o papel de um pensador fundamental para entender a tormenta que estava se formando ainda nos anos 1990. Poucos foram capazes de escrutinar as mudanças que a globalização estava causando nas dinâmicas socioespaciais, sobretudo com o processo que Santos identificou como inserção técnica desigual dos instrumentos técnico-científicos informacionais (2008a).

Graças a Santos, foi-me possível compreender como a inserção desigual das técnicas no espaço e como os diferentes usos que se dão às técnicas trazem consigo transformações profundas no cotidiano e nas relações sociais. Mais ainda: como essas mudanças vão impactar na forma de comunicar e de estabelecer protocolos comunicativos e, por conseguinte, práticas e acordos coletivos de funcionamento social. Estudar a comunicação depois de cruzar o rio da geografia de Milton Santos foi olhar para um campo em que sempre estive, mas agora sob outra perspectiva, ou melhor, sob uma outra cosmogonia, ou cosmotécnica, para ficar com o termo de Hyuk Hui (2020).

Após o mestrado, foi possível compreender uma comunicação que emergia já não entre meios ou veículos de comunicação, mas, agora, vista como *objetos e ações* (Santos, 2008a) – ou, como preferimos nesse trabalho, como *dispositivos* (Foucault, 2008b) ligados a uma dimensão social em que se foca na fruição do sujeito “empreendedor e desejoso” neoliberal. Essa dimensão passou a assumir uma centralidade maior que a do sujeito público, do cidadão, actante na esfera pública, que consagrou a cidadania do Estado-nação da era moderna.

No início dos anos 2000, a comunicação mudava profundamente e a informação se consolidava como paradigma. Gradativamente a produção de dados assumiu predominância em detrimento da produção dos fatos sociais, da interpretação e representação do que é notável, notório, notícia, em suma, do que é digno de se publicar, de se tornar público ou considerado de interesse público, publicável. Ao invés, emergiu outra dinâmica, relativa ao que é “publicizável”, ou seja, ao que entra na lógica da publicidade e do marketing, do que retém

atenção, do que sensibiliza, do que mexe com os sentidos, com as percepções e com as emoções (Debord, 2006; Türcke, 2010; Agre, 1994).

A relação entre as pessoas na modernidade, antes mediada entre as dimensões pública e privada, analisada por Richard Sennett em *O Declínio do Homem Público* (1998), estaria cada vez mais em crise e sofrendo a influência de fruições informacionais fragmentadas, entre grupos de interesses e afinidades específicos e pontuais, cada qual disputando atenção em redes sociais e comunicação em rede de uma infoesfera. A partir do início dos anos 2000, uma nova intermediação sociotécnica se configurou por equipamentos digitais que assumiram predominância em relação a mediação social e cultural do rádio e da televisão. Desde então, o computador pessoal, e logo depois os *smartphones*, tornaram-se instrumentos técnicos *par excellence* de nossa época e as redes sociais, *locus* da interação social. Uma nova de se mediar que, cada vez mais, contava com a interferência da lógica da comunicação e do que se convencionou chamar de mídia – e, portanto, cada vez mais *mediatizada*.

Foi nesse processo que os meios de comunicação gradativamente se deslocaram de veículos para meios, depois para *médium* e, em seguida, para *mass media*, transmutando para mídia, logo em seguida assumindo a forma de multimídia e chegando à noção de mídia digital. Esta última, operacionalizada pela informática, passou a incidir na comunicação e promoveu um deslocamento na função social que esse campo (Bourdieu, 2003) assumiu desde a modernidade como mediadora e definidora do debate público. Os veículos de comunicação social (termo hoje em crescente desuso) cada vez mais são entendidos como mídias. Gradativamente, essas últimas assumiriam uma dimensão gerencial e organizacional (Quiroga, 2019), mas também fizeram emergir aspectos que serão identificados como “comunicação intrapessoal”, comunicação “*dividual*” (Deleuze, 1990) ou mesmo “transdividual”, (Jason Read, 2016 e Etienne Balibar, 2014). Todas essas marcações são resultantes do diagnóstico da emergência de novas formas de mediação dos equipamentos comunicacionais, que passaram a ser analisadas sob o guarda-chuva de um conceito que se popularizou entre 2005 e 2010, o de *mediatização*. Essa pesquisa se interessa em particular por esse deslocamento de veículos de comunicação para mídia, sobretudo quando são analisados os processos de *mediatização* e a sua relação com os territórios. Ou seja, quando buscamos compreender a *mediatização* à medida que ela se se materializa na prática.

A motivação da pesquisa

O que nos moveu – e ainda nos move – nesta pesquisa é buscar compreender um processo no qual a noção de mediação como paradigma da informação se consolidou e influenciou

na comunicação e na espacialidade, formatando novas formas de compreensão do mundo. Como dissemos, acreditamos que atravessamos uma radical transformação epistemológica, ontológica e cosmogônica da noção de comunicação, de espaço e de tempo.

Estamos enfrentando, decerto, um tema vasto, que poucos são capazes de abordar sem se perder. Para não incorrer nesse erro, teremos como pontos de partida fundamentais, como bússola e mapa, Paul Virilio e Milton Santos pela compreensão de uma nova dimensão e ontologia do espaço empregnado de informação que apresentam. Mas não só eles. Gilbert Simondon e sua polarização entre *dividuação* e *individuação* muito contribuiu para a formulação de Santos e Virilio e para as formulações que buscam compreender esse processo sociotécnico. Outra referência é Michel Foucault, pelos constructos *dispositivo* e *governamentalidade*, que nos ajudaram a compreender as relações de poder na dimensão sociotécnica da contemporaneidade. Um legado conceitual que permitiu a Pierre Dardot e Christian Laval, em *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016), aprofundarem o legado foucaultiano e produzirem obras de referência para nossa análise.

Sobre a relevância do estudo, um primeiro aspecto é a centralidade da questão epistemológica, mencionada acima e da importância que o subcampo dos estudos de mediação assumiu ao transbordamento do conceito de forma transversal e interseccional nos mais distintos campos do conhecimento desde 2000. Partimos de um estranhamento de como a mediação, um conceito que surge na década de 1970, se consolida e ultrapassa os limites do campo da comunicação no início dos anos 2000, depois, passa por inflexão na década de 2010, e se torna questionado desde o início da década de 2020 em detrimento de um novo processo de mediação técnica que tem sido identificado como plataformação.

O segundo aspecto é a contribuição que ele pode oferecer aos estudos críticos da informação. Ao tentar entender a comunicação contemporânea, marcada pelo viés informacional, buscamos ressaltar como essa relação se estabelece a partir de subjetivações e da produção de subjetividades. Ao investigar a fundo os processos de composição dos sujeitos pela perspectiva foucaultiana – ou seja, analisar como as pessoas se entendem como sujeitos – esperamos contribuir na compreensão de como elas se comunicam e como vivem no espaço. Mais que isso, estudar aspectos da formação das ideias das distintas subjetividades em governamentalidades através da história pode nos ajudar a diagnosticar um conjunto de processos de coerções dessas subjetivações; das sujeições que se impõem, de capturas e de enquadramentos que constringem a formação dos sujeitos, analisando os conjuntos de *dispositivos de poder* pelos quais os homens se governam (Foucault, 2008b).

Uma possível terceira contribuição é sobre a pertinência de compreender como as mediações emergiram como processo central na criação de interfaces e espaços de fruição, tão fundamentais para as corporações e seus setores de design. Dessa forma, buscamos entender as condições para a emergência do que hoje se identifica como capitalismo de plataformas (Van Dijck, 2018; Snircek, 2016) e buscamos também incidir sobre o debate de como as mediações transbordam, confundem e borram os limites entre as noções de público e privado; entre virtual e real; entre local e global; entre espaço e tempo; entre material e imaterial. Para tanto, nos associamos à noção de *interface* de Virilio, mas também a termos como *ambiência* (Lovink, 2023) na perspectiva de como eles representam uma nova forma de incidir sobre a comunicação digital, que se consolidou na década de 2010 com a difusão da comunicação digital algorítmica.

Apresentamos a necessidade de se pensar **uma quarta fase de mediação**. Identificada por alguns como hipermediação (Fausto Neto, Carlon) ou mediação profunda (Hepp, 2023) ou que chamaremos de mediação algorítmica. Isso porque podemos perceber a mediação atual não apenas baseada no visual, mas também nas dimensões auditiva e tátil (háptica), bem como profundamente marcadas pelas lógicas de recursividade, de *feedback*, de *looping*, entre outras que emergiram com a programação e a algoritmização pelo digital.

Por fim, essa tese pode ser pertinente para quem busca estudar o grau de consciência da dimensão espacial no campo da comunicação, pois ao empreender a pesquisa temos o território como categoria chave para uma análise comunicacional. Essa perspectiva é adotada para que as relações e as práticas possam ser compreendidas, não apenas sob o prisma da mediação técnica, mas considerando também a dimensão das relações, práticas e mediações de poder materializadas nos territórios.

Justificativa do trabalho

Defendemos que as recentes mudanças no processo de mediação, que identificamos como mediação algorítmica, estão alterando profundamente as relações e práticas sociais e as mediações, em particular a cidadania. As decorrências desse processo podem ser sentidas nas territorializações e nas configurações das ideias de lugar, de espaço, de território, bem como de comunicação. Ele ocorre por meio de uma nova forma de estabelecer uma racionalidade para processos e práticas cotidianas. A pesquisa busca compreender a mediação como um dispositivo mediador das relações de poder. Partiremos da premissa que compreende esse processo como capaz de mediar a produção de uma subjetividade neoliberal em que os

indivíduos lidam com uma plataformização de seu cotidiano. Mais ainda, assumiremos que a mediação é operadora de um conjunto de procedimentos e coerções, ou seja, de um *dispositivo de poder* que produz uma sujeição técnica. Uma forma de constrição que se dá sob o paradigma da cibernética, a qual se estabelece na atualidade sob a forma de uma algoritmização automática de dados, dentre eles a captura de percepções dos usuários. Uma dinâmica que se mostra cada dia mais relevante para compreender a economia política contemporânea, na qual as plataformas emergem como uma nova forma de produção, circulação e fruição do capital.

Essa tese se filia ao grupo de pesquisadores que defende que as interfaces e a imagética produzidas pela mediação algorítmica estão cada vez mais imbricadas no funcionamento das dinâmicas sociais, econômicas, culturais, afetivas e políticas da contemporaneidade, estabelecendo centralidade nas mediações simbólicas da governamentalidade cotidiana. Nossa justificativa em estudar a mediação se dá pela busca em compreender como essa forma de mediação se materializa como processo, revestida de camada técnica pelo digital e, mais recentemente, algoritmização. A pesquisa também se justifica quando identificamos que a mediação pode ser compreendida como gargalo crítico do atual modo de produção baseado em plataforma e aprendizado máqunicos algorítmicos, emergindo uma agenda de pesquisa à medida que esses processos apontam para mudanças profundas na formação das relações sociais, das práticas profissionais, da formação de valor e da produção de conhecimento, entre outros aspectos.

Nas ideias sobre o uso das novas tecnologias digitais com uso intensivo de algoritmos estaria, a princípio, uma série de vantagens *smart* (SIC): *smartcity*, *smartwork*, *smartweapon*; *smartgrids*, *smart living*, *smart buying*, entre tantas outras *smartnesses*. No entanto, ao estudar a efetivação das mediações constatamos o efeito colateral, não pelo *smart*, mas pelo *fake*. *Fake news*, *fake science*, *deep fake*, entre tantos outros que apontam uma crise da verificação, identificado em um conjunto de momentos de descompasso e disritmia entre enunciado e intenção. Entre a intenção *smart* e o efeito colateral *fake*, acreditamos estar diante de indícios fortes que podem ajudar a entender como a produção dessa mediação pela comunicação técnica digital está reconfigurando novas circulações de significados, de valores, práticas. Em outras palavras, afetando agentes econômicos, sejam eles trabalhadores, consumidores, usuários e produtores de dados e suas diferentes dimensões cidadãs. Em um breve exemplo: fracassou a mediação do metaverso da Meta. Quais os motivos? Por que algumas mediações e ambiências, emergem e se efetivam, enquanto outras não?

A relevância da midiatização não pode ser ignorada na sociedade da plataformização e da mediação algorítmica. Nossa pesquisa aponta para a necessidade de se estudar a fundo o empirismo e seus pensadores (Bacon, Hume, Berkeley) bem como utilitaristas (Bentham, Beccaria) e pragmaticistas (Peirce e James), seguidos de behavioristas (Skinner, Watson) e de representantes das mais recentes vertentes dos aceleracionistas e solucionistas. Cada uma dessas formas de se compreender o mundo orientou e incidiu na formulação, no planejamento e no funcionamento da sociedade capitalista e seu viés prático. Essas escolas de pensamento, cada uma a seu modo, atribuem à eficiência e à eficácia uma centralidade que, ao fim e ao cabo, têm como objetivo teleológico a geração do valor e a satisfação dos agentes econômicos individualizados.

E nessa perspectiva, como aferir a eficácia ou não de técnicas e tecnologias, de forma crítica e não necessariamente apologética? Nesse aspecto, o território, ainda que não seja mais o território moderno da soberania, pensado por Ritter e Clausewitz, segue sendo aferidor de como essas técnicas se instauram e convivem. A implantação e a materialização das mediações pelo digital nos territórios, estes últimos entendidos como conjunto de relações de poder espacializado, seguem sendo parâmetros de eficácia das mediações, dimensão que pretendemos aprofundar no campo da comunicação, uma vez que, dialeticamente, as técnicas alteram a percepção que temos sobre o espaço.

Governmentalidade e midiatização

A midiatização algorítmica se apresenta, assim, como um ponto de injunção de uma força hegemônica contemporânea, operacionalizada por equipamentos técnicos baseados em informação, que têm a razão de mercado como princípio. Isto significa que é preciso que nos atenhamos ao neoliberalismo como a razão do mundo atual (Dardot; Laval, 2016), força engendradora dessa nova mediação. O discurso neoliberal estabelece que o sujeito-empresa – uma subjetividade centrada na noção de que existimos enquanto empreendedores de nós mesmos, em uma concepção de sociedade mercantilizada – depende, em distintos momentos, de processos de midiatização para a sua verificação, para a validação de discursos como verdades.

Nesse contexto, podemos compreender como a midiatização está relacionada a processos que perpassam subjetividades, subjetivações e sujeições da produção e da consumação de desejos típicas da nossa contemporaneidade. A esfera do sujeito desejante nas relações sociais está marcada na contemporaneidade pelas formas de produzir e reproduzir uma ecologia de símbolos, objetos, interpretações e interações nos meios (*milieu*), seja com a natureza, seja entre humanos, seja com ferramentas, mercadorias ou informação.

O fascínio pelo produto e o fetiche da mercadoria são os lados mais conhecidos dessa estruturação do atual mundo, objetivo e simbólico, a partir dos sujeitos desejantes. Esse *encanto* é perceptível quando observamos a importância que as plataformas digitais perfazem na organização das redes sociais e no crescente investimento de tempo que as pessoas dedicam à internet, ou seja, à interface digital.

Trata-se de um deslocamento em que os dispositivos *técnico-científicos-informacionais* (Santos, 2008a) se inscrevem no espaço contemporâneo para além de um sentido anteriormente atribuído à comunicação social na modernidade industrial. A entrada em cena da mediação por máquinas informacionais reorienta as forças sociais capazes de interferir e produzir transformações. Esses dispositivos digitais vão recompor cenários e contextos – materiais e simbólicos, misturados e sobrepostos – de difícil demarcação desses limites, produzindo novos conhecimentos, novas vantagens relativas e outros ciclos de valores. Os computadores tornam-se imbricados no funcionamento de aspectos que vão desde o mais trivial cotidiano aos processos os mais cruciais e sofisticados como a interoperabilidade do funcionamento do capitalismo financeiro (Harvey, 2006) como o sistema de compensação do protocolo SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*), ou o desenvolvimento de inovações militares e industriais.

O percurso da pesquisa evidenciou que a relação entre uma subjetividade neoliberal e os modos de conduzir suas pulsões e seus desejos foram gradativamente apropriadas por técnicas de saberes e de poderes que criaram aparatos técnicos. Estes por sua vez, são baseados nas tecnologias da informação e do controle que, por meio de uma sujeição cibernética, proporcionaram a emergência de dois aspectos da contemporaneidade: a midiaticização algorítmica e a plataformização. No centro desses processos identificamos a emergência de um dispositivo de poder, o *perceptron*. Por sua natureza técnica, mas também simbólica, e por sua capacidade de focar na dimensão individual, ainda que mobilizando os aparelhos técnicos mais distintos, esse dispositivo se mostrou fugidio de ser apreendido, ora perceptível como *smartphone*, ora como protocolo TCP/IP, ora rede neural, ora API. Em seus fragmentos, o *perceptron* foi sendo compreendido aos poucos, juntando as peças do quebra-cabeça, à medida que as dimensões aprofundadas nos quatro primeiros capítulos desse trabalho convergiram para serem escrutinados a partir do território.

A hipótese de pesquisa

A hipótese que norteia essa tese é: **o *perceptron* é o resultado da midiaticização algorítmica como um dos dispositivos de poder fundamentais da governamentalidade**

contemporânea. Ele se efetiva principalmente por discursos técnicos da cibernética e por meio de técnicas de algoritmização e de plataformização, configurando um novo dispositivo de poder que, por sua vez, se conforma em consonância com uma subjetivação profundamente envolta em uma economia política das sensações (Agré, 1994), voltada para uma subjetividade neoliberal empreendedora de si. É pelas interfaces operacionalizadas pelas mediações algorítmicas que se formatam subjetividades e sujeições contemporâneas. Essas *ambiências* se ativam não só pelo visual, mas também pelas sensações que atravessam esses sujeitos mergulhados em uma governamentalidade calcada nas sensações (Türcke, 2010). Essas subjetividades se reconfiguram (ou se reterritorializam) em redes de poder, de disputas e de alianças traçadas dentro desses dispositivos de poder, alterando os processos sociais que existiam anteriormente.

Partindo do ensaio como método, o estudo pretende contribuir demonstrando que vivemos transformações históricas, técnicas e objetivas, mas também simbólicas e subjetivas. Essas mudanças têm uma dimensão central para a governamentalidade neoliberal e a formação dos sujeitos e sujeições contemporâneos que estão transformando os regimes de verificação e seus dispositivos de poder e se chocam entre diferentes racionalidades sem ainda qualquer perspectiva de estabilidade entre modos de governar (pastoral, soberano, disciplinar, biopolítico).

O processo de mediação algorítmica, como se dá no âmbito do paradigma neoliberal, não pode ser compreendido sem uma visão de mundo do sujeito empreendedor, autônomo e responsável pelos seus riscos. Tampouco pode ser posto em prática sem a criação de dispositivos e discursos de verificação, na acepção foucaultiana, capazes de operacionalizá-lo nas escalas de agenciamento das microfísicas do poder. É justamente a governamentalidade neoliberal – esse entrecruzamento político, ideológico, cultural, simbólico, afetivo, emocional, pragmático, utilitarista e funcional –, aliada ao desenvolvimento técnico das máquinas informacionais, que faz da mediação esse ponto em que as informações se encontram. Um *Aleph* do século XXI, alegoria presente no conto de Jorge Luis Borges, de que nos valeremos para buscar compreender o processo de formação do *perceptron*.

As transformações em curso estão colocando em suspensão todo um conjunto de premissas, valores e axiomas da modernidade anterior à governamentalidade neoliberal. As mediações algorítmicas atravessam dimensões (e interferem) estabelecidas pelas disciplinas das instituições da governamentalidade disciplinar: espaço e tempo, público e privado, pessoal e coletivo, afetivo e racional, rural e urbano, entre outros.

Aspectos metodológicos: em defesa do ensaio como percurso

Um breve esclarecimento sobre método. Esse termo, cuja etimologia remonta do grego μέθοδος, (methódos) – formado por μετά, mét-, latinizado como *metá*, *met-*, 'depois' ou 'que segue' + οδός, reescrito em caracteres latinos como *hodós*, 'caminho' – aponta para a ideia de *seguir um caminho* (para chegar a um fim). O percurso e a forma pelos quais optamos identificar o *perceptron* foi o ensaio. A escolha desse gênero, aparentemente subjetivo, se dá na convicção de que a exposição ensaística como recurso narrativo expositivo e argumentativo é capaz de promover inferências, correlações e concepções de forma articulada com uma amplitude que outros percursos metodológicos não permitiriam.

Esse modo de proceder se apresenta, no entanto, como uma faca de dois gumes para quem nele se aventura. Por um lado, proporciona à primeira vista uma aparente liberdade e fruição. Essa impressão de falta de amarras, no entanto, implica que as ideias expostas precisam estar solidamente embasadas sob o risco de tornar o ensaio pueril. Aldous Huxley, ao analisar o ensaio como método aparentemente livre, ressalta, em *Collected Essays* (1964), a dificuldade que essa liberdade impõe ao gênero uma vez que, segundo o autor inglês, deve orbitar em torno de três polos, três balizamentos (*pole*):

Existe o balizamento pessoal e autobiográfico. Há o balizamento do objetivo, do factual, do concreto-particular; e há ainda o balizamento abstrato-universal. A maior parte dos ensaístas habitam, ou se aproximam nos melhores casos, de dois desses polos”. (Huxley Prefácio *Collected Essays* p2¹, tradução nossa.)

Cientes desse risco, seguimos Celso Martins Azar Filho (2012), especialista da obra de Michel de Montaigne, que, usando as palavras do próprio pensador francês, defende que no estilo ensaístico como método:

[...] o exercício do julgamento é precisamente o ensaio (ii, 17, 653A) [Montaigne apud Azar Filho, 2012]. ensaiar é buscar a medida correta – “regro a mim mesmo” (ii, 17, 644B) [idem] – para perceber e realizar nosso acordo diuturno com as forças e instâncias que em nós se afrontam e combinam. Não se trata de apenas exercer a prudência, a razão ou o bom senso: é preciso exercê-los para saber como os empregar; trazê-los à arena do cotidiano e aí os testar para aprimorá-los. Contudo, a questão de como fazê-lo somente pode ser respondida circunstancialmente, pois ação e conhecimento, método e ciência, experiência e comunicação, são interdependentes para a filosofia ensaística. (Azar Filho, 2012; p.572)

Nossa escolha por esse percurso se dá por concordar que: “[...] a questão do método não pode ser separada da discussão do estilo. Pois não se pode seccionar o movimento de

¹ No original: “There is the pole of the personal and the autobiographical; there is the pole of the objective, the factual, the concrete-particular; and there is the pole of the abstract-universal. Most essayists are at home and at their best in the neighborhood of only one of the essay's three poles, or at the most only in the neighborhood of two of them.” Huxley

estruturação do “eu” do movimento de estruturação da realidade ao qual aquele está sempre aberto desde seu interior* (*idem*, p574). Ou, ainda, seguindo Jean Starobinski, que a despeito da pergunta inicial “*É possível definir Ensaio?*” (2011), conclui dando pistas de como ele pode ser compreendido:

Nada nos dispensa de elaborar o saber mais sóbrio e escrupuloso, mas à condição expressa de que este saber seja secundado e assumido pelo prazer de escrever e, sobretudo, pelo interesse vivo que experimentamos diante de determinado objeto do passado, para confrontá-lo ao nosso presente, em que não estamos sozinhos, em que não queremos ficar sozinhos. Partindo de uma liberdade que escolhe seus objetos, que inventa sua linguagem e seus métodos, o ensaio, nesse limite ideal em que apenas ensaio concebê-lo, deveria aliar ciência e poesia. Ele deveria ser, ao mesmo tempo, compreensão da linguagem do outro e invenção de uma linguagem própria; escuta de um sentido comunicado e criação de relações inesperadas no seio do presente. O ensaio, que lê o mundo e se dá a ler, exige a mobilização simultânea de uma hermenêutica e de uma audácia aventureira. Quanto melhor ele perceber a força atuante da palavra, tanto melhor ele agirá por sua vez... Daí resulta uma série de exigências quase impossíveis de satisfazer inteiramente. Formulemo-las, no entanto, para concluir, visando ter em mente um imperativo que nos oriente: **o ensaio nunca deve deixar de estar atento à resposta precisa que as obras ou os eventos interrogados devolvem às nossas questões. Em nenhum momento ele deve romper seu compromisso com a clareza e a beleza da linguagem.** Enfim, chegada a hora, o ensaio deve soltar as amarras e tentar, por sua vez, ser ele mesmo uma obra, de sua própria e vacilante autoridade.

Sob essa perspectiva, os ensaios certamente se mostram como um formato perigoso pois, se apresenta livre de amarras metodológicas, sem métodos fechados como as narrativas dos romances ou a rigidez sisuda dos artigos acadêmicos. Exige, porém, dos que se arriscam nesse “tentar”, capacidade de relacionar fatos, fazer referências, analisar questões e assuntos por diferentes vieses. Por isso mesmo buscamos analisar a fundo trabalhos com os quais pudéssemos dialogar e os quais cotejar, articulando conceitos e ideias e aprofundando questões sem renunciar ao rigor inerente a uma tese de doutorado. Ao permitir a associação de autores, conceitos e argumentações, esse método se mostrou capaz de ligar os pontos, *de costurar* e de articular de forma transversal aspectos aparentemente desconexos.

Trata-se de uma escolha também influenciada por uma das principais referências deste trabalho (Dardot; Laval, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, 2016), que se vale desse proceder para compreender problemáticas amplas. A exemplo dos autores franceses, demonstraremos, durante o percurso, que o ensaio aqui apresentado se ancora em citações, revisões de literatura, entrevistas e investigações articuladas para apresentar um trabalho que comprove a hipótese sobre a emergência do *perceptron* como um novo dispositivo de poder. A opção do ensaio foi se firmando à medida que a escrita evoluía e a análise da emergência do *perceptron* se mostrou ampla, de difícil recorte, pois os estudos de caso se mostravam como capazes de evidenciar apenas parcialmente a irrupção desse novo dispositivo.

A opção pelo ensaio, estamos cientes, é uma escolha que nos expõe a questionamentos. Um deles é uma possível crítica sobre a ausência de um estudo de caso ou de um recorte empírico. Nossa preocupação, no entanto, se centrou na necessidade de síntese e de compreensão da amplitude de significados que nos permitiram colher os traços da emergência do *perceptron* como o dispositivo de poder emblemático de nosso tempo. Tal escolha se deu por observar que, ao escrutinar as relações de poder e de governamentalidade – a partir dos regimes de verificação –, podemos chegar a um melhor entendimento do que seja mediação e as transformações que estão se dando na contemporaneidade marcada pela plataformação e pela algoritmização.

Assim como Gustav Klimt compôs seu manto da figura feminina no quadro *O Beijo*, ou como o Bispo do Rosário costurou seu *Manto da Apresentação*, ou então como os Incas reuniam informações em seus *quipus*, nosso trabalho foi tecido sob as condições possíveis da pesquisa e das limitações humanas e mundanas. Apesar das diferentes abordagens, para costurar todos esses fragmentos e recortes de percepção, saberes, conhecimentos e proposições, nos valem ao longo do percurso da agulha e da linha do ensaio como estilo para estabelecer a forma narrativa capaz de melhor articular, reunir, colocar lado a lado, fragmentos de ideias, percepções e constatações. Esses retalhos epistêmicos, cosidos em uma textura e um tecido (texto), buscam formar a colcha de nossos argumentos.

Outro aspecto metodológico importante diz respeito à forma de se costurar a escrita e a argumentação, em especial na segunda parte da tese. O estudo pretendeu oferecer, ainda que de forma aberta, uma breve genealogia da mediação. Entendemos o termo na acepção foucaultiana, que pretende compreender a produção de sentidos e de relações de poder dentro de uma visão histórica não linear, com suas contradições, conflitos e discontinuidades e os arranjos que permitem a conformação de visões de mundos.

Portanto, queremos entender a mediação dentro de uma determinada racionalidade, de um regime de verificação. Isso significa que queremos estudá-la como processo que se conforma dentro de um campo de forças de saberes e fazeres, no qual a relação entre técnica, saber e poder deve ser evidenciada não por uma linearidade única, com origem e finalidade, mas atravessada por processos por vezes descontínuos e contraditórios. Uma peculiaridade desse primeiro esforço genealógico é uma ênfase em aspectos territoriais da mediação, que buscaram costurar na nossa colcha de textos uma espécie de mapa, uma cartografia da mediação.

As etapas da análise

Como mencionamos previamente, para empreender a nossa análise, vamos dividi-la em **duas partes**. Na primeira – Mídiação, Subjetividade Neoliberal e Sujeição Algorítmica – tem-se uma ampla contextualização e são estabelecidos os marcos teóricos da pesquisa. Na segunda – Espaço Plataformizado: a Emergência do *Perceptron* e a Dimensão Cidadã – nos debruçamos sobre a possibilidade de entender a mídiação como um dispositivo que se materializa no território enquanto *perceptron*, e se instaura à luz das diferentes governamentalidades (pastoreio, soberania, disciplina e biopoder).

A **primeira parte** se divide em três capítulos. **O primeiro capítulo** é um exercício de delineamento do problema. Partiremos de uma análise ampla para apresentar uma aproximação do problema de pesquisa, de modo que a questão de trabalho – a mídiação entendida como um dispositivo de poder – seja exposta em parâmetros e dentro de uma base empírica alicerçada em evidências robustas o suficiente que nos permitam aprofundar o problema, tendo como hipótese que a mídiação é um dispositivo fundacional da governamentalidade neoliberal, produzindo tanto uma subjetivação quanto uma sujeição centrais na cotidianidade.

O primeiro capítulo é um esforço de contextualização da identificação do *perceptron* como dispositivo de poder da governamentalidade neoliberal. Recorremos ao conto *O Aleph*, de Jorge Luis Borges, com o intuito de apresentar uma referência na literatura, buscando traços e indícios, ora do processo de mídiação, ora da emergência da cibernética, tanto em aspectos materiais como conceituais e simbólicos. Nosso intuito foi, a partir das percepções mais imediatas, dialogar sobre ideias como informática, neoliberalismo, *smartphone* e internet para, gradativamente promover estranhamentos e deslocamentos de sentidos de tal forma que permitisse aprofundar e compreender processos em cursos para além do senso comum.

No **segundo capítulo**, iniciaremos analisando a relação entre mídiação, governamentalidade e a subjetivação neoliberal encapsulada na autoimagem do empreendedor. Teremos como conceito chave a governamentalidade, desenvolvida por Foucault, ao estudar as diferentes formas de governar (pastoreio, soberania, disciplina e biopoder) até a contemporaneidade. Faremos também uma análise aprofundada do neoliberalismo como razão do mundo (Dardot; Laval, 2016) e sua relação com a mídiação na produção de subjetividades. Nesse ponto, nosso percurso se centrou em uma análise conceitual e teórica tendo a contemporaneidade como referência para compreender a relação entre neoliberalismo, cibernética e mídiação algorítmica. Este momento remete ao recurso do ensaísta de contrapor e comparar autores, de forma que se possa compreender como conceituações podem ajudar o percurso do conhecimento.

O **terceiro capítulo** apresenta a cibernética como dispositivo de poder e instrumentalização da midiatização. Nosso intuito é aprofundar a relação entre a cibernética e a racionalidade neoliberal. Pretendemos compreender o aspecto instrumental dos dispositivos informacionais e de que forma a abordagem utilitarista, pragmatista da noção de informação, produz sujeições pela midiatização como um saber-poder (Foucault, 2008b).

Na **segunda parte** a pesquisa afunila a análise em dois movimentos. O primeiro é uma perspectiva genealógica, ainda que inicial, sobre o conceito de midiatização e sua importância pela perspectiva de ser um dispositivo central da contemporaneidade. O segundo é buscar compreender como ele se instaura na materialidade espacial do território e suas relações de poder, por meio de uma configuração que suplanta a arquitetura benthamiana do panóptico em detrimento de uma nova, em que o espacial e o informacional já não se distinguem, e que chamaremos de *perceptron*, nos apropriando do termo cunhado por Rosenblatt, pioneiro dos estudos das redes neurais na década de 1960.

Para isso, no **quarto capítulo**, propomos uma revisão bibliográfica da midiatização. Nesse ponto, aprofundaremos o papel da midiatização na incorporação e no uso de técnicas do paradigma cibernético. Examinaremos mais a fundo a noção de midiatização para compreender como este conceito irrompe. Também pretendemos mapear, por meio de revisão bibliográfica e entrevistas com pesquisadores, um panorama da pesquisa na área, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas com o intuito de estimular o debate sobre a relação entre midiatização e as relações de poder no campo da comunicação social.

O **quinto capítulo** se propõe a fazer uma primeira tentativa de genealogia da midiatização. Nele vamos aprofundar a questão da relação entre a midiatização e o poder, nos valendo do método genealógico de Foucault para uma leitura a contrapelo da história da midiatização. O capítulo analisa a relação entre a midiatização e a sua materialização, sua territorialidade. Por fim, subindo nos ombros de Muniz Sodré, investigaremos a relação entre midiatização e *bios*. Nessa parte, a premissa que nos guia é a de que, por meio da compreensão dos dispositivos, à medida que se materializam – como equipamentos arquitetônicos, como produtos, como discurso, como práticas ou como vestígios – podemos perceber processos de mediação técnica da comunicação através dos tempos e dos lugares. Com isso pretendemos, identificar como a noção de *dispositivo* podem ser apropriada no campo da comunicação, para, a partir desse conceito relacioná-lo a ideia foucaultiana de *governamentalidade* e sua relação com os dispositivos de poder se materializa no território sob a forma do *perceptron*.

Para isso, iniciaremos uma discussão sobre a categoria território a partir de Milton Santos, em particular a noção de *meio técnico científico informacional* (2008a). O estudo da

relação entre mediação e território traz ainda uma breve arqueologia entre governamentalidade, mediação e dispositivos. Ao final desse capítulo avaliamos a relação entre mediação, governamentalidade e territorialidade a partir da compreensão de como esse processo se apresenta nos territórios em diferentes períodos de governamentalidades (antiguidade, pastoreio, soberania, disciplina).

Propomos, ao final, uma cartografia ensaística das manifestações da mediação contemporânea e sua materialização no território na forma do *perceptron*. Em explícita referência ao *panopticon*, defenderemos, a partir da análise, que a mediação está entrando em uma nova fase, operando por meio de redes neurais e algoritmos com o intuito de captar e explorar utilitariamente as percepções dos sujeitos neoliberais. Diferentemente do *panopticon* de Bentham, trata-se de uma máquina informacional que, como veremos no capítulo primeiro de contextualização, demanda uma enorme infraestrutura de dispositivos técnicos, mas nem sempre é perceptível à medida que sua entronização e sua ubiquidade se fazem presente.

Como uma espécie de conclusão em aberto, no **sexto capítulo** retornamos ao problema de pesquisa, avaliamos os avanços feitos e os limites da pesquisa, colocando ainda ao final, de forma ensaística e aberta, implicações perceptíveis das transformações recentes nas formas de mediação como pontos necessários para investigações futuras.

**PARTE I – MEDIATIZAÇÃO, SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL E
SUJEIÇÃO ALGORÍTMICA**

1. O CONTEMPORÂNEO E A MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA

– O Aleph? – perguntei.
– Sim, o lugar onde estão, sem confundirem, todos os lugares do mundo, vistos de todos os ângulos [...]

Fechei os olhos, abri-os. Então vi o Aleph.
[...] meus olhos haviam visto esse objeto secreto e conjetural cujo nome os homens usurpam, mas que nenhum homem tem olhado: o inconcebível universo.²

Na década de 1970, uma tirinha da série de quadrinhos *Mafalda*, do cartunista argentino Quino, abordava uma questão sobre os primórdios da mediação eletrônica contemporânea. Susanita pergunta a Mafalda sobre o capítulo da novela do dia anterior. “Não tenho televisão”, responde Mafalda (figura 1). De pronto, todas as crianças que brincavam no pátio a cercam e a olham abismadas, como se estivessem diante de uma criatura exótica e anacrônica.

Figura 1. Mafalda e a Televisão



Fonte: LAVADO, Joaquin Salvador (QUINO). *Toda Mafalda*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003. 7ª ed.

“Todo mundo tem um celular na escola!”, me explicou certa vez minha filha, se sentindo uma Mafalda 2.0, quando, aos 12 anos, reivindicava sua entrada ao mundo digital e a coerção entre colegas já estava ficando intensa. Apesar de serem instrumentos caros e de custo elevado para uma parcela significativa da população brasileira (e mundial), o aparelho celular é hoje encarado – assim como a televisão na época de Mafalda – como uma premência; uma necessidade (ou um desejo) típica de nossos tempos.

Da perspectiva individual à generalista, o que observamos é uma produção discursiva sobre os benefícios dos *smartphones* e das tecnologias da informação que permitiria a todos

² Trechos extraídos do conto “O Aleph”, do livro homônimo, de Jorge Luís Borges (1986).

“viver sem fronteiras”³, como dizia o comercial de certa empresa de telecomunicação. Conectados à internet, esses equipamentos são vendidos como o *Aleph* de Borges na epígrafe deste capítulo, ou seja, como o portal que separa o individual do global; a efetiva implementação do paradigma da vida fluída, denominada de “líquida” por Zygmunt Baumann (2001). Mesmo não sendo uma lâmpada mágica de Aladim, se apresenta como o aparelho capaz de realizar não só três desejos, mas inúmeras possibilidades de um mundo aparentemente sem cânones rígidos, tendo como princípio e finalidade uma única regra: uma noção vaga, abstrata e indefinida de liberdade, quase sempre instrumentalizada para o consumo.⁴

A presença generalizada dos *smartphones* e de outros equipamentos informáticos é uma das características de nossos tempos. O uso difuso deles mobiliza um conjunto de novas formas de interação social, incluídas a que se tem chamado desde os anos 1990 de *mediatização*. Se antes a interação social era estudada pelo viés da linguagem, dos códigos de condutas verbais e não-verbais; dos valores culturais e de procedimentos e protocolos institucionais, e das relações sociais, agora podemos perceber uma camada tecnológica informacional que interfere e influencia a mediação social⁵. É a partir dessa sobreposição de interfaces simbólicas e programações e de protocolos técnicos de máquinas informacionais que estabelecemos uma série de procedimentos, afinidades, *simbioses*, modos de agir e de utilizar. Por meio delas, acessamos uma série de funcionalidades, benefícios, serviços e entretenimento que antes só podiam ser mobilizadas pelo deslocamento e a interação física. Agora podemos “ir ao banco sem sair de casa”⁶ e lidamos com mediações via *telemarketing*, *chats*, robôs, algoritmos, inteligência artificial, protocolos técnicos e formulários digitais.

Como analisaremos mais adiante trata-se de uma mediação específica, que irrompe a partir da segunda metade do século XX e se generaliza na virada do milênio, calcada tanto na infraestrutura tecnológica como na produção de um conjunto de códigos, protocolos e signos. Como uma moeda, possui duas faces: a dimensão técnica material e a simbólica cultural. Vejamos cada uma delas.

³ Para aprofundar a relação entre o slogan e a formação do sujeito contemporâneo, ver: MARTINI, Gílmia L. M. *Dialogismo e subjetividade em propagandas de celulares: o caso da operadora de celulares Tim*. Dissertação de mestrado. Biblioteca Central da Universidade de Franca, 2009.

⁴ “[...] o mundo se torna uma coleção infinita de possibilidades: um contêiner cheio até a boca com uma quantidade incontável de oportunidades a serem exploradas ou já perdidas. Há mais — muitíssimo mais — possibilidades do que qualquer vida individual, por mais longa, aventureira e industriosa que seja, pode tentar explorar, e muito menos adotar.” (Baumann, 2001, p. 73).

⁵ A mediação é um tema de pesquisa com dimensões filosóficas, linguísticas, antropológicas, biofísicas, sociológicas, entre outras, que não pretendemos esgotar nesta tese. Para efeitos de análise, consideramos a mediatização uma dimensão contemporânea das mediações.

⁶ <https://www.jornaldenegocios.pt/mais/analises-deco/detalhe/ir-ao-banco-sem-sair-de-casa> consultado em 24/07/2023

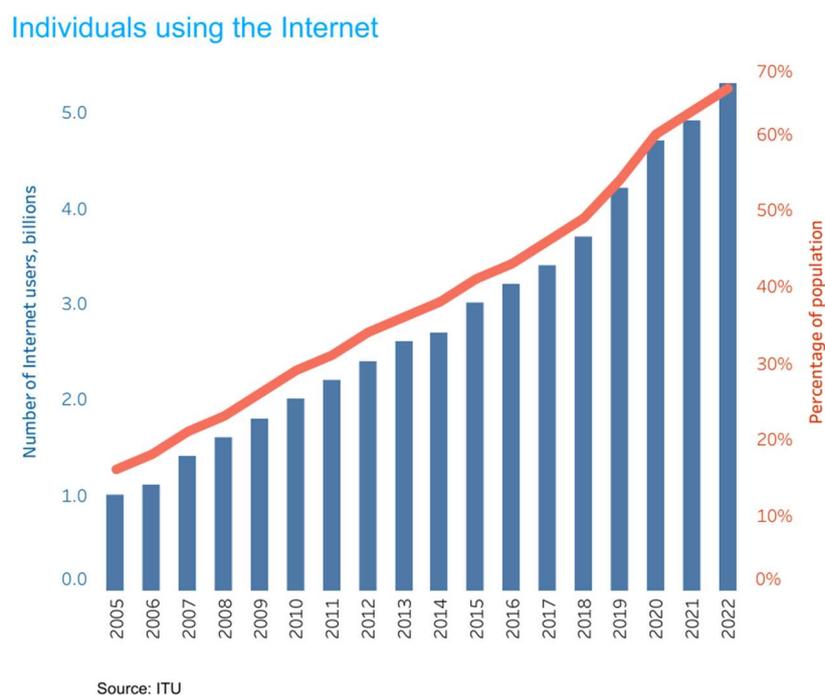
1.1. A dimensão técnica e simbólica da midiatização

Essa constelação de interfaces produzidas por *softwares*, aplicativos e equipamentos de *hardware* se massificou em etapas, desde 1970, sempre oferecendo uma tela de interação intuitiva e simples para um usuário leigo ser capaz de usufruir dos recursos digitais, sem conhecimento técnico prévio. No entanto, para funcionar e permitir que se possa “comprar sem sair de casa”⁷, a internet mobiliza um conjunto de infraestruturas, serviços, investimentos, padronizações técnicas, normatizações e legislações; acordos entre países para implementá-la e mantê-la ativa. Esse conjunto de máquinas interligadas, desenhado desde 1940 em laboratórios, universidades e institutos de pesquisa (em sua maioria estadunidenses), estatais e privados, se espalhou e se consolidou na década de 1990, tendo o computador como máquina símbolo. São materializações desses processos poderosos *mainframes*, *data centers*, servidores, até satélites de comunicação, equipamentos de recepção de sinal, até os computadores pessoais, *tablets*, *smartwatches* e telefones celulares. A *world wide web*, ou rede mundial de computadores, se consolidou em duas escalas: a individual, em que cada pessoa (ou usuário) é capaz de interagir, acessar e navegar; e a global, com protocolos, padrões tecnológicos e grandes infraestruturas atuando como instrumentos tanto na dimensão micro como na mega, para citar o conto de Voltaire, como uma orquestra sem maestro, em que *pings* e *internet protocols* funcionam de forma automática, permitindo um fluxo de circulação de informações sem precedentes. Um funcionamento descentralizado, que, no entanto, segue hierarquias, protocolos, processos e dinâmicas de uma comunicação entre máquinas e pessoas.

Os números dessa rede digital planetária são superlativos. Segundos dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 1 bilhão de pessoas, ou seja, 17% da população mundial, tinha acesso à internet em 2005. Já ao final de 2022, cerca de 5,3 bilhões de pessoas possuem acesso à rede internacional de computadores, atingindo a marca de 66% da população em todo o planeta de alguma forma conectada à internet (gráfico 1).

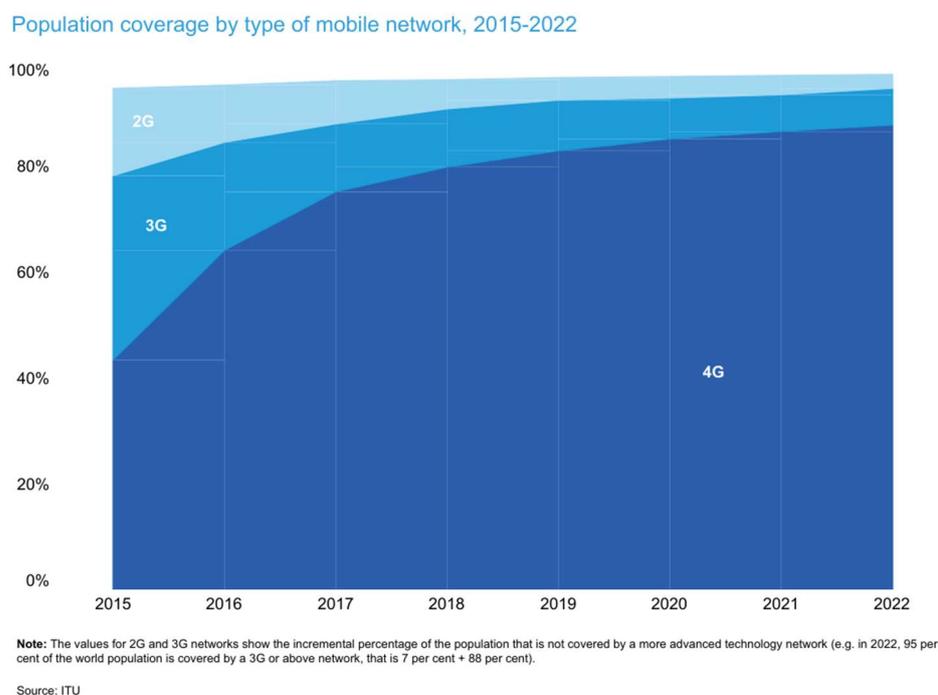
⁷ <https://www.idealmarketing.com.br/blog/compras-online-a-facilidade-da-tecnologia-sem-sair-de-casa/> consultado em 24/07/2023

Gráfico 1 - Usuários da internet por ano (2005-2022)



Fonte: UIT,2022.

Gráfico 2 – Acesso à internet por tipo de conexão (2015-2022)



Fonte: UIT, 2022

Também em 2022, o número de pessoas com uma cobertura para acesso à internet via aparelhos móveis alcançou 95% da população mundial, de acordo com os dados da UIT (gráfico

2). Desse total o uso do protocolo 4G, ou seja, com velocidade de até 150 megabits por segundos, aumentou de 43% em 2015 para 90% da população com importantes diferenças regionais, sobretudo em países do Oriente Médio (75%) e da África (50%), formando uma consistente composição de dispositivos digitais espalhados e com acesso à internet, aliados às potencialidades técnicas e recursos incorporados como aplicativos; capazes de fotografar, gravar áudio, usar redes sociais e se localizar por meio de satélites.

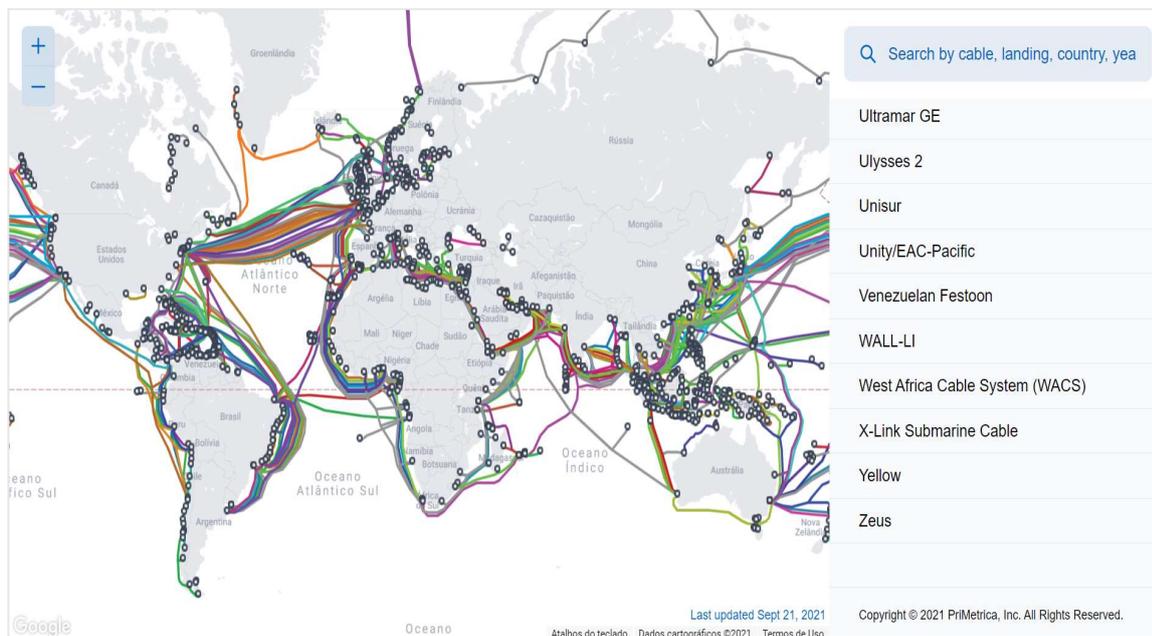
A capacidade crescente da telecomunicação digital de alcançar e cobrir parte considerável da população mundial é um feito técnico da engenharia de telecomunicações após a Segunda Guerra mundial. Esse processo se sustenta sobre basicamente duas infraestruturas de tecnologia de comunicação: a telecomunicação digital via satélite e a telecomunicação digital via cabos internacionais de fibra ótica.

Um mapa dos cabos de fibra ótica submarinos (figura 2) permite um panorama do trabalho físico envolvido para criar as condições de funcionamento da telecomunicação que permite o envio de informações praticamente à velocidade da luz, de forma ininterrupta, entre diferentes fronteiras, culturas, instituições e outros limites, físicos, políticos e culturais até então capazes de isolar regiões, países, agora conectados, sob a égide da informação digital, na qual a velocidade e a capacidade de interação estão asseguradas desde que haja, pela parte física, infraestrutura elétrica, de telecomunicações e computacional; e pela parte simbólica, sistemas operacionais (Linux, Android, Windows), protocolos (IP, FTP, etc.) e linguagens (html, J, C+, MPEG, mp3, entre outros).

Já quanto aos satélites, a *Union of Concerned Scientists*⁸, publica todo ano compendio do número de satélites lançados, detalhando peso, força, vida útil, propósito (militar, civil, governamental e comercial) bem como o país de lançamento de cada equipamento em órbita. Em janeiro de 2023, estavam sobrevoando as nossas cabeças 6.718 satélites, destes 4.529 estadunidenses, 590 chineses, 174 russos e 1425 de outros países. Somente no caso dos EUA, 88% desses para uso comercial, sobretudo constelações de baixa órbita para acesso à internet. São dados que rapidamente se tornam obsoletos, uma vez que o número desses satélites aumenta expressivamente o tempo todo, como no caso da empresa Starlink, de Elon Musk, que de 2019 até hoje já lançou mais de 5 mil satélites.

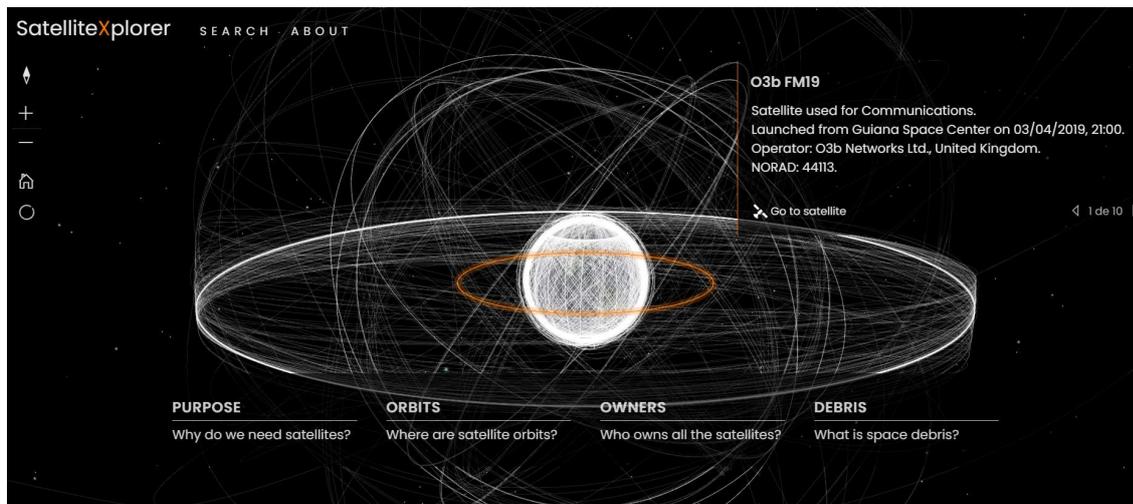
⁸ <https://www.ucsusa.org/resources/satellite-database> visitado em 20/11/2023

Figura 2 - Cabos submarinos de telecomunicação



Fonte: <https://www.submarinecablemap.com> . Acesso em: 22/09/2021.

Figura 3 - Órbitas de satélites em funcionamento



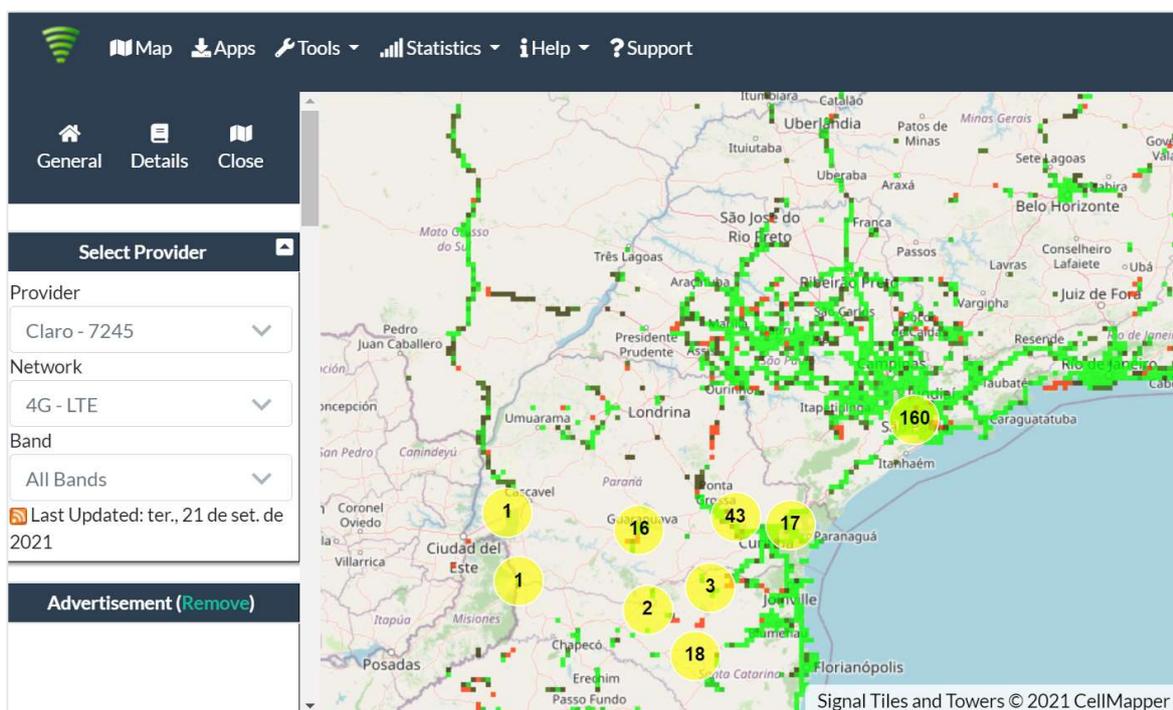
Fonte: Satellite Explorer <https://geoxc-apps.bd.esri.com/space/satellite-explorer/> Acesso em: 22/12/2022.

Além dessas duas formas de conexões de dados intercontinentais, outro aspecto marcante da rede de telecomunicação contemporânea é a mobilidade devido à tecnologia de redes de antenas celulares. Essa característica assume relevância na dimensão regional do funcionamento das telecomunicações, tendo como base a regionalização por antenas, otimizando ainda mais as antigas ramificações via códigos DDI e DDD.

Em uma cidade como São Paulo e sua área de influência, percebemos como a infraestrutura intercontinental fixada no fundo dos oceanos se articula com a de antenas

celulares, fundamentais para a dinâmica urbana contemporânea. Mais que isso, é nas concentrações urbanas que essa infraestrutura vem ganhando cada vez mais centralidade e relevância pela capacidade de organizar os fixos e fluxos (Milton Santos 2008a) que têm organizado e mediado cada vez mais o cotidiano (Lefebvre, 2014) nos aspectos mais banais da vida das pessoas. Desde o sistema financeiro e pagamentos bancários até o transporte, serviços públicos e privados das dimensões laboral, educacional, de lazer e institucionais em que os usuários efetivam os serviços que a internet traz com suas interfaces cada vez mais utilitárias e pragmáticas.

Figura 4 - Torres de Celular 4G– Operadora Claro São Paulo.



Fonte: <https://cellmapper.net> . Acesso em: 22/09/2021.

1.1.1. A interface e a dimensão simbólica da midiatização

Mas, a despeito de toda a engenharia de telecomunicações que assegura a fruição e efetivação e efetividade desse novo formato de comunicação social, qual a finalidade dessa infraestrutura mobilizada funcionando ininterruptamente? A dimensão material da tecnologia da mediação digital é acompanhada de uma dimensão subjetiva, focada nos sujeitos, bem como em aspectos simbólicos e de valores subjetivos. Essa dimensão subjetiva se coloca, à primeira vista, como individual e atomizada. No entanto, o foco no indivíduo como centro da produção de valor, desejos e necessidades se torna imprescindível para que o binômio técnica-simbolismo da midiatização contemporânea efetive sua produção de sentidos. Em outras

palavras, a dimensão do conteúdo e da forma, da comunicação social, das linguagens, do design, dos padrões de comunicação cultural de imagens, de sentidos – portanto de valores – assume centralidade na realização da circulação de informações, de bens e de produtos essenciais para a reprodução da circulação capitalista.

Todo um aparato técnico, objetivo e científico – bem como toda uma linguagem visual, com padronizações de linguagens (jornalística, publicitária, cinematográfica, *webdesign*) – têm como finalidade chegar às mãos dos indivíduos de forma acessível pelos mais diferentes conteúdos, serviços, produtos, sem os quais o ciclo de reprodução da lógica capitalista não se efetiva.

Com a midiaticização contemporânea, vivenciamos um interessante deslocamento do *locus* da fruição comunicacional. Nos apegamos a uma historicidade em que os centros das cidades na Idade Média – os mercados e feiras, e os eventos (festivais, torneios, espetáculos, assembleias, cultos festas religiosas, entre tantos outros eventos de presença física e pública) – assumiam os lugares da comunicação, interação, negociação e troca como demonstram os estudos da História do Cotidiano de Jacques Legoff (2014). Na Modernidade, a comunicação técnica, desde a narrativa consolidada da história dos meios de comunicação, iniciando na imprensa, passando pelo jornalismo, até a irrupção do telégrafo e da fotografia em diante, criaram *loci* de fruição comunicacional que se deslocaram, como dirá Richard Sennett em *O Declínio do Homem Público* (1998), para o privado e as instituições: as casas, os clubes, as lojas e as empresas.

O capitalismo industrial tem um segundo efeito sobre o domínio da vida pública, além do efeito da mistificação. Ele mudou a natureza da privacidade; isto é, afetou o domínio que era a contrapartida do domínio público. Sinais desse segundo efeito também podem ser detectados no comércio de cidades (...) (Sennet, 1998, p. 186).

Em “público”, a pessoa observava, expressava-se, em termos daquilo que queria comprar, pensar, aprovar, não como resultado de uma interação contínua, mas após um período de interação passiva, silenciosa, concentrada. Por contraste o “privado” significava um mundo onde a pessoa poderia se expressar diretamente, assim como seria tocada por outra pessoa: o privado significava um mundo onde reinava a interação, mas que precisava ser secreto; (*idem*, p.187).

Um processo de privatização do espaço, como analisa Sennett, relacionado ao crescimento da noção de individualidade na qual o acontecimento comunicacional gradativamente passa a se efetuar na família e nas casas, seja pela leitura de jornais e livros (romances e novelas) ou, posteriormente, em volta de aparelhos como rádio e televisores e a sua relação com a casa como lugar de fruição.

A comunicação eletrônica é um meio através do qual a própria ideia de vida pública foi levada a se findar. Os meios de comunicação aumentaram amplamente o estoque de conhecimentos que grupos sociais tinham uns dos outros, mas tornaram o contato

efetivo desnecessário. O rádio e mais precisamente a TV são aparelhos íntimos, principalmente se assistimos em casa.

(...) A experiência da diversidade, e a experiência de uma região da sociedade que está a distância do círculo íntimo: estes dois princípios da vida pública são contrariados pela “mídia”. Tendo dito isto fico insatisfeito com isso enquanto uma fórmula auto significante. Porque os impulsos para se retrair da vida pública começaram bem antes do advento dessas máquinas; não são aparelhos infernais, de acordo com o cenário habitual da tecnologia retratada como um monstro. São instrumentos inventados pelo homem para satisfazer necessidades humanas. As necessidades que a “mídia” eletrônica vêm satisfazendo são esses impulsos culturais que se formaram durante todo o século e meio que passou, para se retrair da dimensão social a fim de saber mais e sentir mais, como pessoa. Essas máquinas são parte de um arsenal de combate entre a interação social e experiência pessoal (*ibidem*, p344-345).

Ao que se percebe, o processo descrito por Sennett seguiu sua marcha rumo à individualização, mas cada vez mais sem a intermediação da família ou dos entes interinstitucionais dos espaços privados, sendo, no contemporâneo, acionados no âmbito intrapessoal. Inicialmente tal processo se inicia com o *Personal Computer* e depois o *smartphone* em que do privado se passa para a dimensão pessoal ao ponto de autores como Gilbert Simondon (2020) e Byung Chul Han (2021) defenderem que a comunicação contemporânea se realiza entre indivíduos ou até entre a pessoa com ela mesma, mas agora de forma *inter-dividual e transdividual*.

Nesse processo de atomização da comunicação, as técnicas voltadas para a subjetivação vão estabelecer novos processos ontológicos, novas formas de *estar no mundo*⁹ - *daisen* (Heidegger, 2015 p.166) - em que a mediação social pelos equipamentos técnicos de comunicação se dá por formas cada vez mais fragmentadas e fractais de se relacionar com os outros e com o mundo em um processo que remete a uma dupla noção, tanto de formação de um universal como de uma totalidade paradoxalmente ligada à ideia de indivíduo e de introjeção. Toni Negri e Michael Hardt, em *Império* (2001), identificaram com extenso embasamento esse duplo movimento de generalização x interiorização pela dimensão da linguagem como produtora de realidade e formadora das multidões:

A máquina imperial vive da produção de um contexto de equilíbrios e/ou de redução de complexidades, pretendendo apresentar um projeto de cidadania universal e, para isso, intensificando a eficácia de sua intervenção em cada elemento de relação comunicativa, ao mesmo tempo em que dissolve identidade e história (...). Nessa justaposição de produção pela linguagem, produção linguística da realidade e linguagem de autoavaliação reside uma chave fundamental para a compreensão da eficácia, validade e legitimação do direito imperial (Hardt; Negri, 2001: p. 53).

⁹ Fazemos referência em particular à dimensão espacial do estar-no-mundo (*daisen*) e à dimensão ontológica das práticas comunicacionais: “O espaço nem está no sujeito nem o mundo está no espaço. Ao contrário, o espaço está no mundo à medida que o ser-no-mundo [*daisen*] constitutivo da presença já sempre descobriu um espaço” (Heidegger, *Ser e Tempo*, 2015, p. 166).

Negri e Hardt vão se apoiar no micro-mega voltairiano contemporâneo, ou nos termos de Delleuze e Guattari, no *molar x molecular*, para mostrar esse duplo movimento popularizado na década de 1990, pelo díptico global-local, infamemente denominado *glocal*.

No conto da epígrafe, *O Aleph*, Jorge Luís Borges já havia intuído tal processo da contemporaneidade de “[...] fazer as montanhas convergirem ao moderno Maomé” (Borges, 1986, p. 123)¹⁰. A televisão, na época da Mafalda, citada no início deste capítulo com a tirinha de Quino, assumiu na década de 1970 a mediação e a realização da esfera comunicacional do indivíduo com o “mundo”.

A televisão tinha seu *locus* comunicacional, em geral, na sala das casas, como ressaltou Sennet (1998). A inserção da TV via satélite foi um exemplo dos processos de experiências coletivas pelos quais os meios de comunicação interferiram na percepção de espaço e tempo das pessoas e seus *habitus* (Boudieu, 2002), palavra que remete a habitação e a hábitos. Basta perguntar aos que vivenciaram a experiência televisiva da Copas do Mundo de Futebol masculino o que ela representava para os brasileiros, em especial os relatos emblemáticos sobre a Copa de 1970, bem retratados no sentimento de comoção e pertencimento da música *Pra Frente Brasil*, na qual indivíduo e coletividade se confundem:

De repente é aquela corrente pra frente,
Parece que todo o Brasil deu a mão!
Todos ligados na mesma emoção,
Tudo é um só coração!
(letra: Miguel Gustavo, composição: Raul de Souza)

Mas como isso se relaciona com a questão da midiatização contemporânea? Hoje o habitat dos *smartphones* é o bolso ou a bolsa das pessoas, em estado de hibernação, ou à mão, no estado ativo (Han, 2021). Um deslocamento espacial e topográfico em que a experiência de conexão, de interação e de realização da comunicação se dá, agora, sem a presença de comentários familiares ou dos que assistiam em conjunto ao mesmo evento midiático.

Pelo *smartphone* cada indivíduo acessa seu dispositivo e usufrui do conteúdo que melhor lhe convier, em uma temporalidade própria. Não por coincidência, na última copa do mundo o grito coletivo de gol se deu de diferentes momentos devido ao tipo de conexão ¹¹, o

¹⁰ “Carlos Argentino [...] pôs-se, depois de alguns copos, a fazer a defesa do homem moderno. – Eu o evoco – disse com uma animação um tanto inexplicável – em seu gabinete de estudo, como se disséssemos na torre albarrã duma cidade, provido de telefones, de telégrafos, de aparelhos de rádio de telefonia, de cinematógrafos, de lanternas mágicas, de glossários de horários prontos, de boletins...

Observou que, para um homem assim dotado, o ato de viajar é inútil; nosso século XX tinha transformado a fábula de Maomé e da montanha: as montanhas agora convergiam sobre o moderno Maomé”. (Borges, 1986, p. 123).

¹¹ <https://gizmodo.uol.com.br/tv-atraso-transmissao/> “A Folha fez um levantamento para saber o quão atrasada uma pessoa pode estar e, dependendo de onde vem a transmissão, o delay pode chegar a até 20 segundos – isso porque eles nem mediram o atraso do 4K.”

que denota que já nem todos têm na seleção masculina de futebol *um só coração*, estando mais para uma cacofonia coletiva. Com o digital, a fruição da mídia e dos conteúdos se dá, além da experiência solitária, na dimensão de uma temporalidade não compartilhada.

Na dimensão simbólica e toda a linguagem desenvolvida para a sua fruição (diagramação, editoração, edição, mais atualmente as técnicas de multimídia como *html* e de digitalização de conteúdos), é assunto sério para corporações e empresas que atuam na rede mundial de computadores. Em última análise, empresas como Netflix, Amazon Prime, Disney +, ou mesmo Uber e Ifood, ou Mercado Livre, são empresas em que um de seus principais ativos é a sua interface.

Entre 2022 e 2023, a estimativa da *The Business Research Company* é de que os serviços de *design* em geral cresceram 9,4%, representando um negócio de 156 bilhões de dólares, com expectativa de crescimento anual a taxa de 8,3% até 2027 (figura 5). Os vultuosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento buscam oferecer a melhor interface, a mais “amigável” possível (*UI - User Interface*), e uma boa experiência do usuário (*User Experience – UX*), de modo que o indivíduo interaja ou, preferencialmente, consuma¹².

Figura 5 – Relatório de Mercado Global de Serviços Especializados de Design 2023



Fonte: Business Research Company

Essa crescente necessidade das corporações coaduna com a criação de “ambientes” para facilitar a fruição simbólica e valorativa dos sujeitos desejantes de nosso tempo. Os avanços e investimentos em *webdesign* são elementos que podem definir quais aplicativos serão baixados por milhões de usuários ou não. E todo o design visual é feito com o intuito de justamente

¹² <https://www.thebusinessresearchcompany.com/report/specialized-design-services-global-market-report> visitado em 20/02/2024

facilitar a navegação dos usuários, sem que precisem lidar com protocolos técnicos da lógica de programação e de comunicação. Esses últimos são tecnicidades, oriundas das ciências da informação e, em sua maioria, incompreensíveis para grande parte da população, acessíveis e manejadas apenas para uma casta tecno-social em formação, que nos faz lembrar os escribas dos faraós egípcios: os desenvolvedores e programadores.

No entanto, tal processo, não pode ser considerado apenas como específico da comunicação social. A informática viveu na década de 1980 uma diferenciação de sua atividade quando passou a ser dividida entre *hardware* e *software* como ramos essenciais para efetuar o funcionamento dos computadores. Uma empresa de informática até os anos 1990 era sobretudo uma companhia que cuidava de problemas materiais como o desenho técnico de placas-mães, o design de circuitos e a engenharia de equipamentos eletroeletrônicos. Gradativamente, porém, mais aspectos simbólicos como sistemas operacionais e interfaces visuais, passaram a ser objeto de atenção dessas companhias que consolidaram toda um “ecossistema” de interfaces e códigos não verbais (exemplo simples, porém elucidativo: ctrl+c e ctrl+v), que são hoje cruciais para a popularização da internet e para as plataformas.

Na década de 1990, uma outra divisão do trabalho na parte simbólica entre bastidor (*back-end*) e outra de interação (*front-end*) passou se tornar também importante. Sem elas a rede mundial de computadores funcionaria apenas a partir dos códigos, protocolos de interoperabilidade em sua comunicação entre máquinas. Com a interface foram criadas técnicas e linguagens de programação visual própria da formatação de interfaces em telas. De forma que os diferentes softwares, aplicativos, jogos e plataformas foram gradativamente formando uma tipografia, uma gramática, mas também uma topografia, uma paisagem, um ecossistema, um *território* de símbolos e contextos que modulam uma linguagem visual típica da comunicação digital e da experiência de se estar-no-mundo por meio dessa nova mediação.

A despeito de toda a engenharia envolvida na parte física e de bastidores da esfera digital, a dimensão simbólica e imagética da interação digital foi se tornando essencial para que a internet funcionasse como um novo *locus* de fruição de necessidades, desejos e interesses dos sujeitos contemporâneos que um dia foi dos programas de rádio e dos shows de TV. É nessa relação entre linguagem, usos e mediações por dispositivos que se deu a base do processo de mediação que chamamos de midiatização contemporânea, ou que se tem chamado de sociedade hipermediatizada (ver Carlon *apud* Castro, 2017 e Fausto Neto, 2008).

Em síntese, a midiatização digital contemporânea, para funcionar, opera com os valores, códigos e contextos de mediação tecnológica e técnica, mas também com valorações culturais, sociais, linguísticas, simbólicas e semióticas, comportamentais, políticas, econômicas, culturais

e afetivas, entre outras dimensões. Nesse processo de comunicação mediado pelas mídias digitais presenciamos uma profunda transformação de valores comuns, novas padronizações de códigos visuais, práticas, usos, e um conjunto de alterações em dinâmicas cotidianas que compõem, configuram e conformam uma visão de presente, de contemporâneo.

A midiaticização, entendida como uma mediação por dispositivos tecnológicos e informacionais, está sempre flertando com o discurso da novidade, da inovação tecnológica. Um viés muito recorrente no campo da comunicação, da informática, da engenharia e da administração (Feenberg, 2017). Como uma moeda, a midiaticização é um processo com duas faces: uma técnica e a outra simbólica. A técnica, como veremos, se inscreve em um conjunto de tecnologias que se consolidaram e se expandiram a partir dos Estados Unidos da América (EUA), em que comunicação e informação assumiram importância para a organização dos fluxos. Sob o guarda-chuva do que Norbert Wiener (2017) chamou de cibernética, as mediações eletrônicas e digitais vão assumir centralidade para o funcionamento da ordem social.

Mas, como veremos também, esse conjunto de dispositivos técnicos serão organizados sobre a égide da ideia de um sujeito um pouco diferente do eu cartesiano (base da modernidade ocidental), desde agora tendo como esteio uma nova forma de organização dos saberes e das práticas, produzidas agora a partir de conjuntos de inscrições convencionadas como *dados*, irrompendo a noção de *informação*, noção central e elemento essencial para a vida contemporânea. Trata-se de ideia fundante da psiquê dos nossos dias e diz respeito ao modo de viver atual. Pierre Dardot e Christian Laval chamaram esse novo devir de *Nova Razão do Mundo* (2016). Segundo os autores franceses, hoje nos vemos cada vez mais como sujeitos empreendedores de nós mesmos. Nessa autoimagem somos capazes de organizar nossas demandas, fluxos e iniciativas sempre em nosso interesse próprio por meio da gestão dos fluxos informacionais dos mais distintos.

Tecnicamente, a informação binária digital foi capaz de englobar outros sistemas de produção de linguagens, como os alfabetos, as notações matemáticas e as notações químicas. Ao reduzir a zero e um os dados e, a partir deles, derivar e construir inferências, pode-se constituir a noção de informação. Mais que isso, o binário simplificou as formas de registros e de suporte, assumindo preponderância como forma de armazenar, pelos dados, registros de acontecimentos, fatos, sentimentos. Ou mais, como veremos também ao final deste percurso, dar suporte a uma gramática e uma nova linguagem, tendo como ponto de partida os comportamentos e as percepções.

Com a informação temos um novo regime de verificação (Foucault, 2008b) que se arvora na capacidade de entender o mundo para além da cosmovisão (Yuk Hui, 2020) da física

mecânica de Galileu e Newton. A informação possui aplicações tanto na dimensão molar como molecular. Na primeira, amplia a visão de mundo contemporâneo, por exemplo com o telescópio espacial. É pela informação, seu controle e seu uso que se pode construí-los, lançá-los e transformar seus sinais em dados, informações e até imagens, permitindo o seu propósito – ver a galáxia até onde nossos olhos não alcançam – com *eficácia*.

Mas também a informação permite entrar na dimensão molecular, nas partículas infinitesimais do mundo, ao permitir, por meio do correto manejo de estímulos, compreender o mundo que somos incapazes de ver, a partir do microscópio eletrônico, capaz de identificar o DNA, e, mais recentemente, os aceleradores de partículas subatômicas, que comprovaram teses da física quântica por experimentos em laboratórios de alta complexidade, que ocupam muitas vezes áreas maiores que cidades¹³. Como podemos ver, todo um aparato construído sob o paradigma da informação nos permite “ver”, mesmo que indiretamente, pela captação de sensores eletrônicos e mesmo que somente por frações de milésimos de segundos, a manifestação de subpartículas atômicas ou imagens feitas a partir de sinais de radar emitidos por satélites como o Voyager, localizado já fora do sistema solar, mas capaz ainda hoje de manter contato via rádio.

Tem-se, portanto, com a informação, um constructo capaz de conciliar *a priori* as relações entre as partes mínimas e o todo de **um organismo** na acepção simondoniana. Uma forma de compreensão do mundo que, para nossa análise, vai impactar na forma de viver, com desdobramentos para a compreender o mundo físico, transposto para as relações sociais e toda a gama de problemas que daí derivam.¹⁴ Mas quase sempre – como toda teoria das ciências exatas que se propõe a analisar a realidade de forma diacrônica e ampla – tende a ser transposta sem os devidos cuidados para a dimensão humana e para as relações sociais. Essa transposição, no caso da informação vista não apenas como um operador matemático, mas vulgarizado nas relações sociais, advoga, *grosso modo*, que a partir da informação teríamos a formação do indivíduo; que por sua vez se organiza em famílias; que por sua vez compõem nações; e por sua vez conformam a “Aldeia Global” (MacLuhan, 1962). Trata-se, de certo de um discurso conhecido e utilizado com fins não apenas laboratoriais e de discussão científica, mas com implicações sociais, acionando compreensões e formatando ideias de como viver e como se

¹³ Para esse tópico ver Carlo Rovelli, 2014.

¹⁴ Para a discussão das transposições dos avanços da ciência para as relações sociais, Hobbes, ao afirmava que o governo é um organismo, Lavoisier e a ideia de que natureza tudo se transforma, seria a base para o *lasser faire*. Ou Hebert Spencer e o evolucionismo social. Mais recentemente autores, sobretudo do gênero ficção científica como Asimov traz a noção da robótica como central e William Gibson, a dimensão da rede neuronal como metáfora do funcionamento social.

comportar, conformando novos hábitos e habitats, com consequências para o senso comum contemporâneo sobre permitir “viver sem fronteiras”, ou da panaceia de ver tudo sem sair de casa, como um Aleph, como identificamos no início desse capítulo.

Esse processo da apropriação discursiva da informação é perceptível sobretudo nos manuais econômicos contemporâneos. Pela gestão da informação, o sujeito é atravessado por informações – não mais o indivíduo dividido entre corpo e alma cartesiano, mas como *dividual* de Simondon, (2020) – como um díptico, ora fractal, ora ecossistema. Esse conjunto dinâmico seria a nova base das relações sociais nessa nova versão de darwinismo social, agora justificada por argumentos e preceitos da cibernética, segundo autores, até hoje considerados referência como Von Mises, Hayek entre outros fundadores da vulgata neoliberal. E justamente aqui temos um ponto essencial: a necessidade de criticar a mediação entre o viés objetivado da informação e subjetivado pelo sujeito *dividual* e empreendedor, capaz de tomar decisões. O reducionismo econômico da informação estabelece a noção de um sujeito que estaria mergulhado em uma ambiência informacional; em um espaço que pode ser aprendido pela informação digital e que, portanto, seria capaz de ser *renderizado, vetorizado*.

Essa noção de sujeito, forjado pela informação irrompe como o resultado do contexto dos anos 1940 e se consolidará na década de 1990, dentro do que primeiro se chamou de consenso de Washington e, posteriormente globalização. Ou ainda: neoliberalismo, doutrina que habilmente se valeu do saber-poder científico da cibernética para justificar condutas, preceitos e normas de se viver em sociedade. Dimensão social que tem na midiatização um constructo que visa compreender justamente a interligação entre as comunicações operacionalizadas pela informação cibernética, mas também das fruições do sujeito econômico. Para que a midiatização ocorra entre o aparelho técnico e o desejo humano e individual (instrumentalizado) de fruição pela informação é preciso criar a ambiência capaz de convergir a velocidade e a recursividade do digital com o sujeito desejante empreendedor.

Essa união, esse encontro, entre a máquina informacional e o sujeito neoliberal, esse *locus* é a interface. Para Paul Virilio, ela funciona como *superfície limite* (2014) e desempenha papel central para a entender a midiatização como processo. Trata-se de uma espécie de fronteira, de membrana, de momento de transposição e espaço de negociação, de encruzilhada entre duas lógicas, a tecnológica e a simbólica. Mais que isso, essa produção e profusão de imagens e de sentidos capturados pelas máquinas digitais participa constitutivamente na construção do sentido do presente contemporâneo, de uma perspectiva histórica. É pela produção incessante de imagens e de sua relação com memórias que conformam a percepção do passado, bem como de projeções que antecipam a noção de futuro. A imagem como

elemento organizador da concepção de mundo “[...] mobiliza em torno de sua expectativa um conjunto heterogêneo de forças, engrenagens, práticas, discursos, saberes e imagens, [...] fabricando o presente”¹⁵ (Sanz; Pessoa, 2020).

A interface, portanto, se insere em um processo que altera o que Baudrillard (1991) chamou de *Simulacros e Simulação* enquanto aspecto central da relação entre o real e o imaginário na modernidade; entre o físico e o metafísico. Um enquadramento, a partir da visão, que formatou a noção de representação desde o *Quattrocento* italiano e do uso da perspectiva por Giotto que aumenta a estabelecida tensão parte/todo da analítica científica moderna da física de Newton, e traz torções para a noção de perspectiva de Brunelleschi e seu experimento no Batistério de Florença.

Foi Guy Debord (2017) quem escrutinou a emergência desse tensionamento do processo de representação do mundo que ocorria no pós-Segunda Guerra e o chamou de *espetáculo*. Para ele, emergia naquele momento uma organização social em que as imagens assumem uma centralidade maior, só que agora com um viés de fruição, um uso que até então não era tão explícito, dada a relação da imagem com a racionalidade cartesiana e o perspectivismo moderno, e a relação que a modernidade atribuiu ao discurso, sobretudo o escrito, desde que Platão considerou os poetas os maiores mentirosos da pólis e a necessidade moderna de se estabelecer objetividade. No *espetáculo*, tendo a publicidade e o marketing como organizadores do desejo individual e coletivos, a subjetividade da fruição econômica capitalista passou a desempenhar papel fundamental nas transformações pelas quais passava a sociedade de massas voltada ao consumo da social-democracia e do *welfare state* dos anos 1950 até os anos 1980.

O que Debord percebeu foi a formação de uma sociedade mergulhada em uma produção incessante de imagens. O excesso de imagens assumiu um papel constitutivo e organizativo da sociedade, para além da sociedade da mercadoria. A primeira tese de Debord é uma referência direta ao início de *O Capital*, de Marx (2017), quando substitui o termo mercadorias por

¹⁵ SANZ, Cláudia; PESSOA, Mirela. Imagens do futuro: Risco e responsabilização na gerência neoliberal do amanhã. In: *Tempo Social*, V. 32 N. 2 (2020), pp.259-260. “De que maneira, porém, uma dimensão como o futuro – que ainda não existe propriamente – pode atuar hoje como dispositivo? Provavelmente porque mobiliza em torno de sua expectativa um conjunto heterogêneo de forças, engrenagens, práticas, discursos, saberes e imagens, trabalha fabricando o presente. Alavanca certas ações; legitima forças sociais, neutraliza outras; atribui sentidos ao real; dá corpo a uma racionalidade política e invalida outras; exige medidas de segurança e dispositivos de vigilância; opera regulando políticas públicas do mesmo modo que orienta decisões íntimas. Assegura certos gestos e modos de proceder coletiva e individualmente. Produz certa distribuição de olhares que, aliás, não vislumbra só o que virá. Assim, o futuro não é apenas uma ideia que reflete um modelo produtivo de poder, mas um dispositivo produtivo desse modelo mais amplo. (Sanz; Pessoa, 2020).

espetáculos: “1 -Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*.” (Debord, 2017, p. 1)

E onde o espetáculo se dava? Na interface que, gradativamente, assumia importância à medida que, por meio das imagens, do show, da visibilidade, do status, da moda e da aparência – e a partir da sobreposição e interposição de imagens a sociedade –, passou a organizar os fluxos em que desejos e pulsões se tornam compreensíveis e utilizáveis por ferramentas de mercado. Para Debord, o espetáculo em sua dimensão emocional, ligada ao repertório dos desejos e percepções, teve início, primeiramente, como imagens capturadas da reprodutibilidade técnica (Benjamin, *apud* Lima, 1990). Tal processo se diversificou e se expandiu de tal forma que, atualmente, se efetua via digitalização e por toda uma gramática de percepções, cuja finalidade é potencializar a dinâmica econômica da produção de valor e geração e reprodução da riqueza sob a égide capitalista.

Isso nos leva a pensar como a imagem está imbricada em uma produção simbólica coletivizada e instrumentalizada por certos agentes econômicos para compreender e apreender o sujeito – aqui no caso como reduzido de suas complexidades a um agente econômico. Imbuído da lógica do empreendedor e da empresa capitalística, esse sujeito é a mola-mestra que permite uma nova orquestração de forças produtivas atuarem em diferentes escalas e dimensões. Compreender esse conjunto de mediações, em específico da dimensão técnica articulada à simbólica, é fundamental para se perceber os meandros e as canalizações das injunções entre as técnicas de representação e as tecnologias do digital, portanto do preceito cibernético.

1.1.2. A emergência da cibernética: novos alcances, novas coerções

Outro autor que identificou esse processo, um pouco mais tardiamente, e com foco maior na territorialização da informação e as relações sociais, foi o geógrafo catalão Manuel Castells, denominando esse processo de Sociedade da Informação (1999). Para Castells, a partir dos anos 1970, passou-se a conciliar infraestruturas de telecomunicação e dinâmica econômica em uma nova escala, sobretudo nas conformações de redes que articulavam cidades dos países da Europa Ocidental e América do Norte entre si. Para ele, a informação seria este duplo econômico informacional.

Voltemos à Jorge Luis Borges, para abordar a dimensão simbólica da mediação e a produção de valor. No conto *O Zahir* (1986), Borges fala de uma moeda como elemento motriz da dinâmica social; uma única espécie capaz de, absurdamente, reunir todos os valores em si e de promover a síntese de tudo. Uma epifania borgesiana que, no entanto, se olharmos a alguns processos sociais, como o fetiche do dinheiro em seus diferentes formatos na história (como as

tulipas negras na Holanda, o caso do avestruz master ou do Faraó do Bitcoin), temos uma excelente metáfora, por meio da literatura, do processo de relação entre a produção simbólica, os mecanismos econômicos e a mediação.

Então, entre a possibilidade do A do Aleph, dispositivo de visão, no qual tudo pode ser visto, ao Z do Zahir, dispositivo simbólico que a tudo pode valorar, se teria criado uma noção de totalidade, uma cosmovisão vigente, baseada em técnica de apreensão e técnica de significação, ou nos termos de Baudrillard (1991) em referência à noção da cristandade de totalidade, um alfa-ômega, um começo e fim ensimesmado, um propósito definitivo. Valendo-nos dessa metáfora, podemos atribuir à informação a capacidade de, contraditoriamente, reunir tudo – de explicações particulares à montagem de sistemas complexos por meio de bancos de dados e inferências estatísticas – capturando o mundo das sensações, ordenando e computando esses pedaços (*bits*) de registros (*data*) em um sistema ordenado capaz de produzir informações e correlatas inferências.

Nessa perspectiva, o conceito de mediação segue sendo central para a compreensão do funcionamento da dinâmica social contemporânea na dualidade entre a mediação simbólica e a comunicação técnica. Mais que isso, ele se torna ponto de passagem obrigatória para os mais diferentes processos de práticas sociais. Trata-se de contribuição do campo da comunicação social, que poucos campos do conhecimento formal hoje conseguem articular para pensar a contemporaneidade. E por isso reiteramos que, pela perspectiva comunicacional, a informação possui uma dualidade, como o deus etrusco romanizado de duas faces, Janus. Ora é precisa, como no caso da informação de uma quantidade ou de um preço; ora é subjetiva, como no caso da análise da qualidade de algum processo de formação de valor. Uma dualidade que extrapola a percepção simples da informação, pois é também ora memória e passado, registro (acúmulo de trocas e formação de valores); ora expectativa de futuro e promessas de crédito (formação de padrões). Assim a entidade Janus compreendia o presente; entre a memória do passado e projeções e ideias de futuro.

Isso nos obriga a pensar como esse processo dual é capaz de produzir verificação (Foucault, 2008a), seja pela valoração subjetiva, seja pela quantificação objetiva. Em outras palavras, como os processos de mediação pelo digital produzem tanto subjetivações como objetivações? Antes de seguirmos adiante, porém, precisamos de um recorte metodológico que anteciparemos aqui, referente ao capítulo quatro e o esforço de pensar a mediação genealogicamente. Consideraremos, como recorte temporal, que a dimensão técnica contemporânea, chamada de cibernética, emergiu a partir da década de 1940. Isto significa que, apesar de considerar que o termo mediação pode ser entendido em períodos anteriores ao

demarcado, nossa análise tem como ponto de partida as transformações e inovações ocorridas, inicialmente nos Estados Unidos, onde o surgimento dessa nova abordagem enseja uma profunda alteração no que Foucault chamou de regimes de produção de verdades, sobretudo no campo das ciências (Bourdieu, 2002).

A partir da memória das máquinas da revolução industrial, as ideações de futuro da comunicação maquínica daquela época já remetiam ao desejo de produzir uma série de aparatos técnicos – móveis, sem fios, com microprocessadores, capazes de receber *inputs* dos mais distintos, por vozes, digitação, imagens e sons, processar as informações e dar *feedbacks* – com o intuito, a teleologia de otimizar as fruições da liberdade dos indivíduos e dos agentes econômicos (dominantes, decerto). Hoje, esses dispositivos não mais apenas existem como desejos fantásticos da ficção científica daquela época, mas se tornaram parte constituinte da materialidade, à medida que se efetivaram e se territorializaram.

Essa presença, esse *estar-no-mundo*, trouxe consigo, em parte, os benefícios ideados nos laboratórios. Mas, também, ao se territorializarem, apresentaram limites, incongruências, conflitos, funcionamentos indesejados, inadequações, contratempos e resquícios do passado e da tradição. À medida que esses equipamentos foram submetidos aos escrutínios das pessoas e dos lugares, eles alteraram a dinâmica socioespacial em que se inseriam, mas também sofreram a influência dos valores, tradições e práticas já existentes. As técnicas, ao se materializarem no território, impõem novas dinâmicas e assumem centralidades (Santos 2008a), mas estão sujeitas também ao não planejado: ao mau uso, ao esquecimento, às inversões de usos predeterminados, aos contextos políticos, culturais, econômicos, climáticos, topográficos, entre tantos outros aspectos não previstos. Podem ser *hackeadas* segundo os interesses das pessoas de determinada localidade, mas também podem vir a ser objeto de fetiche, de limitações e contradições.

1.1.3. A midiaticização na pandemia: a dimensão do gerenciamento

Esta pesquisa pôde constatar a materialização dessa contradição de Janus entre ideação e efetivação dos processos de midiaticização durante o isolamento social (*lockdown*) para conter a pandemia de Covid-19. Foi nesse período que os aplicativos de videochamada ou teleconferência se tornaram instrumentos essenciais de parte dos trabalhadores urbanos, sobretudo para determinados serviços.

Se antes esse aparato técnico estava inscrito no âmbito das possibilidades de uso, da utopia e da fantasia, ao se materializar fez aflorar contradições. Surgidas na ficção e presentes como ferramentas em potencial de um futuro desejável, as teleconferências preencheram a imaginação de cientistas. Estes, por sua vez, transmitiram para a imaginação infantil dos anos

1970 e 1980 a utopia de um dia conversar com imagens – sobretudo nos desenhos animados como *Jetsons*, e contos infantojuvenis de ficção científica. Hoje, banalizada, a videoconferência se efetivou como equipamento para professores, médicos, advogados, vendedores, entre tantos profissionais que precisam se comunicar.

Figura 6 – Entre a ficção dos Jetsons e a efetivação do teletrabalho



Fonte: Mundo HQ, acessado em 28/11/2023 <https://www.mundohq.com.br/historias-em-quadrinhos/publicacao/139/prevendofuturo.html>

Durante o isolamento social da COVID 19, essas ferramentas foram, para muitos, as únicas interações possíveis, sobretudo entre trabalhadores de escritório. Até hoje os impactos da quarentena, ocorrida entre 2020 e 2021, ensejam uma série de sentimentos e emoções relacionados à perda do contato humano, depressão e confinamento, configurando esse descompasso entre a idealização e o que se efetua, o que de fato se materializa e se territorializa.

No artigo “¿Cómo trabajaremos cuando pase la pandemia?”, publicado no New York Times em 18/03/2021 por Paul Krugman¹⁶, o economista aborda a estranha sensação de se sentir no conto “O Sol Desvelado”, de Isaac Asimov (2019), durante o período de quarentena decorrente da pandemia. Na história, parte da humanidade vive em um planeta chamado Solaria, onde as interações são feitas por robôs e mediadas por telas e interfaces, dispositivos de telecomunicação e de transmissão a distância. As máquinas, voltadas principalmente para a mediação, são apresentadas como uma maneira de ampliar a ação do ser humano em seu entorno, raciocínio que, extrapolado para novas escalas de análise, permitiria ao homem compreender e se deslocar no espaço sideral, para além da escala planetária. A contradição apontada por Krugman reside na atuação da telecomunicação, no seu cotidiano, como mecanismo capaz de ampliar o alcance da voz e da visão e capaz de se comunicar com pessoas em localizações descontínuas, permitindo novos contatos e conexões, operando, no entanto,

¹⁶ Fonte: <https://www.nytimes.com/es/2021/03/18/espanol/opinion/trabajo-pandemia.html>. Acesso em: 21/09/2021.

também uma força coercitiva, à medida que o preço para contatar, via vídeo conferência, pessoas em outros países ou continentes, é permanecer focado e voltado para a tela.

Uma contradição que, voltando a Borges, é explorada no conto *O Aleph*, em que autor argentino descreve um local que permite ver todo o mundo a partir de um ponto só e que estava, contraditoriamente, em um ponto escuro, entre dois degraus do porão de uma casa. A contrapartida para conquistara visão integral é estar parado, em reclusão e sem olhar o entorno imediato, uma contradição que o grupo O Rappa explorou de forma lírica em *O que sobrou do céu*, sobretudo no sutil paradoxo do verso “*faltou luz mas era dia*”.

Assim como no conto de Borges, o preço que se paga por acessar todo o mundo em seu *smartphone* ao alcance dos dedos é ter que desviar o olhar do que acontece ao redor e ignorar o entorno, para viver o mundo todo em forma de interface. Por isso, as pessoas permaneceram isoladas e fechadas em suas casas, ou locais onde havia conexão com a internet, para falar com outras ao redor do mundo. Nessa contradição, a pandemia e a necessidade do *lockdown* foram consideradas um laboratório na incorporação das ferramentas digitais e no uso delas para o que se tem chamado *home office*, *smartworking* ou teletrabalho.

Em análises otimistas¹⁷, feitas no calor do momento, sobre os impactos da nova dinâmica social por conta do Covid-19, temos reflexões como:

As empresas de tecnologia são as grandes vencedoras nessa crise. E quem sai perdendo, são as companhias do velho mundo”, afirma Vivek Wadhwa, professor da Carnegie Mellon University. “Somos bilhões de pessoas presas em quarentena e **o que nos salvou foi a tecnologia. Estamos todos online. Aprendendo, trabalhando, nos comunicando e nos entretendo.**” (Neofeed, 23/04/2020, [grifo nosso]).

Realizada no ápice da primeira onda de contágio da Covid-19 no Brasil, a avaliação segue pontuando que, segundo o professor de empreendedorismo e inovação do Insper, Marcelo Nakagawa:

[m]uitas pessoas tinham preconceito, por exemplo, com a educação online. Mas era um preconceito sobre algo que elas não tinham vivenciado [...] **[s]e a pandemia não tivesse acontecido, talvez levássemos 30 anos para quebrar esse paradigma.** [grifo nosso]. (*idem*).

Tratava-se de um processo que já estava em decurso pois:

[...] boa parte do setor estava pronto para extrair bons resultados desse contexto. ‘As empresas de tecnologia **são mais flexíveis** e têm **mais agilidade** para mudarem suas estratégias em pleno voo’ observa. “E aquelas que desenvolveram um modelo baseado em plataformas e **ecossistemas** tendem a **sair muito mais fortes dessa crise.** [grifo nosso]. (*ibidem*).

¹⁷ Fonte: <https://neofeed.com.br/blog/home/na-crise-as-poderosas-big-tech-ficam-ainda-mais-poderosas/> . Acesso em: 22/09/2021.

A manifestação desse novo processo, em que a midiaticização desempenha sua dimensão organizativa do gerenciamento dos fluxos econômicos e humanos via informação (Quiroga, 2019), pode ser mais bem percebida por meio da observação das pequenas rachaduras, para se valer de um método de análise das microfísicas do poder (Foucault, 1988). Por meio da observação dos momentos e locais de falhas e contradições é que percebemos o valor daquilo que já é tido como dado e vem a faltar, por exemplo, a importância da eletricidade quando falta luz.

Um desses momentos ocorreu em 4 de outubro de 2021, quando os aplicativos do Grupo Meta/Facebook (Facebook, Instagram e WhatsApp), entre outros, ficaram inoperantes por cerca de seis horas em o todo o mundo. No Brasil, a situação impediu o faturamento de diversas microempresas, como relatado na reportagem “Reféns da tecnologia – Aplicativos fora do ar, causam transtornos e escancaram forte dependência de usuários e comércios”¹⁸:

As três das principais redes sociais do mundo sofreram uma queda generalizada que durou mais de seis horas, impactando aproximadamente 2,8 bilhões de pessoas no mundo inteiro. A grande ironia do “apagão” foi que até funcionários do Facebook não conseguiam entrar nos prédios da companhia nos Estados Unidos, já que seus crachás de acesso exigem login e senha da rede social, e não estavam funcionando. O Facebook atribuiu a queda das redes à mudança de configuração dos roteadores que coordenam o tráfego de internet entre os centros de dados, mas mais de uma semana depois, ainda não se sabe exatamente o que aconteceu (Folha De Londrina, 2021).

O caso aponta ainda para dimensões mais amplas, como estimativas de prejuízos. Trata-se de momentos de ruptura reveladores de como a comunicação midiaticizada desempenha papel central nos fluxos econômicos em diferentes escalas integradas e sobrepostas:

Empresas que possuem funcionários trabalhando em home office e instituições que dependem dessas plataformas para realizar agendamentos foram afetadas, mas o maior prejuízo foi para quem usa as ferramentas para fazer negócios — como o restaurante de Praxedes e os fretes de Lima. De acordo com o Facebook, mais de 175 milhões de usuários enviam mensagens com uma conta do WhatsApp Business todos os dias. Além disso, são mais de 50 milhões de pessoas que acessam os catálogos das empresas. Deste total, mais de 13 milhões estão no Brasil. Já uma pesquisa do Sebrae, divulgada em julho, apontou que, ao vender pela internet, 84% dos usuários preferem o WhatsApp. Logo após, aparecem Instagram (54%) e Facebook (51%). O levantamento também revela que apenas 23% dos empresários possuem sites ou canais digitais próprios de venda. “São pequenos empresários, que já vinham de prejuízos com a pandemia, e foram afetados, além de quem está envolvido com o impulsionamento de dados”, afirma o especialista em segurança digital, inovação e tecnologia, Mateus Ribeiro. (*ibidem*).

Segundo a reportagem, uma família londrinense deixou de vender 50 quentinhas. Os pequenos comerciantes adotaram o sistema de venda via mensagem instantânea desde 2020

¹⁸ Fonte: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-mais/refens-da-tecnologia---aplicativos-fora-do-ar-causam-transtornos-e-escancaram-forte-dependencia-de-usuarios-e-comercios-3116811e.html> . Acesso em: 16/10/2021.

como uma das alternativas que lhes restaram para seguir faturando durante o *lockdown* pela pandemia de Covid-19. Se o prejuízo para a família comprometeu um dia de trabalho, a perda estimada de faturamento para o Grupo Facebook em todas as suas operações, nos mais diferentes países, dá uma dimensão de grandeza do negócio:

O levantamento Digital AdSpend 2021 da IAB (Interactive Advertising Bureau) apontou que o volume de recursos em publicidade digital alcançou R\$ 23,7 bilhões no ano passado. Isso dá uma ideia do tamanho do prejuízo de usuários que utilizam as três ferramentas para impulsionar negócios, seja com postagens patrocinadas, links de parcerias, vendas e campanhas planejadas. Segundo estimativa feita pela revista Fortune e pela agência de checagens Snopes, o Facebook registrou perda de aproximadamente US\$ 80 milhões em receitas de publicidade durante a paralisação. Se doeu no bolso das empresas, doeu também no de Mark Zuckerberg, que perdeu aproximadamente US\$ 6 bilhões naquela segunda-feira, caindo para a sexta posição no ranking dos homens mais ricos do mundo.” (*ibidem*).

O que é revelador sobre esse dia atípico do Grupo Meta é a dimensão de centralidade que estas ferramentas assumiram para produção, circulação e reprodução de mercadorias, serviços, trabalhos e dividendos. O uso da informática abarca as mais diferentes escalas de produção e circulação, nos mais diversos segmentos de mercado. Esse é o elemento que marca as transformações sociais da contemporaneidade, extrapolando as relações econômicas e incluindo dimensões que antes eram consideradas externalidades, ao apenas como afetos, aspectos simbólicos, educacionais, culturais entre tantas outras sobreposições que parecem assumir na metáfora da passagem da cidade colmeia à cidade pólen, (Boutang *apud* Cocco, 2013), na qual o novo local de extração da riqueza comum está entrelaçado a comunicação e intrinsecamente ligado a mediação da informação e do digital.

1.2. A centralidade da mediação para a economia contemporânea

A mediação, operacionalizada pelo binômio tecnologia da informação e produção simbólica, assume, como vemos, papel fulcral para a dimensão econômica. Isso ocorre porque ela se torna princípio ordenador e organizador da circulação de bens e serviços, reorganizando também a produção e o consumo, que, por sua vez, estão voltados cada vez mais para uma dinâmica a partir do ambiente digital. Nesse ponto, a história do marketing e da administração como campos do conhecimento (Bourdieu, 2002) se confunde com a história da mediação gerencial. Mais que isso, o uso das ferramentas cibernéticas para esses dois fins, o mercadológico e o gerencial, foi imprescindível para a emergência da mediação digital que temos hoje: técnica informática aliada à interface simbólica e com ênfase mercadológica e gerencial.

Desde a década de 1990 a dimensão mercadológica da informação digital se torna efetiva, quando surgem as primeiras *lojas virtuais*. Desde o fim dessa mesma década, a dimensão gerencial ultrapassa ambientes de trabalho e atravessa o cotidiano das pessoas pela esfera do afeto e do lazer: as primeiras redes sociais. A partir das décadas de 2000 e 2010, vivenciamos a confluência da internet como espaço econômico, do marketing e de socialização, do *networking* e da administração da subjetividade. Essa confluência criou as condições estabelecidas para a convergência de uma forma de midiatização digital específica, que muitos autores identificam como hipermidiatização (Fausto Neto, 2008) ou midiatização profunda (Hepp, 2023), que se materializa nas relações sociais com viés econômico no formato *plataforma* (Snircek, 2016).

O que antes foi chamado de cultura de rede (*network culture*) (Lovink, 2002) e depois de “a pilha” ou “o empilhamento” (*The Stack*, Bratton, 2016), ganhou preponderância para explicar o funcionamento da internet com a emergência do termo *plataforma*. A rede mundial de computadores se deslocou gradativamente de um funcionamento aberto e de experimentação para, em nome da segurança e de um pragmatismo econômico revisitado para o que Morozov chamou de *solucionismo* (2018), uma lógica de espaços fechados, constituindo o que foi identificado como cercamentos digitais (*digital enclosures*) (ver: Andrejevic, 2007; Boyle, 2003 e Schoechle, 2009)¹⁹ – processo recorrente em momentos de concentração econômica, assim como foi a formação dos monopólios no final do século XIX.

O cercamento digital tem, na Uber, um caso emblemático. Reivindicando-se a início uma empresa da *sharing economy*, gradativamente a Uber expandiu seu modelo de negócios para outros setores (Antunes Org., 2020). Da mesma forma a Amazon também se vale do uso intensivo de conhecimentos de logística e de controle da informação (*big data, business intelligence*, algoritmos entre outros) como aspectos centrais de suas atividades. As duas se tornaram exemplos paradigmáticos de organizações que têm a informação digital como elemento chave de seu modelo de negócio. É justamente este controle e fechamento dos fluxos de informações que vão interferir nos mais distintos segmentos econômicos. As plataformas são capazes de concentrar fluxos e criar ambientes que estão reorganizando a circulação de bens e serviços em um patamar ainda não totalmente compreensível.

¹⁹ Sobre o cercamento digital e sua relação com a lógica de plataformização nos baseamos nos textos: *The Second Enclosure Movement And The Construction Of The Public Domain*, de James Boyle (2003), bem como *Ubiquitous Computing and the Digital Enclosure Movement*, de Mark Andrejevic, e *The Privatization of Standardization: Enclosure of Knowledge and Policy in the Age of Digital Information*, de Timothy Duncan Schoechle (2009)

Um aspecto comum tanto à Uber quanto à Amazon é justamente a captura de dados e o uso de algoritmos e *machine learning* para organizar e produzir inferências via técnicas de *Business Intelligence* a um custo relativamente baixo. Ambas as empresas contam com um número relativamente pequeno de empregados diretos e não arcam com parte significativa de custos (lojas, recursos humanos, logística etc.), reduzindo de forma considerável os processos de produção ao reorganizar fluxos. Na parte não visível, no *back end*, investem em técnicas de estoque e armazenamento, de controle logístico informatizado e do uso de técnicas de algoritmização que automatizam procedimentos, fluxos de trabalho e gestão de processos. (ver *The Warehouse, Workers and Robots at Amazon*, Delfanti, 2021)

No *front end*, há outro aspecto central ao consumo contemporâneo – até então descrito e intuído com genialidade por Baudelaire e Walter Benjamin – as *vitrines*. A parte visível, a superfície-limite de Virilio, atualmente foi transposta para as interfaces e telas de *landing pages* ou *marketplaces*, devidamente apropriadas por lógicas de marketing e propaganda. As corporações, que emergiram com processo de reorganização da divisão do trabalho a partir do fordismo, agora investem no uso intensivo de informação digital para desenvolver maneiras distintas de gerar valor e receita, e efetuarem as suas “plataformizações”. Cada uma dessas companhias busca manter-se no grupo de elite econômica contemporânea e entenderam que para isso precisam dominar técnicas como *big data*, datificação, *data mining* e análise de dados, para as quais se valem de uma abordagem por meio do algoritmo.

Elas são identificadas por McKenzie Wark (2015) como *vetorialistas*²⁰, práticas que, segundo Wark, emergiram no âmbito da contracultura dos anos 1960 e 1970, ocasião em que a informática ofereceu uma forma de questionar o capitalismo de massas. A autora aponta, porém, um deslocamento, a partir da década de 1980, quando os yuppies emergem como uma classe econômica dirigente identificada com a financeirização, com os sistemas de controles de estoques e dados (SAP, *just in time*, toyotismo etc.). Esses são profissionais que assumiram protagonismo na organização econômica (os CEOs, os *brokers* do mercado financeiro) e tinham em comum uma abordagem da dinâmica econômica a partir da informação e de sua representação no espaço e no tempo, pela noção de *vetor*. Tal lógica conduziu à constituição de uma nova forma de poder, uma nova dimensão na acumulação da riqueza e, por consequência, na formação de uma oligarquia digital, cercada de asseclas escribas e cardeais (programadores, desenvolvedores, *Chief Information Officers* – CIOs e *Chief Technology Officers* – CTOs) que

²⁰ WARK, Mckeinze. The Vectoralist Class. *E-Flux Journal*, nº 65 - maio agosto 2015. em: <http://supercommunity.e-flux.com/texts/the-vectoralist-class/> . Acesso em: 27/09/2021.

representam e trabalham para o que se constituiu como o 1% mais rico (Graeber, 2018), muitas vezes concentrando renda, riquezas e ativos em escalas superiores aos Produtos Internos Brutos (PIBs) de muitos países.

Mas, afinal, em que consiste este novo *approach* na organização do trabalho por meio do digital? Desde 1990, os controladores da produção de valor buscavam não mais o monopólio e a verticalização da produção – razão teleológica dos capitalistas industriais do fim do século XIX e estopim de uma série de crises capitalistas desencadeadas pelas disputas imperialistas e que culminaram nas I e II guerras mundiais (Lenin, 2021). O novo poder que passou das fábricas para as corporações, com suas verticalizações de produção e técnicas de domínios de mercados por setores (*industries*, em inglês) – consistiria agora em agir de forma transversal, intersetorial, criando ambientes tecnológicos, “ecossistemas produtivos” “*milieux*”, “*environments*”, *marketplaces*, ou plataformas que ofereceriam interfaces pelo digital de relações sociais, de trabalho e de consumo.

Apesar de diferentes entre si, esses modelos de ambientes virtuais apresentavam em comum dois aspectos: 1) operacionalização e mediação por interfaces, produzindo as mediações eletrônicas pela lógica dos meios de comunicação, das mídias, o que chamamos aqui de midiatizações. Outro aspecto, menos visível, mas tão importante quanto: 2) capacidade de apreender, transformar em dados e produzir inferências e informações de forma automática, por meio de algoritmos capazes de processar esses dados e organizar essas interfaces de modo que pareçam customizadas para cada pessoa. Na busca de se tornarem plataformas dominantes, esses novos conglomerados e agrupamentos de interesses econômicos buscaram o controle do mercado não apenas por conquistar posições privilegiadas de produção e comercialização.

O caminho das Índias para o controle das rotas de especiarias contemporâneas, a informação, seja ela qual for, já não passava mais pelas rotas marítimas ou pelos monopólios coloniais das Companhias das Índias dos Estados-nações europeus, decretando mudanças nos monopólios e exclusividades em éditos promulgados por soberanos da época do mercantilismo. Tampouco pelos monopólios e o controle da produção industrial da era liberal, via verticalização da produção e da disciplina produtiva dos parques industriais e das sociedades de produção em massa ou pelo controle das linhas férreas e dos telégrafos e suas corporações, como bem explicaram Harold Innis e Caio Prado Junior ao estudarem os ciclos econômicos no Canadá e Brasil, respectivamente.

Agora, por meio das plataformas, o controle econômico se dá pelo controle dos vetores de consumo que se sobrepõem aos de produção por meio dos fluxos informacionais em espaços fechados da internet, aponta Wark. Nesse contexto em que o digital e os mecanismos de

recursividade e *feedback* irrompem como nova estratégia de organizar a produção, a noção de monopólio como fim último do capitalista, gradativamente precisa lidar com a emergência da aceitação do *monopsônio*²¹ como estratégia avançada no controle dos fluxos e da produção de valor contemporâneo.

Para compreender a dimensão desta alteração na dinâmica econômica, pensemos o que alguns ativos representavam para cada modo de produção. A terra e sua centralidade para o feudalismo; o ouro e sua importância para o mercantilismo, bem como as mercadorias para o capitalismo fabril. Ora, o controle da terra era fundamental e a razão de ser do feudalismo, e o controle do ouro e do comércio, o objetivo do mercantilismo. O mesmo pode-se dizer sobre o controle da produção das mercadorias e da distribuição para os monopolistas industriais.

Nesse raciocínio, podemos inferir que nosso tempo está marcado pelo controle dos serviços e sua partícula essencial: a informação, que se configura como um componente de quantificação e qualificação. As vantagens de organizar a dinâmica econômica pelo paradigma informacional se dá justamente por tal constructo ser capaz de representar hoje a partícula motora da economia como a terra, a moeda, a mercadoria e as fontes de energia foram antes; o Alfa e o Ômega, o Aleph e o Zahir, o Micro e o Mega explicados pela noção de informação.

Empreender esforços para compreender a importância de informação a fundo traz, para a dimensão econômica, outro desafio: considerar que o controle dos fluxos e da circulação mercadológica e dos serviços agora se dá mais pelos mecanismos de consumo que de produção. Isso significaria dizer que o monopsônio, monopólio baseado não no controle da produção, mas do consumo, assume centralidade e se torna o objetivo maior dos agentes econômicos.

Para exemplificar, pensemos em corporações como Nike e Red Bull, e a preocupação com aspectos como marca, *branding* e com atributos não tangíveis como fidelidade, autenticidade, identificação, nos quais ambas as empresas investem milhões em contratos publicitários com atletas e celebridades. Esse novo foco no consumo representa uma fatia significativa do grau de inversões em imagem, marketing, reputação e outros conceitos da publicidade. O produto em si é apenas um dos aspectos que compõem seu *mix*, sendo a marca e sua percepção às vezes até mais determinantes que as qualidades intrínsecas da mercadoria. Justamente por isso, a produção passa a ter um aspecto secundário, podendo ser terceirizada (*outsourcing*) ou deslocada para serem produzidas em outros países (*offshore*), em que a mão

²¹ “Monopsônio. Estrutura de mercado em que existe apenas um comprador de uma mercadoria (em geral, matéria-prima ou produto primário). Nesse caso, mesmo quando vários produtores fortes oferecem o produto, os preços não são determinados pelos vendedores, mas pelo único comprador. O monopsônio puro é muito raro e costuma ocorrer principalmente com empresas estatais que garantem a compra de determinados produtos estratégicos, como o petróleo”. in Sandroni, Paulo (org.) 1999.

de obra é mais barata, compensando o transporte transoceânico. O distanciamento dos circuitos de produção e de consumo, porém, gerou aspectos pouco lembrados, ainda que inerentes ao que se convencionou chamar de globalização.

Muitas são as denúncias de como a Nike produz seus tênis ou artigos esportivos em condições insalubres e desumanas, em lugares precários, que no Brasil seriam caracterizados como trabalho análogo ao escravo. Em inglês nomeiam-se esses locais precários de *sweatshops*, cuja descrição não deixa nada a desejar às sórdidas condições de trabalho da Manchester do século XIX, descritas por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2008). A diferença é que agora esses lúgubres antros estão a uma distância continental dos centros de consumo. Os *shopping centers* luminosos e climatizados, dos bairros de classe média alta e próximos a condomínios de alto padrão em *idades de comando* (Sassen, 2001), que parecem estar desconectados das favelas e periferias, quase sempre próximos, ainda que desconexos, processo que Mike Davis descreve em *Planeta Favela* (2006).

Essa circulação de produtos tangíveis, mas sobretudo intangíveis, está profundamente ligada aos meios de comunicação, principalmente pela dimensão da publicidade e do espetáculo debordiano. As mídias e as mídiatizações se constituem como encruzilhadas de processos da dinâmica econômica, fundamentais para que essa interligação de locais possa funcionar de forma coordenada. Os dois termos usados acima, *outsourcing* e *offshoring*, não podem ser desassociados da dinâmica neoliberal. Um aspecto quase sempre negligenciado da globalização é a profunda dependência da lógica da terceirização e da fragmentação de cadeias de produção internacionais em que a produção fabril assume uma localização instável, podendo se deslocar para onde haja mão de obra ao menor custo possível.

Nessa nova etapa do *weltmarkt* descrita por Marx (2017), ou do sistema-mundo (Arrighi, 1996), há um importante deslocamento da concentração econômica na qual o consumo e a circulação de “produtos intangíveis”, os serviços, são ordenados sob a lógica do *marketing* e do *business management*, e da *logística*, para resolver uma grande dor de cabeça dos capitalistas que culminou na crise de 1929: a superprodução. Pela informática e pela administração, o *feedback* informacional da cibernética assumiu uma importância na dinâmica da economia até então impossível de ser efetivada: o planejamento.

E aqui entramos em outro aspecto que a mídiatização assumiu com dimensão organizacional da comunicação (Quiroga, 2019), por exemplo, os sistemas de *Enterprise Resource Planning* (ERP), como o alemão SAP, que surgiram para combater um problema: o descompasso entre produção e consumo, além de solucionar questões internas organizacionais de cadeia de comando e controle de estoque, e de fornecimento. À medida que se efetivaram,

esses sistemas de gerenciamento assumiram centralidade nas empresas, instituições e corporações, pois gradativamente inverteram a lógica de importância entre produzir e consumir. Essa organização recursiva permite também investir mais em equipamentos de facilitação do consumo, organizando o ciclo de reprodução capitalista “de ponta cabeça”: do consumo para a produção.

Os vetorialistas²², nova forma de burocratas do planejamento de mercado, se organizaram e mobilizaram as corporações para atuar no mercado por meio da compreensão da dinâmica da produção de “espaços” e ambiências plataformizadas. Até os anos 2010, a criação desses “espaços” e novas formas de espacialização que se configuraram com a mídia eletrônica, como Joshua Meirowitz analisa em *No Sense of Place* (1986), foram o motor de uma dinâmica que permitiu a emergência de shoppings, clubes de compras, supermercados, cooperativas de consumo, entre tantas outras formas relacionados ao *American way of life*, aos subúrbios, ao uso do automóvel.

Esses exemplos, popularizados ao final dos anos 1980, se coadunaram com o surgimento da cultura yuppie e da consolidação do receituário neoliberal. De certa forma, os *shopping centers* podem ser considerados a pré-história das plataformas, pois seu *modus operandi* foi fundante dos atuais *marketplaces* virtuais do Mercado Livre ou da Amazon, que buscam emular a experiência dos *boulevards* e dos *malls*. Assim como os shopping centers substituíram os *boulevards*, a interface digital se confundiu com as plataformas, desde os anos 2000, quando levou a fruição do consumo para o digital, que inicialmente foi chamado de “ambiente virtual” ou ciberespaço (Pierre Lévy, 2010).

A midiaticização pelo digital suplanta as técnicas de vitrines dos boulevards de Baudelaire e as sensações de iluminação, cheiros e percepções das galerias e das passagens descritas por Walter Benjamin. O digital assume aspectos que Paul Virilio atribuiu à passagem da arquitetura à *superfície-limite* e, acrescentamos, à perspectiva cenográfica da dinâmica espacial contemporânea (Cosgrove, 1998) que, oriunda dos filmes, transbordou para a vida cotidiana e espetacular em diferentes situações: fachadas, vitrines e cenários, mas também no digital em *layouts*, diagramações e *front-ends*. A lógica da cenografia desempenha papéis mais parecidos do que à primeira vista podemos supor. Se pensarmos na importância desses campos para a fruição do capitalismo hoje, identificamos que eles se misturam cada vez mais, sem podermos distinguir onde começa um e acaba o outro.

²² Sobre o corpo e as formas de produção capitalistas ver também Walenta, Jayme. Corporate Bodies of Desire: An investigation into the ‘Women of Enron’. *Gender, Place and Culture*. Vol. 13, No. 4, pp. 437–453, August 2006

A cenografia, a arquitetura, o design de vitrines, a diagramação e *web design*, tendem a convergir, em uma perspectiva flusseriana de *mídia superfície* (2017). Talvez seja esta interseção fundamental para a fruição não apenas da mercadoria, mas também dos serviços, como meios entre os desejos e necessidades, cada vez mais capturados pelo digital.

Com isso retornamos à dimensão simbólica e operacional da midiatização contemporânea. Essa breve genealogia das midiatizações das plataformas aponta para alguns aspectos, e o primeiro deles é relativo à sua emergência a partir das corporações, que se tornaram atores hegemônicos após a Segunda Guerra Mundial. O segundo é que ele se torna hoje um dispositivo central das plataformas, capaz de conjugar a objetivação organizacional pela informática com a subjetividade do consumidor movido por desejos e símbolos. A midiatização assume aspectos cada vez mais amplos, podendo ser chamada de hipermidiatização (Fausto Neto 2022, Carlon 2016) ou midiatização profunda (Hepp, 2023), e está estruturada para, por meio da captura utilitária dos desejos, vontades e necessidades dos agentes econômicos e suas *percepções, ser apreendida e direcionada para a produção de valor e a fruição da lógica econômica neoliberal*.

Acreditamos que a midiatização, assim como o anteriormente citado mito de Janus e suas duas cabeças, uma olhando para o passado e outra para o futuro, busca reunir um binômio que permite a dimensão valorativa e quantitativa das plataformas atuais. Desde a consolidação da internet nos anos 2000 a plataforma emerge como forma de organizar a produção e a comercialização, em que a formatação do espaço da venda é mais importante que controlar a oferta de produtos, seja qual for o nicho. O objetivo é controlar o mercado como sendo o agregador de ofertantes e demandantes, como intermediários da oferta e da procura, como os promotores dos espaços de interação midiatizadas (Snircek, 2016).

Mais importante que o ramo de atividade, interessa o mix de produtos que você oferece em plataformas como Amazon, Mercado Livre, Ifood, Netflix, DisneyPlus etc. A fórmula do sucesso consiste em achar o ajuste fino para “vetorizar” os processos e fluxos: as demandas dos motoristas e como eles podem ser rastreados em um espaço esquemático (mapas de trânsito do Google Maps ou do Waze) e como os passageiros podem formatar e objetivar suas necessidades de deslocamento de forma simples e *gamificada*.

As plataformas não podem ser entendidas sem a noção de *ambiências*. Esse termo, inclusive, tensiona a dimensão da *interface* na acepção de Paul Virilio para um campo muito mais amplo de sentidos, em que além do visual estaria o que *Matteo Pasquinelli, em The Eye of The Master – A Social History of Artificial Intelligence* (2023), chama do esforço dos primeiros ciberneticistas dispensaram para alcançar “uma organização de um ambiente externo

de uma forma compreensiva”²³ (idem). A inovação consiste justamente em considerar que nesse “ecossistema” (SIC) haverá a presença de empreendedores / produtores e consumidores.

Nesse sentido, a plataforma midiaticizada, organizada pela capacidade desses atores, que demarcamos como vetorialistas, assim como o capital financeiro (ou mesmo como desdobramento do *modus operandi* das finanças), relacionarem-se sobretudo com pessoas jurídicas, empresas e Microempresários Individuais (MEIs). A grande inovação é a entrada dessas companhias, que não vendem mais mercadorias, mas organizam, coordenam “ambiências” intermediárias que criam as condições para que “empreendedores” se encontrem e efetivem as suas compras ou vendas. Ou seja, as plataformas se estabelecem como atores, mas buscam se mostrar como “espaços” de mediação.

Essa confluência que os equipamentos tecnológicos e todas as suas configurações e arranjos têm hoje como propósito da dimensão organizacional (Quiroga, 2019), e isso faz com que a midiaticização assuma importância à medida que se constitui como a encruzilhada, o quiasma entre os dispositivos técnicos e os sujeitos desejantes e participantes da dinâmica econômica e social. A plataforma é uma resultante desse processo, havendo outras na dimensão cultural, política, institucional, que ainda estão se configurando.

1.2.1. Plataformizando a economia: novas midiaticizações e cercamentos

Esses “ambientes digitais” têm levado pequenos comerciantes; restaurantes e comércio, prestadores de serviços e pequenas manufaturas, e empreendedores em geral a, inicialmente aderir a esses “ambientes” e, posteriormente, a depender deles de forma incisiva. Novamente, voltemos às rachaduras na estrutura, quando momentos de lapso nos permitem estranhar as dinâmicas naturalizadas. É caso de restaurantes que aderem a plataformas de “*delivery*” e de varejistas em geral que criam lojas virtuais para seguirem faturando²⁴, como por exemplo os comerciantes de Londrina (PR) afetados pela queda do *WhatsApp*.

São esses pequenos comerciantes, estes microempreendedores, imbuídos da premência de desbravar os novos “espaços”, que vão ter uma postura com as plataformas não de empregados, mas de empresários. Para eles a sua capacidade de empreender será a métrica de seu sucesso. No bojo de seus ideários de sujeitos-empresas e orgulhosos de “abolir os padrões”, buscam se tornar os “chefes de si mesmos” - ainda que precarizados e mesmo que atuando modestamente como MEI.

²³ PASQUINELLI, Matteo. *The Eye of the Master*, p 206) 2022

²⁴ Sobre economia precarizada, ou *Gig Economy*, ver David Harvey em *The Anti-Capitalist Chronicles*, 2020, David Graeber em *Bullshit Jobs* 2018, e Ricardo Antunes: *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*, 2020.

Dentro da lógica das plataformas, se veem compelidos, cada vez mais, a estar ligados a alguma (quando não a várias) plataforma(s) em que podem montar sua “loja virtual” (ou *marketplace*), ou então ativar uma comunicação instrumental para fins de trabalho e de sobrevivência (*networking*). Atraídos para as possibilidades de lucros e de negócios pela lógica dos *e-commerces* (Mercado Livre, Amazon Market Place, OLX, Magazine Luiza, Enjoei, Estante Virtual, entre outros), se enxergam como agentes econômicos que estabelecem uma relação de “parceria” ou colaboração com instâncias com essas plataformas de mercados digitais.

De qualquer forma, independentemente da bandeira sob a qual estabeleçam sua vassalagem digital, o certo é que pagarão percentual sobre a renda a cada uma das plataformas, criando o que economistas como Michael Hudson (2015) chamará de rentismo digital, alimentado pelo pagamento de comissão para ter o direito de continuar usando a plataforma²⁵. Ironicamente, o rentismo, tão duramente criticado por David Ricardo em suas querelas com os proprietários rurais ingleses, parece ter ressuscitado como receita de sucesso para quem “venceu na vida”.

O que remete ao problema central do capitalismo sobre o controle dos mecanismos econômicos nas mãos de poucos. Se os cercamentos foram fundamentais para a urbanização inglesa que criou o exército de mão de obra para as indústrias, as condições para o cercamento digital e a automação de trabalhos pela informatização e as redes neurais estão dadas. Nessa perspectiva, as condições para a criação de um exército de reserva, agora em escala global, cuja única opção é ser entregador ou motorista de aplicativo, ou viver de programas de rede básica, estão em curso.

As consequências para o mundo do trabalho parecem apenas no começo, se pensarmos, numa perspectiva marxiana, na disputa desigual que se está configurando entre o que denominamos anteriormente de *vetorialistas* e o que chamaremos aqui de *usuários*. É nesse contexto que o controle de plataformas assume centralidade e McKenzie Wark vai apontar como a produção atualmente está subordinada à capacidade de produzir dados e informações.

Como exemplo peguemos a indústria fonográfica contemporânea. Consolidada no século XX com a venda de álbuns (ou discos), ela passou por uma reconfiguração após mudanças provocada pela digitalização de faixas musicais no formato mp3. Aliada a uma nova forma de circulação de música sem as gravadoras como intermediárias, o modelo de negócios

²⁵ Para a questão da taxa de lucro das plataformas ver a polêmica entre app StopClub que mostra aos motoristas previamente a margem de lucro da Uber em cada corrida: in <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-empresa-carioca-que-a-uber-quer-matar/> consultado em 16/09/2023.

individualizado de se consumir vinil e CDs levou à falência um número considerável de rádios e gravadoras, até então controladoras do mercado. A circulação livre de arquivos mp3 ocorria de forma descentralizada, mas, gradativamente, colecionadores começaram a comercializar coletâneas até o surgimento das plataformas de compartilhamento de arquivos mp3 (Winamp, Napster, E-Mule, Limewire, entre outros) ²⁶. Após um momento de circulação a custo praticamente zero, o mercado de música se reconfigura não mais pela venda do produto disco ou fita K7 ou CD, mas por meio do serviço de assinatura. O ressurgimento contemporâneo do mercado fonográfico está profundamente relacionado ao uso de algoritmos como paradigma vigente. Plataformas de *streaming* como Spotify e Deezer oferecem *playlists* ou *flows*, *ambientes* capazes de correlacionar escolhas e seleções, produzindo dados e inferências, conectando dimensões das escolhas dos usuários que, na perspectiva analógica do conhecimento, não eram possíveis.

Os algoritmos produzidos pelas plataformas mesclam análises baseadas em conhecimentos extremamente específicos do campo dos estudos em música, como timbres, acordes, escalas e campos harmônicos, e os mobiliza para identificar semelhanças e padrões de escolhas do usuário com técnicas de *marketing* (compras correlatas, gasto médio, perfil de consumo) estatísticas (idade, sexo, localização) para traçar e identificar perfis de consumo. Aqui portanto temos um exemplo de como a percepção do que o usuário quer não é apenas do ponto de vista das percepções emotivas, mas também do que a máquina informacional é capaz de captar conforme o que lhe foi programado: lugar, idade, rastros de *cookies* de pesquisas feitas, e até mesmo sensações.

Deste exemplo nos interessa que a lógica do algoritmo efetiva o que, na década de 1970, era o sonho de todo industrial: produzir na maior escala possível produtos feitos especificamente para cada cliente (*customized massification*). O algoritmo – compreendido como uma forma racionalizada de classificar e organizar baseada em retroalimentação e tendo como parâmetro dados estatísticos como sexo, idade, últimas músicas escutadas, hábitos de consumo, entre outros – torna-se o dispositivo pelo qual se busca atingir não só uma produção em escala global, mas a venda personificada, individuada ao máximo, por meio de segmentações produzidas pelo próprio consumidor / usuário.

Temos, portanto, com o algoritmo, a caixa preta (*black box*) das plataformas, uma versão tech da fórmula secreta da Coca-Cola de cada empresa digital. Ou pelo menos esse tem sido o

²⁶ <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/10/oito-programas-para-baixar-e-ouvir-musica-que-eram-sucesso-nos-anos-2000.ghtml>

hype sobre a algoritmização recentemente promovida para o termo ainda mais fantasioso que nos absteremos de usar nesse trabalho: inteligência artificial (SIC). E o que a algoritmização proporciona, do ponto de vista estatístico? O Santo Graal que a sociedade de massas sempre buscou: a individualização da produção em grande escala; a venda antecipada à produção; artigos customizados e *ready made*, um passo além do Toyotismo (ou ao menos assim é vendida a ideia).

Assim como a plataforma, a algoritmização, ou o uso do aprendizado maquínico, está profundamente imbricada com a noção de mediação que vimos anteriormente, pois é pela interface digital que se opera a captação de dados gerados pelos padrões de comportamento que estão moldando os perfis de consumo. Se antes as segmentações de público e de hábitos – ferramentas clássicas do marketing – entravam em ação após um ciclo de produção, distribuição, consumo e pesquisa, agora os dispositivos informacionais oferecem outra temporalidade: o uso de informações via memória física de *smartphones* ou *cookies* ou mesmo dados produzidos por meio dos hábitos dos usuários cadastrados em redes sociais como Facebook, WhatsApp, Telegram, TikTok, Kwai etc. Todos esses rastros digitais são cedidos à revelia dos usuários dessas redes, o que nos remete a uma espécie de servidão voluntária, nos termos de La Boétie (2006), mas agora não quanto à soberania e à cidadania, mas quanto ao consumo e à lógica de mercado algoritmizado.

Algo que reforça ainda mais a importância da mediação como paradigma é essa coleta de dados massiva e estrutural que permite, por um lado, segmentar e, por outro, alterar os protocolos de privacidade que Sennett (1999) tanto enfatizou como fundantes do modernismo. Mas, se não perdemos de vista a dimensão simbólica, o propósito subjetivo de tal mecanismo seria produzir não apenas dados, mas informações que tenham algum significado – ainda que do ponto de vista comercial e corporativo, e para fins utilitaristas de vendas.

Dito isso, reconhecemos que a produção de dados, não é exatamente uma novidade. Há censos e produção de estatísticas há milênios. A grande novidade é a capacidade de fazê-lo de forma constante, individualizada e, de forma inédita, por meio do uso de sensores – câmeras, microfones, infravermelhos, sinal de GPS, sinais de WiFi, leitores biométricos – todos reunidos em um só aparelho. Com eles é possível coletar temperatura, localização, imagens, sons, interação entre corpos, entre tantas outras técnicas. Recentemente, uma nova fronteira se abriu com os *smartwatches* e toda uma gama de dispositivos em desenvolvimento que abrem um

campo de análises das mais amplas possíveis²⁷ para uma nova etapa de mediação feita pelo monitoramento fisiológico de batimentos cardíacos, visão e os sons que estão em volta. Outro exemplo dessas técnicas são os estudos sobre *eye tracking*, ou seja, o deslocamento dos olhos diante de uma tela, a fim de identificar o melhor lugar para alocar uma propaganda ou *monetizar* interações. Sobre esta tecnologia em particular, algo que nos interessa é a relação entre a captura dos movimentos do olhar e sua dimensão de percepção para além da análise racional, dada a velocidade do movimento e seu aspecto sensorial.

Aqui é importante frisar que a produção de símbolos, significados, informações, dados, e valores, enfim de veridicações, apesar das potencialidades de uso os mais distintos, se dá quase sempre sob um arcabouço behaviorista do comportamento humano. Outro aspecto: trata-se de captura de dados, sobre os quais temos pouco controle de como são usados de forma secundária para inferências utilitaristas, na acepção benthamiana, ou seja, de como são capturados baseados em aspectos biológicos e sensoriais, perspectiva que tem pautado uma agenda de pesquisa na qual são buscados hábitos de comportamento dos usuários digitais.

É nesse contexto que pesquisas sobre videogames e as *gamificações* aprofundam a relação dos indivíduos com a lógica de jogos e da “jornada do herói”, ampliando uma lógica de compreensão de mundo não apenas para a esfera juvenil mas para o mercado de ações, para a educação, para a administração de empresas e para o *marketing*. O jogo²⁸ como enquadramento do mundo vem produzindo uma noção de competição naturalizada, em que a recompensa é o objetivo dos agentes e sujeitos. Os estudos sobre como os videogames são dispositivos construídos na lógica do estímulo e resposta, e na noção de recompensa e ranking, se inserem em um contexto mais amplo, como marcas da nossa contemporaneidade em que estímulo e *feedbacks* parecem estar se tornando a forma central, elementar do agir humano, um problema que já em 1973 havia identificado Álvaro Vieira Pinto, em seu póstumo *O Conceito de Tecnologia* (2005), como veremos com maiores detalhes adiante.

De certo que são lógicas que já existiam, pois o jogo acompanha o ser humano desde tempos imemoriais, mas, na atualidade, se manifestam para além dos jogos eletrônicos, que parecem ser a base fundante de uma série de mediações atuais. A gamificação é atualmente um saber-poder fundamental para que a mediação contemporânea, em mutação de interface para ambiência, se efetue, agora com mais camadas e possibilidades. Como vimos antes, o

²⁷ Para a noção de uma crítica artística da sobreposição entre corpos e informação ver *Corpos Informáticos*, in *Museologia & Interdisciplinaridade*, 2013, pp. 103-106.

²⁸ Sobre antropologia dos jogos: *Homo Ludens* (Huizinga) e *Sobre a lógica do jogo na contemporaneidade* (Axelos, 1974).

crescimento de setores como *Design Thinking*, e outros ramos da administração de empresas em que os fluxos, sobretudo a “jornada do cliente” se torna ponto fundamentais do que se consagrou como UX (User Experience) e UI (user Interface) e sua relação metonímica com a interface, elemento central da midiatização.

Ligam-se a essa dimensão da midiatização pesquisas que analisam a relação não só do indivíduo, mas de comunidades e coletividades que precisam lidar com processos de mediação digital²⁹. Mencionamos, por exemplo, o impacto dos mecanismos de busca (Google, Bing, etc.) na formação do conhecimento na escola e as alterações na relação entre aluno e professor (ver Livingstone, 2014). As escolas se veem diante de desafios quanto à autoridade institucional disciplinar do professor frente a uma atitude proativa e questionadora dos estudantes, colocando em crise o trajeto clássico do conhecimento seriado e cumulativo, da instituição escola e suas regras que se inserem na lógica da sociedade disciplinar.

Por fim, outro aspecto que se torna premente com a consolidação da midiatização é a temporalidade da interface e os tempos necessários ou desejáveis de interação com as telas, que é a questão da chamada economia da atenção (Caliman, 2012). Se, antes, a televisão e o rádio assumiam dentro da casa um aspecto central e, de certa forma, estabeleciam o ritmo da rotina de famílias (Hobsbawn, 1995), isso mudou durante o *lockdown*, e a presença dos computadores e *smartphones* têm trazido novas formas de divertimento e lazer, mais individualizados, alterando as rotinas e as formas de socialização.

Há famílias que apreciam jogar videogames ou grupos que interagem apenas em plataformas e aplicativos de mensagens instantâneas. É o que Virilio (2014) aponta ao enfatizar que, na interface, a temporalidade se modifica não apenas na dinâmica de um espaço físico, mas na espacialidade vetorializada e no *self* do ambiente digital. Outro exemplo é a forma como famílias escolhem alugar uma casa para férias por um aplicativo. Em muitos casos, o “sucesso” das férias é diretamente proporcional às fotos *instagramáveis* produzidas. Até mesmo a temporalidade das férias, de descanso do trabalho, parece entrar em uma dimensão quantificada pela informação. Empresas entenderam isso e usam da visibilidade que a exposição dos seus clientes gera como ferramenta de propaganda espontânea, ou às vezes produzida por um preço irrisório, como o de um bombom (figura 5).

²⁹ Para essa seara de estudos ver Andres Hepp e os estudos de comunidades pioneiras comunicacionais (HEPP, Andreas. *Pioneer Communities: Collective Actors in Deep Mediatization in MEDIA@LSE Working Paper Series* consultado em 16/09/2023 e disponível em <http://www.lse.ac.uk/collections/media@lse/mediaWorkingPapers/>

Figura 5 – Exposição por bombom



Fonte: Folheto fotografado pelo autor, no Dan Inn Uberaba, em 02/01/2024

A temporalidade e a territorialidade que as máquinas de interação e retroalimentação trazem são um aspecto central a ser considerado na midiatização contemporânea, haja vista o que Virilio (2014) chamou de centralidade da velocidade na sociedade atual e a sua relação intrínseca com o binômio espaço e tempo, alterando a percepção— agora não mais a do futurismo e do carro – mas a da dinâmica da informação eletrônica e dos bits e bytes da internet, que circulam em frações de segundo pela rede de infraestrutura de cabos submarinos.

1.2.2. Midiatização: socialização, consumo e trabalho

Essa nova mediação eletrônica e o uso de ferramentas advindas de uma nova forma de máquina que, sob influência de Simondon (2020a, 2020b)³⁰, Milton Santos (2008a) chamará de *máquina técnica-científica informacional*, estabelecem uma conceituação que aprofundaremos com a midiatização mais adiante. O uso dessas máquinas de computar irão trazer implicações nas coletividades, nos tempos e espaços do fazer e do consumir, como novas formas de organização da produção, da circulação e do consumo.

Os dispositivos técnicos contemporâneos criam no âmbito de uma comunidade – seja ela rural, religiosa, profissional ou familiar – uma nova forma de interagir, de se relacionar, de

³⁰ Para mais detalhes sobre a contribuição de Simondon para a noção de técnica em Milton Santos, ver MELLO, L. Usos do Território: uma releitura de Milton Santos na era da midiatização. João Pessoa, Intercom 2022.

produzir e de estar no mundo por conta das novas formas de mediar, quantificar e qualificar afetos, relações, vontades e desejos. Os novos atravessamentos que as mediações digitais geram estabelecem novas hierarquias de ênfase e de empoderamento, alterando as regras de mediações e convívios pactuadas – às vezes, por gerações e estabelecidas pela tradição – trazendo consigo disjunções em valores, prestígios, criando obsolescências e novas formas de empoderamento.

A interface ampliada – agora não só imagem, mas também composta de sensores de captação de sons, localização, falas e de buscas – torna-se local de disputa da atenção dos sujeitos midiáticos, bombardeados por *imagens-mercadorias*, ou seja imagens, serviços, ou, no modo e pensar de Guy Debord (2017), pelo *Espectáculo* que, a partir de sua emergência, não é mais sequência de formas de produzir imagens, mas é a produção do mundo real a partir das *imagens para fins de consumo*. É nesse frenesi caleidoscópico que cada agente – seja ele indivíduo, seja coletividade, seja instituição, seja empresa, ou outra configuração – constata a importância de ser percebido em um verdadeiro mercado das imagens. Dessa necessidade surgem formas de saber-poder (Foucault, 2008a), como *personal stylist, influencers, social media managers, coaches* etc., comprovando a importância das redes sociais, da noção de marca ou do *branding*. Este último, em particular, é um interessante caso de estudo por meio de seus manuais para potencializar a *identidade visual* de uma marca, para estabelecer regras para otimizar a circulação e a fruição das imagens na internet, além de padronizar cores, fundos e proporções, reunindo conhecimentos da dimensão psicossocial aplicados à esfera mercadológica.

Nesta contemporaneidade de sobreposição de imagens tem-se uma mediação feita não apenas por mercadorias físicas, produzidas em fábricas, levadas e trocadas em um determinado espaço físico (a praça, a feira, inicialmente; o supermercado, e o shopping center, em um segundo momento), como a economia política e o materialismo histórico pontuaram. O surgimento da noção de serviços ou produtos não materiais, bem como as suas trocas por meio de locais não necessariamente físicos, como plataformas e ambientes virtuais (*e-commerce*), confundiram uma definição da economia política que até então classificava os bens como tangíveis e intangíveis. Estes últimos, cada vez mais parte da cadeia de produção, de forma significativa como vimos no caso de Nike e Coca-Cola que, apesar de não se materializar fisicamente, têm produzido valor, e, portanto, mais-valor certamente tangível³¹.

³¹ Para esse tema ver o briefing do Parlamento Europeu *Is data the new oil?*, em [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/646117/EPRS_BRI\(2020\)646117_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/646117/EPRS_BRI(2020)646117_EN.pdf)

As corporações, instituições por excelência da segunda metade do século XX e protagonistas na etapa do desenvolvimento capitalista nomeado globalização, se veem às voltas com uma nova noção de *marketing* em que o visual e o virtual se confundem e se fundem nas ambiências digitais na lógica de plataformização. Desde que isso não atrapalhe a lucratividade, essas corporações, cada vez mais plataformas, lidam então com outras dimensões da comunicação, que se manifesta também como dispositivo basilar de gerenciamento e administração.

A noção imagética para fins de consumo ressalta a centralidade da midiatização na organização da divisão social do trabalho. Por sua vez, a inserção do computador na dimensão econômica cria novas rotinas e novas formas de otimizar as linhas de produção (robôs, toyotismo, *just in time*) e promovem “reestruturações” quase sempre disruptivas e capazes de diminuir o número de empregados. No paradigma atual, as atribuições profissionais vivem sob a eterna ameaça de uma iminente inovação tecnológica que vai alterar as formas de produção a qualquer momento. Novos aplicativos são desenvolvidos por “ecossistemas” (SIC) de *startups*, financiadas por *fintechs*, e buscam as empresas especiais, chamadas de *unicórnios*: pequenas empresas, com tecnologias inovadoras em forma de aplicativos ou plataformas. Essa nova modalidade de empresa, originária do Vale do Silício, deixa clara sua natureza inovativa, mas também disruptiva, como se este segundo aspecto fosse algo positivo em si. Curiosamente a disruptividade é vista como um paradigma positivo à medida que obrigaria outros agentes do mercado a estarem constantemente se reinventando dentro de uma noção de *resiliência* (Bower; Christensen, 1995).

O que assusta nesse cenário é a naturalização de um processo com profundas consequências na vida profissional das pessoas e no tecido social. Por exemplo: um serviço de transporte que precariza o serviço de entregas. Dito de outra forma, o entregador não é mais visto como um empregado ou um funcionário, ligado a uma empresa, mas apenas como um terceirizado, prestador de serviços, sobre o qual a empresa se exime de quaisquer responsabilidades clássicas da relação trabalhista e justifica essa placa de terceirização (*outsourcing*) com o discurso de que ele agora é um colaborador, parceiro ou empresário (ver Antunes, 2020).

A constelação de plataformas somente nesses ramos é tal que hoje é difícil encontrar um entregador com carteira de trabalho assinada. Em sua maioria, esses trabalhadores são precarizados (*gig workers*, ver Grohmann, 2020): sem férias e desprovidos de outros direitos trabalhistas. Eles estão vinculados a alguma plataforma, conhecidos como trabalhadores plataformizados e, por um lado, assistem a multiplicação destas plataformas o que leva a uma

batalha ferrenha dos serviços de entrega (*delivery*) em arregimentar precarizados. Por outro, elas conseguem estabelecer padrões de convívio entre si, transferindo a competição para os entregadores, que disputam as corridas.

Figura 6 – Só o semáforo pode parar a lógica do empreendedorismo



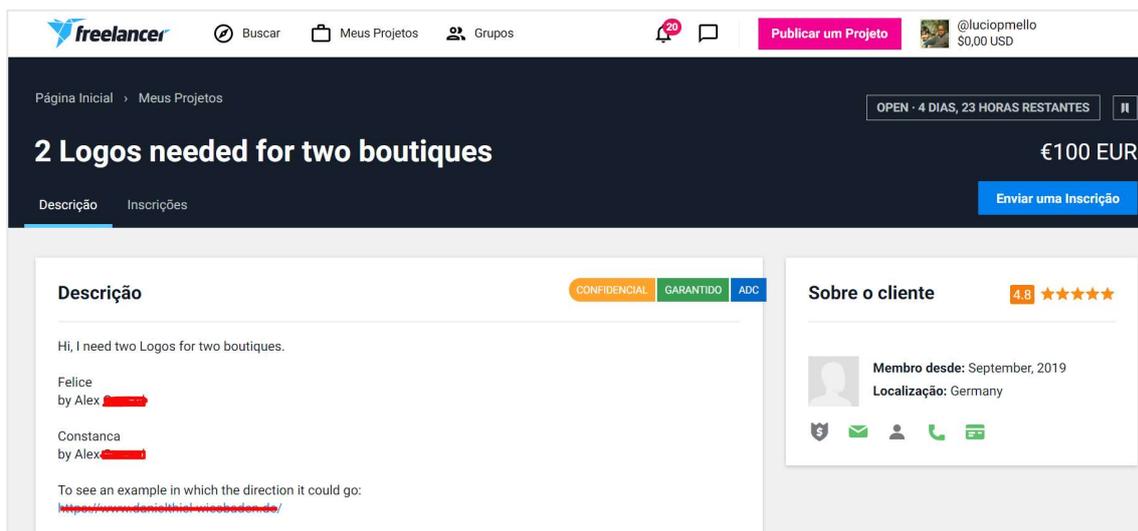
Foto: Lúcio Pereira Mello

1.2.3. A interface e o freelancer: liberdade para quem?

No âmbito da relação profissional, os reflexos da precarização e o papel da mediação neste processo podem ser percebidos também em alguns sites de serviços *freelance*, promotores

de leilões por menor preço dos serviços de profissionais. Vejamos o caso da plataforma de trabalho freelancer.com como exemplo desta nova dimensão do trabalho telemático precarizado. Nela, uma proposta de trabalho é oferecida e então profissionais de todo o mundo entram em um leilão para oferecerem seus serviços pelo menor preço possível (figura 7).

Figura 7 - O leilão pelo menor preço da mão de obra e quarteirização do trabalho



Fonte: freelancer.com. Acesso em: 22/09/2021.

A oferta específica do caso acima é para contratação de um serviço de *design*, a confecção de logomarcas, demandadas por uma empresa alemã. O valor do serviço: cem euros para criar dois logos (50 euros cada logotipo). Um valor que deixaria qualquer profissional da área no país europeu revoltado. No entanto, no acordo de confidencialidade (*Non-Disclosure Agreement*- Figura 5 e Anexo 2) da plataforma, pode-se ler:

Figura 8 - Acordo de confidencialidade Freelancer

Non-Disclosure Agreement

This non-disclosure agreement ("Agreement"), dated as of the submission time in the electronic form below is made between the user of the freelancer.com site who is the provider of the professional services ("Freelancer") and the user of such professional services ("Employer").

For the purposes of enabling the Freelancer to provide the professional services to the Employer, the Employer has agreed to provide the Freelancer with written and oral information ("Confidential Information") concerning the contest which the Freelancer is to complete ("Contest") subject to the terms of this Agreement.

The parties agree as follows:

1. The Confidential Information shall be kept in strict confidence by the Freelancer and shall not be used, without the Employer's prior written consent, for any purpose other than in connection with the completion of the Contest. The Confidential Information shall not be disclosed to any persons other than those Representatives (as defined below) who have a need to know. "Representatives" shall mean the affiliates, directors, officers, employees, professional advisers and agents of the Freelancer. The Freelancer shall inform its Representatives of the confidential nature of the Confidential Information and shall direct its Representatives to hold the Confidential Information in strict confidence.

Fonte: freelancer.com. Acesso em: 22/09/2021.

A parte grifada, em uma tradução nossa, pode ser entendida como:

1- A informação confidencial deve ser mantida em estrito sigilo pelo Freelancer [a pessoa que aceita fazer o serviço] e não deve ser usada, sem o consentimento prévio por escrito do Empregador [empresa que solicita o produto/serviço], em nenhuma razão que não em ligação com a realização do Concurso. (freelancer.com, consultado em: 22/09/2021)

Concurso, no caso, é como é chamado o trabalho, para não configurar uma relação trabalhista. No quarto item do contrato³², pode se ler:

4 - O Freelancer tem conhecimento e concorda que o Empregador não faz qualquer representação ou garantia expressa ou implícita, sobre a precisão, correção ou completude da Informação Confidencial. O Freelancer concorda que nem o Empregador nem qualquer de seus afiliados, diretores, funcionário, empregado, consultor profissional ou agentes possam ter responsabilidade [*liability*] pelo uso de informações confidenciais pelo Freelancer ou Representativos. (freelancer.com).

Ao que tudo indica, o segredo, sobretudo da forma de se remunerar os trabalhadores, segue sendo a fórmula do sucesso. Embora a mediatização abra oportunidades profissionais em novas atividades econômicas, ela parece engendrar e servir a empregadores para uma forma nada nova de aumentar lucros: buscar força de trabalho pelo menor preço possível, driblando legislações trabalhistas.

³² "4. The Freelancer acknowledges and agrees that the Employer is not making any representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, correctness or completeness of the Confidential Information. The Freelancer agrees that neither the Employer nor any of its affiliates, directors, officers, employees, professional advisers or agents shall have liability to the Freelancer resulting from the use of the Confidential Information by the Freelancer or the Representatives." Consultado em: https://www.freelancer.com/contest/nda_print.php?contest_id=1999538&users_id=30860736 . Acesso em: 22/09/2021.

A partir dos indícios coletados neste capítulo, esperamos ter recortado de forma mais contundente o problema de pesquisa, sobre o processo de midiática na contemporaneidade. Para aprofundar a respeito da nossa atualidade, o próximo capítulo investiga como a midiática assumiu o papel de *ispositivo* central na sociedade ao ponto de intermediar as formas de governança, de produção e de racionalidade, portanto, de saber-poder capaz de produzir veridicações. Nos debruçaremos justamente sobre essas três dimensões: 1) as formas de se governar ou, para ser mais preciso, de *governamentalidade* na concepção de Michel Foucault, para compreender como a midiática contemporânea se insere na produção de subjetivações, de sujeitos de desejos; 2) a noção de *dispositivo* e como a midiática pode ser vista como tal nas relações que se estabelecem entre saber e poder, e como elas se materializam e; 3) como a midiática se insere na *ratio* do biopoder, ou seja, como deve ser entendida não como apenas uma relação de mediação técnica e tecnológica, mas também uma relação de poder atravessada por governamentalidades, em que a subjetividade neoliberal, do sujeito empreendedor de si, é central para formar o imaginário coletivo que vivemos hoje e que é fundamental para o funcionamento da midiática.

2. MUDIATIZACÃO, SUJEITO NEOLIBERAL E GOVERNAMENTALIDADE

No capítulo anterior partimos do contemporâneo como chave de análise, ou seja, como momento que ordena a pesquisa para inaugurar o pensar investigativo. Nesse capítulo investigamos, tendo a contribuição de Michel Foucault como referencial teórico, como os processos de mediação contextualizados no capítulo anterior podem ser compreendidos a partir da noção de contemporaneidade e da razão do mundo neoliberal.

Partimos do entendimento da mediação funciona como dispositivo central para a governamentalidade neoliberal, calcada no entendimento do sujeito empreendedor de si. Para empreender a análise nos aprofundaremos na obra de Michel Foucault, sobretudo em seus cursos no Colégio de France, da chamada fase genealógica. Buscaremos ainda compreender a razão neoliberal, como demarcada por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), à medida que as formas de governar do neoliberalismo se tornaram paradigmáticas no cotidiano de uma forma ampla e geral.

2.1. Sobre a Governamentalidade

O Nascimento da Biopolítica (2008b) reúne a transcrição dos seminários ministrados por Michel Foucault no *Collège de France*, de 1978 a 1979. Neste curso, a questão da governamentalidade é o tema que vai promover uma verdadeira reorientação na filosofia política e nas ciências políticas sobre as relações de poder que constituíram a Europa moderna. Em *Segurança, População e Território* (2008a), Foucault analisou, entre 1977 e 1978, a “arte de governar”, ou seja, a prática do governo exercida por diferentes lógicas, ou melhor, racionalidades, no sentido do termo latino *ratio*, que abrange a noção de razão, mas também de fração, fragmento, bem como de uma forma de pensar e de agir.

Foucault promove um importante deslocamento metodológico ao analisar a arte de governar. Diferentemente dos cientistas políticos, sociólogos, historiadores e filósofos de sua época, ele explicita sua vontade de estudar o ato de governar a partir de uma inversão. Seu percurso consiste em partir da análise de práticas concretas e “passar os universais pela grade das práticas” (*idem*; p. 5), ou seja, estudar não o que são “a lei”, “o Estado”, “a vontade popular” etc. em si mesmos, mas compreender as formas de poder a partir das práticas de poder que vão estabelecer o conceito de “Estado” em determinado contexto temporal.

Para Foucault (*ibidem*, p. 5), esse caminho de análise inverte “[...] um historicismo para ‘passar pelo ralador’ da prática os universais”. Tal proposta tem por mérito definir uma forma

de estudo que questiona a continuidade histórica de conceitos como se eles fossem constantes e imutáveis, em diferentes contextos temporais e espaciais. Em *Nascimento da Biopolítica*, o Estado moderno europeu é avaliado como uma das práticas governamentais possíveis, mas também como um objeto a se constituir. E de que forma ele se consolidou? Pela razão governamental, diz Foucault, dessa *ratio*; dessa maneira de estabelecer uma proporção entre modos de se compreender o poder. Formas de exercício da força que estão ligadas, na Idade Antiga e na Idade Média, a outras concepções.

2.1.1. A mediação do poder na pólis na pastoralidade

A primeira concepção de uma arte de governar, teria sido a do governante da pólis grega. O condutor da cidade, que a comanda à maneira de um navio – o termo grego é *cibernauta*, peculiaridade que irá nos interessar no próximo capítulo. O governo que se faz necessário para livrar a pólis de escombros e de adversidades como piratas, rochedos e perigos. Mas, nesse contexto, o faz em nome da “nau cidade”, sem que haja qualquer relação entre os destinos da cidade e os de seus cidadãos. Não haveria, para o pensador francês, nessa conjuntura, uma relação do governante antigo com cada indivíduo: a pólis não estabeleceria uma relação com cada um, pois a *pólis* era a coletividade que delegou ao que governa, tirano ou eleito pela ágora, a responsabilidade de oferecer condições para a vida e a cidadania, a despeito da relação com cada membro.

É a partir de outra tradição, a judaico-cristã, que se pode identificar a irrupção de diferente modalidade de poder: o poder pastoral, relacionado à noção de rebanho e à figura do pastor como condutor de uma coletividade. Esse poder: a) se exerce sobre uma multiplicidade em movimento; b) é pretensamente benéfico, pois tem por objetivo a salvação do rebanho; e c) individualiza seus seguidores, ou seja, reúne todos (*omnes*) e cada um (*singulatim*), no sentido de que cada indivíduo é parte indissociável do todo. A primeira mudança que o pastoreio traz em relação ao modo de governar das cidades gregas é que se governa a partir do movimento, do êxodo, do deslocamento das pessoas, como pastores levam seus rebanhos.

A razão de governo do pastoreio é distinta daquela de governo das cidades. Enquanto os primeiros estão em contínuo movimento, a cidade é estática. Enquanto a razão de governo do pastoreio cria uma relação do pastor com as ovelhas que se exerce na quantidade do rebanho e nas temporalidades, a razão da cidade se exerce no alcance e na hierarquia entre esses centros, sua intensidade e concentração, sua espacialidade. A segunda diferença é que a lógica do pastoreio é a busca pela salvação, a terra prometida, a redenção. Nela está uma racionalidade do sacrifício em nome do rebanho e uma transitoriedade dos lugares por onde o pastor e o

rebanho “passam” em busca de uma solução teleológica. O tempo do pastoreio é o tempo da providência divina. A busca no pastoreio é pelo dia do julgamento final; por um horizonte de tempo escatológico. Nesse governar, o pastor detém a lógica divina, traz consigo os desígnios de Deus, portanto guia e conduz por meio da busca de uma racionalidade na qual a salvação e a imanência do divino estão sempre presentes. Já na cidade grega, o bom governo é o justo governar do todo, é o estabelecimento do *logos*, da palavra razão, que, dita e debatida na *Ágora*, se torna a razão da assembleia que julga e, por meio da razão dos homens, estabelecer pela argumentação entre os cidadãos e homens livres, os rumos da cidade.

Por fim, a terceira diferença: no pastoreio, a salvação só se pode alcançar por todos, mas com o empenho de cada ovelha do rebanho. Isto porque a salvação do rebanho está relacionada ao zelo do pastor pelo seu rebanho, pela forma como ele serve ao rebanho, e para isso deve conhecer suas ovelhas, cada uma delas. Deve saber como é cada uma, individuá-las, e daí a sua relação do pastor com o rebanho, de olhar a todos e cada um dos membros (*omnes et singulatim*), o que leva a uma situação paradoxal: o sacrifício de um pelo todo, o sacrifício do todo por um. Com a igreja cristã, a noção do poder pastoral vai se coagular no coração do Império Romano, transformado profundamente as formas de poder para uma peculiaridade da Europa Ocidental assim descrita em *Segurança Território e População*:

Porque é de fato este, afinal, o paradoxo, sobre o qual eu gostaria de me deter nas próximas aulas: é que, de todas as civilizações, a do Ocidente cristão foi sem dúvida, ao mesmo tempo, a mais criativa, a mais conquistadora, a mais arrogante e, sem dúvida, uma das mais sangrentas, em todo caso, é uma das que certamente praticaram as maiores violências. Mas, ao mesmo tempo – e é este o paradoxo sobre o qual gostaria de insistir –, o homem ocidental aprendeu durante milênios o que nenhum grego sem dúvida jamais teria aceitado admitir, aprendeu durante milênios a se considerar uma ovelha entre as ovelhas. Durante milênios, ele aprendeu a pedir sua salvação a um pastor que se sacrifica por ele. A forma de poder mais estranha e mais característica do Ocidente, aquela que também viria a ter a fortuna mais vasta e duradoura, creio que não nasceu nas estepes nem nas cidades. Ela nasceu no âmbito do homem de natureza, não nasceu no âmbito dos primeiros impérios. Essa forma de poder tão característica do Ocidente, tão única, creio, em toda a história das civilizações, nasceu, ou pelo menos inspirou seu modelo no pastoreio, na política considerada assunto de pastoreio (Foucault, 2008a, p.174).

2.1.2. As formas de governo da modernidade em formação

É na irrupção de formas de governar que emergem relações de poder deslocadas das formas anteriores e, com elas, novas formas de se constituírem as subjetividades. Com o mercantilismo, outras maneiras de se conceber o poder aos poucos vão se coagulando em novas práticas governamentais:

Em suma, o pastorado não coincide nem com uma política, nem com uma pedagogia, nem com uma retórica. É uma coisa inteiramente diferente. É uma arte de governar os homens e é por aí, creio, que devemos procurar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade cuja entrada na política

assinala, em fins do século XVI, séculos XVII-XVIII, o limiar do Estado moderno. O Estado moderno nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida (*idem*, p. 219).

Essa genealogia dos modos de governar identifica o Estado Moderno Ocidental como uma governamentalidade, o método genealógico, estuda a emergência do estado não exatamente como um modo de se fazer o governo, mas um objetivo a se alcançar. Para compreender essa forma de cálculo do governo é preciso entender a conformação da sociedade ocidental em função das individuações do poder pastoral. Uma subjetividade não baseada na individualidade aristocrática grega ou romana antiga, mas marcada pela *sujeição*:

Parece-me que o pastorado esboça, constitui o prelúdio do que chamei de governamentalidade, tal como esta vai se desenvolver a partir do século XVI. Ele preludia a governamentalidade de duas maneiras. Pelos procedimentos próprios do pastorado, por essa maneira, no fundo, de não fazer agir pura e simplesmente o princípio da salvação, o princípio da lei e o princípio da verdade, por todas as espécies de diagonais que instauram sob a lei, sob a salvação, sob a verdade, outros tipos de relações. É por aí portanto que o pastorado preludia a governamentalidade. E preludia também a governamentalidade pela constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta (*ibidem*, p.243).

Passa-se então da pastoral das almas ao governo político dos homens, em um processo descontínuo conflituoso e repleto de “revoltas de condutas” contra o poder do pastoreio. A mais evidente é a Reforma Protestante, mas Foucault (2008a) menciona uma série de tensões que vai, gradativamente, levar a questão da governamentalidade para a busca de outros critérios que não os apenas religiosos para o governo das almas e dos homens. Assiste-se também, no século XVI, a uma ampliação da questão da condução dos homens para além da dimensão religiosa, da autoridade eclesiástica. O bom rei, o bom governante, será assunto de todo reino. Preparar o rei, provê-lo de tutores, de bons educadores será uma preocupação recorrente. A pergunta “como se conduzir?” torna-se chave. Gradativamente este questionamento vai se ampliando e incorporando novas características.

Entra em voga, nesse momento, a preocupação de como se conduzir não apenas o território do poder régio e seu alcance (que define o conceito de região). Agora, condizente com as questões burguesas e iluministas que começavam a circular entre as cidades. Mas também uma perspectiva do soberano que pretende conduzir seu reino, muitas vezes com mais de uma religiosidade. As preocupações sobre a coisa pública (*res publica*) retornam ao debate nas cidades. Gradativamente, entra em discussão a questão da *ratio status*, a razão do Estado como uma forma de governar os homens a partir de princípios lógicos, de preceitos fundamentados não apenas na fé e nas escrituras, mas em clássicos, no direito tradicional e sobretudo na noção

de direito natural derivada da compreensão de um direito ligado à *physis*, às forças e leis da natureza e não apenas da igreja.

O Estado precisava também se defender dos perigos externo e internos. Externamente, o governo deveria se precaver das ameaças de guerra, por meio da constituição de uma força militar: o exército regular característico dos Estados-nações. Além disso, governar envolvia a atribuição de se relacionar e promover alianças e outras atividades externas: a diplomacia. São estes dois dispositivos que Foucault chamará de dispositivos de polícia externa. Quanto à questão interna, nesse período emerge uma série de iniciativas e tentativas de estabelecer um poder de policiar a população contra ameaças internas. Certamente, trata-se de prevenir revoltas e insurreições. Mas é mais ampla a noção de polícia, uma compreensão que, no século XVI e XVII, pretendia cuidar de vários aspectos da vida cotidiana, de ordenar os comportamentos e as condutas.

Esse excesso do policiamento do rei se mostrará para muitos um erro de conduta do governante por tentar interferir “onde não é chamado”. É nesse momento que se identifica uma ruptura com a lógica do Estado e sua justificativa pela lei, com o surgimento de uma nova explicação, que vai operar sob outros princípios. A formatação de algo outro será fundamental para a validação do Estado moderno e se trata de um processo que se desdobra em formas de governar não só da dimensão espacial, do território, mas também que passa paulatinamente a contar com um novo aspecto: a população. Já não basta ao soberano do século XV ou XVI exercer o domínio militar em determinada região. O que começa a ser parte do cálculo de governo é a dimensão do povo e seu cuidado.

2.1.3. A irrupção da razão econômica: a mediação liberal

É a partir deste ponto que Santiago Castro-Gómez, em *História da Governamentalidade* (2010), aponta o estabelecimento do paradoxo da racionalidade estatal, que até meados do século XVII contava com duas linhas que atravessavam a razão do Estado: 1) as tecnologias orientadas para a centralização do poder e subordinação das forças internas; e 2) as tecnologias orientadas para o bem-estar e a felicidade dos indivíduos. O paradoxo é que a felicidade depende por inteiro de um Estado onipotente, que, por sua vez, exige a completa subordinação dos indivíduos – mesmo que estas duas vertentes nunca tenham sido alcançadas plenamente. O choque gerado pela pretensão de governar a todos e a cada um (*omnes et singulatim*) que se vai gerar uma fissura interna na arte de governar aberta pela razão do Estado. É desta fissura que emergirá uma nova tecnologia de governo: o liberalismo.

No século XVII e XVIII, houve tentativas da Igreja e da nobreza de limitar os poderes do soberano e suas pretensões absolutistas de se imiscuir no Estado. As resistências se valeram do uso de leis naturais contra a centralização do poder. Mas, se essa iniciativa pelo caminho jurídico parecia ser uma limitação interna do poder político pela lei, tratava-se de uma tentativa de limitação externa, pois “[...] a racionalidade política que subjaz do poder estatal não tinha nada a ver com o direito. Não é o Estado quem obedece à *ratio juridica* mas sim esta que se submete aos desígnios superiores da *ratio status*.” (Castro-Gómez, 2010, p.136):

As tentativas de limitar o poder estatal pela razão jurídica são, portanto, extrínsecas. "Seria um erro buscar a emergência do liberalismo no direito." ressalta Foucault, analisando as transformações da racionalidade: “[...] a limitação se apresentará então como um dos meios, e no caso o meio fundamental, para alcançar precisamente estes objetivos para chegar a eles é mister talvez limitar a ação governamental [tradução nossa]” (Foucault, 2007: 27, *apud* Castro-Gómez, 2010).

Essas transformações são intrínsecas, pois a racionalidade se dá como funcionamento das práticas quando: a) tem objetivos; b) utiliza meios técnicos; c) gera reflexões teóricas sobre si; e d) seleciona estratégias para articular meios e fins. No final do século XVIII, já se percebe a discrepância entre meios técnicos e estratégias. Foram os economistas (e não os juristas) que viram inicialmente que a arte de governo poderia ser alcançada por novos meios e estratégias. Aqui, vale a pena retornar ao *Nascimento da Biopolítica*, que identifica o ponto de inflexão dessa forma de biopoder em seu estágio inicial:

Pois bem, essa transformação, creio eu, fundamental nas relações entre direito e prática governamental, essa emergência de uma limitação interna da razão governamental, eu lhes disse, antes de tê-la caracterizado de uma maneira abstrata, que ela se situava, que era identificável grosso modo por volta do meado do século XVII. O que permitiu a sua emergência, como é que isso se deu? Claro, seria preciso levar em conta (tornarei sobre esses pontos, pelo menos em parte, posteriormente) toda uma transformação de conjunto, mas hoje eu gostaria simplesmente de indicar qual é o instrumento intelectual, qual é a forma de cálculo e de racionalidade que pôde possibilitar a autolimitação de uma razão governamental como autorregulação de fato, geral, intrínseca às próprias operações do governo e que possa ser objeto de transações indefinidas. Pois bem, mais uma vez, esse instrumento intelectual, o tipo de cálculo, a forma de racionalidade que permite que a razão governamental se autolimite não é o direito. Pois bem, evidentemente a economia política. (Foucault, 2008b, p. 18).

É a economia política que vai introduzir a regulação interna da própria racionalidade governamental e são os economistas que primeiro vão refletir sobre práticas governamentais, não conforme o direito, mas pelo viés pragmático, como destaca Castro-Gómez sobre esse aspecto na obra do pensador francês:

[...] a economia política calcula os efeitos reais que podem ter uma medida qualquer de governo, mas tendo em conta a natureza daqueles fenômenos que devem ser governados. E este é, precisamente, o ponto de quebra dos fisiocratas com o respeito aos mercantilistas [**tradução do autor**]. (Castro-Gómez, p. 138)

Para os mercantilistas, tratava-se de se pensar a regulação dos processos econômicos. Para os fisiocratas, tratava-se de compreender “processos naturais” com “leis internas” (Foucault, 2007, p. 33 *apud* Castro-Gómez, 2010). Os economistas inauguraram o limite da crítica e a crítica da razão política. Os fisiocratas mostraram uma “[...] naturalidade que deve se deixar-fazer, que não criticam o excesso de soberania, mas o excesso de governo”. (idem, p. 139). É quando Foucault retorna a seu exemplo recorrente e discorre sobre as diferenças entre mercantilistas e fisiocratas no caso da escassez de grãos em *Segurança, Território e População*, e os dispositivos de segurança. Para os mercantilistas, tratava-se de efetuar o controle total da produção, da distribuição e do consumo, por meio de ordens para controle dos preços e controle da exportação. Eram, em suma, propostas de “restrições e coações” (*ibidem*, 2010). Já os fisiocratas, sobretudo Quesnay, foram os que abordaram a escassez como “fenômeno natural”, compreensão dos ciclos, de onde se deve agir “não contra, mas a partir da administração da escassez”. Não se trata de intervir na economia para evitar a escassez e sim “regular por meio da própria lógica da economia”.

Ao invés de cuidar da escassez, deve-se buscar a qualidade dos grãos por estímulos à produção para que o produtor vá ao mercado e assim os preços se autorregulem. Se antes a escassez se adaptava à razão do Estado, agora, o Estado deve-se ajustar à escassez. Temos aqui a questão da verificação, da produção de verdades. Se antes era o palácio e os decretos reais os instrumentos de governamentalidade, gradativamente o mercado e suas regras intrínsecas da lógica de compra e venda, da oferta e da procura, da necessidade e dos desejos, da abundância e da escassez, que vão, pouco a pouco, assumindo importância em produzir verificações as quais escapavam ao poder régio.

Os economistas que vão trazer o receio de governar demais e apresentam o princípio da autolimitação interna da racionalidade governamental. Castro-Gómez analisa uma fissura na racionalidade que, antes, pretendia controlar a tudo por meio das tecnologias policiais e do princípio crítico dos fisiocratas que não vão ousar questionar o poder do soberano, mas darão o primeiro passo para que outros o façam posteriormente.

2.1.4. O nascimento do Homo Economicus

Castro-Gómez (2010) menciona a aula de 17 de janeiro de 1979, que cita o mercado na Idade Média até o século XVII como “local de jurisdição”, com restrições à usura e à fraude, onde se devia praticar “preços justos” e onde comerciantes eram submetidos a regulação estrita. Mercado como “lugar de justiça” (Foucault, 2007, p. 46-47 *apud* Castro-Gómez, 2010, p.141). Foucault então identifica no século XVII uma mudança do mercado de lugar de jurisdição para

lugar de *veridicção*. A partir desse momento os processos econômicos passam a ser vistos como naturais, o mercado passa a ser um local "livre" da intervenção estatal. Surge a ideia de se "governar frugalmente", ou seja, o Estado não deve intervir e deve "deixar acontecer naturalmente" assim como "se ajustar aos mecanismos naturais de mercado". O preço será justo pela livre troca de mercadorias, que vão refletir a "verdade da economia".

A iniciativa deve vir dos participantes do mercado; as rotas de circulação da mercadoria, as necessidades que devem ser satisfeitas, a quantidade e qualidade da oferta, etc. Castro-Gómez vai então avaliar que "a irrupção do mercado como princípio de veridicção e não como princípio de jurisdição é vista por Foucault como um acontecimento na história da governamentalidade". Segundo o autor, "ali está a base de uma distinção para entender o surgimento do liberalismo: a diferença entre *Homo Economicus* x *Homo juridicus*". Passa a se ter uma relação entre economia e direito. Tanto Beccaria como Bentham eram economistas e juristas. Adam Smith era teólogo e jurista. À medida que a economia ganhava um lugar como nova ciência de governo, o direito precisou reformular suas funções. A economia começou a pôr limites internos levando o direito a se pôr o seguinte problema: como criar limites externos ao poder público?

Castro-Gómez (2010) vai então abordar a distinção foucaultiana da genealogia do controle externo da governamentalidade. O pensador francês aponta dois caminhos para este controle: o revolucionário e o radical. O primeiro é sobre o povo como constituinte primário composto por cidadãos de direito. Trata-se de um "caminho rousseauiano". Neste primeiro enfoque, o Estado não pode ultrapassar os limites jurídicos (a separação dos poderes). Mas, a partir de um determinado momento, trata-se de governar e de defender direitos fundamentais. Tal mudança mostra que este caminho do direito e da justiça, de herança medieval, precisava agora lidar com o plano da imanência, pois o caminho constitucional é também herdeiro da oposição entre nobres e burgueses.

Outro caminho é o radical, que se estabeleceu na Inglaterra e nos EUA. A partir dessa perspectiva, o limite externo ao Estado já não era posto pela lei, mas pelo mercado. Agora o poder estatal já não vai até onde a lei autoriza, mas até onde a atividade livre dos indivíduos permite. Nessa perspectiva, Foucault identifica um deslocamento profundo e significativo na noção dos que constituem a sociedade. A partir desse deslocamento da lei para a lógica das necessidades, os governados não são mais sujeitos de direito, mas sujeitos econômicos:

El otro camino no consiste justamente en partir del derecho, sino de la propia práctica gubernamental. Partir de esta práctica gubernamental e intentar analizarla. ¿Analizarla en función de qué? En función de los límites de hecho que pueden ponerse a esa gubernamentalidad [...] En resumen, el análisis del gobierno, de su práctica, de sus límites de hecho, de sus límites deseables. Y poner de relieve, a partir de ahí, aquello

que para el gobierno sería contradictorio o absurdo tocar. Más aún, y de manera más radical, poner de relieve lo que para el gobierno sería inútil tocar. Inútil. Es decir que la esfera de competencia del gobierno va a definirse ahora, de seguir este camino, precisamente a partir de lo que para él sería útil e inútil hacer y no hacer. El límite de competencia del gobierno se define a través de las fronteras de la utilidad de una intervención gubernamental [...] Esta pregunta no es la pregunta revolucionaria: ¿cuáles son mis derechos originarios y cómo puedo hacerlos valer frente a cualquier soberano? Pero sí es la pregunta radical, la pregunta del radicalismo inglés. El problema del radicalismo inglés es el problema de la utilidad. (Foucault, 2007: p. 69 *apud* Castro-Gómez, 2010)

Esse segundo caminho havia sido vislumbrado pelos fisiocratas, que viam o Estado como ignorante das questões da "naturalidade". Já os liberais radicais vão além e entendiam o Estado como “vergonhoso, repulsivo, *torpe*”. O limite do Estado era tratado como êxito da ação governamental, deixando os indivíduos sem serem perturbados. É este radicalismo inglês que vai trazer o liberalismo.

Castro-Gómez (2010) pondera que no século XIX o liberalismo vai viver uma ambiguidade fundamental: tentar conciliar *homo economicus* e *homo juridicus*. Há uma heterogeneidade entre a lei e o mercado por tensão entre os princípios. O século XIX vai tentar manter a matriz fundamental dos direitos do homem e o cálculo utilitário da independência dos governados, sem êxito. Já no século XX, o *homo economicus* se impõe ao *homo juridicus*. Foucault vai mostrar, em *O Nascimento da Biopolítica*, como o caminho radical se impôs sobre o revolucionário e o mercado se tornou o âmbito em que se define a cidadania.

Aqui temos um ponto relevante para a nossa pesquisa: com a emergência do neoliberalismo, ser cidadão não será uma questão de direitos, mas de empreendimento, pondera Foucault. As instituições jurídicas no liberalismo e neoliberalismo são dispositivos de segurança, ou seja, instituições em que o importante é a utilidade e a eficácia. Nesse novo paradigma, a universalidade da lei cede diante da particularidade dos interesses e da pragmática da regulação. São duas linhas – cujas genealogias remontam desde a Antiguidade: a linha da totalização encarnada na razão jurídica e a linha da individualização encarnada na razão pastoral – que passam a convergir no liberalismo. E o *singulatum* prevalece sobre o *omnes*.

O que leva à pergunta: o que significa que o jogo da utilidade prevaleça sobre o jogo dos direitos? Castro-Gómez cita a aula de 28 de março de 1979, em que Foucault analisa a filosofia empirista inglesa, mostrando como o sujeito econômico e o sujeito jurídico seguem racionalidades completamente diferentes. Foucault diz que em David Hume o ser humano não é “o homem como deveria ser” e sim o homem como “é”, com seu comportamento empírico. O homem de Hume é movido pelo *interesse*. Ninguém age ou pode agir abrindo mão de seu interesse, pois a paixão precede a razão, diz o filósofo escocês. Para ele, a razão é um

instrumento que serve para calcular as melhores formas de se satisfazer as paixões. A razão é reduzida a um instrumento a serviço do interesse da vontade e do desejo, segundo Hume. “O importante é que o interesse aparece, e pela primeira vez, como uma forma de vontade, imediata e absolutamente subjetiva” (Foucault 2007: 313).

Se são imediatos e fundamentais, Foucault então os percebe em Hume como *irredutíveis*. Não podem ser julgados como “irracionais” a partir de uma lei moral superior e sim *encarados como positivities, realidades empíricas*. São intransmissíveis (não podem ser direitos em um contrato social). Foucault aponta nessa passagem o deslocamento das escolhas; se antes, entre “o justo e o injusto”, agora, entre “o prazer e a dor”. O que será identificado como uma crise da imparcialidade e ascensão da natureza passional individual:

Los juicios morales, anclados en el mundo sensorial, son siempre subjetivos y nunca se ajustan a la neutralidad y universalidad de la ley. Al considerar, entonces, las acciones gubernamentales desde el punto de vista de la utilidad, el liberalismo dirá que la naturalidad de las pasiones no debe ser tocada, sino que debe ser "dejada-actuar". Para el liberalismo, el gobierno ya no es algo que debe ejercerse sobre las cosas mismas, sino sobre la "república fenoménica de los intereses" (Foucault, 2007: 66 apud Castro-Gómez).

Ao que segue a pergunta: Por que obedecemos a lei? Ou, como Hume formulou: *Por que se subscreve um contrato e porque o respeitamos?* Para Hume, a resposta é: *por um cálculo de interesse* pois, segundo o mesmo, nunca há uma renúncia de interesses. A justiça seria, portanto, como um artifício, um instrumento que permite minimizar a dor e maximizar o prazer, afinal “o sujeito de direito não ocupa o sujeito de prazer. Eles não obedecem a mesma lógica”. O primeiro é definido em termos negativos (pois renunciou a seus direitos naturais) e o segundo “sempre sabe o que faz”, como diriam os economistas do século XIX e século XX.

Essa ascensão e priorização dos desejos e interesses leva Castro-Gómez a uma nova pergunta: Se é um jogo em que cada indivíduo busca seus interesses, o que garante que estes interesses pessoais coincidam com a vontade e interesse dos demais? Para Adam Smith a pergunta é reformulada da seguinte forma: Como explicar que o jogo espontâneo dos interesses individuais redunde em benefício para todos os jogadores? Garcia-Gómez vai analisar que Foucault ao ler Adam Smith “passa por cima” da teoria dos sentimentos morais e a questão da simpatia, para abordar a mão invisível do mercado. E ao falar dessa questão Castro-Gómez diz que Foucault foca menos na “mão” e mais no “invisível”. Segundo o colombiano, Foucault diz que no jogo espontâneo dos interesses nenhum dos jogadores pode ver o jogo inteiro e só vê sua própria jogada. Trata-se de um jogo invisível, e cada jogador pode apenas fazer seu cálculo pessoal não poderia se compreender o conjunto, a totalidade. Esse é o mundo do homem econômico, em que não é possível calcular as causas e efeitos, em que se vive desfrutando cada

jogada por justamente não saber as consequências. O homem econômico vive perigosamente sem saber “o dia de amanhã”, pois vive em função de acidentes diante dos quais pouco pode fazer. Então foca no presente, em seus desejos e seguindo a sua natureza passional. Não precisa se preocupar com o bem comum.

Foucault aborda a *invisibilidade* dizendo que ela será indispensável. Ele diz que Adam Smith vai além dos fisiocratas ao afirmar que o poder político deve ser exercido de forma diversa do soberano, dando um passo à frente. “Nem o Estado nem ninguém tem a capacidade de se meter e controlar o mercado pois ele está em uma dimensão não compreensível pelo conhecimento”, diz Foucault sobre a visão de Adam Smith sobre a incapacidade de mapear todos os agenciamentos dos sujeitos desejantes e em busca de realizarem seus desejos e necessidades. Ou seja, não se trata mais de governar e regulamentar pelas “coisas em si”, mas de deixar que os indivíduos “façam o que lhes parecer melhor”. O soberano só atrapalharia. O indivíduo com o cálculo de interesses poderia então “governar-se a si mesmo” independentemente do Estado.

Segue então a pergunta de Castro-Gómez: *o que é, então, o liberalismo?* E ele diz que para Foucault não é uma “ideologia” ou “doutrina econômica”, muito menos uma “filosofia política”, mas um *conjunto de práticas que se compõem juntas em uma certa racionalidade*. Não é uma instituição, mas um modo de fazer, uma *tecnologia de governo* sobre a conduta moral e econômica. A novidade é justamente que se trata de uma técnica de governo em relação à razão de Estado. A razão de Estado tem o governo do Estado “em si mesmo” como um fim. E o fazia pela regulação de todas as atividades cotidianas. Essa era a razão de ser da política. A iniciativa individual era “perigosa” para a segurança do Estado. Já a racionalidade liberal *pressupõe* a capacidade das pessoas se autogovernarem. Parte da ideia de que as pessoas sabem o que querem e sabem o que fazem, o que não quer dizer que o liberalismo se refute a governar as condutas. “A tecnologia liberal não regulamenta certamente a liberdade dos indivíduos, mas a *gestiona/gerencia*. Não *intervém na liberdade, mas nas condições de liberdade*.”

O liberalismo produz um “meio” (*milieu*, meio social, ambiente, contexto, entorno – palavra importante para a nossa pesquisa) no qual o risco de viver pode ser regulamentado (ex: companhias de seguro, análises de risco, campanhas de marketing, planejamentos, orçamento, contabilidade) e gera **artificialmente** condições de ação mediante cálculo racional. Ao criar estas condições para a liberdade do indivíduo, o torna cúmplice, parceiro, associado, vinculado. **“o liberalismo busca conduzir a conduta dos sujeitos, mas *sujeitando-os* a norma do *homo economicus*, na qual o cálculo de interesses gera benefícios”** (Castro-Gómez, 2010 p.153).

Mas o liberalismo não é apenas um regulador econômico. Como uma técnica de condução, busca fazer dos indivíduos sujeitos morais, autorresponsáveis. “A felicidade do maior número”, diz Bentham, “só virá quando houver um pacto moral entre indivíduos que se autogovernam. O liberalismo é então uma técnica de constituição moral dos sujeitos. A liberdade do indivíduo sempre leva a autoprodução do sujeito moral”.

2.2. Ciclos de verificação da governamentalidade neoliberal

Ao acompanhar o raciocínio de Foucault em *Nascimento da Biopolítica*, observa-se a tensão entre ciclos de produção de verificações ascendentes e decadentes, que parecem sempre contar com irrupções de razões internas, em formação. Estas parecem se expandir, se coagular, se solidificar, se cristalizar, para, por fim, se fragmentar e existir como cacos do velho mundo que resiste a morrer. Vejamos, por exemplo: 1) o império romano e o direito romano, eivado de valores da *pólis* e da *cives*, além de tecnologias de governos da antiguidade clássica grega e romana, vão cedendo gradativamente às tecnologias do poder de pastoreio com a dispersão do cristianismo na sua forma católica; 2) em seguida, essa tecnologia da arte de governar, peculiar do Ocidente, vai se consolidando à medida que se cristaliza com o poder da Igreja, entre o século II e o século XIII, até o acontecimento da racionalidade renascentista e moderna que começa a questionar o poder temporal da igreja e a reivindicar cada vez mais e mais frações (razões) de poder secular com a expansão mercantilista, que passa a questionar a religião como legitimadora do governante; e 3) A ascensão do poder das cidades mercantis italianas entre o século X e o século XVII, e da lei natural como forma de legitimar o poder cada vez mais por uma “*jus naturalis*”, sua aplicação pelas nascentes universidades, o estabelecimento de códigos de conduta e ordenamentos legais nas cidades, cada vez mais relevantes com sua população e seus mercados pujantes, que passam a questionar as leis do rei e o poder dos feudatários por meio de uma nova lei, uma nova lógica: a lei do mercado.

Sempre de dentro para fora; sempre do micro ao mega, para fazer referência ao conto de Voltaire. A partir da análise da microfísica do poder, Foucault estabeleceu uma forma de compreensão do poder não pelo Estado como princípio, mas como resultante das tecnologias de governamentalidades. É interessante notar no pensamento de Foucault como as identificação de verificações, sua dinâmica e sua potência, podem progredir (ou não, no caso das revoltas de condutas) na composição das grades (arcabouço, framework) de práticas. As diferentes técnicas, vão se formando, se chocando e colocando em questão os regimes de verdades – seja por estratégias, seja por conveniências – que estavam cristalizados ou mesmo em desintegração

com a irrupção de tecnologias internas e surgidas nas práticas cotidianas, que se impõem e, gradativamente, transformam as formas e práticas de governamentalidade.

Como dito antes, Castro-Gómez ressalta a importância que Foucault dá as transformações intrínsecas e relacionais do poder. Para o pensador francês, a racionalidade se dá como funcionamento das práticas quando: a) tem objetivos; b) utiliza meios técnicos; c) gera reflexões teóricas sobre si; e d) seleciona estratégias para articular meios e fins. Há neste trecho um importante instrumental para compreensão da contemporaneidade. Após 37 anos da morte de Foucault, constata-se que ele contribuiu com uma nova forma de pensar o poder que tem auxiliado a analisar o neoliberalismo ao demonstrar que, pela governamentalidade, podemos entender e podemos identificar, compreender e apreender as razões internas e razões externas das relações de poder na contemporaneidade.

Na atualidade, quais os processos, práticas e técnicas que irrompem capazes de metabolizar o *homo economicus* em uma espécie de *homo entrepenaurus* (Kjellman; Ehrsten, 2005)? Ou, dito de outra forma, como os sujeitos que se constituem como empresa começam a se enxergar como uma soma de vetores que os estabelecerão como agentes do jogo neoliberal? Não se trata mais do ser indivisível, razão das coisas do renascimento, trata-se de um sujeito *divisível*, atravessado, entrecortado por vetores de desejos e utilitarismos, sendo ele mesmo uma resultante de uma soma de estímulos e condições externas a ele.

2.2.1. A emergência do neoliberalismo como governamentalidade

A análise do neoliberalismo aponta que outras formas de *vir-a-ser* de subjetividades estão em vias de emergir. No neoliberalismo, vivemos a racionalidade externa da razão empreendedora. A questão que se segue é compreender dois aspectos: 1) Assim como as leis formaram o *homo juridicus* e a economia política o *homo economicus*, a governamentalidade mostra que racionalidades em formação se baseiam no *homo entrepenaurus*. A racionalidade de uma nova subjetividade empresarial se constitui não só de direito, ou desejos, mas também dos fluxos de informações e *feedbacks*. Em outras palavras, a emergência da cibernética e a lógica do algoritmo são consonantes na formação dessa racionalidade do sujeito-empresa. O outro: 2) A compreensão do neoliberalismo se impõe como tarefa e já há avanços na compreensão e nas formas de coagulação dessa tecnologia de governamentalidade em que a empresa parece se sobrepor à noção de indivíduo consagrado no primeiro liberalismo. Cabe-nos abrir a “caixa de ferramentas” que Foucault oferece quando se debruça na busca da compreensão das tecnologias governamentais da contemporaneidade para: 1) identificar seus objetivos; 2) compreender os meios técnicos que elas utilizam; 3) apontar quais reflexões

teóricas gera sobre si; e 4) por meio de quais estratégias articula meios e fins. Após aprofundar a governamentalidade como elemento chave de compreensão, é necessário examinar como esse processo se dá no contexto contemporâneo. Partimos então para investigar elementos da governamentalidade neoliberal que se espalharam desde a década de 1960, sofrendo uma primeira inflexão na primeira década do segundo milênio. Para tal, vamos ter como referência a obra de Pierre Dardot e Christian Laval, *A Nova Razão do Mundo* (2016).

É na formação do Estado alemão ocidental do pós-guerra, e na sua lógica ordoliberal, que encontramos elementos interessantes para dialogar com a noção de mediatização e seu aspecto centrado no indivíduo entendido como um empreendedor. Entre “política econômica” e “política de sociedade”, Dardot e Laval vão identificar no Federalismo Alemão – e na sua máxima de organizador do direito privado – um ponto fundamental desse novo cenário entre Estado e economia. Wilhelm Ropke, considera que a solução estava não nos problemas inerentes à lógica capitalista e suas crises, mas em um “quadro social [que] não é suficiente sólido” (*ibidem*, p. 127), como se a crise social que a acumulação capitalista proporciona tivesse ocorrido no final do século XIX e na crise de 1929 como uma falta de compreensão das instituições, uma inversão significativa da crítica marxista.

Ao problema persistente, é oferecida uma nova abordagem, fundamental para nosso estudo na compreensão das novas subjetivações que estavam em vias de se tornarem paradigmáticas:

Qual o remédio então? Se a economia de mercado é como um vazio, convém consolidar novamente as bodas, adotar uma política que “visa a uma maior solidez do quadro sociológico-antropológico”. Esse “programa sociológico” compreende diversas vias – descentralização, desproletarização, desurbanização –, todas tendendo a um objetivo comum: uma sociedade de pequenas unidades familiares de habitação e produção, independentes e concorrendo uma com as outras. Cada indivíduo deve ser inserido profissionalmente num quadro de trabalho que lhe garanta independência e dignidade. Em uma palavra, cada indivíduo deve gozar das garantias oferecidas pela pequena empresa ou, melhor, *cada indivíduo deve funcionar como uma pequena empresa*. Vemos aqui o equívoco apontado por Foucault: o que deveria funcionar como um *fora* do mercado que o limita do exterior, é pensado precisamente sob o *modelo* de um mercado atomístico, composto de múltiplas unidades independentes. (*ibidem*, p. 127).

Destacamos no trecho acima um ponto que vai guiar a subjetivação que está na sociedade neoliberal. O indivíduo passa a se sentir atomizado, e em relações de concorrência com os demais, no que Foucault identificou como o fim de uma barreira a qual nem o primeiro liberalismo havia rompido anteriormente: a dinâmica familiar, a dinâmica comunitária e afetiva, entre outras. Sob a égide do empresário de si, uma nova relação com outros indivíduos vai aos poucos atravessando os espaços de convivência, sempre mediados agora por uma lógica, uma

forma de conduzir a sociedade em que, segundo Ropke, “somente se é livre quando se é proprietário, membro de uma comunidade natural familiar, empresarial e local, podendo contar com solidariedades próximas (família, amigos, colegas) e tendo energia para enfrentar a concorrência geral” (*ibidem*, p. 130).

Em especial, interessa aqui como esta lógica de sujeitos que agem e se comportam como entes empresariais vai trazer noções como a de *networking*, de sinergia e de parcerias. Para além de toda uma literatura apologética sobre esses termos e outros como resiliência, adaptação e correlatos, nos interessa, ao contrário, pensar a midiatização, um aspecto basilar identificado por Muniz Sodré (2014), que veremos adiante com mais profundidade, mas que mencionaremos aqui: o deslocamento da percepção de como as pessoas devem interagir no âmbito social e como esta comunicação vai ter, cada vez mais, um aspecto regulamentar das relações e com uma dupla função sobreposta: a convivência e o utilitarismo econômico.

Como se não bastasse essa questão, Von Mises aprofundou o protagonismo do *entrepreneurship*, o empreendedorismo. Para isso, se valeu de palavras-chaves interessantemente importadas de uma série de discursos que podem ser encontrados no campo da cibernética: eficácia, *feedback*, e – fundamental – informação. Para Dardot e Laval, “o grande passo adiante consiste em ver a concorrência no mercado como um processo de descoberta de informação pertinente, como certo modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro” (*ibidem*, p. 135). Tal giro terá implicações significativas, pois:

Essa revolução na maneira de pensar inspirou inúmeras pesquisas, como aquelas, em plena expansão, sobre inovação e informação. Mas, sobretudo, ela exige uma política que vai muito além dos mercados de bens e serviços e diz respeito à totalidade da ação humana. Embora se considere típica de uma política neoliberal a construção de uma situação econômica que a aproxime do cânone da concorrência pura e perfeita, há outra orientação, talvez mais disfarçada ou menos imediatamente perceptível, que visa a introduzir, reestabelecer ou sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente de concorrência. Foi particularmente no *management* que essa orientação encontrou a sua expressão mais forte” (*ibidem*, p. 136).

Outro aspecto da concepção neoliberal de Mises e Hayek é o deslocamento do entendimento de mercado no liberalismo neoclássico e o deslocamento na sociedade neoliberal:

Não é mais o de Adam Smith ou o dos neoclássicos. É um processo de descoberta de aprendizado que modifica os sujeitos, ajustando-os uns aos outros. A coordenação não é estática, não une seres sempre iguais a si mesmos, mas produz uma realidade cambiante, um movimento que afeta os meios nos quais os sujeitos evoluem e os transforma também.

[...]

Contudo, o mercado não é mais o “ambiente” natural o qual as mercadorias circulam livremente. Não é um “meio” dado de uma vez por todas, regido por leis naturais,

governado por um princípio misterioso de equilíbrio. É um processo regulado que utiliza motivações psicológica e competências específicas.” (*ibidem*, p. .139).

Um processo menos “autorregulador” e mais “criador”, considerado, portanto, como de autoformação do sujeito econômico, subjetivo, autoeducador e autodisciplinador. (*ibidem*, p. 140), um caminho que aposta no que os neoliberais norte-americanos vão investir, a noção de autogoverno do sujeito que, nessa acepção, age de determinada forma não por uma razão de natureza humana, mas pela formação do agir no mercado ordena o que Von Mises vai tornar destaque de sua argumentação, afirmando que a teoria geral da escolha e da preferência:

[...] é a ciência de todos os gêneros do agir humano. O ato de escolher determina todas as decisões do homem. [...] A teoria moderna do valor recua o horizonte científico e expande o campo dos estudos econômicos. Assim, da economia política da escola clássica emerge uma teoria geral do agir humano: a praxeologia. (Von Mises *apud* Dardot; Laval, pp. 141-142).

Uma noção de que haveria uma forma mais abrangente de considerar aspectos não só econômicos e, no pensamento de Mises, refletiria uma compreensão do ator econômico por uma perspectiva baseada nas práticas.

2.2.2. Hayek, informação e conhecimento na economia

Já Hayek aborda a questão do conhecimento como um elemento central das relações econômicas, a ponto de considerar “a divisão do conhecimento” como algo que prescindiria a divisão do trabalho:

Numa sociedade estruturada pela divisão do trabalho, ninguém sabe tudo. A informação é estruturalmente dispersa. (*apud* Dardot; Laval, p. 143).
[...]Daí a importância da descentralização das decisões para cada indivíduo possa agir com as informações que tem (*ibidem*, p144).
[...]Em contrapartida, é preciso facilitar a comunicação das informações para complementar os fragmentos cognitivos que cada indivíduo possui. O preço é um meio de comunicação da informação pelo qual os indivíduos vão poder coordenar as suas ações. A economia de mercado é uma economia de informação que permite prescindir do controle centralizado. (*ibidem*, p.144).

Aqui temos um aspecto fundamental da comunicação como elemento nevrálgico da sociedade neoliberal. Toda a argumentação de Hayek se deposita sobre a noção de informação e conhecimento, que vai promover uma profunda forma de conceber o que é um mercado. Nessa perspectiva, Dardot e Laval mostram o profundo deslocamento: já não se trata de pensar a economia como um equilíbrio, mas uma arena, uma ambiência, em que indivíduos usam suas informações de forma fragmentária. Outro aspecto da concepção hayekiana que destacamos aqui é a noção positiva de relações econômicas como a esfera capaz de articular os seres humanos não só em localidades e comunidades, mas em regiões maiores e relações mais

complexas, compreendidas como sociedade. Para Hayek (*ibidem*, p. 163), o mercado criaria vínculo social e um compartilhamento de conhecimento, o que pode coloca-lo como um dos primeiros a falar de uma economia do compartilhamento. O que interessa nessa perspectiva é o papel central do conhecimento na formação do mercado e a compreensão de Hayek do mercado como um espaço em que as informações circulam de forma vetorial:

[...] graças ao mecanismo do mercado, a combinação desses fragmentos espalhados gera resultados em toda a sociedade que não poderiam ser gerados de forma deliberada pela via de uma direção consciente. Isso somente é possível na medida em que, numa ordem de mercado, os preços desempenham o papel de vetores de transmissão de informações. (*ibidem*, p. 163).

Só destacaremos aqui um aspecto que será mais detalhado na parte da análise da cibernética: a importância da compreensão do espaço e das relações sociais pela perspectiva vetorial como um paradigma importante, elaborado dentro de uma discussão paradigmática inclusive da física que, como vemos, será apropriado pelo discurso neoliberal.

Já na segunda parte do livro de Dardot e Laval, a consolidação do capital financeiro, com o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e dos computadores pode ser compreendido dentro dessa nova compreensão de economia e dessa nova atribuição da informação no ordenamento de inúmeras dimensões da racionalidade econômica, cultural, social. A partir de 1980, “o mercado financeiro foi constituído em *agente disciplinante* para todos os atores da empresa, desde o dirigente até o assalariado de base: todos devem submeter-se ao princípio de *accountability* [...]” (*ibidem*, p. 200). É dessa época outro deslocamento profundo na forma de subjetivação que irá marcar essa segunda etapa em que a lógica neoliberal se consolida, e Dardot e Laval vão chamar de “capitalização da vida individual”.

É ainda nesse momento que se consolida o papel dos *think tanks* e outra relação da lógica neoliberal com a midiaticização: o convencimento e o debate neoliberal é, em geral, travado nos meios de comunicação social e a importância desses *house organs* para a legitimação do discurso empreendedor é significativa, embora não seja o foco de nossa análise. Mas podemos relacionar a lógica neoliberal à propaganda, quando pensamos o *marketing* como um dos conhecimentos neoliberais por excelência. Nesse aspecto concordamos com a afirmação de que o marketing é um *ethos* da contemporaneidade, que afirma que o consumidor deve se tornar previdente e escolher racionalmente (*ibidem*, p. 224). Dessa forma, o consumidor agiria dentro da racionalidade empresarial, pois:

Como cada empresa amplia [pelo uso eficiente do marketing] a gama de serviços que oferece, o sujeito deve “escolher” de forma cada vez mais sutil a oferta comercial mais vantajosa. [...] Esta “privatização” da vida social não se limita ao consumo privado e ao lazer de massa. O espaço público é constituído, cada vez mais, pelo modelo do

“*global shopping center*”, seguindo a expressão empregada por [Peter] Drucker para designar o universo que vivemos hoje. (*ibidem*, p. 224).

Nesse quesito, temos uma profunda relação dessa lógica com as transformações do espaço. O shopping center é, sem dúvida, um dos espaços símbolos do neoliberalismo e de como ele atua como referência mobilizadora de grande parte da cidade, que tem como uma das principais atividades de lazer “passear no shopping”, o que representaria a fruição social mediada pelo consumo.

Já na questão das relações de trabalho, várias técnicas de administração vão promover uma profunda reestruturação da ideia de trabalhador, operário e funcionário, fazendo emergir termos como, contratado ou colaborador. Uma mudança significativa no ambiente de trabalho das empresas grandes, sobretudo as corporações, alterou um aspecto importante: os espaços de trabalho, apesar da concorrência entre empresas, eram vistos como ambientes de cooperação na lógica da empresa fordista. A partir não mais de ordens superiores, mas de metas e prazos, controles pessoais e não personificados, as empresas gradativamente vão criando entre seus quadros uma lógica mais concorrencial que cooperativa. A essa transformação, se segue uma série de recomendações sobre o autocontrole, a disciplina pessoal, a motivação, o ser proativo, ser comunicativo e ter motivação, clichês que antes fariam qualquer profissional de uma linha de produção rir e chamar de puxa-saco quem assim pensasse, mas que passaram a ser um discurso de poder, de verificação, como vimos no item 1.1 e de *ratio status* das corporações em transição para o formato plataforma.

2.2.3. Eficácia como meta da lógica empresarial

No que diz respeito à lógica empresarial, outro importante desdobramento é a extensão desta lógica para o âmbito do Estado, até então caracterizado por outra lógica, a do direito público. A avaliação, o *ranking*, o *rating* e as técnicas de gestão se estabelecem como medidas de mensuração em áreas profissionais que durante séculos construíram seus códigos de ética e conduta – medicina, caso exemplar – e se viram diante de uma nova figura, o CEO, que, pela lógica do *management*, vai aparecer hierarquicamente controlando determinadas atividades profissionais que, até então, gozavam de prestígio e autonomia consideráveis. A esse processo, Dardot e Laval vão atribuir a crise de um valor moderno, a objetividade, e a emergência de um novo atributo que será encarado como anterior – a eficácia:

A questão da “objetividade” da avaliação frequentemente trazida à baila, não tem sentido. Essa tecnologia de poder visa a criar um tipo de relação que valida a si mesma pela conformidade dos sujeitos à definição da norma de conduta legítima. Portanto, é pela *construção de um sujeito* cuja conduta será guiada por procedimento de avaliação

e sanções ligadas a eles que se deve julgar esse modo de governo introduzido no serviço público. (ibidem, p. 316-317).

O controle e a relação desse objetivo com a informação são ressaltados como centrais para mostrar o caso das reformas neoliberais de 1982 na Grã-Bretanha de Thatcher. A definição de indicadores, sob o discurso de oferecer mais autonomia e discricionariedade para agentes públicos e administrações regionais, resultou em mais centralização por meio de implementação de mecanismos de avaliação gerencialistas, destacando-se que:

A sujeição dos comportamentos a restrições impostas por instrumentos sofisticados, longe de dar mais liberdade aos atores em campo, tende a confiná-los numa hiperobjetivação da atividade. As normas estatísticas revelaram-se meios poderosos de padronização e normalização dos comportamentos, dentro da lógica da burocracia de tipo “weberiano” (ibidem, p.317-318).

Constata-se, portanto, que mudanças no âmbito da forma de o Estado agir e dos deslocamentos da governamentalidade na administração pública mostram um investimento em dispositivos, mecanismos e conhecimentos do campo da estatística e da produção de índices e indicadores que vão, em um primeiro momento, incidir na burocracia no sentido mais elementar de agentes do Estado.

Mas não apenas: o movimento de levar a produção de índices e indicadores transborda para as burocracias das corporações e para a lógica do sujeito-empresa, que se vê obrigado a justificar seus atos, ações e escolhas por meio de dados e relatórios (ver ranking de motoristas de Uber, ranking de entregadores). O caso mais emblemático é de fato o LinkedIn, uma “rede social” voltada para o sujeito-empresa. Um efeito que será chamado de sujeito plural, um sentimento e percepção de que o sujeito não atua mais apenas nas três esferas clássicas da modernidade: a consuetudinária e religiosa da família e da comunidade; a esfera política da sociedade civil; e a esfera econômica, das relações de mercado (*ibidem*, pp. 322-323). A tensão constituinte da modernidade, entre a cidadania e o sujeito produtor/consumidor, agora se dá sob a égide do dispositivo de eficácia, na qual:

“[...] a nova normatividade das sociedades capitalistas impôs-se por uma normatização subjetiva particular. Foucault forneceu uma primeira cartografia desse processo. [...] (ibidem, p. 324).

O novo governo dos homens penetra até em seu pensamento, acompanha, orienta, estimula, educa esse pensamento. O poder já não é somente a vontade soberana, mas, como Bentham diz tão bem, torna-se “método oblíquo” ou “legislação indireta”, destinada a conduzir os interesses. Postular a liberdade de escolha, suscitar e constituir na prática essa liberdade, pressupõe que os sujeitos sejam conduzidos por uma “mão invisível” a fazer escolhas que serão proveitosas a todos e cada um. (ibidem, p. 325).

Assim, a metáfora do grande engenheiro por trás de um maquinário que funciona em perfeição pelas leis da mecânica vai produzindo esse mundo em que cada peça compõe o todo

de um relógio. Cada pessoa é então parte dessa engrenagem chamada sociedade – um pensamento que os autores apontam como fundamental para se produzir a subjetividade do homem moderno da revolução industrial. E aqui temos um ponto importante sobre a emergência dos sentidos e dos desejos, na acepção de Hume, como objeto central para a produção da subjetividade:

O sujeito produtivo foi a grande obra da sociedade industrial. [...] Esse poder essencialmente produtivo tinha como correlato o sujeito produtivo, não só o trabalhador, mas o sujeito que, em todos os domínios da sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade.

[...] **Já no século XVIII iniciam-se as bodas da mecânica econômica com a psicologia das sensações. Esse é, sem dúvida, o cruzamento decisivo que vai definir a nova economia do homem governado pelos prazeres e pelas dores. Governado e governável pelas sensações: se o indivíduo deve ser considerado em sua liberdade, ele também é um rematado patife, um “delinquente em potencial”, um ser movido antes de tudo por seu próprio interesse. A nova política inaugura-se com o monumento panóptico erguido em glória a vigilância de todos por cada um e de cada um por todos.** (grifo nosso)

Mas podemos nos perguntar, por que vigiar os sujeitos e maximizar o poder? A resposta impõe-se por si só: para produzir a maior felicidade. A lei da eficácia é intensificar os esforços e os resultados e minimizar os gastos inúteis. Fabricar homens inúteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo, fabricar *o homem eficaz* é o que já começa a se delinear [...] O princípio de utilidade, cuja vocação homogeneizante era clara, não conseguiu abranger todos os discursos e as instituições, do mesmo modo que o equivalente geral da moeda não conseguiu subordinar todas as atividades sociais. **Precisamente esse caráter plural do sujeito e essa separação das esferas práticas é que estão em questão hoje.** (ibidem, p. 325-326 grifo nosso).

A contemporaneidade neoliberal é, portanto, o momento em que os entraves do direito, da cidadania e da soberania já não conseguem conter uma lógica dominante econômica do prazer e das sensações. Faz-se fundamental a figura da empresa: “[e]ssa nova figura do sujeito [empresa] opera uma unificação sem precedentes das formas plurais de subjetividades”. Trata-se do que os autores (*ibidem*, pp. 326-327) definem como *neossujeito*, com base em termo cunhado por Lebrum. Uma figura que é sujeito do envolvimento total de si mesmo, ou seja, que deve introjetar todas as formas de desejo que a sociedade de mercado lhe oferece e agir dentro desta lógica do desejo, trabalhando para a sua própria eficácia, para a intensificação do seu esforço, como se o desejo partisse de dentro dele:

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito que necessita ordenando os **meios de governá-lo [grifo nosso]** para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar os seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidades por eventuais fracassos. “Empresa” é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal. (*ibidem*, p. 328).

Tal técnica, como outras no capitalismo, tende a transformar os sujeitos em mercadoria, dizem os autores. Afinal, trata-se de um dispositivo de poder da lógica de mercado, o que a torna sedutora e difícil de ser criticada. Por ser mais sofisticada, ela segue produzindo na

sociedade os efeitos que Weber identificara na “jaula de aço”. Dardot e Laval pontuam que essa jaula agora ocorre em âmbito psíquico, individual, do sujeito com ele mesmo. Nós acrescentamos que, com a informática, a gaiola é virtual e digital, sendo justamente por isso mais eficaz. E por que a lógica empresarial então assume essa predominância na formação do sujeito fragmentado contemporâneo?

A racionalidade empresarial apresenta a vantagem incomparável de unir todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso. Nesse sentido, o léxico da empresa contém um potencial de unificação dos diferentes “regimes de existência”, o que explica os governos terem recorrido largamente a ele. Em particular permite articular os objetivos da política adotada a todos os componentes da vida social e individual. Desta forma a empresa torna-se não apenas um modelo geral que deve ser imitado, como também uma atitude que deve ser valorizada na criança e no aluno, uma energia potencial que deve ser solicitada no assalariado, uma maneira de ser que é produzida pelas mudanças institucionais e ao mesmo tempo produz melhorias em todos os domínios. (*ibidem*, pp. 331-332).

Essa nova *epimeleia*, (cuidado de si), é o ponto auge da subjetivação e sujeição neoliberal, um ato de sujeito-empresa que controla carboidratos, que tem *coaching* ou *personal trainer*, remetem às pesquisas de Foucault e Pierre Hadot que mostravam esta formação do cidadão da pólis, da educação do príncipe, da *Paideia*, como elementos de formação das subjetividades inseridas nas lógicas de governamentalidade de cada época. Nesta perspectiva, o CEO é o sujeito neoliberal *par excellence*. Um corpo onde os limites entre a empresa e um indivíduo já não podem ser estabelecidos; em que as temporalidades da empresa se sobrepõem às do corpo e a espacialidade da corporação vem antes que a do corpo do indivíduo que a representa.³³

2.3. A produção do sujeito e as sujeições do biopoder

A partir dos cursos do *Collège de France* de Foucault, pode-se avançar para a compreensão das mudanças que estavam em curso e compreender um deslocamento da noção primeira de liberalismo para o que se vivia então:

Não há dúvida que há uma guerra sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias (sem mencionar o Exército e a Igreja). Mas essa guerra visa não apenas a mudar a economia para ‘purificá-la’ das más ingerências públicas, como também para transformar profundamente a própria sociedade, impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e o modelo da empresa. [...] portanto é fundamental compreender como se exerce hoje a violência comum, rotineira, que pesa sobre os indivíduos [...] [t]odavia, não se trata mais de perguntar como, de maneira geral, as relações capitalistas impõem-se à consciência operária como ‘leis naturais evidentes’; trata-se de compreender, mais especificamente, como a governamentalidade neoliberal escora-se num *quadro*

³³ Para a discussão sobre os corpos e as corporações, o interessante artigo de Jamie Walenta “Corporate Bodies of Desire: An investigation into the ‘Women of Enron’” traz interessante discussão sobre

normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas destes indivíduos” (*ibidem*, p. 20-21)

A dificuldade de compreensão se dá, pois “[o] neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital.” (*ibidem*, p. 21). O que os autores franceses pontuam aqui é que a sociedade liberal possui uma nova lógica em que a ideia de ordem e regulação, acionada sobretudo pelo aparato jurídico institucional, vai desempenhar uma lógica fundamental no ordenamento do capitalismo:

Mas se pensarmos como os ordoliberais – e, depois deles, como os economistas ‘regulacionistas’ – que a figura atual do capitalismo, longe de poder se deduzir diretamente da lógica do capital, não passa de uma ‘figura econômico-institucional’ historicamente singular, devemos convir, então, que a forma do capitalismo e os mecanismos da crise são efeitos contingente de certas regras jurídicas, não consequência necessariamente das leis de acumulação capitalista. Por conseguinte [na visão dos neoliberais], são suscetíveis de ser superadas à custa de transformações jurídico-institucionais. Em última análise, o que justifica o intervencionismo jurídico reivindicado pelo neoliberalismo é que, quando se lida com um capitalismo singular, é possível intervir nesse conjunto de maneira a inventar outro capitalismo, diferente do primeiro, o qual constituirá uma configuração singular determinada por um conjunto de regras jurídico-políticas. (*ibidem*, pp. 25-26).

Os autores apontam ainda como Foucault contribui para a compreensão desta nova forma de organização dos sujeitos.

Foucault situa o advento de uma nova maneira de conduzir os indivíduos que pretende satisfazer a aspiração de liberdade em todos os domínios tanto sexual e cultural como econômico. [...] Ele mostra que aquilo que chamamos desde o século XVIII de “economia” está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a “biopolítica”) que vão encontrar no neoliberalismo uma sistematização inédita. Comeste último, a concorrência e o modelo empresarial constituem um modo geral de governo, muito além da “esfera econômica” no sentido habitual do termo. (*ibidem*, pp. 26-27).

Trata-se então de algo mais profundo que uma mera sequência da lógica liberal anterior. O que se desenha com a razão neoliberal é o surgimento de novas formas de subjetividades e de sujeições, nova produção de desejos e necessidades, em um conjunto de padrões que vai atravessar os corpos e produzir esses indivíduos, como foi pontuado no trecho acima, sob o esteio da concorrência, de um novo comportamento cultural, sexual e econômico, e sob uma nova lógica de viver, agora com a noção do ser que deve lidar com riscos e “administrar” a sua vida como um empresa bem sucedida.

Em particular nos interessa alguns aspectos da primeira parte do livro *A Refundação Intelectual*. Especificamente a criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, que os autores vêm como o resultado *a posteriori* de uma nova compreensão do que deveria ser o liberalismo

aprofundado de fato, como dito no Colóquio Walter Lippman, realizado em Paris, por patrocínio da nascente Unesco em 1938. Dardot e Laval (2016, p. 72) vão considerar o colóquio “a primeira tentativa de criação de uma ‘internacional’ neoliberal que se prolongou em outros organismos, entre os quais, nas últimas décadas, a Comissão Trilateral e o Fórum Econômico Mundial de Davos”. Em todo o caso, é fundamental a figura de Walter Lippmann no processo, que, na ocasião, apresenta a sua versão em francês de *An Inquiry into the Principles of the Good Society*, que se denominou *La Cité Libre* (*ibidem*, pp. 73-74), ressaltando sua tese principal que refuta a noção de *laissez-faire* ao liberalismo e ao capitalismo concorrencial, com carga semântica do darwinismo social de Spencer. Louis Rougier, ao abrir o colóquio, resume a inovação de Lippman e diz que:

A vida econômica ocorre dentro de um quadro jurídico que estabelece o regime da propriedade, dos contratos, das patentes, da falência, o estatuto das associações profissionais e das sociedades comerciais, o dinheiro e os bancos, todas as coisas que não são dadas pela natureza, como as leis do equilíbrio econômico, mas são criações contingentes do legislador (Rougier *apud* Dardot; Laval, 2016, p. 76).

O mesmo Rougier vai utilizar a interessante metáfora das leis de trânsito par explicitar seu entendimento sobre como deve funcionar uma sociedade sob a lógica neoliberal:

Ser liberal não é, como o ‘manchesteriano’, deixar os automóveis circularem em todos os sentidos, segundo seus caprichos, donde resultariam incessantes engarrafamentos e acidentes; não é, como ‘planista’, estabelecer para cada automóvel uma hora de saída e um itinerário; é impor um *código de trânsito*, admitindo ao mesmo tempo que ele não é na época dos transportes rápidos o mesmo que era na época das diligências. (*ibidem*, p. 80).

Já Lippmann – e a sua concepção de *adaptação* como palavra de ordem dessa nova organização de uma sociedade de mercado com um Estado capaz de promulgar as leis necessárias para evitar os desvios do capitalismo – irá insistir na importância do poder legislador do Estado para legitimar a condução da dinâmica de mercado. O estadunidense, porém, vai enfatizar fortemente que esse arranjo requer “**mudar o próprio homem**” (*ibidem*, p. 91), ou seja, compreender que na dinâmica do capitalismo, há um contínuo reformular de profissões, ocupações, e cabe aos seres humanos se adaptarem a este quadro fluido por esforço próprio e pela educação, esta última não voltada para a formação de cidadãos, mas para dar as condições de trabalho às pessoas oferecendo-lhes ferramentas úteis para se inserirem na dinâmica mercadológica. Para Lippmann, é importante ressaltar que toda essa orquestração se dá por meio da lei, menos o sentido do legislativo (como criador de ordenamento), do que no sentido do judiciário, como a fração de poder determinante para estabelecer as regras do jogo do mercado, identificando excessos e desvios, mas sem interferir no que seria um Estado formatado para favorecer a dinâmica mercadológica.

2.3.1. O sujeito do conhecimento e a informática

Como vimos, os dispositivos técnicos de comunicação não podem ser analisados somente pela evolução tecnológica em si. A digitalização e a informática são processos que estão incluídos na mídiatização em seus muitos aspectos. A expansão e a penetração da mídia desde os anos 1950 seguem um processo que corrobora a participação da comunicação social nesta nova forma de se comunicar por dispositivos técnicos. E como explicar a motivação para tornar aparelhos digitais tão onipresentes? Os custos de produção e sua massificação em escala planetária são impressionantes, sobretudo se pensarmos que há 30 anos o uso de celulares era restrito aos *yuppies* de Nova York, Los Angeles e São Francisco, e aos agentes dos mercados financeiros, que precisavam falar entre si para realizar negociações entre bolsas que antes não operavam sob o paradigma do *real time*.

Algo parece despertar nos sujeitos esse desejo de usufruir do ambiente digital e suas vantagens, comodidades, funcionalidades e fruições. Hoje a estimativa é de que existam em funcionamento 5 bilhões de aparelhos móveis conectados à internet (UIT, 2019), dado que surpreende se relacionado ao impulso de universalizar e individualizar esses dispositivos. Na outra ponta, o que se percebe é o interesse das empresas em transformar cada pessoa em portador/a de um aparelho sem fio conectado à internet para o funcionamento da chamada economia digital, campo que tem permitido à acumulação de capital desde os anos 1990, representado pela criação da Nasdaq.

Aliada a essa ubiquidade dos dispositivos digitais, soma-se uma racionalidade do sujeito empreendedor, que precisa tomar decisões, assumir riscos e entender a vida como oportunidades, que deve navegar nos mares tortuosos da economia e da existência em busca de posições seguras como portos, sabendo que o dia a dia estará repleto de incertezas. Ora, tal vulgata da noção de navegação, tal metáfora da vida a partir de uma dimensão específica da técnica de orientação nos mares, foi instrumentalizada desde 1940 em uma forma de pensar e de produzir conhecimento *pari passo* com a expansão do neoliberalismo: a cibernética.

A ciência da navegação pela informação expressa em notação matemática parece trazer uma compreensão do governar, do ponto de vista da produção do conhecimento. Após a Segunda Guerra Mundial, a elite econômica estadunidense – que, se preocupava, em apresentar formas de conduzir a economia por meio do Congresso Walter Lippmann, em Paris, inicialmente, logo depois nos congressos de Mont Pelerin, (Dardot; Laval, 2016) –, começa a elaborar dispositivos técnicos para efetuar essa forma de governo, voltando-se para seus melhores engenheiros e desafiando-os a desenvolver os equipamentos técnicos de governança

e administração – como se observou no Congresso de Princeton e nas Conferências Macy (Montagnini, 2017).

Uma forma de governar que tem na mediação o dispositivo de interface entre as tecnologias e aparatos técnicos que vão permitir o fluir ininterrupto da informação, mas dentro de um preceito em que uma ideia de liberdade opera sobre um sujeito cada vez mais dependente da instrumentalização digital para estar-no-mundo (Heidegger, 2018). Aqui estamos diante da contemporaneidade produtora de infômanos que Byung Chul Han identifica em entrevista ao El País em 09/10 de 2021 ³⁴. Ele critica os *smartphones* como veículos dessa relação produtora de um sujeito eternamente insatisfeito com a informação.

As coisas são os apoios que dão tranquilidade na vida. Hoje em dia estão em conjunto obscurecidas pelas informações. O smartphone não é uma coisa. Eu o caracterizo como o infômata que produz e processa informações. As informações são todo o contrário aos apoios que dão tranquilidade à vida. Vivem do estímulo da surpresa. Elas nos submergem em um turbilhão de atualidade. Também os rituais, como arquiteturas temporais, dão estabilidade à vida. A pandemia destruiu essas estruturas temporais. Pense no teletrabalho. Quando o tempo perde sua estrutura, a depressão começa a nos afetar. (Han, apud El País, 2021).

Na entrevista, Han aprofunda o aspecto ambíguo da mediação e do *smartphone*, e pontua a relação de submissão e dependência que os sujeitos contemporâneos têm com esse objeto síntese da atualidade:

O smartphone é hoje um lugar de trabalho digital e um confessionário digital. Todo dispositivo, toda técnica de dominação gera artigos cultuados que são utilizados à subjugação. É assim que a dominação se consolida. O smartphone é o artigo de culto da dominação digital. **Como aparelho de subjugação age como um rosário e suas contas; é assim que mantemos o celular constantemente nas mãos** [grifo nosso]. O like é o amém digital. Continuamos nos confessando. Por decisão própria, nos desnudamos. Mas não pedimos perdão, e sim que prestem atenção em nós. (idem)

Vamos mobilizar essa noção sob um aspecto micro deste processo e a tentativa de scriar uma totalidade pela análise do ambiente informacional. Byung Chul Han vai apontar justamente para a imagem do rosário, presente em diferentes religiões, como o instrumento de interiorização da dimensão religiosa. O smartphone desempenha então papel semelhante na sociedade que o autor pontua no livro *No Enxame* (2018), mais especificamente no ensaio *Desmediação*, em que fala de uma relação que busca se estabelecer sem os filtros da mediação social:

Hoje não somos mais destinatários e consumidores passivos de informação, mas sim remetentes e produtores ativos. Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunicá-las ativamente nós mesmos.

³⁴ EL PAÍS, Byung-Chul Han: “O celular é um instrumento de dominação. Age como um rosário”. Cuaderno IDEAS>, acesso em 17/10/2021 <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-10-09/byung-chul-han-o-celular-e-um-instrumento-de-dominacao-age-como-um-rosario.html>

Somos simultaneamente consumidores e produtores [...] A sociedade de opinião e de informação de hoje se apoia nessa comunicação desmediatizada. Todos produzem e enviam informação. [...] A desmediatização generalizada encerra a época da *representação*. Hoje, todos querem estar eles mesmos *presentes e apresentar* a sua opinião sem intermediários. (Han, 2018, pp. 36-37).

Como que em um testemunho e um auto de fé, a informação apresenta uma dimensão do *passio*, termo latino que pode ser traduzido tanto como paixão, mas também como passividade ou sofrimento. Nesse processo, sempre uma carga de afetividade e pertencimento desempenham papel importante para compreender a simbiose entre o religioso e o seu instrumento de prática da fé, seja ele o rosário para o cristão, seja o smartphone para o sujeito do conhecimento hayekiano.

Cabe aqui nos retermos brevemente sobre a dimensão macro dessa organização da informação cuja dimensão global de infraestrutura pontuamos na introdução dessa tese. Por outro caminho, Ed Finn, em *What Algorithms Want* (2017), vai abordar a importância do algoritmo na contemporaneidade e apontar para a noção de Capital Informacional Planetária:

A catedral não é a metáfora perfeita para a computação, mas seus sinais imperfeitos são precisamente o que deixamos de ver. Uma catedral é uma estrutura física e espiritual, uma casa de Deus. Neste sentido, a aparência física da construção conta histórias particulares sobre fé e prática (ex., uma pia batismal, a nave apontando para o leste, ilustrações de histórias bíblicas). Mas isso também sugere um modo particular de acessar o espaço invisível da religião, a casa de Deus que existe além da realidade física: transubstanciação, relíquias, e cerimônias são todas partes do espetáculo da catedral que reflete o maquinário invisível da fé. E ainda a maior parte deste maquinário inevitavelmente se mantém oculto: cisões, orçamentos, escândalos, inconsistências doutrinárias, e outros elementos do que engenheiros de software podem chamar de o "*back-end*" da catedral que não fazem parte da fachada física ou espiritual apresentada ao mundo. De fato, quando o espetáculo "gagueja" [*stutters*] e algum fato desconfortável faz-se visível, o instinto normal é ignorá-lo, assegurar o olho na fachada da catedral para manter a sua fé. A catedral é um espaço de crenças coletivas, uma estrutura que encorpa uma composição de compreensões sobre o mundo, algumas visíveis, outras não. Esta é uma metáfora para compreender a relação que temos com os algoritmos hoje. [tradução nossa]. (Finn, 2017, p. 7).

Por meio dessa ponte, entre o rosário e catedral, entre o visível e o invisível, vamos construindo, gostemos ou não, nossa fé na sociedade da informação, por meio da midiática, mesmo que para isso sejam necessárias as sujeições algorítmicas.

2.3.2. O *smartphone*, o *management* e o sujeito-empresa

Como vimos, a comunicação vai desempenhar um papel para além de instrumental: sob a forma de informação e protocolos, ela se apresentará como a mediação padrão, na qual o *smartphone* adquire centralidade, ao atender parcela significativa de necessidades desse novo

sujeito que, como destacamos anteriormente, pretende “viver sem fronteiras”, “ser seu próprio chefe”, “se superar a cada dia”, “ser resiliente” e tantos outros discursos.

Nesse ambiente em que a comunicação assume tal dimensão, é importante pensar a passagem do paradigma dos meios de comunicação, inicialmente imprensa, depois *mass media*, e atualmente da midiatização, essa última voltada para atender as necessidades do sujeito-empresa neoliberal. Cada qual se inscreve em uma perspectiva genealógica, que pode ser compreendida na dimensão das governamentalidades. A imprensa e a *ratio juris*, na dimensão soberana do poder, da lei e dos direitos e deveres. O *mass media* e a *ratio economicus*, na dimensão da econômica política e da lógica de mercado, da produção e do consumo. E a midiatização, que associamos à *ratio entrepenaurus*, a dimensão do subjetivo contemporâneo neoliberal.

Na primeira dimensão estão os veículos de imprensa, identificados para a formação da opinião pública, do espaço público, o princípio da atuação jornalística como expansão da arena de debate da nação (Anderson, 2008). Na segunda, identificamos o deslocamento destes dispositivos comunicacionais, que antes se relacionavam com a ideia de sujeitos-cidadãos, de povo, da governamentalidade soberana, e gradativamente vão se deslocar para uma ideia de sujeito econômico, produtor e consumidor. São os veículos de comunicação do capitalismo consolidado, de massa, industrial, empresas capitalistas que buscam atender a massa, a multidão e o *homo economicus*. No terceiro momento da midiatização, as redes sociais, os aplicativos, vão se voltar para as comunidades de interesse, os segmentos de mercado, buscando atender as necessidades dos sujeitos-empresas de si. Esses dispositivos de agora se relacionam com as frações do ser que todo indivíduo empreendedor enseja dentro de si. Tais dispositivos já não precisam do consenso, pois eles se dirigem, com o uso da computação e da programação, não mais à coletividade, mas a um indivíduo multifacetado. Este é um importante deslocamento que deve ser somado ao anterior, que desloca a comunicação de atuação na esfera pública para atuação na esfera organizacional.

Nessa última dimensão, a do *homo entrepreneurs*, um sujeito multifacetado emerge, em que a comunicação se dá na escala do microcosmo do sujeito-empresa de si. Nesse momento nos deparamos com essa criatura em uma busca desesperada de importar um pacote *ready made* de um receituário validado do cuidar de si, mas que, uma vez adotado, quase sempre lhe parece alienígena embora validado pelo macrocosmo. Na insipiente busca do indivíduo contemporâneo, de harmonizar seu microcosmo de empreendedor, ao macrocosmo de sua época, temos esse novo dispositivo operando para lhe oferecer versões e gerenciamentos

internos para melhor estar no mundo, o Aleph da atualidade, o rosário da religião neoliberal: a midiaticização.

2.3.3. A midiaticização e o sujeito fragmentado

Esse protagonismo, portanto, da comunicação como processo orgânico, capaz de reunir os cacos desse sujeito fragmentado é fundamental para a nossa análise. Entramos então em uma sombria dimensão do processo de midiaticização – que investigaremos mais a fundo no próximo capítulo. O assombro se deve à necessidade intrínseca de comunicação como processo organizativo da subjetividade empresarial para, no clichê da administração, fazer os diferentes departamentos da firma “conversarem entre si”, literalmente. Ou seja, a comunicação do eu para mim, uma dimensão a cujo respeito nem o liberalismo jamais ousou produzir discursos, receberá uma série de saberes sobre “como ouvir o seu eu interior”, “como conciliar o pai com o empreendedor”, “como liberar o guerreiro das vendas que você esconde dentro de si”. Para além dos chavões, surpreende esta articulação de um discurso do *self* como outro que fala sobre mim, mas que me parece exterior, importado. Ambos passam a habitar o indivíduo e precisam ser mediados.

A surpresa se eleva à enésima potência se a digressão for além e disser que a competição entre esses “eus” deve ser entendida a partir de processos midiaticizados, que produzem índices e gráficos, ou seja, pela lógica da avaliação. Um processo que põe as inúmeras frações do eu (pai, marido, pesquisador acadêmico, servidor público, paciente, praticante de natação etc.) em uma eterna confrontação de desempenhos desses papéis, em um eterno decatlo entre as partes, que nunca formam um eu todo e nunca terminam de “competir entre si”. Se tal cenário de implosão e *burnout* não é pelo menos assustador, é um ponto de partida dos problemas que virão em decorrência dessas questões sobre o eu e a midiaticização, que, veremos mais à frente no quarto capítulo, relaciona-se à noção de *bios midiático* (Sodré, 2014), é uma formulação que acreditamos capaz de compreender o surgimento desta forma de se estar no mundo neoliberal pelo viés da midiaticização. Há, nessa comunicação de protocolos, informações e dados, um elemento intrínseco da lógica do sujeito neoliberal que nos faz retomar a questão da comunicação como elemento constituinte da articulação social.

Importante ressaltar, com base no que foi visto até agora, que estamos analisando uma percepção de comunicação que não está no âmbito do dialogismo ou diálogo, mas no âmbito do protocolo, da emissão e da recepção, da administração de ruídos e da produção de *feedbacks* – para iniciar, então, um novo circuito de comunicação em *looping* perpétuo. A comunicação como atividade racionalizada e objetificada, aliada ao cuidado de si, vai ser fundamental, a nosso ver, para efetuar o movimento entre “microcosmo” do eu e o “macrocosmo” da

sociedade/cultura/comunidade/exterior, que Foucault fala em *A Hermenêutica do Sujeito* (2004): dessa relação de um sujeito em harmonia consigo e com as normas e códigos vigentes, que parece ser algo que sempre esteve presente na relação do “infinito particular” de cada indivíduo com o mundo. Trata-se da relação do cidadão com a pólis; do patrício e do soldado romano com o Império; da ovelha com rebanho e o pastor; do servo com o senhor feudal; do indivíduo com o mercado, do súdito com o soberano, do cidadão com a nação. Mas o que aparenta haver de inédito é que agora, na lógica do sujeito-empresa, essa dimensão tomar pela primeira vez uma proporção utilitarista na esfera micro, com o sujeito-empresa, e na macro, com a “aldeia global”. A relação se estabelece por mediações em que os dispositivos técnicos, como representantes do desejo de fornecer aplicativos, instrumentos e dispositivos para os homens-empresas, possam interagir nesta esfera que seria primeira, primordial à material: a primazia da interface digital.³⁵

Desta relação micro/mega, surgirão os *exercícios*: “[O]s exercícios que supostamente melhoram a conduta do sujeito visam a transformá-lo num ‘microcosmo’ em perfeita harmonia com o mundo da empresa e, para além dele, com o ‘macrocosmo’ do mercado mundial.” (Dardot; Laval, 2016, p. 343). A dimensão do sujeito-empresa, mergulhado na noção de mercado, como vimos anteriormente, não mais como uma mão invisível onde há o ganha-ganha, mas como uma topografia cheia de oportunidades e de riscos, como foi desenhada por Hayek, nos leva novamente à noção do papel da informação frente ao risco no contexto neoliberal. Agora o risco, que sempre esteve presente na perspectiva de um empreendimento econômico, vai ganhar uma dimensão importante: será o sujeito-empresa aquele que assume a gestão do risco. O que se diz, com o neoliberalismo e a sociedade do risco (Beck, 2011), é que identificar os riscos, antecipá-los, **sobretudo precificá-los**, é uma das preocupações mais constantes dos sujeitos empresas. Pois, nesse aspecto, errar significa, primeiramente, não saber jogar no cassino global da vida cotidiana neoliberal, e, por decorrência, fracassar (SIC). Mas também significa ser culpado pela coletividade, pelo fracasso que se impõe ao entorno. Um fardo que tem levado muitos ao caminho da depressão. Esse movimento de precificar riscos, mapeá-los e identificá-los, joga um aspecto fundamental na compreensão do que é informação na sociedade neoliberal:

³⁵ Evitamos aqui o termo “virtual” por conta das diferentes conotações do tema. No entanto, a irrupção da noção do virtual, do simulacro, do espetáculo está profundamente interligada a esse processo de criação de outras esferas de espacialidades e de público para além da praça, do templo, do mercado, da imprensa, configurando um espaço digital, ainda em formação e que está profundamente relacionado a essa nova forma de comunicar por meio da lógica da informação.

Para certos teóricos do novo rumo, como Ewald, essa sociedade do risco individual pressupõe uma “sociedade de informação” – o papel dos poderes públicos e das empresas deveria consistir em fornecer informações confiáveis sobre o mercado de trabalho, o sistema educacional, os direitos dos doentes, etc.

Isso significa ver uma complementaridade ideológica entre a norma de mercado baseada na “livre escolha” do sujeito racional e a “transparência” do funcionamento social, condição necessária para uma escolha ótima. Mas significa, sobretudo, instaurar um mecanismo que identifica o *compartilhamento* da informação e o *compartilhamento* do risco: a partir do momento que se supõe que o indivíduo tem condições de acessar informações necessárias para a sua escolha, deve-se supor que ele se torna plenamente responsável pelos riscos envolvidos.

[...] Compreende-se então como a instauração de indicadores e rankings fazem parte da ampliação do modo de subjetivação neoliberal: qualquer decisão, seja médica, escolar, seja profissional pertence de pleno direito do indivíduo

[...] Aubrey formulou bem esse desvio: “O risco tornou-se um microrrisco personalizado: a partir do momento que tenho um trabalho, esse trabalho tem riscos; a partir do momento que tenho saúde, essa saúde tem riscos; a partir do momento que tenho relações conjugais, esse casamento tem riscos”. (Dardot; Laval, 2016, p. 349-350).

A comunicação se estabelece novamente como fator constituinte do empresário de si neoliberal quando é analisada a “função psi” (*ibidem*, p. 358), que vai estabelecer a relação entre as frações no indivíduo (*id*, *alter ego*, *ego*) assim como as partículas compõem um átomo:

Vimos que este último [o indivíduo do liberalismo clássico] era produto combinado de considerações múltiplas, de diferentes ordens (a anatomia, e a fisiologia combinaram-se com a economia política e a ciência moral para lhe dar um fundamento intelectual sólido). Da mesma maneira, é pela combinação da concepção psicológica do ser humano, da nova econômica da concorrência, da representação do indivíduo como “capital humano”, da coesão da organização pela “comunicação”, do vínculo social como “rede”, que se construiu pouco a pouco essa figura da “empresa de si”. (*ibidem*, p. 358).

Essa grandeza fundante da comunicação interna do sujeito é uma importante mudança no que diz respeito à noção de mediação para mediatização, como veremos adiante. Adiantamos somente a questão de que um sujeito em busca de compleição e de conteúdo vai exercer papel importante na necessidade por essa comunicação quantificável. Nesta perspectiva, algumas alterações na interação com os outros sujeitos vão sofrer deslocamentos significativos, uma forma de ver a interação social sob um aspecto identificado como *objetalização*.

Assim definida, a *objetalização* apresenta-se sob um triplo registro: os sujeitos, por intermédio das técnicas gerenciais, provam seu ser enquanto “recurso humano” consumido pelas empresas para a produção de lucro; submetidos à norma do desempenho, tomam uns aos outros, na diversidade de suas relações, por objetos que devem ser possuídos, moldados e transformados para melhor alcançar sua própria satisfação; alvo das técnicas de marketing, os sujeitos buscam no consumo das mercadorias um gozo último que se afasta enquanto eles se esfalfam para alcançá-lo. (*ibidem*, p. 371).

Uma das consequências é uma noção perversa de relacionamento interpessoal “pelo consumo de parceiros como objetos que são jogados fora assim que são considerados

insuficientes” (*ibidem*, p. 371), que teria se tornado uma nova norma de relações sociais. Um sujeito que não se satisfaz, como empresas que não produzem lucro, correria o risco de perecer na lógica do mercado. Tais subjetivações, portanto, devem sempre ir além, em busca do *plus ultra* do desejo, o que significa a sua realização, enquanto sujeito e enquanto empresa. Esta busca de uma mais valia do sujeito-empresa e, portanto, de uma mais valia dos desejos, será identificada como *ultrassubjetivação*.

O sentimento de si é dado no excesso, na rapidez, na sensação bruta proporcionada pela agitação, o que certamente expõe o neossujeito à depressão e à dependência, mas também possibilita aquele estado “conexionista” do qual ele tira, na falta de um vínculo legítimo com uma instância outra, um apoio frágil e uma eficácia esperada. O diagnóstico clínico da subjetividade neoliberal nunca deve perder de vista que o “patológico” é parte da mesma normatividade que o “normal”. (*ibidem*, p. 374).

A partir desse papel central de uma comunicação pelo viés do desejo, mas paradoxalmente pelo viés do *networking* e do utilitarismo, de raízes benthamianas, monta-se um quadro desse sujeito-empresa em busca da realização neoliberal. Mais que o sujeito livre de Adam Smith, com seus *wants and needs*, vivendo entre oferta e procura, que se autorregularia por meio de uma mão invisível, a comunicação assume um viés utilitarista voltada para o sujeito, só que agora, imerso em um mundo que a mão invisível parece ter dado a um “código de trânsito” lipmanniano, no qual o indivíduo é atravessado não só por desejos e necessidades, mas por lacunas – ao invés de querer (wants), desejos (*desires*) e, ao invés de necessidades (*needs*), agora também ausências, (*lacks*).

Nesse novo contexto a midiaticização oferece, técnica e simbolicamente, estímulos e respostas, de forma sistemática e retroativa, por meio de uma tríade de cálculo, programação e captura da percepção dos sentidos. Se neste capítulo tentamos demonstrar a emergência do sujeito empreendedor e a sua relação com a midiaticização por meio de uma dimensão molar e ampla da produção de sentidos, no próximo capítulo nos deteremos à dimensão técnica e objetivada dessa emergência, por meio da análise da dimensão tecnológica, mas também gerencial, da comunicação pelo que se convencionou chamar de cibernética. E, sobretudo, como há uma forma de governar pelo viés da informação e como esse viés está estruturado para uma apreensão maquínica da percepção como forma de produção de valor, mas a partir das sujeições e coerções.

3. O DISPOSITIVO MUDIATIZAÇÃO E A SUJEIÇÃO CIBERNÉTICA

*desejo a Deus que estes cálculos sejam feitos por
máquinas a vapor.*

Charles Babbage

Nesta seção vamos analisar como o discurso cibernético se tornou dominante na contemporaneidade por sua dupla dimensão: técnica e sobretudo organizacional. Para compreender esse aspecto é necessário pensar que a cibernética surge bem antes dos anos 1930. Para isso vamos empreender uma análise dupla: ora nos ater a publicações de autores que se devotaram e se devotam a estudar o assunto, ora a exemplos de materialização ou de processos perceptíveis pela experiência de se viver no tempo presente.

Relativo a essa segunda parte, uma ressalva: assim como no capítulo anterior nos valem da obra de Jorge Luis Borges para tentar entender o processo de midiatização contemporânea em seu contexto atual, neste capítulo recorreremos a alguns exemplos presentes da exposição *200 anos da Era da Informação (Information Age 200 Years)*, do *Science Museum de Londres*. O intuito é tornar apreensível as questões e os processos, ora materiais, ora simbólicos, para discutir o avanço do que entendemos por cibernética.

A escolha não é uma preferência pela versão britânica da história da cibernética em detrimento de outras. Estamos cientes de que o que se chama *cibernética* está em constante disputa, e, para além da linearidade apresentada pela curadoria do museu londrino, que pretendemos problematizar – ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, referendamos. Novamente, este trabalho tem ciência das diversas experiências da cibernética em outros contextos, temporalidades e territorializações, no entanto, para os nossos intuítos argumentativos, a exposição nos oferece um ponto de ancoragem numa visão histórica consensuada no Ocidente.

Valer-se de uma exposição em local de autoridade como o Science Museum de Londres nos interessa ainda por um duplo aspecto: traz à baila estudos de comunicação e museologia, e a relação entre estas instituições e sua importância como *locus* de autoridade, memória, saber-

poder, e, em especial, de midiatização dos processos históricos, atribuindo, pela curadoria, o que deve / cabe ser visto, segundo os curadores, e o que não merece ser visto.³⁶

Aqui queremos entender e recortar a cibernética como um campo (Boudieu, 2003) mais voltado para o controle de processos, o gerenciamento de fluxos, a governança e as relações e de processos objetivados em forma de dados, que por sua vez formam informações. Não há dúvidas, no entanto, de que, com o discurso da cibernética como avanço tecnológico, precisamos lidar com o que se materializou e foi professado como um novo paradigma tecnológico. Não podemos deixar de citar a etimologia da palavra. Uma discussão que nos interessa sobretudo porque o próprio Foucault recorreu a ela, sobretudo quando escreveu sobre governamentalidade.

Esse é um tema trazido por Nobert Wiener, mas que remonta a debates na Europa de meados do século XIX. Interessa-nos em particular que o termo tenha assumido vários usos explicativos e conceituais. Originalmente ligado à náutica e ao governo de naus e barcos antigos, o termo cibernética foi gradativamente sendo usado por campos do saber como a administração e a economia, mas também a pesquisa militar e a pesquisa tecnológica. Em *The Politics of Platformization*, (2023), de Gianmarco Cristofari, temos uma esclarecedora nota:

The history of the term is interesting: it comes from the Greek κυβερνάω, which means ‘to steer, navigate or govern’. It was the French physicist and mathematician André-Marie Ampère to first use the term *cybernétique* in an essay in 1834 to refer to the art of government in general. Without knowing it, Nobert Wiener also took inspiration from this word in coining the field of cybernetics as “control and communication in the animal and the machine”. However, it was only with cybernetician Stafford Beer that cybernetics was applied to management and became “the science of effective organization” – a direct precursor of platforms’ ecosystematic strategies. Even Foucault (2005) in *The Hermeneutics of the Subject*, p 235, refers to it in discussing the image of government as the act of piloting a vessel, and points out that the three areas of curing, leading others, and governing oneself are bounded together. (Cristofari, 2023 P.17).

O senso comum, porém, atribui à cibernética uma semântica que remete a inovações tecnológicas, interações, robôs e a telecomunicações. Esse imaginário coletivizado pode ser percebido no desenho animado *Jetsons*, como vimos no primeiro capítulo. Todavia essa visão corrente nos parece muito longe de sua acepção inicial e, também, da discussão que o sociólogo francês do século XIX Ampère, e Nobert Wiener na primeira metade do século XX, estavam travando. Para os autores citados acima, e, além deles, Foucault, o termo se insere na dimensão

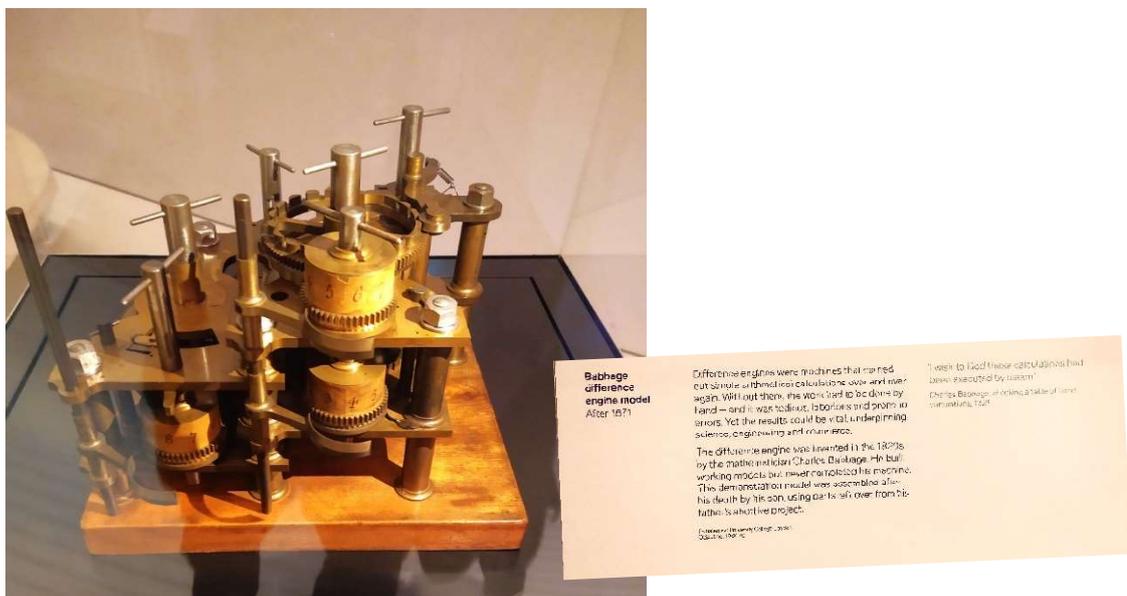
³⁶ Ao mesmo tempo que essa pesquisa reitera a exposição e a torna importante pois estamos aqui dando-lhe visibilidade, ela também não ignora seus principais curadores: Heritage Lottery Fund, British Telecom, ARM Semicondutores, Bloomberg philanthropies e Google Trata-se de atores que estão longe de se mostrarem desinteressados em promover um discurso otimista utópico e ufanista sobre o que se pretende consagrar como 200 anos da Era da Informação

do controle, aspecto que o campo da comunicação quase sempre oblitera, naturalizando um positivismo de avanço tecnológico, esquecendo que a técnica está profundamente inserida em uma relação de mediação do poder, de uma forma específica de exercício do poder pelo controle e gerenciamento.

3.1. Fundação e o recorte comunicacional

De acordo com Pasquinelli (2023), a cibernética surge de um problema inerente à sociedade industrial. Se a contabilidade é uma técnica social relacionada ao desenvolvimento do comércio, a cibernética está associada à revolução industrial. Basta ver os problemas que Charles Babbage e Ada Lovelace enfrentaram pela necessidade de inventar uma máquina de computar. A noção de informação nessa época estava ligada à necessidade de efetuar cálculos, fossem eles contábeis, estatísticos ou inventariais, mas também associada a uma nova demanda: fazer contas de forma mecânica, maquinaal, torando possível objetivar e quantificar aspectos da produção como fluxos, velocidades, entradas e saídas etc.

Figura 9- As máquinas de cálculo de Charles Babagge e Ada Lovelace



Fonte: Science Museum de Londres, exposição *200 anos da Era da Informação* foto do autor, tirada em setembro de 2023

As máquinas de computar emergem do empenho para desenvolver métodos quantitativos de controle, sobretudo na produção industrial, por meio de cálculos, um aspecto que sempre esteve presente no capitalismo. No século XIX, emergiram – não apenas na Inglaterra, mas na Europa e nos Estados Unidos – inúmeros esforços para desenvolver

maquinários e aparatos para automatizar os cálculos inerentes a questões da produção industrial e seu controle. Em cada um estava intrínseca a ideia de que o cálculo otimizaria a produção e aumentaria as margens de lucro, racionalizando processos, diminuindo desperdícios e otimizando rotinas feitas por máquinas. A frase de Babbage na epígrafe do capítulo, é emblemática, pois externa o intuito de otimizar a administração de fábricas, bancos, empresas em geral, mas também apoiar órgãos governamentais em cálculos complexos de tributos e estatísticas, entre outras demandas. A história das máquinas informacionais nos interessa à medida que nos permite compreender as diversas iniciativas de concretizá-las. Se o conhecimento matemático e a álgebra booleana já eram antevistos como o método para os cálculos mais sofisticados, é somente com avanços materiais como a eletricidade, num ambiente urbano industrial, embebido na lógica da produção em massa e numa especialização da divisão do trabalho, que emergiram as condições para que as máquinas informacionais automáticas surgissem em outro lugar: os Estados Unidos.

A emergência do computador deve ser compreendida dentro dos esforços de guerra e do surgimento de uma nova mentalidade de produção em massa que se consolidou nos EUA por um conjunto de fatores. Dentre eles estão as altas somas de financiamentos de pesquisas e os investimentos estatais para investigações militares. Outro fator é a relação entre pesquisa e empresas de produção de massa, cujos investimentos retornavam em otimização de bens de capital, de diminuição de custos logísticos e de racionalização da produção em geral.

De todo modo, somente a partir da década de 1930 que se pode falar da cibernética como campo do conhecimento estabelecido, quando um conjunto de pesquisadores profissionalizados por grandes empresas convergem suas agendas de pesquisas e problemáticas das mais distintas com outros setores como a academia e o governo, sobretudo militares. Os estudos eram encomendados por centros de pesquisas universitários aliados a grandes empresas monopolistas que verticalizaram a produção em diversas áreas ou por órgãos do governo dos EUA em seu esforço de guerra. Essas nascentes corporações estabeleceram com as universidades uma relação que, até então não, existia no ambiente acadêmico europeu. A triangulação entre meio universitário, governo e empresa capitalista foi um arranjo institucional que permitiu uma série de avanços técnicos e de aplicação distinto. Exemplo destes lugares corporativos/ militar/ acadêmicos foi o Bell Laboratories, ligado à empresa de telecomunicação Bell Inc., onde Claude Shannon trabalhou e de onde partiram uma série de paradigmas que foram essenciais para o desenvolvimento da cibernética. Ou então institutos como o Massachusetts Institute of Technology, em que Wiener coordenou e desenvolveu uma série de pesquisas inovadoras sob a perspectiva que ele denominou cibernética.

3.1.1. Falibilismo, pragmatismo e matemática em Weiner

A formação de Norbert Weiner em matemática, lógica e filosofia, fez dele o pesquisador que reuniu as diversas pesquisas empíricas da época em uma espécie de *epistème*. Como Leone Montagnini escrutina em uma biografia intelectual de Weiner, *Harmonies of Disorder* (2017), o pesquisador estadunidense lidava com diferentes pesquisas: sobre lógica, sobre processos de organização de fluxos, ou sobre problemas importantes e fundamentais da época em que a Alemanha Nazista bombardeava, todos os dias, Londres com seus foguetes, sendo portanto necessário desenvolver um sistema de defesa antimíssil capaz de calcular a trajetória dos projéteis para atingi-los antes que destruíssem os alvos. Os problemas aparentemente divergentes, eram encarados por Weiner como relacionados, a partir de uma noção de informação e da cibernética como nova forma de compreender os problemas existentes. Para entender esta nova forma de olhar o mundo, vamos buscar de onde Weiner extraiu e fundamentou as bases de seu pensamento.

De acordo com Montagnini, Weiner foi um atento leitor de Charles Sanders Peirce. Por intermédio de seu professor em Harvard, Josiah Royce, então proeminente filósofo, que teve contato com o pensamento pragmático de Peirce, o que, para o campo da comunicação, é um assunto que talvez devesse maior aprofundamento. Montagnini aponta um aspecto central relativo à recursividade das máquinas informacionais, idealizadas por Weiner e como este princípio está ligado à noção de *falibilidade* de Josiah Royce.

A falibilidade é uma área do estudo da lógica, da estatística, mas também da filosofia, que busca compreender o erro. Peirce foi um dos maiores estudiosos do problema da falibilidade e reivindicou a premência da probabilidade e do processo de abdução no raciocínio lógico, para além do dedutivo e do indutivo, para que a falibilidade não fosse encarada como fora do processo de regime de produção de saberes e verdades, mas como parte inerente da pesquisa e do método científico.

De acordo com Montagnini, ao perceber a importância da segunda lei da termodinâmica de Maxwell como uma lei física calcada na probabilidade ao invés de causalidades e determinantes mecânicos, Josiah Royce, por influência de Peirce, aponta as implicações do pensamento estatístico para novas formulações sobre a física e sobre a realidade. Esta tese não tem a pretensão de aprofundar a questão da entropia e a segunda lei da termodinâmica, o que nos interessa pontuar nessa discussão para entender a relação entre mediatização e cibernética é como essa forma de conceber o mundo, por meio de inferências (abduções) e tendo como ponto de partida a falibilidade, vai impactar profundamente Weiner.

E não só ele. Uma série de pesquisadores estadunidenses de então vão mergulhar sobre o problema da falibilidade ao ponto de criarem um novo método para elaborar conjecturas, raciocinar e produzir verificação para o mundo físico. Destacamos, como um dos pontos centrais de nossa tese, a mediação algorítmica, sua capacidade de produzir subjetividades e sujeições é tributária da cibernética como dispositivo operacionalizador da governamentalidade neoliberal.

Na dinâmica que se percebe na obra de Wiener, buscando compreender as suas influências que podemos entender como a fundação da cibernética, está profundamente ligada a uma ideia pragmática e de falibilidade que depois absorveu noções como *recursividade*, *feedback*, ruído e noções de autoajuste, individuação, entropia ou autopoieses. Trata-se de um deslocamento epistemológico (e ontológico) e de uma nova forma de produzir verificações, não mais a partir da física mecânica e de leis universais. Agora, com dados e informações, baseada em estatística, como a segunda lei da termodinâmica, e por uma perspectiva abdução e pragmática de que os problemas e os erros podem ser absorvidos, capazes de serem escritos pela matemática descritiva do século XIX e operacionalizada por cálculos estatísticos.

Weiner, mergulhado nesse processo contribui com seus conhecimentos de filosofia e matemática para operacionalizar esta visão a que chamou de cibernética. Tendo em mente esse ponto fundamental para este capítulo e, como veremos adiante, essencial para a compreensão da forma de objetivação técnica da contemporaneidade pela cibernética, vejamos alguns destes aspectos. Montagnini pondera a frustração de Wiener em não ter sido aprovado em concurso em Harvard, mas que, apesar da qual, seguiu buscando seu conhecimento de filosofia, sobretudo se filiando a Josiah Royce, que a partir do artigo *The Mechanical, the Historical and The statistical*, de abril de 1914, será considerado um elo perdido:

Royce aborda a essência de uma questão de grande relevância na época, ou seja, o contraste entre vitalismo e mecanicismo. Eram termos que ele buscava por uma ponte, um médium (...) encontrando em Peirce, particularmente na predileção de Peirce pelo método estatístico. (Montagnini, 2017, p58 tradução nossa).

O método estatístico pareceu a Royce superior na medida em que ele poderia ser aplicado nas ciências “históricas, sociais e biológicas” (*idem*), podendo ainda ser aplicado na física, a partir da teoria cinética dos gases e da termodinâmica de Boltzmann. Para Royce:

A segunda lei da energia tornou-se um princípio estabelecido completamente em termos da teoria da probabilidade. É a lei pela qual o mundo físico tende, em cada uma de suas partes, de passar de certezas menos prováveis para configurações de certezas mais prováveis de suas partes móveis. Como é enunciada, a segunda lei não apenas se torna uma lei de evolução, um princípio histórico, mas também encerra a necessidade da lei da natureza ser vista como mecanicamente demonstrável ou fundamentalmente necessária (Royce 1914, 561 *apud* Montagnini 2017, p58).

Royce atribui à estatística uma importância para qualquer método de investigação científico, tornando-a mais efetiva que as teorias mecânicas. Para o biógrafo de Wiener, encontrar essa relação com Josiah Royce demonstrou como o pensamento de Wiener é tributário do pragmatismo de Peirce:

Devo confessar que a descoberta dessas páginas de Royce, me encheram de admiração, uma vez que ideias sobre a superioridade lógica do método estatístico e sobre a convicção da realidade como parte inerentemente de um mundo físico probabilístico são a marcas registradas de toda a pesquisa científica de Wiener (*ibidem*, p59).

Ao que Montagnini cita a autobiografia de Wiener sobre o tema:

A forma tradicional de resolver equações balísticas é assumindo o dado inicial como precisamente apresentado. [...] e nós imediatamente iniciamos a revisar esses dados com a ajuda de métodos de interpolação ou correção, auferida por um procedimento que é inteiramente distinto do primeiro. Nesse processo gastamos uma boa quantidade de esforço, primeiro ao fazer os dados irrealisticamente precisos, e segundo por corrigir nossos resultados imperfeitamente realísticos (*Weiner 64g [56g], 256, apud Montagnini, p. 60*).

A partir dessa avaliação, Wiener afirmou preferir as ferramentas da análise funcional e equações integrais, pois, assim, grande parte de cálculos desnecessários poderiam ser evitados e se atingiria o resultado de forma mais rápida, e, portanto, mais eficiente. Para Wiener, tal método deveria ser extrapolado para todos os campos da ciência:

Se o reconhecimento da natureza estatística de todas as ciências já se demonstra confiável na maior parte dos cálculos mecânicos- engenheirísticos de tipo newtoniano, quanto mais será necessário esse ser o método natural da computação e do cálculo nos campos os quais nosso erros de observação são naturalmente maiores (*idem 64g [56g], 259, apud Montagnini, p. 60*).

O que nos leva, portanto, a compreender o papel de Wiener na objetivação do pensamento pragmático de Peirce, sua relação com a cibernética do ponto de vista do método:

Como vemos o método proposto por Wiener é substancialmente o mesmo do proposto por Royce e derivado de Peirce. A diferença é que com Royce era um vago esboço, enquanto que com Wiener tornou-se um conjunto de procedimentos matemáticos, prontos a serem aplicados, obtido por Wiener por dois caminhos: trabalhando nas proposições de Gibbs de mecânica estatística; e utilizando a análise funcional em particular as equações integrais. Veremos também que estes dois aspectos foram amplamente inspirados pelo suas convicções meta-teóricas adquiridas enquanto filósofo. Até mesmo a firme convicção de Wiener na irregularidade intrínseca do universo pode ser atribuída a Peirce e Royce (*ibidem*, p.60).

Há vários aspectos importantes nos trechos acima, dentre eles destacamos: 1) a relevância de Josiah Royce como elo entre o pensamento de Charles Sander Peirce e Norbert Wiener, e como Peirce pode ser entendido como pedra angular na formação de uma série de paradigmas científicos (Kuhn) formulados pela academia estadunidense no começo do século XX e as mudanças profundas que o pensamento científico atravessava então. 2) As citações extraídas de Montagnini condensam toda uma discussão epistemológica sobre a cibernética e a

sua relação com o pensamento abduutivo, e o pragmatismo surgido com Peirce como pensador da filosofia, da matemática e da lógica.

Mais que isso, a passagem é importante para compreender como pragmatistas das humanidades, como George Mead e sua ideia de filosofia social e a noção do eu (*self*) e da mente (*mind*), serão fundantes para o *behaviorismo social*, um pensamento filosófico com repercussões em outros campos. Um contexto acadêmico do qual participaram Alfred Whitehead e John Dewey, entre outros sobre o qual não nos aprofundaremos aqui, mas que, para nossa análise, mostra a importância desse processo nas bases fundacionais do pensamento cibernético e sua influência em pesquisadores como Gregory Bateson, entre outros.

Essa nova forma de pensar e de produzir valores e veridicações desenvolve um novo método, mais preocupado agora em formular hipóteses pontuais por intermédio da estatística que em estabelecer leis gerais. O método, que inclui a falibilidade e a abdução, desconfia da produção de fatos universais. Ainda assim, se desenvolve e se sustenta a partir de produção não mais de verdades e fatos, mas de dados, que, ao serem valorados e analisados por cálculos em geral de caráter estatístico, produzem um conjunto de inferências com valor que se interrelacionam de forma sistêmica, ou seja, *as informações*. A estatística joga nessa metodologia um aspecto central pela capacidade de produzir inferências a partir de uma base de dados, e as suas ferramentas de análise vão, gradativamente, se tornar cada vez mais centrais para as mais diferentes formas de compreensão dos campos de pesquisa, mas também para uma série de aplicações na sociedade.

Essa premência por cálculos baseados em estatística é um dos aspectos que permitiram a materialização, a objetificação das primeiras máquinas de cálculo não apenas mecânicas, mas agora recursivas. A mudança de natureza das *máquinas de computar*, que tanto Babbage quanto Lovelace lutaram para materializar, para *máquinas de programar* e autoprogramar (uma forma esquemática de entender o *feedback*, a recursividade e a algoritmização) é chave para entender a mediatização como dispositivo capaz de produzir a subjetividade desejante do empreendedor de si neoliberal, em um mundo sem verdades absolutas, pelo contrário falível, de incertezas e riscos, mas no qual esse sujeito se empenha – e aqui a razão de ser deste capítulo – em objetivar estes riscos, percebê-los, fazer escolhas e inferências a partir desses fragmentos de veridicações e “recalcular rotas” do seu percurso. Em outras palavras, controlar e objetivar as incertezas, operacionalizá-las de forma pragmática. Essa nova forma de racionalizar o mundo, capaz não apenas de calcular, mas também de programar riscos, possibilidades e oportunidades, vai impactar a subjetividade do cotidiano que analisamos no capítulo anterior. Cada vez mais, os sujeitos lidam com uma materialidade técnica ou tecnológica desenhada a partir das

máquinas informacionais capazes de lidar com dados, inferências e abduções; de traduzir incertezas e ruídos em pequenos pedaços (*bits*, em inglês) de dados.

Essas máquinas são capazes de relacionar os dados e gerar respostas, não necessariamente universais e absolutas, mas sobretudo circunstanciais e relativas, ou seja, *informações*. Nesse sentido, essas máquinas, depois denominadas de máquina de Turing, se mostraram capazes de atividades específicas, como decifrar a criptografia nazista *Enigma*, mas também de materializar e operacionalizar o método pragmático estatístico recursivo. A partir delas foi possível ampliar suas capacidades, que também se mostraram eficazes na criação dos chamados *sistemas*, palavra importante para entender a organização das informações, e compreender que essas novas máquinas permitiam organizar, elencar e gerar relações entre informações pela perspectiva sistêmica, de correlações que estariam sempre em transformação dinâmica, algo que hoje é a base para se desenvolver os bancos de dados.

Um dos exemplos práticos mais importantes dessas novas ferramentas, não apenas mais eficiente, mas também mais eficaz, são os sistemas antiaéreos militares, que superaram a balística tradicional, descrita na citação feita sobre o tema de Weiner. A sua vantagem era justamente *antecipar e superar* a balística clássica newtoniana. Como vimos, para funcionar não precisa de um valor absoluto, mas de um valor relativo em um determinado instante. Se esse valor pode ser fornecido por um radar, por exemplo, ou outra ferramenta, não importa. O que está em jogo aqui é que essa máquina, provida de sensor, é capaz de *perceber maquinamente*, e a partir destes *feedbacks*, retroalimentar o cálculo, para atingir acurácia estatística, e, dessa forma, capaz de variar no espaço e tempo de forma automática, por meio de laser, infravermelho, radares e sonares (ver Rankin, 2018). A máquina informacional não apenas realiza tarefas, mas permite captar com sensores dados relativos e programar sistemas pela sua constituição recursiva. Essa característica e sua eficácia pragmática serão importante salto disruptivo tecnológico, com implicações que ainda estamos vivenciando, como intuimos no primeiro capítulo.

Importante, porém, ressaltar um aspecto sobre os computadores. O nome veio de Babbage e sua necessidade de computar *inputs* e *outputs*, seja de matérias primas, seja de livros de registros, entre tantas outras necessidades de cálculo. Wendy Chun (2011) nos alerta, no entanto, sobre um aspecto mais relevante que acabamos de mencionar: mais que máquinas de computar, elas são *máquinas de programar*, o que permite, portanto, direcioná-las não apenas para fins específicos, mas redirecioná-las para múltiplos propósitos, bastando que “digamos” (programemos) as máquinas com o que queremos que elas façam. Esse viés vai gerar uma série

de novas formas de se compreender as máquinas informacionais atuais e como elas podem ser empregadas em contextos que antes eram inimagináveis.

Cris Chescher (2023), partindo dessa premissa, vai tentar compreender as mediações digitais pelo que considerou ser uma constituição *invocatória* das máquinas atuais:

Considerando a especificidade da mídia invocacional, podemos observar como elas são materialmente e diagramaticamente diferentes de outras mídias. Por exemplo, de forma contrastante, as mídias impressas estão baseadas na impressão de tinta em superfícies e circulam fisicamente entre leitores. As mídias por transmissão (broadcast) por outro lado, são baseadas em centros institucionalizados de fluxos de produção da transmissão do som e imagem, usando ondas de rádio ou frequências através de um território de audiências e aparelhos receptores. Por comparação, as mídias invocacionais operam através das sensações, transformando, armazenando e expressando diferenças por componentes miniaturizados e endereçáveis globalmente. Através de mágica invocacional essas mídias são reconfiguráveis, controladas por software e metamídias metamórficas.

Com a proliferação da mídia invocacional a vida cotidiana se torna crescentemente mediada por invocações digitais eletrônicas. O meio oferece ambientes de invocação nos quais ações são metaforicamente configuradas: abrir um navegador da internet, entrar em um motor de busca, ir para frente e para trás, jogar um jogo entre outros. A mídia invocacional tipicamente invoca metáforas materiais para estabelecer novas ambiências de mídia. Lemos textos e imagem de um tablet e leitores digitais da mesma forma que livros e revistas impressos a tinta. Invocamos por filmes dos serviços de streaming ou na Smart TV, bem como pelo telefone, sintonizando-os em canais de TV, assistindo a um filme como fazíamos com o CD e VHS, ou como íamos às salas de cinema. (...) No entanto à medida que estas [as mídias invocacionais] são novas experiências, elas reterritorializam práticas culturais de longa duração e respondem a desejos de longa duração no imaginário cultural por poderes invocacionais (Chescher, 2023, p10).

O autor sustenta que a *invocação* tem sido “traduzida, miniaturizada, acelerada, mercantilizada e posta em um diagrama técnico e se tornado a forma dominante de mediação hoje” (idem, p.14). O que é importante para nossa argumentação aqui é o deslocamento da ênfase do cálculo, do computar, para a capacidade de programar, de determinar, de prever, em suma, de produzir algoritmos. O *invocar* para o autor equivale, em partes, ao que estamos chamando de *responsividade*. Mas o que ele pontua é que tal dispositivo só faz sentido, sendo ele essencialmente estatístico, se houver uma base de dados para análises e inferências, se houver um contexto no qual ele possa pegar um dado e colocá-lo sobre um novo formato, em uma nova forma, *informá-lo*. E quanto maior a base de dados, mais eficazes se tornam as inferências estatísticas que o aprendizado maquínico (*machine learning*) poderá gerar, o maior o número de informações e inferências que podem ser extraídas desse contexto.

A necessidade de bases de dados é um dos problemas que emergiram para as máquinas informacionais atuarem entre si de forma sistêmica: organizar e coletar dados, significa – o que veremos agora, para discutir a importância dos dispositivos cibernéticos – não apenas produzir *feedbacks*, mas também organizar, *a partir da* máquina, formas de ver, de escutar, de se

localizar, de comunicar, de armazenar, de transportar, de inferir, de gerar informações, de traçar tendências, de identificar padrões e de prever, antecipar e prever.

3.1.2. O perceptron de Rosenblatt: captura e datificação do mundo

Desde que foram estabelecidos os princípios lógicos e funcionais das máquinas recursivas, a história oficial de uma evolução positivista da cibernética está rica de amostras e disputas para um aprimoramento dos objetos técnicos pela adição de componentes e de funcionalidades (sobre a evolução de máquinas, ver a noção de hipertelia em *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Simondon, 2020b), mas não estamos interessados na historiografia oficial do computador. Nessa exígua genealogia da mediação como processo, que vai resultar no dispositivo *perceptron*, nos interessa compreender como a emergência destas máquinas vai dimensionar uma certa sujeição contemporânea.

A primeira dimensão já vimos: a capacidade de objetivar, em equipamentos técnicos, máquinas capazes de cálculos e inferências *if/else* entre outras possíveis da lógica booleana, em velocidade e precisão superiores à capacidade humana. A segunda dimensão dessas máquinas, igualmente importante para a nossa pesquisa – inclusive uma atribuição fundamental para que elas funcionem –, é a coleta de dados e informações, em outras palavras, a habilidade de transformar ruído e falibilidade em dados capazes de produzir informações e eficácia.

Portanto, as máquinas constituintes da contemporaneidade são marcadas por: 1) capacidade de cálculos complexos, em velocidade e precisão ótimas; 2) possibilidade de programação, portanto capazes de gerar inferências e correlações, analisar padrões e identificar tendências com uma acurácia superior à humana, ao produzir estatísticas a partir de dados e; 3) de capturar elementos de ordem analógica, sons, localização, temperatura, imagens, fragmentos de discursos, *eye trackings etc.*, a partir do que chamaremos de *técnicas quantificadoras da percepção*.

O que aqui chamamos de *percepção* deve ser devidamente dimensionado. No uso corrente, percepção é a capacidade de absorver, de sentir e de intuir em um determinado contexto. A percepção que estamos aqui falando é a percepção maquínica, em que aparelhos técnicos podem apreender imagens, sons, localização, seja por câmeras, microfones, radares, sonares, ondas de rádio, infravermelho, entre outras técnicas de comunicação maquínica.

Como nos detivemos em Wiener, por entender que ele é um dos autores que melhor reuniu o *zeitgeist* (e o *raumgeist*) das máquinas coletoras de dados da cibernética, nossa pesquisa se detém no pioneiro ao usar o termo *perceptron* em uma perspectiva cibernética: Frank Rosenblatt. Cabe antecipar um aspecto que vamos analisar a fundo no capítulo 5. Assim

como Foucault cita o panóptico de Bentham, para demonstrar como é um *dispositivo* de sua época, nos remetemos a Rosenblatt e à sua máquina, o *perceptron*, como máquinas emblemáticas de nosso tempo, que vão se apropriar da dimensão recursiva aliada à capacidade de captação técnica para estruturar as máquinas informacionais modernas com consequências profundas. Mas para isso precisamos entender como Rosenblatt concebeu e desenvolveu sua rede neural, para depois poder compreender como a sua lógica se espalhou para outros campos.

Segundo Rosenblatt e seu seminal artigo de 1958 *The Perceptron: A Probabilistic Model For Information Storage And Organization In The Brain*, a aliança entre métodos quantitativos, estatística, a lógica de *feedbacks* dos *inputs*, organizados de forma sistêmica podem ajudar a apreender aspectos da percepção maquínica ou humana a sistemas de interpretação, portanto simbólicos, e objetivação.

Isto significa que o perceptron seja capaz, sem maiores modificações em princípio, de funções de ordem elevadas assim como as envolvidas na fala, comunicação e pensamento humano? (Rosenblatt, 1958, p.404).

Ao que ele mesmo, sem modéstia sobre seu trabalho, responde:

(...)sobre esses fundamentos [a teoria do perceptron] deve ser consideravelmente mais poderosa que qualquer uma que tenha anteriormente sido proposta. Ela poderia não apenas nos dizer que **comportamento** pode ocorrer em cada organismo, mas poderia permitir a síntese de sistemas comportamentais, para atender a requisitos especiais. Outras teorias de aprendizado tendem a se tornar cada vez mais qualitativas à medida que são generalizadas. (idem, p404).

Portanto um conjunto de equações descrevendo os efeitos de estímulo recompensa no aprendizado em um labirinto T em um rato se reduz à simples constatação de que o comportamento de recompensa tende a ocorrer com probabilidade crescente, quando tentamos generalizar esse processo por quaisquer espécies e qualquer situação. A teoria aqui apresentada não perde em nada de sua precisão à medida que é generalizada (ibidem, p404).

Rosenblatt reafirma o caráter generalístico de suas formulações ao destacar que seus achados e seu método quantitativo e teórico podem chegar a conclusões empíricas como a dos principais estudos behavioristas da época, que se debruçavam sobre as curvas de aprendizado a partir do princípio de estímulo e resposta. O esforço do cientista norte-americano consistia justamente em estabelecer parâmetros capazes de identificar *padrões de percepção*, comportamento e reações entre *organismos*, fossem eles maquínicos ou biológicos. Para Rosenblatt, ambos os casos operariam sobre a lógica da informação. Segundo ele, os sistemas de informações seriam justamente esse elo entre o biológico e o matemático; entre o físico e o abstrato, em suas palavras: entre a biofísica e psicologia:

(...) A fisiologia [de Hebb] é mais uma sugestão sobre o tipo de substrato orgânico no qual se assenta o comportamento, e uma tentativa de demonstrar a plausibilidade de uma ponte entre a biofísica e a psicologia (ibidem, p 406).

Por meio do *perceptron* seria possível, segundo seu criador, ampliar o conhecimento dos organismos. E aqui, algo que nos interessa em específico: *predizer curvas de aprendizados* e, em decorrência, prever variáveis neurológicas a partir delas.

A presente Teoria representa a primeira conclusão real de tal ponte. Pelo uso de equações apresentadas nas sessões anteriores [do artigo] é possível predizer curvas de aprendizado de variáveis neurológicas, e da mesma forma, predizer variáveis neurológicas e curvas de aprendizados. O quão bem essa ponte se sustenta para cruzamentos repetidos é algo ainda a ser verificado. Enquanto isso, a teoria aqui apresentada claramente demonstra a viabilidade e fecundidade da abordagem quantitativa estatística para a organização de sistemas cognitivos. **Pelos estudos de sistemas tais quais o perceptron, espera-se que estas leis fundamentais que são comuns a todos esses sistemas de tratamento de informações, máquinas e homens inclusive, eventualmente sejam compreendidos.** (ibidem, p407-408. tradução e grifos nossos).

Apesar de ser um artigo datado de 1958, há aspectos que, do ponto de vista técnico do aprendizado maquínico ou da inteligência artificial (SIC), estruturaram a base da formação do campo. Ruler Rosenblatt hoje possui o caráter didático de um caso emblemático de estudo para estudantes de ciências da computação, sobre programação e tratamento estatístico de dados.

Todavia, para nós, não se trata de entender o dispositivo *perceptron* em seus termos, mas, assim como Foucault entendeu o *panopticon* de Bentham como um dispositivo da governamentalidade disciplinar, nosso intuito é compreender a invenção do estadunidense como dispositivo de poder da governamentalidade da mediação algorítmica emblemática de seu tempo.

Assim como no *panopticon* de Bentham, o aparato técnico apresentado por Rosenblatt se arvora, pelos sistemas de tratamento das informações, compreender “as leis fundamentais que são comuns a todos esses sistemas de tratamento de informações, máquinas e homens inclusive” (Rosenblatt, 1958), ou seja, apreender tanto os padrões de comportamentos dos organismos como os padrões que os constroem. Esse estudo não tem o objetivo de escrutinar o mérito matemático das proposições. O que nos interessa é perceber, e aprofundaremos mais adiante, a “ponte” entre o que Rosenblatt chamou de *sistemas de cognição* e o uso de *sistemas de inferências estatísticas* e matemáticos, tendo como princípio a lógica da informação. Aqui temos um ponto chave de nossa pesquisa: entendemos que uma das implicações do *perceptron* é promover um deslocamento significativo das lógicas constituintes dos entes. Se antes mônadas, indivíduos e sujeitos livres; agora, são vistos com *divíduos* (Simondon, 2020a) ou indivíduos dessingularizados (Stiegler, 1998), corpos atravessados pelas informações (Deleuze;

Guatarri, 2018). E aqui retomaremos a autobiografia de Nobert Wiener, para mostrar algo interessante para a nossa genealogia da midiatização e um aspecto que permitiu a emergência desse processo de mediação simbólica e técnica pela cibernética e pela noção de sujeitos desejantes.

Vamos pensar, por exemplo, na noção de indivíduo do liberalismo clássico, que era o autor de sua história, com seus quereres e premências. O que Bentham pensa, a partir desta premissa, é que esse sujeito, assim como dirá Hume, fazia seus cálculos de interesses, suas escolhas, e agia, a partir desse entendimento, como vimos no segundo capítulo. Bentham nada mais percebe que um conjunto de pessoas agindo dessa maneira obrigaria a um novo arranjo social, no qual o uso dos objetos e processos se dariam a partir de uma lógica utilitária. O *panopticon* interessa a Foucault à medida que é um *dispositivo* que enseja, que *materializa*, esses processos e projetos.

Como vimos no segundo capítulo, o deslocamento do sujeito contemporâneo para um sujeito desejante empreendedor de si traz uma série de questões relativas à noção do risco sistêmico e ao papel da comunicação na percepção da ordenação do mundo (Beck, 1999) que, de certo, já estavam presentes no arcabouço liberal clássico, mas agora ganham centralidade no deslocamento do que eram escolhas para o que hoje se chamam *opções*. A liberdade de escolha, a capacidade de *visão* (Crary, 2012), se desloca para a análise de opções, para a capacidade de intuir, de prever, de *previsão*, de antecipação, de *perceber* o entorno. O que o planejamento representa para o sujeito contemporâneo é uma capacidade de se governar em um mundo de mudanças, mas sobretudo de *escolher entre opções*. A indústria do seguro, o marketing, a administração, são saberes-poder como a engenharia de produção, a previsão do tempo e, claro, o mercado futuro de ações e seu emblemático nome: o *mercado de opções*. Esse é contexto do uso de *sistemas de tratamento de informações* para ver e antever, algo que está em consonância com o que se tem chamado de era das incertezas como marca do contemporâneo.

Em última análise, o estabelecimento de algoritmos e, como disse Rosenblatt, *estatísticas capazes de generalizar e predizer, prever padrões*, é um dos principais mecanismos de ordenação do agir do sujeito empreendedor, como vimos no segundo capítulo, que teve em Hayek um de seus maiores divulgadores. O que estamos avaliando aqui é que Rosenblatt – e não só ele – vai estabelecer, por intermédio da cibernética, uma agenda de pesquisa que apresenta uma epistemologia generalizante. Essa ciência, que explicaria tudo, ainda que de forma estatística, mas com rigor matemático, muito contribuiu para um neopositivismo e quantitativismo que perpassam o campo da cibernética atual. Pensemos, por exemplo, na linguagem de programação Wolfram Alpha, desenvolvida por Stephen Wolfram, em 2009,

pesquisador conhecido por advogar o surgimento de um Novo Tipo de Ciência (*A New Kind of Science*, 2002). Ele defende que o objetivo da Wolfram Alpha enquanto linguagem digital “a longo prazo [é tornar] todo o conhecimento sistemático imediatamente computável e acessível a todos” (wolframalpha.com, visitado em 14/11; 2023 - ver figura 10), podendo reunir informações sobre matemática, como álgebra, cálculo e equações diferenciais e estatísticas, mas também dados sobre transportes, química, física, sociedade e cultura, artes, entre tantos outros.

O impulso enciclopédico e totalizador do Wolfram Alpha é uma dimensão que, como vimos antes, está relacionada ao papel atribuído aos dados e às informações como discursos de poder e produtores de verificação.

Figura 10 – Wolfram Alpha e a mathesis universalis pelo digital

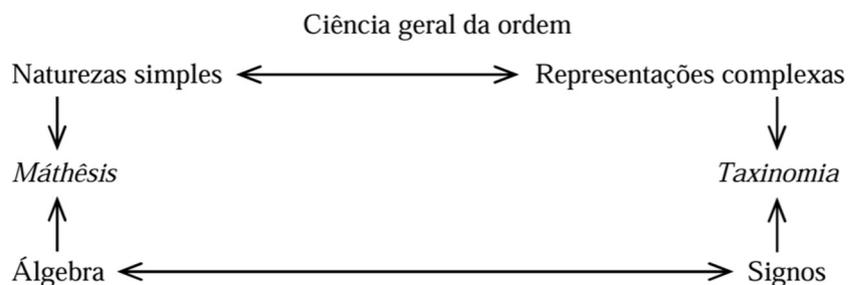


Outro aspecto que percebemos entre os entusiastas da cibernética é a dimensão behaviorista que, com seu sistema de *input*, *output* e caixas pretas (*blackbox*); estímulo e

resposta sem uma causalidade obrigatória, vai resultar em uma nova dimensão para essa constituição dos sujeitos atravessados pela informação, interconectados, capazes de recursividade.

Wiener, Rosenblatt e Wolfram, cada qual à sua maneira, contribuíram para buscar, na acepção de Descartes e Leibniz, uma nova *mathesis universalis*, ou seja, uma ciência ou um método de organização das *epistêmes* capaz de explicar do micro ao macro. Foucault analisou em *A Palavra e as Coisas* a passagem da *mathesis*, na antiguidade para a *taxionomia*, na modernidade.

Figura 11 da Mathesis, à taxionomia e agora a algortimização



Fonte: Foucault, 1999, p.100)

A cibernética, entendida como uma nova *episteme*, ou seja, uma nova forma de saber-poder, vai alterar significativamente as formas de organização do conhecimento. Como se a figura acima, identificada por Foucault para falar da forma de pensar moderna, estivesse em profundo rearranjo. O pensador francês menciona o mundo das verdades, da veridificação do natural, que poderia se inscrever na álgebra e sua *mathesis* das épocas pré-modernas, e que explicariam o mundo do fim da idade média.

Em seguida, passamos para o mundo da representação da modernidade europeia, dos signos da produção das imagens, por sua vez, ordenadas pelas taxionomias, que explicaram o mundo até o final do século XIX. A ideia de informação – como inferência a partir do dado, como unidade mínima da “verdade”, em substituição à noção do fato empírico comprovado, “taxonomizado” – está alterando significativamente as produções de veridificação. O que defendemos é que os dados e a a informação assumem a forma de veridificação contemporânea.

O campo da comunicação (mas não só ele) está lidando com esta transformação profunda se pensarmos nas definições de verdade, fatos e informação. A objetificação das veridicações e a sistematização do conhecimento sob a égide da informação vêm assumindo preponderância desse olhar para a contemporaneidade. Portanto, a cibernética assumiu na contemporaneidade a importância que a economia política tinha na modernidade. Um papel central de criar uma episteme, mas também uma ontologia (ver Quiroga, 2013) em que o mundo pode ser explicado, desde a física quântica à astronomia, como mencionamos previamente no primeiro capítulo, pelo conjunto de informações.

Essa objetificação capaz de generalizar por intermédio das informações traz uma cosmogonia própria. Essa maneira de enquadrar o mundo permite chegar a lugares; ver, sentir e *perceber* com novos equipamentos – o telescópio eletrônico, os radares, os *lasers* etc. Esses novos aparelhos por um lado expandiram a compreensão humana, mas, ao mesmo tempo, criaram um enquadramento capaz de abarcar tudo sob o formato informação: a existência (material e matemática) de todos os processos e linguagens em que a cibernética se apresenta como uma forma de emoldurar a totalidade. Como Rosenblatt definiu, o *perceptron*, um método de transformar algo intangível em dados organizados de forma sistêmica. A discussão sobre a materialização dos dispositivos baseados em cibernética não pretende entrar em um dualismo utópico / distópico sobre tal processo (ver Feenberg, 2017). Preferimos entender que ele produz outro *topos*, outras topologias e *heterotopias*.

Como vimos na contextualização do capítulo 1, esse movimento de datificação das percepções permite novos recursos e potencialidades para a subjetividade contemporânea. Mas, também, à medida que se materializa, e passa de uma fase laboratorial de ideação para uma de implementação e efetivação, traz consigo novas questões, coerções e sujeições. E aqui retomamos à mediação, mediação por técnicas e por dispositivos, para relacionar discursos e práticas, que podem ser encontrados em vários momentos históricos e em várias espacialidades. A mediação contemporânea emerge a partir do arcabouço cibernético que, ao ser estudado, permite-nos compreender esse processo e como ele se insere na forma de produzir subjetividades empreendedoras de si com objetividades de fluxos. Para esses sujeitos empreendedores *fruírem e performarem*, necessitam de objetos técnicos baseados em processos quantificáveis pela informação e pela estatística recursiva e veloz da cibernética.

O escrutínio das técnicas cibernéticas como dispositivo de poder nos permite inferir que a mediação é um dispositivo, não apenas porque reúne as tecnologias da informação em um aparelho, mas também porque soma essa dimensão técnica e objetiva à dimensão simbólica subjetiva, quantificada e organizada pela informação, para uma relação de saber-poder capaz

de produzir subjetividades desejanter dentro de um arcabouço, de uma armação, entre o objetivo e o simbólico, entre o cotidiano e o histórico, entre o local e global, entre o específico e o geral, entre o empírico e o teórico. Precisamos aprofundar essa repercussão para compreender como essa *epistème* vai afetar a compreensão da comunicação que se constitui nesta época.

3.1.3. A Cibernética e a episteme da Comunicação Social

Mas como entender a ubiquidade dos dispositivos informacionais na virada do milênio? A emergência desses dispositivos, primeiramente o computador, em seguida a internet e agora os *smartphones*, alteraram significativamente o que se compreendia como comunicação social, comunicação de massa, indústria cultural. Agora, além da dimensão da comunicação na esfera pública burguesa, como relatada por Sennett em *Declínio do Homem Público (1999)*, e por Benedict Anderson em *Comunidade Imaginadas (2008)*, é que a dimensão gerencial, de controle e de organização de fluxos, do que se convencionou chamar de *informação*, que acrescenta uma nova camada paradigmática ao que era entendido por meios de comunicação. Como dois lados de uma moeda, esses *dispositivos de midiatização* seguem sendo elementos conformadores da esfera pública e do espaço comum (Habermas 2014). No entanto eles assumem uma nova característica como instrumentos criadores de ambientes e hábitos. Como a transformação que a imprensa viveu no final do século XIX, quando se deslocou de um instrumento relativo à governamentalidade soberana para a disciplinar; quando passou de veículos de comunicação de ideias, que formataram a esfera pública das sociedades pós-revolução liberal, para os meios de comunicação de massa do sujeito disciplinado, inaugurando novos mercados e permitindo a fruição econômica em ciclos mais rápidos.

Acreditamos que a midiatização está inserida nesse amplo processo de transformação e deslocamento da comunicação na governamentalidade contemporânea, em que um novo paradigma emerge. Aumenta a tensão paradigmática estabelecida no campo da comunicação social até os anos 1980 na relação entre indústria cultural, comunicação social e publicidade e relações públicas – não por acaso as habilitações clássicas dos cursos de comunicação de universidades – que se encontraram em profundo rearranjo no final da década de 1990 com a massificação dos equipamentos digitais.

Enfim, o digital, sobretudo sob a lógica da cibernética, ou seja, sob a égide da necessidade de se controlar, objetivar e quantificar fluxos de informações, vai alterar drasticamente não só a comunicação social, mas toda a sociedade, personificados no *personal computer*. É no final da década de 1970 que este aparelho se torna um equipamento que

mobilizará parte da classe média estadunidense ligada a círculos acadêmicos e a companhias de tecnologia e telecomunicações nos EUA. Na década seguinte, já havia um mercado consolidado com gigantes da época como a IBM investindo nesse segmento. Na década de 1990, a indústria se consolida estabelecendo uma rede ampla de fabricantes de *hardware* e segue evoluindo, criando a demanda para programas, ferramentas de uso, videogames, em suma, um mercado que se convencionou chamar de *software*.

É dessa época a consolidação da interface gráfica, idealizada em laboratórios como da Xerox (Harwood, 2016), mas otimizada pela então pequena Apple e posteriormente pasteurizada e massificada pela Microsoft com o Windows. Trata-se da noção de sistema operacional com interface intuitiva, fundamental para interação homem-máquina como forma de popularizar os computadores de forma utilitária. A interface digital é uma inovação disruptiva que transformou a relação entre computadores e seus usuários à medida em que a interface gráfica permite um uso sem que haja necessidade de domínio dos comandos e funções dos complexos códigos de sistemas por linha de programação. Além do sistema operacional Windows, a Microsoft, pela suíte Office, ampliou o uso do computador pela interface gráfica e permitiu massificar computadores pessoais para os mais diferentes processos: administrativos, burocráticos e gerenciais. Tal passo ampliou o número de usuários de computador para leigos e permitiu, pelos ambientes visuais, a entrada de usuários no ambiente simbólico e virtual que constituiria a internet.

Já na virada do milênio, quando os computadores pessoais estavam consolidados nos ambientes profissionais e institucionais, outro processo importante ocorreu: a emergência dos *tablets* e *smartphones* e, sobretudo, a interligação das redes de computadores por meio das redes de telecomunicação. As redes, que antes estavam restritas aos ambientes corporativos, governamentais e de pesquisa, a partir de então puderam ser acessadas por estes dispositivos. Com o notebook, o tablet e o smartphone, e outros que chegaram a ter breve vida, como os palmtops e pagers, e com a implantação das redes celulares sem fio, foi possível acessar a internet não somente de locais fixos. Esse novo arranjo sociotécnico produziu uma inflexão paradigmática em diversos campos, dentre os quais o da comunicação social, e uma ressignificação da ideia de meios de comunicação social. As TICs e os estudos empreendidos pelo catalão Manuel Castells, geógrafo e urbanista de formação, na trilogia *A Sociedade em Rede* (1999), tratam do papel central da informação e das telecomunicações para o que se convencionou generalizar por globalização. Em nosso caso de estudo particular, é a partir da primeira parte da década de 1980 que o termo *midiatização* passa a ser usado em um outro sentido que não sendo o efeito da mídia na política institucional, mas com novo status da

ubiquidade dos dispositivos técnicos de comunicação (PCs, *tablets*, *notebooks*, *notepads*, celulares e *smartphones*) articulados pelas redes de telecomunicação e dentro dos protocolos da internet. Estudar esse processo é compreender a centralidade da ideia de informação para a “navegação no mundo atual” e para a arte de navegar (governar) no mundo contemporâneo. É difícil precisar quando a noção de notícia e de anúncio foi gradativamente se deslocando para a noção de informação.

Ver o mundo pelo viés informacional oferece uma síntese capaz de unir imagens, textos, cálculos, vetores e tudo o mais que puder ser modelado e produzido pelas máquinas computacionais binárias (Montagnini, 2017). O próprio modelo matemático de Claude Shannon é exemplo de como a cibernética influenciou, transversalmente, uma série de áreas como a física, a biologia, a antropologia, a economia. A informação, no entanto, não é somente um conjunto de impulsos elétricos passíveis de serem classificados com 0 ou 1 em um sistema binário que os acumula, em bits ou bytes em formatos físicos chamados de dados, que, ao serem consultados produzem inferências. A informação inaugura uma nova forma de circulação de dados, inferências, signos, imagens e registros (em inglês *record* significa tanto gravar como arquivar), se assumindo como a partícula do fato. O que nos interessa é como a informação se materializa e, desta forma, estabelece novas formas de velocidade, de temporalidade e de espacialidade (Virilio, 2014).

Ela também se manifesta pela modulação desses resultados dos sensores transformados em dados que, por sua vez, são encapsulados e empacotados em protocolos de comunicação (tcp/ip), no caso da informação digital. São disparados para servidores, com redundâncias, como forma de identificar os pontos de ruídos para reduzi-los ou ignorá-los e chegar ao seu destino, o receptor. A informação é aquilo que pode ser sempre traduzido da linguagem binária para a linguagem html e, após, para a interface visual e, novamente, para outras linguagens (PHP, Java script, etc) *ad infinitum*. A informação é também aquilo que se insere numa lógica sistemática que produz *feedbacks* e, assim, permite à entidade “emissor” (estamos reproduzindo o modelo de Shannon acriticamente para fins de exemplo) saber que a mensagem chegou e já pode parar de dispará-la, ou perguntar se deve mandar novamente, ou então outra possibilidade x ou possibilidade y até n possibilidades. O conteúdo é indiferente para o modelo matemático de Shannon. Nessa abordagem maquínica, qualquer *if/else* estabelecido atribui a essas *entidades* relacionais, permitindo então novas circulações pela retroalimentação, pelo *feedback*.

A informação, portanto, para resgatar Umberto Eco em *A Estrutura Ausente* (1971), outrora tão citado, nunca pode ser compreendida fora de um contexto. E, por mais que produza inferências e dados secundários e decorrentes, não consegue sozinha produzir significado. Um

problema que a comunicação achara que havia definido bem, ao diferenciar modelos de comunicação de modelos de semiose na década de 1970 e 1980. Não obstante o uso generalizado e recorrente de máquinas informacionais, e sua capacidade de análise, com algoritmos e *machine learning*, haver se popularizado no famigerado conceito de inteligência artificial, estariam confundindo novamente essa distinção entre comunicação matemática e comunicação semiótica? Será que, de tempos em tempos, a comunicação passa por momentos de desconexão cognitiva e impossibilidade de compreensão?

Aqui temos um aspecto interessante da contemporaneidade. A produção de informação ganha importância à medida que se torna cada vez mais automatizada, normatizada, a despeito de produzir significados ou não. E, à medida que suas configurações e funcionamentos permitem a reprodução de cadeias produtivas, de consumo e de gerenciamento, o campo da comunicação precisa aprofundar, novamente, o entendimento da transformação da mediação comunicacional, com a emergência das TICs, sobretudo pelo digital. Mas que, pela sua configuração cibernética, se direciona a uma dimensão gerencial da sociedade (Quiroga, 2019) e passa a adquirir uma dimensão organizativa dos fluxos e trocas pelas ferramentas digitais. Os suportes, as linguagens de codificação dos softwares, vão assumindo importância, pois estruturam, cada vez mais, os ambientes e interfaces para uma mediação social. É nessa nova mediação pela parafernália digital, capaz de modular para informações digitais em bits e bytes, sons, imagens, textos, que emergem, após o ano 2000, sob o guarda-chuva do que se chamava então de internet 2.0, os ambientes de interação em que websites tornam-se estruturas complexas e com diversas funcionalidades.

É dessa época o surgimento das redes sociais e das primeiras plataformas. Essas duas, gradativamente, assumem importância ao criarem um ambiente de interface e de mediação. A partir de então, a mediatização se expande como conceito que busca abranger um conjunto de dimensões comunicacionais que antes pareciam estanques: a cotidiana, a simbólica, a afetiva, a organizativa, a pragmática. As implicações da dimensão gerencial e de controle da informação quando aplicadas à comunicação são as mais distintas, mas, para aprofundar o entendimento sobre esta dimensão objetivante dos fluxos de comunicação, precisamos investigar vez que esta busca por precisão, responsividade e por controle e gerenciamento do processo, ainda que incluindo ruídos, traz profundas implicações. Para tanto é necessário voltar à fundação da cibernética.

3.2. Implantação, consolidação e ubiquidade cibernética

A emergência da cibernética, como acabamos de ver, está ligada ao contexto do início do século XX das Universidades americanas. Mas também não se pode compreender a ascensão da cibernética sem o financiamento do governo dos EUA, principalmente por parte de centros de pesquisas militares, bem como do financiamento de magnatas e diretores de corporações. Dentro desse contexto, podemos citar, num primeiro momento, uma aproximação entre grandes capitalistas e a academia, por exemplo a refundação da Universidade de Chicago, pelos Rockfellers, em 1895, mas, também, a partir dos anos 1910, com os esforços de guerra estadunidenses, bem como da necessidade das grandes empresas da época de investir em inovação tecnológica, o que levou as universidades americanas, sobretudo da Costa Leste, chamadas de Ivy League, foi transformada em uma relação mais simbiótica com as corporações. A proximidade entre pesquisadores e empresas ajudou a fundar laboratórios e a criar linhas de recursos específicos para pesquisas específicas, ou por meio de aliança entre universidades e corporações, oferecer recursos e condições para investigações disponibilizadas pelas empresas, enquanto a própria agenda de pesquisa era estabelecida em consonância com os departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento dessas empresas que buscavam pela inovação tecnológica, o que Marx chamou de vantagens competitivas. (Paraná, 2016). Dessa sinergia surgiu o emblemático AT&T Bell Laboratories, no qual trabalharam Claude Shannon e uma série de protagonistas no campo, responsáveis por uma sucessão de avanços na área da engenharia de telecomunicações, telefonia, computação e informática.

Essa relação se triangulava com os governos, sobretudo via militares e suas demandas específicas oriundas de necessidades prementes de inovações tecnológicas na área. Às vezes de forma declarada, às vezes velada, a relação entre academia, corporações e militares se estabeleceu nessa época de uma maneira sem precedentes, com recursos e apoio para pesquisas, sempre em busca de soluções e inovações com cunho prático, aplicação e eficácia militar ou mercadológica.

Além do Bell Labs, há uma série de instituições, algumas localizadas dentro de *campi* universitários, outras mais controladas por corporações e, às vezes até em local mais neutro, que produziram o fermento para a emergência de uma série de dispositivos técnicos forjados a partir do que discutimos nos itens acima: informação, recursividade, computação, telecomunicação, técnicas de apreensão e processamento de dados.

Se hoje esse surgimento parece-nos naturalizado por uma narrativa histórica, na época o sentimento não era nada consolidado. Ao contrário, havia uma série de questões em aberto como a discussão que o dramaturgo alemão Bertold Brecht empreende ao final da década de

1929, presentindo que o avanço tecnológico estava intrinsicamente ligado ao avanço das forças produtivas capitalistas e à necessidade de organização social pela produção e pelo consumo:

A argumentação brechtiana é bastante simples: a comunicação é um processo interativo e o rádio, como um substituto do telégrafo, foi feito para permitir a interação entre os homens. Mas não foi isso que aconteceu: os grupos econômicos monopolizaram esse meio de comunicação, apossaram-se da transmissão e, desse modo, transformaram todos em meros receptores, e o rádio tornou-se um mero aparelho de emissão. (ver Frederico, C. Brecht e a "Teoria do rádio", 2007).

Não deixa de haver, no entanto, correspondência, dessa situação com o momento atual e a questão da plataformização da lógica de redes pelo digital. A questão não é exatamente o centro de nossa análise, mas pontuaremos como decorrência da midiatização contemporânea mais ao final da pesquisa. O que nos interessa aqui é justamente a capacidade dessa aliança triangular de determinar os padrões e a implementação das técnicas e equipamentos que vão moldar um modelo de negócio, que depois se passou a chamar meio de comunicação de massa / indústria cultural / mídia etc. Enfim, a evolução do que se convencionou chamar de cibernética é um campo (Bourdieu, 2002) em que as relações de poder estão profundamente presentes, seja pela dimensão econômica, seja pela dimensão militar, mas, sobretudo, pela preocupação em como governar, administrar, controlar processos nas sociedades de massa e a relação entre tecnologia e as dinâmicas de poder econômico e militar a partir do século XX.

Um particular que nos importa nessa dimensão técnica, da consolidação técnica da cibernética e sua relação na emergência da midiatização contemporânea, é o dos chamados esforços de guerra. Após esse período, mais precisamente em 1946, a simbiose academia - corporação- militar dos EUA se torna uma força motriz e central dos rumos e das tendências na sociedade estadunidense, e começa a esboçar perceber a vantagem e liderança, o que Eisenhower chamou de Complexo Militar Industrial³⁷ (ver Turse, 2008).

Ao que parece, após a guerra ele seguiu ativo, mas com outros objetivos. É nesse período que ocorreu uma série de reuniões entre pesquisadores os mais distintos da sociedade americana ocorreram sob o que se convencionou chamar Conferências Macy. A instituição filantrópica pretendia reunir pesquisadores de ponta para aprofundar temas de forma interdisciplinar: entre 1946 e 1953 o escolhido foi justamente cibernética. O assunto da primeira conferência foi justamente *feedback* e participaram dela, dentre outros: Gregory Bateson, Lazarsfeld, Margareth Mead, Von Neumann e Nobert Wiener, além de Claude Shannon como convidado.

³⁷ Para uma análise mais completa da relação entre militares e cotidiano nos EUA e uma análise mais completa do discurso completo de Eisenhower, ver *The complex : how the military invades our everyday lives* de Nick Turse e Metropolitan Books, New York, 2008

Apesar de todo um conjunto de pesquisas sobre as conferências, vamos no deter apenas na primeira, sendo o que nos interessa é a reunião desses pesquisadores norte-americanos no pós-guerra e a mudança de foco da fase de inicial, que era de esforço de guerra para uma abordagem cibernética, agora voltada para aplicações na sociedade civil. Aqui a comunicação social e corporativa será chave, mais precisamente, a reorientação dos esforços para a lógica de mercado e consumo motivando pesquisas em empresas e laboratórios que depois desempenharam papel chave para criar a parafernália técnica que vimos no início do primeiro capítulo, equipamentos que permitem a midiática contemporânea, instrumentalizada pelos princípios da cibernética e tendo o sujeito econômico como paradigma.

A presença de Shannon, Weiner e Lazarsfeld na 1ª Conferência Macy nos interessa, pois é possível fazer um paralelo entre essa conferência e outra: o protagonismo de Walter Lipmann na Sociedade Mont Pelerin, como vimos no segundo capítulo, cúpula essencial para se entender a emergência do neoliberalismo. A presença de tantos “pais fundadores” da comunicação social norte-americana” nos duas convenções nos diz bastante sobre o espírito da época que criou os parâmetros da midiática contemporânea. Mais que isso, nos diz muito sobre em que condições o campo da comunicação social se configurou e institucionalizou, e ainda é predominantemente ligado paradigmaticamente.

A chamada segunda cibernética é dessa época. Ela surge capitaneada por Gregory Bateson que, baseado na Califórnia, influenciou profundamente os pesquisadores da posteriormente chamada de Escola de Palo Alto. Como veremos adiante, devido à proximidade com as Universidades de Berkeley e Stanford, na cidade californiana de Palo Alto, as pesquisas desse grupo terão repercussões importantes para o que se convencionou chamar de Ideologia Californiana e a materialização de parte de uma nova noção de cibernética que resultou no Vale do Silício. Entre tantos aspectos referentes à cibernética da Escola de Palo Alto, nos interessa a distinção entre *modo digital e modo analógico* (Watzlawick; Beavin; Jackson, 2007). Nesse binômio os autores reconhecem uma dimensão quantitativa, de conteúdo – a digital –, e outra qualitativa, de modo – analógico, e a compreensão de uma dupla dimensão: subjetiva e objetiva da comunicação.

A influência da Escola de Palo Alto para a configuração do Vale do Silício é significativa. A noção de interação e de interface merecem destaque à medida que vão oferecer à nascente indústria da informática elementos para desenvolver tanto aspectos materiais e objetivos – *hardwares* – como aspectos subjetivos – *software*. Essa junção, este duplo, vai permitir que a nascente indústria do Norte da Califórnia opere tanto na dimensão subjetiva do paradigma do sujeito empreendedor de si, como na dimensão objetiva, resolvendo os limites

físicos e materiais que até então a engenharia de telecomunicação da cibernética primeira se debruçou. Estavam dadas as condições para ampliar uma nova forma de comunicar e de gerenciar o crescente fluxo de conteúdo que a sociedade do *welfare state* ampliava em progressão geométrica. A diferença é o foco no indivíduo ao invés da instituição, como vimos no segundo capítulo.

3.2.1. A propagação

Se até então a cibernética estava restrita a laboratórios, produzindo estudos um tanto afastados da vida cotidiana das pessoas, suas implicações começam a se sentir presentes justamente no que Henry Lefebvre, do outro lado do Atlântico, vai identificar como “a invenção do cotidiano” (2014). Crítico da sociedade de consumo, Lefebvre vai diagnosticar um aspecto chave e muitas vezes relegado a segundo plano, mas que tentaremos evidenciar na parte deste estudo ao relacionarmos mídiatização e território. Trata-se da centralidade que as narrativas sobre o cotidiano assumiram no Pós Guerra, sobretudo na América do Norte e Europa Ocidental, e sua importância para a fruição neoliberal. Ele atribui este novo processo a uma nova forma de se viver na qual a vida privada, a dimensão egoísta do sujeito, orienta todo o conjunto social predomina. É a materialização de uma convivência, sobretudo nas cidades, que já não é apenas determinada pela produção, mas também por uma nova dimensão: a do consumo e da fruição.

Aqui temos, ao lado da consagrada análise da Escola de Frankfurt, sobretudo por Adorno e Horkheimer – além do mais esquecido Marcuse (*apud* Costa, 1990), um ponto importante sobre o que seria a vida mediada pela dinâmica do cotidiano, de uma sociedade que se rege pelos interesses privados. Lefebvre já alertava para as implicações desse processo:

Man has been unable to avoid this alienation. It has imposed itself in everyday life, in social relations more complex than the immediate relations of kinship and primitive economy. (...) (Lefebvre, 2014 location 3845 de 16592 Ebook,).

The division between the human and its self was – and remains – as deep, as tragic, as necessary as the division between man and nature. The one is the corollary of the other. Man, a being of nature, forever united inseparably with nature, struggles against it. He dominates it and imagines he can separate himself from it, through abstraction, through self-consciousness – something only attained by painful effort. (...)

One question we can ask ourselves, for example, is how the average man in his ordinary, day-to-day life, relates to the large corporations. Where does he encounter them? How does he perceive them and imagine them? Theory reveals a complex structure here – in what ways does he move within it? And how does this structure appear to him from morning till night? (idem, localização 4176 de 16592 25% ebook).

Ao que nos parece, apesar da importância da crítica de Lefebvre, sobretudo para o que depois foi questionamento central dos vetores que estavam conformando a contemporaneidade,

como maio de 1968, os processos de objetificação e de pasteurização da vida seguiram em curso. E mais que isso, se ampliaram em uma escala nunca vista, em lugares que antes não alcançavam.

Guy Debord intuiu essa transformação ao analisar a dualidade fundante da contemporaneidade e atribuir ao espetáculo centralidade para a organização da sociedade. Trata-se de tema amplo, que, a depender do enfoque, pode levar a análises divergentes, no mínimo. O que nos interessa é que a sua compreensão da *Sociedade do Espetáculo* é a centralidade dessa circulação de imagens e desejos, capaz de organizar as relações sociais que inauguram uma nova “gramática”, em que aspectos formais da linguagem oral e escrita como lógica linear estariam sendo alterados pela fruição da imagem e por uma gramática sinestésica e espacial preponderante ao temporal. Apesar de a comunicação imagética existir desde tempos imemoriais, o que Debord está pontuando em sua obra é uma nova forma de circulação da imagem: agora produtora de verossimilhança e de identificação; de identidades e de realidades, ou melhor, de sensações de realidade e, portanto, *imagens mediadoras das relações sociais capazes de produzir realidades*. Ou seja, assim como Hume desloca a questão da razão, Debord atenta para o deslocamento da perspectiva e da produção de imagem, desde a perspectiva do Quatrocento de Giotto e do renascentismo florentino de Brunelleschi, para uma noção da imagem não como instrumento da razão, mas do desejo. Vamos apenas destacar esse ponto para a nossa argumentação em que realçamos o papel central da midiatização como *dispositivo de uma nova governamentalidade e a questão da percepção*.

A propagação, portanto, dos equipamentos técnicos, sobretudo de comunicação, como a televisão e o telefone, foi determinante para essa nova era que conciliava então imagem e telecomunicação, em outras palavras, símbolo e transmissão técnica. Se a expansão do telégrafo esteve, anteriormente, associada à expansão da linha do trem, como estudou Harold Innis, no pós-guerra, a expansão do telefone estava relacionada ao automóvel e sua importância na sociedade, conforme pontuou Virilio sobre a velocidade como unidade padrão de compreensão do mundo.

Seria então a cibernética uma ciência econômica? Como vimos em Lippmann e sua ideia de sociedade como um sistema de trânsito, ou em Hayek e a noção de sociedade de conhecimento, em que cada sujeito atua de forma não apenas utilitária, *a la* Bentham, mas com proceder pragmático, *a la* George Mead, a propagação da cibernética em todo o mundo se vestiu de uma razão econômica, de certo, e os arautos do neoliberalismo não hesitaram em se valer desse recurso para legitimar as suas ideias, como vimos no capítulo 2.

Mas a propagação da cibernética também se deu sob outros paradigmas, como vemos na exposição *200 anos da Era da Informação, do Science Museum de Londres*. A necessidade de processamento de dados dos planos econômicos soviéticos, ou seja, uma necessidade de racionalizar a governança e a importância do controle da informação, promoveu uma corrida tecnológica pela produção dos computadores *mainframes* nas décadas de 1960 e 1970.

Figura 12 IBM 360



Fonte: <https://www.sciencemuseum.org.uk/sites/default/files/2023-11/Large-print-guide-Information-Age.pdf>

Figura 13 Computador Soviético: BESM-6

Soviet BESM-6 computer, 1965

Object No: 2014-10/1/2



Fonte: <https://www.sciencemuseum.org.uk/sites/default/files/2023-11/Large-print-guide-Information-Age.pdf>

Os aparatos estatais, tanto nos EUA como na União Soviética, alegando princípios e objetivos diferentes, buscaram, pela informação, controlar os agentes econômicos: um em nome de uma ideia de comum e de planejamento; outro em nome de uma liberdade e da

individualidade. Na era dos *mainframes*, os computadores soviéticos tentavam se equiparar aos capitalistas e, de certa forma eram equiparáveis. O que não tinha comparação eram os diferentes usos que as sociedades capitalistas de consumo deram a essas máquinas. Na União Soviética o computador era uma ferramenta do estado, algo que também acontecia no Ocidente até meados da década de 1970.

Apesar de termos referenciado que a cibernética assumiu uma dimensão civil no Pós-Guerra, uma ressalva: é na mesma época de uma já esvaziada segunda Conferência Macy, cercada de vigilância entre cientistas devido ao macarthismo, que os militares estadunidenses criaram a *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA). Esse departamento para inovações militares nos interessa justamente por seu papel em idear um novo aspecto que será central para a midiatização contemporânea: a ideia de rede. Por meio da articulação entre computadores e telecomunicação era possível criar uma infraestrutura de comunicação descentralizada, que funda a internet. Trata-se de uma lógica de organização que, no âmbito do campo da comunicação, promove um deslocamento da comunicação broadcast com consequências epistemológicas significativas para a midiatização contemporânea e sua dimensão gerencial.

A propagação da cibernética se tornou umbilicalmente relacionada à emergência da indústria de computadores pessoais na Califórnia, a partir da década de 1970. O processo de evolução tecnológica e a miniaturização criou uma série de possibilidades de reduzir os primeiros computadores, que às vezes ocupavam andares inteiros de prédios, como vimos nas figuras acima, a equipamentos portáteis (ver figura 14). Mais que uma evolução técnica, as empresas de tecnologia do Vale do Silício, estavam imbuídas de uma nova mentalidade.

A segunda cibernética desempenha papel importante nessa influência, sobretudo pela importância que dá a dois princípios: um deles oriundo de George Mead, o *self*, e outro elaborado por Gregory Bateson, o *mind*. Deixamos os termos no inglês original devido à dificuldade em transpô-los para o português. Os dois conceitos são amplos e tema de pesquisas das mais distintas, em campos como antropologia, psicologia, sociologia e etnografia (ver Leticia Cesarino, 2022). O que nos interessa dessa discussão é uma apropriação um tanto quanto utilitária que permeou o design e a concepção de equipamentos técnicos (ver Philip Agre, 1991), capazes de atender tanto o *self* quanto o *mind*. Em outras palavras, *dispositivos* que articulavam comunicação, governamentalidade e psicologia, à proporção que, na segunda cibernética de Bateson, são criadas as condições para o surgimento técnico do que se vai difundir e entender como um novo *ego*, para além do eu cartesiano e do sujeito freudiano.

Figura 14 - Apple Lisa, um dos primeiros PCs com interface gráfica e mouse:

Apple Lisa personal computer system, c. 1983

In 1983 Apple introduced its first computer with an innovative interface that enabled users to click on recognisable graphic icons and navigate through familiar-sounding pages.

Source: Philips Research Laboratories

Object No: 1993-1086



Fonte: <https://www.sciencemuseum.org.uk/sites/default/files/2023-11/Large-print-guide-Information-Age.pdf>

Nesse processo, a alteração de perspectiva sobre o que seria um indivíduo, desde então posto em crise pelos mais diferentes campos, vai gerar um conjunto de equipamentos para o *self* e o *mind*, que resultou, primeiramente, no computador pessoal e, em uma segunda etapa, no *smartphone* e a sua centralidade que vimos no capítulo 1.

Esse contexto de inovação e desenvolvimento de pesquisa, no que se chamou de ideologia californiana, deve ser entendido também a partir de revoltas e resistências da época, como o movimento *hippie* e a contracultura, mas também pelo movimento *Faça Você Mesmo* (*Do It Yourself* - DIY). Embora presente desde o início do século XX no caldo pragmatista estadunidense – basta pensar nos catálogos Sears e as linhas de trem do século XIX –, assumiu, no Norte da Califórnia, uma nova dimensão no final da década de 1960 com o *Whole Earth Catalog*. Essa breve porém influente publicação de cunho enciclopedista e alternativo, fundiu cultura *hippie* com o que hoje é denominado *cultura maker* (ver Hepp, 2023). Representou o caldo cultural que levou a emergência da ferramenta símbolo para ampliar o *self* e o *mind*: o computador pessoal.

Faltava agora ampliar a capacidade de percepção, e as pesquisas militares do DARPA, que tinham foco na academia, sobretudo em Stanford e na University of California em Berkeley, e nos laboratórios das corporações que se instalaram no Vale do Silício, pareciam não ver qualquer contradição em cooptar trabalhadores que foram “beber” nas ideias da contracultura da época. Por mais contraditórios e conflitantes que fosse – e ainda é –, essa relação entre hippies, militares e *nerds*, ela foi a base tanto para a irrupção do computador pessoal como para a internet, ambos operando sob a lógica de rede descentralizada.

3.2.2. A implantação

Ao final dos anos 1970, o que era uma atividade de hippies nerds e acadêmicos, começou gradativamente a criar um conjunto de reuniões, encontros, conferências e a conformação de um insipiente mercado, logo percebido pela então hegemônica IBM, que investiu fortemente na produção do PC 8080 para arrancar fatias do mercado criado pela Apple com o seu Macintosh. A dispersão e multiplicação dos computadores deu vazão a uma série de produtos derivados dos primeiros usuários: programas, como videogames, planilhas eletrônicas e editores de textos, foram desenvolvidos para quem desejava utilizar as potencialidades da máquina, muitos deles compartilhados entre estes usuários que se entendiam como uma comunidade pioneira (ver Hepp 2023).

É nessa época que, com a crise do petróleo e mudanças geoeconômicas como o fim do lastro em ouro de Breton Woods, que o neoliberalismo começa a sua caminhada tendo como principal lema a prevalência do eu sobre a sociedade, admitindo até a noção de comunidade e outras coletividades, mas atancado fortemente a noção de público e de propriedade estatal. A crítica, entendida no contexto da Guerra Fria e dos desmandos soviéticos em nome de um comum controlado por uma burocracia de partido único, vai apostar, como vimos no segundo capítulo, nesse ser emocional, que racionaliza a partir de suas emoções e percepções.

Ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a infraestrutura de comunicações, como vimos no início do capítulo 1, está formatada e pronta para uma nova etapa: a digitalização do mercado financeiro. Inicialmente um projeto das multinacionais e corporações, que atuavam em escala internacional, a financeirização foi a base para que, em um segundo momento, a relação com o computador pessoal e a internet criassem as “praças financeiras”, pregões virtuais. Primeiro, via fax, mas, depois, via transmissão digital, cresceu o número de agentes nos mercados financeiros em progressão geométrica à medida que passaram a ser ampliadas e acessadas por outros agentes, para além dos que operavam na bolsa por meio de *brokers in loco*.

É sintomática dessa época a frase de Margareth Thatcher: “*there is no society*”. Ainda mais interessante, como aponta Chignola (*apud* IHU Cast, 2023), é o deslocamento que o neoliberalismo promove. Na mesma entrevista para o Sunday Times, Thatcher afirma: “a economia é o nosso método. O objetivo é mudar corações e almas” (Margaret Thatcher Foundation, 2024)³⁸. Para além da repercussão política e de toda uma errônea leitura que os críticos do neoliberalismo fizeram das frases acima naquela época, elas sintetizam o pensamento importante da primazia – agora não mais do eu cartesiano ou do eu *homo economicus* – do *self*, daquele que faz por si só, inclusive se constituir como um *self made man*. Mas há diferenças entre os pioneiros que fundaram os EUA por “vida, liberdade e a busca pela felicidade” e os novos *selfs*, os chamados de yuppies, e a chamada economia de evolução. Estes últimos, integrantes da geração *boomers e do welfare state*, formados nas melhores escolas da Ivy League, moradores de casas nos subúrbios, emergem como a subjetividade símbolo do neoliberalismo ao entenderem o papel da informação para o ordenamento do capitalismo financeiro como um jogo .

Valendo-se dos computadores, e dos então iniciais telefones celulares, atuando sempre sob a lógica do *networking*, ao invés de estruturas institucionais de empresas, eles eram o início de uma nova forma de compreensão das mediações sociais e de formas de poder, que a australiana Mckenzie Wark vai chamar, como mencionamos de forma introdutório no 1 capítulo, de vetorialistas. A ideia de que um vetor é dotado de intensidade e direção, e de que por meio dele você pode apreender uma análise das forças à medida que você as materializa, nos é cara e importante. A digitalização é justamente parte dos esforços de vetorizar estas dinâmicas e processos. Mais do que isso, no espaço vetorial forças das mais diferentes atuam em todas as direções. Como veremos no capítulo cinco com mais detalhes, não é um local, não é uma paisagem, é uma topologia *rasterizada e renderizada*. A capacidade das pessoas de utilizar o digital para compor uma série de dados e correlações “em um só ambiente”, mesmo que virtual, se transfere para a vida das pessoas, que se viam como vetores para organizar as suas vidas e assim agir e “empreender” a partir deles. Essa lógica, diz Wark, será cada vez mais uma característica de uma classe dirigente em formação, dos futuros CEOs que não mais estudavam economia, mas faziam MBAs em *management* nas *Business Schools*. Como mencionamos brevemente, serão essas subjetividades que farão a diferença das empresas de

³⁸ “Economics are the method; the object is to change the heart and soul.” Consultado em 15/12/2023 em: <https://www.margaretthatcher.org/document/104475> (1981 May 1 Fr, Margaret Thatcher Interview for Sunday Times. Document type:Speeches, interviews, etc. Journalist: Ronald Butt, Sunday Times)

tecnologia, posteriormente chamadas de *Big Techs*, em relação às corporações do capitalismo fordista.

A derrocada do regime soviético e a ascensão do Consenso de Washington e do pensamento californiano aliado ao pragmatismo e vetorialismo dos yuppies, se relacionam com o que o catalão Manuel Castells identificou como a Sociedade da Informação (1999). Por caminhos aparentemente desconexos, as condições para o que posteriormente foi rotulado como globalização estavam dadas materialmente pela aplicação dos preceitos das engenharias de telecomunicação e da administração, mas também por um novo *mind*, uma nova mentalidade, pela qual as pessoas se comunicariam entre si, de preferência sem os antigos intermediários institucionais, como foi aventado de forma utópica, ou pelo menos com novas mediações.

É dessa necessidade de operacionalizar uma rede capaz de englobar outras redes, (definição de “*inter net*” - entre redes) que engenheiros, cientistas da informação e da computação, criaram, com apoio de empresas e do governo dos EUA a *world wide web* e sua interface baseada em hipertexto e html, usados para criar muitas das interfaces computacionais da época, e protocolos para a comunicação entre computadores como o TCP/IP. Tais aspectos nos interessam na medida em que a partir das telecomunicações e da engenharia de programação a mediação pelo digital vai criar – assim como a imprensa criou, e o telégrafo também – uma nova sensação de estar no espaço-tempo. Um novo sentimento subjetivo que antes era de se “estar ligado”, referentes aos meios de comunicação eletrônicos, agora se define em “estar conectado”.

Por meio de infraestruturas como a Internet as aplicações das máquinas de cálculos e de programação produzem “rotinas” e podem aprender trabalhos repetitivos por meio de ‘algoritmos’. Esse conjunto de infraestrutura, por sua vez, também alterou mediações das relações de trabalho. Com a telecomunicação e a robótica, foram alterados significativamente os modos de produção. O uso intensivo de equipamentos informacionais alterou rotinas, divisões de trabalho e a espacialização da produção, o que David Harvey chamou de *Acumulação Flexível do Capital* (1994), uma dimensão territorial que veremos na parte II dessa pesquisa. O que nos interessa nesse momento é mencionar as alterações nas formas de viver, trabalhar e estar-no-mundo, a partir de uma outra lógica em que processos informacionais gradativamente assumiram aspectos imperceptíveis, porém essenciais para a dinâmica social, que, a despeito da falácia de Thatcher, insistiram em existir (como exemplo o *shutdown* mundial do WhatsApp, no capítulo 1), e seguem criando problemas pra além da dimensão comunitária. A essas tecnologias, Mark Weiser, engenheiro chefe dos laboratórios de inovação da Xerox, denominou de computação ubíqua:

"The most profound technologies are those that disappear. They weave themselves into the fabric of everyday life until they are indistinguishable from it" (Weiser,1991).

Weiser foi um engenheiro da computação autodidata que liderou pesquisas, não por coincidência, como vimos acima, no Xerox Palo Alto Research Center (Xerox PARC), local de onde surgiram patentes como a do mouse, do papel eletrônico (pdf), da *Graphical User Interface (GUI)*, e de técnicas hoje tidas como óbvias ou ubíquas como *copiar e colar (ctrl+c e ctrl+v)*, além dos primeiros programas, hoje chamados de aplicativos, criados dentro da lógica do *What You See is What You Get*, (WYSIWYG). Além dessas, outras tecnologias menos visíveis *de backend*, mas fundamentais para a ampliação da indústria de softwares, como, no caso da nossa pesquisa, a forma de mediar a relação entre máquinas e usuários como a *programação orientada a objetos* e algo muito importante hoje no funcionamento da internet com uso massivo de bancos de dados: as *Application Programming Interface (API)*, em português: Interface de Programação de Aplicação.

Infelizmente na comunicação social não nos debruçamos muito sobre linguagens computacionais e implicações significativas que elas têm na contemporaneidade, como ressaltou Philip Agre. Não obstante, estamos falando de linguagens por onde passa o funcionamento da internet, como: Java, C++, C#, Python, Lua, PHP, e a importância dos sistemas Unix e Linux para os servidores, entre outras. Elas são essenciais para o desempenho de equipamentos digitais como computadores pessoais, servidores e *smartphones*, e como eles interagem com o *usuário*.³⁹

Entre os yuppies e os filhos dos hippies, dos militares e engenheiros das empresas de tecnologia, reunidos em Stanford, citados anteriormente, emergiu uma forma de operacionalizar a governança, ou melhor, de trazer a nossos termos, de criar um *dispositivo* capaz de efetivar com eficácia o primado da governamentalidade neoliberal. Chegamos ao final dos anos 1990, após teorias como a das infovias da informação (Gates, 2015) e a cibercultura (Lévy, 2010), nas quais se vê que a mediação pela informação crescerá em importância, mas também, cada vez mais, será incorporada à dimensão do dado, do invisível, como hoje damos por certo a luz elétrica e a telefonia. A não ser que nos falte luz ou não haja sinal.

³⁹ Para ver mais sobre a centralidade de Palo Alto como local da convergência entre sujeição cibernética e subjetividade neoliberal: *Fire in the Valley: The Making of the Personal Computer*, de Michael Swaine (2000) e; *Palo Alto: A History of California, Capitalism and the World*, de Malcom Harris 2023)

3.2.3. Consolidação e ubiquidade

Nos anos 2000 a difusão da *world wide web* vai criar uma nova forma de consumir informação para além dos meios de comunicação. No início do milênio, a internet, antes um lugar cifrado e repleto de sinais, como a linha de programação mostrada no filme Matrix, começou a dar forma a interfaces e “ambientes” que compunham, cada vez mais, todo um conjunto de fruições e fricções, tendo, como vimos, não mais o sujeito, mas o *self* como usuário final. Algo que já parecia uma redução da ideia de sujeito, no entanto parecia estar sofrendo um novo deslocamento subjetivo ainda maior: a passagem do *self* para o usuário, ou seja, de uma redução do indivíduo digital para uma fração do *self*, ou seja, o *user*, com seu ID e senha, hoje atributos essenciais para a fruição digital. A partir dessa década, as grandes empresas, *em nome da segurança e privacidade* – esse ponto é central para a nossa análise –, deslocam a ambiência da internet, que criou uma série de mecanismos que se tornaram a base, para o que se chamou de internet 2.0.

Se essa época foi marcada pelo surgimento dos blogs, as interfaces dão um salto qualitativo e de linguagem de programação, saindo do html para camadas de estilos, o *cascading style sheet* (CSS) e o uso de linguagens de programação em PHP, bem como o uso amplo de banco de dados que ampliaram a experiência da fruição da internet. Mais interatividade, mas a partir desse ponto, oferecendo mais serviços, como pagamentos online e outras funcionalidades que implicavam também maior “segurança” e “privacidade”.

Até então a internet transpirava um “faça você mesmo”. Do faça seu próprio site e “*be your media*”, no estilo (ciber)punk Sex Pistols, e com a promessa, ainda que vaga, de que a internet seria um lugar dos *producers* (produtores e usuários ao mesmo tempo). No entanto, a partir da segunda metade dos anos 2000, “portais” cada vez mais sofisticados, desenvolvidos por empresas especializados em web design, com equipes gigantes, foram ganhando tração, à medida que também aumentaram camadas ou “pilhas” (ver “*Stacks*”, Benjamin Bratton, 2016) de complexidades, cada vez mais difíceis de serem decodificadas por internautas leigos. A internet viveu um contraditório processo de desenvolvimento de linguagem de interface: o que se ganhou em riqueza de detalhes e a ampliação dos “ambientes virtuais” se perdeu em compreensão do funcionamento da parte de trás da interface visível, do *backend* da internet. É nesse cenário que surgem os primeiros *webforuns* para discussão, os mecanismos de mensagem instantânea, como ICQ, e de compartilhamento de arquivos, como WimAmp e Napster, bem como as primeiras “redes sociais”, dentre as quais a popular entre os brasileiros que usavam a internet na época, o Orkut.

Essas interfaces, e contextos digitais desempenharam um papel fundamental para o que se chamou por um tempo de hiperespaço e, depois, espaço virtual. Nessa etapa, para além de conteúdos institucionais e acadêmicos, gradativamente a internet e os fluxos de informações começam a se organizar a partir de dinâmicas próprias relativas a interesses comerciais. E surge uma nova ferramenta, que se torna ubíqua na contemporaneidade: os mecanismos de busca, cujo domínio, inicialmente pelo Altavista e Yahoo, caminharam até o que ainda hoje é do monopólio de buscas da Google.

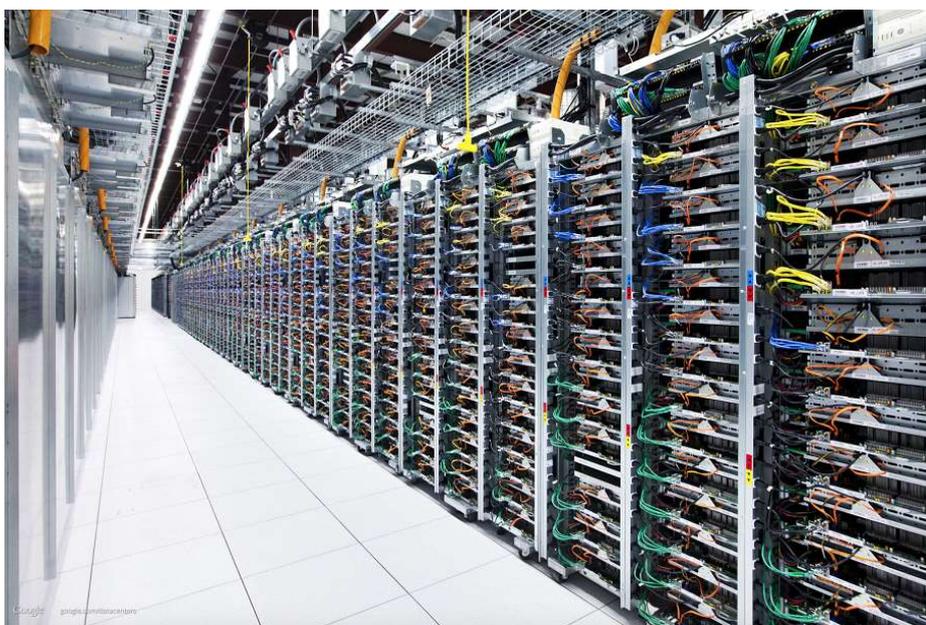
Outro aspecto da internet nesse período é a popularização de ferramentas gratuitas para uso individual e cotidiano (e-mail, armazenamento remoto de dados etc.). Com protocolos de comercialização como, por exemplo, o Verisign, entre outros, abre-se a possibilidade de se fazer compras e vendas, primeiramente apenas por cartões de crédito, mas depois por outros protocolos. Essas novas funcionalidades trouxeram para a internet, gradativamente, um público não necessariamente familiarizado com aspectos técnicos da informática, mas que utilizavam a interface da internet para questões práticas e rotineiras como compras, leitura, assistir a vídeos e ouvir música etc.)

A formatação de um setor econômico baseado nas empresas de tecnologia, se tornou uma força motriz do que se chamou nova economia ou economia digital. As empresas que surgiam no Vale do Silício desempenharam um atrativo para a especulação financeira, assim como as ações das ferrovias em meados do século XIX. A chamada bolha tecnológica das “empresas ponto-com” foi uma importante inflexão para esse segmento, que, até então, vivia uma bonança com multiplicação de empresas e investimentos. A partir do final de 1999 e início de 2000, vieram as quebras de empresas no setor. Houve, também, uma significativa concentração no setor, de um movimento altamente disruptivo e com inovações em padrões e tecnologias que se substituíam em questão de meses, levando pequenas empresas a faturarem na escala dos bilhões, como a Google em seu início, e empresas tradicionais à falência, como a Kodak, além de causar transformações como a mudança da fotografia analógica para a digital, por exemplo.

Nessa época a tecnologia ubíqua da busca por informações na internet alterou significativamente (e ainda está alterando) uma gama de relações de saber-poder centrais na formação do cotidiano. O que nos interessa na Google e seus aplicativos, além do mecanismo de busca, é a capacidade de conciliar inovação com a prestação de serviços com foco no usuário e, a princípio, de forma gratuita. Gmail, Drive, Google Photos, em especial Google Maps, conciliam uma infraestrutura gigante de processamento de dados, porém pouco visível de seus

data centers⁴⁰, elencando-os e os organizando em verdadeiras *plantations de dados*. A Google, pela perspectiva do usuário, é uma empresa que oferece serviços aparentemente banais: mecanismo de busca, geolocalização, e-mail com espaço ilimitado e armazenamento remoto de dados, todos de graça.

Figura 15 – Data Centers assumem a centralidade de fazendas de dados



Fonte: tiinside.com.br

O interessante é que se pensarmos em Benjamin Bratton e as suas “pilhas” (2016), bem como no foco no usuário, vamos entrar no que muitos consideram uma nova etapa do pragmatismo digital cibernético, e que Morozov, em *To Save Everything Click Here* (2013), chamou de *solucionismo*:

That smart technology and all of our social connections (not to mention useful statistics like the real-time aggregate consumption of electricity) can now be “inserted” into our every mundane act, from throwing away our trash to making tea, might seem worth celebrating, not scrutinizing. Likewise, that smartphones and socialnetworking sites allow us to experiment with interventions impossible just a decade ago seems like a genuinely positive development. Not surprisingly, Silicon Valley is already awash with plans for improving just about everything under the sun: politics, citizens, publishing, cooking. (...)

Recasting all complex social situations either as neatly defined problems with definite, computable solutions or as transparent and self-evident processes that can be easily optimized—if only the right algorithms are in place!—this quest is likely to have unexpected consequences that could eventually cause more damage than the problems they seek to address. I call the ideology that legitimizes and sanctions such aspirations “solutionism.” (Morozov, 2013, p?).

⁴⁰ Sobre a importância crescente dos data centers: <https://tiinside.com.br/11/03/2021/data-centers-ganham-importancia-vital-durante-a-pandemia/>

A perspectiva crítica das empresas de tecnologia nos interessa pelas noções de eficácia de que vão estar imbuídas, eficácia centrada no *self entrepreneur* e na subjetividade neoliberal na qual estamos mergulhados. A noção de solucionismo, a nosso ver, pode ter as suas origens associadas ao utilitarismo de Bentham. Soma-se a essa visão benthamiana a ideia de técnica e uso de ferramentas do pragmatismo, que aprofunda a forma utilitária de compreensão do mundo para um novo patamar, agora um aspecto interessante da mediação técnica pelas máquinas recursivas. E, nesse combinado, a busca do Google é um novo paradigma.

Em todo caso, o que emerge dessa vantagem comparativa da tecnologia digital vai constituir em novos *locus* de geração de valor, bem como uma capacidade de concentração dessa riqueza, que é atribuída a outra visão relacionada: o *aceleracionismo*. Desse processo acreditava-se que a aceleração do modo de produção pela tecnologia é um processo inelutável e, esse determinismo tecnológico de cunho malthusiano requeitado tem servido de base para, entre outras coisas, justificar o processo de concentração econômica após a bolha das “empresas ponto com” avançar no início dos anos 2000, ao que se denominou em determinado momento por *Big Techs*.

Aqui voltamos a Morozov em *Big Tech: Ascensão dos dados e morte da Política* (2018). A crítica do bielorrusso naturalizado italiano define a força dessas novas formas de existência da empresa capitalista, cada vez mais passando do formato corporação para o formato plataforma, em que o *aceleracionismo* e o *solucionismo* tecnológico convergem, sob as prescrições do receituário neoliberal:

Há quase uma década nos tornamos reféns de dois tipos de disrupção. Uma delas é cortesia de Wall Street; a outra, do Vale do Silício. Elas dariam uma ótima cena, daquelas em que aparecem um policial bom e outro mal: um prega escassez e a austeridade, o outro celebra abundância e a inovação. Embora pareçam diferentes, um não existe sem o outro. (idem 2018 p.43).

Essa concentração mostrou uma nova dimensão da mediação pelo digital. Até hoje as chamadas empresa de tecnologias assumiram uma centralidade na dinâmica economia, sobretudo se pensarmos na financeirização do cotidiano em que foram chamadas de plataformas (Snircek 2016). A importância que elas têm assumido estaria criando um campo de pesquisa em que se chega a afirmar um novo momento dos modos de produção e de relações sociais: o capitalismo de plataforma (José Van Dick et Alli, 2018). Trata-se de um importante agenda de pesquisa, certamente recente e ainda em desenvolvimento, com desdobramentos ainda incertos. O que nos interessa dessa agenda de pesquisa é entender de que mecanismos de midiatização elas se valem como dispositivo para se equilibrar entre o receituário aceleracionista de Wall Street e as promessas solucionistas do Vale do Silício.

De todo modo, os aspectos da midiatização plataformizada estão afetando a muitas pessoas, em diferentes escalas. Vejamos, por exemplo, os microempresários individuais (MEI), sejam eles entregadores ou freelancers, como vimos no primeiro capítulo; sejam representantes de empresas, agentes do estado ou cidadãos. Pelas redes, e cada vez mais pelas plataformas, perpassam atravessamentos da disputa política nos mais distintos aspectos e nas mais diferentes escalas. A dimensão cívica está cada vez mais relacionada a interações em redes sociais. Ou pensemos na questão da socialização infantil e da juventude: a relação com a escola e o problema do uso excessivo da tela para socialização. Os exemplos acima são aspectos para não mais uma midiatização do cotidiano como intuiu Lefebvre (2004), mas, agora, a digitalização do cotidiano e das práticas econômicas pelo formato plataforma, que estão criando uma nova dinâmica em que, como apontamos no primeiro capítulo as ambiências, os *marketplaces*, enfim as tecnologias de mediação, se tornam centrais.

Pensando na midiatização, não podemos entender as plataformas olhando-as separadamente, como elas operam por meio dos preceitos neoliberais, ou apenas como estão estruturadas pelas técnicas da cibernética. É preciso entender essa interseção, que é, a nosso ver, uma nova forma de midiatização, ainda mais importante que as anteriores. Isso porque a ubiquidade das plataformas é profunda. Mesmo as almas mais reticentes são, por vezes, constringidas a “criarem login e senha” em sites dos mais diferentes entre si, para resolverem os problemas mais banais: pagar multas, boletos ou comprar ingressos, processo que começa a se identificar como burocracia corporativa. Desse fenômeno de uma comunicação cada vez mais organizacional (Quiroga, 2019) e da necessidade de se ter “usuários” em diferentes plataformas, vemos a emergência do que Muniz Sodré (2014) chamou de *bios midiático*, que levaremos a escrutínio no quarto capítulo mas, antecipando trata-se, *grosso modo*, uma nova dimensão da subjetividade por meio dos ambientes digitais.

Para concluir, essa breve genealogia da cibernética com foco na midiatização contemporânea teve por intuito apresentar como o otimismo tecnológico e o entusiasmo da cibernética, aliado a uma visão de subjetividade empreendedora de si e organizada pela noção de informação, emergiram e se instauraram, sobretudo como parte do *dispositivo* que conforma a governamentalidade contemporânea. Do ufanismo dos primeiros anos a uma abordagem sobre as possibilidades e potencialidades, a emergência da cibernética como paradigma se deslocou, cada vez mais, às contradições e aos aspectos do gerenciamento e do controle. Do entusiasmo e de uma vaga noção de liberdade sem fronteiras, como mencionamos no primeiro capítulo, evoluímos para mecanismos cada vez mais sofisticados de restrições, quase sempre sutis, de sujeição pelo ambiente digital. Chamamos esse processo de sujeição algorítmica e, tendo Philip

Agre (1994) como referência, tentamos mostrar como essa configuração está orientada em nome da privacidade e da segurança.

Para encerrar essa sessão, apresentamos a seguir um conjunto de autores que oferecem um panorama crítico que permitem um ponto de partida de diferentes aproximações para avançar na crítica ao otimismo cibernético e efetivar um escrutínio mais próximo da análise das relações de poder.

3.3. Críticas à cibernética enquanto ciência totalizante

Para além do discurso propagandístico da tecnologia, e evitando aqui a armadilha entre a visão utópica e distópica (Feenberg, 2017), queremos pensar uma discussão da tecnologia pela dimensão social e inserida nas relações de poder. Nessa parte final do escrutínio da cibernética como um instrumento ligado à governamentalidade contemporânea, vamos nos apoiar em três autores.

O primeiro será o brasileiro Álvaro Vieira Pinto, por intermédio de sua obra póstuma *O Conceito de Tecnologia* (2013), escrita em 1974, mas só publicada pela primeira vez em 2006. A segunda é a canadense Céline Lafontaine e o ensaio crítico *O Império Cibernético* (2006), publicado apenas em Portugal, pelo que sabemos, até a presente data. O terceiro, o anti-autor Comitê Invisível e o (anti?) manifesto *A Hipótese Cibernética* (2015). O intuito dessa última parte é mostrar três diferentes formas de abordar a cibernética, cada uma a seu modo, mas que vão oferecer uma crítica fundamental para romper o *aceleracionismo e o solucionismo* que se instauraram e que marcarão a midiatização contemporânea.

3.3.1. Vieira Pinto e o escrutínio dialógico hibernado desde 1970

O Conceito de Tecnologia, volumes I e II, é uma obra extensa e que aos poucos passa a ser mais debatida na academia brasileira. O alcance da obra do filósofo que participou da fundação da Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ, tem uma ampla dimensão, a qual não vamos tentar analisar como um todo devido à magnitude e extensão da obra. Faremos, portanto, uma análise na qual nos interessa em particular a linha de raciocínio rigorosamente dialética materialista de Vieira Pinto. Nos deteremos em especial no Volume II, dedicado à cibernética, em que Vieira Pinto se val da dialética para compreender o conceito fundacional de informação. A respeito dele, Vieira Pinto dissecou a relação entre informação e a percepção, algo que nos interessa em particular nesse estudo:

Explica-se o relevo atual do conceito de informação, e os enganos primários a respeito dele, pela possibilidade, trazida de fato pela cibernética, de dar-lhe formulação matemática, com o que parece afastá-lo das noções clássicas de percepção e reflexo,

que, de outro modo, patenteariam mais facilmente suas ligações com a lógica dialética (...) (Pinto 2013, p.350).

O que aparentava ser uma concordância do autor com os cânones da ciência da informação logo é rebatido, na afirmação do caráter utilitarista e mecanicista da cibernética em relação à percepção. Ele vai pontuar o caráter abstrato da informação, ao relacioná-la a noção de ideia e de como elas vão surgir a partir de estímulos externos apreendidos pela percepção:

Graças ao tratamento matemático, a informação pôde ser transferida para máquinas que operam segundo opções binárias, realizadas por relés ou transmissores, (...). Muito antes porém de se chegar a este estágio de conhecimento, já se entendia e se aplicava logicamente o conceito de informação, mas frequentemente utilizando outras locuções, quando se especulava sobre as relações entre o indivíduo e o meio, das quais se origina o conhecimento. Era o problema clássico da origem das ideias que se achava em jogo. Toda ideia consiste essencialmente numa informação, pois tem de provir, ainda que por meio de etapas de construção mental, inicialmente de alguma fonte exterior; isto, porém, exprime o modo atual de falar, porque o antigo dizia que a informação era uma ideia entendida como representação *a priori*, inata ou sem origem claramente identificável. (*idem*, p. 350-351).

Mas, logo em seguida, Vieira Pinto volta à carga, tocando em um ponto crítico que também nos é caro, em relação à comunicação e à mediatização e o aspecto duplo da comunicação: a transmissão extensamente tecnicizada e operacionalizada pela cibernética, mas também a significação, a semiose, quase sempre esquecida nos processos de mediatização, com ressalvas aos teóricos brasileiros e argentinos que se debruçaram sobre a obra de Eliseo Veron.

Não percebem tais autores que a mencionada fase [atualidade] é extremamente moderna e que a comunicação pela palavra, falada ou escrita, assim como a sinalização por instrumentos eficiente, um farol, uma tabuleta, ou mesmo os galhos quebrados da trilha de caçadores indígenas, foi precedida de longos milênios de preparação dos dois fatores essenciais ao processo da comunicação[: 1)] o desenvolvimento de um sistema nervoso apto a perceber na qualidade de informação um sinal exterior, que do contrário não passaria de um fenômeno da sensibilidade fisiológica, e [2)]o desenvolvimento da linguagem, em qualquer de suas formas, com o valor de sistema de sinais psíquicos, superiores aos sinais primários, meramente orgânicos. **Entre as formas e linguagem conta-se, ademais da fala comum, a notação matemática e lógica, a fim de que o conteúdo da informação recebida possa retornar ao mundo exterior e à sociedade com o caráter de resposta inteligível adequada ou de operação concreta sobre os objetos, com isso fechando o circuito informativo no âmbito social** [grifos nossos]. Sem o fechamento do circuito tampouco existiria informação, porque em tal caso esta teria o mesmo significado das ondas que fustigavam as rochas nas eras anteriores ao surgimento da vida. A condição para haver o encerramento do circuito informativo do homem consiste em que o sinal recebido assuma a condição de ideia geral, ou seja **signifique** a representação universal de um estado da realidade objetiva, e não se equipare a um simples acidente sensível, capaz apenas de desencadear ações reflexas de complexidade inferior. A informação, em seu mais alto significado epistemológico, supõe a presença da consciência e de seus modos peculiares de ação e reação, depende da construção da imagem subjetiva da realidade objetiva do mundo exterior, e por isso incorpora à sua explicação a teoria generalizada da gênese da consciência enquanto fato específico da história natural do homem. (...) (*ibidem*, p 352).

Temos aqui uma crítica pertinente à cibernética devida ao seu caráter, nas palavras de Vieira Pinto, “formalista e utilitarista”, mas que desconsidera aspectos mais sutis da realidade; da tensão entre subjetivação e objetificação, tão importante para o método dialético materialista. Sob esse prisma, Vieira Pinto retoma a questão da relação entre informação e percepção:

(...) No emprego atual, a palavra “informação” parece que cria um clima inaugural, toma ares de novidade, chegando a originar uma nova ciência ou ramo da ciência, a chamada informática, parte integrante da cibernética geral. Na verdade, por força de uma substituição vernacular não essencial, o que chama de agora de “informação” é, na maior parte das vezes, sobretudo quando referida à aquisição de dados do mundo físico, a mesma velha noção de ‘percepção’, e até de ‘sensação’. Essas noções, que sempre formaram as bases do empirismo filosófico clássico e atual, ressurgem em nossos dias com feição original porque vêm travestidas de novo nome, ou, melhor ainda, porque se arquivam em complexa simbologia matemática. (*ibidem*, p. 353).

Essa constatação coaduna o que diz Leone Montagnini, biógrafo do pensamento de Wiener, à uma origem pragmaticista baseada em Peirce, como vimos. Vieira de Castro finaliza reivindicando, como aqui endossamos, que a noção da percepção, entendida como uma capacidade, é uma categoria válida para entender a informação.

Para a consciência crítica não há motivo para deixar-se de lado o conceito de ‘percepção’, que manifesta a presença de um agente vivo, particularmente o homem, sendo o outro dado o objeto físico, a fim de introduzir a ideia antropomorfizada de informação, a ponto de fazê-la valer, na forma de pensar cibernética habitual, de toda diferente da dialética, para ações físicas ou para o transporte de energia entre peças de uma mesma máquina ou entre máquinas distintas. (*ibidem* p,354).

Ressalvamos, porém, uma discordância pontual: o conceito de informação, além da carga de percepção, tem outras dimensões importante em seu uso pela cibernética (a saber: formatação e ordenação de dados; inferência a partir da coleta; e acúmulo e organização estatísticas dos dados), algo que não ignoramos. Reiteramos, no entanto, nosso recorte para analisar a relação entre percepção e informação, o que nos parece fundamental, à medida que o empiricismo, ou melhor, o pragmaticismo cibernético parece sempre buscar sua validação pelas experiências e pela experimentação, ainda que pelo viés estatístico.

Adiante, o filósofo materialista dialético *stricto sensu* vai restringir os instrumentos e métodos de informação como meios, termo amplo na gramática de definições dos pensadores dialéticos, e centrar em um aspecto que consideramos pertinente: a mediação. No entanto, dada a profunda discussão que a abordagem sobre informação e mediação pelo viés dialético significariam e demandariam, apenas aqui sinalizamos a importância da passagem. Mas ressaltamos que se trata de uma agenda de pesquisa em aberto no campo dos estudos de mediação talvez podendo até inaugurar um novo campo de análise, tarefa que não nos parece ser razoavelmente empreendida nesse trabalho.

[As máquinas cibernéticas s]erão sempre meios, e por isso subordinados a um fim. Embora os instrumentos e os métodos de informação e comunicação possam influir no processo psicológico, sempre em correspondência com as situações vividas, da concepção de intenções e do estabelecimento de finalidades pelo ser humano, não perdem nunca seu estatuto essencial e imutável de meios. Só serão, portanto, compreendid[as]s com o emprego da categoria dialética da mediação. (*ibidem*, p. 354).

A relevante questão, no entanto, nos é pertinente, pois crítica de forma central um problema da cibernética que é o seu em-si-mesmo a algumas definições, conforme Vieira Pinto identificou, sobretudo em Wiener, são várias tautologias como: “informação é informação”. No que diz respeito ainda sobre a relação entre informação e percepção:

Para demonstrar que o emprego atual da palavra ‘informação’ reedita apenas o velho conceito de ‘percepção’, citemos as palavras de N. Wiener: ‘Ainda mais importante é o fato de que assimilamos também informação através de nossos órgãos sensoriais e de que agimos de acordo com a informação recebida’ (Cibernética e Sociedade, p.28). Nada haveria a objetar nem corrigir nesta aparente mudança de nomenclatura, se realmente o problema se restringisse ao aspecto léxico. (...) Na verdade, contudo, segundo nossa interpretação, o que [Weiner] pretende dizer é exatamente o oposto. **Não é a informação que se inclui no circuito da realidade viva do homem, mas sim o homem que fica incluído no circuito da informação.** [grifo nosso] (*ibidem*, p.356).

Na citação acima temos uma outra crítica central: se para Vieira Pinto a informação pode ser entendida como percepção, algo com o que ele concordaria, o que ele critica na obra de Norbert Wiener é uma inversão: o “ensimesmamento” da cibernética e seu discurso tautológico de sistema. Tal perspectiva significa, do ponto de vista epistemológico, uma reversão do processo de formação da realidade material, tema caro à dialética materialista. Ao contrário da relação experiência/ ideiação/ materialização da dialética idealista hegeliana – ou seu caminho inverso na materialista marxiana –, Vieira Pinto sustenta que, pela categoria informação, como formatada por Wiener e operacionalizada acriticamente pelos ciberneticistas, a construção da realidade não se dará a partir da percepção, que produzirá dados, por sua vez, inferências, que consolidadas, produzirão ideias (informações) e a partir daí significados, representações, que, de forma dialética, retornariam para a realidade, transformando-a. A denúncia de Vieira Pinto aqui é sobre um idealismo, ainda que empirista e baseado em estatística, à medida que a realidade é entendida *a posteriori* da conformação de informação.

Outra crítica pertinente é o caráter totalizante que a cibernética teria para explicar tudo. A esse processo, Vieira Pinto vai às fundações da modernidade para identificar o desejo de se criar o que ele identificou, no capítulo XV de sua obra intitulado *As perspectivas tecnológicas*, em especial na primeira seção *I A cibernética, nova versão da mathesis universalis*, que seria, a partir de Descartes e seu método, e de Leibniz, a ciência sendo capaz de reunir todos os cálculos em si:

(..)Uma das concepções por exemplo que vale a pena mencionar é a que declara ser a cibernética a concretização, finalmente conquistada, da suspirada filosofia universal. São conhecidas as várias tentativas feitas por eminentes pensadores para encontrar uma ciência que, a seu modo de ver, representasse o conhecimento geral sistematizado, englobasse todas as formas particulares, as propriamente chamadas ‘ciências’, e lhes desse não só o fundamento comum definitivo, porém ainda a estruturação completa. Depois de parecer, por um momento, no século XVI que a matemática, identificada então algébrica das figuras geométricas, desempenharia essa função, pois reuniria em si a compreensão abstrata do espaço, condição de toda corporeidade, com a quantificação funcional provida pelas equações analíticas, que descreveriam todas as curvas e volumes, o que se verificou, ao lado do desenvolvimento daquela, foi o surto de ciências empíricas, a física, a química e a biologia, dissipar as precoces esperanças depositadas nas abstrações representadas pelo cálculo. Contudo, não fez esquecer o projeto antigo, que Descartes e Leibniz, ressoando velhos ideais pitagóricos e platônicos, chamaram de *mathesis universalis*, julgando somente poder instituir-se no plano da razão maximamente abstrata, pela união da lógica com a quantificação física. (...) (*ibidem*, p.647).

Aqui temos uma interessante relação entre saber e poder, que tão bem Foucault examinou, mas que a seu modo, Vieira Pinto identifica, trazendo ao campo da comunicação a premência de melhor articular a discussão entre comunicação, técnica e poder. Para essa conformação da cibernética como capaz de tudo abarcar e explicar, ele prossegue e vai além, mostrando a relação que ela tem com o seu local de origem, os EUA e, portanto, o seu caráter de discurso relacionado aos polos de poder, que ele chamará de metrópole.

No início deste século [XX], principalmente a algoritmização da lógica pela moderna logística ⁴¹levantou novamente a expectativa de se haver criado por fim o suspirado instrumento de unificação do conhecimento, visto que todos os raciocínios executados a propósito de qualquer objeto, e qualquer ramo do saber, podiam ser expressos e manipulados nas fórmulas gerais do cálculo de classes, proposições e predicados.

(..)A pretensão, da qual a cibernética parece ser a versão mais recente, nada tem de original, mas revela ser mais uma nova tradução do que foi a própria essência da filosofia em durante toda a sua história.

(...) A segunda observação refere-se ao caráter metropolitano que a função de *scientia reatrix*, agora atribuída à cibernética, manifesta com inteira luminosidade. Com efeito, muito mais capacitada do que a logística [ver nota 40], que apenas se credenciava pela simples operatividade, de todo abstrata, a cibernética estava fadada a ser impulsionada em nossos dias a pretender desempenhar o velho papel de ciência universal, por ser a criação epistemológica que melhor convém nesse momento aos interesses dos centro culturais dominantes (*ibidem*, p.648).

Destacamos, para finalizar essa seção em que o autor recorre à noção de *scientia reatrix*, ou seja, de ciência regente, ou saber corretor / reitor, a depender da tradução, que a cibernética assume. Retomamos, portanto, a parte de nossa hipótese de que tal conjunto de saberes estão ligados a uma objetivação de uma lógica de determinado local, aqui identificada por Vieira Pinto como a metrópole, pela qual esses saberes são operacionalizados para atingir seus fins.

⁴¹ Vieira Pinto se refere à lógica moderna, após Boole, Frege, Russel, WhiteHead entre outros e às alterações na lógica, que de certa forma, influenciaram os matemáticos e pensadores que estiveram na conformação do campo da cibernética

Se nossa hipótese aborda a sujeição algorítmica, pensamos ter deixado claro o ponto de Vieira Pinto, que não se olvida dos mecanismos de controle e governo que a cibernética impõe à medida que toma a centralidade de saber oficial e universal.

Pode-se até discutir se hoje a dialética de Vieira Pinto não teria se cristalizado e engessado. Optamos por não desbravar essa seara, deixando aos marxistas e marxianistas mais gabaritados emitir valor sobre esse problema. Todavia, não se pode dizer que ele não fez uma análise entre saber e poder, mesmo que por um viés estritamente dialético. Ao fazê-lo, obliterou que, em sua concepção, caberia um papel universalizante à dialética materialista. Estamos cientes do problema da dialética como tentativa de ser uma teoria da totalidade, mas tal problema não nos concerne aqui também.

3.3.2. Céline Lafontaine e o Império Cibernético

Já Céline Lafontaine, em um rigoroso ensaio sobre a relação da cibernética, investiga “de que forma é que as ciências humanas participaram na elaboração e na difusão desta visão informacional da subjetividade.” (Lafontaine, 2006 p.26). Aqui não nos deteremos na formação da subjetividade contemporânea, tema do segundo capítulo dessa pesquisa. O que pontuaremos na obra da canadense são justamente as passagens em que ela identifica a formatação deste pensamento maquínico, da transposição de conceitos da primeira cibernética para a segunda, em particular o papel que Gregory Bateson teve nas formulações dessa passagem que, posteriormente, influenciou, ainda que indiretamente, a Escola de Palo Alto e, como vimos acima, as empresas do Vale do Silício, e toda uma formatação das ferramentas digitais, sobretudo a noção do que se convencionou hoje chamar de “redes sociais”. Lafontaine avalia que a cibernética:

“mais do que qualquer outro modelo, não só tenha rejeitado de forma radical e sistemática a noção de autonomia subjectiva, como tenha também fornecido as bases científicas de uma nova forma de apreender o ser humano e a sua individualidade.” (idem, p. 18).

Por decorrência disso, na era da cibernética “esta nova individualidade se centra na adaptabilidade de estreita dependência dos indivíduos em relação **às redes midiáticas e comerciais.** [grifo nosso] ” (ibidem, pág 19), trecho que corrobora nossa tese do caráter transdividual (Simondon, 2020) do sujeito contemporâneo e, portanto, da sua dependência das mediações pelas mídias e pelo mercado, sendo que, pelo primeiro aspecto, sua ascensão nos remete à irrupção da noção de mediação como conceito para explicar o efeito das mídias nos

indivíduos e na sociedade, mas também para mostrar o grau de coercibilidade que é a premência de participar de redes midiáticas, e *networkings* na contemporaneidade.

Também de Vieira Pinto extraímos para nossa argumentação a crítica da ideia de informação, em Lafontaine nos deteremos na sua crítica da passagem da cibernética de uma ciência exata para a sua apropriação como ciência social, processo que a autora credita em grande parte à obra de Gregory Bateson. Lafontaine atribui uma significativa parcela desse deslocamento às conferências Macy, sobretudo por ocorrerem após a Segunda Guerra, e aos emergentes estudos sobre o cérebro e sobre aspectos da psicologia social. “Longe de ser negligenciável, a parte dedicada às ciências humanas nas conferências Macy vai servir de impulso de arranque a uma expansão maciça dos conceitos cibernéticos” (*ibidem* p. 57). Para a autora:

“os membros afeitos ao domínio das ciências humanas parecem ter acreditado mais na força unificadora da cibernética e no seu potencial de transformação societal do que os representantes das ‘ciências duras’ (...)” (*ibidem* p.57).

É atribuído particularmente a Bateson o protagonismo nesse deslocamento a partir de sua compreensão, como vimos anteriormente, de *mind*, uma consciência mais voltada a conexões externas que internas dos indivíduos, das categorias freudianas. Uma concepção que também considera as relações sociais, pelo viés antropológico, formação de Bateson, com que ele traça uma relação importante do indivíduo como parte de um sistema. Noção em que a informação assume centralidade e que o contexto se torna um aspecto determinante da realidade do indivíduo. No entanto, no que concerne a esse contexto, Bateson não o considera no âmbito de uma realidade, mas de uma relatividade, em que a comunicação desempenharia um papel central. Segundo Lafontaine:

A hierarquização dos níveis de aprendizagem está relacionada, nas palavras de Bateson, com a ‘dimensão da *Gestalt*’ ou, por outras palavras, com a extensão do contexto considerado. Ao mesmo tempo que empresta de Freud o conceito de ‘inconsciente’ para designar o caráter estruturante dos códigos de comunicação, já a sua abordagem conceptual assemelha-se à psicologia das formas. Retendo desta última a ideia de que a experiência humana é sempre pontuada segundo níveis de *Gestalten*, isto é, de unidades de **percepção** [grifo nosso], Bateson insiste na relatividade inerente a qualquer formação da realidade. Moldado pela aprendizagem, **o sistema perceptivo**, [novamente, grifo nosso] orienta a recepção das mensagens. Os significados são assim, inteiramente relativos à posição que o sujeito ocupa no seio do sistema de comunicação.” (*ibidem*, p. 73).

A esclarecedora passagem acima nos ajuda a entender muito a midiatização atual. Como veremos adiante, apoiados no trabalho de Letícia Cesarino, a leitura de Bateson proporciona uma compreensão profunda do funcionamento da interação das pessoas com as máquinas informacionais, leia-se internet, ou plataforma. Cesarino propõe que compreender Bateson é

essencial para entender acontecimentos políticos recentes, como a ascensão da extrema direita que vê nas redes sociais um lugar de atuação justamente por acionar nesses ambientes estímulos a percepções que, por conseguinte, produzirão significado e comportamentos sociais a partir destes gatilhos.

Há certamente outros pontos relevantes na obra de Lafontaine dignos de reflexão e debate. Não obstante acreditamos que os supracitados, sobretudo a respeito da importância da informação para a constituição do sujeito contemporâneo e a passagem dessa noção para as ciências sociais, são os principais que nos interessam. E, novamente, ressaltamos a relação entre informação e percepção, para nossa análise posterior.

3.3.3. Comitê Invisível e a hipótese cibernética: Tiquun e o Bloor

Já o coletivo anônimo Tiquun e seu estilo em forma de manifesto, publicado originalmente no número dois da revista Tiquun – Zonas de Opacidade Ofensiva (2001, local indefinido)⁴², é outro ponto de referência para a nossa análise. Apesar do tom panfletário, *A Hipótese Cibernética* nos parece uma importante crítica à cibernética como discurso normativo e organizador do mundo, posto que foi enunciada *a posteriori* da obra dos outros dois autores analisados acima, representando uma compreensão da cibernética já no auge da sua implementação, ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A crítica de Tiquun se dá, portanto, no contexto em que as forças produtivas e toda a sua materialização na territorialidade contemporânea já estavam consolidadas e a estes manifestantes interessava compreender como um projeto, ao se implementar, não obstante sua ideação e discurso, efetivamente se realiza e que linhas de resistências seriam possíveis.

Trata-se de uma crítica da cibernética como discurso operacionalizante da sujeição pela tecnologia e, portanto, como elemento da midiaticização contemporânea como dispositivo capaz de operacionalizar a fruição neoliberal. Com esse processo os anônimos escritores vão chamar os apóstatas da cibernética de “novos conquistadores” (p.64), “los sectários de la orden, los apasionados de la razón, *el pueblo de los intermediários*”, [grifos do (anti-)autor].

(...) los espíritus críticos parecen poco inclinados a tener en cuenta la emergencia de la cibernética como nueva tecnología de gobierno que fêdera y asocia tanto la disciplina como la bio-política, tanto la policía como la publicidad, sus predecesores en el ejercicio de la dominación, que hoy en día ya son demasiado poco eficaces. Lo cual quiere decir que la cibernética no es, como SE la quisiera entender de forma exclusiva, la esfera separada de la producción de informaciones y de la comunicación, un espacio virtual que se superpondría al mundo real. Es sin duda, más bien, **un mundo autónomo de dispositivos confundidos con el proyecto capitalista en**

⁴² Estamos escrevendo a parti da edição de 2015, publicada pela Acuarela Libros, Móstoles, Madri. Como não encontramos qualquer versão em português transcrevemos a citação no original em espanhol

cuanto es un proyecto político, una gigantesca “máquina abstracta” hecha de máquinas binarias efectuadas por el Imperio, forma nueva de la soberanía política, y, habría que decirlo, una máquina abstracta que se ha vuelto máquina de guerra mundial. [grifo nosso] (Tiqqun, 2015; p.66).

Com um vocabulário ora heideggeriano, ora foucaultiano, ora agambeniano, Sendo Giorgio Agamben considerado pelos autores anônimos como seu “cúmplice”, Tiqqun, ressalta a noção, que nos é cara, de *máquina abstrata*, um tanto deleuziana, de dispositivos voltados para a lógica capitalista. Máquinas operacionalizadas por meio de fluxos de informações que, por sua vez, devem ser alimentadas – ponto que destacamos devido à importância para a nossa pesquisa – pelos sensores, ou captos, para tratá-las de forma recursiva e sistemática:

Por meio das máquinas cibernéticas se efetuará a integração entre a vida cotidiana, mencionada anteriormente, a noção de totalidade das elites capitalistas e a suas necessidades de governo, na acepção da governamentalidade foucaultiana que, cremos, esclarecemos no segundo capítulo. Novamente esse processo se dá por meio, dentre outros procederes, da captação do analógico e do imponderável ao máximo possível e sua transformação em dados, e, portanto, em informação.

Gobernar equivaldrá a inventar una coordinación racional de los flujos de informaciones y decisiones que circulan en el cuerpo social. Tres condiciones asegurarán esto, dice: **instalar un conjunto de captos** [grifo nosso] para no perder ninguna información procedente de los “sujetos”; tratar las informaciones mediante correlación y asociación; situarse a proximidad de cada comunidad viviente. (*idem* p.74).

Uma dinâmica que cria uma circularidade da informação, que, após apreendida e codificada em dados digitais, deve retornar e influir no analógico novamente, em *looping* infinito – borrando as barreiras entre o que, por uma época, se convencionou chamar do binômio real *versus* virtual. Na verdade, ligando, como a midiatização contemporânea faz, a comunicação e a circulação como representação dos signos e fruição:

(...)la invención de máquinas de memoria que no alteren la información y el increíble esfuerzo para su miniaturización —que es la función estratégica determinante de las nanotecnologías actuales— por el otro, conspiran para crear tales condiciones a nivel colectivo. **Así conformada, la información debe retornar a continuación hacia el mundo de los entes, religándolos unos con otros, del mismo modo en que la circulación mercantil garantiza su puesta en equivalencia. La retroacción, clave de la regulación del sistema, reclama ahora una comunicación en sentido estricto. La cibernética es el proyecto de una re-creación del mundo por medio de la puesta en bucle infinita de estos dos momentos: la representación que separa, la comunicación que religa, la primera que da la muerte, la segunda que imita la vida. (ibidem, p. 79).**

Ou seja, uma captura de percepção – que chamamos de uma máquina de captura da percepção – não apenas de imagens, fatos e localizações, mas também de impressões,

pensamentos, emoções. Algo que o Google faz toda vez que alguém busca por testes de gravidez ou pílulas para calvície. Uma apreensão da percepção, que hoje é chamada vulgarmente de Inteligência Artificial (SIC) e que Tiquun identificou como antepassado o General Problem Solver (GPS), de Simon Shaw e Newell:

Se trata de una máquina dotada de un programa, llamado sistema-experto, que debe ser capaz de tratar la información con el fin de resolver los problemas que conoce cada dominio de competencia particular, y, por asociación, ¡el conjunto de problemas prácticos encontrados por la humanidad! El *General Problem Solver (GPS)*, creado en 1972, es el modelo de esa competencia universal que resume todas las demás, el modelo de todos los modelos, el intelectualismo más aplicado, la realización práctica del adagio preferido de los pequeños amos sin dominio [*maîtres sans maîtrise*], según el cual “no hay problemas; sólo hay soluciones”. (*ibidem*, p.81).

Outro ponto que será destacado, a exemplo de Celine Lafontaine, é o transbordamento da cibernética do campo das ciências exatas para as ciências humanas. Só que Tiquun vai ressaltar os impactos disruptivos nas mediações que hoje vivenciamos:

Con la elaboración y el desarrollo de la cibernética, el ideal de las ciencias experimentales, ya al comienzo de la economía política vía la física newtoniana, viene nuevamente a echar mano fuerte al capitalismo. Se llama desde entonces “sociedad contemporánea” al laboratorio donde se experimenta la hipótesis cibernética. A partir del final de los años 60, gracias a las técnicas que ella ha instruido, la segunda cibernética ya no es una hipótesis de laboratorio sino una experimentación social. Apunta a construir aquello que Giorgio Cesarano llama una sociedad animal estabilizada que “[entre las termitas, las hormigas y las abejas] tiene como presupuesto natural de su funcionamiento automático, la negación del individuo; así, la sociedad animal en su conjunto (termitero, hormiguero o colmena) se concibe en cuanto individuo plural, cuya unidad determina, y es determinada, por la repartición de los roles y las funciones — en el marco de una ‘composición orgánica’ en la que es difícil no ver el modelo biológico de la teleología del Capital”. (*ibidem*, p. 84).

A consequência social desse transbordamento e uso utilitário da cibernética é a constituição dos indivíduos dentro do paradigma batesoniano de *feedbacks sociais*, intermediando a relação destes com os sistemas estado e mercado:

La socio-cibernética se tendrá que concentrar en torno a fenómenos intermediarios de feedback sociales, como aquellos que la escuela antropológica estadounidense cree descubrir entonces entre “cultura” y “personalidad” para construir una caracterología de las naciones destinada a los soldados estadounidenses. La operación consiste en reducir el pensamiento dialéctico a una observación de procesos de causalidades circulares en el seno de una totalidad social invariante a priori, en confundir contradicción e inadaptación, como ocurre en la categoría central de la psicología cibernética, el double bind. En cuanto ciencia de la sociedad, la cibernética apunta a inventar una regulación social que pase por encima de esas macro-instituciones que son el Estado y el Mercado en beneficio de micro-mecanismos de control, en beneficio de dispositivos. (*ibidem* p,86).

Esse processo, como será ressaltado, depende muito das *interfaces*, portanto, do que estamos destacando nesse estudo desde o início: da mediação entre a dimensão técnica, e a

dimensão simbólica, que são implementadas e instrumentalizadas em nome de uma razão de circulação e fruição utilitária, em prol da lógica da produção de valor capitalista.

La señalización de las vías férreas, los aparatos de medida de los tiempos de recorrido y de transmisión de los datos tuvieron que ser inventados a fin de evitar tales “catástrofes”. El telégrafo, los relojes sincronizados, los organigramas dentro de las grandes empresas, los sistemas de pesaje, las hojas de ruta, los procedimientos de evaluación de los resultados, los mayoristas, la cadena de montaje, la toma centralizada de decisión, la publicidad en los catálogos y los medios de comunicación de masas fueron parte de los dispositivos inventados durante este período para responder, en todas las esferas del circuito económico, a una crisis generalizada del control asociada a la aceleración de la producción que provocaba la revolución industrial en los Estados Unidos. Los sistemas de información y control se desarrollan por tanto al mismo tiempo que se extiende el proceso capitalista de transformación de la materia. Se forma y aumenta de tamaño una clase de intermediarios, de middlemen, que Alfred Chandler denominó la “mano visible” del Capital. A partir del fin del siglo XX, SE constata que la previsibilidad deviene una fuente de ganancia en la medida que es una fuente de confianza. (*ibidem*, p. 99).

Em síntese, o que extraímos da obra são as implicações subjetivas e intersubjetivas pela qual essa forma de condicionar pela técnica e pelo significado será considerada um misto de vigilância e apreensão.

Que el conjunto de los gastos pueda tendencialmente metamorfosearse en cualidades valorizables significa asimismo que el Capital compenetra todos los flujos vivientes: socialización de la economía y antropomorfosis del Capital son dos procesos solidarios e indisolubles. Para que éstos se lleven a cabo, es necesario y suficiente que toda acción contingente sea tomada al interior de un mixto de dispositivos de vigilancia y de aprehensión [saisie, como se verá en el sentido de “captura de datos”]. Los primeros están inspirados en la prisión, en cuanto ésta introduce un régimen de visibilidad panóptico, centralizado. Han sido durante mucho tiempo el monopolio del Estado moderno. **Los segundos están inspirados en la técnica informática, en cuanto ésta aspira a un régimen de cuadrículado descentralizado y en tiempo real.** (*ibidem* p.103, grifo nosso).

Sobre esta mistura de vigilância e apreensão, destacamos a apreensão, ou captura, novamente, aspecto que, a nosso ver, tem sido pouco explorado em favor da noção de vigilância (Zuboff, 2018). O que Tiquun aponta aqui é que, para instaurar a vigilância, são necessários instrumentos de captação, captura, apreensão. Assim, interceptar mísseis em pleno voo só pode ser feito com a captura de informações pelo radar, tal lógica pode se transferir para uma situação de confronto social, na qual a coleta de informação permitiria uma espécie de *Minority Report*, capaz de encontrar e interceptar a *ameaça*, ou nos termos de Tiquun e seu *léxico tiqquniano*, o *inimigo* em pleno deslocamento. A predição não se aplicaria somente a aspectos militares, mas a todas as dimensões da sociedade sob a égide da cibernética.

Recapitulemos o que foi dito até aqui nessa seção. Ao propor nossa versão de uma “genealogia do saber cibernético”, buscamos demonstrar como a emergência de uma governamentalidade necessita, por diferentes meios, objetivar com ideias práticas – assim como

a revolução industrial materializou as máquinas a vapor – por meio de instrumentos materiais ou processuais, protocolares ou simbólicos, para que a nova forma de governar se imponha.

Este capítulo, portanto, se encerra dialogando com a subjetivação do *self entrepreneur* neoliberal, avaliado no capítulo 2, ao mostrar a sujeição destes indivíduos dentro das lógicas e mecanismos do dispositivo cibernético. Insistimos na importância dessa materialização por meio da noção de *dispositivo* e da dimensão da objetivação. Se o capítulo 2 se centrou na ideia de subjetivação, este se concentrou nos aspectos da objetivação da governamentalidade por meio de uma ideia que vai conduzir todos os processos de mediação contemporânea: a cibernética.

Com estes três primeiros capítulos esperamos ter feito os seguintes movimentos : 1) partir de um senso comum ou, em outras palavras, de uma visão empírica e imediatista do que parecia ser o real dado para problematizá-lo no primeiro capítulo; 2) buscar o referencial teórico que nos permite afrontar a problematização deixando claro qual abordagem e qual entendimento damos ao problema no segundo capítulo e; 3) escrutinar aspectos da cibernética como visão técnica dominante, que operacionalizou sob o preceito da subjetividade neoliberal uma dimensão material sob o preceito da informação, no terceiro capítulo.

Para isso, nos debruçamos primeiramente sobre a dimensão mais ontológica, mais ideológica da questão, em seguida buscamos compreender aspectos epistemológicos, mais historiográficos e materiais da objetivação da problemática. Esperamos ter assim encerrado esta primeira parte da pesquisa e lançado as bases para uma segunda parte: o escrutínio e uma análise da mediação a partir de sua conceituação na comunicação com o consequente transbordamento do conceito para outras áreas, para depois, pelo método genealógico, examinar como, além de um conceito, trata-se do processo de formação de um dispositivo de governamentalidade em que a técnica cibernética e a dimensão simbólica são reunidas com o objetivo de captar percepções e instrumentalizá-las.

Um processo que, ao final da próxima sessão, testaremos a hipótese no território de como o *perceptron*, uma máquina aparentemente inexistente, emergiu como um dispositivo capaz de capturar, de forma ainda mais sofisticada que o *panopticon*, percepções e pela qual a governamentalidade contemporânea se instaura.

**PARTE II – ESPAÇO PLATAFORMIZADO, A EMERGÊNCIA DO
PERCEPTRON E A DIMENSÃO CIDADÃ**

4. POR UMA (BREVE) GENEALOGIA DA MIDIATIZAÇÃO

4.1. A emergência da midiatização

Antes de revirar livros e arquivos digitais em busca da midiatização materializada, precisamos entender: 1) a midiatização não apenas como fenômeno ou como conceito, mas, sobretudo, como processo; 2) as formas de escritas distintas do conceito e as nuances entre os termos em diferentes linguagens; e 3) irrupções e momentos em que o termo pode ser encontrado até a década de 1970, quando o seu entendimento ainda era diverso do corrente.

4.1.1. Midiatização: essência, fenômeno, processo ou dispositivo?

À primeira vista vamos, paradoxalmente, evitar a pergunta: “*o que é midiatização?*”. A pergunta essencialista deixemos aos que estiverem dispostos às discussões sobre os entes e suas essências. Nosso método será outro: pretendemos “escavar” arquivos, bibliotecas, bancos de dados, sites, para chegar a um entendimento de midiatização atual, compreendendo os seus deslocamentos de sentidos e significados. Ao revirar os vestígios do passado, olhar o presente, promovendo um mapeamento do tema podemos então nos debruçar sobre a conexão do conceito com as relações de poder, ou seja, uma genealogia da midiatização.

Abrir a caixa de ferramentas para esta empreitada consiste em previamente ter em mente a necessidade de fugir da armadilha da pergunta fundadora do pensamento filosófico metafísico em busca de entes – “*o que é a midiatização?*”. Ao contrário, nosso percurso significa que duas perguntas vão nos orientar nesse proceder: 1) *onde podemos encontrar o termo midiatização historicamente?* e 2) *que sentidos lhe foram atribuídos e o que podemos apreender dos seus usos e contextos de uso?* Será um procedimento arqueológico (Foucault, 1999) na medida em que o nosso buscaremos escavar por pistas de como o termo tem sido usado, em diferentes localidades e momentos históricos. Por este viés, pretendemos empreender uma revisão bibliográfica sobre o conceito na comunicação, bem como lançar um olhar sobre o termo anterior à sua consolidação nos meados do século XX. Gostaríamos também de compreender alguns aspectos relativos ao que Foucault chamou de relação saber-poder, entre eles compreender como o termo se tornou um conceito na comunicação e como ele pode ser identificado em transbordamentos para outras áreas, e que usos assumiu. Trata-se de um mapeamento dos usos do termo sob a ótica do poder relacional, demonstrando como a midiatização emerge, tentando sempre contextualizar como foi utilizado.

Este trabalho se norteia pela seguinte pergunta: *que deslocamentos nos usos, que formas e usos sociais podem ser associado à mediação e como eles nos permitem entender esse usos, sobretudo as relações de poder que os constituíram?* A partir dos deslocamentos, alterações de significados, diferentes formas de usos, tendo um olhar sobre como ele se insere em racionalidades, espacialidades e temporalidades distintas, pretendemos também compreender como a mediação está inscrita em diferentes regimes de verificação e de produção de saber-poder, e em variadas formas de governamentalidades, nas quais buscaremos compreender. Por fim, apreender como o termo pode tanto ser pensado tanto na contemporaneidade como em outros momentos históricos, sendo atravessado por diferentes regimes de governamentalidades em sobreposição.

Nosso entendimento da mediação é como *processo e dispositivo*. Assim como nos afastamos da pergunta da mediação em si, em sua essência (o que é mediação?) entendemos que se deve haver cuidado em considerá-la como fenômeno. Embora ela possa ser entendida como fenômeno social, o que nos preocupa nesse enquadramento é que, diferentemente dos trovões e das marés, trata-se de um *phenomenon* inerente às relações sociais. Mas, justamente por ocorrer no âmbito das relações sociais, temos a precaução de não atribuir à mediação características imanentes ou transcendentais.

A ressalva é que pretendemos olhar sem o enfoque da fenomenologia, uma vez que, após ter fugido da armadilha essencialista metafísica platônica, poderíamos tropeçar na armadilha empirista de Hume e Berkeley ou do esforço kantiano de conjugar empiricismo e metafísica pela representação que fundou o iluminismo e a pergunta fenomenológica “*como se manifesta a mediação?*”. Procedendo assim, não refutamos a importância dos dois modos de se perguntar, mas optamos por entender a mediação como *processo que se materializa*, inscrito em relações de poder, como pela dialética materialista, mas também compreendendo-a como um *dispositivo*, na acepção de Foucault, pelo escrutínio do poder pelo aspecto relacional (ver capítulo 2). Com esse enquadramento, defendemos a importância do pensamento foucaultiano em diálogo com a dialética materialista, sobretudo na análise das relações de poder e suas formas de materialização. Um proceder em que as relações territoriais vão oferecer um importante método para compreender como as relações de poder se dão e com quais mediações.

Mais um aspecto importante do recorte metodológico: a busca pelo termo “mediação” não visa apenas encontrar quantas vezes o ele se repetiu ou indicar em que local foi encontrado pela primeira vez. Nosso intuito é entender como esse termo se relacionava com seu contexto, em uma análise cartográfica no sentido de observar que espacialidades e territorialidades ele produziu, produz e tende a produzir.

Para se valer da definição de espaço de Milton Santos, queremos entender que espacialidades a midiatização produz. O método do geógrafo nos interessa à medida em que a definição de espaço – “sistema contraditório, solidário e conflitante, de objetos e ações” (2008a) – nos parece frutífero para compreender como a midiatização como dispositivo se materializa no território. Assim como o objetivo de um arqueólogo é entender os vestígios que encontram *em relação* aos elementos que ele encontrou no *campo de pesquisa*, adaptaremos esse proceder para a análise da midiatização como processo, e assim produziremos inferências e avaliações sobre quais seriam as relações que enseja ou coteja. Nossa busca tenta entender os contextos e, portanto, processos que, mesmo que não se denominem midiatização, se materializam como algo relacionado e, portanto, tentaremos apontá-los aqui.

4.1.2. O termo em várias línguas e a grafia em português

Há um ponto importante a se esclarecer antes de começar a levantar a poeira de nossa arqueologia de processos e dispositivos. Nossa busca se centra nos termos em português, inglês, espanhol, francês e alemão, que respectivamente são: *midiatização e mediatização, midiatization, mediatización, médiatisation, mediatizzazione, mediatiserung*. O recorte se dá por uma simples barreira e incompetência linguística do autor, e está, portanto, ligado à produção acadêmica e científica ocidental. Como a produção do conhecimento não se exaure em poucas vozes, que outras vozes, em trabalhos próximos, possam ampliar tal pesquisa em outros registros é uma possibilidade aberta que nos anima, mas está além da capacidade deste trabalho.

Quanto ao termo em português, uma peculiaridade: o conceito é ora grafado *midiatização*, ora *mediatização*. Em Portugal a grafia predominante é *mediatização* enquanto, no Brasil, a maioria das vezes é *midiatização*. Ambos se referem a processos decorrentes dos efeitos da mídia na sociedade, ou seja, aspectos ligados aos efeitos dos *média*, na grafia lusitana, ou das *mídias*, na grafia tupiniquim.

Desse particular, os falantes de português, sobretudo no Brasil, lidam com uma esquizofrenia gráfica que tem implicações interessantes. No Brasil, encontram-se autores (Martino, 2014) que adotam a grafia *mediatização* e defendem que esta forma ressalta a semântica referente ao radical meio (do latim *medium* e sua derivação *mediação*). A nosso ver, tal questão tem um duplo aspecto. À primeira vista, demonstraria uma certa inconsistência no subcampo no Brasil. É significativo que se trata de um momento de deslocamento epistemológico que estamos presenciando. A riqueza semântica da discussão subjacente de como o termo é grafado – que fique claro aqui, adotamos com a grafia *midiatização* – pode ser entendida tanto como uma decorrência, um efeito da presença da mídia na sociedade (efeitos

da presença das mídias, logo midiaticização, uma análise de causa e efeito) quanto, também, como um entendimento de que há aspectos de mediações presentes, ontológicas, formativas das relações. Poderíamos reduzir a questão a um caso simples de *lost in translation*. Preferimos, ao invés, ver a questão da polifonia de sentidos e de diferentes tradições e de questões como aspectos importantes que atravessam o campo da comunicação na contemporaneidade.

4.1.3. Esclarecimento sobre o termo mediação

Superada a questão do termo em outras línguas e a particularidade da língua portuguesa, sobretudo no Brasil, nos sentimos obrigados, em nome do rigor da pesquisa, a delimitar outro aspecto: a relação entre os termos mídia e mediação. Uma certa confusão se instaura nos estudos de midiaticização, queremos crer, por uma injunção semântica que o termo proporciona. A polissemia é positiva, na medida em que ajuda a ampliar o alcance do constructo, algo que de fato segue ocorrendo. Mas também é passível de críticas por parte de pesquisadores que apontam o uso de midiaticização ora como um processo relacionado às mídias, ora como um processo relativo às mediações (Deacon: Stayner, 2013).

Se no primeiro caso há um relativo consenso sobre a relação dos efeitos que a mídia traz à sociedade, o dissenso se dá pela dificuldade de se definir mídia hoje, sobretudo após, como vimos no capítulo anterior, à ubiquidade do digital e as características das máquinas cibernéticas. A exemplo de alguns estudiosos dos *media studies*, um instrumento musical pode ser uma mídia, assim como um lápis, o dinheiro e uma roupa também o seriam. Já no segundo caso o termo no português brasileiro mediaticização denotaria maior atenção ao aspecto mediador do processo que às características comunicacionais.

O fato é que, para além da particularidade da língua portuguesa, a sobreposição semântica entre mídia e mediação é um aspecto central no campo da comunicação. Longe de tentar resolver esse problema maior que essa tese, vamos recortá-lo para deixar claro o que entendemos e poder avançar. Para isso, precisamos discutir, ainda que incipientemente, mídia e mediação. Como veremos mais adiante, o problema já foi posto (Grusin: Bolter, 2000) e, de certa forma, será tema recorrente para acadêmicos do campo na segunda metade do século XX, admitindo que o problema não está nem perto de ser resolvido no campo da comunicação – e essa talvez seja a fonte de tensão e conflito que permita o campo avançar –, ponderamos que *mediação* é termo amplo que, se não estudado com profundidade, pode nos levar – como em muitos momentos deste processo de pesquisa – para uma generalização por demais ampla, ou então criar confusão pelos diferentes usos em os mais distintos contextos como a filosofia, a economia, a antropologia, a geografia, a química, a ecologia, etc.

O leitor atento percebeu que temos evitado o termo devido aos problemas que ele enseja. Não obstante, essa pesquisa não pode deixar de abordar que o constructo mediação é importante no campo da comunicação, sobretudo a partir de obras como *Dos Meios Às Mediações*, de Jesus Martin-Barbero (2003), e *Remediation*, de Richard Grusin (2000), para a definição do conceito. O mesmo proceder se aplica ao termo *mediado* que, por decorrência do anterior, pode ter as duas compreensões. Dito isso, deixamos explícito que *a mediação que nos interessa é a que observamos como processo dentro da perspectiva comunicacional, técnica e simbólica, para compreender a midiatização hoje*.

4.1.4. Irrupções antes da segunda metade do século XX

Não há precisão sobre a primeira vez que o termo *midiatização*, nas grafias das diferentes línguas abordadas acima, emergiu. O termo em alemão *mediatisierung*, diferente de outras línguas, tem uma particularidade interessante dada a sua dimensão territorial e de governamentalidade, e sua referência ao poder. A origem do termo remonta ao final do Sacro Império Romano e à formação do estado-nação alemão moderno. No início do século XIX (1803 -1815), pequenos nobres e vassallos do império que se desintegrava se tornaram importantes mediadores hierárquicos. Esses pequenos estados e reinos que integravam o que uma vez foi o Sacro Império Romano, ou o que ainda havia dele, eram dotados de diferentes graus de soberania em função da relação de vassalagem que tinham em processos históricos, tratados e acordos que remontavam a tradições medievais. O poder regional ou local destes nobres intermediários, relativos às antigas hierarquias reais, logo se viu no dilema de se declararem soberanos e defenderem seus territórios, ou se associarem a outros reinos que se reconfiguravam por meio de uma subordinação a outro centro de poder. O Reino da Prússia, que em seguida foi a base para o processo de reunificação do que atualmente conhecemos como Alemanha, discutiu no parlamento como seria a incorporação destes estados, um processo que devemos lembrar estava relacionado à lógica da soberania e da relação de hierarquia e nobreza.

Tratava-se da anexação de reinos feito pelos nobres locais que juravam subordinação ao Reino da Prússia e assim asseguravam seus direitos.⁴³ Portanto, uma anexação hierarquizada, dentro da lógica da monarquia e “mediada”, em que territórios e seus nobres eram *mediatizados*, ou seja, passavam a integrar a cadeia hierárquica da corte prussiana. Uma forma de alterar a *mediação do poder* em um determinado recorte territorial. O termo, apesar da etimologia, não tinha qualquer ligação com processos comunicacionais e surgiu entre 1803 e 1815.

⁴³ <https://www.heraldica.org/topics/royalty/mediatization.htm>

Já em inglês não há referências significativas a *mediatization* até a década de 1970. No entanto, quanto à *mediatized*, o dicionário Webster traz algo semelhante ao termo em alemão, como discutimos no item anterior:

mediate - verb
me·di·a·tize 'mēdēə, tīz -ed/-ing/-s
transitive verb
1: to bring (a prince or state) down to the rank of mediate vassal from that of immediate vassal of the Holy Roman Empire : annex (a state) to another
'a mediatized prince' —Cyril Connolly
2: to put into a middle or intermediate position: make instrumental or subordinate
intransitive verb
1: to act as mediator
2: to become a mediate vassal of the Holy Roman Empire⁴⁴ (Merriam-Webster, 2023)

Ainda sobre o termo em inglês, este tem a vantagem de reunir a ideia de *mediation* e de *media*, uma polissemia que talvez explique, em parte as diferenças de uso no português brasileiro e a questão entre mediatização e midiatização. Mas voltando à emergência do termo, o primeiro a usar o termo tendo em vista os meios de comunicação foi o sociólogo Húngaro-Alemão Ernest Manheim que, em 1933, publicou estudo sobre a opinião pública e a relação com os meios de comunicação. De acordo com o Instituto Ernst Manheim de Opinião Pública⁴⁵

Em 1933, Manheim apresentou sua primeira tese sobre Opinião Pública, vale mencionar que a mesma nunca foi publicada em inglês. Considerado como o primeiro filósofo alemão a usar o termo “midiatização” (1932) no sentido da mudança estrutural dos processos de comunicação através da tecnologia de impressão, a moderna imprensa de massas e seus impactos na formação da opinião pública. Ernest entendia a midiatização como um processo que está mudando profundamente a esfera pública baseada em fundamentos com sua observação e experiência.

Andreas Hepp, em seu estudo *The communicative figurations of mediatized worlds: Mediatization research in times of the 'mediation of everything' (2013)*⁴⁶ recorta especificamente o uso do termo midiatização na publicação pioneira:

Mediatization is not a new term in media and communication research but can be traced back to the early decades of the 20th century (Averbeck-Lietz, 2014). One example is Ernst Manheim (1933) in his postdoctoral dissertation *The Bearers of Public Opinion*. In this book he writes about the ‘mediatization of direct human relationships’ (1933: 11). He uses this term in order to describe changes of social relations within modernity, changes that are marked by the emergence of so-called mass media. (Hepp, 2013 p. 616).

É com o desenvolvimento dos estudos sobre os efeitos da comunicação que uma afluência de significados desembocou no conceito atual. Se considerarmos a origem do termo

⁴⁴<https://www.merriam-webster.com/dictionary/mediate#:~:text=1,position%20%3a%20make%20instrumental%20or%20subordinate>

⁴⁵ <https://ernestmanheim.com.br/ernest-manheim/>

⁴⁶ (???)

mídia (*media*, em inglês), que por sua vez remete ao plural do latim *medium*, vemos que o termo cunhado por McLuhan tem em sua etimologia uma noção de mediação, de intermediário.

Pedro Gomes (2016), ao investigar a gênese da midiatização como conceito, aponta que, embora o termo seja recente, “o processo de mediatização [grafia do autor] da sociedade já era tematizado muito antes de sua conceituação e se tornado visível objeto de preocupação da academia no final do século XX” (p.4). Ao analisar as influências de Marshall MacLuhan, Gomes aponta para, além de Harold Innis, Teilhard de Chardin, que, na década de 1940, já abordava a questão da comunicação como um processo que estaria alterando a capacidade de ação dos seres humanos. Gomes cita, com grifo dele, a passagem em que Chardin atribui aos meios de comunicação essa influência:

Uma primeira coisa que nos faz refletir, quando observamos ao nosso redor os progressos da coletivização humana, é o que chamaria o carácter inelutável de um fenómeno que é resultado imediato e automaticamente do encontro de dois fatores igualmente estruturais: por um lado, a superfície fechada da Terra; e por outro, a incessante multiplicação, sobre esta extensão fechada, de unidades humanas dotadas (como consequência dos meios de comunicação cada vez mais rápidos [grifo do autor]) de um raio de ação rapidamente crescente, sem contar que são eminentemente capazes de influenciar-se e interpenetrar-se umas às outras, por causa de seu elevado psiquismo. Sob o jogo combinado desses dois componentes naturais opera-se forçosamente uma espécie de retomada em massa da humanidade sobre si mesma (Chardin apud Gomes, 2010, p.142).

Gomes se apoia em Tom Wolfe (2005) para destacar a influência que Chardin exerceu no pensamento de McLuhan, mesmo que este último nunca tenha citado diretamente o jesuíta francês. Gomes cita, ainda, trecho que nos é particularmente interessante, em que McLuhan relaciona a técnica ao sistema nervoso, resultando na noção de *informação*. Como veremos mais adiante, McLuhan atribui ao impulso elétrico papel central em uma nova configuração sociotécnica que irá alterar consideravelmente as “extensões” e o alcance da ação humana, uma afirmação, como vimos no terceiro capítulo, totalmente mergulhada no paradigma cibernético que então emergia:

Ao colocar o nosso corpo físico dentro do sistema nervoso prolongado, mediante os meios elétricos, nós deflagramos uma dinâmica pela qual todas as tecnologias anteriores – meras extensões das mãos, dos pés, dos dentes e dos controles de calor do corpo e incluindo as cidades como extensões do corpo – serão traduzidas em sistemas de informação (McLuhan, 1996, p. 77 apud Gomes).

Outro autor que vai contribuir para a construção do paradigma é Harold Innis, insistindo na relação de mediação entre tecnologia e território, como veremos no próximo capítulo. Nos interessa aqui reiterar a tese dos pesquisadores do campo que sustentam que, apesar de se falar de comunicação de massa no período medieval e na antiguidade, apenas na modernidade seria possível, por meio da análise das mídias e das relações de poder, estudar processos de mediação

técnica, simbólica e comunicacional, como as entendemos atualmente. Em todo caso, as diferentes pesquisas, sejam elas no âmbito da comunicação, da sociologia, da filosofia, da psicologia etc. concordam que, a partir de meados do século XX, uma forma peculiar da relação das pessoas com os meios de comunicação se estabelece. A midiaticização emerge e se instaura como a conhecemos hoje.

4.2. A midiaticização se instaura

É a partir da disseminação não apenas da imprensa, mas de equipamentos sociotécnicos de comunicação, como o cinema, o rádio e a TV e a sua estrutura de emissão e receptor unidirecional (exceção ao telégrafo e ao telefone), que todo um campo de pesquisa passa a estudar a mediação técnica que irrompe na “era da reprodutibilidade técnica” (Benjamin *apud* Lima, 1990). O uso de tecnologias para intervir, ampliar, aprofundar e disseminar mensagens tornara-se uma característica das sociedades de massa e, mais que isso: a disseminação da comunicação sociotécnica vai promover consequências nas formas estabelecidas de mediação e criar um campo de percepção midiaticizado. Gradativamente esses novos circuitos de verificação da “vida cotidiana” se constituíram parte inerente ao funcionamento e governabilidade contemporânea. Vejamos, pois, cada um desses três processos que são fundamentais para compreender a midiaticização contemporânea.

4.2.1. Dos meios às mídias e de volta às mediações

Foi no Pós-Guerra, com a Comunicação Social se instituindo como um campo do saber formalizado, sobretudo a partir dos primeiros *colleges* norte-americanos e suas escolas de jornalismo, que, gradativamente, difundiu-se o saber técnico para formar profissionais para jornais, em um primeiro momento, e depois para rádio, TV, publicidade, cinema e relações públicas, entre outras habilitações, permitiu que a mídia se inserisse nas dinâmicas cotidianas que discutimos brevemente no capítulo anterior. (Lefebvre, 2004).

Sobre a consolidação da comunicação social como um campo, destacamos as preocupações da relação entre a comunicação técnica e a dimensão cívica, cidadã. Nesse caso, cabe destacar as teorias sobre os efeitos da mídia. Pensemos nos casos clássicos de pesquisa – A agulha hipodérmica de Lipmann, o *gatekeeper* (McCombs; Shaw *apud* Wolf, 1999) ou *agendasetting* (White *apud* Wolf 1999) – como os primeiros concernentes à presença da mídia na sociedade, abordando os reflexos dessa presença ora como efeito, ora como novo mediador social.

Sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, uma série de pesquisas empíricas, cada vez mais no âmbito dos estudos sociais, fortemente influenciadas por acadêmicos estadunidenses e da sociologia da denominada de Escola de Chicago – como vimos, influenciada por Charles Sanders Pierce, George Mead, John Dewey e William James e ainda Georg Simmel –, vão trabalhar estudos de casos que apontavam para a relação cada vez mais forte entre mídia e dinâmica social, e uma análise qualitativa e quantitativa das relações sociais no âmbito das dinâmicas sociais do século XX (ver os trabalhos de Robert Park, Lazarsfeld, Merton, Luckmann, Berger, Goffman entre outros). A comunicação, que até a década de 1920 era associada às Belas Letras ou às faculdades de Direito no sistema europeu, passa a ter, no sistema acadêmico dos EUA, uma forte ligação com campos como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a economia (mas também ao urbanismo, o planejamento espacial e a administração).

Os estudos da comunicação de massas se debruçavam, em sua maioria, em três formas, no que diz respeito à noção de efeitos da mídia: 1) análise de cobertura; em que o ato de produção de conteúdo era avaliado a partir das rotinas e depoimentos dos jornalistas, método ainda fundamental para pensar as práticas dos profissionais da área e certamente ainda extremamente válido e consagrado no campo; 2) análise do conteúdo veiculado por meio das publicações, do arranjo e da priorização da diagramação, bem como o exame do discurso, produzido no processo, chamado de *newsmaking*; e 3) adoção de pesquisas com grupos focais sobre como essas pessoas recebiam os conteúdos veiculados; os estudos de recepção, até hoje um método, quantitativo e qualitativo, fundamental no campo comunicacional e estão fortemente associados às Relações Públicas, sendo local embrionário de uma forma de saber que então emergia com o uso intensivo da estatística e da pesquisa de opinião: o marketing.

Após este período inicial, até os anos 1960, um segundo momento dos estudos de comunicação passa a olhar o campo da comunicação social de uma forma um pouco menos empírica e mais crítica, dentro de um arcabouço teórico de influência europeia continental, sobretudo do marxismo e da semiótica. É neste contexto que surge a Escola de Frankfurt, com Walter Benjamin, Adorno, Horkheimer e Marcuse, trazendo uma abordagem mais econômica e materialista para acrescentar à discussão sobre ideologia ao meio de comunicação e à noção de teoria crítica dos meios de comunicação. Outra forma de abordar as questões da comunicação emergiu a partir dos chamados *Cultural Studies*, sobretudo na Grã-Bretanha (John B. Thompson, Raymond Williams e, um pouco posteriormente, Stuart Hall, entre outros), que vão alterar significativamente o foco dos estudos de comunicação a partir de um olhar em que se leva em consideração a antropologia cultural.

De forma concomitante, a escola francesa dos estudos da comunicação centrou-se na semiótica de estudos dos signos e significados, seja por autores como Ferdinand Saussure, Gaston Bachelard, Greimas e Roland Barthes, bem como sob influência de Jacques Lacan e os estudos dos efeitos das mediações sociais pela comunicação e ato comunicativo. Tributários deste pensamento são, grosso modo, Umberto Eco, Jean Baudrillard e Edgar Morin. Para a nossa breve genealogia dos estudos em comunicação com foco no processo de midiatização, cabe aqui destacar a importância de Claude Lévi-Strauss como ponto de junção entre os escolásticos franceses e norte-americanos. É considerável o papel que a antropologia de Lévi-Strauss vai desempenhar em um segundo momento, como vimos no capítulo três sobre a importância de Bateson e a escola de Palo Alto para a compreensão de uma midiatização pelo viés da cibernética.

Já entre a escola francesa dos estudos de comunicação e os acadêmicos ibéricos e da América Latina é mister mencionar o papel de um outro jesuíta, Ivan Illich, e o Cidoc em Cuernavaca, México, como ponte entre a compreensão comunicacional centrada na produção semiótica e aspectos da cultura popular, e dos que estão na dependência como da teologia progressista da igreja católica. A influência desse grupo se dá em especial na vertente de estudos que vão apresentar uma importante contribuição para os estudos de recepção, dando mais enfoque às relações sociais mediadas pela cultura e a uma postura interpretativa e cognitiva e aberta. Uma opção que não estaria contemplada no modelo emissor – mensagem – receptor, e pela qual os estudos de recepção e os estudos da cultura popular e das tradições orais culminam como pontos chave na produção acadêmica de Jesus Martin-Barbero e Nestor Canclini. Martin-Barbero inaugurou uma problematização dos paradigmas da comunicação social, propondo maior aprofundamento dos efeitos da mídia na sociedade. Foi também nessa época que os estudos sobre o dialogismo, fortemente acolhidos na academia francófona inicialmente, e depois na latino-americana (Bakhtin, Vigotsky e Lotman, entre outros), que impulsionaram uma nova agenda de investigações em que a dialogia estabeleceria uma nova forma de compreender a produção de sentidos, em que o contexto assumiria importância anteriormente subestimada anteriormente nos estudos de comunicação.

Uma breve e particular digressão em dois campos para além da comunicação se faz necessária: artes e estudos sociais da ciência. No campo das artes, um coletivo de artistas – localizados inicialmente em Nova Iorque e posteriormente na Europa Ocidental – prestou uma importante contribuição para pensar as formas de mediação quando seus trabalhos passam a considerar as mídias como “suporte” e que haveria, portanto, uma possibilidade de se trabalhar vários aspectos de uma obra de arte entre essas mídias. A ideia de *intermedia*, do grupo Fluxus,

foi uma importante contribuição para repensar os efeitos das mídias, que, por sua vez, se somavam aos esforços técnicos, como vimos no capítulo anterior de abarcar diferentes formatos. O Fluxus é, até hoje, referência para as ideias originais de John Cage sobre *composição e programação*. Também se deve a esse coletivo de artistas importante avanço no que tange à noção de *performance* como obra de arte para além de um suporte específico (Tinoco, 2022). A intermedialidade foi importante nos estudos das mediações e seus efeitos na sociedade contemporânea, a partir dessa nova concepção foi possível observar como é viver em um mundo em que as mediações contribuíram significativamente para a noção de fruição contemporânea.

No campo dos estudos sociais de ciências, em particular em Edimburgo, Escócia, a inovação foi a compreensão de como a produção do saber acadêmico está ligada a uma comunidade produtora de paradigmas (Kuhn) indissociados da dinâmica social. A partir daí o grupo de estudos de David Bloor, denominado Programa FORTE (*Strong Program*), aponta para a noção de *negociações* como centrais para a mediação no produzir científico. Outra contribuição indireta para a noção contemporânea de midiatização é que, a partir dos estudos sobre simetria, operou-se um deslocamento epistemológico e ontológico que permitiu pensar sobre os estudos das relações entre sujeitos e objetos com parâmetros equiparáveis. A proposição da chamada Escola de Edimburgo foi crucial para a formação de outro grupo, baseado na França, em que se identificava o princípio da Teoria Ator Rede (TAR), com a qual Bruno Latour, Michel Callon, Madeleine Akrich e John Law, no Centro de Sociologia da Inovação da Escola de Minas de Paris, vão desenvolver uma nova abordagem que se chamará *pensamento material-semiótico*, ou sociologia da translação, ou mesmo o que nos chama atenção: *sociologia da mediação*, e que depois se consagrou como teoria ator-rede. O deslocamento permitiu novas proposições e entendimentos das mediações na medida em que focou na relação e na configuração de redes de agenciamentos não apenas de sujeitos ativos e objetos passivos, mas de arranjos simétrico entre estes.

O trabalho de Latour e as implicações para midiatização, embora não ainda perceptíveis no campo da comunicação na década de 1980, foi fundamental para a consolidação da noção de redes e dialogava com as transformações na cibernética de segunda ordem, como vimos no terceiro capítulo, sobretudo em uma nova forma de entender as mediações, por uma mirada mais relacional, mudança de enfoque crucial para compreender os arranjos e ordenação da comunicação digital, em que a teoria ator-rede segue até hoje como um importante elemento de compreensão das relações e dos fluxos, sobretudo na internet e nas redes sociais.

4.2.2. Passagem da mediação à remediação

De certa forma o paradigma da Teoria Ator Rede (TAR) se coaduna com as transformações do final da década de 1970 e início da década de 1980, quando a mídia eletrônica começa a emergir, como vimos no capítulo 3, com a popularização dos primeiros computadores. Mas o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação audiovisual então predominantes, era ainda essencialmente analógicos, com alguns deslocamentos da forma de veicular produtos audiovisuais, a partir do videocassete e do uso das filmadoras. Essas novas tecnologias, adjacentes à TV, em uma perspectiva simondoniana, começaram a criar um sistema técnico e tensionaram o sentido de *broadcast* em prol da noção de rede. Também nessa época emerge um novo equipamento, pequeno, mas significativo, que inaugura uma nova lógica de fruição do audiovisual: o controle remoto. Técnicas de montagem e de edição não linear, alteram ainda as noções de espacialidade e temporalidade em filmes e séries (ver *Social Formation and Symbolic Landscape*, de Denis Cosgrove, 1998, escrito em 1984). Trata-se obviamente de técnica que já estava em uso pela montagem cinematográfica. No entanto, é no final dos anos 1970 e 1980 que ela se consolida como uma linguagem e um gênero e se popularizou como uma forma de se “controlar o tempo” por meio do agendamento de gravações, por assistir filmes “quando quiser” alugando fitas VHS nas locadoras, ou assistindo de outra forma por meio dos botões avançar (*fast forward*) e retroceder (*rewind*).

Outra inovação que contribuiu para o aprimoramento da comunicação digital na perspectiva simondoniana, surgiu na Europa de forma experimental: o Teletext. Com relativo sucesso em especial na França, denominado de Minitel, (abreviação de *Médium interactif par numérisation d'information téléphonique* – Meio interativo por digitalização da informação telefônica, tradução livre nossa) a inovação permitiu a transmissão de sinal não apenas de imagem, mas de dados, como previsão do tempo, grade de programação e tabelas informativas. O minitel na França e o Teletext no Reino Unido podem ser considerados algumas das primeiras tentativas de estabelecer uma rede de máquinas que misturavam informática com a telecomunicação via interface gráfica. A importância desse sistema é que ele foi um dos primeiros baseados na lógica da *interface interativa orientada ao usuário* (*interactive user oriented interface*), idealizada na Califórnia dos anos 1970, como vimos no capítulo 3. Trata-se de uma mudança com desdobramentos profundos para o estudo da midiatização atual, infelizmente pouco analisada no campo e compreendido de forma tecnicista no campo do design.

Se os artistas do Fluxus buscavam ampliar as trocas entre diferentes formas de produção artística, os engenheiros do Vale do Silício estavam interessados em encapsular os formatos

dentro da dimensão digital. Essa segunda vertente foi fundadora, da noção de multimídia com seu viés sociotécnico e comercial. O multimídia, no início, pretendia reunir *pelo digital* mídias visuais, sonoras e escritas. O que nos interessa desse modelo de negócio é que ele foi o começo de uma nova mediação pelo digital e, na década seguinte, a de 1990, se potencializou com computadores pessoais já dotados das interfaces gráficas, mas também com os primeiros “periféricos”, equipamentos de captação: a câmera digital, o scanner, o microfone, a impressora, todos reunidos no computador. Pela lógica da multimídia, houve um impulso para iniciar a difusão em massa dos primeiros mecanismos de captura da percepção pelo digital, como câmeras fotográficas digitais e as filmadoras digitais que foram fundamentais para a emersão do *perceptron*.

Já na relação entre comunicação digital e telecomunicações, uma genealogia da midiatização não pode ignorar o estabelecimento de protocolos de telecomunicação digital de *backend*, como o *Transmission Control Protocol/Internet Protocol* (TCP/IP), a base de encapsulamento informacional que permite a troca de informações na internet por meio de pacote de dados. A importância do TCP/IP reside na sua capacidade de englobar qualquer formato dos chamados multimídia no formato digital binário de comunicação, ou seja, a base técnica de articulação em rede a que denominamos internet. É nesse caldo de inovações de linguagens e de experimentações de novos formatos que o digital vai, ao final dos anos 1980 e início da década seguinte, se tornar ubíquo pela internet.

É dessa época que vão começar os estudos sobre novas mediações que a dimensão digital começava a trazer para a comunicação. As chamadas “novas mídias”, expressão ainda hoje é usada por autores do campo, que consolidaram e promoveram o que Richard Grusin denominou *Re-mediation* (2000), um processo relacionado não apenas ao digital como um novo suporte, mas como uma nova dimensão da comunicação; uma nova forma de mediação, uma “re-mediação”. Outro termo que emergiu foi “cibercultura”, inaugurando departamentos de pesquisa e laboratórios, criando uma categorização ora contraposta entre mídias reais e virtuais, ora entre analógicas e digitais, ora até mesmo entre piramidais e em rede (Pierre Lévy, *Cibercultura* 2010).

No início dos anos 2000 a internet se populariza e ganha centralidade econômica com a “nova economia” ou “economia *dot com* (ponto com)” como vimos no capítulo 3. A esta época um importante deslocamento na nossa pesquisa é a emergência da internet 2.0, chamada por alguns de cultura de rede (“*Network Culture. Politics for the Information Age*. Pluto Press, Londres. 2004, de Tiziana Terranova). Como vimos anteriormente, tal processo se intensificou desde os anos 1980, com uma explosão de programas e funcionalidades de gestão do trabalho,

como as ferramentas *office*: editor de texto, planilhas eletrônicas, e-mail, agenda, calendário, ERPs e interfaces de gerenciamento; a dimensão imagética sobretudo pelo vídeo *streaming*. Em todas essas, fosse o Office da Windows, fosse por outros sites, verificou-se uma crescente concentração, haja vista a emergência e consolidação do Youtube. Nessa época, à medida que os sites se expandiam em recursos técnicos, aumentavam os mecanismos de controle, pelo aumento da complexidade técnica (antes html, agora php, java, python, mysql), como vimos no capítulo 3, ou por um viés de produção de técnicas e equipamentos baseados na lógica da privacidade e da segurança.

Outra inovação que vai afetar a noção de mediação, e que é tributária da lógica de rede, é a dimensão de *networking*, entendida mais no sentido de uma performance pessoal entre usuários como marca de um novo modo de se trabalhar, profundamente imbuído, como vimos no segundo capítulo, da gramática comportamental do receituário neoliberal. A emergência das redes sociais, ainda incipientes no início dos anos 2000, tornaram as relações sociais e afetivas cada vez mais mediadas pelo digital, borrando as fronteiras entre relações afetivas e econômicas, e abrindo um campo de extração de riqueza e produção de valor utilitarista das relações sociais sem precedentes. Um aspecto dessa época foi a popularização da ideia dos “seis graus de separação”, teoria cuja tese é de que cada pessoa está sempre a seis graus de distância das outras (Milgram, 1967). Apesar de prosaica em sua versão popular, a teoria tem um impacto profundo na noção introjetada da contemporaneidade de que as relações sociais possam ser mediadas pelas redes sociais digitais e, por conseguinte, na atual fase da mediação.⁴⁷

A partir da década de 2010, as fronteiras entre o que é mídia e o que não é se tornaram cada vez mais *líquidas* (Baumann). As então denominadas “novas mídias” apresentavam uma capacidade de penetração na vida cotidiana, individual e psíquica das pessoas pelo uso constante das redes sociais, e das plataformas de serviços. Desde essa década, outro processo importante foi a consolidação e a popularização do comércio online por empresas como Amazon, por exemplo devido à dimensão econômica e de consumo que se agregou a partir dessa época à dimensão já citada de serviços (e-mails, office, etc), e de *networking* (redes sociais). Os impactos dessa nova forma, atualmente reunida sob o conceito de plataforma, têm para a mediação do consumo e da circulação dos bens e serviços, um campo amplo para aplicação dos estudos da mediação ainda a ser explorado.

⁴⁷ Stanley Milgram é sem dúvida uma figura controversa no campo da psicologia social, mas a despeito de sua reputação, a influência de seu trabalho pode ser percebida em uma série de procedimentos e protocolos que configuram as redes sociais hoje em dia, o que abre caminho para uma série de estudos sobre suas pesquisas como possíveis métodos de análise da interação social mediada pelo digital no campo da comunicação.

A década de 2010 é um momento de certo desencanto com as mediações digitais que dará lugar à compreensão de um processo de concentração econômica (Occupy Wall Street , Jillets Jaules) que chamaremos de início dos cercamentos digitais (*digital enclosures* - Mark Andrejevic, 2007) e se refere à captura da lógica de rede pela lógica da plataforma (Snircek, 2016). As corporações, até então agentes e *players* fundamentais nos processos de internacionalização e financeirização da globalização, passaram a participar das dinâmicas comerciais na internet de forma mais incisiva assim que o comércio eletrônico foi, progressivamente, ocupando cada vez mais proporções de seus faturamentos. Como exemplos pensemos na Folha de São Paulo e no portal Uol, ou nas Organizações Globo e no Globoplay –corporações que migraram para a ambiência digital e precisaram se reestruturar para atender às novas demandas da plataforma como paradigma de organização corporativa.

Em síntese, as evoluções técnicas (Simondon, 2020b) e a sua capacidade de evoluírem e comporem novos arranjos sociotécnicos, permitiram – como analisamos ao recortar a evolução da noção do termo midiatização – um conjunto de dispositivos e racionalidades técnicas. Esses, por sua vez, são exemplos da passagem de uma noção de midiatização que, como veremos a seguir, estava inicialmente atrelada às mídias e seus efeitos sociais, para uma noção de mediação pelo digital e seus efeitos na formação não mais da opinião pública e econômica, mas na formação da subjetividade.

4.2.3. De processos midiatizados à midiatização dos processos

As evoluções técnicas e de linguagem mencionadas acima tensionaram um paradigma de mídia, advindo de McLuhan. Inicialmente o pesquisador canadense atribuiu uma forma de compreender a técnica, dando-lhe centralidade na comunicação, levando os estudos sobre os processos comunicacionais como partes do processo social e interferindo em uma série de dinâmicas psicológicas, sociais, antropológicas e culturais. O crescimento da influência da TV no cotidiano das pessoas, na década de 1970 em diante, levou a uma série de pesquisas sobre como essa mídia estava não apenas interferindo na sociedade, mas estabelecendo as condições de funcionamento. De acordo com Stig Hjarvard (entrevista D1 e D2), foi o pesquisador sueco Ken Asp o primeiro a abordar tal noção, em 1983, ao falar sobre a midiatização da vida política. As eleições e o papel da televisão para a democracia do Pós Guerra foi uma agenda de pesquisa que cresceu tendo o conceito midiatização oriundo da relação entre comunicação *broadcast*, sobretudo rádio e televisão, com a política. Asp, por sua vez, reconhece que sua pesquisa é tributária da formulação do sociólogo norueguês Gudmund Hernes, que formulou a expressão *sociedade espremida pela mídia* (*media-twisted society* – tradução livre nossa), ao final dos

anos 1970. Stig Hjarvard já fez uma ampla discussão sobre a irrupção do termo (2008)⁴⁸ e aqui só nos interessa pontuar como a consolidação da midiatização como um conceito na comunicação evolui de, no início, uma noção de reflexo, de efeito da ação das mídias, para, num segundo momento, meios de comunicação elétricos (TV e Rádio) seguem em um processo contínuo e estruturante das democracias de massa ocidentais com a presença de meios de comunicação materializados.

Portanto, os estudos de midiatização são tributários dos estudos da política midiatizada, ou seja, da política em que as mediações, os *checks and balances* institucionais, a formação do espaço de debates, da opinião pública e do senso comum, contavam, a partir do século XX, com a mediação dos *mass media*. O deslocamento fundante da noção de midiatização foi a constatação de que esta dinâmica não era esporádica. Ao contrário, cada vez mais as lógicas da produção midiática se tornavam intrínsecas ao funcionamento do debate político. E não apenas nos processos eleitorais, mas na formação das agendas políticas como um todo.

Nesse ponto há um deslocamento semântico central. De “política midiatizada”, gradativamente passa-se a falar sobretudo a partir da década de 1980, da “midiatização da política”. Mas, como acabamos de mencionar, não só dela. Estudos empíricos apontam para os efeitos da presença da mídia em uma geração que crescera com ela (Boomers, Geração Xuxa) em seus lares em diversas áreas: da midiatização da educação, para a educação midiatizada; do turismo midiatizado para a midiatização do turismo; da economia midiatizada, para a midiatização da economia e, *mutatis mutandis*, cultura, esportes, segurança, lazer, teatro, cidades, e assim por diante.

Apesar de uma mudança simples na construção morfológica, a passagem do termo política *midiatizada* – um adjetivo – para “midiatização da política” – uma substantivação – aponta para uma alteração mais profunda na forma epistemológica e ontológica de se abordar a questão. O processo de mediação pelas mídias se torna, cada vez mais, analisado não pelo viés dos efeitos, mas pelas suas características constituintes e pela incorporação de lógicas dos meios de comunicação como inerentes à sociedade. Trata-se de deslocamento significativo, pois mostra como midiatização, inicialmente vista como efeito de uma área transformou-se em algo a ser compreendido como inerente à dinâmica social.

Um aspecto interessante dessa evolução da agenda de pesquisa diz respeito à midiatização entendida como processo. Nessa perspectiva, a influência da mídia se faz sentir

⁴⁸ Stig Hjarvard, *The Mediatization of Society A Theory of the Media as Agents of Social and Cultural Change*, in *Nordicom Review* 29 (2008) 2, pp. 105-134)

em muitas áreas da sociedade e a midiaticização seria um conjunto de práticas e decorrências de aspectos sociotécnicos. Este aparente jogo de palavras ressalta, no entanto, um percurso do termo. Podemos constatar que a construção do conceito passou por um aspecto importante do campo da comunicação e de um subcampo seu: os estudos de recepção. Estudos empíricos sobre os efeitos da comunicação social (ou os da mídia) começaram a apontar que, ao se constituírem nas dinâmicas sociais, os meios de comunicação vão trazer mudanças nas formas de viver aspectos cotidianos, nos hábitos, nas tradições e práticas culturais em mais distintos aspectos cuja análise seria extremamente extensa.

Para tentar com um exemplo abarcar o processo, pensemos nos estudos em comunicação social sobre a influência da televisão nas eleições norte-americanas de 1960, e a recepção de 20 milhões de pessoas ao debate presidencial entre Nixon e Kennedy, as diferentes recepções pelos que ouviram o debate pelo rádio e os que assistiram pela televisão. Ao dizermos que foi um *acontecimento social midiaticizado*, estamos nos referindo, portanto, ao processo de influência que os meios televisão e rádio tiveram na dinâmica social de então. Antes os debates se davam em comícios presenciais e por meio de artigos na imprensa, o que poderíamos muito bem considerar (e vamos adiante) uma espécie de midiaticização pelo presencial e pela imprensa.

É certo que o conceito de midiaticização é tributário da ideia McLuhaniana de mídia, sem a qual ele não pode ser entendido em seu início. Mas a compreensão dos processos de midiaticização, segundo Hjavard (ver anexo D1 e D2), se iniciaram justamente ao se tentar compreender como a mídia alterava e condicionava as dinâmicas sociais, culturais, econômicas comportamentais e psíquicas – entre outras – na sociedade, de uma forma mais ampla que uma relação direta de causa e efeito entre o conteúdo de um veículo e o seu rápido impacto.

Entre exemplos notórios desses efeitos da mídia, tanto os breves como os duradores e capazes de alterar a subjetividade das pessoas, está a famosa transmissão, em Nova Jersey, da invasão alienígena feita por Orson Welles, Ou ainda, indiretamente, a já mencionada transmissão via satélite em cores da Copa de 1970 no Brasil. Ou mesmo os atentados ao *World Trade Center*, em Nova York, em 11 de setembro de 2001. O que nos interessa, apenas, é constatar que **os processos passaram a ser cada vez mais compreendidos como midiaticizados, ou seja, vistos inicialmente como processos que sofriam os efeitos da mídia, para posteriormente situações em que a lógica da mídia já seria inerente às mais distintas atividades sociais. Essa passagem, de *media effect* para *media logic*, portanto um processo ativo é algo que, a despeito das diferentes e colas de estudos desse subcampo une os teóricos e pesquisadores que se valem do conceito *midiaticização*.**

Uma ressalva a ser feita é que os processos de mediação social pelos meios de comunicação podem ser identificados em outros momentos históricos, se nosso entendimento de mídia for alargado para além dos convencionais meios de comunicação em massa. Nesse sentido os estudos de midiatização poderão dialogar de forma interessante com os estudiosos da história da comunicação, ao pensar, por exemplo, escrita e midiatização, oralidade e midiatização, os correios e a midiatização, o teatro e a midiatização e assim por diante. Uma análise que merece ser feita *a posteriori*, e que, de certa forma, parte dos estudos de Eliseo Veron.

Mas voltemos ao processo da emergência da midiatização como conceito. No primeiro momento, esses processos foram entendidos como efeitos dos meios de comunicação. Hoje, porém, eles são compreendidos como constituintes da dinâmica social e do papel dos meios de comunicação. O deslocamento da ideia de mídia para algo mais voltado para o indivíduo, como vimos anteriormente operacionalizado pela mediação de máquinas digitais e a noção de *self*, trouxe alterações significativas na compreensão das midiatizações e seus desdobramentos.

4.3. Midiatização e o Contemporâneo

Para empreender um olhar genealógico sobre a midiatização é necessário olhar o passado a partir do presente tendo como foco não apenas as continuidades, mas também o que a ideia e a prática de midiatização podem representar em cada tempo. É a partir desses deslocamentos, conflitos e tensões que podemos olhar o processo e compreender sua relevância hoje. Para isso, vamos nos deter um pouco mais na midiatização e a relação saber-poder. Depois, vamos ressaltar os momentos de tensão e ruptura em que a midiatização como dispositivo de uma governamentalidade específica se torna evidente, contraditório ou até desproposital. Em seguida, vamos nos valer da dimensão espacial, uma dimensão pouco acionada para análises no campo da comunicação para tentar entender a midiatização contemporânea e a sua territorialização.

4.3.1. Por uma leitura a contrapelo da midiatização

O primeiro aspecto para compreender a forma contemporânea é verificar como ela está atrelada à noção de mediação comunicacional e como essa noção foi compreendida em diferentes momentos. Esse viés remonta à comunicação social como um saber das Humanidades, sua ligação histórica como o campo do Direito, das Letras e Belas Artes, e sua consolidação da imprensa no funcionamento do Estado e do público moderno como elemento essencial para a produção do senso comum e da esfera pública moderna. Uma forma de

compreender a epistemologia da comunicação atrelada a ascensão do liberalismo, às revoluções liberais inglesa, americana e francesa e aos processos de independência na América Latina, bem como as unificações alemã e italiana. Em suma, a comunicação e a imprensa relaciona com a afirmação dos valores burgueses e da república moderna, como a tripartição dos poderes e a garantia dos direitos universais na democracia representativa, a república e o contratualismo.

É dessa época que surgem as gazetas e os jornais como instrumentos da disputa política, formadores de partidos, defensores de causas e ideais, formadores de veículo das diferentes facções da arena política dos estados-nações e da luta da burguesia enquanto classe em ascensão. Como ensina Nelson Werneck Sodré na abertura de *História da Imprensa no Brasil*: “a história da imprensa se confunde com a história do capitalismo” (1999, p.1). É na segunda metade do século XIX que esta forma de ver editoras, livros e jornais, até então vendidos para uma minoria letrada, começa a se deslocar. Gradativamente a imprensa vai se tornando um negócio, uma atividade econômica, que empregará maquinário industrial e técnicas da divisão do trabalho:

O Segredo da imprensa consistia, à medida que o capitalismo avançava, na rapidez com que chegava aos leitores e na possibilidade de contactá-los aos milhões. Era necessário, por isso que a produção atendessem à multiplicação dos exemplares e que os transportes atendessem à distribuição oportuna, rápida, vertiginosa, dos exemplares velozmente multiplicados. As invenções que tornaram os periódicos empresas industriais aparelhadas, eficientes, capazes de produzir, todos os dias, milhões de jornais, seguiram-se uma as outras, a curtos intervalos. (Sodré, N.W., 1999, p. 5).

De uma forma diferente, Benedict Anderson (2008), pela ciência política, aborda essa relação da imprensa não só com jornais, mas também com a indústria dos livros de romance, a literatura, e os folhetins do século XVII, XVIII e XIX, como formadores de leitores, formatadores de um espaço, político, cultural e institucional capaz de ampliar a noção de comunidade local para uma ideia de comunidade-nação⁴⁹. Esse argumento, presente em *Comunidades Imaginárias* (Anderson, 2008), traz uma dimensão espacial para os estudos de comunicação, pouco abordada mas que veremos quando analisarmos a relação entre midiatização e a cidade, fundamental para entender o papel da comunicação como campo na formatação da espacialidade. O alcance da imprensa se relaciona na Europa Moderna com a configuração do espaço nação, processo em que uma língua é falada, ao ser escrita e circular como língua padrão e ligada ao poder, acaba por se impor e por se tornar parte constituinte da ideia de estado-nação.

⁴⁹ É dessa época discussão sobre a diferenciação entre comunidade (*Gemeinschaft*) e Sociedade (*Gesellschaft*) de Ferdinand Tönnies.

A dimensão da comunicação como central à esfera pública no século XX se desenvolveu a partir de uma perspectiva estadunidense, local em que a democracia de massa atinge a sua forma mais completa. Um processo social em que irromperam estudos sobre a *Mass Communication Research*, mais profundamente ligados às ciências sociais norte-americanas e à forte influência do viés institucionalista weberiano, que via a imprensa como o 4º poder dos *check and balances* institucionais, interferindo na dinâmica do poder por meio de dispositivos como os já notórios *agenda setting* (Mccombs; Shaw) e *gatekeepers* (White apud Wolf 1999) como elementos essenciais para o estudo da comunicação de massa no contexto do debate público da sociedade moderna.

Já o segundo viés foi esse deslocamento da ideia de uma comunicação pela técnica da impressão, voltada para o cidadão, que gradativamente foi se tornando uma comunicação mercadoria, voltada à venda, ao consumidor. Ela está atrelada à consolidação da industrialização e à segunda revolução industrial, ao uso intensivo de maquinário, eletricidade, telégrafo, telefone e meios de transporte. É dessa época o *Yellow Paper*, o *Penny Press*. Nesse segundo momento da comunicação técnica, o campo da comunicação se vê diante de outros fenômenos: a publicidade, a comunicação massiva, o marketing o surgimento das relações públicas, em que a comunicação assume uma nova dimensão, para além da primeira que acabamos de ver, a configuração dos *mass media* (Thompson, 1998).

O paradigma da comunicação massiva como produto e o surgimento da publicidade vão ter um outro impacto quanto à percepção da vida privada e do cotidiano, uma discussão que Henri Lefebvre (2014) circunscreve em sua série de livros *Crítica da Vida Cotidiana*, que aborda esse aspecto das sociedades de massa:

[...] a expressão em uso corrente para designar a vida cotidiana dos indivíduos na estrutura social – vida privada – resume isto [o individualismo] quando uma vida individual é moldada por tendências individualistas, é literalmente uma vida de ‘privação’, uma vida ‘privada’: privada de realidade, de ligações com o mundo – uma vida pela qual cada humano está alienado. É uma vida dividida em polos separados e contraditórios: trabalho e descanso, vida pública e vida pessoal, ocasiões públicas e situações de intimidades, acaso e segredos internos, sorte e destino, ideal e real, o maravilhoso e o corriqueiro. Ao invés de expandir de conquistar o mundo essa consciência [individualista] se encolhe. E o mais ela se encolhe, mais ela parece ser ‘só sua’. Crasso e complacente, o individual se conforma em seu entorno familiar. Consciência, pensamento, sentimentos, são todos vistos como ‘propriedade’ em paridade com ‘sua’ mobília, ‘sua’ esposa a suas crianças, ‘suas’ posses e ‘seu’ dinheiro. Desta forma as mais tacanhas, as mais estereis, os mais solitários aspectos da vida lhe são tomados (e com tal sinceridade crua) daquilo que o é mais humano. **[tradução nossa]** (Lefebvre, 2014, ebook).

Um processo de individualismo e individualização que certamente segue em pleno curso. Basta pensarmos como o que Lefebvre descreve em 1958, ganha uma outra escala com

o rádio e a televisão – sem falar na hiperindividualização da internet e das redes sociais. É na década de 1960 que a *mass media* inicia sua consolidação. A força destes novos dispositivos técnicos e a capacidade de moldarem afetividades, hábitos e costumes, vão abrir um amplo campo para a comunicação social na dimensão apontada por Lefebvre acima. A comunicação como indústria cultural (Hockheimer Adorno), como consumo, propaganda, forma sutil de se vender não apenas mercadorias, mas, cada vez mais, serviços, produtos por seu viés imagético, seu aspecto psicológico, sua projeção sexual, sua excitação pelas emoções. Uma perspectiva que já estava presente em o *Homem Unidimensional*, de Herbert Marcuse (1974), e foi contundentemente dissecada em *Sociedade do Espetáculo* (Debord, 2017), que já pontuava a importância cada vez mais orgânica da comunicação à lógica não apenas simbólica, mas estruturadora das relações sociais:

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. (Debord, 2017, p. 38).

Recorrendo novamente a Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2003), podemos observar, na comunidade científica da comunicação social, uma busca por responder a novos fenômenos que surgiram a partir de novas problemáticas empíricas, fenômenos e processos que vão se impondo no campo de pesquisa e apontam para significativas alterações das formas de se *estar no mundo (daisen)* (Heidegger, 2018).

A midiatização como uma categoria de análise tem hoje relevância não só na comunicação social, mas em diversas outras áreas das humanidades. Sua consolidação como termo de referência no pensamento da comunicação é difícil de ser precisado. Dependendo da tradição linguística dos pesquisadores, a irrupção do termo pode ser identificada a partir de 2000, quando se torna difusa em artigos acadêmicos e se manifesta a partir dos efeitos causados pelas mídias, sobretudo as digitais (internet, videogames, redes sociais, aplicativos etc.).

No entanto, uma busca pelos momentos em que o termo se manifesta aponta para um processo que emerge em meados da década de 1970, nos Estados Unidos, no âmbito das produções acadêmicas sobre a influência da mídia, sobretudo da televisão, no debate político eleitoral, a partir da eleição de Kennedy, na década de 1960, mas que atravessará a década de 1970 e o surgimento de atores (literalmente) políticos como Ronald Reagan, governador na Califórnia, e posteriormente presidente dos EUA. Ainda sem um termo que explicasse o que acontecia, o processo estudado era a crescente importância dos meios de comunicação nos

processos eleitorais dos EUA – o debate entre Kennedy e Nixon; a emergência à presidência do ator hollywoodiano Ronald Reagan; a cobertura das redes de TV da época (*big three*: NBC, ABC CBS). A progressiva relevância da TV tornou o debate midiaticizado, sobretudo com o advento dos debates transmitidos ao vivo, dentre os quais os célebres entre Gore Vidal e Willian Buckley na rede de TV ABC. Somente em meados da década de 1980 o processo será mais criteriosamente escrutinado no contexto das eleições nos países escandinavos (Asp, 1986), as quais ressaltaram por meio de estudos empírico da cobertura eleitoral, a importância de políticos “falarem para câmera”, agirem (*enacting*) como pais de família, “passarem uma imagem de líder” – conceitos que alteraram a dinâmica eleitoral, criando o que hoje chamamos marketing eleitoral, e no qual a televisão criou uma gramática de comportamentos e gestualidades para quem quisesse se candidatar a cargos eletivos.

Erving Goffman, em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, publicado pela primeira vez em 1956, e Peter Berger e Thomas Luckmann, com *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, cuja primeira edição é de 1966, inauguram uma abordagem ao problema da mediação na sociedade ao tratarem das individualidades mediadas por institucionalizações e protocolos. A sociologia do conhecimento terá grande influência nos estudos sobre mídia e política a partir da década de 1990. À medida que novos meios de comunicação eram criados, este campo de estudo foi ampliando suas análises para além do debate político eleitoral e ganhava terreno investigando outros aspectos da relação da mídia com a formatação do contexto social, da microsociologia dos atores sociais. Abre-se então uma abordagem híbrida, com elementos da sociologia e dos estudos de mídia, que vão levar as pesquisas em comunicação para um plano menos institucional e mais próximo à antropologia dos meios, que será conhecida posteriormente como *Media Studies*. Este campo transdisciplinar é tributário da contribuição de Goffman, Berger e Luckmann, e da sociologia do conhecimento que se dedicou a interações sociais em ambientes como consultório médico e balcão de atendimento das lojas, e também a processos de interação social difundidos nas práticas cotidianas.

Com a consolidação da telecomunicação digital, uma nova forma de interagir, pela internet, começa a emergir, ressignificando o entendimento da mídia como elemento de mediação social, que parece assumir novos contornos na entrada do século XXI. A partir desta perspectiva, no início do século XXI, os *media studies* passaram a considerar os dispositivos informáticos. Além do balcão da loja e do consultório médico estudados por Goffman, essas medições vão interferir em outros locais funcionais da urbe: o banco, a banca de jornal, o templo, a feira, o cinema, teatro, concertos, etc. A sensação é de que a divisão espacial do

trabalho (Massey, 1984; Harvey, 2006) estabelecida pela modernidade estava sendo engolida por uma nova divisão digital do trabalho, instituidora de praças virtuais (redes sociais) e simulacros de seus correspondentes físicos: banco / *internet banking*; correios / *e-mail*; conferências / teleconferência por vídeo; aula/ teleaula; trabalho / teletrabalho.

É nessa reconfiguração que a midiatização, assume a definição corrente: mediação efetuada por máquinas e ambiências da lógica informacional e digital, um fenômeno que adquire destaque em diferentes aspectos constitutivos da contemporaneidade. Ao ponto de Nick Couldry e Andreas Hepp (2020) falarem de uma *Construção Mediada da Realidade: Sociedade Cultura e Midiatização*, título da obra que dialoga com essa percepção da mediação socioconstrutivista, agora interposta por dispositivos digitais na conformação de rotinas, relações sociais e espaciais do sujeito contemporâneo. Esse processo mobiliza uma agenda de pesquisa (Livingstone; Lunt, 2014, pp. 703-724) para analisar aspectos contemporâneos focados em procedimentos e processos que se valem de ferramentas computacionais para estabelecer novas camadas de mediações, instituir rotinas, organizar protocolos burocráticos e fluxos de trabalhos e da administração de empresas.

São inúmeras as dimensões de análise dos processos de midiatização, um campo de pesquisa em expansão, em plena ebulição e transformação. Podemos observar na comunidade científica da comunicação social, uma busca por responder a novos fenômenos que surgiram a partir de novas problemáticas empíricas, fenômenos e processos que vão se impondo no campo de pesquisa. O termo midiatização se torna difuso em artigos acadêmicos na virada do milênio e se manifesta a partir dos efeitos das mídias, sobretudo as digitais (internet, videogames, redes sociais, aplicativos etc.). O que nos interessa aqui é entender como a midiatização se desloca de um conceito dos estudos de mídia e política da comunicação dos anos 1980, para um conceito chave da governamentalidade neoliberal.⁵⁰

Para isso, vamos tentar entender, de forma genealógica, como o termo irrompe, que linhas de tensão surgem. Mas entender o tempo em uma linearidade é um equívoco positivista, haja vista que junto à dimensão temporal devemos ter sempre em mente a dimensão espacial e, nesse particular, queremos contribuir para o campo acionando e chamar para a análise conceitos e metodologias da geografia, em particular da geografia crítica humana de Milton Santos, como veremos adiante.

⁵⁰ Apesar de ser uma genealogia, essa parte lida com aspectos epistemológicos. Não obstante a recorrência a Thomas Kuhn e a alguns aspectos dos estudos sociais de ciências e tecnologias servirão de referência para inscrever a análise sob a perspectiva das relações de poder que atravessam a midiatização como dispositivo da governamentalidade contemporânea.

De toda forma, voltando à nossa genealogia da midiatização, vimos que a irrupção do termo reconfigura uma série de paradigmas, práticas, valores e validações que conformavam, dentro da ideia de ciência normal (Kuhn, 2003) no campo (Bourdieu, 2002) da comunicação social, na sociedade e seus dois vieses de pesquisas centrais: 1) a comunicação social como jornalismo, ou seja, como mediadora do debate público e da esfera pública moderna, e 2) a comunicação como produtora e reprodutora da vida cotidiana em uma sociedade industrializada e de massas, ou seja, como parte integrante da dinâmica social liberal, em que a dimensão econômica é fundamental.

4.3.2. Sobreposições, diálogos, cruzamentos e quadro analítico

Ao que nos parece, a rede de pesquisa em midiatização, apesar de relativamente pequena no campo da comunicação social, ganharam centralidade sobretudo entre os programas de pós-graduação. As pesquisas nesse subcampo da comunicação parecem ter tido um importante ascenso nos inícios dos anos 2000 e uma inflexão desde meados da década de 2010.

Algo interessante, contudo, é o que chamamos de transbordamento do conceito. Se considerarmos aspectos interdisciplinares, aprofundaram as já pulsantes pesquisas interdisciplinares como midiatização e políticas; midiatização e educação; midiatização e cultura, midiatização e segue-se ampliando. Esse transbordamento do processo de midiatização para os mais diferentes recortes e campos do conhecimento e de pesquisa reflete um aspecto importante que é, por um lado a proliferação de telas e interfaces e, por outro, a sua aplicação em diversos campos. Se a teorização sobre midiatizações está passando, desde meados dos anos 2010 por inflexão, os estudos de casos e a aplicação de técnicas de midiatização se aprofundaram no início desta década, sobretudo com a pandemia do Covid-19.

Em entrevistas realizadas com pesquisadores que estudam aspectos ou da midiatização ou do território na contemporaneidade, ou da governamentalidade hoje, (ver anexos) podemos retirar aspectos importantes desse processo em que o conceito parecia inicialmente atrelado a uma relação com a mídia e gradativamente se deslocou para uma compreensão da mediação pelo digital. Em geral, todos apontam o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 como o período em que o termo mais se difundiu e se espalhou para outros campos, em que o processo passou a ser identificado. Andreas Hepp (Anexo A2) ressalta que o conceito emerge justamente na virada em que a mídia passa a ser vista como um aspecto mais intrínseco aos processos sociais:

A pesquisa de midiatização desde o início foi impulsionada pela ideia de não focar nos efeitos da mídia no sentido de conteúdo midiático, nem também no sentido de tecnologias de mídia, mas mais em ter um foco nas relações. Então, nesse caso, com

a mudança dos meios de comunicação e das comunicações, por um lado, e a mudança da cultura, da sociedade, das dimensões sociais, por outro, se transformam e como isso se inter-relaciona. Então, o conceito teórico, pelo menos do meu ponto de vista, que ajuda nesse ponto é mais para começar com a ideia de coarticulação ou co-construção, no sentido talvez de dizer que os meios de comunicação nunca estão fora da sociedade, mas eles sempre fazem parte da sociedade e estruturas que os meios de comunicação também sempre tiveram relação com as estruturas da sociedade (Hepp, Anexo A2).

É com o digital, especialmente com o alargamento do alcance da internet para a dimensão cotidiana das pessoas, que o termo se expande principalmente na década de 2000, algo que Andrés Jansson também ponderou:

LPM: Professor Andrés Jansson, para começar, como foi seu primeiro contato com o conceito de mediação?

JANSSON: Era meu doutorado sobre mediação, mas não estava usando a mediação da maneira mais tradicional que vinha sendo usada. Porque a mediação, pelo que eu tinha lido, era principalmente como as pessoas e ou como os políticos, por exemplo, se adaptam à lógica da mídia e assim por diante. Mas acho que essa ideia de pessoas ou agentes que não são diretamente afetados pela mídia, mas se adaptando à mídia e à presença da mídia foi uma ideia que achei possível trazer para outros contextos. Então eu acho que na minha dissertação, que é, como eu disse, há muito tempo, eu olhei, sabe, coisas como o turismo, a casa e a cidade.

Então eu percebi depois da minha dissertação realmente, que havia muito sobre o espaço, mesmo que eu não tivesse realmente conceituado na medida em que eu precisasse mais tarde sobre o espaço ou algo assim. Tratava-se da "mediação de" ou da mediação no espaço, que eu, depois da dissertação, mais deliberadamente explorei sob o que foi, sobretudo com este volume editado, *Geographies of Communications*, em 2006.

Parece que esse livro alcançou muito mais pessoas do que esperávamos, na verdade. E de alguma forma nós tínhamos encontrado algo que reunindo diferentes estudiosos que pensávamos, isso é algo a contribuir. Especialmente do contexto nórdico sobre mediações do espaço. Definiu-se a distinção entre mediação e mediação. Isso foi em 2006 quando foi publicado. Talvez tenha sido a primeira vez que eu realmente comecei a conceituá-lo. (Jansson, Anexo B1 e B2).

Já Stig Hjarvard, para além de olhar o crescimento do uso do termo, ressalta também como ele foi ganhando complexidade à medida que as pesquisas evoluíram

o desenvolvimento do estudo de mediação passou por várias etapas (...) Acho que, se você quiser rastrear os predecessores dos estudos de mediação, todos eles estão, de certa forma, preocupados em encontrar outra maneira de abordar a influência da mídia do que a maneira como ela foi abordada na tradição do efeito de mídia (...)

Na minha abordagem, que eu tenho trabalhado com várias formas de estudos de comunicação midiática, eu fiz pesquisas sobre notícias políticas e assim no início dos anos 1990 e nos primeiros anos após o Milênio. Mas, cada vez mais, acho meio insatisfatório pensar apenas em olhar para a mídia como meio de comunicação ou tecnologia de comunicação.

E, cada vez mais, devemos olhar para a maneira como eles são, de certa forma, socializados e estão socializando também, na maneira como eles se inserem no tecido da vida social. (Hjarvard, D1 e D2).

Sem entrar no mérito de cada entrevista, que pode ser lida na íntegra nos anexos, podemos, de forma sintética ponderar que, em geral, e certamente com diferentes perspectivas,

os entrevistados sinalizam para uma transformação no significado do termo midiatização com a digitalização e a internet. Outro ponto que pode ser avaliado, com nuances entre cada uma das análises, é como o conceito vai se consolidar no início dos anos 2000 e ultrapassar os limites da comunicação social ou dos estudos de mídia.

Algo interessante é como, na década de 2010, o termo passa, por um momento de inflexão (Kuhn) no qual a comunidade começa a perceber que a expansão no uso em diversas áreas atentou para o que Deacon e Stayner (2013) criticaram chamando de *conceptual bandwagon* (tradução livre nossa: vagão conceitual, comboio conceitual), a exemplo de conceitos como “globalização”, termos que passaram a explicar tudo, sem operacionalizar ou problematizar o conceito. Livingstone e Lunt (2016) vão defender que o conceito assume centralidade no campo da comunicação ao ponto de se perguntarem em um artigo – *Is ‘mediatization’ the new paradigm for our field? A commentary on Deacon and Stanyer (2014, 2015) and Hepp, Hjarvard and Lundby (2015)* – se estão diante de um novo paradigma.

A discussão é interessante para mostrar como uma agenda de pesquisa sobre midiatização tomou dois caminhos: um deles passou a considerar superada e relativamente vazia a primeira ideia de midiatização como efeito das mídias; outro passou a atribuir ao conceito uma centralidade maior para a área, mas com uma nova lógica intrínseca da informática e da cibernética. No primeiro caso a crítica é a uma ideia pervasiva que de pouco auxiliaria na produção de análises relevantes. A segunda aposta é que o processo de midiatização deu à comunicação uma nova dimensão que ainda não conseguimos mensurar. Como já mencionamos antes, parte desse segundo olhar está relacionado com a emergência da dimensão organizacional (Quiroga, 2019) que a comunicação pelo digital e pela lógica cibernética, bem como a subjetivação do *self entrepreneur*, vai estabelecer hoje.

O que queremos, porém, é avançar na identificação de *uma quarta fase da midiatização*. Processo relacionado a um aprofundamento desses dois vieses descritos acima, (abandonamento do conceito relacionado à midiatização televisiva e deslocamento do conceito para a lógica digital). Essa tese busca contribuir ainda que de forma singela ao sinalizar para uma midiatização em uma nova escala: a midiatização composta pelo uso generalizado e para fins econômicos e políticos de técnicas de *machine learning*, que infelizmente foi chamado de inteligência artificial (SIC). Trata-se de uma nova forma de mediação que, consideramos configura uma fruição de conteúdos e relações subjetivas ainda mais fragmentárias, mediadas por mídias e redes sociais ainda mais refratárias, em que a compressão da temporalidade e da satisfação se dá em fragmentos de segundos (vejamos o caso dos vídeos no formato *shorts* (Tik Tok, Instagram, *Youtube Shorts WhatsApp Status, entre outros*). Uma midiatização já inserida

na chamada economia da atenção e que, para ser operacionalizada, coaduna com a lógica do *deep learnig* e do uso intensivo de sensores (*cookies*, *eye-tracking*, captação sonora, entre outros) para captação de fruções, sentimentos, percepções. Uma nova etapa da midiatização calcada na produção de metadados de forma utilitarista e behaviorista; na produção de algoritmos geradores de inferências com vieses mercadológicos para fins de lucro. Tudo isso sob uma nova forma de organização econômica que suplanta a corporação e que tem se denominado plataforma. Philip Agre chamará esse contexto no qual a quarta midiatização pode ser identificada de *economia política da captura* em texto fundamental e fundamentador da nossa análise, escrito em 1994 e publicado na revista *Information Society* chamado *Surveillance and Capture Two Models of Privacy*. Pretendemos, pois, delinear quatro momentos de midiatização para compreender o quarto, que estamos atualmente se consolidando.

4.3.3. As quatro fases da midiatização

Como todo estudo, dividir e classificar é incorrer em separações que ajudam nossa capacidade de compreensão, mas rotulam e delimitam os processos. Propomos aqui uma divisão dos estudos de midiatização em quatro fases, para podermos chegar à midiatização contemporânea. As fases são baseadas no que Hepp (2023) chamou de três ondas da midiatização e no que Stromback (2008) vai chamar de quatro fases da midiatização da política. Para o primeiro, a midiatização deve ser compreendida a partir de três ondas: a mecanização, a eletrificação a digitalização. Em seu estudo mais recente, Hepp avalia que estaríamos entrando em uma quarta, que em *Deep Mediatization* (2020, p6) ele atribui ao processo de datificação (*datification*):

Deep mediatization presents a challenge to mediatization research as it must incorporate the analysis of algorithms, data and digital infrastructures. Investigating algorithms become necessary because in a state of deep mediatization facets of the mediated construction of the social world occur through automated data processing. (Hepp, 2020; p.6).

(...) The use of deep mediatization as a term is, therefore, deliberate because it is the stage of mediatization in which the analysis of algorithms, data and artificial intelligence become crucial to our understanding of the social world. (idem, p7).

Já Stromback, ao enfatizar a midiatização dos processos políticos, portanto da relação entre políticos e cidadãos, divide a sua periodização também em quatro períodos, sendo o primeiro da época do *mass media*:

The first phase of mediatization is reached whenever the mass media in a particular setting constitute the most important source of information and channel of communication between the citizenry and political institutions and actors, such as political parties, governmental agencies, or political interest groups. (Stromback, 2008 p236)

O segundo seria quando “*the media have become more independent of governmental or other political bodies and, consequently, have begun to be governed according to the media logic, rather than according to any political logic*” (idem, p237), ou seja, quando a lógica da mídia passa a interferir de forma predominante no agir político. Já a terceira fase seria aquela em que a lógica da mídia se torna a lógica da política em si. Em outras palavras, podemos acrescentar que a lógica do espetáculo, na acepção debordiana, torna-se a razão de ser do agir político:

What distinguishes the third from the second phase is that the independence of the media has further increased, and that the media in the daily operations have become so independent and important that political and other social actors have to adapt to the media, rather than the other way around. (*ibidem*, p238).

Ou seja, um momento em que, segundo Stromback:

(...) media have become so important that their formats, content, grammar, and rhythm—the media logic—have become so pervasive that basically, no social actors requiring interaction with the public or influence on public opinion can ignore the media or afford not to adapt to the media logic. The power of the media is not only the visible power. As noted by Asp and Esaiasson (1996: 81), ‘the active mechanism is not direct influence, but adaptation.’ (*ibidem*, p238).

Já a quarta fase se daria da passagem do convívio entre a lógica da política e da mídia para um novo patamar da mediação, em que a lógica da mídia teria “colonizado” a política:

The fourth phase of mediatization is thus attained when political and other social actors not only adapt to the media logic and the predominant news values, but also internalize these and, more or less consciously, allow the media logic and the standards of newsworthiness to become a built-in part of the governing processes. If political actors in the third phase adapt to the media logic, they adopt the same media logic in the fourth phase. Thus, in the fourth phase, the media and their logic can be said to colonize politics (Meyer 2002), with political or other social actors perhaps not even recognizing the distinction between a political and a media logic. (*ibidem*, p239-240).

A despeito de críticas possíveis, nos interessam as duas periodizações porque cremos que a partir delas, podemos propor a nossa, tendo em vista a dimensão da subjetivação pelo ideário e práticas neoliberais, e pela objetivação técnica da algoritmização e da captura utilitarista da percepção pelo digital da cibernética.

Vejam: na primeira proposta, Hepp aborda a dimensão técnica que se coaduna com os estudos do terceiro capítulo dessa tese sobre sujeição pelas técnicas das máquinas cibernéticas e das práticas de mediação técnica que estes *dispositivos* vão ativar. Já a periodização de Stromback é pertinente pelo viés que ressaltamos no segundo capítulo, em que a subjetivação vai trazer para a mediação. Em outras palavras, pelo modo como as pessoas se

entendem como sujeitos na sociedade e como atuam em um ambiente forjado por fluxos e preceitos de uma lógica de empreendedor de si. A dimensão política que Stromback aponta tem uma repercussão em um aspecto que nos é caro e abordaremos a diante: a prática da cidadania. O que as pessoas entendem por cidadania? Como elas veem as suas capacidades de agenciamento (*agency* para Bruno Latour, 1997) e performance (*enactiment*, para Annamarie Mol, 2004) para usar termos caros aos estudos sociais em ciências, mas que aqui transpomos para a dimensão política e, principalmente, da subjetivação. Mais que isso, essa abordagem permite compreender a contemporaneidade pela subjetivação neoliberal e como ela cria uma nova noção de cidadania que Philip Agre intuiu, focada em questões específicas do que ele chama de lógica do cidadão como empreendedor de questões (*issue entrepreneur*) (Agre, 2004).

Com este exercício de aproximação das duas perspectivas acreditamos que reiteramos, mas pelos motivos expostos no capítulo 2 e 3, a necessidade de pensar a mediação pelos novos paradigmas que se conformam na contemporaneidade de aprofundamento da atomização da subjetividade, cada vez mais *dividual* ou transdividual (ver Simondon, 2020 e Jason Read, 2023). O sujeito precisa lidar com um ambiente em que, se antes se via como um empresário *homo entrepenarius* hayekiano, essa sensação é acompanhada pelo desconforto, não mais da liberdade liberal clássica e da gaiola de ferro descrita por Weber, mas agora por uma matriz invisível de rastreamentos que conforma um espaço vetorial capturado e cercado (*enclosed*) pela dinâmica e apropriação do digital que as plataformas representam.

Um contexto operacionalizado por um dispositivo em que a dimensão simbólica e material está sujeita a novas formas de sutil controle pela cibernética e que, na sua nova etapa, aumenta ainda mais a capacidade de transformar tudo em dados, pela apropriação de emoções, sensações e pela percepção, instrumentalizadas e codificadas, por meio de inferências não vem mais apenas na forma de informações. Agora, porém, se valem da lógica algorítmica que debulhamos no terceiro capítulo ao analisar Weiner e sua falibilidade matematizada, e Rosenblatt e seu *perceptron*. Percepções e dados usados de forma utilitarista por meio de redes neurais capazes de captar processos que nem indivíduos conseguem compreender, no âmbito de comportamentos batesonianos, para otimizar a fruição das plataformas.

Portanto, concluímos esse capítulo defendendo que estamos de fato em uma quarta etapa de aprofundamento da mediação. Nessa etapa, sob os desígnios da plataformação da subjetivação neoliberal e pela algoritimização e apreensão maquínica da mediação, vamos ter uma nova forma de governamentalidade em que a vigilância se dará por outros mecanismos, sobretudo pela captura utilitarista e pela datificação das percepções que irão constituir o *perceptron* do terceiro capítulo.

A partir disso, podemos compreender que a midiatização entra em uma nova dimensão, como dispositivo, trazendo consequências para a crise contemporânea de mediação. Portanto, feita uma genealogia do termo; analisados os principais autores e a emergência e deslocamentos do conceito, estamos prontos para analisar a midiatização hoje. Terminamos essa genealogia da midiatização apontando para a importância do deslocamento que Philip Agre apontou ao compreender que, sob os preceitos da privacidade (e, acrescento, da segurança) o uso massivo de *machine learning* estaria inaugurando uma nova forma de fruição em que a captura de dados inauguraria uma nova racionalidade político-econômica. Eis pois, novamente a questão do *perceptron*, apresentado no terceiro capítulo, e a midiatização, agora compreendida como a *dispositivo* capaz de reunir as novas formas dos homens se organizarem e agirem.

Para essa pesquisa o *perceptron* é uma comprovação de que vivemos uma quarta fase da relação com as mediações. Agora não mais apenas técnicas (imprensa), eletro-maquínicas (televisão), eletrônicas ou digitais (computadores), mas também algorítmicas. Por isso a midiatização também se altera e, mais que isso: se pelo digital, via *smartphone*, a midiatização se expandiu para onde havia internet, agora ela está pronta para se aprofundar ainda mais. Parafraseando Walter Benjamin, após a passagem da aura para o técnico, a passagem do técnico ao tecnológico, vivemos a passagem do tecnológico para o algorítmico. Essa se apresenta como a marca dos processos de mediação da nossa contemporaneidade.

5. MEDIATEZACÃO E TERRITÓRIO: O PERCEPTRON

Nesse capítulo, abordamos a mediação por um método quase sempre relegado a um segundo plano frente ao método histórico e de análise do discurso no campo da comunicação: a análise socioespacial. Nossa ênfase será entender como os territórios se mediatizaram e como podem ser compreendidos como parte de uma nova racionalidade, a que Milton Santos chamou de meio técnico científico informacional (2008a), resultado da junção da subjetivação neoliberal e da objetivação cibernética.

Tendo um olhar dialético para o espaço como ponto de partida e conjugando o método foucaultiano de observar as rachaduras das estruturas, queremos, nesse momento da pesquisa, examinar o território e identificar essas situações de desencontros, certamente traumáticos, pela riqueza que trazem para sinalizar mudanças sociais e de *modos de governar pelo dispositivo de poder mediação que se materializa como o perceptron*. Em outras palavras, o que estamos defendendo é que *a partir da análise de elementos e vestígios presentes no território, podemos identificar os indícios de mudança nos regimes de mediação*. Por esse método, acreditamos ser possível inferir as mudanças nos regimes de governamentalidade e de verificação que os dispositivos de mediação ensejam.

Ao nos concentrarmos nas práticas e nos instrumentos de mediação, sobretudo as suas inscrições no território, teremos uma maneira de analisar como os dispositivos de mediação se instauram a partir de seus regimes de verdade e suas governamentalidades. Para isso, vamos dividir esse capítulo em três partes. A primeira é uma análise do território na contemporaneidade, tendo Milton Santos como referência. A segunda pretende relacionar o território com a mediação sob o olhar de Milton Santos, especificamente a partir do conceito de *meio técnico científico informacional*. A terceira apresenta exemplos de mediação como dispositivo de distintas governamentalidades identificando-as no espaço e no tempo, em diferentes materializações arquitetônicas e sociotécnicas, resultando, por fim, na forma emergente, o *perceptron*.

5.1. Os territórios se mediatizam

Assim como os estudos de comunicação partiram da ideia de uma sociedade mediatizada para depois compreender a mediação da sociedade, como algo mais amplo, aqui também operaremos de forma análoga. Partiremos da compreensão de como o território foi

gradativamente se midiaticizando para entender como hoje estamos vivendo o território midiaticizado e como ele é visto pelo viés da midiaticização algorítmica de quarta fase.

Nossa análise tem como ponto de partida o economista canadense Harold Innis, que, para além de ter influenciado McLuhan e sua ideia de mídia como meio, nos interessa por ter sido um dos primeiros a sistematizar estudos sobre a comunicação a partir da dimensão espacial. Em seus trabalhos de economia regional, por meio do método de uma análise socioeconômica e espacial, Innis pontuou os efeitos que as linhas de trem e telégrafos tiveram nas relações e as dinâmicas socioespaciais. Para Innis, esses processos transformaram as pessoas e suas práticas; as suas relações de distância e proximidade, alterando ritmos (na acepção de Leroi Gouhan). Há no primeiro livro de Innis, *A History of the Canadian Pacific Railway*, publicado em 1923, e em *The Fur Trade in Canada: An Introduction to Canadian Economic History*, de 1930, uma discussão sobre a importância dos meios de comunicação para a configuração de uma ordem vigente – no caso, da formação econômica que fundou o Canadá como nação moderna. Já em *O Viés da Comunicação*, Innis atribui aos arranjos de poder os aparelhos, que aqui chamaremos de *dispositivos*, capazes de expandir e manter amplas áreas, sob a lógica do “sistema de preços”, como Paul Heyer e David Crowler defendem no prefácio da edição brasileira mais recente de *O Viés da Comunicação* (2011), traduzida por Luis Cláudio Martino.

Ele [Innis,] acreditava que toda nova tecnologia de comunicação na Era Moderna, cada vez mais, trabalha para drenar aspectos da vida econômica e capacidades do território para dentro do raio de influência do comércio organizado e seus sistemas de mercados, preços e créditos. O que em seus primeiros escritos de economia ele chamou de ‘penetração no sistema de preços’ – e que hoje devemos relacionar com os mercados globalizados –, algo que veio a compreender tendo por base a ‘industrialização dos meios de comunicação para a distribuição em massa’. As tecnologias de comunicação e de transporte formavam uma infraestrutura necessária para a emergência da sociedade de massas no Mundo Ocidental com a geração de jornais, prensa de alta velocidade, transporte a vapor, telégrafo, telefone, rádio e televisão. (Innis, 2011; p53).

Evitando aprofundar a visão de Innis, já bastante debatida no campo da comunicação em obras como *O Viés da Comunicação* e *Comunicação e Império*, o que nos interessa aqui é a relação com a geografia e a dimensão espacial. Para além de Innis, uma importante literatura aponta para várias dimensões dos processos em que o território se midiaticiza. Ao extremo, e tendo como referência a antropologia semiótica de Eliseo Verón, é possível estudar como a presença de desenhos rupestres na Serra da Capivara, ou em outros sítios arqueológicos, apontam para essa relação humana entre espaço e representação. Sobre essa discussão arqueológica, Lewis Mumford possui uma importante reflexão quanto as técnicas e a evolução humana, ou seja, a arqueologia e a antropologia teriam contribuições a serem consideradas pela comunicação. Gostaríamos de apontar, no entanto, para melhor situar nosso trabalho e afastá-

lo de uma visão evolucionista da técnica, que estamos mais propensos a acompanhar os preceitos do *sinecismo* de Edward Soja (2008), uma crítica importante a Mumford, na medida em que traz ao primeiro plano a dimensão social e deixa o tecnicismo e o tecnologismo, tão presentes no nosso campo da comunicação, como uma relação derivada das relações sociais.

Em todo caso, não pretendemos fazer uma história evolutiva e linear da relação entre mediação e território. O que apresentamos aqui também está no âmbito genealógico. Portanto, investigaremos o território a partir de nossa época para tentar compreendê-lo na contemporaneidade. Afastado então o risco de considerar a mediação como um aspecto técnico ensimesmado no espaço, precisaremos definir o conceito de território.

5.1.1. Breve arqueologia do território como conceito moderno

O território é um conceito oriundo da geografia e sua emergência está profundamente ligada à antiguidade e às relações de poder que emergiram a partir do que se considerou chamar era da agricultura. Em uma visão histórica linear, o território é um conceito que, segundo autores como Innis, Mumford e a geografia moderna, fundada com Ritter, correlaciona espacialidade e poder.

O termo vem do latim e trata das dinâmicas na propriedade da terra, de um recorte de uma determinada localidade. Diferente de espaço, território é um termo que traz consigo as questões sociais e, sobretudo, das relações de poder. Assim como região tem como sua origem o termo *regio* (do Rei), território tem sua etimologia no latim tardio: *domus, dominiun, regnum, territorium*. Seus primeiros registros estão relacionados à propriedade da terra, área sobre a qual alguém exerceria um domínio. Nesse aspecto, o termo se insere em um campo acadêmico e semântico importante na medida em que trata das relações de poder em um determinado recorte espacial.

A geografia surge como disciplina justamente quando universidades se especializam em novas taxionomias (Foucault, 1999) e efetuam seu giro para o empirismo. Mais que isso, as origens da geografia moderna ocidental remetem às navegações e aos exploradores (e, porque não dizer, colonizadores?) que traziam relatos e análises das terras que “desbravavam”, como os irmãos Humboldt. Ou as expedições francesas, entre outras iniciativas que depois se formalizaram por meio de instituições como a *Royal Geography Society*, entre outras.

De qualquer forma, o termo e suas acepções se deslocam na história à medida que as noções de espaço e de poder também se alteraram. A geografia, essa disciplina que em ensaio fundamental da década de 1970, de Yves Lacoste (1988), constatou que “serve antes de tudo

para fazer a guerra” vai alterando o sentido epistemológico de território à medida que as transformações vão acontecendo.

De forma breve, apenas demarcamos os contornos da relação entre o território e as diferentes governamentalidades que Foucault identificou. Considerando que Innis estuda com exatidão em *Comunicação e Império* as relações na antiguidade, gostaríamos de saltar esta etapa e iniciar a partir da lógica de pastoreio. Nela a espacialidade dos pastores e rebanhos era mais fluida e os limites imprecisos. A noção do rebanho e da migração traz consequências para a relação das pessoas inseridas na dinâmica do *omnes et singulatim* para o espaço em que vivem. No pastoreio os territórios dizem respeito à sobrevivência e à ampliação dos rebanhos, da identificação dos lugares de perigo e da capacidade de condução do pastor.

Já a governamentalidade da soberania enseja toda uma relação com o espaço e o território em que a centralidade e a fixação são fundamentais, sobretudo se ela está calcada na relação entre poder, território e suas fronteiras. Na soberania as governamentalidades se deslocam, portanto, significativamente para o processo de formação dos primeiros Estados-nação, que surgem na Europa moderna como a expansão do mercantilismo e do colonialismo. Os mapas políticos, que pintam Alemanha de uma cor e França de outra, são resquícios dessa época e querem, ao fim e ao cabo, demonstrar mudanças nas estruturas de poder. Remetem a um período da geografia em que estudar o espaço era estudar o espaço da nação do Leviatã de Thomas Hobbes.

Logo depois o território gradativamente passa a ser entendido como o *locus* das relações e instituições econômicas. Empresas ou associações burguesas passam a estabelecer institutos geográficos privados ou estatais. E emerge a preocupação de realizar cada vez menos expedições típicas da época mercantilista e cada vez mais estabelecer fronteiras, demarcar limites e divisas a partir de um estado como organizador da dinâmica econômica. É dessa época que surge a expressão *lebensraum*, espaço vital, termo que a Alemanha de Bismarck se valeu para justificar as guerras por áreas ricas de carvão e com acesso ao mar para a manutenção da economia nacional.

Já as escolas francesas cunharam um termo importante: paisagem. A origem é da palavra francesa, que também existe em italiano *paese* que significa localidade, lugar, local. Paisano é aquele que é do mesmo local que você. O termo, cunhado por Vidal de La Blache, buscava falar de um conjunto de relações em um local. Como sabemos, *paisagem* extrapolou a sua formulação na geografia e é tributário da história da arte e da representação pictórica. O que nos importa aqui é esse deslocamento, pois o termo foi usado como sinônimo de representação,

de composição de aspectos, de reunião de vários elementos, um primórdio do que hoje chamamos interface e ambiência.

O termo território seguiu seu caminho sempre ligado à geografia política. E em meados do século XIX que território, após o espaço vital do estado (*lebensraum* – termo cunhado por Ratzel e usado politicamente por Bismarck), assume carga semântica associada à guerra e às disputas entre os estados nação e o imperialismo. Até hoje empreender uma “análise geopolítica” é, no senso comum, avaliar exércitos, capacidades bélicas, poder de dissuasão. Este subcampo da geografia, muito associado a um certo ramo da ciência política formalista e militaresca, também produziu variações e derivações.

Na geografia, porém, o termo território seguiu com essa carga semântica, em que o território era o local da soberania em primeiro lugar e, após a revolução industrial, área de influência, de expansão econômica dos centros propulsores do liberalismo, as capitais e metrópoles, fazendo das nações espaços de relações econômicas mais ou menos estabelecidas até a Segunda Guerra mundial.

Após os anos 1930, uma linha da geografia, chamada geografia quantitativista, observa o território por um viés próximo ao *zeitgeist* cibernético. São dessa época os estudos com foco em estatística e amparados por uso de dados para produzir inferências e correlações de aspectos da geografia física com questões econômicas. A Nova Geografia, da qual Ives Lacoste foi um representante, criticou justamente esse estudo sem caráter crítico e reivindicou a volta aos preceitos humanistas, pois a geografia era essencialmente uma ciência humana, segundo Lacoste. É nesse contexto que Henri Lefebvre, com sua geografia crítica marxista, inaugurou um olhar sobre o espaço baseado nos preceitos do materialismo histórico de Marx, uma visão de território calcada na luta de classes e na espacialidade como uma materialidade dialética. Guy Debord, que não é geógrafo, mas esteve próximo a Lefebvre por um breve período (ver Anselm Jappe, 1999), pontuou um importante aspecto para a nossa questão que é anterior ao famoso Sociedade do Espetáculo. Debord e outros da autodenominada Internacional Situacionista (*idem*) reivindicaram uma nova forma de compreensão do espaço e da cidade em que uma dimensão psíquica estaria sendo negligenciada. A psicogeografia criticava o estruturalismo que se materializava nas cidades industriais fordistas da época, bem como esse pragmatismo e funcionalismo ora manifestado pelo modernismo bauhausiano, ora pelo estilo de Corbusier e seus seguidores. Esta abordagem vai inaugurar o *detour*, traduzida no português por *deriva*, tema fundamental para a nossa análise sobre a contemporaneidade (ver Mello, 2020). A deriva era encarada como uma forma de escape ou resistência à captura dos

movimentos e à coerção urbanística que se inauguraram com as reformas de Haussman, tão bem denunciadas e compreendidas por Baudelaire e Benjamin.

Os Situacionistas empreendiam esses momentos de desconstrução da lógica da cidade com esse intuito tanto para denunciar o funcionalismo como para identificar uma nova forma de fruição que estava emergindo. Como analisamos em detalhe (*idem*), assim como a contracultura americana vista no terceiro capítulo, parcela da crítica foi apreendida pelas formas de mercado por meio da ideia de aleatório e de randômico mediante aparelhos digitais capazes de uma navegação utilitarista dos espaços (google Maps, Waze etc).

São estes aparelhos cibernéticos, desenvolvidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, responsáveis por todo um aparato cibernético que William Rankin investiga, no primoroso *After the Map Cartography, Navigation, and the Transformation of Territory in the Twentieth Century* (2018). O livro traz uma precisa genealogia dos sistemas de geoposicionamento global (Global Positioning Systems – GPS). De acordo com Rankin, após a Segunda Guerra há uma reversão dessas tecnologias militares para uso civil. O sonar se torna instrumento de trabalho para a indústria pesqueira e a marinha mercante. O rádio de longo alcance e o radar se tornam elementos fundamentais para a expansão da aviação civil e a otimização de etapas críticas desse setor, como decolagens e aterrisagens. O mérito dessa publicação é mostrar o deslocamento de uma midiatização emblemática do território, o mapa, para as interfaces de geolocalização. Rankin mostra como essa evolução técnica está relacionada a uma visão do espaço como passível de ser capturado pela dimensão vetorial e pela percepção maquínica.

Uma proposta de examinar o espaço por esse viés quantitativista contou, na década de 1950, com engenheiros e cientistas como alguns dos pioneiros na construção de computadores. Konrad Suze escreveu *Rechnender Raum* (Calculating Spaces, 2012), ou seja, estudo para compreender a dinâmica espacial pelo cálculo, por meio de vetores. Mckeinze Wark chama os atuais detentores do meio de produção de *vetorialistas* em *O Capital Está Morto* (2020). Nessa perspectiva, Suze seria um dos pais fundadores dessa forma de apropriação da dimensão espacial, de *renderizar* ou *rasterizar*, para usar um jargão da informática, o espaço para um propósito específico qualquer tendo a informação como vetor.

Outra mudança importante no pós-guerra é a difusão do automóvel, que, segundo Paul Virilio, estabeleceu novas forma de se orientar pelo espaço. A proliferação dos carros popularizou uma indústria de mapas e guias para quem precisava se deslocar pelas cidades e seus entornos. Primeiro por meio de mapas, como os Guias Michelin ou Guia 4 Rodas, o que se mostrou um interessante modelo de negócio da era do automóvel. Posteriormente esses

catálogos foram adaptados com a digitalização, se tornando das primeiras funcionalidades em celulares por meio do GPS.

É na década de 1970 que Milton Santos busca compreender como esses mecanismos técnicos, já bem estabelecidos, estavam transformando a dimensão espacial de forma desigual, em particular nas cidades dos países então chamados de Terceiro Mundo. Santos aprofundou uma reflexão original sobre as dinâmicas espaciais, em busca das categorias que apontassem para as transformações da dimensão espacial na segunda metade do século XX. O geógrafo brasileiro, junto a pensadores como Doreen Massey e David Harvey, promoveu um deslocamento no campo da geografia equiparável ao de Yves Lacoste ao considerar as relações de poder pela luta de classes imbricadas à dimensão do espaço, frisando termos como *divisões espaciais do trabalho*. Harvey abordou a financeirização como processo fortemente instrumentalizado pelos preceitos da cibernética e tendo como motor a ganância, o que proporcionou o modelo que identificou como *acumulação flexível do capital*. Esse momento do capitalismo, após 1970, no qual vetores de informação eram capazes de atuar de forma maquínica e recursiva para gerar valor, ainda que imaterial, representaria uma nova fase em que o capital financeiro assumia a primazia sobre o produtivo, alterando um conjunto de paradigmas, protocolos e instituições das décadas de 1940, 1950 e 1960, que hoje são identificados como a racionalidade neoliberal.

5.1.2. O território se espalha e assume a dimensão contemporânea

É a partir da década de 1970, pelas críticas enunciadas acima, que a concepção de território = espaço x poder, será problematizada. Esse movimento de crise epistemológica teve dois reflexos: o primeiro foi um transbordamento do conceito de território da geografia para as mais distintas áreas e um uso instrumental do termo. O segundo é uma compreensão do poder para além da figura de um “ator hegemônico” ou personalizado ou localizado, mas compreendido como um aspecto relacional.

Vamos analisar brevemente o primeiro reflexo. O território é um conceito fundamental na antropologia, mas não peçam para geógrafos e antropólogos dizerem qual é a definição de território em um mesmo jantar. Na antropologia o conceito está vinculado à dimensão cultural e das relações sociais. São elas as que orientam a análise sobre a noção de território, como vimos em trabalhos antropológicos como o de Gregory Bateson. Poderíamos também mencionar a dimensão cultural para as acepções de território em autores como Leví-Strauss, Viveiros de Castro, Roberto da Matta ou Gilberto Freyre. Apesar das gigantescas diferenças entre eles, todos partem da análise antropológica da cultura como o primado das relações

humanas. Como vimos em Bateson, a compreensão da relação entre espaço e poder se deslocaram para uma relação entre espaço, poder, cultura e sóciotécnica – ou técnica como materialização de aspectos da cultura – algo em que a antropologia avançou enquanto a geografia não atinou. Essa diferenciação na compreensão do termo território pode ser observada em outras áreas. Na sociologia, o espaço está profundamente relacionado às interações entre pessoas e suas instituições. Já na biologia o território assume um aspecto comportamental, interacional e ambiental dos animais.

Nesse contexto, o mapa, ferramenta por excelência da geografia moderna, até então considerado como espécie de fotografia da espacialidade, foi aos poucos sendo apontado como insuficiente para estudar as dinâmicas espaciais. Um psicólogo da Escola de Palo Alto, Alfred Korzybski, que resumiu como a ideia de espaço moderno passava a ser questionada por meio da frase “o mapa não é o território” (1994). Outra crítica, pela via literária, veio de Jorge Luís Borges, que na alegoria do censo do rei em busca por seu mapa completo do reino, discute o paradoxo de um mapa na escala 1:1, ou seja, quanto mais preciso, mas difícil de ser apreendido em uma representação simbólica.

É nesse contexto que Claude Raffestin (1996) representou um importante deslocamento para compreender a espacialidade a partir das relações microfísicas de poder. Inspirado em Foucault, o geógrafo franco-suíço formulou, na década de 1980, uma nova ideia de geografia política e assim evitou certas concepções da geopolítica militaresca. Graças a Raffestin se abriu uma série de novos estudos sobre o território. Em entrevista, Francisco Klauser (entrevista G1 e G2), ex-aluno de Raffestin, pontua sobre essa dimensão:

Então é esse tipo de dinâmica [relação de poder pontual] muito mutável e uma forma em constante evolução de se relacionar com os outros. É exatamente isso que Raffestin diria, é assim que o território se trata. E ele tem um artigo maravilhoso, acho que ele escreveu em 1986, sobre língua e território. Ele chama esses dois de meta mediadores. Ele diz que, basicamente, território e linguagem estão sempre presentes dentro do tipo de constituição das relações humanas.

Raffestin passa não apenas a identificar o poder relacional, mas também o que ele chama de meta-mediadores, ou seja, processos e *dispositivos* que vão ser organizadores das manifestações de poder. Análise surgida logo depois que o geógrafo Manuel Castells (1999) aprofundou justamente esse papel da informação como primado econômico e mostrou a importância da comunicação não apenas do debate público ou do gerenciamento da produção, mas como organizadora das dinâmicas produtivas e socioespaciais como um todo. O território físico e “material”, objetivado dos mapas da modernidade, teria sofrido uma série de questionamentos também por parte de outras vertentes, ora de cunho neoliberal, ora pós-

estruturalistas, ora dos estudos culturais. A noção de território cada vez mais é problematizada pelas tensões que a revolução técnica da telecomunicação e da digitalização de preceito cibernético impôs a certos parâmetros de distância e velocidade que até então haviam se mantido como universais.

Para essa percepção nos apropriamos da reflexão profunda de Paul Virilio e do *Espaço Crítico*, em que ele expõe como as mediações e os mecanismos técnicos de informatização vão alterar profundamente a noção de espaço-tempo. Mais que isso, Virilio identificou o fim de paradigmas até então consagrados da geografia moderna, como o binômio rural x urbano e uma reformulação da ideia de cidade, antes compreendida como um “dentro” urbano e um “fora” rural e propôs um espaço sem um limite. Virilio é importante na medida em que a sua compreensão da *superfície-limite* e da *interface* obrigam a uma profunda inflexão em certos preceitos como paisagem, projeção cartográfica e escala.

A partir da crise dos paradigmas da geografia moderna que Innis vai desenvolver a sua ideia de *sistema dinheiro* e Milton Santos vai falar de *forças centrífugas*. A compreensão da velocidade como vetor de relação espaço-tempo é outra contribuição fundamental de Virilio e que nos é extremamente cara, pois orienta as transformações contemporâneas sobretudo se pensarmos o processamento da eletrônica e a relativização das noções de distância pelas redes de telecomunicação e pela internet.

Ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Marc Augè demonstrará em *Não Lugares (1994)* como *shopping centers* e aeroportos, espaços de passagem, vão ganhando importância e centralidade, assim como as rodovias, por serem lugar de ligação e de fruição pontual para o carro, levando o autor a analisar a *desterritorialização*. Um conceito fundamental para compreender dois aspectos da midiatização pelo digital: a primeira é que ela permitiu a emergência, nos anos 1980, 1990 e 2000, da percepção espacial a partir de uma dualidade entre real x virtual. A esquizofrenia espacial dessa proposição, que se impôs ainda mais com a internet, ainda causa profundas inflexões e conflitos, como a diferença entre os comportamentos e atitudes cotidianas nas interfaces digitais e os das vidas diárias. Talvez agora, com maior distanciamento histórico, possamos ver esses processos menos como desterritorialização do que como reconfiguração territorial, ou seja, *reterritorialização*. Nessa dinâmica, a arquitetura neoliberal se inseriu em um processo conduzido pelas corporações, pelo mercado imobiliário e pelos meios de comunicação eletrônicos e digitais. Todos os fatores que Augè observou nos anos 1970 e 1980, a partir da emergência do neoliberalismo, puderam ser percebidos, *mutatis mutandis*, como repetição, em que uma nova espacialidade, a das plataformas e da algoritmização. Um indicativo desse processo é a crise e inflexão do *shopping center*, cada vez

menos sedutor como modelo. Essa alteração intensificou, sobretudo após a pandemia de Covid-19, a crise dos centros urbanos como espaços de fluência e fluidez, criando as *idades rosquinhas* (*Doughnut Cities*) em que a noção de subúrbio estadunidense e o uso ostensivo do automóvel particular teriam assumido a centralidade da dinâmica urbana.

A importância de Augé é justamente apontar uma tendência das forças produtivas do então recente neoliberalismo para uma desterritorialização das lógicas vigentes, trazendo novas circulações e dinâmicas. Tal processo pode ser percebido em vários aspectos, nos discursos da globalização e tentativa de estabelecer uma dualidade mediada e não conflituosa entre Global e local, e, como já vimos, o *glocal*. Ou então por meio das ideias do Vale do Silício sobre virtualidade, ciberespaço, entre outras.

Em todas, se analisarmos pela perspectiva da acumulação flexível de David Harvey, representaram tentativas de aumentar a fluidez de produtos e serviços pela informatização e telecomunicação. Nesse contexto a noção de território, assume uma nova dimensão técnica e simbólica a partir da década de 1990, quando a informação passou a objetivar e racionalizar – via planejamento urbano, mas sobretudo pelo mercado imobiliário – os fluxos e as subjetivações flexíveis dos yuppies e do consumo, a fruição econômica e uma nova dinâmica de circulação de valores.

Para além da noção de interface, a captura do espaço e a sua crescente midiaticização repercutiram, segundo Virilio, para outro aspecto que nos é central: a captura organizada e para fins de comércio por equipamentos técnicos. Embora tenha escrito em 1980, ele avaliou como a plataforma e a algoritimização do *machine learning*, ainda incipiente naquela época, se mostravam essenciais para a dinâmica social. Uma constatação que, por outros caminhos, Philip Agre, nos primeiros anos da década de 1990, chamou de *economia política da captura*. Mas voltemos a Virilio e a questão de um novo regime de produção coletiva da noção de sensível:

Hoje é esta visão de mundo dominada pela *ortodoxia ortogonal* que se perde em uma aprecepção na qual a noção de dimensão física perde progressivamente seu sentido, seu valor analítico enquanto decupagem, desmontagem da realidade perceptiva, em benefício de outras fontes de avaliação eletrônica do espaço e do tempo que nada têm em comum com o passado.

A partir de agora assistimos (ao vivo ou não) a uma COPRODUÇÃO da realidade sensível na qual as percepções diretas e midiaticizadas se confundem para construir uma representação instantânea do espaço, do meio ambiente. [grifo nosso] (...) A observação direta dos fenômenos visíveis é substituída por uma *teleobservação* na qual o observador não tem mais contato direto com a realidade observada. Se este súbito distanciamento oferece a possibilidade de abranger a mais vastas extensões jamais percebidas (geográficas, planetárias), ao mesmo tempo revela-se arriscado, já que a ausência da percepção imediata da realidade concreta engendra um desequilíbrio perigoso entre o sensível e o inteligível, que só pode provocar erros de interpretação tanto mais fatais quanto mais os meios de teledetecção e telecomunicação forem performativos, ou melhor tele performativos. (Virilio, 2014 p26).

Um problema que afetará diretamente a forma como percebemos as coisas no espaço, ou mais, como a nossa percepção pode ser induzida a compreender:

O desequilíbrio entre informação direta de nossos sentidos e a informação midiaticizada das tecnologias avançadas é hoje tão grande que terminamos por transferir nossos julgamentos de valor, nossa medida das coisas do objeto para a figura, da forma para sua imagem, assim como dos episódios da nossa história para a sua tendência estatística, de onde o grande risco tecnológico de um delírio generalizado de interpretação (idem, p48).

Algo que remete à forma de se estar-no-mundo pelo digital e pelas interfaces, que remete ao *Aleph* de Borges da epígrafe do primeiro capítulo. Afinal, para observar todo o mundo pelo Aleph, é necessário estar trancado interagindo com uma interface, o que Virilio chamou de *escritório-visor*.

Terminamos, por fim, com mais uma passagem longa de Virilio em que são apontadas as possíveis consequências da algoritmização e do aprendizado maquínico na captura utilitarista das percepções e das sensações com processamento *telemediado*, ou seja, maquínicos já estavam sendo vislumbradas:

Desde as imagens mentais (*imago, loci...*), passando pelas imagens ocular, binocular e ótica, imagens gráficas, fotográficas, cinematográficas e videográficas, passando pelas da holografia e da infografia, até esta última ideografia (imagem mental reencontrada no espelho das tecnologias avançadas) que culmina a reversão efetuada pela radioscopia e pela endoscopia ao nos deixar ver, não somente nossos órgãos internos, mas também nossos próprios pensamentos, nos encontramos na presença de um verdadeiro caleidoscópio, depósito de imagens, de figuras, cuja coerência jamais questionada, persuadidos que estamos desde o *Quattrocento* da unidade do real e de sua representação. Na verdade, em breve seremos obrigados a realizar uma dilacerante revisão de nossos conceitos figurativos. Uma tal "reconstrução" não deve aliás ser responsabilidade única dos físicos, dos filósofos, mas também dos arquitetos, urbanistas e outros geômetras, já que aquilo que se produz hoje na interface homem/máquina, a superexposição de telas, se produz também no face a face homem/ambiente, a exposição da visão imediata.

Se, na física do infinitamente "pequeno", a aparência das superfícies esconde uma transparência secreta, uma espessura sem espessura, um volume sem volume, inversamente, a física do infinitamente "grande", as maiores distâncias de tempo e as mais vastas extensões não mais ocultam a visão direta, a ponto de a percepção dos fatos dar lugar a fatos de percepção sem precedentes que reajustam os dados da consciência, mas cuja realidade sensível não pode mais ser apreendida. (Virilio, 2014; p.110).

O que nos assombra é que a visão, tão fundante para a perspectiva, a representatividade e a noção de sujeito da modernidade desde o *Quattrocento* é, desta forma, implodida e assume então esse caleidoscópio contemporâneo que é a subjetividade neoliberal plataformizada.

Exemplos com indícios desses efeitos na dimensão territorial já podiam ser identificados antes da formulação do termo midiaticização, nos momentos de conflito entre “o mapa e o território”, entre o representado e o experimentado, o que não são necessariamente casos novos.

Trata-se de uma discussão em que a representação simbólica se desloca de uma materialidade e de um equilíbrio, para um constante desvio, uma deriva que pode chegar ao delírio e à disjunção cognitiva, que Cesarino (2022), por caminhos distintos do nosso, aponta. Tal processo, muito associado ao campo da psicologia e da saúde mental, que aqui não temos condição de aprofundar, pode ser percebido de tempos em tempos quando representação e governamentalidade da ordem econômica e política entram em dissonância.

Há momentos de curto-circuito simbólico e de práticas estabelecidas. Exemplos: Dom Quixote de Cervantes e sua *deriva* da literatura cavaleiresca. Ou então o moleiro Mennochio, de Ginzburg (2011), e a sua leitura derivada da bíblia. Outro caso emblemático foi o Caso Dreyfus, na França, e a dissonância coletiva que Richard Sennett analisou e que já citamos anteriormente. Podemos ainda colocar Orson Welles e a sua alucinante invasão alienígena, mas também a relação das pessoas com os filmes, como retratado por Woody Allen em *A Rosa Púrpura*. Todos são exemplos de confusão entre os limites das mediações e de efeitos não esperados dessas mídias na hora que se materializam na territorialidade.

5.1.3. A Mdiatização se territorializa

O prócer da ficção científica, Isaac Asimov, descreveu, em 1960, um planeta tão urbano e complexo que cada pessoa precisaria contar com um equipamento imprescindível a uma nova realidade urbana: um cristal que brilharia com maior ou menor intensidade à medida que a pessoa se aproximasse ou se afastasse da rota para chegar a um destino estabelecido. Qualquer semelhança com o gps de smartphone é mera coincidência? Asimov, em tom profético, como recomenda a boa ficção científica desde Jules Verne, identifica o surgimento dessas tecnologias e as associa a processos que se intensificam em determinadas épocas. Uma delas foi após a Segunda Guerra Mundial e uma acelerada urbanização que conformou em poucas décadas as megalópoles de meados do século XX, criando cidades de tamanho até então sem precedentes, que passaram a articular espaços em seus entornos (as zonas metropolitanas e os subúrbios)⁵¹. É no final da década de 1980 e meados de 1990 que esses arranjos das cidades metrópoles dão espaço a outras formas de cidades, que se articulam e influenciam em escala continental e planetária. Seguindo no âmbito da utopia urbanística, o escritor de ficção científica cria imagens de futuro (Sanz; Pessoa, 2020)⁵², sendo uma delas famosa e impactante: um planeta-cidade – a

⁵¹ Par aprofundar sobre o transbordamento do urbano, utópico, das economias avançadas, ou distópico, das cidades do terceiro mundo, ver: Davis, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

⁵² Para uma discussão sobre construções de imagens de futuro ver Sanz, Cláudia; Pessoa, Mirela. Imagens do futuro: Risco e responsabilização na gerência neoliberal do amanhã. In: *Tempo Social*, V. 32 N. 2 (2020), pp.259-260

famosa Trantor, idealizada em 1949, a cidade que ocupa todo um planeta da Trilogia *Fundação* (Asimov, 2019).

Algo inerente à noção de cidade de Asimov, considerando os processos de urbanização do século XX e início do século XXI, apontam para uma complexificação do tecido urbano, da diversificação de tarefas, de divisões de trabalho, desde a pólis na *República* de Platão (2018), passando pelo “bom governo” do Reino, em *O Príncipe* (2010), de Maquiavel, ou na boa organização das nações, como a ilha Utopia de Thomas More (2004). Assim como para cada momento de crise da representação (Quixote, Mennochio, Caso Dreyfus) emergiu uma nova forma de se comunicar, em cada época que as mudanças sociais emergiram outros arranjos urbanos e sobretudo outros receituários do que deve ser uma boa cidade foram prognosticados. Em comum a todos estes receituários de cidade vem o fato de se apresentarem formas da divisão social e espacial do trabalho em uma dimensão até então inimaginada.

As formações das cidades contemporâneas⁵³ foram influenciadas por imagens potentes como a de Marshall McLuhan, que classificou as telecomunicações como o sistema nervoso elétrico de uma cidade de escala planetária. A ideia de cidade global, em Asimov e McLuhan, dialoga com a imagem da *ecumenópole*, do arquiteto e urbanista grego Constantinos Doxiadis, desenvolvida em 1967, e que aponta para uma tendência da época. Doxiadis identifica que as cidades estariam extrapolando as metrópoles nacionais em tamanho e superando as chamadas megacidades, ou megalópoles, em novas funções e atribuições em relação a outras cidades. De acordo com o arquiteto grego e projetista da capital do Paquistão, Islamabad, as conurbações estariam criando cidades articuladas entre si, capazes de influenciar não apenas localmente, regionalmente ou nacionalmente, mas estendendo a sua influência, a partir da segunda metade do século XX, por todo um continente. Estas formas de cidade tenderiam a reunir uma rede de metrópoles em uma cidade central continental, a *eperópole*, então em construção desde a segunda metade do século XX, e superariam, ao final do século XXI, as metrópoles e as megalópoles que conhecemos.

A relação entre expansão das cidades e os equipamentos e protocolos de comunicação começa a ser pensada na mesma década em que é publicada a primeira edição de uma obra paradigmática no campo da Comunicação Social: *A Galáxia de Gutemberg*, cuja primeira edição remonta ao ano de 1962, quando Marshall McLuhan vai pela primeira vez falar sobre *aldeia global*:

⁵³ Para ver a história das cidades: Lewis Mumford, *La Ciudad en La Historia* (2014) e a crítica a essa importante obra feita por Edward Soja em *PostMetrópolis* (2008)

[...] certamente as descobertas eletromagnéticas recriaram os “campos” simultâneos em todos os afazeres humanos de tal forma que a família humana existe agora sob a condição de uma “aldeia global”. Vivemos em um único espaço ressonante com tambores tribais. De tal forma que a preocupação com o “primitivo” hoje é tão banal como a preocupação do século XIX com o “progresso” [...]
A nova interdependência eletrônica recria o mundo à imagem de uma aldeia global. (McLuhan, 1962, p.31).

Na obra, o canadense avalia os *media* para além dos meios de comunicação, inaugurando uma forma de lidar com as mediações técnicas e tecnológicas, e a relação com duas categorias espaciais até então contraditórias: McLuhan vai unir a noção de micro, aldeia, com a ideia do macro, o globo terrestre. O autor identifica e extrapola um processo, iniciado com a imprensa, símbolo do início da modernidade, que no século XIX, com os meios de transportes aliados ao telégrafo⁵⁴ (figura 15), seguidos pelo cinema e pelo rádio, seriam os primórdios de um processo maior. Algo que, com as redes internacionais de telefonia, estaria constituindo uma conformação dos fluxos de pessoas, mercadorias e mensagens em uma nova escala, agora planetária, dada a velocidade da comunicação gerada pelos dispositivos elétricos e sua velocidade de transmissão.

Figura 16 - Londres e as redes de telégrafos como aspecto central do funcionamento do Império Britânico.



Fonte: MacDonald (Max) Gill (1884-1947). Cable & Wireless Great Circle Map. Litografia em cores, 1945, impresso por Edward Stanford Ltd., Londres *apud* CHRISTIES (<https://www.christies.com/en/lot/lot-5677915>, acesso em 15/11/2021).

⁵⁴ Para esse tema ver os estudos de Innis sobre a formação do Canadá enquanto nação e como a integração do território canadense possui relação com a implantação das ferrovias e os telégrafos.

Saskia Sassen (2001, pp. 3-4) relaciona então a organização da atividade econômica e as novas configurações urbanas que se estabelecem após 1960, que segundo ela são “espacialmente dispersa e ainda assim integrada globalmente”⁵⁵. No livro *The Global City – New York, London, Tokyo*, a autora defende a tese de que, na década de 1990, “[...] a dispersão territorial da atividade econômica atual cria a necessidade de controle central expandido e administração”. (*ibidem*, p. 4)⁵⁶. Argumento que será aprofundado em *Global Networks Linked Cities* (2002), ocasião em que Sassen, como organizadora da coletânea de mesmo nome, mobiliza pesquisadores para analisar a relação das cidades com uma nova organização espacial em que as TICs desempenhariam um papel central na organização de empresas, em uma profunda reestruturação de fluxos e processos de produção e circulação.

A materialização física das mídias está relacionada com as lógicas de produção nas quais as cidades, articuladas em rede, assumem importância fundamental. Ainda que falemos de países, são as cidades de escala nacional, as metrópoles, o *locus* do agenciamento e da organização dos modos de se pensar e implementar as técnicas que se relacionam às formas de ampliação dos mercados e de otimização dos fluxos.

Uma reflexão que Milton Santos enfatiza em *Natureza do Espaço* (2008a). Segundo Santos, até a antiguidade os seres humanos tiveram com o meio natural relações determinantes para sua existência. O pensamento religioso e uma ordenação pela lógica da natureza dádiosa e voluntariosa emergem neste contexto. Com as ferramentas do meio técnico e a capacidade do ser humano de usar artefatos para moldar seu entorno, Santos mobiliza, ainda que de forma crítica, Mumford, Simondon e Leroi-Gourhan, como autores que participam de um esforço para uma compreensão crítica da dimensão técnica e tecnológica. Sobre a importância da técnica ele cita Bernard Stiegler:

Ao se naturalizar, ao engendrar seu próprio meio, o objeto escapa do fenômeno da hipertelia, que limita sua indeterminação ao torná-lo dependente de um meio artificial. A hipertelia é uma ‘especialização exagerada do objeto técnico’ que o desadapta em relação a uma mudança ainda que ligeira, que sobrevenha nas condições de utilização ou de fabricação” (Stiegler, 1994, p. 92 *apud* Santos, 2008a, p. 39).

⁵⁵ “The point of departure for the present study is that the combination of spatial dispersal and global integration has created a new strategic role for major cities. Beyond their long history as centers for international trade and banking, these cities now function in four new ways: first, as highly concentrated command points in the organization of the world economy; second, as key locations for finance and for specialized service firms, which have replaced manufacturing as the leading economic sectors; third, as sites of production, including the production of innovations, in these leading industries; and fourth, as markets for the products.” (Sassen, 2001, pp. 3-4)

⁵⁶ “[...] creates a need for expanded central control and management.” (Sassen, 1991, p. 4).

Em um determinado momento, a humanidade teria desenvolvido a capacidade de criar artefatos mais complexos, as máquinas. Essas últimas, ferramentas que encerram em sua forma a noção de inventividade e de pensamento abstrato (matemática, contabilidade, engenharia, cálculo etc.), são objetificações de uma mudança do ser humano no modo de ver o mundo e as materializações de uma era, na qual se inauguraram uma forma de agir e viver com um forte componente não apenas instrumental, mas com um método de verificação: a ciência moderna. Uma mudança relacionada à revolução industrial e aos desenvolvimentos de máquina que foram além das ferramentas como extensão do corpo, “mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses”:

Os objetos técnicos, maquinicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos são *locus* das ações superiores, graças a sua superposição triunfante às forças naturais. (*ibidem*, p. 237).

Esta linha de raciocínio levou Santos então a formular a compreensão de que nossa atualidade seria marcada por outra profunda transformação de apreensão mundo e de como viver nele. O geógrafo afirma que, desde meados do século XX, as relações e atitudes humanas passaram a contar com uma nova racionalidade, além da interação com a natureza, com as ferramentas e as máquinas criadas pela ciência, sobre uma dimensão outra: a informacional. O geógrafo vai chamar esta espacialização dessas relações dos seres humanos com seu entorno de *meio técnico-científico-informacional*.

A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado devem ser encaradas conjuntamente [...] nesse período os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais. [...] Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*. [...] Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. (*ibidem*, pp. 238-239).

É justamente esta forma de se *estar no mundo*, com esta relação entre técnica, tecnologia, informação e mediações com o espaço e o território, que as pessoas vivem e encontram em nossa contemporaneidade. Esse problema, geral e amplo – da relação das formas de mediação entre pessoas, espaços, ambientes, culturas, tecnologias, técnicas, discursos, procedimentos, métodos e objetos – é uma questão que os seres humanos vivem intensamente, se pensarmos nas implicações da tecnociência e dos sistemas de pensamento que, desde o século

XIX, com a contundente crítica de Heidegger, por um lado, e de Nietzsche, por outro, mostram os limites da lógica iluminista.⁵⁷

Retornando a Milton Santos, são mudanças nas formas de interagir com o mundo exterior e com as formas de subjetivações que produzimos durante o viver, destes *milieux*, ambientes, marcados por mediações que temos experimentado na atualidade, em que a lógica da informação se impõe.

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida das relações. Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem[...] (*ibidem*, p. 240).

Interações que se desenrolam nos mais distintos âmbitos, tendo sempre como referência ações de comunicação que criam *ecossistemas informacionais*⁵⁸ banalizados em plataformas, que ganham visibilidade com o desenvolvimento das mediações técnicas e tecnológicas e que hoje apontam para o termo decorrente destas mediações por dispositivos tecno-mercadológicos: a midiaticização. Uma gama de aplicativos, plataformas e “soluções” se encontra sempre ao alcance das mãos e de nossos bolsos. Os aparelhos celulares são desenhados sob o paradigma do *hand held*, novos *Alephs tecnológicos* de cada dia, à medida que, a partir de suas diminutas telas, podemos ter a sensação de conter em nossa mão a totalidade. Esta abstração de um todo, como o mapa é a abstração de uma totalidade espacial, leva a uma utopia moderna de reunir tudo em um só lugar – antes o papel, e, no século XXI, em arquivos digitais.

Estes mecanismos de *alephização* desempenham hoje uma nova forma de fronteira identificada por Paul Virilio (2014): a fronteira das interfaces, limites que já existiam e podiam ser identificados nos pórticos das muralhas das cidade antigas e medievais como as primeiras *superfície-limite* (idem, 2014, p. 7): fronteira entre a o caos da natureza e o logos da polis grega; lugar que separa a barbárie da *civitas* romana; ponto de limite entre a selva dantesca e medieval e a segurança da vida social dos burgos.

Virilio (2014, p. 9) se questiona: “[e]m que momento a cidade nos faz face?”. Uma pergunta que, hoje, poderia ser formulada nos seguintes termos: quais são os *access points*, os *gateways*, as portas de entrada, as pontes, as praças, as plataformas – em suma, os locais de

⁵⁷ Para esse tema ver a coletânea *Assassinos do Sol* de Marcio Tavares do Amaral e a história dos paradigmas filosóficos ocidentais, que, com Heidegger e Nietzsche vivem uma inflexão que, segundo Tavares do Amaral, reflete na crise do projeto de sociedade ocidental vivenciado pela Europa pós iluminista.

⁵⁸ Para a noção de informação e ecossistemas para além da biologia, ver *Tecnodiversidade*, de Yuk Hui e o paradigma cosmológico da modernidade iluminista de mundo como um sistema divino, depois maquínicos, e atualmente orgânico e recentemente “ambiental”.

interação contemporâneos? Em *O Espaço Crítico*, publicado em 1984, Virilio identifica a formatação de uma espécie de espaço virtual onde a presença se dá por meio das interfaces. Ele inclui dimensões do cercamento que sobrepõem três dimensões. A primeira é o cercamento da natureza do caos para a construção da pólis; da distinção entre o espaço da selva escura de Dante e o ideal da *cidade de Deus* agostiniana, à lógica da ordem da cidade cuja membrana e fronteira eram as muralhas antigas e medievais (*wall*).

O segundo é o cercamento que cria as fronteiras nacionais e as fronteiras individuais, o cercamento das terras comunais no campo (*enclosures*) e as grades e muros das propriedades nas cidades; o estabelecimento das fronteiras dos Estados-nação, necessárias para consolidação do Estado moderno e seu *lebensraum*, como vimos. Trata-se do cercamento do trabalho cooperativo fundamental para os burgos, primeiro por suas guildas, irmandades, corporações de ofício, inicialmente, e, posteriormente, pelas indústrias.

E uma terceira dimensão de cercamentos e cerceamentos, encontrada na atualidade, é a que exclui usuários da dimensão digital e os cidadãos do digital, os *netizens*, que convivem em uma interface entre as muralhas virtuais (*firewalls*), áreas restritas com conteúdos exclusivos (*check points, captcha, login*), monitoradas por câmeras de vigilância, tornozeleiras eletrônicas e GPS, entre outros dispositivos de controle.

5.1.4. Interface, fratura morfológica e hipermediatização

A relação entre mídia e a noção de *self* vai ter também um desdobramento significativo no que diz respeito a midiatização pela noção de interface e a percepção do território. Retornemos a Paul Virílio e o conceito de superfície-limite, definida como: “uma interface entre dois meios onde ocorre uma atividade constante (..) sob forma de troca entre as duas substâncias postas em contato.” (p 12). Esta forma de ver o espaço, entre a subjetividade neoliberal e as sujeições da cibernética, produz um deslocamento do entendimento de espacialidade, o entende como local de troca, de fluxos, de deslizamentos, mas em um local sem profundidade, apenas esquemático e representacional.

Se o espaço é tudo aquilo que impede que tudo esteja no mesmo lugar, este confinamento brusco faz com que tudo, absolutamente tudo, retorne a este “lugar”, a esta localização sem localização... (...)A instantaneidade da ubiquidade resulta na atopia de uma interface única. Depois das distâncias de espaço e de tempo, a distância velocidade abole a noção de dimensão física. A velocidade torna-se subitamente uma grandeza primitiva aquém de toda medida, tanto de tempo como de lugar. (idem, p14).

Portanto, tudo agora que não pode estar em todos os lugares existe em um não-lugar onde estão reunidas todas as coisas, ou, ao menos, as suas representações. E como no mito da caverna de Platão e a questão do mundo real e o mundo das ideias, das representações, Virilio

não titubeia e vaticina: “ao invés de fronteiras físicas, *zonas de sombra* eletrônica” (idem, p14). Ele aponta para uma fragmentação da percepção do tempo. Cita então a câmera e a técnica de difração para mostrar as várias formas desconexas de se representar a realidade, sempre por meio de dispositivos técnicos como o endoscópio e a ressonância magnética que permitem “ver” o interior do corpo, alterando a ideia de opacidade e ampliando a lógica da visibilidade e da transparência já não apenas para objetos, mas para corpos (ibidem, p14).

Então a discussão se volta mais para a arquitetura vista, porém, como “conjunto de sistemas de comunicação (...) (automóvel, audiovisual, etc.)”, para mostrar que é preciso, ao se investigar as técnicas, analisar tanto as técnicas de construção como:

“à construção de técnicas, o conjunto de mutações espaciais e temporais que reorganizam incessantemente, com o campo do cotidiano, as representações estéticas do território contemporâneo” (ibidem, p 16).

Nesta parte da obra, após se deter na questão da incapacidade da arquitetura em ser um elemento capaz de oferecer representações da realidade, o autor vai apontar para uma questão central: o desequilíbrio de informação como algo fundante do novo espaço percebido:

O desequilíbrio crescente entre a informação direta e a informação indireta, fruto do desenvolvimento de diversos meios de comunicação, tende a privilegiar indiscriminadamente toda informação mediatizada em detrimento da informação dos sentidos, fazendo com que o *efeito de real pareça suplantar a realidade imediata*. A crise das grandes narrativas da qual nos fala Lyotard denuncia aqui o efeito das novas tecnologias, que enfatizam mais os “meios” que os “fins”. Às *grandes narrativas* da casualidade teórica sucederam-se assim *pequenas narrativas* de oportunidade prática e, finalmente, as *micronarrativas*, da autonomia. (ibidem, p.20).

Aqui surge pela primeira vez no livro o termo “mediatizada” para falar de uma informação adquirida por meio dos dispositivos técnicos comunicacionais, mas no sentido de que a informação foi apreendida indiretamente. Tal apreensão vai apontar para uma perspectiva de micronarrativa. É interessante ler Virílio em 2019, quando chega a ser óbvio a importância do Twitter como dispositivo formador do espaço político e dispositivo de poder fragmentador deste tipo de abordagem da informação como produtora de fatos em profusão como caleidoscópios, que compõem fractais em segundos, mas que os desfaz a qualquer perturbação. O autor aprofunda o ponto e brilhantemente correlaciona a crise da narrativa, da noção de história moderna com a perda de uma segurança e certeza calcada no espacial, que a geometria euclidiana e a perspectiva renascentista assentavam. Uma vez que esses dois pilares da ideia de espaço são implodidos, as condições de construção de narrativas são também afetadas:

A questão que se coloca portanto, não é mais a da “crise da modernidade” como declínio progressivo das ideias comuns, profundação do sentido da História, em benefício das narrativas mais ou menos restritas ligadas ao desenvolvimento autônomo dos indivíduos, mas antes a questão da *narrativa* em si, ou seja, de um discurso ou modo de representação oficial, herdeiro da Renascença e até o momento ligado à capacidade universalmente reconhecida de dizer, descrever e inscrever o real.

Desta forma, a crise de noção de “narrativa” se mostra como a outra face da crise da noção de “dimensão” como narrativa geométrica, discurso da mensuração de um real visivelmente oferecido a todos.

A Crise da narrativa do grande bem como do pequeno. Desinformação em que a desmesura e a incomensurabilidade estariam para “pós-modernidade” assim como a resolução filosófica dos problemas e das imagens (pictural, arquitetural) estiveram para o nascimento das “luzes” (ibidem, p.20).

É nesse contexto de crise da narrativa que o autor argumenta que, na verdade, trata-se de uma crise da noção de dimensão, de uma crise do inteiro. Se antes o espaço ele era “substancial, homogêneo, herdado da geometria grega arcaica” (ibidem, p 19):

Agora espaço acidental, heterogêneo, em que as partes, as frações, novamente tornam-se essenciais, atomização, desintegração das figuras, dos referenciais visíveis que favorecem todas as transmigrações, todas as transfigurações, mas sempre a custo da topografia urbana assim como a paisagem e o solo pagaram o preço da mecanização dos empreendimentos agrícolas. (...) Há muito a transparência tomou lugar da aparência. (ibidem p.21).

E então nesse novo espaço fracionado atomizado, a tela é o *lugar comum* [grifo nosso] a “encruzilhada de todos os meios de comunicação de massa” em que a “imagem estável” (estática) da foto, das telas de pintura, vão gradativamente dando lugar às “imagens instáveis” do cinema, das performances artísticas, confluindo para uma nova forma de retratar e construir a realidade, em um espaço-tempo sintético dos *shoppings* ou até “(...) em um prenúncio da urbanização megalômana da Disneylândia (...)” (ibidem, p.21).

Se antes a imagem fazia ver, agora as imagens instáveis permitem: “sorver”, fazem fruir. Um efeito que, para Virilio, está relacionado com a percepção do voo, que chegam no início do século XX, promovendo “um reajuste do real e de suas representações”. Neste novo contexto a política (e o jornalismo) lida com fatos, mas também percepções, que estão continuamente deslocando sentidos em uma fratura morfológica:

Abolição das distâncias de tempo operada pelos diversos meios de comunicação e telecomunicação resultou em uma confusão em que os efeitos (diretos e indiretos) são sofridos pela imagem da cidade, efeitos de torção e distorção iconológicas cujas referências desaparecem: declínio da centralidade, perda do significado dos equipamentos industriais, monumentos, sobretudo *referências geométricas*, (ibidem, p 25).

Virilio vai então abordar a centralidade que o paradigma de velocidade adquire, ao ponto de ser considerada uma grandeza primitiva. Ele instala uma nova compreensão espacial em que a antiga noção de um sistema geométrico passam a operar sobre uma nova lógica, na qual a velocidade das telecomunicações, da transferência de informações e imagens vão produzir efeitos diretos e indireto – imediato e *mediatizado* em que ocorre a teleobservação:

A partir de agora assistimos (ao vivo ou não) a uma COPRODUÇÃO da realidade sensível, na qual as percepções diretas e *mediatizadas* se confundem para construir

uma representação instantânea do espaço, do meio ambiente. Termina a separação entre a realidade das distâncias (de tempo, de espaço) e a distanciação das diversas representações (videográficas, infográficas). A observação direta dos fenômenos visíveis é substituída por uma teleobservação na qual o observador não em mais contato imediato com a realidade observada.

Se este súbito distanciamento oferece a possibilidade de abranger as mais vastas extensões jamais percebidas (geográficas ou planetárias), ao mesmo tempo revela-se arriscado, já que a ausência de percepção imediata da realidade concreta engendra um desequilíbrio perigoso entre o sensível e o inteligível, que só pode provocar erros de interpretação tanto mais fatais quanto mais os meios de teledetecção e telecomunicação forem performativos, ou melhor: *teleperformativos*. (26)

É importante notar que esta teleobservação vai permitir uma maior visibilidade e maior raio de atuação, mas também uma comunicação mais superficial em que a percepção presencial perde força ao mediado, gerando efeitos na capacidade de interpretação dos fatos. Portanto, aqui Virilio aborda o conceito de mediatização a partir do par imediato mediado. Embora seja um dos primeiros atores a utilizar o termo, é interessante observar que ele não tem um caráter conceitual, aparecendo de forma incidental. Tal fato se repete quando Virilio sustenta que a “Mediatização cada vez mais forte dos conhecimentos científicos esta eliminação da consciência imediata, (...) esta pós-ciência não seria uma forma de guerra?” (ibidem, p32)

Em *O Espaço Crítico*, as propostas apresentadas estão compactadas em poucas páginas e, embora o autor seja claro, pela originalidade de suas teses, a leitura se faz mais lenta. Ao fim do primeiro capítulo, Virilio destaca um aspecto fulcral para a noção de mediatização e os desdobramentos deste fenômeno na sociedade:

Diante desta evicção caracterizada da observação direta, diante deste “diagnóstico automático”, esta mediatização cada vez mais forte dos conhecimentos científicos, esta eliminação da consciência imediata e finalmente das figuras do pesquisador e do trabalhador, poderíamos nos perguntar se esta “pós-ciência” não seria uma forma insidiosa da guerra, uma guerra pura (intelectual e conceitual) (ibidem, p 37).

Há, no trecho acima, um diagnóstico preciso, mas que não tenha talvez recebido a devida atenção sob um efeito colateral da hipermediatização que hoje vivemos intensamente e que fora prognosticada em 1984. A crise de representatividade não estaria relacionada com as relações cada vez menos diretas e cada vez mais mediatizadas, no sentido de mediadas por dispositivos técnicos? A crise da ciência, à qual alguns têm chamado de tecnociência, não estaria também neste afastamento dos objetos e na aposta de resultados produzidos por aparelhos que, como diria Latour e Woolgar em “Vida de Laboratório”, estariam retroalimentando uma espécie de fenomenotécnica (Bachelard apud Latour & Wolgar, 1997)?

Virilio mostra a importância de compreender como a tecnificação de vários aspectos da vida cotidiana contemporânea está produzindo mudanças de paradigmas, alterações psíquicas e novas formas de compreensão do mundo que ainda não foram devidamente analisadas. A

tarefa que se impõe é profundar os estudos sobre midiaticização não apenas como algo restrito ao campo da comunicação, mas imanente a todos os meios de viver existentes

5.2. A contribuição de Milton Santos: os usos do território

Em 1996, Milton Santos publica a primeira edição do que é considerada a sua *magna opus*: *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Espaço e Razão*. Dentre uma série de contribuições para os estudos da epistemologia e da ontologia do espaço, o livro aborda questões que, a princípio, estariam circunscritas ao campo da geografia. No entanto, passados 26 anos, a obra parece ter transbordado as fronteiras disciplinares, sendo citada recorrentemente entre publicações de pesquisadores das ciências sociais quando se defrontam com a dimensão espacial. À medida que a obra de Milton Santos é apropriada por esses pesquisadores, uma revisão de seu trabalho se faz necessária em decorrência das mudanças que ocorreram desde então.

Desde os anos 1990, particularmente no campo da comunicação, os estudos de mídia têm incorporado conceitos da geografia – escala, centralidade, meio técnico, dimensão regional, entre outros. Ao mesmo tempo, a geografia, em intercâmbio profícuo, tem se debruçado sobre temas até então restritos à comunicação social, como a importância das telecomunicações e da informática como constituinte da nova dimensão espacial, as consequências das redes de comunicação e da produção de significados, e a presença de símbolos e de relações culturais por meio de meios de comunicação analógicos, eletrônicos e digitais, ressignificando a noção de espacialidade.

O intuito é compreender os usos do território na acepção de Milton Santos, no que diz respeito à comunicação social e a seu papel constituinte para a formação do meio técnico científico informacional (Santos, 2008a). Para empreender, ainda que de forma parcial, esse esforço iniciado em 1990, de aproximação entre comunicação e geografia, pretendemos nos concentrar em um conceito específico: o território usado.

No livro *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI* (Santos; Silveira, 2008b), cuja primeira edição é de 2001, encontramos uma interessante abordagem acerca dos usos do território em uma determinada escala (nacional, Brasil) com a finalidade de efetuar uma análise socioespacial em uma perspectiva relacional, em que objetos técnicos e sistemas de ações presentes no espaço criam relações de poder (territórios) por vezes sobrepostas e atuam em escalaridades e temporalidades distintas. Na virada do milênio, Silveira e Santos abrem uma frente para as análises tendo como ponto de partida os usos do território a partir do conceito de meio técnico científico informacional (Santos, 2008b). Os usos do território contam, agora, com

a informação e a comunicação profundamente imbricadas no tecido social e espacial, nos modos de fazer, circular, distribuir, valorar, e se relacionar.

As mediações espaciais, o estudo do espaço enquanto meio, um novo tipo de meio, de *milieu*, gradativamente se tornam centrais para a geografia de Santos. Nos interessa destacar a forte influência do pensamento de Gilbert Simondon e sua análise sobre a tecnologia e os objetos técnicos, assim como o papel estruturante que representa em uma tríplice fronteira: 1) a contribuição da noção de espaço híbrido de Santos; 2) a interseção entre os estudos sociais de tecnologia franceses; e 3) a importância de Simondon para a compreensão de dispositivo e de individualização, que Foucault admite como inspiração para sua noção de relação de poder e como forma de compreender as relações sociais para além do indivíduo.

Neste particular, o geógrafo brasileiro, ao discutir a ontologia do espaço (2008a), opera um deslocamento significativo em que o componente técnico – seja ele materializado por ferramentas, máquinas ou construções, seja pela identificação de procedimentos, protocolos e práticas imateriais, e de certa forma influenciado pela forma de perceber as relações sociais, espaciais e materiais – assume uma nova perspectiva. Santos incorpora à análise espacial a ênfase nas relações sociais encontrada na dialética materialista de seus textos nos anos 1970. Ele incorpora também a influência da teoria ator-rede de Latour e sua noção de relação não apenas entre sujeitos, mas entre agentes humanos e não humanos. Santos também se vale de pesquisadores da história e da filosofia da técnica pela perspectiva heideggeriana da França das décadas de 1970 e 1980 (sobretudo Bernard Stiegler) para demonstrar como o estudo da técnica se dá como processos e como ontologia, para além de uma análise arqueológica, vindo a interpretar a técnica como devir constituinte das relações sociais e subjetivas.

Tais aportes representaram para o geógrafo brasileiro uma ponte epistemológica com autores que foram fundamentais para os estudos de mídia no século XX. Considerando, inclusive, o contato com o geógrafo catalão Manuel Castells e a influência de sua trilogia, *A Era da Informação* (Castells, 1999), temos uma importante chave de compreensão de como a conceituação do espaço geográfico atravessado pela lógica da informação encontra uma encruzilhada em Santos.

Milton Santos compreendeu o crescimento e a dispersão da internet e da telefonia celular como a base material da expansão. A difusão do projeto de tornar esses dispositivos onipresentes foi descrita por ele como um efeito da financeirização do espaço. A Santos devemos uma compreensão crítica do papel das redes de informação e da informática como base material para efetivação dos fluxos e procedimentos do capital financeiro transnacional bem à frente de seu tempo. Um processo intenso que desarticulou equilíbrios, *checks and*

balances do contrato social do *welfare state* do pós-guerra dos EUA e da social-democracia europeia fundada na contradição capital-trabalho, para algo novo que se começava a mapear como neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016).

5.2.1. A midiaticização se territorializa: três estágios

Uma genealogia da territorialização da midiaticização não pode ser separada da relação que os meios de comunicação, as mídias, sobretudo eletrônicas e digitais, a partir do século XX, assumem com a consolidação do capitalismo de massas norte-americano. Propomos entender a midiaticização em três dimensões distintas. Em cada caso a interferência e a intermediação dos meios de comunicação alteram significativamente os processos sociais, econômicos e culturais vigentes.

A primeira entendemos como um processo referente à esfera e ao debate público, à noção de sociedade civil e de cidadania. A segunda como elemento ligado à dimensão econômica, à incorporação dos meios de comunicação de massa e das mídias à lógica capitalista, o marketing, a propaganda, a sociedade de consumo e a indústria cultural. A terceira esfera se relaciona aos processos subjetivos da comunicação como dispositivo organizacional e informacional. A midiaticização enquanto elemento organizador de aspectos psicológicos, afetivos e cotidiano é uma subjetividade “conectada”, produtora de dados e mediada pela noção cibernética de informação.

Na primeira dimensão, remetemos à irrupção do termo, na década de 1970, derivado da mediação e da ideia dos efeitos que a mediação pela televisão causou na esfera pública e no debate político. Essa primeira relação entre meios de comunicação e mídias, que chamaremos de primeira midiaticização, tem seu episódio emblemático no debate político entre Kennedy e Nixon, quando a tv transmitiu um debate político, ou seja, quando pela primeira vez a campanha presidencial sofreu efeito da mídia TV e foi midiaticizado. Etimologicamente o termo irrompe como o processo de sofrer os efeitos da mídia, um processo que se relaciona sobretudo aos efeitos políticos que uma mídia pode provocar. Nessa acepção temos a noção clássica de imprensa, entendida como jornais, revistas, panfletos e magazines, que foram sobretudo usados como invenção técnica pelos burgueses para disputar a hegemonia da esfera pública contra os agentes do antigo regime na Europa e consolidarem seu poder não apenas econômico, mas, desde século XIX, político. Uma dimensão que segue relevante, basta observar os resultados do plebiscito britânico de 2016 e o uso de informações da Cambridge Analytics para atingir o Brexit, bem como o papel de aplicativos como WhatsApp nas eleições brasileiras de 2018.

Uma segunda dimensão se refere ao fenômeno da indústria cultural (Horkheimer; Adorno, *apud* Costa, 1990) ou também chamado de Sociedade do Espetáculo (Debord, 2017). Esta segunda dimensão que, em muitos aspectos, se confunde com a primeira, atribui a processos sociais e culturais o status de uma nova forma de se viver na cidade, de se viver a indústria cultural, o consumo em massas. Uma midiaticização da sociedade não apenas na esfera pública, mas também privada, individual; no consumo, na produção em que o espetáculo, descrito por Debord como uma midiaticização dos hábitos e costumes, assume a centralidade não só do debate político, mas da ordenação da produção capitalista focada no consumo do indivíduo. Como casos emblemáticos dessa dimensão temos a propaganda, tanto comercial quanto política. Esse processo, que marca a consolidação da lógica de relações públicas e da assessoria de imprensa, se vale de estratégias de marketing e estatísticas para associar o aumento de vendas com o uso intencional de técnicas de pesquisa. No caso político, podemos mencionar a campanha para o convencimento da população dos EUA aceitarem o envio de tropas para a 1ª Guerra mundial ou a manipulação de imagens, as campanhas e métodos de propaganda nazista de Goebbels.

Uma terceira dimensão surge na década de 1990, com a consolidação neoliberal, em que o uso do computador e a internet se espraiam em escala mundial. A partir dessa terceira fase todo um aparato técnico é construído sob a ideia guia de mobilidade, criatividade e empreendedorismo. A essa dimensão está a relação da comunicação enquanto parte organizacional da sociedade (Quiroga, 2013) e que Muniz Sodré, por sua vez, vai identificar na ideia de *bios midiático* (2014) uma forma de viver em que o midiático se impõe enquanto dimensão cotidiana dos sujeitos em nosso tempo. O caráter gerencial e estrutural que a caracterizam com a informática e a sua difusão por meio de e-mails, smartphones e redes sociais, em uma mediação em que o componente controle (Deleuze, 2013) assume relevância. Dardot e Laval (2016), por sua vez, vão destacar como se constituiu uma governamentalidade neoliberal baseada no estereótipo de subjetividade dinâmica, empreendedora e capaz de assumir riscos particulares e pensar na mercantilização de aspectos psicológicos de sua individualidade. Essa mediação técnica e simbólica pelo digital é fulcral na contemporaneidade.

Dessa ampla discussão, nos interessa a capacidade que a imprensa, os meios de comunicação e a informação têm de operacionalizar a ideia do sujeito que funciona enquanto um nó na rede de um fluxo contínuo de informações. As três dimensões da midiaticização são centrais enquanto intermediações entre uma base técnica e um ordenamento ideológico hoje conduzido pela lógica da informação e que, gradativamente, transferem uma dinâmica de comunicação organizacional para uma forma idealizada de sujeitos empresários, de

subjetividades organizadas por meio do gerenciamento das informações. Ou, nas palavras de Foucault (2008), capaz de produzir governamentalidades profundamente arraigadas em nossa contemporaneidade, imbuídas de ideias como (citando alguns clichês elucidativos) “aldeia global” (McLuhan, 1974), “pensar global, agir local”, ou o slogan de certa companhia telefônica já mencionado de “viver sem fronteiras”. Foucault (2008b) sustenta que o liberalismo vai operar nessa lógica relacional e que o poder se constitui de uma forma positiva, em prol da governamentalidade, por meios de *dispositivos*. Uma das características dos dispositivos é operar as relações de poder da forma mais difusa possível, na microfísica do poder, em aspectos cotidianos, mas produzindo normatividades generalizantes, influenciando em comportamentos seja pela introdução de um hábito, seja pelo investimento na produção da vida para a sociedade, o biopoder.

Este processo de uma mediação pelo eletrônico e o digital é amplo e apresenta implicações psicológicas, políticas, econômicas, culturais, históricas e geográficas. É então que entramos no papel da mediação tecnológica pelos meios de telecomunicação, informação e comunicação social na contemporaneidade. A mediação técnica marcante em nossa contemporaneidade chamada midiatização, entendida enquanto um processo de mediação social baseado nos processos, efeitos, causas e consequências da presença dos meios de comunicação social e das mídias e como elas incidem nos desejos e nos cálculos utilitaristas dos indivíduos contemporâneos.

Entender as diferentes dimensões da midiatização enquanto processo é essencial para a compreensão de uma contemporaneidade em que diferentes escalas se sobrepõem em temporalidades e territorialidades distintas, mas sempre cabendo ao aparato tecnológico da cibernética e da telecomunicação, desenvolvido sobretudo por forças econômicas vinculadas ao capitalismo financeiro como uma inovação capaz de atuar de forma a impor a uma subjetividade com lógica de empresa, uma temporalidade e uma territorialidade dominante.

5.2.2. O retorno ao território, agora midiatizado

Mas como a espacialidade atual pode ser compreendida mobilizando o conceito de midiatização? Ora, se território é uma relação entre poder, agentes e espaço, compreender o poder como relacional pressupõe conceber o território também como tal. Novas formas de compreender os usos do território e as mediações pela comunicação surgem no final dos anos 1990 e parecem abrir searas de investigação que apontam para a questão da midiatização enquanto dispositivo capaz de articular escalas, temporalidades e a produção de coisas, padrões, métricas e procedimentos tão caros à globalização e que Milton Santos identificou como meio

técnico científico informacional (2008a). Neste contexto, a midiatização assumiria uma forma de mediação fundamental para fazer a ponte entre as novas lógicas centro-periferia; espaços que mandam e espaços que obedecem, espaços luminosos e espaços opacos; de rapidez e lentidão (2008b). A lógica da informação chega intermediando a distância entre o micro, o molecular, e o macro, o molar. O processo concentrador de riqueza e poder associado à hiperespecialização do trabalho com o uso do computador em rede e da robótica, e seus reflexos na divisão internacional da produção, fazem a produção de bens e riquezas cada vez mais distante da realidade imediata das pessoas, à medida que a divisão internacional espacial e do trabalho se torna mais complexa e sofisticada. Se a especialização é fundamental para a expansão da lógica de mercado, o preço tem sido a necessidade de criar mecanismos de mediação técnica e simbólica capazes de assegurar a ordem vigente e permitir que os operários da torre de babel sigam trabalhando para ela não ruir.

Desde os anos 1990, com a consolidação neoliberal, a midiatização faz com que os sujeitos literalmente incorporem o viés gerencial e psicológico, duas dimensões vislumbradas por Santos. A midiatização desempenha dispositivo (Foucault) discursivo fundamental para materializar a governamentalidade da produção da subjetividade empresarial neoliberal, promovendo *pari passu* a captura de dados e a sujeição da dimensão privada e individual para plataformas e corporações digitais, em um novo modelo de divisão social, temporal e espacial do trabalho ensejadas na plataforma como paradigma.

Pelo viés da materialidade espacial, essa produção desta subjetividade somente pode ser posta em prática devido ao impressionante avanço das redes técnicas de comunicação. Essa infraestrutura cria relações e concepções do que significa ser um sujeito atravessado por fluxos informacionais, reconfigurando hierarquias espaciais. No aspecto ideológico – sob o discurso do indivíduo global em que o ideal de liberdade empresarial é exaltado – tais processos acabam por criar as condições de controle e sujeição pelos mecanismos e dispositivos de captura de dados e da capacidade de agentes das corporações aptos a apreender dados e informações em graus de detalhamento por meio de ferramentas essenciais como mecanismos de buscas, e-mails, redes sociais e plataformas como o oligopólio criado por Google, Amazon, Facebook, Apple entre outras que são fundamentais para a ideia da midiatização contemporânea. Processo que Milton Santos havia entrevisto como consolidação da transcendência da técnica:

Máquinas chamadas inteligentes e pensamentos calculantes são, juntos, testemunhas dessa transcendência da técnica que conduz a uma verdadeira concretização da metafísica, com a produção de realidades artificiais e das imagens sínteses. (Santos, 2008a, p.186).

Uma constatação que, podemos acrescentar, será visível também no território, pois essa ideia de um espaço organizado pela técnica vigente, o meio técnico científico informacional, pressupõe que:

Quanto mais artificial é o meio, maior a exigência dessa racionalidade instrumental que, por sua vez, exige mais artificialidade e racionalidade. Mas estes imperativos da vida urbana estão cada vez mais invadindo o campo modernizado, onde as consequências da globalização impõem práticas estritamente ritmadas. A racionalidade que estamos testemunhando no mundo atual não é apenas social e econômica., ela reside, também, no território. (*idem*, p.187).

Retomando o nosso ponto: passados três décadas, os usos do território, então, seguem como Santos anteviu? Nossa análise é de que, em grande parte, os marcos e os processos que o geógrafo percebeu seguem valendo. Talvez o que Santos não tenha concebido em seu quadro de análise seja a velocidade com que estes processos potencializaram as contradições de uma lógica totalizante da informação ligada aos processos econômicos e sociais, aos quais ele se referiu como globalização (2008a). Santos já havia falecido na crise financeira de 2008 e não viu a velocidade de expansão da concentração econômica que resultou nas manifestações do *Occupy Wall Street* e a concentração na economia digital. Como explicar a velocidade com que a internet passou de um “espaço” experimental e de livre circulação, um instrumento de reflexão e cooperação acadêmica, para um espaço de concentração econômica, de centralidade política e cultural, de controle, *locus* de extração de mais-valia e de apropriação de dados por plataformas altamente cartelizadas em uma escala supranacional? No entanto, a primazia da informação como ordenadora do território já estava demarcada quando ele citou que:

Antigamente o que reunia as diferentes porções de um território era a energia, em estado bruto, oriunda da dos processos naturais. Ao longo da história, é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território. (*ibidem*, p.167).

Aqui retornamos então à nossa aposta sobre as transformações na comunicação e na análise dos usos do território contemporâneo, até mesmo como método de pesquisa. Pela compreensão dos usos dos territórios, talvez tenhamos uma chave essencial para estudos de comunicação que investiguem uma dupla dimensão: uma ampla e outra específica. A ampla, é de que o conceito de território usado adquire relevância à medida que foi uma das primeiras formulações a considerar a ubiquidade do digital e sua capilaridade em uma escala global. Já a específica dá às geografias da comunicação uma centralidade para a compreensão da atualidade. Ou seja, a visão de território contemporâneo atribui aos objetos e ações ligados à informação e à comunicação técnica uma centralidade na formatação de recortes territoriais e na criação de novos arranjos específicos de poder sem precedente histórico.

Assim, novos usos dos territórios seguem sendo uma categoria de análise fundamental para compreensão da dimensão social contemporânea, conforme apontado pela geógrafa Maria Laura da Silveira, em aula inaugural de 2021. Silveira reforça a importância de pesquisas que estão trazendo a dimensão do corpo, constatando que, no capitalismo contemporâneo, "[...] a última fronteira [dos corpos] foi avançada" (*ibidem*), sendo a corporificação uma das variáveis constitutivas do período atual e, portanto, criando novas relações de poder, o que nos remete à noção de biopoder em Foucault.

Outra atualização da dimensão dos usos dos territórios contemporâneos e dos corpos se dá sob o prisma da normatividade, da ideologia e da formação subjetiva, e pode ser lida na obra de Rogério Hasbaert e nas aproximações que ele empreende entre território, vigilância e poder, exercício também esmiuçado por Michel Foucault. Considerando a governamentalidade como um aspecto central da obra do filósofo francês, e uma nova dimensão de poder e de territorialidade, Hasbaert (2002) constata que a concepção de governamentalidade propõe aos geógrafos e pesquisadores das ciências sociais um novo desafio, ao deslocar a ideia moderna de Poder e território de Maquiavel e Ratzel.

Ao analisar o poder soberano, o poder disciplinar e a irrupção da biopolítica na obra de Foucault, Hasbaert traz para a discussão da geografia brasileira o questionamento sobre como os usos políticos da noção de território e as formas de governar pela estatística e pela produção de informação vão constituir uma nova forma de incidir sobre o espaço. Tal discussão aponta para um poder que se consagra, com o liberalismo clássico, baseado nas necessidades e utilidades da lógica de mercado, e que gradativamente se impõe às necessidades de cuidar da vida e das massas, mas de tal maneira que seja em prol da lógica da produção de mercadorias e do estabelecimento de consumidores/trabalhadores em prol de riqueza e lucro. Uma nova forma de governar, em que a noção de razão de governo, a governamentalidade, se torna mais importante que a personalidade do poderoso de ocasião.

Milton Santos (2008b) diagnostica que a globalização é composta de uma unicidade da técnica, uma unicidade do tempo e unicidade de motor. Em outras palavras, respectivamente, do acontecer homólogo, do acontecimento complementar e acontecimento hierárquico, produzindo os dois primeiros horizontalidades e verticalidades.

5.3. Mídiação, *Perceptron* e território

Vamos aqui, a partir da discussão sobre a forma de território vetorial e informacional em formação, e sobre a questão dos dispositivos de governamentalidade atual pela subjetivação neoliberal e sujeição algorítmica, pensar um aspecto que relaciona poder e espaço – portanto

território – e poder e mediação pela técnica da comunicação – portanto a midiaticização, entendida como um dispositivo de governamentalidade.

Avaliaremos como uma nova territorialidade e uma nova mediação pelo algoritmo usado de forma utilitária para a reprodução do lucro, estabelecendo uma economia política da percepção, no formato da plataforma, vai causar impactos na dimensão da cidadania.

Para isso, vamos primeiro analisar a relação entre midiaticização, a noção de bios e a cidadania. Em seguida, vamos propor uma história a contrapelo das midiaticizações a partir das cidades e suas governamentalidades. Por fim, vamos tentar pensar como a midiaticização pode ser um dispositivo de governamentalidade, mas também de cidadania na atualidade.

5.3.1. Da Smart City a cidade plataformizada

Com a digitalização, sobretudo a internet 2.0, como vimos, a organização social encontra-se novamente em profunda transformação. Por um lado, podemos perceber a crise dos centros urbanos, do modelo de cidade dos prédios e shopping centers. Por outro, a dimensão imagética, cenográfica e simbólica dos espaços se amplia, criando espaços “instagramáveis” (SIC) e outros que não merecem servir de cenário para lives. Esse processo, identificado de disneyficação do espaço (Silva, PC 2014), altera a dimensão dos espaços, cada vez mais fragmentados e produzidos em clusters (Mike Davis – *Planeta Favela*, 2006), de condomínios, e outras formas de cercamentos privados, que alteram a circulação e o consumo das mercadorias. De certo que tal processo é relacionado.

O que Francisco Klauser identificou como uma crise do paradigma de cidade informacional, por meio do discurso da Smart City, parece ser, de fato, uma questão que, se pensada em relação ao campo que se autodenominou de *Surveillances Studies*, parece apresentar uma inflexão da cidade organizada por uma centralidade informacional. Os estudos de Rogério Haesbaert sobre os centros de controle no Rio de Janeiro, quando olhados em comparação com os problemas urbanos que ela enfrenta, aponta para uma distância entre o discurso e o que efetivamente ocorre no território. O estudo de Haesabert é importante uma vez que ele mostra o caráter fractal da informação.

Retornando a Phil Agre, desta vez por meio de artigo de Alexander Galloway que coteja a contribuição do pesquisador californiano com a proposição de Shoshana Zuboff sobre capitalismo de vigilância (2018), há um ponto fundamental:

Likewise Agre characterized the capture model, contrasting it point for point with the surveillance model. Instead of being secretive and surreptitious, capture actively intervenes. Instead of having affinities with states or political movements, Agre insisted that capture's goals were "philosophical" rather than political; capture technologies have structural effects and aspirations, whereas surveillance

technologies have territorial effects, according to Agre. And, perhaps most importantly, Agre wrote that capture technologies are not visual so much as linguistic, and are not centralized so much as decentralized. (Galloway, 2022, in: <http://cultureandcommunication.org/galloway/agre-zuboff>).

Ou seja, ao contrapor a prioridade da captura à vigilância, Phil Agre vai ressaltar o caráter descentralizado e fragmentado do atual modelo. Apesar de discordar que tal método não teria efeitos territoriais, pelo que discutimos antes e pela captura da geolocalização, importa pensar como a “economia política da captura” (Agre, 1994) atual representa uma dimensão central para a fruição do capital. A esta constatação, Alexander Galloway irá mostrar como o que seria um dispositivo contemporâneo de governamentalidade seria algo muito diferente de um *panopticon* eletrônico, o que nos levaria a pensar em algo como um *panóptico reverso*:

Of course computers aren't entirely linguistic machines. They also may incorporate visual technologies like cameras and screens. Yet even on this more narrow point I maintain that panopticism is entirely the wrong metaphor. In fact I've argued in print that we need to turn this logic inside out: the computer is not a panopticon; if anything the computer is a reverse panopticon. There's even an evocative example from media history to illustrate the point, François Willème's multi-lens camera studio from the 1860s, that reverses the visual vectors of Jeremy Bentham's eighteenth-century diagram of the panopticon prison. (idem).

Para Galloway, seria justamente o caso de pensar não um *Big Brother* orwelliano, ou um olho de Sauron tolkieniano, que a todos vê. Ao invés, seria o caso de pensar um mosaico de olhares, e *linguagens*, uma a câmera multi-lentes, um olho de mosca. A decorrência dessa inversão, porém, diz respeito ao local de onde estariam os guardas no *panopticon* invertido

Computational vision doesn't work like a centralized guard tower surveying an array of multiple cells. It works more like a multiplicity of parallel observations working in concert. At the risk of belaboring the tired old panopticon metaphor, computational visibility is a bit like if the guards moved to the perimeter of the prison, while the object under scrutiny moved to the center. Also, we're all the guards now. (ibidem).

E aqui chegamos a um problema que diz respeito ao regime de verificação da governamentalidade atual, de como nos vemos no mundo. Ao nos postarmos como guardas uns dos outros, articulados em rede, descentralizados, aderimos a uma produção fragmentada de sentidos e consensos que parece ter reflexo em como nos vemos no mundo, no termo de Agamben, antropofagizado por Muniz Sodré: o *bios*, em espacial, o *bios* midiático.

5.3.2. Miatização, *bios* e a cidadania

As cidades sempre foram os *loci* em que as trocas das relações humanas se dão com mais intensidades e em uma lógica distinta, desde que estes espaços sejam capazes de reunir, em pequenas frações de terras uma densidade populacional, com intensificação de trocas e o

condensamento das interações⁵⁹. A importância do caso da Atenas Clássica no Peloponeso se dá por um aspecto importante sobre as demais: o comércio. Por ser um porto de referência na região e no Mediterrâneo, Atenas atinge seu esplendor com excedente de riqueza gerado pelo comércio, assumindo, gradativamente, destaque⁶⁰ em relação às demais *polis* da região em função da capacidade do comércio de centralizar e reunir os fluxos, energias e riquezas das demais atividades que dependem da lógica das trocas comerciais e da circulação de mercadorias e produtos, e de uma importante mercadoria padrão desta lógica: o dinheiro.⁶¹ (Innis, 2011).

Esses agrupamentos e seus *sinecismos* (Soja, 2008)⁶² parecem apontar para uma intensificação das relações humanas quanto às dinâmicas sociais e à importância das formas de comunicação. A intensificação das relações favorece trocas e aprendizado, permite novas divisões sociais do trabalho, mas traz à tona conflitos e complexifica os códigos e regras de convívio (códigos, regimentos, constituintes). Em cada caso histórico de urbanização em que há uma intensificação das trocas sociais e econômicas, o papel da comunicação neste processo é tão intrínseco que às vezes é tido como dado, como a luz elétrica na modernidade e a internet na contemporaneidade.

No caso de Atenas, essa concepção se faz evidente pelo que Aristóteles chamou de formas de viver na cidade. Nas *pólis* da Grécia Antiga, os mitos, fundados na natureza (*physis*), vão gradativamente se misturar com aspectos humanos, se imiscuindo e confundindo com os seres humanos, tendo filhos. Eles trazem, assim, uma nova concepção de mitologia, agora não mais voltada para fenômenos da natureza e da *physis* da relação ser humano-natureza (Amaral, 2015)⁶³, mas a partir de então voltadas para uma dialética entre os seres humanos em troca, diálogo e conflito constantes.

Os gregos vão chamar essa relação, essa mediação, de *logos*, palavra que ordena, que significa discurso, mas que também significa o princípio de bom funcionamento da *pólis*. A palavra, a razão, o discurso, a lógica, irrompem neste momento e parecem se sobrepor à

⁵⁹ Sobre o estudo da ocupação humana formatando cidades, ver Mumford e Soja.

⁶⁰ Para detalhamento ver Van Nijf; Meijer. *Trade, Transport and Society in the Ancient World*. Routledge 1992.

⁶¹ “A liberdade política foi acompanhada pela liberdade econômica, especialmente com o crescimento do uso de moedas após 700 a.C. Para citar Mirabeu: ‘As duas maiores invenções da mente humana são a escrita e o dinheiro – línguas comuns da inteligência e do interesse próprio’ “.

⁶² Por *sinecismo*, Soja (2008) apresenta uma explicação antropológica e sociológica para as primeiras concentrações de pessoas. Segundo o geógrafo estadunidense, ela questiona a tese de Lewis Mumford que atribui as primeiras cidades a uma forma de convívio social advinda da produção de excedentes agrícolas e de uma tecnificação objetiva apenas. Para Soja, é o *sinecismo*, um elemento subjetivo, que permitirá os códigos de convívio que darão vazão à religião e às regras de convívio que acarretam as primeiras subjetivações e sujeições – para, aí sim, criarem-se as condições para a produção de excedentes.

⁶³ Sobre a relação entre o pensamento ocidental, o pensamento filosófico e a natureza: AMARAL, Marcio Tavares d’. *Os assassinos do Sol, vol 1: uma história dos paradigmas filosóficos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.

dimensão de memória, tradição, explicação religiosa que ensejava a palavra dos poetas. O logos inaugura outra dinâmica da comunicação, até então voltada para a vida nua (compreender a natureza e toda uma dimensão divina). Com o *logos*, surge uma ordem discursiva e comunicacional. Agamben (2002), comentando Aristóteles, identifica este momento de passagem da vida nua, *zoé*, para uma forma de se estar no mundo, o *bios*. Muniz Sodré busca nas formas de vida de Aristóteles as *bios*, parte do seu entendimento de mediação. Para Sodré:

Hoje, o processo redonda numa mediação social exacerbada, a mediação, com espaço próprio e relativamente autônomo em face das formas interativas presentes nas mediações tradicionais. [...]

Desde o imediato pós-guerra, esse processo vem alterando costumes, crenças, até mesmo afetos, e agora perfaz-se com a integração entre os mecanismos clássicos da representação e os dispositivos do virtual.

O conceito de mediação – ao contrário de mediação – não recobre, entretanto, a totalidade do campo social, e sim, o da articulação hibridizante das múltiplas instituições (formas relativamente instáveis de relações sociais comprometidas com finalidades humanas globais) com as várias organizações da mídia, isto é, com atividades regidas por estritas finalidades tecnológicas e mercadológicas, além de culturalmente afinadas com uma forma ou código semiótico específico.

A mediação implica, assim, uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo ou, pensando-se na classificação aristotélica das formas de vida, um *bios*, específico. (Sodré *apud* Moraes. 2006; p. 22).

Ao se debruçar sobre o conceito, Sodré estabelece uma data de sua irrupção, a metade do século XX. Ele atribui o fenômeno da mediação a uma forma de interação que envolve uma lógica tecnológica e mercadológica, aprofundando a explicação sobre os *bios*:

A mediação implica, assim, uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo ou, pensando-se na classificação aristotélica das formas de vida, um *bios*, específico. Em sua *Ética a Nicômano*, Aristóteles concebe três formas de existência humana (*bios*) na Pólis: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa). A mediação pode ser pensada como um novo *bios*, uma espécie de quarta esfera existencial, como uma qualificação cultural própria (uma “tecnocultura”), historicamente justificada pelo imperativo de redefinição do espaço público burguês. (*idem*, p22).

Segundo essa nova forma de vida “[...] atua em termos de influência ou poder na construção da realidade social”, nesta espécie de evolução dos meios de comunicação, ao ponto de se considerar a mediação, este *bios midiático*, “a questão central de toda sociologia ou toda a antropologia contemporâneas” a ele (*ibidem*, p. 22-23).

Sodré mobiliza a concepção de intermediação, “ou seja, a aproximação por meio de um terceiro, entre dois termos separados” (*ibidem*, p. 107), e atribui a Charles Sanders Peirce certo tributo à noção dialética, sobretudo na compreensão do pragmático estadunidense da semiose como um processo indireto, interposto, que “[...] articula relações de determinação e

representação (objeto signo e interpretante) no interior do processo linguístico”. Dessa forma, Sodré assume tom crítico ao avaliar as mediações da sociologia da cultura, das quais são representantes Jesús Martín-Barbero (2003) e Orosco Gomez, por entenderem a comunicação pelo vias das mediações socioculturais. Para Sodré:

[...] a mediação é apropriada categoria analítica privilegiada da sociologia da cultura por pesquisadores latino-americanos, [...] que nela se baseiam para estudos de recepção dos produtos da indústria cultural. Esses estudos têm como pressupostos a separação entre produção e o consumo de mensagens, o que enseja a ideia de um intermediário conciliatório, a exemplo das ‘mediações socioculturais’ (*ibidem*, p. 108).

O autor se detém na mediação para, em seguida, dizer que essa intermediação desaparece ao se pensar a midiaticização:

Não se trata aqui da transmissão de acontecimentos por meio da comunicação (como se primeiro se desse o fato social temporalizado e depois o midiático, transtemporal, de algum modo), nem é o trabalho das mediações simbólicas sobre a mídia (como pode dar a entender a expressão ‘o meio e as mediações’), e sim **um conceito que descreve o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais e dos indivíduos com a mídia**. Uma comparação simplificadora: na mediação, uma imagem é algo que se interpõe entre o indivíduo e o mundo para construir o conhecimento; na midiaticização, desaparece a ontologia substancialista dessa correlação, e o indivíduo (ou o mundo) é descrito, ele próprio, como imagem gerida por um código tecnológico. (grifo nosso). (*ibidem*, p. 108).

É aqui que o pesquisador apresenta uma nova importância do conceito para a contemporaneidade, pois

[a] midiaticização é, portanto, uma elaboração conceitual para dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia – constituindo - por meio do desenvolvimento acelerado dos processos de convergência midiática – uma forma virtual ou simulativa de vida, a que já demos o nome de *bios midiático*. (*ibidem*, p. 109).

Eis então a origem das ecologias de mídia, pois a midiaticização “[...] se revela ainda mais pertinente na era digital pelos motivos cotidianos já elencados na problemática desta pesquisa e comum aos contemporâneos em seus afazeres e relacionamentos diários”. No capítulo “A Inteligibilidade Redescritiva”, Sodré (*ibidem*, pp. 115-116) reforça sua importância não só no campo da comunicação social, mas extrapolando consideravelmente as relações humanas, pois

[...] agigantou-se o campo de poder dessa midiaticização, que já era enorme quando ainda se definia pela visibilidade no espaço público dos jornalistas, publicitários assessores de imprensa, técnicos em pesquisa de opinião, estrategistas de necessidades, ou seja, os profissionais da *logotecnia* que controlavam o acesso público a jornais, rádios, revistas e televisão. Com a comunicação eletrônica, a internet, em suma, é o homem comum, sem qualquer visibilidade corporativa, que dá à ambiência da comunicação e da informação generalizadas o estatuto de nova esfera existencial...

As implicações dessa nova forma de se comunicar trazem questões políticas e éticas de monta, pois o *bios virtual* ou midiático é o ecossistema dessa nova forma de consciência coletiva (Sodré, 2016, p. 122).

Assim como na esfera da economia a conversão dos mais pobres à teoria do livre mercado incrementa a cruel indiferença humana do economicismo, a conversão acrítica da sociedade ao bios midiático leva, na esfera da comunicação, à falsa ideia de que tudo o que é humanamente importante se acha na esfera da midiatização (ibidem).

Trata-se então de uma “[...] crítica a uma lógica economicista da midiatização, naturalmente conectada às novas tecnologias, mas sem distância frente à lógica do mercado” (ibidem, p. 123). Portanto, para Sodré, a noção de midiatização joga um papel central em uma espécie de virada na Comunicação Social como campo. Até então, uma ciência social aplicada, ela agora é imbuída de uma centralidade para a compreensão dos mais diversos aspectos da contemporaneidade, uma vez que se percebe o quanto a midiatização está imbricada nos mais distintos aspectos sociais, políticos e culturais e o quão indispensável é entender esta nova forma de organização social pelos dispositivos digitais nos dias de hoje.

Em seguida, ele (ibidem, p. 146) elenca uma série de novos saberes – robótica, biotecnologia, engenharia genética e biônica – como áreas do conhecimento em que o objeto tecnológico já não é apenas instrumento, mas indissociável do processo de investigação. O que Sodré propõe então é uma forma de compreensão da relação entre ser humano e entorno para além do paradigma clássico das ciências sociais do século XIX e sua ênfase no sujeito.

Esse atravessamento do tecnológico, a que chama de tecnocultura, assumirá relevância em um novo paradigma de produção de conhecimento, com o advento da máquina universal de Alan Turing. Ainda segundo Sodré (ibidem, p. 146), foi Claude Shannon que, por meio do uso da lógica e da eletricidade, estabeleceu as bases do computador e se utilizou da Teoria Matemática da Comunicação para trabalhar a ideia de circuitos e informação.

No final de *A Ciência do Comum*, o autor (ibidem, pp. 310-311) busca em Giorgio Agamben o diálogo entre dois pensadores que se debruçam sobre a questão do paradigma científico e da *epistème* – respectivamente, Thomas Kuhn e Michel Foucault. O primeiro trata das mudanças paradigmáticas nas ciências modernas. Já Foucault dedica parte significativa de suas obras à questão das formas de construção do saber-poder, mesmo que este não seja oficial. E atribui à midiatização um duplo papel, capaz de reunir a dimensão de paradigma e de *epistème*:

Ora, se tomarmos a mídia ou a midiatização como figuras epistemológicas – a exemplo do que fez Foucault com o panoptismo, o modelo arquitetônico de Jeremy Bentham –, seremos levados inicialmente a dissociá-las de qualquer uso específico para inscrevê-las *paradigmaticamente* num modo de inteligibilidade do conjunto de

dispositivos informacionais, que se assume como um princípio de comunicação, porque de fato tenta organizar um novo tipo de comum, compatível com as exigências históricas da tecnologia associada ao mercado.

A midiatização aparece então como aquilo que Agamben chama de *exemplum*: ‘Festus nos informa que os latinos distinguem *exemplar e exemplum*: o primeiro, que se considerava com os sentidos (*oculis conspicitur*), indica aquilo que devemos imitar (*exemplar est quod simile faciamus*); o segundo exige em troca uma avaliação mais complexa (não somente sensível: *animo aestimatur* e reveste uma significação sobretudo moral e intelectual’ (Agamben *op cit.* pp. 16-17[...])

Mas é quando se agrega o exemplar ao exemplum, como no paradigma de Foucault – a união destas duas noções “não só exemplar/modelo, que impõe a constituição de uma ciência normal, mas também e sobretudo *exemplum*, que permite reunir enunciados e práticas discursivas num novo conjunto inteligível e num novo contexto paradigmático” – que a midiatização abre caminho para a compreensão da comunicação como o conceito de uma dimensão constituinte do comum maior do que aquela implicada na superfície dos dispositivos tecnológicos e seus efeitos. (Sodré, 2014, pp. 310-311).

Portanto, vimos que, para Muniz Sodré, a midiatização é uma nova forma de vida (*bios midiático; bios virtual*), um paradigma para a comunicação social e, também, uma *epistème*⁶⁴, indispensável para a compreensão da contemporaneidade. E aqui se tem um aspecto relevante para o nosso estudo: Sodré identifica um deslocamento significativo da compreensão de comunicação no século XX, para a compreensão de midiatização no século XXI. No século passado, a comunicação social, os meios de comunicação, eram vistos como equipamentos técnicos e aparelhos de que certos grupos econômicos ou sociais se valiam para um determinado fim e que, portanto, atendiam uma certa lógica instrumental. Já no século XXI, Sodré diz que já não faz sentido associar tais instrumentalismos e usos de equipamentos, dispositivos e técnicas de comunicação a um determinado fim.

Isto ocorre, pois há um significativo deslocamento na ideia de comunicação, identificável de seus primórdios na década de 1940 até a sua consolidação na década de 1970 e sua consagração da década de 1990. Esse deslocamento está conectado a uma nova forma de compreensão da comunicação como elemento organizacional da sociedade: a midiatização

5.3.3. Do panóptico ao perceptron

É nesse contexto que as diferentes formas de compreender o espaço podem nos ajudar a compreender os dispositivos de governamentalidades. Se pensarmos o *panopticon* como um dispositivo de vigilância da disciplina, podemos pensar que as formas de racionalização das relações de poder atuais, que Foucault denominou de biopoder e Deleuze de controle,

⁶⁴ A compreensão de epistème e a opção pelo termo em vez de epistemologia está na compreensão do termo por Foucault em *As Palavras e as Coisas* (1999) e pela compreensão que o termo adquire para se pensar o campo da comunicação, como Quiroga (2013) estabelece em *Pensando a Episteme Comunicacional*.

promovendo uma forma de vigilância em que a subjetividade neoliberal, escrutinada no segundo capítulo, e a objetividade cibernética, detalhada no terceiro capítulo, podem ser identificadas no território.

O problema é que, diferente do *panopticon*, esse novo dispositivo que chamamos de *perceptron* pode ser percebido em suas partes e operar por meio das fruições da subjetividade do self *dividual* batesoniano, e do uso ubíquo da informação e da recursividade algorítmica.

O *perceptron*, diferentemente do que propôs Rosenblatt, não é uma máquina física, em um lugar específico. Ele é, lembremos, é antes de tudo uma *rede neural artificial*. E nesse sentido, ele não seria apenas o smartphone, mas o telefone celular articulado às antenas parabólicas, aos cabos submarinos e satélites, por sua vez operados por servidores, *mainframes* e *datasets* que, por meio de protocolos TCP/IP e outras linguagens técnicas, produzem interfaces gráficas, às quais atribuímos veridicação e usufruímos por meio da produção de percepções e dados, e assim sucessivamente, com vimos no primeiro capítulo.

Com vimos, o *perceptron* emerge e se torna vigente à medida que surge uma outra noção de espaço, no qual o digital é a força ordenadora e o paradigma dominante. Matemáticos chamaram essa superação do espaço geométrico cartesiano de topologia. Konrad Suze, um dos pioneiros da computação ao lado de Alan Turing, chamou essa nova espacialidade de *e Rechnender Raum* (espaço de cálculo, tradução livre). Milton Santos o identificou como *meio tecno-científico-informacional* e Mckeinze Wark o chamou de espaço vetorial (*vectorial space*). O que todos têm em comum é o esforço em buscar uma nova forma de compreensão da dimensão espacial (e, portanto, temporal) em que a informação equivale ao ponto para a geometria euclidiana.

Por isso, um dispositivo de governamentalidade contemporâneo há de conter esses aspectos em si. Para citar Pasquinelli em *The Eye of The Master*, tratava-se, para Rosenblatt, de um esforço de “organizar o mundo exterior de uma forma compreensível”:

In the same year [1958], the *New Yorker* featured more sober coverage in the form of an interview with Rosenblatt, who clarified that the perceptron was not ‘a mechanical’ brain as the hype claimed, but a self-organizing machine that could likewise provide ‘an organization of the external environment in a meaningful way’”. (Pasquinelli, 2023, p 206).

Uma dimensão, portanto, em que a percepção do exterior, ainda que maquínica, era fundamental. Aqui retornamos a Phil Agre e sua constatação de uma economia política da percepção. Trata-se de uma nova forma de “coprodução da realidade sensível na qual as percepções diretas e midiaticizadas se confundem para construir uma representação instantânea do espaço, do meio ambiente”.

Pasquinelli, ainda que não cite Phil Agre, o endossa, partindo de uma linha argumentativa marxiana e foucaultiana, atreladas à questão da divisão do trabalho, e das relações de poder. À medida que fala da importante dimensão psíquica na produção de dados estatísticos para os nossos dias, cita a importância da mensuração do trabalho na era disciplinar e constata a importância da mensuração da dimensão psíquica do trabalho hoje:

As the Babbage principles outlined (...), any division of labour entails a metrics: a measurement of workers' performativity and efficiency (...) During the modern age, factories, barracks and hospitals have pursued a discipline and organization of bodies and minds with similar methods, as Michel Foucault sensed among others.

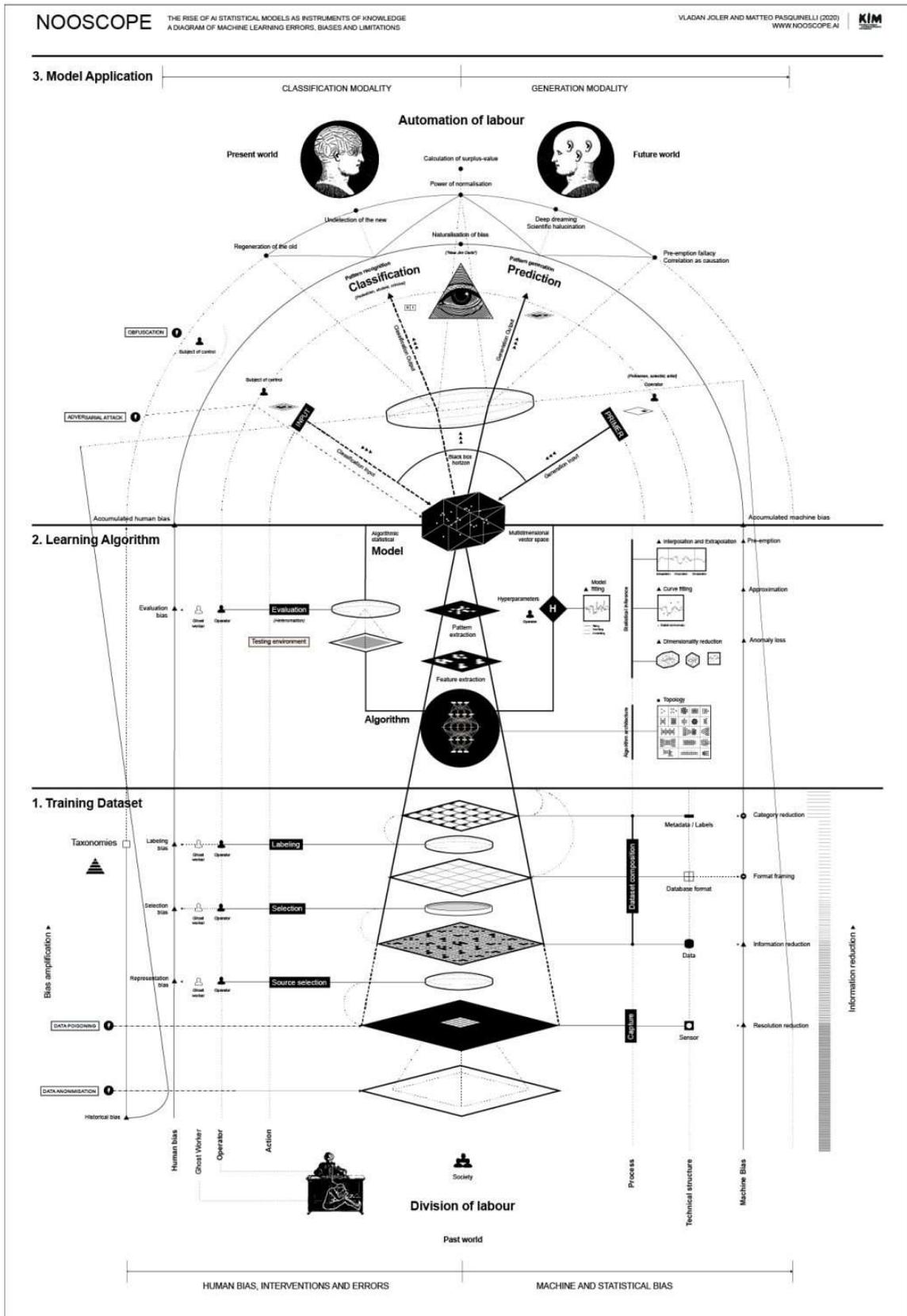
(...)

The transformation of the metrics of labour into the psychometrics of labour is a key passage for both management and technological development in the twentieth century. It is telling as we saw in chapter 9, that in designing the first artificial neural network perceptron, Frank Rosenblatt was not only inspired by theories of neuroplasticity, but also by tools of multivariable analysis that psychometrics imported into US psychology in the 1950s. (Pasquinelli, 2023, p243-244).

O que o aparato tecnológico hoje permite é essa apreensão da dimensão psíquica, às vezes emocional. Desde memes a curtidas de redes sociais, passando a *cookies* que deixamos ao navegar na internet ou quando usamos mecanismos de busca, produzimos correlação de fatos. O que não é dito é que, para apreender a percepção e produzir valor, o número de *data centers* cresce em progressão geométrica.

À primeira vista, o *perceptron* funcionaria apenas a partir do smartphone. Mas na verdade, ele só pode funcionar quando os fluxos se articulam com bancos de dados, com grandes servidores e toda uma parafernália técnica interligada, como vimos na figura dos cabos submarinos e antenas de celular do capítulo 1, que permitem as demandas e desejos individuais circulares em forma de bits e serem correlacionados com outros dados.

Figura 17 O Nooscópio de Matteo Pasquinelli



Fonte: Pasquinelli, Matteo. The Eye of The Master, 2022

Se dados são o novo petróleo, os *datasets* seriam, por decorrência as novas jazidas. Mas a digressão lógica não satisfaz. Afinal, não é possível extrair informações de um *data center* ao se ir lá com um *pen drive*. A dinâmica é outra. O que nos leva à próxima decorrência: o *perceptron* é um dispositivo capaz de articular a subjetividade neoliberal com a sujeição algorítmica pela mediação da interface. Isso quer dizer que é a mediação como dispositivo que torna possível articular a dimensão técnica e simbólica da comunicação em aparatos de poder. É pela mediação que se oferecem as condições de escalabilidade, de interface e de interoperabilidade que permitem a emergência do que Rosenblatt chamou de “organizar o mundo exterior de uma forma compreensível”. Tudo isso significa que se faz necessária uma nova divisão do trabalho, sustenta Matteo Pasquinelli, uma que esteja pronta para lidar com estes ambientes produzidos a partir da informação. E esses novos atores são as plataformas.

O que nos traz de volta à dimensão espacial, pois, pela sua análise podemos perceber este processo em formação ou em momentos de tensionamento e de usos não idealizados. Na relação entre a mediação como constituidora do *perceptron*, percebemos um o novo regime de apreensão da percepção, que na modernidade atribuía centralidade à visão e à ótica (olho mestre, grande olho, tradução literal livre de *pan opticon*). Já na contemporaneidade essa centralidade encontra-se agora mediada por novos instrumentos de apreensão da percepção, dos fluxos e de dados, capazes de serem interpretados por informações que, reunidas na lógica algorítmica, são capazes de produzir, não mais mapas, mas literalmente topologias a partir de vetores com os quais as relações de poderes incidem.

O problema é que tal processo não acontece no éter e nem é neutro: ao topologizar, a economia política das percepções altera as dinâmicas espaço temporais e, portanto, os ritmos e velocidades. Ela também altera as relações de poder previamente estabelecidas, atribuindo a alguns poder de concentração de conhecimento, riqueza e articulação (vetorialistas), e a outros (usuários, ou, nos termos de Bifo Berardi, *congnitariato* – neologismo a partir de *proletariato* e *precariato*), tornando estes últimos reféns das sujeições e coerções em que as redes de informação se impõem como *mathesis universalis*, como explicação de uma totalidade.

Isso significa dizer que os arranjos espaciais – meios rurais, cidades, territórios previamente estabelecidos como fronteiras de estados nação, com áreas de influência e hinterlândias – bem como o alcance de locais de centralidade, de competição e de solidariedade estão em profunda alteração. Mas também significa dizer que as relações de poder, aspecto central para o funcionamento da sociedade, sobretudo na democracia contemporânea, também estão em densa mutação.

O que constatamos é que o modelo habermasiano de esfera pública, bem como as teorias de *checks and balances* institucionalistas – mesmo análises de relações de classes de Marx baseado no século XIX – estão sendo profundamente questionados em função de observações empíricas e da incapacidade desses paradigmas compreenderem as novas dinâmicas das relações de poder, que estariam conformando uma nova razão do mundo, uma nova governamentalidade. No meio dessa reformulação profunda está um aspecto que nos é caro, à guisa de conclusão: a dimensão cidadã.

No próximo capítulo procuraremos concluir este estudo e nos valer dos acúmulos aqui apresentados para buscar compreender, de forma inconclusiva, possíveis decorrências da emergência do *perceptron* para a cidadania.

6. LINHAS DE FUGA: MIDIATIZAÇÃO ALGORITMICA, PERCEPTRON E A QUESTÃO DA CIDADANIA

Os estudos sobre *media, design, marketing*, cada vez mais apresentam trabalhos acadêmicos que deixam de analisar os equipamentos como “ferramentas tecnológicas” em si e, gradativamente, estão se debruçando sobre as transformações e desdobramentos que trazem quando estão em operação, priorizando os efeitos que eles produzem não só no campo da comunicação como em outras áreas do conhecimento acadêmico.

Apesar disso, a definição sobre o termo midiatização não é consenso. Ao contrário, o conceito encontra-se em disputa, o que exige, a cada vez que é mencionando, esclarecer de qual midiatização se trata. Haveria uma concepção de midiatização considerada paradigmática, nos termos que Thomas Kuhn definiu em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1998)? O que se percebe, é que, ao contrário de um termo consensuado, há uma miríade de definições propostas por diferentes pesquisadores, em distintas escolas de pensamento da comunicação social, em diferentes âmbitos e contextos de pesquisa acadêmicos e corporativos e profissionais, com ênfases, *epistêmes*⁶⁵ (ver Quiroga 2013), e campos de pesquisas com diferentes *tradições paradigmáticas* (Kuhn 1998).

Como se não bastasse este cenário consideravelmente fragmentário, o conceito/termo vem sendo citado e apropriado por uma gama de outros campos do conhecimento. Ao estudarem os efeitos e fenômenos relacionados à comunicação social em seus campos de estudos, também são produzidas reflexões às quais a comunicação parece não saber se as assimila, se as repele ou se as incorpora. Nesse emaranhado de linhas de argumentação é preciso olhar as mais diversas contribuições para estabelecer as conexões possíveis, sem a pretensão de classificá-las ou organizá-las em gavetas. As correlações não pensadas podem ser as que possibilitam compreender como os estudos de midiatização podem romper com alguns paradigmas epistemológicos e alcançar uma centralidade ainda maior nas ciências sociais.

Com essa ambição de longo prazo, esse trabalho pretendeu contribuir modestamente ao reunir reflexões de uma proposta para investigar a relevância do conceito de *midiatização* pelo método genealógico e por um percurso (*methòdos* em grego) necessário para se mapear como o termo tem se apresentado em diferentes contextos.

⁶⁵ Uso *epistême* na acepção de Quiroga, T. em *Pensando a Episteme Comunicacional* em que ao invés de epistemologia trata-se de compreender a comunicação como um campo nos termos de Bourdieu e ressaltar o hibridismo entre texto e contexto no ato da tessitura do conhecimento e do saber.

Um estudo a fundo da midiatização necessita não só da cartografia, mas deve se aprofundar sobre as formas de existir em diferentes locais e contextos, temporalidades e épocas. Em outras palavras, todo trabalho de *epistême* que uma cartografia da midiatização pode nos oferecer não pode andar sem a sustentação da outra perna, a de uma arqueologia da midiatização. A dimensão temporal e suas marcas, seus vestígios, nas formas de usar e nos contextos, são centrais também para a compreensão da mediatização como fenômeno.

Arqueologizar a midiatização significa escavar seus usos e contextos, no sentido clássico de arqueologia. Mas, segundo Foucault, outro procedimento ainda mais relevante é também compreender sua forma de se firmar como pensamento, por meio da análise de textos, contextos, registros oficiais, oficiosos e não oficiais, olhando arquivos, notas de rodapé, marginalias. Trata-se de aprender com Foucault que não basta olhar apenas a superfície – no caso do cartografar geográfico – nem apenas um determinado momento histórico – no caso das ruínas de Pompéia. É preciso também buscar não só em extratos geológicos materiais físicos, *mas também imateriais, e discursivos*; os vestígios não só dos equipamentos, mas do pensar. Buscar compreender os fragmentos de dispositivos técnicos como ferramentas, mas também os fragmentos de outros contextos de outras formas de mediar, de mediações e de midiatizações que se deram.

Esse procedimento de “modernizar o passado”, como cantou Chico Science e Nação Zumbi, causador de estranhamento por justamente recolher os restos de midiatizações como *processo*, foi fio condutor da pesquisa. Mapear o presente e escavar os vestígios do passado, em outros contextos temporais e espaciais, para compreender como entender este fenômeno em nossa contemporaneidade parece apontar como um método promissor para seguir o itinerário.

Mas, ao se caminhar, ao se observar a paisagem, não podemos fugir da constatação de que ela está em constante transformação. É ao observar o entorno que apreendemos os elementos que compõem a paisagem, seja ela física, cultural ou mesmo simbólica. No ato de efetuar a pesquisa se percebe que os atores e os agentes deixam as marcas de seu tempo, materializando dispositivos e as diferentes formas de agenciamentos que se sobrepõem ou se contrapõem, sem cessar. Cartografar parece apontar, então, para um processo em que o “mapeador” também começa a se sentir parte do que estuda. No *dever pesquisador*, a relação com o que se estuda vai se transformando. (E, se seguirmos a física quântica, será que poderíamos afirmar que o objeto também se transforma à medida que é observado?)

E o que se mapeia, também está em movimento? A aposta é que sim. Aqui então chegamos ao outro termo chave da pesquisa: o conceito, a *ideia saber-poder* de território, não

estático e não repositório. Uma compreensão de território presente na obra de pensadores como Milton Santos, ao considerar que:

“[o] espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história de dá” (Santos. 2008, p.63).

A aproximação entre o geógrafo brasileiro e Foucault é outra pedra angular do estudo. Quando sobreposmos *sistemas de objetos e sistemas de ações* à noção do pensador francês de *dispositivos e agenciamentos*, operamos uma abordagem do estudo das relações de poder a partir do território para se analisar a mediatização. Pois no território teríamos um parâmetro de como a mediatização se manifesta.

O território como âmbito de investigação, mutante, em constante transformação, desigual, solidário e contraditório, permeado de temporalidades, técnicas, saberes, afetos e *práxis*, parece oferecer uma chave de análise fundamental para reunir diferentes facetas, múltiplas escalas do prisma mediatização e de outros processos do campo comunicacional. No território, podemos montar uma matriz capaz de oferecer análises materiais em diálogo com uma perspectiva analítica que considere a atualidade de dimensões políticas, culturais, tecnológicas, linguística, sociológicas, antropológicas, espaciais, históricas das formas de materialização da *ideia-saber-poder mediatização*.

Jorge Luís Borges, em seu conto – cujo título vem bem a calhar com o tema deste ensaio – *Sobre o Rigor na Ciência*, já ensinara que o mapa do império sempre será de escala reduzida e nunca dará conta do território real. A escala de 1:1 e sua efetivação é totalmente inexecutável, uma verdadeira quimera. Dito isso, compreendemos a cartografia como saber que pretende apreender e encapsular uma visão de território, afinal a principal função do mapa é *representar, produzir uma fotografia e reduzir* uma determinada fração do espaço em um dado tempo.

Tal mapeamento em escala absoluta se fosse realizado precisaria ser refeito assim que terminado, pois, ao que tudo indica, o território não é estático. Ora, se o espaço não está paralisado, este ensaio acompanha Jorge Luis Borges nas suas questões sobre os dilemas do rigor do método, neste caso, inclusive, cartográfico. Nestes apontamentos, pretendo reconhecer que mapear significa recortar, transpor, reenquadrar, reduzir, simplificar.

O ato de olhar para um lugar ou contexto traz em si um mapeamento de situações, afetos, imagens, sentidos, relações. Apreender o entorno corporalmente, afetivamente e visceralmente é uma habilidade dos animais na relação com o seu ambiente, mas evitando incorrer em um determinismo biologizante, o mapeamento não ocorre somente dos seres vivos em relação com seu entorno, como comportamentos de seres imbuídos em uma história natural. O mapeamento

é sobretudo um constructo mental, uma habilidade de transpor, correlacionar, ligar pontas, compor, juntar peças. Por isso mesmo, mapear ou cartografar é também desenhar, designar, produzir imagens, projetar situações ou contextos, promover correlações, identificar interações, descobrir diálogos, efetuar sínteses, enfim, avaliar e identificar dispositivos e processos em geral. Reunir todos eles (ou o maior possível deles) em um dispositivo e agenciamento específico, cuja função é justamente simplificar os agenciamentos e aparelhos em correlação em um só lugar: o mapa.

Os mapas e suas projeções geográficas sempre serviram, como dizia Yves Lacoste, para antes de tudo, fazer a guerra. E o que é a guerra, com diria Clausewitz, senão a solução política mais derradeira e visceral? A impossibilidade de política? A forma de poder em seu estado menos mediado, mais direto e imediato? Podemos pensar o poder para além da força bruta, considerando-o como uma construção de saberes. Desta forma, seguiremos Foucault em seu deslocamento sobre a produção de conhecimento e suas relações com formas de dominação e de governamentalidade. Um exemplo desse entendimento pode ser observado no processo de mapear o continente americano. A consolidação do saber-poder sobre os mares se instaura primeiro com as grandes navegações. Interessante olhar que a cartografia náutica avança em técnicas, detalhamento e procedimentos (algoritmos?), regras e normas. Ao passo que a cartografia territorial seguia seus primeiros passos, com desenhos de criaturas fantásticas, dragões do mar, animais silvestres em terra, seres humanos autóctones representados com feições estranhas.

As cartas náuticas da era do descobrimento impressionam pela fidelidade e precisão na identificação dos contornos continentais que, grosso modo, são relativamente fidedignas e servem satisfatoriamente até hoje para a navegação (sobretudo algumas cartas elaboradas na projeção de Mercator) com relativa precisão. Já os desenhos dos rios, florestas, acidentes físicos terrestre dos sertões e *heartlands* americanos mais remetem a um certo temor do desconhecido e são representados de uma forma um tanto quanto imaginativa. Rios, montanhas, acidentes geográficos terrestres. É de se imaginar o esforço mental de europeus em tentar transformar em mapas as informações que colhiam junto a autóctones sobre a largura de rios, a distância entre eles, a altura de montanhas.

Todas essas reflexões não têm como objetivo serem respondidas de forma fechada e imediata. Pretendem mostrar como os primeiros exploradores europeus precisavam criar uma *realidade midiaticizada* da América para, só assim, dar conta e traçar rotas e estratégias de exploração. O mapa e a exploração vão acontecendo concomitantemente na colonização do continente americano. E cada vez que a *mediatização* se torna mais eficaz para esquadrihar e

identificar os pontos de interesses dos europeus sobre as terras incógnitas, menos assustadores e fantásticos parecem os mapas e mais “físico” se torna o espaço mental da América para os europeus. Surgem os primeiros mapas com curvas de relevo, com vegetações, identificação de vilas e povoados, rotas e caminhos⁶⁶.

Mudanças profundas da forma de olhar o entorno e entender o que é espaço e como ele *mediatiza*. Mas como esta mudança de olhar ocorre? No século XIX, a modernidade consagrada por Kant no século XVIII será criticada por dois pensadores fundamentais: Hegel e sua dialética, e Nietzsche e sua crítica ao racionalismo. No início do século XX, o conceito de *destruição* em Heidegger e o diagnóstico angustiante e preciso de Walter Benjamin e Franz Kafka sobre os limites da racionalidade, vão mudar profundamente a *ideia saber poder* de território. Esta transformação na forma de relacionar saber e poder, espaço e tempo, tem em Foucault um ponto obrigatório de passagem.

Quando a *heterotopia* é pensada, trata-se justamente de fugir da falsa dicotomia entre utopia e distopia. Embora não tenha falado de espaço nos cânones da geografia, nem todos perceberam ainda as profundas implicações na transformação da compreensão de espaço que o pensamento de Foucault traz consigo. Como ignorar os questionamentos à estabilidade do ser moderno, do espaço geográfico clássico e do tempo histórico da modernidade que esses pensadores apontam? Ao diagnosticar o problema do ser e de como ele apreende o espaço, eles abalam uma série de conhecimentos que se desdobram a partir da premissa do homem como medida de todas as coisas, do *ego cogitans*. Pode o ato de mapear ainda se reivindicar uma ciência quase que geométrica do espaço, depois da topografia e da topologia? A própria *ideia saber-poder* de perspectiva e espaço geométrico R^3 (altura x largura x profundidade) parece não mais satisfazer a uma percepção de espaço contemporânea onde o tempo gradativamente se firma como uma quarta dimensão e a informação se candidata a assumir uma quinta.

Desde Gauss e sua geodésica, capaz de aprimorar a precisão da medição do planeta, toda a eficácia da geometria clássica e sua noção de plano e paralelismo foi colocada em questão. Ciência que até então passava ileso pela modernidade como expressão do racionalismo em sua forma completa, viu-se em apuros em meados do século XX. A crítica à geometria

⁶⁶ Aqui em particular é interessante notar em História Econômica do Brasil de Caio Prado Junior o papel dos bandeirantes, subsequente aos exploradores náuticos em desenvolver saber-poder de comunicação tradução e identificação das riquezas nos sertões como fez o Anhanguera. As “*mediatizações*” efetivadas pelas bandeiras mereceriam estudo detalhado do processo de dominação pela apropriação dos saber-poderes dos povos autóctones como feito em estudos por Itsvan Todorov em A descoberta da América. Digno de nota também os registros de Marco Polo sobre a necessidade de se criar um diagrama mental de compreensão, protocolos de entendimentos em terras desconhecidas.

euclidiana, a contribuição de Gauss e o surgimento, no século XIX, da noção em matemática do espaço topológico, promoveram uma profunda crise de paradigma (Kuhn) da *ideia saber-poder* de espaço geométrico. Tal implosão afetou profundamente as mediações que o espaço promovia e as mediações que as pessoas efetuavam a partir do espaço concebido pela perspectiva moderna.

A esse questionamento se soma o acontecimento da fotografia e da topografia, essa última como ciência para aprimoramento da medição espacial. Assim como a topologia e a geodésica criticaram os axiomas de ponto, de plano e de paralelismo de Euclides, a crítica à metafísica filosófica clássica e à noção de interseção e interdependência entre ideias e ação, entre matéria e vácuo, levaram ao tensionamento entre a separação de física e metafísica. Esses apontamentos pretendem justamente investigar como a noção contemporânea de informação parece assumir uma importância significativa, uma centralidade na forma de se compreender o mundo, ou seja, de *mediatizá-lo*.

A partir do século XIX a crescente noção de hibridismo por um lado e, por outro, a ideia de virtualidade, passam a coexistir e a andar *pari passu*, entrelaçadas como uma *fita de moebius*. Um tema profundo ao qual podemos somente tangenciar neste fim de percurso. Não conseguiremos aprofundar aqui essa inflexão da modernidade iniciada a partir do século XIX que, como vimos no caso dos mapas, lida com novas formas de mediações em que novas mediatizações passaram a produzir – justamente a partir do século XIX – uma profunda mudança da compreensão do que é ser, do que é mundo e do que é ser no mundo, para citar o *daisen* heideggeriano.

O que se destaca aqui é que estas transformações afetaram também a cartografia, uma vez que ela é uma das ciências modernas por excelência e sua consolidação como saber-poder está ligada ao espaço ptolomaico, à revolução copernicana, ao renascimento, e assim por diante, no âmbito da história do pensamento. Mas ela foi também um conhecimento prático (aliás prático e piloto são aqueles que sabem conduzir um navio) ligado às navegações e nada mais importante que a cartografia para as travessias transoceânicas, no âmbito da história das técnicas, contribuindo com saberes práticos que vão se somando e criando potências de *acontecimentos* que irrompem e produzem mudanças paradigmáticas.

As duas noções de materialidade e a de virtualidade, cada uma conforme suas abordagens, são faces da mesma moeda da consolidação conceitual e material, epistêmica e ontológica, da modernidade tardia da qual o contemporâneo irrompe. Ambos os processos produziram os agenciamentos e dispositivos que constituíram a cartografia e os mapas-múndi, uma das expressões visuais mais significativas da noção de mundo europeu e da modernidade.

Hoje, no entanto, mapas e cartogramas, que eram guardados em segredo por soberanos e desenhados artisticamente pelos principais sábios do reino, tornaram-se peças de colecionadores (quando não de decoradores). Símbolos de um passado, uma *rugosidade* (Santos, 2008a), pois hoje são poucos os que olham para um mapa para se localizar, para navegar, para se *situar*. Fazemos isto *por meio* das telas de celulares, com GPS para – quase nunca – saber onde estamos e – quase sempre – buscar compreender a que destinos queremos chegar, quase sempre de forma solucionista.

Chegar a um destino é cada vez mais uma experiência *mediatizada*, representada neste exemplo de forma pitoresca pela contradição contemporânea de se chegar a um lugar pela navegação GPS, via aplicativos, ainda que isto não represente nada. Navegar pela cidade, de forma mediatizada, já não mais pressupõe gerar memória de lugares, associar momentos a situações, não significa que houve uma experiência que marcou o aprendizado sobre a cidade. A experiência fetichizada e alienante da navegação mediatizada provoca situações esdrúxulas (tão corriqueiras!) como a do motorista e do co-piloto (o que segura o aparelho de gps) que brigam entre si, pois um diz que não chegou e o outro mostra a tela do telefone para *provar* que sim, chegaram. Nessa contradição entre os investimentos na materialidade e os investimentos na virtualidade, parecemos estar perdidos, sem saber em qual das canoas colocamos os pés. E muitas vezes colocamos um pé em cada, e vivemos a instabilidade entre as potências da virtualidade e as da materialidade, este binômio tão essencial para a contemporaneidade.

Um breve balanço em retrospectiva

Chegar ao último capítulo dessa pesquisa traz um misto de sentimentos. Um deles é de que chegamos a contento a um ponto em que já não vale mais apenas dizer, pois foi dito bastante. Certamente, algo não pôde entrar e muito que foi idealizado antes também não pôde estar aqui pelos mais diferentes motivos. De qualquer forma, para não tentar fechar a análise, ao contrário, deixá-la livre para que possa incidir no diálogo e debate, acreditamos que se faz necessária uma recapitulação e avaliação do que a tese apresentou.

O primeiro resgate é sobre a hipótese da pesquisa, que aponta para a mediatização de 4ª fase (ou algorítmica) como um dispositivo capaz de articular a dimensão subjetiva do homem empreendedor do neoliberalismo, com o aparato objetivante e promotor de sujeições da parafernália técnica cibernética. Acreditamos que apresentamos indícios e referências suficientes para comprovar, ainda que sem um estudo de caso empírico específico, que a mediatização, agora sob a dinâmica das redes neurais e do aprendizado maquínico, se estabelece como a interface central que operacionaliza, tanto pelo lado das camadas técnicas como pela

dimensão simbólica e psíquica da economia política das percepções (Agre) que é o modus operandi das plataformas, essa nova forma de organização da produção no capital contemporâneo.

A segunda questão é sobre a forma de apresentar nosso raciocínio. Optamos, já na introdução, por apresentar alguns aspectos como o lugar de fala desse autor e aspectos não necessariamente acadêmicos que condicionaram esse percurso investigativo. Em que pese não ser a mais ortodoxa das introduções, cremos que permitiu ao leitor que bravamente chegou aqui, compreender melhor em que contexto e em que condições o autor – essa subjetividade atravessada de tantos outros coautores e coautoras – conseguiu produzir este trabalho a partir das potencialidades, oportunidades, limites, restrições e sujeições que se sucederam e foram elencados naquele início e que não achamos necessário, portanto, serem retomados nessa conclusão.

Quanto às partes da tese, o primeiro capítulo se mostrou o mais difícil, uma vez que o desafio era tornar o problema de pesquisa compreensível e delimitado, apresentando um texto que superasse o senso comum e incidisse de forma que a análise apresentasse uma contribuição para o campo. A opção pelo conto de Borges, *O Aleph*, se mostrou uma grata surpresa, uma vez que ele permitiu um fio condutor em que a mediação entendida como processo pudesse ser demonstrada de uma forma mais conotativa e com a elegância e a riqueza de escrita que Jorge Luis Borges tem. É preciso agradecer a Andressa Machado, colega de graduação da UFF, que me presenteou este livro, nos longínquos 2005. Nunca, pois, subestimemos a temporalidade dos livros e as formas mais distintas que circulam silenciosos entre as pessoas e ideias.

No segundo capítulo acreditamos que, apesar da forma extensa e minimalista como a argumentação ensaística foi feita ter deixado o texto um tanto menos fluido, em compensação, deixou-o mais rigoroso no método de apresentar o referencial teórico em que essa tese se sustenta. Confesso que uma miríade de outras fontes interessantes sobre governamentalidade e dispositivo se apresentaram no decorrer da pesquisa. A opção consciente de circunscrever a Foucault, Castro-Gomez, Dardot e Laval, se mostrou, a meu ver, acertada. O excesso de leitura tem sido um problema que pesquisadores, sobretudo das humanidades, em especial da comunicação, enfrentam. Articular autores de forma consistente mantendo o referencial teórico bem amarrado se tornou, portanto, cada vez mais desafiador em um tempo em que os discursos e produções de textos vão perdendo em linearidade e ganhando em alcance, mas incidindo de forma fractal.

No terceiro capítulo, uma viagem não planejada inicialmente à Europa e uma visita ainda mais inusitada ao *Science Museum* de Londres, para a exposição *200 anos da Era da*

Informação, encaixaram como uma luva na construção que estava relutando em se materializar. O livro de Leone Montagnini com a biografia intelectual de Norbert Weiner se mostrou de uma preciosidade ímpar para melhor explicar como a cibernética é, diferente do senso comum, muito mais um dispositivo de controle que de tecnologia. Lamento que só pude ler mais para o final da escrita o livro de Leticia Cesarino e como isso refletiu em uma vertente da pesquisa que mereceria ser mais explorada, sobretudo a noção de *self* e de *mind* com a midiatização.

No quarto capítulo acredito que o esforço para tentar sacudir o campo de estudos da midiatização, tensionando bastante, me levou a negligenciar, na genealogia e na revisão bibliográfica, contribuições importantes que mereceriam maior atenção e que não foram avaliadas por motivo de exaustão. Dentre eles: Jairo Ferreira, Pedro Gomes, Fausto Neto, Carlon e, evidentemente, Eliseo Veron, entre outros pesquisadores. No entanto, cremos que nosso entendimento de midiatização como processo permite pensar o conceito tanto para dentro da comunicação como para fora, uma vez que, ao associar a midiatização com as relações de poder, ela pode assumir uma dimensão que consideramos até então pouco explorada na comunicação. Conhecer pessoalmente o pesquisador Joan Ramon Rodriguez-Amat no Geomedia de Tampere, na Finlândia, foi esclarecedor à medida que os pesquisadores da Catalunha e lá baseados (Amat-Rodriguez e o argentino Scolari) se mostraram mediadores de saberes, nós na rede fundamentais. O primeiro mediador entre estudiosos latinos europeus (portugueses, espanhóis, catalães, franceses e italianos), anglo-saxões (alemães, ingleses) e nórdicos. Já Scolari, argentino, ponte entre pesquisadores latino-americanos e europeus. O mapa completo e vivo, como vimos no conto de Borges, é cada vez mais detalhado à medida que se torna impossível de ser completado. De certo caberiam mais esforços e futuros estudos sobre a circulação do conceito de midiatização nesse momento chave em que as transformações da plataforma e o aprendizado maquínico tensionam o conceito a se reinventar e assumir a centralidade que lhe é inerente na cotidianidade para explicar que a interface, agora não somente visual, mas baseada em elementos hápticos e também algorítmicos, assume preponderância na mediação social.

No quinto capítulo o desafio foi conciliar a bagagem e o repertório que adquirimos no mestrado em geografia com a questão de pesquisa. Para além de ressaltar a relevância do pensamento de Milton Santos, acreditamos que oferecemos para a interseccionalidade entre geografia e comunicação um primeiro passo rumo a tentativas (ensaios!) de buscar um método na comunicação em que a dimensão territorial possa assumir uma chave interessante de análise. A importância do capítulo é também relativa à pequena contribuição que ele pode dar para geógrafos e estudiosos das territorialidades sobre aspectos da comunicação, muitas vezes

incompreendidos pelas ciências da terra. Outro aspecto desse capítulo é sobre o livro *The Eye of The Master*, de Matteo Pasquinelli, e a importância de poder contar com essa obra, (obrigado para todo o sempre, Bianca Tinoco!). A obra ainda não foi traduzida para o português e acreditamos que pode contribuir para os estudos de mediação e de plataforma como um todo.

Foi também grata surpresa encontrar autores como Alexander Galloway e Mckeinze Wark, ainda que apenas pela internet. Por intermédio dele e dela, respectivamente, tive acesso a uma literatura com a qual acredito que poucos pesquisadores no Brasil estão familiarizados. Em especial, chamo atenção aos colegas pesquisadores à contribuição de Philip Agre e à sua noção de economia política da captura, algo que, por outros caminhos, só havia encontrado em Christoph Türcke e sua economia política das sensações, este último por indicação do orientador Tiago Quiroga. Uma descoberta que abre um campo para estudar a cada vez mais premente articulação entre comunicação, produção simbólica, dimensão técnica e gerencial da comunicação cibernética com a dimensão da economia política da comunicação e, portanto, da sua materialidade, em especial de como ela se manifesta no território.

Espero ainda que essa tese ajude a pensar o problema grande sobre saúde mental e o uso instrumental das percepções que se tem feito para extração de valor, trazendo para o debate Byung Chul Han, que, em *A Sociedade do Cansaço* (que em inglês se chama *Burnout Society*), nos alerta sobre os usos utilitários da percepção e o estresse emocional: “A violência da positividade não é privativa, mas saturante; não excludente, mas exaustiva. Por isso é inacessível a uma percepção direita”. (Han, 2017 p20)

O alerta sinaliza para uma questão que segue em aberto e, quem sabe, pode ser tema de futuras investigações sobre uma mudança entre as técnicas de visão (Crary, 2012) e as técnicas de percepção. São linhas de pesquisas que se abrem, mas acreditamos que necessitam de decantação e espera, enquanto esse trabalho que se conclui passa, nesse momento, para o processo de circulação e, oxalá, contribua para o debate tão necessário dos transtornos que as mudanças de mediação causam.

Outro aspecto que não pôde ser analisado a fundo foi a relação da mediação como dispositivo central da governamentalidade neoliberal e sua relação com a cidadania. De fato, esse era o objetivo principal quando apresentei o projeto de pesquisa. Não atingir esse objetivo se mostrou uma contradição interessante. Por um lado, seguiu como horizonte e, como diria Eduardo Galeano, a cada passo que dava em sua direção, ele se afastava outro passo. Por outro, demonstra quão grande são as dificuldades em se produzir estudos que consigam ligar pontas, tecer análises e costurar ideias em um mundo em que a proliferação de discursos apontam para uma fragmentação discursiva que cresce como uma sequência Fibonacci.

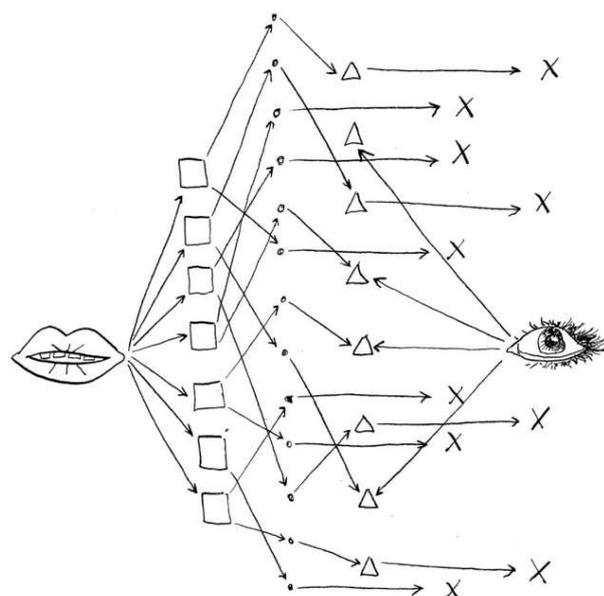
Não foi por falta de vontade, mas por limite físico e mental que encerramos o trabalho na esperança de tratar esses temas futuramente. Para tangenciar a questão de forma aberta e sem a profundidade e rigor que se faz necessária – sobretudo no Brasil atual – fechamos com a grata surpresa de citar o trabalho do escritor e jornalista queniano Enos Nyamor, que de forma breve resume muitos pontos dessa pesquisa.

Mais do que em qualquer outro período documentado da civilização humana, a infraestrutura digital se tornou o sistema nervoso central da produção e reprodução social. Através de oceanos, montanhas e desertos, a conflagração digital se espalha como um incêndio florestal, consumindo e alterando tudo que ousa se colocar em seu caminho. Em toda parte, há rastros digitais: imagens, textos, sons ou a combinação desses três elementos.

A corrida digital anunciou a criação de um mundo virtual e sem fronteiras. É uma nação com população sempre crescente. Mas a mudança radical do físico para o virtual tem sido uma fonte de confusão para os sistemas tradicionais que foram construídos para durar mil anos, mas estão agora se tornando obsoletos. Com a abordagem neoliberal, empreendedores diligentes têm experimentado diferentes maneiras de tentar se apropriar do terreno comum que é a internet, e autoridades políticas têm reagido com leis e tecnologias de controle. Mas quão efetivas são essas leis e controles, e quão sustentáveis são essas abordagens em um mundo cada vez mais cibernético?

Sim, de fato, o status quo tem todos os motivos para ser vigilante, porque o poder nunca é tão seguro como tentam fazê-lo parecer. Tecnologias digitais, com sua capacidade de escapar do controle, são uma forma de subversão, e diminuem a onipresença dos governantes e sua capacidade de incutir medo. Subitamente, a vida cotidiana está em disputa com narrativas políticas. O papel dos políticos está diminuindo, assim como o seu domínio sobre o tipo de informação que os veículos de mídia são capazes de produzir e o conhecimento que as massas podem consumir. Essa forma de distribuição não linear de conhecimento é abertamente subversiva e rompe o arranjo vertical de poder – o valor central em todo sistema burocrático.

Figura 18 - Sophie-Charlotte Opitz, “Tempestade digital”, 2019



O mesmo ocorre com a transformação radical do processo de disseminação de informação. Dentro de um contexto político, essas podem ser peças de propaganda essenciais para inspirar ações e influenciar o processo de tomada de decisão. Toda franquia política, sem exceção, prospera em função de sua capacidade de manipular informação. No entanto, as novas mídias têm sugerido constantemente a morte da centralização do conhecimento e, portanto, o fim do controle político sobre o quarto poder. Em termos práticos, essa mudança perturba o conceito de mídiatização da política – a noção central em comunicação de massa e imprensa tradicional.

Com a multiplicação das plataformas de distribuição de informação, e com as possibilidades de arranjos locais, a mídiatização da política está mingando constantemente. A essência do termo guarda-chuva “mídiatização”, claro, é a capacidade da mídia ou da imprensa de moldar narrativas políticas, e os ajustes resultantes em função das influências políticas. Mas o surgimento de arranjos horizontais, ou, em termos concretos, da promessa de arranjos horizontais, provavelmente deslocará o significado de uma plataforma política universal. Essa reorganização apresenta o recurso-chave em um mundo digital inconstante, onde o conhecimento é permanentemente produzido e descartado.

Embora essa reorganização continue sendo objeto de disputa, os arranjos horizontais devem se tornar significativos, e devem ser conectados através da infraestrutura digital. Os desafios atuais das fake news, por exemplo, levam constantemente à evolução. Sob esses impedimentos, surge a demanda de auto-organização.⁶⁷ Comunidades devem constantemente produzir e reproduzir estruturas sociais de forma a transcender os sistemas ortodoxos. Esse futuro auto-organizado, embora volátil, levaria a uma nova forma de mídiatização que significa, obviamente, a mídiatização da cultura e da vida cotidiana.

É possível que o processo para realizar tais sistemas seja longo, mas a mídiatização da cultura é quase uma reação natural à multiplicação das plataformas, assim como das agências locais que não demandam a intromissão por parte de um sistema administrativo centralizado. Mesmo hoje, as redes sociais, por exemplo, se tornaram uma fonte de informação para a mídia corporativa. Aqui temos um caso clássico de cultura digital abastecendo a mídia com informação e, em troca, temos essa mídia reagindo e ajustando as abordagens de coleta, processamento e distribuição de informação.

Mas, então, a nova mídia funciona em camadas de algoritmos, alguns dos quais independentes de ações e decisões humanas. Como as máquinas têm o poder de tomada de decisão, elas destacam um mundo pós-humano – um mundo que não é construído apenas com base no intelecto humano, mas também na aceitação dos “outros”. Neste caso, o que se chama de “outros” pode incluir o meio ambiente, criaturas não humanas e mesmo outras realidades.⁶⁸ São realidades ligadas a “eus” divididos e ao reconhecimento de que os sentidos humanos são insuficientes e limitados. Os cinco sentidos só existem nos humanos, mas pode haver outras maneiras de perceber o mundo. E, uma vez que tal visão se introduz na narrativa universal, isso marca o início de um mundo pós-humano.

(..)

Em um mundo hiper-mídiatizado, a ideia de sucumbir à velocidade digital persiste. Imagens, textos e sons inundam a consciência coletiva e individual. A explosão massiva da reprodução da informação forçou a fragmentação da atenção. Notificações constantes, bem como aparelhos e sensores interconectados, sobrecarregam a atenção individual. O medo primário, tanto para intelectuais quanto para educadores, é que essa cultura possa levar a um declínio do pensamento crítico, e que a colisão de informações tenda a enfraquecer o raciocínio. Mas, a cada nova tecnologia de informação que surgiu, desde a criação da imprensa até a fotografia, rádio, até a

⁶⁷ Michael Hardt e Antonio Negri. *Assembly*, OUP, 2017

⁶⁸ Rosi Braidotti. *The Posthuman*, Polity Press, 2013.

televisão, o medo da indulgência excessiva sempre esteve presente. Com todas as suas incertezas, a era digital não é uma exceção.⁶⁹

⁶⁹Fonte: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/enos-nyamor-hypermediatized-world/0/>, consultado em 05/032024.

Enos Nyamor é um escritor e jornalista de Nairóbi, Quênia. Trabalha como jornalista cultural independente e, devido a sua formação em sistemas de informação e tecnologia, obtida na Universidade Internacional dos Estados Unidos, desenvolveu interesse por novas mídias digitais.

Esse texto foi originalmente publicado em schloss-post.com no dia 12 de março de 2019. Tradução: Cláudio Andrade

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o saber soberano e a vida nua**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002

AGRE, Philip. Surveillance and Capture Two Models of Privacy. In: **Information Society** n° 10(02) p101-127. 1994

AGRE, Philip. The Practical Republic: Social Skills and the Progress of Citizenship. in: FEENBERG, Andrew; BARNEY, Darin (org.) **Community in the Digital Age**, Rowman and Littlefield, 2004.

AMARAL Marcio Tavares d'. **Os assassinos do Sol, vol 1: uma história dos paradigmas filosóficos**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015

AMAT-RODRIGUEZ, Juan Ramon; SCOLARI, Carlos **Mediatization(s): Theoretical Conversations between Europe and Latin America**. Londres. Intellect. 2021

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras. 2008

ANDREJEVIC, Mark. Ubiquitous Computing and the Digital Enclosure Movement. **Media International Australia**, 125(1), pp 106-117. <https://doi.org/10.1177/1329878X0712500112>. 2017

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp. 2020

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. Unesp, 1996

ASIMOV, Isac. **Fundação - Trilogia**. Tradução Fábio Fernandes e Marcelo Barbão. São Paulo, Editora Aleph 2019. pp900

ASIMOV, Isac. **O Sol Desvelado**. Série dos Robôs (2), vol. 2. São Paulo. Editora Aleph Ltda. 2019

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas: Papyrus. Trad. Maria Lúcia Pereira. pp.111. 1994

AXELOS, Kostas. **Horizons du monde**. Paris: Éditions de Minuit, 1974, p. 77-84.

AZAR FILHO, C. M.. Método e estilo, subjetividade e conhecimento nos ensaios de Montaigne. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 53, n. 126, p. 559–578, dez. 2012.

BALIBAR, Etienne; MORFINO Vittorio (Org.). **Il Transindividuale - Soggetti, relazioni, mutazioni**. Milão, Mimesis Edizioni. Collana: Eterotopie, n. 239. 2014

- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa, Relógio d'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECK, Ulrich. **World risk society**. Cambridge: Polity Press, 1999
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Época de sua reprodutibilidade técnica. in Teorias da Comunicação de Massa. In LIMA, L.C. (org.) **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 pp.209-243
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, 2004 24ª ed.
- BORGES, Jorge Luís. **O Aleph**. Tradução Flávio José Cardoso. Porto Alegre – Rio de Janeiro. Editora Globo. 6ª Ed. 1986
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: 5ª ed. Bertand Brasil, 2002.
- BOUTANG, Yan.M. Revolução 2.0, comum e polinização. In: G. COCCO; S. ALBAGLI (eds.), **Revolução 2.0: e a crise do capitalismo global**. Rio de Janeiro, Garamond, p. 75-93. 2012
- BOWER, J. L. CHRISTENSEN, C. M.. "Disruptive Technologies: Catching the Wave." **Harvard Business Review** 73, no. 1 (January–February 1995): P43–53.
- BOYLE, James. The Second Enclosure Movement and the Construction of the Public Domain. **Law and Contemporary Problems**, nº 66, pp 33-74 . em <https://scholarship.law.duke.edu/lcp/vol66/iss1/2> 2023
- BRATTON, Benjamin. **The Stack: on Software and Sovereignty**. Cambridge, MIT Press, 2016
- BYUNG CHUL HAN. **No Enxame**. Petrópolis. Vozes, 2018
- CACCIARI, Massimo. **A Cidade**. Tradução José J. C. Serra. Barcelona, Editorial Gustavo Gili. 2009
- CALIMAN, Luciana. Os regimes da atenção na subjetividade contemporânea. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro , v. 64, n. 1, p. 02-17, abr. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672012000100002&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 13 de janeiro de 2024.
- CARLÓN. Mario. La cultura mediática contemporánea: otro motor, otra combustión (segunda apropiación de la Teoría de la Comunicación de Eliseo Verón: la dimensión espacial). In: CASTRO, Paulo César. (org.). **A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento**. Maceió: EDUFAL, 2017. p. 25-48.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO_GOMEZ, Santiago. **Historia de la Governamentalidad** . Siglo del Hombre Editores. Bogotá, 2010
- CESARINO, Leticia. **O Mundo do Averso: Verdade e Política na Era Digital**. São Paulo. Ubu Editora, 2022.
- CHESSCHER, Cris. **Invocational Media. Reconceptualizing the Computer** . Londres, Bloomsbury.2023
- CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. In: **Cadernos IHU Ideias**. n. 214, v. 12, Porto Alegre: Instituto Humanitas Unisinos, 2014
- CHUN, Wendy. **Discriminating Data. Correlation, Neighborhoods and the New Politics of Recognition**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press,2021
- CHUN, Wendy. **Programmed Visions**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2011
- COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania: produção de direitos na crise do capitalismo global**. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 183 p. 2012.
- CORPOS INFORMÁTICOS, in *Museologia & Interdisciplinaridade*, 2013, pp. 103-106.
- COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape: with a new introduction**. First published in 1984. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **Construção Mediada da Realidade: Sociedade Cultural e Mídia**. 2020
- CRARY, Jonathan. Introdução. In: **Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012
- CRISTOFARI, Gianmarco (Org). **The politics of plataformization: Amsterdam Dialogues on Platform Theory**. Série Theories on Demand nº 48. Institute of Network Cultures, Amsterdam, 2023
- DARDOT, P. & LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Coleção Estado de Sítio .Editora Boitempo. 2016.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Coleção Estado de Sítio Editora Boitempo. 2017.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano. 1**. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 3ª reimpressão 2018

DEACON, D.; STANYER, J. **Mediatization: key concept or conceptual bandwagon?** Loughborough University,, 8 ago. 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2134/16178> . Acesso em: 3 mar. 2024

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contracampo 2ª Ed, 2017.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161

DELEUZE, Gilles. **Os estratos ou formações históricas: o visível e o enunciável (saber)**. **Foucault**. Editora Brasiliense, 1988

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. 3ªed. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 223-230.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. O que é um agenciamento. In: **Kafka: por uma literatura menor**. Autêntica, 2018

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle**. L’Autre Journal. Paris, p. 1-4. maio 1990.

DELFANTI, Alessandro. **The Warehouse. Workers and Robots at Amazon**. Londres. Pluto Press

DORAN, George T. **There’s a S.M.A.R.T. way to write management’s goals as objectives**. Management Review. 1981

DRUCKER, Peter. **Concept of Corporation** . Londres e Nova Iorque: Routledge, 1993

ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente: Introdução à pesquisa semiológica**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1971. Coleção Estudos

EL PAÍS, Byung-Chul Han: “O celular é um instrumento de dominação. Age como um rosário”. **Cuaderno IDEAS**, acesso em 17/10/2021 <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-10-09/byungchul-han-o-celular-e-um-instrumento-de-dominacao-age-como-um-rosario.html>

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo. Ed Boitempo. E-book (2008)

FALKHEIMER, Jesper., & JANSSON, André. **Geographies of Communication : The Spatial Turn in Media Studies**. Goteburg, Nordcom 2006.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **MATRIZES**, São Paulo, v. 1, n. 2, p, 89-105, abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.19828160.v1i2p89-105>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FEENBERG, Andrew. **Technosystem: The Social Lif of Reason**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. E-book 2017

FINN, Ed. **What Algorithms Want : Imagination in the Age of Computing**. Cambridge , Massachusetts, MIT Press. (2017)

FLUSSER, Vilém. Linha e superfície. In: **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. Tradução de Raquel Abi-Sãmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007

FOLHA DE LONDRINA <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-mais/refens-da-tecnologia---aplicativos-fora-do-arcausam-transtornos-e-escancaram-forte-dependencia-de-usuarios-e-comercios-3116811e.html>. Acesso em: 16/10/2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, 7ªed. Editora Graal, 1988

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo. Martins Fontes. 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 16. ed. Rio de janeiro: Graal, 2005

FOUCAULT, Michel. **A Palavra e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**; tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. — (Coleção tópicos)

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica**. Rio de Janeiro. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FREDERICO, Celso. Brecht e a "Teoria do rádio". **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 217–226, maio 2007

FREELANCER.COM. Acesso em: 22/09/2021. Consultado em: https://www.freelancer.com/contest/nda_print.php?contest_id=1999538&users_id=30860736

GALLOWAY, Alexander. **Agre x Zuboff** in <http://cultureandcommunication.org/galloway/agre-zuboff> . Consultado em 30 de janeiro de 2022.

GATES, Bil. **A Estrada do Futuro**. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

GÍLMIA L. M. **Dialogismo e subjetividade em propagandas de celulares: o caso da operadora de celulares Tim**. Dissertação de mestrado. Biblioteca Central da Universidade de Franca, 2009

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOFFMAN Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes 10ª edição. 2002

GOMES, Pedro Gilberto. *Mediatização: um conceito, múltiplas vozes*. **Revista FAMECOS**, 23(2), ID22253. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22253> (2016)

GRABER, David. *Bullshit Jobs*, Nova Iorque. Penguin Books. 2018

GRUSIN, Richard BOLTER, Jay David. **Remediation: Understanding New Media**. Cambridge Massachusetts, MIT PRESS 2000

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo. Editora Unesp, 2014

HABERMAS, Jurgen. **Teoria da ação comunicativa**. São Paulo. Editora Unesp, Vol 1 2022a

HABERMAS, Jurgen. **Teoria da ação comunicativa**. São Paulo. Editora Unesp, Vol 2 2022b

HARJARD, Stig. The Mediatization of Society A Theory of the Media as Agents of Social and cultural Change, in **Nordicom Review** 29 (2008) 2, pp. 105-134.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis, Vozes, 2002

HAN, Byung-Chul. **No Enxame**. Petrópolis. Vozes.2018

HAN, Byung-Chul. O celular é um instrumento de dominação. Age como um rosário”. **Caderno IDEAS.El País.**, acesso em 17/10/2021 <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-10-09/byung-chul-han-o-celular-e-um-instrumento-de-dominacao-age-como-um-rosario.html>

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis. Vozes, 3ª Ed 2019

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis. Vozes, 4ª Ed 2019c

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Petrópolis. Vozes, 2ª Ed 2019b

HARRIS, Malcon. **Palo Alto: A History of California, Capitalism, and the World**. Nova Iorque: Little, Brown and CO, 2023

HARVEY, David . **The Anti-Capitalist Chronicles**, Londres. Pluto Press, 2020.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo. Annablume editora, 2060

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HARWOOD, John. **The Interface: IBM nd the transformation of corporate design**, 1945-1976. Minneapolis. Univesity of Minnesota Press, 2016

HASBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: Editora Contexto, EdUFF, 2002.

HEIDDEGER, Martin. **Ser e Tempo**; tradução revisada e apresentação de Márcia Sá Cavalcante; pós fácio de Emmanuel Carneiro Leão. 10ª Ed. – Petrópolis; Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco. 2015

HEPP, A. (2013). The communicative figurations of mediatized worlds: Mediatization research in times of the “mediation of everything”. **European Journal of Communication**, 28(6), 615–629. doi:10.1177/0267323113501148

HEPP, Andreas. **Deep Mediatization**. Londres. Routledge, 2023

HEPP, Andreas. Pioneer Communities: Collective Actors in Deep Mediatization in **MEDIA@LSE Working Paper Series** consultado em 16/09/2023 e disponível em <http://www.lse.ac.uk/collections/media@lse/mediaWorkingPapers>

HOBBS, Thomas. **O Leviatã ou matéria Forma e Poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução Eleonora Magalhães de Gusmão. 2. ed. [S. l.]: Lebooks Editora, 2020. E-book.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX. 1917 - 1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **A Indústria cultural: iluminismo como mistificação de massas**. in: LIMA, L.C. (org.) Teoria da Cultura de Massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp 159-204

HORVITZ, Robert. "Whole Earth Culture." Written for the conference "Wilderness as a Phenomenon of Integral Culture," May 4-5, 2002.

HUDSON, Michael. **Killing the Host: How Financial Parasites and Debt Bondage Destroy the Global Economy**. Petrolia. Counterpunch Books, E-book 2015

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo. Editora Perspectiva. 2019

HUXLEY, Aldous. **Collected Essays**. New York: Bantam Book. 1964

INNIS, Harold. **A History of the Canadian Pacific Railway**. Toronto: Mcclelland and Stewart, Ltd. 1923

INNIS, Harold. **Empire and Communications**. Toronto. University of Toronto Press. 2022

INNIS, Harold. **O Viés da Comunicação. Coleção Clássicos da Comunicação Social**. tradução Luiz C. Martino. Petrópolis: Vozes, 201.

INNIS, Harold. **The Fur Trade in Canada: An Introduction to Canadian Economic History**

New Haven: Yale University Press. 1930 pp 444

Jansson, A., Adams, P. C., Cupples, J., Glynn, K., & Moores, S. **Communications/ Media/ Geographies** (1ª ed.). Karlstad, 2017

- JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1999.
- JOSE VAN DIJCK, Maria, POELL, Thomas. DEWALL, Martin. **The Platafrom Society Public Values in a Connective World**. Oxford. Oxford University Press, 2018
- KJELLMAN, Anders; EHRSTEN, Mikael. A Theory of Homo Entrepaurus. **Research on Technological Innovation, Management and Policy**, nº 9, p. 211-232. Elsevier, 2005
- .
KLAUSER, Francisco. Através de Foucault para geografia política de mediação na era da informação. tradução Lúcio Pereira Mello. in **Lugar Comum**, nº 66,2023 Rio de Janeiro, abril 2023.
- KORZYBSKI, Alfred. Science and sanity: An introduction to non-Aristotelian systems and general semantics. 5. ed. Englewood, N.J: **International Non-Aristotelian Library**, Institute of General Semantics, 1994. 825 p. ISBN 0937298018.
- KRUGMAN, Paul ¿Cómo trabajaremos cuando pase la pandemia?”, publicada no **New York Times** em 18/03/2021 <https://www.nytimes.com/es/2021/03/18/espanol/opinion/trabajo-pandemia.html> . Acesso em: 21/09/2021
- .
KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso Sobre a Servidão Voluntária**. L.C.C Publicações Eletrônicas. Publicado originalmente em 1549. 2006. Consultado em 12/02/2024 em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2014171/mod_resource/content/1/Servidao_voluntaria_Boetie.pdf
- LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra**. Tradução Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus,1988.
- LAFONTAINE, Celine. **O Império Cibernético: das Máquinas de Pensar ao Pensamento Maquínico**. Lisboa, Instituto Piaget. 2006
- LATOUR, B. e WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1997
- LAVADO, Joaquin Salvador (QUINO). **Toda Mafalda**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 7ª ed.
- LEFEBVRE, Henry. **A Cidade do Capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur Rio de Janeiro; DP&A Editora. 1999
- LEFEBVRE, Henry. **Critique of Everyday Life**. Verso Books 2014 e-book
- LEGOFF, Jacques. **Para uma outra idade média**. Petrópolis, 3ª Ed Vozes, 3ª Ed. 2014
- LENIN, Vladímir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo, Boitempo E-book 2021

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Editora 34 3ª Ed. 2010

LIVINGSTONE, Sonia ; LUNT, Peter. **Media Regulation: Governance and the interests of citizens and consumers**. London: Sage. 2012

LIVINGSTONE, Sonia. The mediatization of childhood and education: reflections on The Class. In Kramp, L, Carpentier, N, Hepp, A, Tomanic-Trivundza, I, Nieminen, H, Kunelius, R, Olsson, T, Sundin, E and Kilborn, R, (eds.) **Media practice and everyday agency in Europe**. Bremen, Edition Lumière, 2014

LIVINGSTONE, Sonia; LUNT, Peter. Is ‘mediatization’ the new paradigm for our field? A commentary on Deacon and Stanyer (2014, 2015) and Hepp, Hjarvard and Lundby (2015). **Media, Culture & Society**, 38(3), 462-470. <https://doi.org/10.1177/0163443716631288>. 2016

LOVINK, Geert. **Dark Fiber: Tracking Critical Internet Culture**, Cambridge: MIT Press, 2002

MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional: A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações**, 2003. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2ª Ed. 2003

MARTINI, Gílmia L. M. **Dialogismo e subjetividade em propagandas de celulares: o caso da operadora de celulares Tim**. Dissertação de mestrado. Biblioteca Central da Universidade de Franca, 2009

MARTINO, L. M. S. Mediatização da religião e esfera pública nas eleições paulistanas de 2012. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 7–26, maio 2014.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção de capital**. São Paulo. Boitempo. 1ª edição revista, agosto 2015

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital**. São Paulo. Boitempo. 2014

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista**. São Paulo. Boitempo. 2017

MASSEY, D.B. **Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of production**. Nova York: Methuen, 1984

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem (Understanding media)**. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974

MCLUHAN, Marshall. **The Gutenberg galaxy; the making of typographic man**. Toronto: U. of T. Press, 1962.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding media; the extensions of man**. NY/Toronto: McGraw Hill, 1964.

MELLO L.P. Da Crítica da Cidade Funcional a uma Perspectiva de deriva na Cidade Algorítmica. Apud GALLY, M. ORG. **Estéticas das Viagens**. Brasília 2021. Livro Eletrônico pp425-434

MELLO, L. P. **Usos do Território: uma releitura de Milton Santos na era da midiatização**. GP Geografias da Comunicação. João Pessoa, Intercom 2022

MELLO, Lucio Pereira. **Estado e Inserção Técnica no meio rural brasileiro: o Caso do Território Rural Vale do Rio Vermelho (GO)**. Dissertação de Mestrado. Brasília, Unb (2008)

MEYROWITZ, Joshua. **No Sense of Place: The Impact of Electronic Media on Social Behavior**. Oxford University Press. 1985

MILGRAM, STANLEY. The small-world problem. **Psychology Today** 1, p61-67. 1967

MOL, Annemarie; LAW, John. Embodied Action, Enacted Bodies. The Example of Hypoglycaemia. **Body & Society**, 10(2-3), 43-62.

MOMA. Access to Tools:Publications from the Whole Earth Catalogue, 1968-1974. Nova York.

<https://www.moma.org/interactives/exhibitions/2011/AccessToTools/> visitado em 18 de junho de 2021

MONTAGNINI, Leone. **Harmonies of Disorder: Norbert Wiener: A Mathematician-Philosopher of Our Time**. |Springer Biographies. 2017

MORAES, Denis de (Org.) **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro; Mauad 2006.

MOROZOV, Evgevnny. **To Save Everything Click Here**. : PublicAffairs Books. 2018

MUMFORD, Lewis. **La Ciudad en La Historia: Sus orígenes, transformaciones y perspectivas**. La Rioja: Pepitas de Calabaza. 2014

MUNDO HQ, acessado em 28/11/2023 <https://www.mundohq.com.br/historias-emquadrinhos/publicacao/139/prevendofuturo.html>

NEGRI, Toni; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2001

NEOFEEED, 23/04/2020 <https://neofeed.com.br/blog/home/na-crise-as-poderosas-big-tech-ficam-ainda-mais-poderosas/> . Acesso em: 22/09/2021

OUTRAS PALAVRAS <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-empresa-carioca-que-a-uber-quer-matar/> consultado em 16/09/2023.

PARANÁ, Edimilson. **A Finança Digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional**. Florianópolis: Insular, 2016

PARLAMENTO EUROPEU **Is data the new oil?**, em
[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/646117/EPRS_BRI\(2020\)646117_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/646117/EPRS_BRI(2020)646117_EN.pdf)

PASQUINELLI, Matteo. **The Eye of the Master**. Verso Book. Londres, 2022

PINTO, Alvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. 2º Volume. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

QUIROGA, Tiago. **Mediatização e o entendimento desonerado**. In *Mediaciones de la Comunicación 2019 - VOL. 14 / N° 2*, ,Montevideo p 79-95

QUIROGA, Tiago. **Pensando a Episteme Comunicacional**. 2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

RANCIÈRE, J. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

RANKIN, William. **After The Map: Cartography, navigation and the Transformation of Territory in the Twentieth Century**. Chicago e Londres. University of Chicago Press. 2016.

READ, Jason. **The Politics of Transdividuality**. Historical Materialism Book Series, Volume: 106. Boston, Brill Imprints, 2016.

ROSENBLATT, Frank. The Perceptron: A Probabilistic Model for Information Storage And Organization In The Brain. In: **Psychological Review**. Vol. 65, No. 6, pp386 -407. 1958

ROVELLI, Carlo. **La realtà non è come ci appare. La struttura elementare delle cose**, Milano, Raffaello Cortina, 2014, ISBN 978-88-6030-641-8

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo, Ed Best Seller, 1999

SANTOS, M. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, M. SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2008b

SANTOS, Milton. O retorno do território. Em: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Ano 6 nº. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SANZ, Cláudia; PESSOA, Mirela. Imagens do futuro: Risco e responsabilização na gerência neoliberal do amanhã. In: **Tempo Social**, V. 32 N. 2 (2020), pp.259-260

SASSEN, Saskia. **Global Networks, Linked Cities**. Routledge: Taylor & Francis Group. 2002

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton University Press, 2ª ed.2001

SATUF, Ivan et Alli. Três perspectivas sobre a midiaticização e suas implicações em: **Temática**. Ano XV, n. 5 maio/2019 NAMID/UFPB (p 161-176) in <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>

SCHOECHLE, Timothy. Standardization and Digital Enclosure: The Privatization of Standards, Knowledge, and Policy in the Age of Global Information Technology.
SENETT, Richard. **Declínio do Homem Público**. São Paulo; Companhia das Letras 6ª reimpressão, 1998.

SILVA, P. C. **Walt Disney's Celebration City Reflections on communication and city**. 1. ed. Kindle Edition: Amazon Digital Services, Inc., 2014. v. 1. 115p

SIMONDON Gilbert. **A Individuação à luz das noções de forma e de informação**. São Paulo: Editora 34, 2020a.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020b

SNIRCEK, Nick. **Platform Capitalism**. Hoboken, NJ, Wiley, 2016

SODRÉ, M. **A Ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, Editora Vozes, 2014

SODRÉ, Muniz. **A Sociedade Incivil: Mídia iliberalismo e finanças**. Petrópolis. Editora Vozes, 2021

SODRÉ, Muniz. **Éticidade, campo comunicacional e midiaticização**. In MORAES, Denis ORG. *Sociedade Midiaticizada*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006

SODRÉ, NelsonW. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro. 4ª ed. Mauad, 1998

SOJA, Edward. **PostMetropolis: Estudios Críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid. Traficantes de Sueños. 2008

STEINBERGER, Marília. Org. **Território Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília. Ler Editora, 2013

STIEGLER, B. **Technics and Time, 1 - The Fault of Epimetheus**. Stanford: Stanford University Press, 1998

STROMBACK, Jesper. Four phases of mediaticization: An Analysis of the mediaticization of politics. In: **International Journal of Press/Politics**, vol.13, n.3, p.228-46, 2008.

SUZE, Konrad. Calculating Spaces, in: **A Computable Universe: Understanding & Exploring Nature as Computation**, World Scientific, 2012

SWAINE, Michael. **Fire in the Valley: The Making of The Personal Computer**. Nova Iorque, Boston Londres ,McGraw-Hill. , 2023.

TECH TUDO <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/10/oito-programas-para-baixar-e-ouvir-musica-que-eram-sucesso-nos-anos-2000.ghtml>

TERRANOVA, Tiziana. **Network Culture. Politics for the Information Age**. Pluto press, Londres. 2004

THE BUSINESS RESEARCH COMPANY.
<https://www.thebusinessresearchcompany.com/report/specialized-design-services-global-market-report>. visitado em 20/02/2024

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade. Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes.1998

TINOCO, Bianca Andrade. A preservação da performance em coleções de arte contemporânea no Brasil. 2021. 369 f., il. Tese (Doutorado em Artes Visuais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021

TIQQUN (COMITÉ INVISÍBILE). **La Hipótesis Cibernética**, Acuarela Libros, 2015

TIQQUN (COMITÉ INVISIBLE). **Teoría del Bloom**. Editorial Melusina, 2005

TÜRCKE, Christoph. Sociedade Excitada: filosofia da sensação. Campinas: Editora Unicamp. 2010

TURSE, Nick. **The Complex : how the military invades our everyday lives**. Metropolitan Books, New York, 2008

União Internacional de Telecomunicações UIT. **Measuring digital development Facts and Figures: Focus on Landlocked Developing Countries**. April 2022: <https://www.itu.int/itu-d/reports/statistics/facts-figures-for-lldc/> visitado em dezembro 2022

UOL. **TV aberta é o único jeito de não ficar para trás na hora de comemorar o gol na Copa do Mundo**. Gizmodo (Alessandro Feitosa Jr.) <https://gizmodo.uol.com.br/tv-atraso-transmissao/> acessado em junho 2022

VALENTE, Jonas. **Das Plataformas online aos monopólios Digitais: tecnologia, informação e poder**. Belo Horizonte: Editora Dialética. 2021

VAN NIJF; MEIJER. **Trade, Transport and Society in the Ancient World**. Routledge 1992

VANOLO, Alberto, Smartmentality: The Smart City as Disciplinary Strategy. **Urban Studies**. 2014; nº51(5):p.883-898

VERÓN, E. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. São Paulo: **MATRIZES**. V.8, n.1, 2014.

VERÓN, Eliseo. **La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes**. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2013

VIEIRA, A. **Essencial**. São Paulo, Editora Schwarz / Penguin Classics. 2011

VIRILIO, Paul. **O Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real**. 2 ed. Editora 34. Rio de Janeiro. 2014.

VOLTAIRE, François-Marie A. **Micromegas**. São Paulo: Editora Hedra 1ª Edição. Tradução e adaptação de Graziela Marcolin e Carolina Noto. 2011

WALENTA, Jayme. Corporate Bodies of Desire: An investigation into the ‘Women of Enron’. **Gender, Place and Culture**. Vol. 13, No. 4, pp. 437–453, August 2006

WARK, Mckeinze 2015 The Vectoralist Class. **E-Flux Journal**, nº 65 - maio agosto 2015. em: <http://supercommunity.e-flux.com/texts/the-vectoralist-class/> . Acesso em: 27/09/2021

WARK, Mckeinze. **Capital is Dead**. Verso books. Ebook 2020

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo: Cultrix, 2007.

WEINER, Nobert. **Cibernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina**. Coleção Big Bang. Tradução Gita K. Guinsburg) 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017

WEISER, Mark. **The Computer for the 21st Century**. PARC. Palo Alto 1991

WHOLE EARTH CATALOG

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação - Mass media: contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking**. Lisboa. Editorial Presença. 5ª Edição. 1999

YANG, Chamee. **Historicizing the smart cities: Genealogy as a method of critique for smart urbanism**. Telematics and Informatics, nº55. 2020

YOUTUBE. **Aula Magna: Território Usado como categoria de análise social” com Maria Laura da Silveira**, https://www.youtube.com/watch?v=_ndFI0F98rg&t=3983s , visto em 10/07/2022.

YUK. Hui. **Tecnodiversidade**. tradução Humberti do Amaral. São Paulo. Ubu Editora, 2020; Coleção Exit.

ZANON, Dulcimeire A.V et alli. Contribuições da leitura de um texto de Bruno Latour e Steve Woolgar para a formação de estudantes em um curso superior de Química. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. Pag 56-69. Vol. 6 Nº 1 (2007)

ZUBOFF, Shoshanna. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power.** Nova Yorque. Publick Affair. 2018

8. ANEXOS

Entrevistas na íntegra.

Anexo A1 - Entrevista Andreas Hepp – Inglês

Interview with Prof. Dr. Andreas Hepp, at ZeMKI , Unibremen, Bremen, on the 12th September 2023
Transcribed and edited by the Interviewer Lucio PERERA-MELLO (PM)©

Lúcio Pereira Mello (LPM): Relating Mediatization, Territory and citizenship in this path, mediatization seems to be evolving from the idea of media effects in society to something more infrastructural, more part of everyday life, like emails and Instagram, social media and so on. How do you see this in everyday life nowadays and the idea of citizenship in general?

Andreas Hepp (HEPP): Well, starting from the first part, from my point of view mediatization was never ever about media effects, so, as far of course, there are different traditions in mediatization research, as you know. But, as far as I see it, mediatization research from the beginning was driven by the idea not to focus on effects of media in the sense of media content, but also in the sense of media technologies, but more having a focus on the relations. So, in that case, how the change of media and communications, on the one hand, and the change of culture, society, social domains, on the other hand, transform and how this is interrelated. So the theoretical concept, at least from my point of view, which are of help at that point is more to start with the idea of co-articulation or co-construction, in the sense that media are never ever outside society, but they are always part of society and structures in media have had also always to do something with the structures of society. This is maybe the broader perspective.

Now becoming more specific, I think all research I have done at least is somehow related to the perspective of everyday life and media use. So, for example, we did research on media migration from the mediatization perspective. We were focusing on the question of what does it mean to be a mediatized migrant whose practices of migration are deeply interrelated with practices of media use? This is a big difference compared to other times, so you can stay in contact with your home Country, with your own family and so on and so on. And just because of that, it already means something different to be a migrant. And also, the process of migration itself is a process which is organized by media, which is surveyed by media and so on.

So, I think, from my perspective, this is already an example on how it is not a question of media effects. It is a question of how to practice migration in a deeply mediatized world. The same can be said so with another larger project, which we had was comparing different media generations and their community building. Again, you cannot from our perspective understand this as an effect. But of course, the way how communities are built changes. With or in time sliding off on our today's media environment.

And so, in that project, one of the results – and this comes now more specifically to the second-half of your question –this project we could show that, on the one hand, comparing different generations, through orientation when it comes to community building does not differ so much across the generations. So, you find people who are more - we call them localists. So, for whom primarily communities matter, which are the local communities. You have people, we call them multi-localists, whereas the community at 2, 3 or 4 different places but again, specific places. Then we had people we call them centrists, whom the community building was centered on a particular topic. So, this can be, for example, a religion. This can be, for example, a particular kind of culture. And then we have a group of people which we call pluralists which with for whom really as plurality at every communities matter: local, regional, national, transnational ones. And then we finally had a group of people which was typically a phase of life for them, who were very much self-centered for whom all this community thing did not have a larger relevance in their life.

The point is these different kinds of orientation you can find them all across the different generations. But, of course, in what we called them *primarily digital generations* or generation, which grew up in our deeply mediatized environment, even if they are stand not on local communities, they are connected with them differently. So, of course, for them social media plays a role. Of course, for them it is often important to reach more people within their local communities continuously via mobile phone and of course they play computer games. But just with the people living locally.

So, the point there is to say: you don't have an effect in the sense that the digital media, everybody becomes pluralist, something like this is just wrong. But what you can say is while these general orientations, when it comes to community building, are quite stable the way how they are constructed differs and this makes a difference. So being continuously involved in multi-local communities, being continuously involved in a particular kind of religion, being continuously involved, and so on... this makes the difference.

Of course, when you relate this then to your question, we didn't use the concept of citizenship. We were mainly working with the concept of public connection. So how you are connected to a wider public? This differs for these people, so if you're localist, your public connection is mainly driven by a local orientation, and you're possibly even not so much interested in national things.

LPM: But maybe really connected to local problems and local questions like in the neighborhood, etc.

HEPP: Yes, you can be engaged, you can be a person pushing things forward and something and so on. So, taking the results of this project, I would say it's never ever a question of one citizenship. The main question, at least taking the piece, the perspective of the people, is the question of what are the communities that matter for you? How do you build up accommodative connection to this communities? But also: how far make these communities certain kinds of pressures on you? So, pressure in the sense that there are expectations that you are particularly and also collectively involved.

LPM: Is it much more a micro approach? I mean the idea of citizenship is so generic that somehow it could be seen as part of a general, a local citizenship, a multi-locally citizenship or, I mean, practices. I have been reading something about Lefebvre and this notion of everyday life. He talks a lot of practices. And how the practices come before those categories of social sciences but at his time, one of his pupils is a Brazilian Geographer, Milton Santos. He says that somehow agencies in some specific space can be overlaid by a lot of these plural agencies, for instance, my approach is more regional one. So, all my network and all my relations and my every day is about this. Other are more religious and they have this practice and somehow, they live in the same region or local or community. I mean, this space comes different now in a point of view that it's shared by a lot of people, but they somehow are in different rhythms. I wonder if there's something that you can say about this spatial dimension of everything going digital and this mediatization space.

HEPP: To begin with citizenship, I think, from my point of view, the first crucial thing is: what do you understand by that term? Well, there are legal definitions of citizenship so and these and when it comes to question of the law, the law, as we have it nowadays, across the world, is made or is based on questions of territories. A law – and this is how the different societies at this moment of time work. A law has a particular kind of territorial reach, and of course you can say, ok, most countries work with the legal side of citizenship, by the way of saying everybody who either was born in the territory or was living for a certain time in that territory or another territory by this or that or that regulation, this person counts as a citizen. And he or she has particular rights. Can elect, vote when it comes to legal processes or political processes, is involved in this or that way, and so on. So, this is one side of citizenship.

The other side of citizenship is what you find in the discussion about so-called cultural citizenship. And then you are again at the question of belonging to communities you feel a relation to. So you can be, let's say, live and be legally spoken, a citizen of a particular kind of country. But this does not mean necessarily that you are feeling a belonging to that country. Belonging to a religious group, or religious community might be much stronger, or the belonging of even in popular culture, you can feel much more, let's say, bounded to somebody who's engaged in a project kind of music scene. And it doesn't matter where it is.

LPM: *Like punk rock or someone...*

HEPP: Whatever. And so, this is, from my point of view, the reason why it's really worth to have a look at the overall orientation of the people. Of course, there's a standard. You end up with a different question. Then the legal freshman citizenship and you have a particular kind of clash. And if you look at all this historically, and the person who did it very well from my point of view was I'm not sure if you know that book by John B Thompson. He was one of the first one, the first person who addressed these questions.

There are two interesting things when it comes to that point. So, the first thing in my perspective, is that the idea of the nation and the nation-state and national citizenship. This was not a natural idea. This was an idea which came up by building up modern state. And of course, for modern state it was of importance that the people feel belonging to this thing. If you think on about questions like paying taxes, being soldier, fighting for that country, and so on, so you don't do this if you don't feel belonging to it.

And so a process started in Europe, of what is called European modernity of building up modern States and building up the idea of what Benedict Anderson called the national identity. This really did not come out of the blue. It was a political project and there of course, media were of importance. So, you have to build up a shared space of communication, which manage you have what is was then called national media system. And even if you think at the early stage of this process, you even have to build up a shared language.

LPM: *Like Italy, for instance, when also Germany.*

HEPP: Italy, Germany yeah, but also when you go to France and many other all European countries had different languages, a lot of different. And they were much more regional, and they did not fit with the state borders. This became a larger project which was pushed forward I think the high moment in Europe of this idea was in the 1970s. And what you have again now, and this is my second point, is an increase in complexity. And this complexity is a multi-layered thing. One point is migration. You have a lot of people who move across. Other phenomena of let's say popular culture, but also within the groups of people who are living within that one state, they're not necessarily have the strong belonging on national. And so, when I come back to our project media generation, we also had a survey as part of this project and for many, many people, when they just should answer: "*what kinds of communities are of importance for you?*" And for many, yes, the national community was somehow a point important, but not very high on scale. There are different kinds of communities for many, many people. And they were of either local communities or particular kind of thematic communities. Thematic means for us that religion is the same like a popular culture. So, it's really stand on a particular kind of public.

So therefore, this is the challenge, somehow all countries in Europe have has this moment of time, and I also would say [it happened] in other regions of the world too. That you have a particular kind of clash between the orientation that people have in everyday life and, let's say, political approaches like national community, national citizenship.

The ways of how it is solved are different. So, for example, in Germany, the idea is really having a very multi-layered thing. So, legally spoken, you're a citizen of a commune, and you are a citizen of a federal state, and you are a natural citizen, and you are citizen of Europe. Which is already a quite broad thing. So, you have already different kinds of citizenships and different kinds of elections. In this sense, you have different kinds of citizenship, and partly it's the same in the UK: you're Scottish, Welsh and so on...

So, this is one kind of answer and of course, this has again something to do with media and communications because you have to build up this different layers of communication. And when I come now to Europe, this is the reason why you have also these different layers of research or people focusing on local publics or regional publics or national publics, or the European public sphere, or European public.

And, interestingly, in this groups you have this ongoing layering or, I prefer the term, *thickening*. You have a thickening of different spaces of communication. So, just as a hint, I have written about that under the frame of transcultural communications. I have written at ten years ago a book on that which is called *Transcultural Communication*. And I have also one paper at FQS. And I have written with Nick Couldry several chapters on that. So, it's comparing media cultures.

I prefer the term thickening, and why thickening? Because these are not closed territories, these are not closed spaces. They *thicken* and, with digital media, they are also not linked to a territory anymore. So just to give you an example: when we are talking about local communitive space. The digital media you can be part of this commutative space while being at a different place.

LPM: For instance, I can watch some religious ceremony if it is being broadcast or streamed, and so being part of the community, even if I am outside this local. Is this?

HEPP: Yes, I even would go a step further. Just we can take the example of Bremen because we're just here. Bremen denizens have a thickening of communication as a city public. But of course, this is digital. So, if you're feeling a belonging to the city, and if you're now staying, let's say, in São Paulo, you can be mainly involved.

And this is, from my point of view, the big change when it comes to the latest stage of mediatization. Not in the sense that everything will broad open, whatever, but in the sense that the close linkage between territories and cognitive spaces or cognitive thickenings this weakens. One scholar who was wrote, from my perspective, one of the best books on this topic he's Latin American, that's Garcia Canclini. I cannot read Spanish or Portuguese, but so I just know only in his English publishing. But I think, if I understood him right, the reason why he started a thinking in this line was his experience in Latin America. He also said it doesn't fit as the practice are different.

LPM: Milton Santos talks about the spaces of brightness and space of shadowness in the sense that communications and information, in some places, get really intense and, some others, not so. He was talking in the 1990s and he died in 2008. So, maybe this idea has quite changed, I mean, not essentially, but in different directions.

HEPP: Yes, I think it's the trajectory of thinking. You also find people in Europe who have the same argument. In relation to mediatization and belonging and citizenship, for me this is the line of thinking which I'm already skeptical about a narrow functional thinking on that topic. So, you have the neural parts of mediatization research in which a few colleagues are more driven by system theory of Luhmann, for example. And they are still thinking in a state that is divided in different functional systems and they are very much focusing on mediatization as the interrelation of the system of the media in relation to other systems. And very often they understand the nation state as a kind of container in which these processes take place.

I'm very skeptical about that perspective, and this has something to do with mediatization. So, a moment of time when you have a layering of communication across. It does not work in these boxes anymore. And this relates back to, what I said in the beginning, that the high phase, I even would say worldwide, of this idea of disintegrated nation states. This was in the 1970s and this is the time and that kind of system theory came up. So maybe it worked quite well during that time. But for the present, I would say it's more complicated.

LPM: Even because of the sense of national in the actual international scenario. You have been in a lecture in Berlin for SFB 1265, Reconfiguring Spaces, with Martina Löw and others. How do you see this approach of some sociologists going into the space dimension and what kind of contribution you think you were there to talk about? How was this in exchange?

HEPP: Well, first of all, I know them very well, for a very long time. So, if you look back, for example, Hubert Knoblauch, who is one of the persons who built up that Cooperative Research Center [CRC, in German SFB- Sonderforschungsbereiche]. He has written, 12 years ago a paper about mediatization and a special issue I was involved. I know him much longer and there is also theoretical close link which is the concept of configuration or reconfiguration and its it's the same way of thinking.

So, it's a thinking which is informed by process sociology. You can focus the thinking more into the direction of space, this is what they are doing now, or you can focus more on media and communications, which is something we are doing. And so, I have a larger project on the refiguration of publics, which is somehow conceptually in parallel. There's a paper or book chapter, I'm not sure if you know this, which is based on my talk there.

PM: This idea of reconfiguration really, I was being really interesting in the when I heard it because somehow it deals with the processes of changes but somehow also with a multilayer and multiscale dimension. So they're studying like rural, urban and technology and digital under this perspective. So, they are studying a lot of other things, but somehow they can convey it in a group, a heterogenous group, but somehow because space is a dimension, I mean it's so much things going on in the spatial dimension.

HEPP: So the point of why this kind of thinking is of interest for us. And I started with that argument when I wrote a book with Nick Country together [The Mediated Construction of Reality, 2016], which you might know. So, there's already a chapter on it, I extended that in this recent book [Deep Mediatization, 2022].

The point is what I wanted to say, and this makes it interesting is: figurations in this terminology, these are, in the weavings of people who share a particular kind of orientation and practice, so a family is a figuration, a community is a figuration. An office team is also a figuration.

LPM: We can though use it in a lot of scales.

HEPP: That's it. And the point is each figuration has a constellation of factors. But we are always part of different figurations. So, you are part of the figuration of, let's say, your family and the team at work. You remain the same person, but the moment of time when you switch from one figuration to another, you have a different kind of mental orientation and you're doing different things. The point is that configurations develop a kind of supra individual agency.

What you can do in a community or in an organization, as a figuration? This is different than a single person and it's more than just the sum of the person. So, it's an overall supra individual agency. And if you look at societies, you can basically say societies are built up out of different figurations of figurations, so they are interrelating with each other. And in the relation means several things. So, one figuration can be part of the actor constellation of another figuration, so a team is a figuration which is part of the figuration of an organization. An organization can be part of a larger building of corporations and so on.

So, this is one way. And the other way of how they are interlinked is just by discourse. So, this over orientation you have within one configuration. This does not come out of the blue, but you are socialized into a particular kind of society and because of that you have no ledged.

LPM: Like those discourses spheres?

HEPP: Yes, think about the overall social telecommunication. So, you're watching TV and in the television it continuously says what the figuration of a family is. So, we are learning this and it's also how they are interrelated. But, nevertheless, what remains is: we, as humans, always act only in figuration, never about this whole thing.

And figurations we have nowadays are deeply entangled with media, digital media. We build them up by this media. And because of that, we have particular kinds of figurations. We only have or can build up because we have these media. Figurations around platforms don't exist without platforms. And, therefore, you cannot ask the question, does the platform has an effect? The point is: you can only build up configurations like this by the help of these kinds of technologies.

LPM: Which suggests that a lot of new rearrangements, maybe come on the arising of platforms, which are building new connections or, as you say, new constellations?

HEPP: That's. It, but it's not a point about effect. And so, I started just thinking, when I was writing this book, together with Nick [Couldry] that we had a large project which we compared different configurations. So, this is a first book I am talking. And in another book, *Deep Mediatization*, I try to bring everything together, and one theoretical step futher. But this is not just me. It is the work of a team of people which we developed our theoretical approach over the last 15 years, and now we move this forward. This is the last book I want to give you to data application: *New Perspective and Critical status* [nome do livro].

LPM: Thank you for the book! In a recent event in Pavia, Italy, [V-DATA] everybody was talking about surveillance, capitalism, Shoshana Zuboff, but also about a kind of how the devices are able to perceive and to capture in order to produce data. It is something that is no more just only visual. We can datafy speech, temperature, locations. This watch I am wearing, for instance, knows how much I walk every day. I kind of like it and I kind of let it go. I know it's not only the idea of exactly surveillance, but somehow related to La Boétie classical tension of power and consent. We are living a consent of surveillance. How do you see this utilitarian approach of mediations by data? Somehow this watch does what pleases me. But somehow also he is kind of giving to someone something about me.

Thinking of configurations as method, can we see a configuration of views in those data we produce beyond our consent? Do you think is just a moment of change utopy and paranoia before some kind of regulated practices? I think your concept of Deep Mediatization talks about of something that we don't even grasp.

Just trying to express myself better: there is a digital helm that we can feel. It is a kind of interface helm, but there's a digital helm of data, data storage, data banking, big data and so on that we don't grasp. Are mediatization nowadays a kind of interference in our selfies and our configurations, adding now a digital configurations layer? Sorry if it may seem abstract.

HEPP: No, no, that's fine. Well, of course, data and datafication application matters. So, what we argued is about commutative AI, also from a figuration perspective. So, what we argue there [Deep Mediatization] is what we call it *hyper configuration*. So, configurations in which you have all the unmanned media becoming part. The point again is, as you would say, it is not just the single form of, in that case. For example, ChatGPT matters, but it's always the figuration in which this app was created, and there are humans involved.

This brings a different kind of perspective, let's say, on that phenomenon. I give you an example, very specific one. So, there are these systems of automated communication used, for example in Journalism. And you can say: 'ok what you have is a particular kind of figuration of a newsroom'. And you have, on the one hand, newsrooms which don't use these systems. And, on the other hand, you have newsrooms which use these systems.

And, of course, newsrooms which use these systems have a different kind of agency than newsrooms which don't use that. So, you must understand this somehow on a higher level of scale. And then the next question is, well, basically these systems like any other kind of technology, they are not just good or just bad, it is a question on what is done with this in particular kinds of operations. So, it can be used to make journalism somehow better. You can automate things by such systems which was taking place all across the world when it came to COVID-19. Part of the COVID-19 media coverage was fully automated, so all these new numbers coming from a huge dataset.

LPM: This is something that's quite challenging because you can somehow use a lot of pre-AI before AI. Like when I work in the Newsroom in Brazil, we have a kind of doc file that was a template, so we could finish those dull tasks faster, for instance: a template of a something that happened before that would just need update some data but you could use the same frame. We had this file and we just fill it. So, it was a kind of analogical AI, for the guys of the newsroom that we use and finish the boring job and routines.

HEPP: As you journalists and you know what it means. But its is not a case that you have a system just acting by itself. This is really the core point about taking this figuration approach is not having the idea that technology is something doing on its own, but really understanding how much it is entangled with human practices. And if we talk about Open AI and Chat GPT and how they are already building up the source of data, it's about entanglement with human practices. And I do not have only people in mind. Who are cleaning that data, bring it in a form that it can be used? It is also the data itself. What is this data? It is just traces of human online practices of human communication online? That's it.

And this, from our perspective, comes to data. The crucial point from the figurational perspective is really trying to understand how and which way data is produced in particular kinds of figurations but also used in particular kinds of figurations. Trying to reconstruct these figurations and thinking about how they play a role for a way of how data is structured.

So, if you're thinking about companies who are active in the so-called field of AI, the data they use and the data they prompt you, it always has a purpose, from that perspective. So, it's not neutral, or whatever. And what you can then do with this data, this relates back to figurations in which this data was produced and the figurations in which prepare this data for machine learning.

So, taking a perspective like this it puts much more emphasis on how all these processes and how all these structures are ongoingly and valid in human practices. Again, this brings me back to what I said at the beginning. For me, mediatization research is not about effects. It is about inner relations and trying to understand these inner relations and, in my perspective, this concept of figuration is a very helpful concept to describe the relations. Because you have an orientation on what you can look. It is always about the actor constellation; it's always about the practices; it's always about the over orientation people have within the figuration. So, you have a point of departure from your analysis.

LPM: Well, just one last question. Doing my research on mediatization and territory we somehow see changes in media and its relation to power. In history, is possible to relate the idea of governmentality and its positive apparatus mentioned by Foucault to mediatization. You can identify a moment where the written word became sacred words. But somehow, in South Germany they questioned how the Catholic Church was interpreting it not correctly. So, Martin Luther somehow change it with the press. And then with the press, we have this sovereignty question of the king and the territory, when royal edicts the king's word had to increasingly deals with liberal press, book and publishers and also the first newspapers. I mean, I'm trying to do a kind of history of media by this power relations and how it comes in the configuration of the territory. Because somehow this changed the way citizenship can be understood. In my perspective, the religious citizen is the kind of guy who goes to the mass, and he is doing this in his relation of his believes or as belonging as a believer. And then the citizen of the cities, the three cities of Italy or the Hanseatic League were kinds of merchants, they were like avoiding being taxed but using the media for mercantilists goals. My point is that they somehow developed instruments that allowed them to their improvements, or their living wants or practices. How do you see that this political approach when you go to configurations and practice? Somehow Foucault makes us understand a lot of things in media. But sometimes it seems a little bit outdated or maybe too much 1960s, because the digital somehow changed so much. I see in the digital encapsuling a lot of more agencies and connections, but they are more, how can I say, more ephemerals.

HEPP: So, first of all, even if you look at Foucault most of his writing was specific analysis of something. Yeah, and he rarely wrote theoretical papers, but he analyzed and try to find out patterns by that and this. I think in my perspective it is always the better way to do. Let's say, I don't think that you can ride a global history of whatever or about the media. But what you can do is analyze particular things and you can analyze them in a way. Which gives you an understanding on how the things are working, and this is methodologically always the way I would go. So to think about, what are the specific things you can and want to analyze? Based on the analysis, you can think about.

What you might generalize and what not, so I'm very much here into thinking the logical thinking of so-called grounded theory. But really, as it was originally understood by Glaser [Barney Glaser] and Strauss [Anselm Strauss]. Their aim was theory development, and their criticism was against just using theories and they argued, in the light of the 60s, where a lot of classics came from the 1920s, 1930s, 1940s and the 1950s. Their argument was that society has changed in a way that when we just reproduce these old theories and look on, look at things, these old theories on focus there are high chances that we miss what's going on.

And I think there's, especially when it comes to media and communication, it's a very strong argument with that, up to now. We have a lot of changes, transformations in that area and therefore I think across this approach [grounded theory] is better. In a particular way, this is also what Foucault did so. He tries a lot and this is always the way I would go.

And then the other thing is I love History but I'm not a historian. What I know from history is that very often things are much more complicated that it seems. So, if you're talking about, let's say, citizenship in medieval Europe, or in citizenship in the Roman Empire, that's not territory. No, not at all. So, you could be a citizen of Rome while not living in Rome. And many people, most people who were living in Rome, were not citizens of the city. Because it went differently. And this has always been the case. There's one cultural sociologist, [Freidrich] Tenbruck, this is sadly, written only in German. He died

many, many years ago, but he was one of the very early persons who thought about different societies in relation to different media. So, when he was writing about a medieval societies , his point was not territory. It was more build on network structure. So, if you have an empire, you could never ever control this territory. But as a king, you could give someone else, a Viscount or a Baron, the right to how can I put it, to rule a different kind of region and again, within this region, it was again subdivided. So, it was more kind of network you could live in so-called territories, without knowing to be part of. If you were living at a local village somewhere, the only connection you had possibly to power was priest in the church and a very loose connection to the others. As I said, I'm not a historian, but what I know from history, one must be very careful about trying to understand former societies. With the framing we have nowadays, which again brings back to what I said about grounded theory, really try to develop the theory in a way that is grounded to the data you are analyzing. So, this is somehow my answer on that.

LPM: Last question is about your concept of pioneer community. Do you develop it in your research, I think before Deep Mediatization. And how do you feel this in the Silicon Valley, but not only that. Mainly the question is, how do you think this could help in understanding those communities? You talk first in the spatial dimension like you said, the localists the centralists. How does it is related?

HEPP: It has a relation to the reason why I moved over to pioneer communities was the outcome of this project on media generations. So, typically we have the expectation that there is a lot of changes in mediatization. And one outcome on this project with media generations was, in a nutshell, well, media matter, but you don't have these very fundamental shifts.

And then I moved the focus on posing the question on, well, how does it then come? That you always have the imagination for continuous remaking of the world with media. And then you end up with these group, what we then because we did not have a proper term for it, we started to call them *pioneer communities*. And it in the end, it works very well. As we know in the meantime – but we didn't know when we started that research, it was 2015, 2016, about ten years ago. And the interesting thing about these groups is you can trace nearly all of them back to the San Francisco Bay Area and also L.A. , the so-called Silicon Valley. And what they continuously deliver are big narrations of the future. If you look, you can have two perspectives on this narration, so one is they're all bullshit. You can have a look at these, in the sense of saying they are all bullshit. In the sense that if you just thinking about the maker movement, and they were telling they are remaking the whole economy on not based on makerspaces and decentralizing, this never ever came. But.... Right now, everywhere there is a maker lab which is a little makerspace and this is very much driven by this imaginary. And so these are interrelations I'm interested in....

LPM: Thank you. Well, I think we have run out of time. Thank you so much, Professor Hepp

HEPP:My pleasure.

Anexo A2 – Entrevista Andreas Hepp – Português

Entrevista com o Prof. Dr. Andreas Hepp, na ZeMKI, Unibremen,
12/09/ 2023

Transcrito e editado pelo Entrevistador Lucio PERERA-MELLO (PM) ©
Andreas HEPP (HEPP)

Lúcio Pereira Mello (LPM): Relacionando midiatização, território e cidadania, nesse caminho a midiatização parece estar evoluindo da ideia de efeitos midiáticos na sociedade para algo mais infraestrutural, mais parte do cotidiano, como e-mails, Instagram, mídias sociais e assim por diante. Como você vê isso no dia a dia e na ideia de cidadania em geral?

Andreas Hepp (HEPP): Bem, começando pela primeira parte, do meu ponto de vista, a midiatização nunca foi sobre efeitos de mídia, então, é claro, há diferentes tradições na pesquisa de midiatização, como você sabe. Mas, a meu ver, a pesquisa de midiatização desde o início foi impulsionada pela ideia de não focar nos efeitos da mídia no sentido de conteúdo midiático, mas também no sentido de tecnologias de mídia, mas mais ter um foco nas relações. Então, nesse caso, com a mudança dos meios de comunicação e das comunicações, por um lado, e a mudança da cultura, da sociedade, das dimensões sociais, por outro, se transformam e como isso se inter-relaciona. Então, o conceito teórico, pelo menos do meu ponto de vista, que ajuda nesse ponto é mais para começar com a ideia de coarticulação ou co-construção, no sentido talvez de dizer que os meios de comunicação nunca estão fora da sociedade, mas eles sempre fazem parte da sociedade e estruturas que os meios de comunicação também sempre tiveram relação com as estruturas da sociedade. Essa talvez seja a perspectiva mais ampla.

Agora se tornando mais específico, acho que todas as pesquisas que fiz, pelo menos, estão de alguma forma relacionadas à perspectiva da vida cotidiana e do uso da mídia. Então, por exemplo, fizemos uma pesquisa sobre migração e mídia na perspectiva da midiatização. Estávamos nos concentrando na questão do que significa ser um migrante midiatizado cujas práticas de migração estão profundamente inter-relacionadas com práticas de uso da mídia. Esta é uma grande diferença em comparação com outros tempos, para que você possa ficar em contato com seu país de origem, com sua própria família e assim por diante. E só por isso, já significa algo diferente ser migrante. E também, o próprio processo de migração é um processo que é organizado pela mídia, que é pesquisado pela mídia e assim por diante. Então, eu acho que, do meu ponto de vista, isso já é um exemplo de como não é uma questão de efeitos de mídia. É uma questão de como praticar a migração em um mundo profundamente midiatizado. O mesmo pode ser dito com outro projeto maior, que tivemos foi comparar diferentes gerações de mídia e sua construção de comunidade. Novamente, não é apenas que você não pode, de nossa perspectiva, entender isso como um efeito. Mas é claro que a forma como as comunidades são construídas muda. Com o passar do tempo em nosso ambiente de mídia de hoje.

E assim, nesse projeto, um dos resultados – e isso vem agora mais especificamente para a segunda metade da sua pergunta – este projeto poderíamos mostrar que, por um lado, comparando diferentes gerações, através da orientação quando se trata de construção de comunidades não difere tanto entre as gerações. Então você encontra pessoas que são mais localistas. Então, para quem as comunidades importam principalmente, que são as comunidades locais. Você tem também as pessoas que nós chamamos de multi-localistas, enquanto a comunidade em 2, 3 ou 4 lugares diferentes, mas novamente, lugares específicos. Depois tivemos pessoas a quem chamamos centristas, que a construção da comunidade estava centrada num determinado tema. Então isso pode ser, por exemplo, uma religião. Isso pode ser, por exemplo, um tipo particular de cultura. E depois temos um grupo de pessoas a que chamamos pluralistas e para quem realmente importa a pluralidade em todas as comunidades: locais, regionais, nacionais, transnacionais. E então finalmente tivemos um grupo de pessoas que era tipicamente uma fase da vida para eles, que eram muito egocêntricos para quem toda essa coisa da comunidade não tinha uma relevância maior em suas vidas.

A questão é que esses diferentes tipos de orientação você pode encontrá-los em todas as diferentes gerações. Mas, é claro, no que chamamos de *gerações predominantemente digitais* [primarily digital Generations], que cresceram em nosso ambiente profundamente midiatizado, mesmo que não estejam

nas comunidades locais, elas estão conectadas com elas de forma diferente. Então, é claro, para eles as mídias sociais desempenham um papel. É claro que para eles muitas vezes é importante alcançar mais pessoas dentro de suas comunidades locais continuamente via telefone celular e, claro, eles jogam jogos de computador. Mas apenas com as pessoas que vivem localmente.

Então, o ponto aí é dizer: você não tem um efeito no sentido de que a mídia digital, todo mundo se torna pluralista, isso é simplesmente errado. Mas o que você pode dizer é que, embora essas orientações gerais, quando se trata de construção de comunidades, sejam bastante estáveis, a maneira como elas são construídas difere e isso faz a diferença. Então, estar continuamente envolvido em comunidades multilocais, estar continuamente envolvido em um tipo particular de religião, estar continuamente envolvido, e assim por diante... Isso faz a diferença.

É claro que, quando você relaciona isso com a sua questão, não usamos o conceito de cidadania. Trabalhávamos principalmente com o conceito de conexão pública. Então, como você está conectado a um público mais amplo? Isso difere para essas pessoas, então se você é localista, sua conexão pública é impulsionada principalmente por uma orientação local, e você possivelmente nem está tão interessado em coisas nacionais.

LPM: Mas talvez realmente ligado a problemas locais e questões locais como no bairro, etc.

HEPP: Sim, você pode ser engajado, ou algo assim por diante. Então, pegando os resultados desse projeto, eu diria que nunca é uma questão de uma cidadania. A questão principal, pelo menos tomando a perspectiva das pessoas, é a questão de quais são as comunidades que importam para você? Como você constrói uma conexão de acomodação com essas comunidades? Mas também: até que ponto essas comunidades fazem certos tipos de pressões sobre você? Então, pressão no sentido de que há expectativas de que você está particularmente (e também coletivamente) envolvido.

LPM: É muito mais uma abordagem micro? Quero dizer, que a ideia de cidadania é tão genérica que, de alguma forma, poderia ser vista como parte de uma cidadania geral, uma cidadania local, uma cidadania multi-local ou, quero dizer, práticas. Tenho lido algo sobre Lefebvre e essa noção de vida cotidiana. Ele fala muito de práticas. E como as práticas vêm antes dessas categorias das ciências sociais, mas na época dele, um de seus alunos é um geógrafo brasileiro, Milton Santos. Ele diz que, de alguma forma, as agências em algum espaço específico podem ser sobrepostas por muitas dessas agências plurais, por exemplo, minha abordagem é mais regional. Então, toda a minha rede e todas as minhas relações e o meu dia a dia é sobre isso. Outros são mais religiosos e têm essa prática e, de alguma forma, moram na mesma região ou local ou comunidade. Quer dizer, esse espaço vem diferente agora em um ponto de vista que é compartilhado por muitas pessoas, mas elas de alguma forma estão em ritmos diferentes, como dizer, ritmos. Não sei se há algo que se possa dizer sobre esta dimensão espacial do que se torna digital e este espaço de mediação.

HEPP: Para começar pela cidadania, eu acho, do meu ponto de vista, que a primeira coisa crucial é: o que você entende por esse termo. Pois bem, existem definições legais de cidadania assim e quando se trata de questão de direito, a lei, como a temos hoje, em todo o mundo, é feita ou se baseia em questões de territórios. Uma lei – e é assim que funcionam as diferentes sociedades neste momento. Uma lei tem um determinado tipo de alcance territorial, e é claro que você pode dizer, ok, a maioria dos países trabalha com o lado legal da cidadania, dizendo que todos que ou nasceram no território ou viveram por um certo tempo naquele território ou em outro território por este ou aquele regulamento, essa pessoa conta como cidadão. E ele ou ela tem direitos particulares. Pode eleger, votar quando se trata de processos legais ou processos políticos, está envolvido desta ou daquela forma, e assim por diante. Então esse é um lado da cidadania.

O outro lado da cidadania é o que se encontra na discussão sobre a chamada cidadania cultural. E então você está novamente na questão de pertencer a comunidades com as quais você sente uma relação. Assim, você pode ser, digamos, viver e ser legalmente falado, um cidadão de um determinado tipo de país. Mas isso não significa necessariamente que você está se sentindo pertencente àquele país pertencendo a um grupo religioso, ou comunidade religiosa pode ser muito mais forte, ou o pertencimento até mesmo na cultura popular, você pode se sentir muito mais, digamos, limitado do que alguém que está engajado em um projeto tipo cena musical. E não importa onde esteja.

LPM: Como punk rock ou algo do tipo...

HEPP: Tanto faz. E assim, esta é, do meu ponto de vista, a razão pela qual realmente vale a pena dar uma olhada na orientação geral das pessoas. Claro, há um padrão. Você acaba com uma questão diferente. Como o cidadão recém-chegado e você tem um tipo particular de confronto. E se você olhar para tudo isso historicamente, e a pessoa que fez isso muito bem do meu ponto de vista foi – u não tenho certeza se você conhece aquele livro de John B Thompson – ele foi um dos primeiros, a primeira pessoa que abordou essas questões.

Há duas coisas interessantes quando se trata desse ponto. A primeira coisa na minha perspectiva, é que a ideia de nação e do Estado-nação e da cidadania nacional, não era uma ideia natural. Essa foi uma ideia que surgiu com a construção do Estado moderno. E, claro, para o Estado moderno era importante que as pessoas se sentissem pertencentes a esse arranjo. Se você pensar em questões como pagar impostos, ser soldado, lutar por aquele país e assim por diante, então você não faz isso se não se sentir pertencente a ele.

E assim começou um processo na Europa, do que se chama modernidade europeia, de construção de Estados modernos e construção da ideia do que Benedict Anderson chamou de identidade nacional. Isso realmente não veio do nada. Era um projeto político e ali, claro, a mídia era importante. Então você tem que construir um espaço compartilhado de comunicação, que você tenha o que se chamava então de sistema nacional de mídia. E mesmo que você pense no estágio inicial desse processo, você até mesmo tem que construir uma linguagem compartilhada.

LPM: Como a Itália, por exemplo, ou também a Alemanha.

HEPP: Itália, Alemanha sim, mas também quando você vai para a França e muitos outros países europeus tinham línguas diferentes, muitas diferentes. E elas eram muito mais regionais e não se encaixavam nas fronteiras dos estados-nação. Isso se tornou um projeto maior, que foi impulsionado, acho que o momento alto na Europa dessa ideia foi na década de 1970. E o que se tem de novo agora, e este é o meu segundo ponto, é um aumento da complexidade. E essa complexidade é uma coisa de várias camadas. Um ponto é a migração. Você tem muita gente que se movimenta. Outros fenômenos da cultura popular, mas também dentro dos grupos de pessoas que estão vivendo dentro daquele estado, eles não necessariamente têm o forte pertencimento nacional.

Então, quando eu volto para a nosso projeto de geração e mídia, nós também tivemos uma pesquisa como parte deste projeto e para muitas, muitas pessoas, quando elas deveriam apenas responder: "*que tipos de comunidades são importantes para você?*" E para muitos, sim, a comunidade nacional foi de alguma forma um ponto importante, mas não muito alto na escala. Existem diferentes tipos de comunidades para muitas, muitas pessoas. E eram de comunidades locais ou de comunidades temáticas. Temático significa para nós que a religião é o mesmo que uma cultura popular. Então, é realmente se posicionar sobre um tipo específico de público.

Portanto, este é o desafio, de alguma forma todos os países da Europa têm este momento, e eu também diria que [aconteceu] em outras regiões do mundo também. Que você tem um tipo particular de embate entre a orientação que as pessoas têm no dia a dia e, digamos, abordagens políticas como: comunidade nacional, cidadania nacional.

As formas de como isso é resolvido são diferentes. Então, por exemplo, na Alemanha, a ideia é realmente ter uma coisa muito multicamada. Então, legalmente falando, você é um cidadão de uma comuna, e você é um cidadão de um estado federal, e você é um cidadão nacional, e você é cidadão da Europa. O que já é uma coisa bastante ampla. Então você já tem diferentes tipos de cidadanias e diferentes tipos de eleições. Nesse sentido, você tem diferentes tipos de cidadania, e em parte é o mesmo no Reino Unido: você é escocês, galês e assim por diante...

Então, esse é um tipo de resposta que, claro, tem novamente algo a ver com mídia e comunicação, porque você tem que construir essas diferentes camadas de comunicação. E quando falo agora de Europa esta é a razão pela qual também têm estas diferentes camadas de pesquisa ou pessoas que se concentram nos públicos locais ou nos públicos regionais ou nos públicos nacionais, ou na esfera pública europeia, ou no público europeu.

E, curiosamente, nesse grupo você tem essa camada contínua ou, prefiro o termo, *espessamento*. Você tem um adensamento de diferentes espaços de comunicação. Escrevi sobre isso no âmbito das comunicações transculturais. Escrevi há dez anos um livro sobre aquilo que se chama *Comunicação Transcultural*. E também tenho um artigo na FQS. E escrevi com Nick Couldry vários capítulos sobre isso. Então é comparar culturas de mídia.

Eu prefiro o termo *espessamento*, e por que *espessar*? Porque não são territórios fechados, não são espaços fechados. Elas *se adensam* e, com os meios digitais, também não estão mais vinculadas a um território. Então, só para dar um exemplo: quando estamos falando de espaço comunitário local. A mídia digital você pode fazer parte desse espaço comutativo enquanto está em um lugar diferente.

LPM: Por exemplo, eu posso assistir a alguma cerimônia religiosa se ela estiver sendo transmitida ou transmitida, e assim fazer parte da comunidade, mesmo que eu esteja fora deste local. É isso?

HEPP: Sim, eu até daria um passo além. Podemos dar o exemplo de Bremen porque estamos aqui. Os habitantes de Bremen têm um adensamento da comunicação como público da cidade. Mas, claro, isso é digital. Então, se você está se sentindo pertencente à cidade, e se agora está morando, digamos, em São Paulo, você pode se sentir parte de Bremen estando lá.

E essa é, do meu ponto de vista, a grande mudança quando se trata da última etapa da midiatização. Não no sentido de que tudo se abrirá, seja lá o que for, mas no sentido de que a estreita ligação entre territórios e espaços cognitivos ou adensamentos cognitivos enfraquece. Um estudioso que escreveu, do meu ponto de vista, um dos melhores livros sobre esse tema que ele é latino-americano, é Garcia Canclini. Eu não leio em espanhol ou português, mas sei de suas publicações em inglês. Se o entendi direito, a razão pela qual ele começou a pensar nessa linha foi sua experiência na América Latina. Ele também disse que não se encaixa, pois a prática é diferente.

LPM: Milton Santos fala sobre os espaços de luminosidades e espaço de sombras, no sentido de que as comunicações e informações, em alguns lugares, ficam realmente intensas e, em outros, nem tanto. Falava nos anos 1990 e morreu em 2008. Então, talvez essa ideia tenha mudado bastante, quero dizer, não essencialmente, mas em direções diferentes.

HEPP: Sim, acho que é a trajetória do pensamento. Você também encontra pessoas na Europa que têm o mesmo argumento, você sabe. Em relação à midiatização, ao pertencimento e à cidadania, para mim essa é a linha de pensamento que já sou cético em relação a um pensamento funcional estreito sobre esse tema. Então, você tem as partes neurais da pesquisa de midiatização em que alguns colegas são mais orientados pela teoria de sistemas de Luhmann, por exemplo. E eles ainda estão pensando em um Estado que está dividido em diferentes sistemas funcionais e estão muito focados na midiatização como a inter-relação do sistema da mídia em relação a outros sistemas. E muitas vezes eles entendem o Estado-nação como uma espécie de recipiente no qual esses processos ocorrem.

Eu sou muito cético em relação a essa perspectiva, e isso tem algo a ver com midiatização. Então, um momento em que você tem uma camada de comunicação. Não funciona mais nessas caixas. E isso remete, ao que eu disse no início, que a fase alta, eu diria até mundial, dessa ideia de Estados nacionais isolados foi na década de 1970. E este foi o momento que esse tipo de teoria do sistema surgiu. Então, talvez tenha funcionado muito bem durante esse tempo. Mas atualmente eu diria que é mais complicado.

LPM: Até pelo sentido de nacional no cenário internacional atual. Você esteve em uma palestra em Berlim para o SFB 1265, Reconfigurando Espaços, com Martina Löw e outros. Como você vê essa abordagem de alguns sociólogos entrando na dimensão espacial e que tipo de contribuição você acha que estava lá para falar? Como isso foi esse intercâmbio?

HEPP: Bem, em primeiro lugar, eu os conheço muito bem, há muito tempo. Então, se você olhar para trás, por exemplo, Hubert Knoblauch, que é uma das pessoas que construiu esse Centro de Pesquisa Cooperativa [CPC, em alemão SFB- *Sonderforschungsbereiche*]. Ele escreveu, há 12 anos, um artigo sobre midiatização e um número especial em que participei. Conheço-o há muito mais tempo e há também uma ligação teórica estreita que é o conceito de *configuração* ou *reconfiguração*. Temos a mesma forma de pensar.

Então é um pensamento que é formado pela sociologia processual. Você pode focar o pensamento mais na direção do espaço - do que eles estão fazendo agora - ou você pode se concentrar mais na mídia e nas comunicações, que é algo que estamos fazendo. E assim eu tenho um projeto maior sobre a refiguração de públicos, que é conceitualmente paralelo. Há um capítulo de artigo ou livro, não sei se você sabe disso, que é baseado na minha palestra lá.

PM: Essa ideia de reconfiguração lida com os processos de mudanças, mas de alguma forma também em multicamadas e multiescalas. Então eles estão estudando como rural, urbano e tecnologia e digital sob essa perspectiva, mas de alguma forma o espaço é uma dimensão, quero dizer, estão considerando a dimensão espacial.

HEPP: Esse tipo de pensamento é de interesse para nós e eu comecei com esse argumento quando escrevi um livro com Nick Country juntos [*The Mediated Construction of Reality*], que você deve conhecer. Então já tem um capítulo sobre isso, eu ampliei isso nesse livro mais recente [*Deep Mediatization, 2023*]. O ponto é o que eu queria dizer, e isso torna interessante é: figurações nessa terminologia, estão nas tessituras de pessoas que compartilham um tipo particular de orientação e prática. Então uma família é uma figuração, uma comunidade é uma figuração. Uma equipe de escritório também uma figuração

LPM: Podemos usá-lo em muitas escalas?

HEPP: É isso. E a questão é que cada figuração tem uma constelação de fatores. Mas sempre fazemos parte de figurações diferentes. Então, você faz parte da figuração, digamos, da sua família e da equipe no trabalho. Você continua sendo a mesma pessoa, mas no momento em que você muda de uma figuração para outra, você tem um tipo diferente de orientação mental e você está fazendo coisas diferentes. O ponto é que também as configurações desenvolvem uma espécie de agenciamentos supra individual.

O que você pode fazer em uma comunidade ou em uma organização, como figuração? Isso é diferente de uma única pessoa e é mais do que apenas a soma da pessoa. Então, é uma agência supraindividual em geral. E se você olhar para as sociedades, você pode basicamente dizer que as sociedades são construídas a partir de diferentes figurações de figurações, então elas estão se inter-relacionando umas com as outras. E na relação significa várias coisas. Assim, uma figuração pode fazer parte da constelação de atores de outra figuração, então uma equipe é uma figuração que faz parte da figuração de uma organização. Uma organização pode fazer parte de um edifício maior de corporações e assim por diante. Esse é um caminho. E a outra forma de como eles estão interligados é apenas pelo discurso. Então, essa orientação excessiva você tem dentro de uma configuração. Isso não vem do nada, mas você é socializado em um tipo particular de sociedade..

LPM: Como esferas discursivas?

HEPP: Sim, pense na telecomunicação social em geral. Então você está assistindo TV e na televisão é dito continuamente o que é a figuração de uma família. Então, estamos aprendendo isso e também como eles estão interrelacionados. Mas, no entanto, o que resta é que nós, como humanos, agimos sempre apenas na figuração, nunca sobre essa coisa toda.

E as figurações que temos hoje em dia, elas estão profundamente emaranhadas com a mídia, as mídias digitais. Nós as construímos por essa mídia. E, por isso, temos tipos particulares de figurações. Só temos ou podemos construir porque temos esses meios. Figurações em torno de plataformas não existem sem plataformas. E, portanto, você não pode fazer a pergunta: a plataforma tem efeito? A questão é: você só pode construir configurações como essa com a ajuda desse tipo de tecnologia

LPM: O que sugere que muitos novos rearranjos, talvez venham no surgimento de plataformas, que estão construindo novas conexões ou, como você diz, novas constelações?

HEPP: Isso. Mas não é um ponto sobre efeito. E então, comecei a pensar, quando estava escrevendo este livro, junto com Nick [Couldry], que tínhamos um grande projeto no qual comparamos diferentes configurações. Então esse é um primeiro livro que estou falando. E em outro livro, *Deep Mediatization*,

tento juntar tudo, e um passo teórico adiante. Mas não sou só eu. É o trabalho de uma equipe de pessoas que desenvolvemos nossa abordagem teórica ao longo dos últimos 15 anos, e agora avançamos nisso. Este é o último livro que eu quero dar-lhe a aplicação de dados. *Nova perspectiva e Status Crítico* [nome do livro] .

LPM: Obrigado pelo livro! Em um evento recente em Pavia, Itália, [V-DATA] falava-se sobre vigilância, capitalismo, Shoshana Zuboff, mas também sobre como os dispositivos são capazes de perceber e capturar para produzir dados. Algo que não é mais apenas visual. Podemos datificar a fala, a temperatura, os locais. Esse relógio que estou usando, por exemplo, sabe o quanto eu ando todos os dias. Eu meio que gosto e meio que aceito. Sei que não é apenas a ideia de exatamente vigilância, mas de alguma forma relacionada à tensão clássica de poder e consentimento. Estamos vivendo um consentimento de vigilância.

Como você vê essa abordagem utilitarista das mediações por dados? De alguma forma este relógio faz o que me agrada. Mas de alguma forma ele também está meio que dando a alguém algo sobre mim.

Pensando em configurações como método, podemos ver uma configuração de visões nesses dados que produzimos além do nosso consentimento? Você acha que é apenas um momento de mudança e paranoia diante de algum tipo de prática regulamentada?

O conceito de Midiatização Profunda falaria de algo que nem sequer compreendemos?

Apenas tentando me expressar melhor: há um ambiente digital que podemos sentir. É uma espécie de ambiente da interface, mas há um também um ambiente digital de dados: armazenamento de dados, banco de dados, big data e assim por diante que não entendemos. A midiatização hoje em dia é uma espécie de interferência em nossos selfies e nossas configurações, adicionando agora uma camada de configurações digitais? Desculpe se pode parecer abstrato.

HEPP: Não, não, tudo bem. Bem, é claro, dados e aplicativos de datificação são importantes. Então, o que discutimos é sobre IA computativa, também de uma perspectiva de figuração. Então, o que nós argumentamos lá [em *Deep Midiatization*] é o que chamamos de *hiperconfiguração*. Assim, configurações nas quais você tem todas as mídias se tornam parte. A questão é, mais uma vez, como diríamos, não se trata apenas da forma única. Por exemplo, o ChatGPT importa, mas é sempre a figuração em que este aplicativo foi criado, e há humanos envolvidos.

Isso traz um tipo diferente de perspectiva, digamos, sobre esse fenômeno. Dou-lhe um exemplo, muito específico. Então existem esses sistemas de comunicação automatizada utilizados, por exemplo, no jornalismo. E você pode dizer: 'ok, o que você tem é um tipo particular de figuração de uma redação'. E você tem, de um lado, redações que não usam esses sistemas. E, por outro lado, você tem redações que usam esses sistemas.

E, claro, as redações que usam esses sistemas têm um tipo de agência diferente das redações que não usam isso. Então, você deve entender isso de alguma forma em um nível mais alto de escala. E então a próxima pergunta é, bem, basicamente esses sistemas como qualquer outro tipo de tecnologia, eles não são apenas bons ou apenas ruins, é uma questão sobre o que é feito com isso em determinados tipos de operações. Então, ele pode ser usado para tornar o jornalismo de alguma forma melhor. Você pode automatizar as coisas por esses sistemas que estavam ocorrendo em todo o mundo quando se tratava de COVID-19. Parte da cobertura da mídia COVID-19 foi totalmente automatizada, então todos esses novos números vêm de um enorme conjunto de dados

LPM: Isso é algo que é bastante desafiador porque você pode de alguma forma usar muita IA antes da IA. Como quando eu trabalhei em uma redação de um pequeno jornal no Brasil. Tínhamos uma espécie de arquivo que era um template, para que pudéssemos terminar essas tarefas maçantes mais rápido, de algo que aconteceu antes e que só precisaria apenas atualizar alguns dados, mas você poderia usar o mesmo modelo. Então nós tínhamos esse arquivo e nós apenas o preenchemos. Então foi uma espécie de IA analógica, que usávamos para terminarmos o trabalho chato e as aprimorar rotinas.

HEPP: Como você é jornalista, sabe o que isso significa. Mas não é um caso que você tenha um sistema agindo por si só. Este é realmente o ponto central sobre adotar essa abordagem de figuração. Não é ter a ideia de que a tecnologia é algo que está fazendo por conta própria, mas realmente entender o quanto ela está emaranhada com as práticas humanas. E se falamos sobre Open AI e Chat GPT e como eles já

estão construindo a fonte de dados, é sobre o entrelaçamento com as práticas humanas. E não tenho apenas em mente pessoas que estão limpando esses dados, trazendo-os de uma forma que possam ser usados. São também os próprios dados. Que dados são esses? São apenas vestígios de práticas humanas online. Então, da comunicação humana online? É sobreisso.

O ponto crucial da perspectiva figurativa é realmente tentar entender como e de que maneira os dados são produzidos em tipos particulares de figurações, mas também usados em tipos particulares de figurações. Tentando reconstruir essas figurações e pensando em como elas desempenham um papel para uma maneira de como os dados são estruturados.

Então, se você está pensando em empresas que estão ativas no chamado campo da IA, os dados que elas usam e os dados que elas solicitam, isso sempre tem um propósito, a partir dessa perspectiva. Então não é neutro. E o que você pode fazer com esses dados, isso se relaciona com as figurações em que esses dados foram produzidos e as figurações em que preparam esses dados para o aprendizado de máquina.

Então, tomando uma perspectiva como essa, coloca-se muito mais ênfase em como todos esses processos e como todas essas estruturas são contínuas e válidas nas práticas humanas. Mais uma vez, isso me traz de volta ao que eu disse no início. Para mim, pesquisa de mediação não é sobre efeitos. Trata-se de relações internas e tentar entender essas relações internas e, na minha perspectiva, esse conceito de figuração é um conceito muito útil para descrever as relações. Porque você tem uma orientação sobre o que você pode olhar. É sempre sobre a constelação de atores; é sempre sobre as práticas; é sempre sobre a orientação excessiva que as pessoas têm dentro da figuração. Então você tem um ponto de partida da sua análise.

LPM: Bem, apenas uma última pergunta. Fazendo minha pesquisa sobre mediação e território, de alguma forma vemos mudanças na mídia e sua relação com o poder. Na história, se relacionar com a ideia de governamentalidade e seu aparato positivo mencionada por Foucault. É possível identificar um momento em que o mundo escrito se tornou palavras sagradas. Mas, de alguma forma, no Sul da Alemanha, eles questionaram como a Igreja Católica estava interpretando corretamente evangelho. Então Martinho Lutero de alguma forma muda isso com a imprensa. E depois com a imprensa, temos essa questão de soberania do rei e do território, quando a palavra do rei tinha que lidar cada vez mais com a imprensa liberal, livros e editoras e também os primeiros jornais. E tentando fazer uma espécie de história da mídia por essa relação de poder e como ela entra, na configuração e reconfiguração do território. Porque de alguma forma isso mudou a forma como a cidadania pode ser entendida. Na minha perspectiva, o cidadão religioso é o tipo de pessoa que vai à missa e está fazendo isso na sua relação de crença ou como pertencimento como crente. E então o cidadão das cidades, as cidades da Itália e a Liga Hanseática eram tipos de comerciantes, que usavam a mídia da época, a imprensa, para objetivos mercantilistas. Meu ponto é que eles de alguma forma desenvolveram instrumentos que lhes permitiram suas melhorias, ou seus desejos ou práticas de vida. Como você vê essa abordagem política quando se vai para a prática? De alguma forma, Foucault nos faz entender muitas coisas na mídia. Mas às vezes parece um pouco datado nos anos 1960, porque o digital de alguma forma mudou muito. Vejo no digital muito mais agências e conexões, mas são mais, como posso dizer, efêmeras.

HEPP: Então, em primeiro lugar, mesmo se você olhar para Foucault, a maior parte de sua escrita foi uma análise específica de algo. E ele raramente escrevia artigos teóricos, mas ele analisava e tentava descobrir padrões sobre isso ou aquilo. Acho que na minha perspectiva é sempre a melhor maneira de fazer. Digamos, eu não acho que você pode montar uma história global de qualquer coisa ou sobre a mídia. Mas o que você pode fazer é analisar coisas particulares e você pode analisá-las de uma forma. O que lhe dá uma compreensão de como as coisas estão funcionando, e este é metodologicamente sempre o caminho que eu seguiria. Então, para pensar, quais são as coisas específicas que você pode e quer analisar, para pensar a respeito sobre o que você pode generalizar e o que não, então estou muito aqui pensando na chamada teoria fundamentada. Mas realmente, como foi originalmente entendido por Glaser (Barney Glaser) e Strauss (Anselm Strauss). Seu objetivo era o desenvolvimento de teorias e sua crítica era contra apenas o uso de teorias e eles argumentavam, à luz dos anos 60, em que muitos clássicos vieram das décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950. O argumento deles era que a sociedade mudou de uma forma que, quando apenas reproduzimos essas teorias antigas e olhamos, olhamos para as coisas, essas velhas teorias em foco, há grandes chances de perdermos o que está acontecendo.

E acho que há, especialmente quando se trata de mídia e comunicação, é um argumento muito forte do que acontece agora. Temos muitas mudanças, transformações nessa área e, portanto, acho que nessa abordagem [teoria fundamentada] é melhor. De modo particular, foi também isso que Foucault fez. Esse é o caminho que eu seguiria.

E a outra coisa é: eu amo História, mas não sou historiador. O que sei da história é que muitas vezes as coisas são muito mais complicadas do que parece. Então, se você está falando, digamos, de cidadania na Europa medieval, ou de cidadania no Império Romano, isso não é território. Não, de forma alguma. Então, você poderia ser um cidadão de Roma enquanto não morasse em Roma. E muitas pessoas, a maioria das pessoas que viviam em Roma, não eram cidadãos da cidade. Porque foi diferente. E sempre foi assim. Há um sociólogo cultural, Tenbruck, que infelizmente só tem publicações em alemão. Ele morreu há muitos, mas foi uma das primeiras pessoas que pensaram sobre diferentes sociedades em relação a diferentes mídias. Então, quando ele estava escrevendo sobre uma sociedade medieval, seu ponto não era território. Foi mais construído na estrutura de rede. Então, se você tem um império, você nunca poderia controlar esse território. Mas, como rei, você poderia dar a outra pessoa, um Visconde ou um Barão, o direito de governar um tipo diferente de região e, novamente, dentro dessa região, ela foi novamente subdividida. Então era mais tipo de rede que você poderia viver nos chamados territórios, sem saber fazer parte. Se você estivesse morando em uma aldeia local em algum lugar, a única conexão que você tinha possivelmente com o poder era o padre na igreja e uma conexão muito frouxa com os outros. Como eu disse, não sou historiador, mas o que sei da história, é preciso ter muito cuidado ao tentar entender as sociedades anteriores. Com o enquadramento que temos hoje em dia, que novamente traz de volta o que eu disse sobre a teoria fundamentada, realmente tente desenvolver a teoria de uma forma que seja fundamentada nos dados que você está analisando. Então, essa é, de alguma forma, a minha resposta sobre isso.

LPM: A última pergunta é sobre o seu conceito de comunidade pioneira. Você desenvolve isso na sua pesquisa, acho que antes da midiatização. E como você sente isso no Vale do Silício, mas não só isso. Principalmente a questão é: como você acha que isso pode ajudar a entender essas comunidades? Você fala primeiro na dimensão espacial como você disse, os localistas os centralistas. Como se relaciona?

HEPP: Tem uma relação com a razão pela qual eu me mudei para comunidades pioneiras foi o resultado desse projeto sobre as gerações da mídia. Então, normalmente a gente tem a expectativa de que há muita mudança na midiatização. E um resultado desse projeto com as gerações de mídia foi, em poucas palavras, bem, a questão da mídia, mas você não tem essas mudanças muito fundamentais.

E então eu mudei o foco para colocar a questão sobre, bem, como ela vem? Que você sempre tenha a imaginação para refazer continuamente o mundo com a mídia. E aí você acaba com esses grupos, o que nós então, porque não tínhamos um termo adequado para isso, começamos a chamá-los *de comunidades pioneiras*. E, no final, funciona muito bem. Mas não sabíamos quando começamos essa pesquisa, era 2015, 2016, há uns dez anos. E o interessante sobre esses grupos é que você pode rastrear quase todos eles até a área da Baía de São Francisco e também Los Angeles, o chamado Vale do Silício. E o que eles entregam continuamente são grandes narrativas do futuro. Se você olhar, você pode ter duas perspectivas sobre essas narrativas. Uma é que são todas besteira. Você pode dar uma olhada nelas, no sentido de dizer que são todas bobagens no sentido de que se você pensar apenas no movimento *maker*, eles estavam dizendo que estão refazendo toda a economia. Não é verdade porque vão construir *makerspaces* e descentralizar, ao cabo, isso nunca aconteceu. Mas... ao mesmo tempo, neste momento, por todo o lado, há um laboratório *maker* que é um pequeno *makerspace* e isso é muito impulsionado por este imaginário. E essas são inter-relações que me interessam.

LPM: Obrigado. Bem, acho que o tempo acabou. Muito obrigado, Professor Hepp

HEPP: O prazer é meu.

Anexo B1 – Entrevista Andrés Jansson - Inglês

LPM: Professor Andrés Jansson, to start up, how was your first contact with the concept of mediatization?

JANSSON: It was in my PhD about mediatization, but it was not using mediatization in the more traditional way that it had been used. Because mediatization, from what I had read about that was mainly how do people and or how do politicians for example adapt to news media logic and so on. But I think this idea of people or agents who are not directly affected by media, but adapting to media and the presence of media was an idea that I thought was possible to bring into other contexts. So, I think in my dissertation, which is, as I said, a long time ago, I looked at things like tourism, the home and the city. So, I realized more after my dissertation really, that there was so much about space, even though I had not really conceptualized to the extent I need later on space or so. It was about the “mediatization of” or the mediatization in space someplace, which I then, after the dissertation I more deliberately explored it under what was, especially with this edited volume, *Geographies of Communications*, in 2006. It seems like that the book reached out to more many more people than we had expected, actually. And somehow, we had found something that bringing together different scholars that we thought that's something to contribute. Especially from Nordic context about mediatizations of space. They were defined the distinction between mediation and mediatization. That was 2006 when it was published, maybe that was the first time I really start to conceptualize it.

LPM: This evolution of the understanding of mediatization is one thing that I would like to explore in my dissertation. Mediatization somehow started as an effect of broadcasting and so on, to something that's more ubiquitous today, is more everyday presence of media devices. The idea of media devices as we have now, the digital one, they completely changed the logics.

JANSSON: It's even so difficult to define mediatization. I mean, you can still define mediatization, as we have done before, but it's so difficult to say where it begins and where it ends, because as you say, it's just continuously blurred into these systems. So, as they also said during this session [Geomedia, Tampere, Finland] it's going into an infrastructure layer, you don't think about it, you are continuously being nudged, you are being directed.. So, we are in various ways not using the media, the media are using tools that are using us as well to generate profit and so on. So, all this is some type of what we should call *hypermediatization* or something, ...

LPM: Or deep mediatization?

JANSSON: Perhaps .Of course, that's another term.

LPM: I see some kind of going in this direction of more even present digitization of everyday practices. Do you see this in in this way? I mean, is the territory that we thought first, the idea of territory it's getting with a layer of information? Do you see this deep mediatization happening beyond our perception? I mean, because now machines talk to machines and protocols beyond the human's comprehension or perception at least.

JANSSON: This certainly goes to a great extent beyond our perception. A lot of it is beyond our perception. If you look at these algorithms. They are the sign that out there. The outcome is circulated in ways that are adapted to certain audience or users and so on. And we as users are steered in different directions. Online, for example, but also in the physical Geography, which is based on processes and mechanisms that we cannot see. We can read about them, and we can learn about them, but we are certainly not aware of them in a more reflexive manner on a day-to-day basis. Of course, some people are more than others. Now we're talking sometimes about algorithm and literacy or knowledge and data literacy. Or literacy and digital skills and so on. Just to distinguish between those who are of course

more or have a deeper understanding of how these things work than others. So, there are social divisions and I also think that it is something that varies through the course of everyday life, sometimes, for some reason, we are becoming aware of these things.

I have a kid and then I was looking at toys with him one day to see, you know, toys and small car, in the smartphone. So, things that he likes all of a sudden I see both advertising for always all of a sudden coming into my phone.

So, these are typical occasions. When we say, ok, it is happening, and then people start reflecting and it kind of pops up beyond the taking for granted flow of information. So, I think there were also examples of various kinds which people to start problematizing or questioning how do these things operate behind the scenes? So, if the the infrastructural invisible, behind the scenes

LPM: How do you see these studies on geography and mediatization? Since this book in 2006. I've seen a lot of interesting streaming of studies about everyday practices as they call it, in the micro geography. But also, a lot of things about to using the mediatization to improve the territory, to give awareness and visibility for specific places. How do you see how the studies, at least in what you have been researching, are evolving? In which direction? Do you see a trend?

JANSSON: The trend is it's a bit mixed. I think if we only talk about mediatization research, I think there was a peak during the 2010. Maybe also if we Google, I think you would see that term was mentioned much more. I haven't done it myself, but I have a very strong sense that it was like maybe around 2015. Around that, maybe it was more debated. And perhaps this whole situation with a ubiquitous situation and digitalization led to, I mean, making the concept also even more problematic. So, I think there were mediatization of space. I think many of these issues that are pressing today have been addressed now also from other points of view, from geography, for example, digital geographies and these scholars are not so often at least talking about mediatization, it is something which is more implicit, which is, I think, it's a sign of the kind of culture or social condition we are in right now. However, I noticed that Sarah Elwood she talked about mediatization and mediation today and I'm not sure if we are talking about the same thing. I had a sense that we are coming as from different directions and maybe we don't have the same true understanding, at least of what it means. But I'm not sure if I really can answer your question because I think there should be more research field. Maybe I should try to think more about this also, that would be interesting. As I said, we have this digital geography, on one hand. If you look at human geography there was a strand of communication, mediatization of geography, but that was more about representations of space. If you look, there's a specialty section on AAG of representations and quite a bit more traditional in that sense. And then we have this community here with the Geo Media studies which I think what is good about this is that here we gather people from different backgrounds. So I think that is really good thing. Maybe there's also in the ECREA, the European Association for Communication Research and Education, maybe there should be some kind of different approach.

LPM: In fact ECREA had just start a working group on Smartcity media and city.

JANSSON: It's very interesting and maybe one could have a broader understanding of Geomedia studies there as well.

LPM: In my research I'm focusing specifically on examples of buildings or images of where you can see mediatization. But I'm pushing very hard in one thing that very specific I'm using Foucault and the idea of apparatus. So, I'm using that idea that, for instance the pulpit was an apparatus really related to the pastoral governmentality

*I'm using him and then in the disciplinary we can see a specific building like the panoptical. So, I am developing the idea that we have now a new apparatus that we can call him **perceptron**, which is the name of the computer Rosenblatt gave on the 1950s in the cybernetics beginning. The idea is that this is a perceiving machine. Of course, the computer interlinks not just this, but seeing the Internet as a collective perceiving machine. It's a new kind of promoting a subjectivity, but some kinds of subsuntion and subjections. It's the idea of using this in a more political sense.*

I am trying to understand how you can correlate territory in a Foucauldian sense, I mean ,territory as places of social relations of power, but micro social relations, and also producing subjectivities, which is I think is interesting. But also promoting, coercions. The point is that media is so present, it feels like infrastructure. You don't even feel it. And the platform format uses its in its advantage. In this context, does citizenship becoming more difficult in this environment? Because we are gradually more users of the city, instead of citizens, isn't it?

JANSSON: Oh yeah, the whole challenge we are facing with artificial intelligence, if we take it to its extreme point where we are no longer decision makers ourselves, so why should we even go and vote? Why should we engage in politics? I mean if it's still something that is being worked for us or it's already prefigured somehow.

I'm not that dystopic though. I think there are reasons to have some hope. There will always be human agency beyond that which is absorbed into automatic, automatized systems, so there is always a gaze or an ambition among individuals to reach beyond or to look beside or to go somewhere else. This is always the case. Also, when we were talking about, you know, mass reproduction of things. You try to find the authentic somewhere else or you as an individual or as a human being, you will search for something which is more unique.

Maybe it's too far away from the question of citizenship, but still. Just the fact, just think about the debate going on right now about these issues in society. I think there is some good hope that people will come together and try to organize themselves in different ways.

LPM: Sarah [Elwod?] presented some forms of using the digital in a more ethic activist perspective, in her point of view. It's not that citizenship is going to end, but a new kind of citizenship and demanding rights of and duties of the platforms. Maybe because somehow, they got first. So, they set it off. But now I see a lot of civic in Brazil and also there are some guys in Germany, the CCC, which are pushing, for instance, the health systems in Germany, to be more accountable, to open the code. It's a kind of civic inside the platform structure. So, it's somehow the space gets also platforming. And also, the civic agency has to deal with this kind of dimension.

In this sense, would you think that geography has somehow to rethink itself? The idea of space that was so classic in the modernity seems very unsatisfactory today.

JANSSON: Oh, it's a tough question. And also, since I'm strictly speaking not as a geographer. I cannot really judge these debates from inside of geography, but I have a sense that these are questions that are being debated over and over again, I think the geographers, they, never escaped the question of space and place and what it means and and so on. So, I think they are like we have with communication and media. So, it's like these concepts that is constantly being questioned. If we look at – what other concepts are popping up? You can think about urban agglomerations, and you have notions like we talked about infrastructure.

LPM: and the cities are reshaping profoundly.

JANSSON: Yes. So there are other concepts that are also popping up that are spatial in nature, that are kind of trying to grasp the new appearance and the new qualities of space as we know it today and how it is affected by, let's say, digitalization and datafication, and things like that. So that would be my answer. I mean platformization of the city for example, I mean this is something that I mean in this literature you can see how space is problematized due to the new processes of platformization and how the nature of urban life is changing as well, so this is like spatial transformation.

LPM: My last remark is that Geo Media has become a very important reference for media studies and specially to convey geography somehow. How do you see this inter disciplinarity evolving and where and how do you see other schools studying space and media in other places? Because there are a lot of researching everywhere and maybe you have some contact with other people. Have you any contact with Latin America or some where else?

I've seen that in mediatization studies, there has been deliberate attempts to do this, and I was part of an edited volume on called Mediatization: conversations between Europe and Latin America. So I don't think it is not at all to that extent developed in the field of Geo media, but I think certainly I mean if there is someone like you, having such an ambition and would like to explore collaborations and kind of extensions of this subfield, I think that would be very important . In this moment, it's been very much European, with some North American kind of connections, but also, there is an interest scene in China, actually. We had a previous media conferences and people from China coming and also some work, for example, that book from 2006 has been translated to Chinese as well as the book by Paul Adams and some articles. So, there are some interests in other parts of the world. So, there is some work to be done there. Maybe that could also open up for you. Interesting discussions.

LPM: Well, I think it's all. Thank you very much.

JANSSON: Ok, thank you.

Anexo B2 – Entrevista Andrés Jansson – português

LPM: Professor Andrés Jansson, para começar, como foi seu primeiro contato com o conceito de midiatização?

JANSSON: Foi no meu doutorado sobre midiatização, mas não estava usando a midiatização da maneira mais tradicional que vinha sendo usada. Porque a midiatização, pelo que eu tinha lido, era principalmente como as pessoas ou como os políticos, por exemplo, se adaptavam à lógica da mídia e assim por diante. Mas acho que essa ideia de pessoas ou agentes que não são diretamente afetados pela mídia, mas se adaptando à mídia e à presença da mídia foi uma ideia que achei possível trazer para outros contextos. Então eu acho que na minha dissertação, que foi escrita, como eu disse, há muito tempo, eu olhei para coisas como o turismo, a casa e a cidade.

Então percebi depois da minha dissertação realmente, que havia muito sobre o espaço, mesmo que eu não tivesse realmente conceituado na medida em que eu precisasse aprofundar mais tarde. Tratava-se da "midiatização de" ou da midiatização no espaço, que eu, depois da dissertação, mais deliberadamente explorei sob o que foi, sobretudo com este volume editado, *Geographies of Communications* 2006.

Parece que esse livro alcançou muito mais pessoas do que esperávamos, na verdade. E de alguma forma nós tínhamos encontrado algo que reuniu diferentes estudiosos que pensávamos. Especialmente do contexto nórdico sobre midiatizações do espaço. Definiu-se a distinção entre mediação e midiatização. Isso foi em 2006 quando foi publicado, talvez tenha sido a primeira vez que eu realmente comecei a conceituá-lo.

LPM: Essa evolução do entendimento da midiatização é uma coisa que eu gostaria de explorar na minha dissertação. A midiatização de alguma forma começou como um efeito da radiodifusão e assim por diante, para algo que é mais onipresente hoje, é a presença mais cotidiana de dispositivos de mídia. A ideia de dispositivos de mídia como temos agora, o digital, eles mudaram completamente as lógicas.

JANSSON: É até muito difícil definir a midiatização. Quer dizer, você ainda pode definir a midiatização, como já fizemos antes, mas é tão difícil dizer onde ela começa e onde termina, porque, como você diz, ela é continuamente misturada nesses sistemas. Então, como eles também disseram durante essa sessão [Geomedia Tampere] a midiatização passa por uma infraestrutura, você não pensa nisso, você está continuamente sendo cutucado, você está sendo direcionado.

Você está recebendo conselhos e assim por diante. Então nós estamos de várias maneiras não usando a mídia, a mídia está usando ferramentas que estão nos usando também para gerar lucro e assim por diante. Então tudo isso é algo que devemos chamar de hipermidiatização ou algo assim, ...

LPM: Ou midiatização profunda?

JANSSON: Talvez. mas, esse é outro termo.

LPM: Vejo algum tipo de caminhada nessa direção de digitalização mais ainda presente das práticas cotidianas. Você vê isso dessa forma? Quer dizer, é o território que a gente pensou primeiro a ideia de território agora está ficando com uma camada de informação, quero dizer, uma camada de interações de informação. Você vê essa midiatização profunda acontecendo além da nossa percepção? Quer dizer, porque agora as máquinas conversam com máquinas e protocolos além da compreensão ou percepção do ser humano, pelo menos?

JANSSON: Isso certamente, em grande parte além da nossa percepção. Muito disso está além da nossa percepção. Se você olhar para esses algoritmos, eles são o sinal disso lá fora. O resultado é divulgado de maneiras que são adaptadas a determinado público ou usuários e assim por diante. E nós, como usuários, somos guiados em direções diferentes no online, por exemplo, mas também na geografia física,

que se baseia em processos e mecanismos que não conseguimos ver. Podemos ler sobre eles e podemos aprender sobre eles, mas certamente não estamos cientes deles de uma maneira mais reflexiva no dia a dia. É claro que algumas pessoas são mais cientes disso do que outras. Agora estamos falando às vezes de letramento (literacia – no inglês *litteracy*) em algoritmo e letramento ou conhecimento de dados. Ou letramento e habilidades digitais, e assim por diante. Apenas para distinguir entre aqueles que têm uma compreensão mais profunda de como essas coisas funcionam do que outras. Então, há divisões sociais e eu também acho que é algo que varia ao longo do dia a dia, às vezes, por algum motivo, estamos nos conscientizando dessas coisas. Eu tenho um filho e então eu estava olhando brinquedos com ele um dia para ver, você sabe, brinquedos e carro pequeno, no smartphone, coisas que ele gosta. De repente eu passo a receber anúncios entrando no meu telefone sobre carrinhos de crianças.

Portanto, são ocasiões típicas. Quando dizemos, ok, isso está acontecendo, e então as pessoas começam a refletir e isso meio que aparece além do fluxo de informações dado como certo. Então eu acho que também houve exemplos de vários tipos que as pessoas começaram a problematizar ou questionar como essas coisas funcionam nos bastidores? Então, se a infraestrutura é invisível, nos bastidores

LPM: Como você vê esses estudos sobre geografia e midiatização? Desde este livro em 2006. Tenho visto muitos estudos interessantes sobre práticas cotidianas como eles chamam, na microgeografia. Mas também muita coisa sobre usar a midiatização para melhorar o território, para dar consciência e visibilidade a lugares específicos. Como você vê como os estudos, pelo menos no que você vem pesquisando, estão evoluindo? Em que direção? Você vê uma tendência?

JANSSON: A tendência é que seja um pouco misto. Acho que se falarmos apenas de pesquisa de midiatização, acho que houve um pico durante o ano de 2010. Talvez também se nós Google, acho que você veria que o termo foi mencionado muito mais. Eu mesmo não fiz isso, mas tenho uma sensação muito forte de que foi como talvez por volta de 2015. Em torno disso, talvez tenha sido mais debatido. E talvez toda essa situação com uma situação onipresente e digitalização tenha levado, quero dizer, a tornar o conceito ainda mais problemático.

Então eu acho que houve midiatização do espaço. Acho que muitas dessas questões que são urgentes hoje foram abordadas agora também de outros pontos de vista, da geografia, por exemplo, geografias digitais e esses estudiosos não estão pelo menos falando de midiatização, é algo que está mais implícito, que é, eu acho, é um sinal do tipo de cultura ou condição social em que estamos agora. No entanto, notei que Sarah Elwood falou sobre midiatização e mediação hoje e não tenho certeza se estamos falando da mesma coisa. Tive a sensação de que estamos vindo de direções diferentes e talvez não tenhamos a mesma compreensão de fato, pelo menos do que isso significa. Mas não tenho certeza se realmente posso responder à sua pergunta, porque acho que deveria haver mais campo de pesquisa. Talvez eu devesse tentar pensar mais sobre isso também, isso seria interessante. Como eu disse, nós temos essa geografia digital, de um lado. Se você olhar para a geografia humana, havia uma vertente de comunicação, midiatização da geografia, mas isso era mais sobre representações do espaço. Se você olhar, há uma seção especializada em AAG de representações e um pouco mais tradicional nesse sentido. E então nós temos essa comunidade aqui com a comunidade de estudos da Geo Media, que eu acho que o que é bom nisso é que aqui nós reunimos pessoas de diferentes origens. Então eu acho que isso é muito bom... Talvez haja também na ECREA, a Associação Europeia de Investigação e Educação em Comunicação, talvez devesse haver algum tipo de abordagem diferente.

LPM: Eu acho que o ECREA acabou de criar um grupo de trabalho sobre Smartcity, cidade e mídia

JANSSON: É muito interessante e talvez se possa ter uma compreensão mais ampla dos estudos de Geomedia lá também.

LPM: Em minha pesquisa estou focando especificamente em exemplos de edifícios ou imagens de onde você pode ver a midiatização. Mas eu estou me esforçando muito em uma coisa muito específica, eu estou usando Foucault e a ideia de aparelho. Então eu estou usando essa ideia de que, por exemplo, o púlpito era um aparato realmente relacionado à governamentalidade pastoral

*Estou a usá-lo e depois na disciplina podemos ver um edifício específico como o panóptico. Então, estou desenvolvendo a ideia de que agora temos um novo aparato que podemos chamá-lo de **perceptron**, que*

é o nome do computador que Rosenblatt deu na década de 1950, no início da cibernética. A ideia é que se trate de uma máquina perceptiva. Claro que o computador interligado não é só isso, mas ver a Internet como uma máquina de percepção coletiva. É um novo tipo de promoção de uma subjetividade, mas alguns tipos de submissões de sujeição. É a ideia de usar isso em um sentido mais político. Minha ideia é tentar entender como você pode correlacionar essas ideias de território em um sentido foucaultiano, ou seja, território como lugares de relações sociais de poder, mas micro relações sociais, e também produzindo subjetividades, o que eu acho interessante. Mas também promovendo, coerções. A questão é que a mídia está tão presente que parece infraestrutura. Você nem sente. E o formato da plataforma usa a seu favor. Nesse contexto, a cidadania se torna mais difícil nesse ambiente? Porque aos poucos somos mais usuários da cidade, do que cidadãos, não é?

JANSSON: Ah, sim, todo o desafio que estamos enfrentando com a inteligência artificial, se a levamos ao seu ponto extremo, onde não somos mais tomadores de decisão, então por que deveríamos ir votar? Por que devemos nos engajar na política? Quero dizer, se ainda é algo que está sendo trabalhado para nós ou já está prefigurado de alguma forma.

Mas não sou tão distópico. Acho que há razões para ter alguma esperança. Sempre haverá agência humana além daquela que é absorvida em sistemas automáticos e automatizados, então sempre há um olhar ou uma ambição entre os indivíduos de ir além ou olhar para o lado ou ir para outro lugar. É sempre assim. Também quando estávamos falando, você sabe, de reprodução em massa de coisas. Você tenta encontrar o autêntico em outro lugar ou você como um indivíduo ou como um ser humano, você vai procurar algo que é mais único.

Talvez esteja muito longe da questão da cidadania, mas ainda assim. Basta pensar no debate que está acontecendo agora sobre essas questões na sociedade. Acho que há uma boa esperança de que as pessoas se unam e tentem se organizar de maneiras diferentes.

LPM: Sarah [Elwod?] apresentou algumas formas de usar o digital em uma perspectiva ativista mais ética, em seu ponto de vista. Não é que a cidadania vá acabar, mas um novo tipo de cidadania e reivindicação de direitos e deveres das plataformas. Talvez porque, de alguma forma, eles se tornaram prioridade. Mas agora eu vejo muita coisa cívica no Brasil e também na Alemanha, o CCC, por exemplo, que eles são muito loucos, geek, mas estão pressionando, por exemplo, os sistemas de saúde na Alemanha, para serem mais responsáveis, para, abrir o código. É uma espécie de civismo dentro da estrutura da plataforma. Então, é de alguma forma que o espaço também fica plataformizado. E também a agência cívica tem que lidar com esse tipo de dimensão. Nesse sentido, você acha que a geografia tem que se repensar, de alguma forma? A ideia de espaço, que era tão clássica na modernidade, pareceria insatisfatória hoje.

JANSSON: Ah, é uma pergunta difícil. E também porque a rigor não sou geógrafo. Eu realmente não posso julgar esses debates de dentro da geografia, mas tenho a sensação de que essas são questões que estão sendo debatidas repetidamente, acho que os geógrafos, eles, nunca escaparam da questão do espaço e do lugar e o que isso significa e assim por diante. Então eu acho que eles são como nós temos com a comunicação e os meios de comunicação. Então é como esses conceitos que estão sendo constantemente questionados. Se olharmos – que outros conceitos estão surgindo? Você pode pensar em aglomerações urbanas e tem noções como falamos de infraestrutura.

LPM: e as cidades estão se remodelando profundamente.

JANSSON: Sim. Então, há outros conceitos que também estão surgindo que são de natureza espacial, que estão meio que tentando entender a nova aparência e as novas qualidades do espaço como o conhecemos hoje e como ele é afetado, digamos, pela digitalização e datificação, e coisas assim. Então Essa seria a minha resposta. Eu quero dizer plataformização da cidade por exemplo, eu quero dizer isso é algo que eu quero dizer nesta literatura você pode ver como o espaço é problematizado devido aos novos processos de plataformização e como a natureza da vida urbana está mudando também, então isso é como transformação espacial

LPM: Minha última observação é que a Geo Media se tornou uma referência muito importante para os estudos de mídia e, especialmente, para transmitir a geografia de alguma forma. Como você vê essa interdisciplinaridade evoluindo e onde e como vê outras escolas estudando espaço e mídia em outros lugares? Porque há muita pesquisa em todos os lugares e eu talvez você tenha algum contato com outras pessoas. Você tem algum contato com a América Latina ou algum outro lugar?

JANSSON: Vi que, nos estudos de mídiatização, houve tentativas deliberadas de fazer isso e fiz parte de um volume editado sobre Mídiatização: conversas entre Europa e América Latina. Então eu não acho que seja, não é de todo desenvolvido nessa medida no campo da Geo mídia, mas acho que certamente quero dizer se houver alguém como você, tendo essa ambição e gostaria de explorar colaborações e tipos de extensões deste subcampo, acho que isso seria muito importante. Neste momento, tem sido muito europeu, com algumas ligações norte-americanas, mas também, há uma cena de interesse na China, na verdade. Tivemos uma coletiva de imprensa anterior e pessoas da China vindo e também alguns trabalhos, por exemplo, esse livro de 2006 foi traduzido para o chinês, bem como o livro de Paul Adams [qual?] e alguns artigos. Portanto, há alguns interesses noutras partes do mundo e não é que eu não deva nem queira. Portanto, há algum trabalho a ser feito lá. Acho que e. Talvez isso também possa abrir para você. Discussões interessantes.

LPM: Bem, acho que é tudo. Muito Obrigado.

JANSSON: Ok, obrigado.

Anexo C1 – Entrevista Geert Lovink – Inglês

Interview with Geert Lovink

4th September 2023,

At Institute of Network Cultures – Amsterdam University of Applied Sciences, Amsterdam

LPM: Beginning with Stuck by Platforms, which I read not deeply, can I say that platform is a kind of new enclosure?

LOVINK: Oh, definitely yeah, 100%. The aim is of course to completely close it and some companies are very good at that. Facebook, Google in particular. You know, especially if you just think of the cheap smartphones, I don't know if you can get them in Brazil, but in many parts of Africa, you get a cheap smartphone and there the enclosures are already included.

LPM: We have in Brazil social media for free in some telecom companies.

LOVINK: The social media for free and these are the new enclosures. And so, this is the reality. So, are platforms new enclosures? I would say yes, especially for the mental map, but also in terms of even we can extend that a little bit, in terms of mapping the surroundings, because you know a lot of people are using the the kind of the navigation that they are offered. Just think that so many people, when it comes to transportation, they are guided by algorithms. They say no, you cannot take this bus. You must take that bus. People don't even think. They think that it is meant for optimization, but it's not to do with optimization. It's got to do with, you know, management and control.

LPM: And contradictorily I've just used to arrive here, because I know nothing about Amsterdam, so I kind of used that because it's practical. But of course. Of I'm from Rio de Janeiro, I wouldn't say no, don't use it in Rio.

LOVINK: Yeah, but we know the city and we know it's bullshit. We know that you use it to govern. And this is done with the best of intentions, right?[irony] This is the problem: we cannot really recognize the evil inside. And we cannot do that because these companies are selling this as a service, as if it is a service that it will help us in the busy life, right?

Because it's all about it. Especially that's what you see in the big metropolitan areas, you know, with 10, 20 million people. It is all about kind of juggling about trying to survive , trying to make ends meet, trying to meet one family member; dropping off the kids; getting a call from some neighbor, you know, about an accident or something about that. And these phones are, in a way, also further, you know, the accelerators of this. It makes the life more intense, and it makes it kind of presumes that these are controlled devices. That we can control our lives with it, but at the same time, we also know that we are being controlled and that we cannot really manage all the flows of information that come to us.

So, and this is causing a lot of mental stress. In my work I focus in particularly on that the mental, maybe also social political, you know, consequences of being steered by such a controll device and not just as an individual. Because we're talking about large groups. I have seen in my professional life of nearly 40 years now, you know, growing internet, growing to more than 5 billion people, so it's a device used by 5 billion people and it's very difficult even for our discipline to understand what it means 5 billion. We have no understanding of that. We have no understanding any more of this scale. No idea.

LPM: The question of scale is out of mind.

LOVINK Yeah, out of control in a way

LPM: Niccolò Cuppini, focus on infrastructure, a capitalism of infrastructure. That's the kind of platforms, but also what's the similarities and difference from platforms and infrastructure. There's something interesting in that?

LOVINK: Yeah, there is. It's certainly next stage because, we started with the networks, 30 years ago, very long time. Remember that ? And then of course the networks got further and further centralized and then they became platforms. But obviously in the next stage the platforms have the intention to disappear. They don't want us to identify them anymore as platforms and they want to disappear. So, the infrastructure idea is the intention of Google. It is that we will no longer recognize that company as such. Like maybe even IBM . remember IBM? Still very big company, have you seen IBM lately? No. Why?

LPM: not at all, they are very discreet...

LOVINK: Yeah, exactly. And so, it is this intention. To disappear but even becoming even more bigger because the platforms can still be identified. They can be identified as culprits as manipulators of fake news as political players, as economic powers. They can be regulated. And this is what they don't want. So, the next step will have to be made very quickly. Either the platforms will be broken up, we know that from the past from, you know, the early stages that Lenin written about, you know, monopoly capitalism, so either it will be regulated, or it will itself transcend to a higher level. And that higher level is obviously infrastructure.

LPM: So, getting central more central even.

LOVINK: More centralized but less visible.

LPM: You talked about monopoly and Lenin. Some researchers are talking about monopsony. Do you think this is valid to talk about this kind of inversing of Monopoly would be a phoner productive approach, and now...

LOVINK: Monopoly is obviously, you know it's also a term of maybe 100 years, 120 years ago. So, in that sense it is necessary to further reinvent and to get a better understanding and more detailed understanding of how these pseudo markets - because they're pseudo markets, you know, Google and Facebook are not operating in the market because they have no competitors. So, they can fake all this. What they do and sometimes you find some in the literature. Peter Deal is often very good at hinting at some of it, revealing some secrets. But yeah, they say that the platforms are facilitating the markets. They are not a market themselves.

Now, this was of course not meant to be, you know, come out in the open. Peter Thiel maybe was not so clever in that sense. So, the platforms create markets for you and me. So, we are the dumb suckers. We are competing with each other, you compete against me, but they are not competing.

LPM: They just like we are competing, they are profiting anyway.

LOVINK: Yeah, they are profiting, and they are facilitating the dumb people to operate in the neoliberal market under the frame of what is now platform but what will soon disappear as infrastructure.

LPM: So can we use Weber's idea of the jail, but now we can see it like an electronic jail, I mean the idea of the economics moment and so on the society dynamic is like a digital jail, in the sense that a digital cage would be more interesting them imprisoning people (in office, in workshops, in jails, also) because it will facilitate this flowing. Seems also that this new kind of circulations based on emotions based and positiveness. I mean all the things about as you talk about Deleuze and dispositives that rose , also mentioned by Foucault also. Can we say that it's kind of an evolution, an improvement of those first ideas in the beginning of the consumer society?

LOVINK: Yeah, a lot of these things, of course, go back to the post war period of 60s and 70s and that's why you also referred to what is usually called French theory. This is very true and also, I have to say that since then, so maybe since 50 years not much has happened in terms of theory. So, the first speculations were made by then, I would say, especially after fall of the Berlin Wall and in the 90s. Then we started to come in a period of implementation, not about speculation. So that's why when we're talking about ideas, and we still refer to the ideas of 50 years ago. Because these were the times when people had a kind of an open mind to see the possible effects.

Whereas our generation maybe is more focused and confronted, not so much with the speculation of the ideas, but with the material implementation of the effects once it is rolled out on a mass scale, in my case, my studies, you know, 5 billion people.

LPM: And then we can say that somehow this recursiveness of actual communications infrastructure are affecting everybody. We see as you told in Zero Comment it's something that's kind of getting paranoid with feedback. I mean, for instance, we are like looking and waiting for instant reply and instant feedback in manu dimensions of our lives.

LOVINK: Yes, of course. And what if it doesn't come? Yeah, it makes us crazy.

LPM: I think it's kind of a mood of the moment, a zeitgeist. This wasn't like in the beginning, where technology was about a solution for capitalism's problems of overproduction, recursiveness or even Nobeit Wiener kind of technology of, you know, military technology. There's an idea of not being so rigid, being flexible. But then it evolved to something weird.

LOVINK: At the same time what we now see is kind of a collapse of further, let's say, utilization or intensification and making also a kind of maximization of the opportunities of the existing infrastructure. While at the same time everything around it and the infrastructure itself is in crisis, collapsing, sometimes because of climate, sometimes because of economic crisis.

So, there is a whole kind of rainbow of collapses. Crisis, recession, regression, right? There's a whole kind of ... you can pick and choose, right? Because you start with stagnation, right? And start with mild forms and then, at the extreme end, it's just collapse. And, basically, at the very end, apocalypse.

So, this we are now getting used to this whole palette of possibilities that exist. So, we are kind of already prepared that this machine will not work in 5 minutes, that we walk outside. We want to take the train, but the train is not there. We walk outside and certainly there is a tropical rainstorm, but we are here in Northern Europe. Why is that?

LPM: Quite hot today for September in Amsterdam, ins't it?

LOVINK: Hot today, but it should not be hot because it's almost autumn, right? So, the kind of neoliberal push for further optimization is kind of confronted with this crisis mode. And optimization, in crisis, they are very close. Because the optimization works ultimately towards the point of breakdown. It looks up it searches for the point of breakdown. And everybody who works in organizations knows, knows about those paradigm crises or an actual collapse, right?

LPM: There is an author in Brazil in media studies, Muniz Sodré, who talks about a bios mediaticus, taking Agamben's ideas of Zoe and Bios. You talk about the digital self. Can we say that we are having this kind of double life? Marx talks about the second nature. In this context can the digital create a third dimension? Edward Soja and Henri Lefebvre talk about a third space.

LOVINK: We want to have a third space. We know it could exist. But for the moment this becomes kind of more like...

LPM: utopian thing?

LOVINK: Yeah, I fear it is something that is prolonged, that is not any more reachable. That is, I wouldn't say utopian. But almost so. We still know that there is a possibility. So, it's not like completely

impossible. But the fact is that most societies are kind of going to a point of stagnation and not to progress. Progress was an idea of the 20th century, but we cannot afford progress anymore. So, at best, for instance, think of China. What would be the best of China? For China would be stagnation, maintaining.

LPM: Just maintaining. All these idea Chinese of harmony and so.

LOVINK: . of Harmony of just kind of build using all the cities and infrastructures and everything they build up. So, in the next 50 years, this is going to be the big project of China this kind of maintaining what they have. So, in that sense the lack of the idea of the impossibility of progress also has implications on the mental and ideological political ideas people have, that life could be organized in a different way. If in the idea of progress, there was still an idea that if you would go to the next phase .

LPM: A kind of sublimation?

LOVINK: Yeah, that you would come in the next phase, where things would be better and that not just be better in the same way, as it was, but in a different way. And this is the possibility of socialism and the redistribution of wealth, et cetera, et cetera. But what is socialism in the age of degrowth? And this is the issue. We don't know how something like that could look like. What is the socialism in the society without Utopia? That's something that is difficult even to try to figure out. But this is where we are heading.

LPM: At the same time, we see a lot of as you told before, structures collapsing and institutions also.

LOVINK: Of course. Exactly. In a way, could be a good thing you know, because in the 20th century, the idea was that the old would collapse and the new would come. But we know that the new will not come. Not in that way. So, what if the new means degrowth? And this is difficult to frame.

LPM: In Extinction Internet you written that we passed from the solution idea to a part of the problem on the Internet and in the digital. And you talk about the bio info psycho circuit. Could you give me some elements? Is that bio info psycho cycle seems interesting to me once I'm using Foucault and be his idea of power. Is this related or not at all?

LOVINK: No, it's definitely related, but i would say the problem is Foucault did not anticipate the smartphone. What we need to do is to think of how he would have incorporated this element of the smartphone into the idea of biopower. Because there is no life anymore without the, let's say, the information and coordination capabilities that the smartphone is offering us, the smartphone is not like a media device that we know from the past, like television or radio or even newspaper . Smartphones for people they are very intimate. They literally wear them on their bodies, day and night. They literally sleep with them; they have a very tactile relationship to it with their with their hands.

So I also strongly believe that we need to really rewrite the media theory with a very strong tactile element, so it's not just anymore like in the past we thought it was about only seeing or hearing like seeing, meaning television, film or hearing or reading for that matter, right?

So, the idea of swiping of, of clicking of, of liking, et cetera, they are becoming equally important, and maybe more important, for instance, than reading. So, most of the media theories are still kind of based on the idea of me reading something, understanding something. But in the smartphone era we don't have time to understand exactly, so there is no time for reading. There is no time for processing, no time.

At least we should, you know, give some equal space inside the existing theories for this and I would say that's going to take still a long time. I think we need at least another 20 years in order to understand the impact. However, you know, because this smartphone has been with us now for a good 20 years. First it was called mobile phone. Of course it was a bit primitive, it had only some limited functions, but at least already then, 20 or 25 years ago people build a similar intimate relationship with their mobile phone, even at that time, even in the 1990s. This intimate relationship with the phone was already there, right, even though the functions of them were still very limited. And that has only grown exponentially.

LPM: and in many directions.

LOVINK: Yeah, in many directions, but also with many functions, you know. And of course, nowadays it becomes slowly more and more visible visual, I mean because of the broadband, the whole bandwidth issue only now, especially if you look at it for 2, 3, and 4 billion people, right, in large parts in Africa, large parts of Asia, Latin America. They are now also accessing the possibilities, for instance, to get everything every single information presented to them as visual information, right?

And so, the idea of the of the past, that information is mainly visual is now something that, you know, if you look at Instagram, TikTok, YouTube, they are all in the top five of most use.

LPM: Part of my studies are heading towards the idea of perception. And senses in the sense, I have this provocative idea that a Perceptron, you know, Rosenblatt machine. The idea is that Perceptron had overcome Panopticon as the main, as the typical device apparatus. That's, of course, an essay. Yes, of course, a provocation. But the point is upon Philip Agre. I was seeing Galloway's article on Agre versus Zuboff. He's kind of saying, ok, surveillance, that's a good point. OK, Zuboff, fine. But I mean perception, perceiveness is getting something interesting not only about something that is watching you, but something that catches emotions and catches sensations and catches flows, voices and catches places. I mean haptics but not only haptics, but also meanings. What do you think of this idea has about? What this drives to or what this could drive ?

I mean, surveillance would be something centralized and kind of overarching. Perceptron instead would be something like just put your emotions there, your thoughts, your feelings and, at the end I'll just catch one or one another, make a salad, and I don't care, and make an utilitarian use of these vectors, to profit from your data.

LOVINK: That's very true. But if you look at the organization of all these information flows, it's a bit of a different story. For the individual user it becomes more and more mixed, if you say, you could also use the word confused also. Because there is a fine line between these information. They are also gathered and processed with certain ideas with certain aims, right? Commercial aims, political aims. And there it is not so random anymore. So, it's kind of a very kind of liberal idea that it doesn't really matter. But if you look at key moments. In the last five to ten Years. Things do matter.

Anxiety on the one hand, that's for the individual users, but also on societal level. You know, if you think of the whole controversy around COVID and anti vaccines , or if you think of the main you know politics. They and that have become, you know, dominant.

Now if you like it or not, they are the dominant forces today. I mean, on the Internet, is definitely no longer, you know, a media. For let's say, liberation or liberal ideas.

LPM: This device is called smartphone and there was a hype about Smart City which is almost over now. But IBM was one of the main promoters of this. In fact, people are trying to start to talk about platform cities. Do you think this kind of idea of IT now going more central, more privatized and controlled in the urban space makes sense?

LOVINK: The problem is really with the allocation of investments and the allocation of investments is not following these logics. So, what is happening there the smart city it's kind of left on its own device, it can map, you know, all the traffic jams in a in a perfect real life manner. We never had a better idea of how many traffic jams there are. But the smartness should suggest that if you have this information that you do something with it. But that's obviously not the case because of the allocation will not say "ok we have to build more highways, or we have to build more public transportation". There's no money for that. Nobody will decide. The problem of the smart city is not that it cannot gather the information, but it completely lacks the interface to city planning, and collective decision and the investments this is the problem also of course with the limitation of the climate.

The climate activists have really put a kind of an 18th century idea of enlightenment, I give you the right data about the climate and you will be convinced. I will give you the truth and then you will say oh sorry this is the truth.

LPM: Like the encyclopedists.

LOVINK: This is still the naive idea of most of the climate activists that they think that presenting the truth will lead to change. And that's definitely not the case and we already know this for almost 50 or 100 years. But there is an enormous lack there also in the understanding and even personal experience, let's say of a flood or a drought, et cetera, will not change the perception of of the climate crisis. So even a personal experience will not lead to change. This is a real issue. We need to talk. Because there is no problem in the collection of information anymore, there is no problem anymore, which you know my generation maybe thought that there is a problem of the visualization of information. We have all the information, but we cannot visualize. We cannot tell it to the people. But we can even the visualization of this information has been resolved.

LPM: And now we are in an interesting moment that, for instance, climate change has gathered a lot of data. Awkwardly we didn't find the solution yet. Some guys are talking about the idea of algorithmics and AI but that is just not just a variation of data?

LOVINK: That's just a variation of the old idea of data analysis and visualization, but visualization will not do the job. Because people do. That will not tell you this is fake, that your AI is fake. And you can come up with as many AI as you like. It doesn't really matter. And this is the issue. So, the information will not be believed in no matter what form it will be presented. With or without algorithms, with or without. AI doesn't matter, right? So, we are kind of running against this kind of what we could say you know, a brick wall of information, something like that. Where we have to understand that there is this kind of limit of the habermasian notion of the public sphere deliberation. There is no deliberation about climate change. I'm very sorry, but it simply does not exist.

LPM: Finally, I would just like to quote you: "media technologies have entered the body in such a way that the body and soul can no longer be separated from the semiotic infosphere. Think of the fatigue that we feel in our eyes, fingers, the whole body of the Zoom session. " You are talking about the pandemics . "This is how technologies are of depletion and working with the scale across the site. The user as programmer is condemned to live as a zombie, mindlessly sweeping and scrolling (...). A profoundly soporific state rapidly emerging... " to me is kind of comfortably dumb Pink Floyd song. I mean, that's quite distopic. But you identify a problem.

LOVINK: This is a bit of a problem for the activists like me, you know, should the activists strategies be based on morals, on ethics or should it be based on a proper understanding of the functioning of society? And obviously I'm more in favor of the last. Yeah, but the last one is the hard one because we need to understand also the distortion that, for instance, information is bringing with us. We cannot naively believe that we are still in 18th century, where I would bring some truth to the table, and you would be convinced. There's no way. Truth doesn't matter anymore. And for activists, this is really difficult to accept. What happens when truth is no longer the defining factor? And we need really new political strategies that take that fully into account. Very often, people still believe that if I tell you the truth you will be ultimately convinced.

LPM: You talk about truth. I always think some of core ideas of governmentalities, the pastoral, the discipline, the sovereign, the discipline, and power. We can say truth is something related to religion, facts, relation to science and, now information related to whatever is going on.

And that's why. There is so much emphasis on neuroscience, right? I mean, that's why there is so much emphasis on behavioral psychology. That's because these are the ruling sciences of our time. You know, we live in the age of neuroscience. We live in the age where all the major information strategies are, yeah, are designed by behavioral psychologists because they know best about.

LPM: Stimuli and answer ?

LOVINK: Yeah. And the problem of many activists and intellectuals is that they don't want to take this into account in a way, in a funny way. In the same way as the rational science in the early 20th century

did not want to confront itself with the world of Freud, did not want to confront itself with the unconscious and all the consequences it had later on so. And now with this kind of digital semiotic sphere, which we think we can kind of shield it off or put it maybe in a in a specific corner and say “ok we should maybe deal a little bit with the fake news or something like that and tell the people that if we label this as fake news, they will understand and they will go to the real truth’

LPM: In Brazil, there was a spread of fact checking agencies It didn't work at all. Even Bolsonaro has 40% of followers. Whatever he does. But coming back to the territory question. The civic dimension and the mediatization. Do you think that this division of truth, facts and information could help in analysis or it's so mixed now that we will not like having scrutinized and it will not work at all?

LOVINK: Well, people will find the balance themselves. So regardless of what we think, people will find that balance and that balance will most likely you know, be governed by algorithms they have no idea about. So, what is perceived as a personal choice, “oh, I like this or I like that and I will not read that”, et cetera. In the end very carefully put together mixed of quite limited resources in the end. And that's why we maybe have to reassess the ideas that we developed maybe 30 years ago about old media that were just broadcasting and then there were the new media that were much more decentralized or networked, et cetera, et cetera, this distinction of 30 years ago, no longer exists. We are back at square one in in that sense and that. But under new conditions, of course, under new conditions, because the subject is still at the center. Now it is not. The centralized broadcasting that is at the center. If you really want to understand how societies work today, you need to have a sophisticated understanding of the networked subject or the online self. If you don't have that, you will not understand much what's going on.

LPM: Thank you!

LOVINK: Ok!

Anexo C2 – Entrevista Geert Lovink – português

Entrevista com Geert Lovink

4 de setembro de 2023,

No Instituto de Culturas em Rede – Amsterdam University of Applied Sciences, Amsterdã

LPM: Começando com Stuck by Platforms,, posso dizer que a plataforma é uma espécie de novo cercamento?

LOVINK: Ah, definitivamente sim, 100%. O objetivo é, claro, um cercamento completo e algumas empresas são muito boas nisso. Facebook, Google em particular. Você sabe, especialmente se você pensar nos smartphones baratos, não sei se você pode obtê-los no Brasil, mas em muitas partes da África, você obtém um smartphone barato e lá os gabinetes já estão incluídos.

LPM: Temos no Brasil mídias sociais gratuitas em alguns planos de empresas de telecomunicações.

LOVINK: As redes sociais de graça e estes são os novos recintos. E essa é a realidade. Então as plataformas seriam novos cercamentos? Eu diria que sim, especialmente para o mapa mental, mas também em termos de até mesmo podemos estender isso um pouco, em termos de mapeamento do entorno, porque você sabe que muitas pessoas estão usando os mapas estão usando o tipo de navegação que eles são oferecidos. Basta pensar que muitas pessoas, quando se trata de transporte, são guiadas por algoritmos. Eles dizem que você não pode pegar esse ônibus, você deve pegar aquele ônibus. As pessoas nem pensam que é para otimização, mas não tem a ver com otimização. Tem a ver, né, com gestão e controle.

LPM: E contraditoriamente eu só cheguei aqui, porque eu não sei nada sobre Amsterdã, então eu meio que usei isso porque é prático.

LOVINK: Sim, mas conhecemos a cidade e sabemos que é besteira. Sabemos que você usa isso para governar. E isso é feito com a melhor das intenções, certo? [ironia] Este é o problema: não podemos realmente reconhecer o mal contido. E a gente não pode fazer isso porque essas empresas estão vendendo isso como um serviço, como se fosse um serviço que vai nos ajudar na vida agitada, né?

Porque é tudo sobre isso. Especialmente é o que você vê nas grandes áreas metropolitanas, você sabe, com 10, 20 milhões de pessoas. Trata-se de malabarismos sobre tentar sobreviver, tentar sobreviver, tentar encontrar um membro da família; deixar as crianças; receber uma ligação de algum vizinho, você sabe, sobre um acidente ou algo sobre isso. E esses telefones são, de certa forma, pensando além, os aceleradores disso. Isso torna a vida mais intensa e faz com que se presume que são dispositivos controlados, que podemos controlar nossas vidas com ele. Mas, ao mesmo tempo, também sabemos que estamos sendo controlados e que não podemos realmente gerenciar todos os fluxos de informações que chegam até nós.

Então, e isso está causando muito estresse mental. Na minha pesquisa eu me concentro particularmente nas consequências mentais, talvez também políticas sociais de ser guiado por um dispositivo tão controlado e não apenas como um indivíduo, certo? Porque estamos falando de grandes grupos. Eu vi na minha vida profissional de quase 40 anos agora, você sabe, a internet crescendo para mais de 5 bilhões de pessoas, então é um dispositivo usado por 5 bilhões de pessoas e é muito difícil até para a nossa disciplina entender o que significa 5 bilhões. Não entendemos isso. Não temos mais entendimento dessa escala. Não fazemos ideia.

LPM: A questão da escala está fora de compreensão.

LOVINK sim, fora de controle de certa forma

LPM: Niccolò Cuppini, fala em infraestrutura, um capitalismo de infraestrutura. Esse seria na forma de plataformas, mas também na sobreposição e diferenças de plataformas e infraestrutura. Há algo interessante nisso?

LOVINK: Sim, existe. Com certeza é a próxima etapa porque, começamos com as redes, há 30 anos, muito tempo. Lembra disso? E então, é claro, as redes ficaram cada vez mais centralizadas e então se tornaram plataformas. Mas, obviamente, na próxima etapa, as plataformas têm a intenção de desaparecer. Elas não querem mais que as identifiquemos como plataformas e elas querem desaparecer. Então a infraestrutura então a ideia é, a intenção do Google é que a gente não reconheça mais aquela empresa como tal. Como talvez até a IBM. lembra da IBM? Ainda uma empresa muito grande. Você tem visto a IBM ultimamente? Não. Por que?

LPM: não ouço nada, bem discreta...

LOVINK: Sim, exatamente. E assim é essa intenção. Para desaparecer, mas até se tornando ainda maior porque as plataformas ainda podem ser identificadas. Eles podem ser identificados como culpadas, como manipuladoras de fake news, como atores políticos, como poderes econômicos. Elas podem ser regulamentadas e é isso que eles não querem.

Portanto, o próximo passo terá de ser dado muito rapidamente. Ou as plataformas serão quebradas, sabemos que do passado a partir dos estágios iniciais que Lênin escreveu sobre o capitalismo monopolista. Então ou ele será regulado ou ele próprio transcenderá para um nível mais alto. E esse nível superior é obviamente infraestrutura.

LPM: Então, ficando ainda mais central que antes.

LOVINK: Mais centralizado, mas menos visível.

LPM: Você falou sobre monopólio e Lênin. Alguns pesquisadores estão falando sobre monopsonio. Você acha que isso é válido para falar sobre esse tipo de inversão do monopólio que seria uma abordagem produtiva, e agora mais voltado para o controle do consumo....

LOVINK: Monopólio é obviamente um termo de talvez 100 anos, 120 anos atrás. Então, nesse sentido, é necessário reinventar ainda mais e obter uma melhor compreensão e uma compreensão mais detalhada de como esses pseudomercados - porque elas são pseudomercados. Google e Facebook não estão operando no mercado, porque não têm concorrentes. Então elas podem continuar fingindo sobre monopólio. O que elas fazem e às vezes você encontra na literatura um Peter Thiel, que costuma ser muito bom em insinuar algumas das intenções dessas companhias, revelando alguns segredos, dizendo que as plataformas estão facilitando os mercados. Elas não são um mercado em si.

Agora, é claro que isso não era para vir a público. Peter Thiel talvez não tenha sido tão inteligente nesse sentido. Então, as plataformas criam mercados para você e para mim. Então nós somos os idiotas [dumb suckers]. Estamos competindo uns com os outros, vocês competem contra mim, mas eles não estão competindo.

LPM: E como nós estamos competindo, eles estão lucrando de qualquer maneira.

LOVINK: Sim, eles estão lucrando e estão facilitando que os idiotas [dumbsuckers] operem no mercado neoliberal sob a moldura do que hoje é plataforma, mas que logo desaparecerá como infraestrutura.

LPM: Então podemos usar a ideia de Weber da cadeia, mas agora podemos vê-la como uma prisão eletrônica, quero dizer, a ideia do momento econômico e assim por diante a dinâmica da sociedade é como uma prisão digital, no sentido de que uma gaiola digital seria mais interessante eles aprisionando pessoas (no escritório, em oficinas, nas cadeias, também) porque vai facilitar esse fluxo. Parece também que esse novo tipo de circulações está baseado em emoções na positividade. Refiro-me a todas as coisas

sobre como você fala de Deleuze e dos dispositivos que surgiram, também mencionados por Foucault. Podemos dizer que é uma espécie de evolução, um aprimoramento daquelas primeiras ideias no início da sociedade de consumo?

LOVINK: Sim, muitas dessas coisas, é claro, remontam ao período pós-guerra dos anos 60 e 70 e é por isso que você também se referiu ao que geralmente é chamado de teoria francesa. Isso é muito verdade e também tenho que dizer que desde então, então talvez desde 50 anos, não tenha acontecido muito em termos de teoria. Então, as primeiras especulações foram feitas, mas depois, eu diria, especialmente depois da queda do Muro de Berlim e nos anos 90, começamos a vir em um período de implementação, não de especulação. Então é por isso que quando estamos falando de ideias e ainda nos referimos às ideias de 50 anos atrás. Porque eram os tempos em que as pessoas tinham uma espécie de mente aberta para ver os possíveis efeitos. Enquanto minha geração talvez esteja mais focada na confrontação, não tanto com a especulação das ideias, mas com a implementação material dos efeitos uma vez que ela é implementada em larga escala, no meu caso, meus estudos, você sabe, 5 bilhões de pessoas.

LPM: E então podemos dizer que, de alguma forma, essa recursividade da infraestrutura de comunicações real está afetando a todos. Vemos como você disse no Zero Comment que é algo que está meio paranoico com feedbacks. Quero dizer, por exemplo, estamos constantemente a esperar por respostas instantâneas e feedbacks instantâneos em várias dimensões de nossas vidas?

LOVINK: Sim, claro. E se não vier? Sim, isso nos deixa loucos.

LPM: Acho que é uma espécie de sentimento da atualidade, um zeitgeist. Isso não era como no início, onde a tecnologia era sobre uma solução para os problemas do capitalismo de superprodução, recursividade ou mesmo tecnologia Nobert Wiener de, você sabe, tecnologia militar. Há uma ideia de não ser tão rígido, ser flexível. Mas depois evoluiu para algo estranho.

LOVINK: Ao mesmo tempo, o que vemos agora é uma espécie de colapso de mais, digamos, utilização ou intensificação. Isso também cria uma espécie de maximização das oportunidades da infraestrutura existente. Ao mesmo tempo, tudo ao seu redor e a própria infraestrutura estão em crise, entrando em colapso às vezes por causa do clima, às vezes por causa da crise econômica. Então, há todo um tipo de arco de colapsos. Crise, recessão, retrocesso, né? Pode escolher, porque você começa com estagnação, né? E começa com formas leves e depois, no extremo, é só colapso. E, basicamente, no final, apocalipse. Então isso a gente está se acostumando com toda essa gama de possibilidades que existem. Então a gente já está meio que preparado que essa máquina não vai funcionar em 5 minutos, que a gente saia andando. Queremos pegar o trem, mas o trem não está lá. Caminhamos para fora e certamente há uma tempestade tropical, mas estamos aqui no Norte da Europa. Como assim?

LPM: Bastante quente hoje para setembro em Amsterdã, não é?

LOVINK: Quente hoje, mas não deve ser quente porque é quase outono, certo? Então, o tipo de impulso neoliberal para uma maior otimização é meio que confrontado com esse modo de crise. E na crise, esses impulsos estão muito próximos. Porque a otimização funciona, em última análise, para o ponto de ruptura, procura o ponto de ruptura. E todo mundo que trabalha em organizações sabe, dessas crises de paradigma ou de um colapso real, certo?

LPM: Há um autor no Brasil em estudos de mídia, Muniz Sodré, que fala sobre uma bios mediaticus, baseado nas ideias de Agamben sobre Zoe e Bios. Você fala sobre o self digital. Podemos dizer que estamos tendo esse tipo de vida dupla? Marx fala da segunda natureza. Nesse contexto, o digital pode criar uma terceira dimensão? Edward Soja e Henri Lefebvre falam sobre um terceiro espaço

LOVINK: Queremos ter um terceiro espaço. Sabemos que pode existir. Mas, por enquanto, isso se está mais para ...

LPM: algo utópico?

LOVINK: Sim, temo que seja algo que se prolongue, que não seja mais alcançável. Ou seja, eu não diria utópico. Mas quase isso. Ainda sabemos que existe uma possibilidade. Então não é completamente impossível. Mas o fato é que a maioria das sociedades está meio que indo para um ponto de estagnação e não para uma progressão. O progresso era uma ideia do século 20, mas não podemos mais nos dar ao luxo de progredir. Então, na melhor das hipóteses, por exemplo, pense na China. Qual seria o melhor da China? Para a China seria estagnação, manter.

LPM: Apenas mantendo. Todas essas ideias chinesas de harmonia e tal.

LOVINK: sim, de harmonia, mas também de manutenção do que existe, de apenas construir usando todas as cidades e infraestruturas e tudo o que elas constroem. Então, nos próximos 50 anos, esse vai ser o grande projeto da China, manter o que eles têm. Então, nesse sentido, a ausência que a ideia de falta a progresso tem implicações nas ideias políticas, mentais e ideológicas da atualidade que as pessoas têm que a vida poderia ser organizada de uma forma diferente. Na ideia de progresso, ainda havia uma ideia de que se poderia evoluir para uma próxima fase.

LPM: Uma espécie de sublimação?

LOVINK: Sim, que você viveria numa próxima etapa, onde as coisas seriam melhores e que não apenas seriam melhores da mesma maneira, como foi, mas de uma maneira diferente. E essa é a possibilidade do socialismo e da redistribuição da riqueza, et cetera, et cetera. Mas o que é o socialismo na era do decrescimento? É essa é a questão. Não sabemos como algo assim poderia ser. O que é o socialismo na sociedade sem utopia? Isso é algo difícil até de tentar descobrir. Mas é para lá que estamos caminhando

LPM: Ao mesmo tempo, vemos muito, como você disse antes, estruturas entrando em colapso e instituições também

LOVINK: Claro. Exatamente. De certa forma, poderia ser uma coisa boa você sabe, porque no século 20, a ideia era que o velho entraria em colapso e o novo viria. Mas sabemos que o novo não virá. Não dessa forma. E se o novo significar decrescimento? E isso é difícil de conceber.

LPM: Em Extinction Internet você escreveu que passamos da ideia de solução para uma parte do problema na Internet e no digital. E você fala sobre o circuito psico bio informatico. Você poderia me dar alguns elementos? É que bio info psico ciclo me parece interessante uma vez que estou usando Foucault e ser sua ideia de poder. Isso está relacionado?

LOVINK: Está definitivamente relacionado, mas eu diria que o problema é que Foucault não antecipou o smartphone. O que precisamos fazer é pensar em como ele teria incorporado esse elemento do smartphone na ideia de biopoder. Porque já não há vida sem a, digamos, capacidade de informação e coordenação que o smartphone nos oferece. O smartphone não é como um dispositivo de mídia que conhecemos do passado, como a televisão, a rádio ou mesmo o jornal. Smartphones são muito íntimos para as pessoas. Elas literalmente os usam em seus corpos, dia e noite. Elas literalmente dormem com eles, elas têm uma relação muito tátil com estes aparelhos em mãos.

Então, eu também acredito fortemente que precisamos realmente reescrever a teoria da mídia com um elemento tátil muito forte, então não é mais como no passado pensávamos que era sobre apenas ver ou ouvir como ver, ou seja, televisão, filme ou ouvir ou ler, certo?

Então, a ideia de swipping [rolagem?] de clicar, de gostar [“dar like”], etc., eles estão se tornando igualmente importantes, e talvez mais importantes, por exemplo, do que a escrita. Então, a maioria das teorias da mídia ainda são meio que baseadas na ideia de eu ler algo, interpretar algo. Mas na era dos smartphones não temos tempo para interpretar exatamente, então não há tempo para leitura. Não há tempo para processamento, não há tempo.

Pelo menos devemos dar algum espaço igual dentro das teorias existentes para esses novos processos e eu diria que isso ainda vai levar muito tempo. Acho que precisamos de pelo menos mais 20 anos para entender o impacto desses deslocamentos. No entanto o smartphone está por aí por uns bons 20 anos.

Primeiro chamava-se celular. Claro que era um pouco primitivo, tinha apenas algumas funções limitadas, mas pelo menos já naquela época, há 20 ou 25 anos, as pessoas já estavam construindo uma relação íntima semelhante com o smartphone de agora. Mesmo naquela época, ainda nos anos 1990, essa relação íntima com o telefone já estava lá, né, mesmo que as funções deles ainda fossem muito limitadas. E isso só tem crescido exponencialmente

LPM: e em muitas direções.

LOVINK: Sim, em muitas direções, mas também com muitas funções. E é claro que hoje em dia isso se torna cada vez mais perceptível o aspecto visual. Quero dizer que por causa da banda larga, especialmente se você olhar para 2, 3 e 4 bilhões de pessoas incorporadas à internet em grandes partes da África, grandes partes da Ásia, América Latina. Elas agora também estão acessando as possibilidades, por exemplo, de obter todas as informações que lhes são apresentadas como informações visuais e interativas. E então a ideia do passado, de que a informação é somente visual como na TV, agora é algo que, você sabe, se você olhar para Instagram, TikTok, YouTube, todos eles estão no top cinco de mais uso.

LPM: Parte dos meus estudos está caminhando para a ideia de percepção. E eu tenho essa ideia provocativa de que uma máquina Perceptron, você sabe, Rosenblatt. A ideia é que o Perceptron tenha superado o Panopticon como o principal dispositivo. Trata-se, claro, de um ensaio e uma provocação. Mas a questão é que Philip Agre, no artigo do Galloway sobre Agre versus Zuboff., diz o seguinte: ok, vigilância, esse é um bom ponto mas a partri de mecanismo de percepção pode-se obter interessante. Não se trata de algo que está observando você, mas algo que captura emoções e capta sensações e capta fluxos, vozes e lugares de captura. Refiro-me aos hápticos, mas não apenas aos hápticos, mas também aos a capitrua de significados. O que você acha dessa ideia? O que isso leva ou o que isso poderia impulsionar? Quer dizer, a vigilância seria algo centralizado e meio abrangente. Perceptron em vez disso seria algo como apenas colocar suas emoções lá, seus pensamentos, seus sentimentos e, no final eu vou apenas pegar um ou outro, fazer uma salada, e eu não me importo, e fazer um uso utilitário desses vetores, para lucrar com seus dados.

LOVINK: Isso é muito verdade. Mas se você olhar para a organização de todos esses fluxos de informação, é uma história um pouco diferente. Para o usuário individual torna-se cada vez mais misturado, ou poderia usar a palavra confuso também. Porque há uma linha tênue entre essas informações. Elas também são reunidas e processadas com certas ideias, com certos objetivos; objetivos comerciais, objetivos políticos. E já não é algo tão aleatório.

A ansiedade, por um lado, é para os usuários individuais, mas também acontece no nível social. Você sabe, se você pensar em toda a polêmica em torno da COVID e anti vacinas, ou se você pensar. na política. São ideias baseadas na ansiedade e na percepção que se tornaram, você sabe, dominantes. Goste-se ou não são as forças dominantes hoje. Quero dizer que internet, definitivamente não é mais uma mídia de, digamos, libertação ou ideias liberais.

LPM: Havia um hype sobre Smart City que está quase acabando agora. Mas a IBM foi uma das principais promotoras disso. Na verdade, as pessoas estão tentando começar a falar sobre cidades plataforma [Platform Cities]. Você acha que esse tipo de ideia agora se tornando mais central, mais privatizada e controlada no espaço urbano faz sentido?

LOVNIK: O problema é realmente com a alocação de investimentos que não está seguindo essas lógicas. Então, o que está acontecendo lá é que a cidade inteligente é meio que deixada em seu próprio dispositivo. Ela pode mapear, você sabe, todos os engarrafamentos de uma maneira perfeita da vida real. Nunca tivemos uma ideia melhor de quantos engarrafamentos existem. Mas a esperteza [smartness] deve sugerir que, se você tiver essa informação, faça algo com ela. E isso obviamente não é o caso porque os planejadores não vão dizer "ok, temos que construir mais rodovias ou temos que construir mais transporte público". Não há dinheiro para isso, ninguém vai decidir. O problema da cidade inteligente não é que ela não consiga reunir as informações, mas ela carece completamente da interface com o planejamento da cidade, e a decisão coletiva e os investimentos.

Esse é o problema também, claro, com a limitação do clima. Os ativistas climáticos realmente colocaram uma espécie de ideia de iluminação do século 18. Tipo: “eu lhes dou os dados certos sobre o clima e vocês ficarão convencidos. Eu lhes darei a verdade e então vocês dirão, oh desculpe, esta é a verdade”.

LPM: Como os enciclopedistas.

LOVINK: Essa ainda é a ideia ingênua da maioria dos ativistas climáticos de que eles acham que apresentar a verdade levará à mudança. E esse definitivamente não é o caso e já sabemos disso há quase 50 ou 100 anos. Mas há uma enorme falta também na compreensão e até na experiência pessoal, digamos do que significa uma enchente ou uma seca, etc. E mesmo tendo essa ideia, não mudará a percepção da crise climática.

Portanto, mesmo uma experiência pessoal não levará à mudança. Esta é uma questão real. Precisamos conversar. Porque não há mais problema na coleta de informações, não há mais o problema que minha geração talvez tenha pensado, que existe um problema de visualização de informações. Temos todas as informações, mas não conseguimos visualizar. Não conseguimos dialogar com as pessoas, mas resolvemos a visualização dessas informações.

LPM: E agora estamos em um momento interessante em que, por exemplo, as mudanças climáticas reuniram muitos dados. Estranhamente ainda não encontramos a solução. Alguns caras estão falando sobre a ideia de algorítmicos e IA, mas isso não é apenas uma variação da forma de se processar os dados?

LOVINK: Essa é apenas uma variação da velha ideia de análise e visualização de dados, mas a visualização não fará o trabalho. Porque as pessoas vão te dizer: isso é falso, sua IA é falsa. E você pode criar quantas IAs quiser, não importa.

E essa é a questão. A informação não será acreditada, não importa de que forma será apresentada. Com ou sem algoritmos, com ou sem IA não importa. Então, nós estamos meio que correndo contra esse tipo de coisa que poderíamos de muro de informação, algo assim. Onde temos que entender que existe esse tipo de limite da noção habermasiana de deliberação da esfera pública. Não há deliberação sobre as mudanças climáticas. Lamento muito, mas simplesmente não existe.

LPM: Finalmente, gostaria apenas de citá-lo: "as tecnologias midiáticas entraram no corpo de tal forma que o corpo e a alma não podem mais ser separados da infoesfera semiótica. Pense no cansaço que sentimos nos olhos, nos dedos, em todo o corpo da sessão de Zoom." Você está falando da pandemia. Ou esse trecho: "É assim que as tecnologias se esgotam e trabalham com a escala em todo os lugares. O usuário como programador está condenado a viver como um zumbi, varrendo e rolando sem pensar (...). Um estado profundamente soporífico emergindo rapidamente..." para lembra a música Comfortably Numb, do Pink Floyd. Quer dizer, isso é bastante distópico. Mas você identifica um problema

LOVINK: Isso é um pouco problemático para ativistas como eu, sabe, as estratégias dos ativistas devem ser baseadas na moral, na ética ou devem ser baseadas em uma compreensão adequada do funcionamento da sociedade? E obviamente sou mais a favor da última. Sim, mas a última é a mais difícil porque precisamos entender também a distorção que, por exemplo, a informação está trazendo conosco. Não podemos ingenuamente acreditar que ainda estamos no século 18, onde eu traria alguma verdade para a mesa e você ficaria convencido. Não tem jeito. A verdade não importa mais. E para os ativistas, isso é realmente difícil de aceitar. O que acontece quando a verdade deixa de ser o fator definidor? E precisamos de estratégias políticas realmente novas que levem isso plenamente em conta. Muitas vezes, as pessoas ainda acreditam que, se eu lhe disser a verdade, você acabará sendo convencido.

LPM: Você fala de verdade. Eu sempre penso em algumas das ideias centrais da governança, da pastoral, do soberano, da disciplina e do poder. Podemos dizer que a verdade é algo relacionado à religião; os fatos relacionados à ciência e, agora, informações estariam relacionadas ao quê?

LOVINK: E é por isso. Há tanta ênfase na neurociência, certo? Quero dizer, é por isso que há tanta ênfase na psicologia comportamental. Isso porque essas são as ciências dominantes do nosso tempo. Sabe, vivemos na era da neurociência. Vivemos na era em que todas as principais estratégias de informação são, sim, desenhadas por psicólogos comportamentais porque eles sabem melhor.

LPM: Estímulos e resposta?

LOVINK: Sim. E o problema de muitos ativistas e intelectuais é que eles não querem levar isso em conta de uma forma, de uma maneira engraçada. Da mesma forma que a ciência racional no início do século 20 não queria se confrontar com o mundo de Freud, não queria se confrontar com o inconsciente e todas as consequências que ele teve depois. E agora com esse tipo de esfera semiótica digital, que achamos que podemos meio que blindar ou colocar talvez em um canto específico e dizer "ok, talvez devêssemos lidar um pouco com as fakes news ou algo assim e dizer às pessoas: "olha, se rotularmos isso como fake news, eles entenderão e irão para a verdade real".

LPM: No Brasil, houve uma disseminação de agências de checagem de fatos. Não funcionou de jeito nenhum. Bolsonaro segue com 40% de seguidores independente do que ele faça. Mas voltando à questão do território, a dimensão cívica e a mediatização. Você acha que essa divisão de verdade, fatos e informações poderia ajudar na análise ou estão tão misturadas agora que não vai funcionar de jeito nenhum?

LOVINK: Bem, as pessoas encontrarão o equilíbrio por si mesmas. Então, independentemente do que pensamos, as pessoas encontrarão esse equilíbrio e esse equilíbrio provavelmente será governado por algoritmos que elas não têm ideia. Então, o que é percebido como uma escolha pessoal, "ah, eu gosto disso ou eu gosto disso e eu não vou ler aquilo", et cetera. No final, muito cuidadosamente montados e misturados oferecem escolhas bastante limitadas no final. E é por isso que talvez tenhamos que reavaliar as ideias que desenvolvemos há 30 anos sobre a divisão entre mídias antigas, que estavam apenas transmitindo ,e depois de que havia as "novas mídias" que eram muito mais descentralizadas ou em rede, etc, etc. Essa distinção de 30 anos atrás, não existe mais. Voltamos à estaca zero nesse sentido, mas sob novas condições, claro, sob novas condições, porque o assunto ainda está no centro. Agora não é a transmissão centralizada que está no centro. Se você realmente quer entender como as sociedades funcionam hoje, você precisa ter uma compreensão sofisticada do assunto em rede ou do eu online. Se você não tiver isso, não vai entender muito o que está acontecendo.

LPM: Obrigado!

LOVINK: OK!

Anexo D1 – Entrevista Stig Hjarvard – Inglês

Interviewed in the 30th of August 2023

Depart of Communications University of Copenhagen

Lucio PEREIRA MELLO (LPM): As I briefed you before this interview my research is towards mediatization, specifically focusing on how it territorialized, how spaces get mediatized and how this relation is somehow affecting each other. Let me ask you just a contextual question. Mediatization can have a lot of begins. You can trace it from Middle-Aged German tradition. But we can see it, if I'm not wrong, it is emerging from the 1960s. How do you see this evolving and how do you see it's coming today?

HJAVARD: Well, I think the development of mediatization study has been through several stages and you would say there are some very early ideas, both in the Scandinavian countries, but also in the US and other places where I think many people would look at. All those efforts find it sort of insufficient just to look at the way in which mediated communication were sort of performed in various contexts. And in your questions, you refer to the media effects tradition. I think, if you want to trace the predecessors to mediatization studies, they are all in a sense concerned with finding another way of addressing the influence of media than the way it was addressed in the media effect tradition.

There was a Norwegian sociologist who didn't really use the term mediatization, back in the 70s. But he was very interested the way in which media not only were tools of communication but we're also getting sort of embedded in the social environment, became part and parcel of various social institutions, not least politics but also the educational system, and so forth and to: Gudmund Hernes. He is actually a Sociologist and, in general his idea was that you have to look at the way in which media become part of the environment and how they change the way we relate to one another.

We also have some early work on media logics from the US an idea also not so much about these sort of relational aspects, but more that there are certain mechanisms or logics or ways of functioning of media that, somehow, needs to be addressed in order to understand how we are influenced by media. In my approach, that I've been working with various forms of media communication studies, I've done research on political news and so for the earlier on back in the 1990s and the early years after the Millennium. But increasingly, I find it sort of unsatisfying only to think to look about media as means of communication or technology of communication.

And increasingly, we should look into the way in which they are, in a sense, socialized and are socializing as well, in the way in which they get embedded into the fabric of social life. So, in that sense you could sort of look at back in the 1980s and 1990s was an increasing awareness of it.

If you're looking into your issue about space or territory, that there is a kind of virtualization of social space taking place and this virtualization was sort of demanded another way of addressing the way media were important in various ways.

LPM: Do you attribute this process to the final of the 1980s and the beginning of the 1990s?

HJAVARD: Yeah, I would say so. This idea about virtualization, but in a broad sense. There were people who were working in Sociology and talked about virtual spaces and so forth, and then, matching communities, of course also and that sort of tradition. But there are also people working within media studies that were increasingly aware the way you communicate and the ways of constructing spaces. For instance, there's Patty Scanlon, who's a great fan of British media scholar who has actually moved to the US now. He's been working very much about sort of the way in which broadcast media were constructing social spaces and they were sort of creating communities and these wonderful ideas about the broadcasting when you were communicating as a television host or similar, you were addressing someone. No, Scalon showed that TV was addressing, in a sense, anyone as someone.

It's not just the kind of a broadcasting that anyone can listen, but you're addressing people as if they were not anyone, but someone who was in particular interested in this program. And this way of constructing social relationships on an imagined scale, on a typically national scale.

LPM: Kind of related to Benedict Anderson's idea of Imagined Communities maybe.

HJAVARD: Yeah, that's in a sense it's but not quite the same. Patty is much more sort of into a kind of here and that of a logical idea about it. But clearly thinking on Habermas idea of imagined spaces was also, in a sense, a way of conceptualizing the influence of the press and, the radio and so forth.

L: But before this phenomenon like mediatization of virtual and creation of habits as spaces of ideas, regarding mediatization, it seems that are great differences. Because Nordic goes in one way and in Latin America, we are kind of touching this question in many senses. How do you see those particularities? For instance, Latin America contribution, we saw a lot of studies talking about Eliseo Veron and also Martin Barbero. But I think it's quite different from North Europe, isn't it?

HJAVARD: There are clearly some differences there. I think if I should sort of explain the way the Scandinavian or North European tradition has evolved. I think it's much more related, in a sense, to institutional approaches to mediatization. But also, it has grown out, I think, more broadly speaking of a more generally sociological way of addressing it. But one that is sort of not only theoretical, but also very empirically sort of informed.

L: With mostly field research looking at small scales, events and empirically?

HJAVARD: Yes and employing both qualitative and quantitative methods to sort of understand the way things are developing. Whereas, as I if I'm not wrong, but I'm not a specialist on that, it seems to me that Latin American and also Southern European approaches to mediatization is much more formed by, well, philosophy in general and political philosophy, but also various forms of social theory, particularly French School of social theory. And there's some important contributions there as well. But I grew up on a much German sociological thinking, Habermas and Frankfurt School and so forth. And there you find a different sort of trajectory into understanding media and the notion of imagined and virtual spaces. Of course there's been this. Today I think it's becoming clearer when we meet across these sort of borders, what we actually mean when we say mediatization. I remember 10, 15 years ago. Some people were saying mediatization and others were saying the same, but it was actually pretty different issues they were addressing under that label, but I think that's how research evolves.

And then try to make sense out of new waves of theory from their own perspective, in a certain sense. But I think what is really sort of at the heart of mediatization theory is to establish a very sort of important conceptual distinction between mediation and mediatization. I think there may be also some differences in the way we interpret mediation in Northern Europe compared to Latin America because, as I understand, when people from Latin America talk about mediations, they talk about it in a much broader sense. And it also entails, in some instances developments that I would label mediatization because as I see it, the distinction between mediation and mediatization is important because it's about sort of understanding what it is about.

The critical distinction between understanding the influence of media, by looking at them as tools of communication, or by looking at them as technologies of social relations, and mediatization is, in that sense, looking at the media as technologies. Those structural social relations – and condition and shapes of conditions, of social interaction – they are certainly not determining social interactions, but, in this sense, conditioning them.

LPM: Some people talk about media ecology. Do you think this is a kind of approach that somehow dialogues with mediatization? Of course, we see this from the German tradition, isn't it? Correct me if I'm wrong, please. But there are people like Kitzler that have begun it and so on. Yeah, but I don't think they are talking about the same thing as we talk. I think mediatization is much more about these conditioning, these kinds of transparent walls that you put in a house so you cannot go straight. Like, I would say, coercions, but as a Latin, I sometimes exaggerate with the terms. Let's say, modulations, isn't it?

HJAVARD: There are some connections to medium theory and Media ecology, to some extent, the work of Innis and McLuhan, but McLuhan said, the “medium is the message”. There is a kind of affinity in research, in the sense that what he says is: “don't bother so much about the particular communications”. It's actually the medium that's the important transformation. Here, the presence of the medium and the way in which it structures our relationship to each other. I think that's very sort of general sense has an affinity between media ecology and mediatization research.

However, I do think that the media ecology or medium theory emphasis too much on sort of the idea of sort of environment on the medium, as having particular characteristics that forms our experience in a broad sense. And that's of course not completely wrong, but I think you need to have a much more, I would say, disciplined sociological intervention, in order to understand how these actual buildings of virtual environments or and social relationships within those virtual realities are done.

And there you should rather, look at the way in which the media in various ways interact with the political system, with the religion, with the church, with the educational systems. There is a kind of idea in Innis' and McLuhan's work that you could somehow make very sweeping generalizations, where I would be skeptical, because if you look at the way in which you get the mediatization of the educational system, the outcome may differ from country to country and it may also differ strongly from the way in which, for instance, the political system has become mediatized. And that's because there are political systems that are amalgamated with the media systems in various ways, and through that a new in a sense virtual reality are established on a par with the reality.

LPM: In this sense, in Brazil's last two elections WhatsApp and social media was really central in the debate. Of course, as it could not be anymore, anywhere. The social media has become the place where we are interacting and putting our emotions and opinions. So , also where we are making public debate.

HJAVARD: Absolutely

LPM: But the point is that. Some operators or some kind of experts are able to model the debate and to polarize it in a way that I don't think we have seen before. Of course, every medium brings new questions and new arrangements. But think about Bolsonaro followers. People in Brazil are 40% conservative. Ok, but they don't accept any critical approach to Bolsonaro. Or you like it, or you don't. Take it or leave it. It's a scenario very much like as the pastoral leader, the charismatic leader. Of course, Lula does it too, I'm not ingenuous, but in Bolsonaro's case it is in a way that you cannot criticizing at all. It is like saying you are not part of our group. It's very scary. And this, to a political discussion, I don't know where this is heading us to. Trying to bring down to more analytical sociological path, do you see connections with Brexit and Brazilian election? And how this is altering the notion of debating politics?

HJARVARD: I think there is. I mean, one of the important issues here I think is to discuss the way in which social media have been appropriated by various populist movements. So that's very outspoken in the American context. Well, maybe you should start from another perspective and say: this restructuring of social spaces, combined with an increased virtualization of social spaces, the question of power, the way in which it changes the way authority is distributed in the communicative environment.

And so, the way you build authority in television is somewhat different from the way you build authority in, in social media, for instance. And there are other regulators of access and so forth. It's distributed in different ways. This whole question about authority is really something you see addressed in almost every dimension of mediatization.

We have an ongoing debate in Denmark about our educational systems, what instance we should make it, in a sense, purely digital? Should we sort of utilize all the digital technologies for improving teaching in various ways? And there has been spent an enormous lot of money for that, but somehow, also now, there is a critical voice being said: well, we are in a sense losing control both in the classroom and in other places. So, there are these changes in authority.

L: Like the teacher versus the YouTube influencer?

HJAVARD: Exactly. I mean, the teacher is standing there, in the classroom and, you know, everyone has access to the internet in the room, so they can check out whether he's saying the truth or not or whatever.

LPM: Quite always a true that is based according to Google Ranking and techniques of Searching Engines Optimizations (SEO)

HJAVARD: Yeah, according to Google Ranking or even Chat GPT or something like that so they can check it out. And that's clear at the heart of this is the question of authority. And, of course, this is even more pronounced when it comes to political communication, because this is, per definition, a struggle of power. So, the way in which social media are utilized, not least by populist movements and populist politicians, is very crucial. I think here and you could see the whole American missreads you like.

LPM: But if we go back to the beginnings of the 2000, some kind of progressive alternative kind of used this, for instance, Occupy Wall Street. And they somehow get this projection, like in Spain on 15th May Movement. They somehow kind amalgamated the people with their agenda that were "we have to think about occupations and housing and gentrification". But then a limit came, and their agenda passed I thought in a certain moment study mediatization and cities. But I step back because. Mediatization, City and our political relations is too broad. So, it can relate to school. It can relate to a company, it can go in an institution as you say.

And there are a lot of things that I don't think we can't see. Massimo Cacciari talks about the city and it's quite interesting because he says the city is a place where you are always there to connect and use the politics. You don't think a city without the politics.

Are we changing the civic dimension? With the digital, is the civic going to the social media? But isn't it something that Elon Musk and X, formerly Twitter, may kind of control or can like say the way it goes?

HJAVARD: But that is clearly the dilemma. There have been some very strong ideologies related to the development of digital technology. You can talk in a sense about an Internet ideology or in social media ideology, both came in very optimistic terms. But also came in very pessimistic terms. Some were from a pessimistic point of view, think of all kinds of digital media as in a sense of decline from the real, of the presence between people as they are sort of authentic communication. But I think what has been most important is actually the kind of internet ideology that have or has sort of formed also various social movements. For instance, the Arab Spring and the movements you talked about: Occupy Wall Street and so forth. And in a sense, they have seen social media as essentially liberating. And I think this is really a severe problem, not only for us, as scholars, for understanding what we are doing, what they are doing. But all this media, but also for the political activists themselves, because they have, in a sense, been fooled by their own ideology, that there were some kind of inherently democratic or liberating about social media. And I think, in that sense, social media, I know, better or worse, are related to the social purposes they are put before.

LPM: like the newspaper?

HJARVARD: In that sense, it's like you can have good or bad newspapers. You can have that in the same way as social media. But the problem is, as I see it, is that the question of control of social media and, in a broader sense, the internet, has not been properly addressed. Neither the social sciences or the political sciences, and therefore we, have studied this absurd situation in which a billion-dollar millionaires are controlling a vital part of our communication infrastructure.

And in some cases, it may work, you could see in Ukraine who is fighting against the Russian invasion. Now they can take benefit of Elon Musk's satellite solutions because he decided to open them for them. But, somehow, it's rather scary that the kind of decision it's up to one billionaire to decide whether or not a nation should have access under these circumstances to the Internet and social media.

So, I think we need to address, simultaneously, as we look at the way in which actual processes of mediatization are taking place. We need to address also how various ideologies of mediatization are being played out as well. Because it's probably the same also in Brazil that in somehow, in some way politicians had buy into many of these ideologies about digital media, so they see all kinds of benefits

by making the world more digital. But even some countries are going to use the bitcoin as their national currency. And I mean that sounds...

LPM: Quite scary...

HJAVARD: It's a very dangerous way of developing.

LP: In my opinion, quite scary, but somehow, we can say that mediatization now is like going through the process of this digital deception? I see a lot of interesting research in the beginning of 2000, like Tiziana Terranova and a lot of people also in Sociology. Then there is kind of a deception like: "we didn't get what we thought this was" like a trap, as you said before. But how can you see now this question of the platform? I mean, I am a user of Gmail with this login. I do a lot of things around the world. I can log in by Google, in almost any app, which is so practical. At the same time everything goes over there It's very convenient.

HJAVARD: Very convenient, yeah.

LPM: But at the same time, it's kind of a Weberian soft jail or a laser beans jails, like in scyfi, that you don't see it. Do you think that in this platform moment a kind of "finishing the free meal" like: "ok, you guys have been played around a lot. Now it's time to put some fences here. Some fences there". I'm thinking of some research talking about the enclosure of internet. Is it kind of a pessimistic approach from my part? Because it's useful it's practical but I cannot compete with Google. Quite of the end of this: "let's open a server using an e-mail for this School of Communications!"? In some moment people were saying: "Oh please, let's just use ours Gmails".

HJAVARD: But I think many of these Big Tech industries they've made a business model out of people's convenience. That they could give you something for free and where that were practical . Being practical, in various ways, they could get a lot of information and they could sort of create data[sets], earn money from data. I see now what we see is more kind of international and institutional struggle to control the internet in various ways.

L: Like TikTok from China ?.

HJAVARD: And I see there are, in a sense sort of developing some, some regional...

LPM: arrangements?

HJAVARD: Yes, you could say that they're structured in the US. It is clearly somewhat different than it is structured in Europe. And that currently I see the European Union as one of the very few international bodies that would actually like to control social media, but also in a broader sense, the internet and digital.

Clearly a way of controlling at least some part or making some barriers for the way in which tech industries can utilize the technology just for their own purpose. But you also see in China, as the most prominent example in which, sort of, the state tries to utilize and make borders around the Internet for its own purpose and, of course, they have the size to do it. They can sort of use those for various forms of control of populations. But clearly also within China, and I have been in China several times. And they have remembered an interesting meeting with people from one of their research agencies in China that was clearly also informed by the Communist Party, that they were very eager to learn how do we measure social media opinion, because it's still, in a sense, not fully controlled by the Chinese government, as they did with the traditional mass media: radio, and press and television.

So social media is still a kind of a frontier that's not completely controlled yet, also in China, but they are getting better at that. But, as I said, it's only to sort of to address that as I see the question of power and, in a communicative sense, authority, is very crucial for understanding the way in which our virtual environment is developing, because there is really a restructuring taking place.

I mean, Donald Trump's campaign against fake news media. Is clearly a way in which he wants to delegitimize the traditional media and the traditional political institutions, in order to make his own sort of virtual reality and truth.

LPM: Just one last question. You talk about power communication, communicative power. And when we say power and space, I always think about territory in a classic geographic sense of how your power ranges. So, the walls, from the medieval times; the castles, the place you go high, and you see with the eagle eye. And the ancient definitions of kingdom: whenever the king puts his feet and claim, is his kingdom.

This is a modern geography of material spaces. But, somehow, territory definition is kind of reshaping, because of this digital dimension. Mackenzie Wark talks about the vectorial dimension, and I thought it quite interesting. But the vectorial would be something very objective produced by Silicon Valley, very instrumental. And this is very objective, but there is something quite subjective, in the way that it's shaping our perception and our subjectivity.

It is something that's reshaping, for instance, universities and other institutions. For instance, the marketplace, in Amazon, nowadays, can be much more important than a very well locate store in a prestigious shopping street downtown in Copenhagen. Isn't it something that is profound? And how does ti go in this mediatization of space?

HJARVARD: Well, I see it. I would rather say that, so far, mediatization studies have not studied the question about power and authority sufficiently. And clearly there's been a gap. There are various reasons for that, but I think this is clearly one of the areas in which we need to get better within mediatization study because this restructuring of social spaces, clearly have been driven , in some cases, by interests that want to change the relations of power.

Facebook world slogan was something like “break things and move fast” and that was clearly an echo of their kind of hacker ideology, that the internet was something that should simply revolutionize the world. And they've sort of ironically changed the slogan “to move fast by stable infrastructure” when they came big enough, so they could control it themselves. So, you can't really predict in the direction in which sort of mediatization changes the power. That's, to me, is essentially an empirical question, and you need to address it as medium range problem.

You can have theories of the middle range. You could call agenda setting, a theory of the middle range, it's not a theory about the whole society or about every media. It's the theory that addresses the way in which genders are built, in particular circumstances, with the use of media. You can also have micro theory, and some would say that it's impossible to theorize above the vital.

But I think the way in which you need to address the question of power in mediatization studies is that such a middle range level because you can't really address it only by looking at media themselves. You need to understand the cultural and political context and the territory.

I'm actually considering writing a piece about internet and media ideologies. But because I think they tend to inform not only political agendas, but also some research as well. So, people would work within a kind of an optimistic agenda set by various ideologies. I don't know if that answers your question.

Anexo D2 – Entrevista Stig Hjarvard – Português

Entrevista Prof Dr Stig Hjarvard

Departamento de Comunicação – Universidade de Copenhague, Copenhague, Dinamarca

30 de agosto de 2023

Lucio PEREIRA MELLO (LPM): Como informei antes desta entrevista, minha pesquisa está voltada para a midiatização, focando especificamente em como ela se territorializa, como os espaços são midiatizados e como essa relação está de alguma forma afetando uns aos outros. Deixe-me fazer-lhe apenas uma pergunta contextual. A midiatização pode ter muitos começos. Você pode rastreá-lo a partir da tradição alemã da Idade Média. Mas podemos ver que, se não me engano, ela surgiu a partir dos anos 1960. Como você vê essa evolução e como você vê que está chegando hoje?

Stig Hjarvard (HJARVARD): Bem, acho que o desenvolvimento do estudo de midiatização passou por várias etapas e você diria que há algumas ideias muito iniciais, tanto nos países escandinavos, mas também nos EUA e em outros lugares onde acho que muitas pessoas olhariam. Todos esses esforços consideram meio insuficiente apenas olhar para a maneira como a comunicação mediada foi meio que realizada em vários contextos. E em suas perguntas você se refere à tradição dos efeitos midiáticos. Acho que, se você quiser rastrear os predecessores dos estudos de midiatização, todos eles estão, de certa forma, preocupados em encontrar outra maneira de abordar a influência da mídia do que a maneira como ela foi abordada na tradição do efeito de mídia.

Havia um sociólogo norueguês que não usava o termo midiatização, nos anos 70. Mas ele estava muito interessado na maneira como os meios de comunicação não só eram ferramentas de comunicação, mas também estávamos ficando meio que inseridos no ambiente social, tornando-se parte integrante de várias instituições sociais, não apenas a política, mas também o sistema educacional, e assim por diante: Gudmund Hernes. Ele é, na verdade, um sociólogo e, em geral, sua ideia era que você tem que olhar para a maneira como as mídias se tornam parte do ambiente e como elas mudam a maneira como nos relacionamos uns com os outros.

Também temos alguns trabalhos iniciais sobre lógicas de mídia dos EUA, uma ideia também não tanto sobre esse tipo de aspectos relacionais, mas mais que existem certos mecanismos ou lógicas ou modos de funcionamento da mídia que, de alguma forma, precisam ser abordados para entender como somos influenciados pela mídia. Na minha abordagem, que eu tenho trabalhado com várias formas de estudos de comunicação midiática, eu fiz pesquisas sobre notícias políticas e assim no início dos anos 1990 e nos primeiros anos após o Milênio. Mas, cada vez mais, acho meio insatisfatório pensar apenas em olhar para a mídia como meio de comunicação ou tecnologia de comunicação.

E, cada vez mais, devemos olhar para a maneira como eles são, de certa forma, socializados e estão socializando também, na maneira como eles se inserem no tecido da vida social. Então, nesse sentido, você poderia olhar para os anos 1980 e 1990 era uma consciência crescente disso.

Se você está olhando para a sua questão sobre espaço ou território, que há uma espécie de virtualização do espaço social ocorrendo e essa virtualização foi meio que exigida outra maneira de abordar a maneira como a mídia era importante de várias maneiras.

LPM: Você atribui esse processo ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990?

HJARVARD: Sim, eu diria que sim. Essa ideia sobre virtualização, mas em sentido amplo. Havia pessoas que trabalhavam em Sociologia e falavam sobre espaços virtuais e assim por diante, e depois, comunidades correspondentes, claro que também e esse tipo de tradição. Mas também há pessoas que trabalham com estudos de mídia que estavam cada vez mais conscientes da maneira como você se comunica e das formas de construir espaços. Por exemplo, há Patty Scanlon, que é uma grande fã de estudiosos da mídia britânica que realmente se mudou para os EUA agora. Ele tem trabalhado muito sobre a maneira como as mídias de transmissão estavam construindo espaços sociais e eles estavam meio que criando comunidades e essas ideias maravilhosas sobre a transmissão quando você estava se

comunicando como apresentador de televisão ou similar, você estava se dirigindo a alguém. Não, Scalon mostrou que a TV estava se dirigindo, de certa forma, a *qualquer pessoa* como alguém. Não é apenas o tipo de transmissão que qualquer um pode ouvir, mas você está se dirigindo às pessoas como se elas não fossem qualquer um, mas alguém que estava particularmente interessado neste programa. E essa forma de construir as relações sociais em uma escala imaginada, em uma escala tipicamente nacional.

LPM: Meio que relacionado à ideia de Benedict Anderson de Comunidades Imaginadas, talvez?

HJAVARD: Sim, isso é em certo sentido, mas não é bem a mesma coisa. Patty é muito mais uma espécie de aqui e de uma ideia lógica sobre isso. Mas claramente pensar na ideia de espaços imaginados de Habermas era também, de certa forma, uma forma de conceituar a influência da imprensa e, do rádio e assim por diante.

LPM: Mas diante desse fenômeno como a midiatização do virtual e a criação de hábitos como espaços de ideias, em relação à midiatização, parece que são grandes diferenças. Porque o nórdico vai de uma forma e na América Latina, estamos meio que tocando essa questão em muitos sentidos. Como o senhor vê essas particularidades? Por exemplo, contribuição para a América Latina, vimos muitos estudos falando sobre Eliseo Veron e também Martin Barbero. Mas acho que é bem diferente do Norte da Europa, não é?

HJAVARD: Há claramente algumas diferenças aí. Penso que se devo explicar a forma como a tradição escandinava ou do Norte da Europa evoluiu. Acho que está muito mais relacionado, de certa forma, com abordagens institucionais de midiatização. Mas também, penso que se tornou mais genericamente falando, de uma forma mais genericamente sociológica de a abordar. Mas uma que é meio que não só teórica, mas também muito empiricamente informada.

L: Com a maioria das pesquisas de campo olhando para pequenas escalas, eventos e empiricamente?

HJAVARD: Sim, e empregando métodos qualitativos e quantitativos para entender como as coisas estão se desenvolvendo. Enquanto, como não me engano, mas não sou especialista nisso, parece-me que as abordagens latino-americanas e também sul-europeias da midiatização são muito mais formadas por, bem, filosofia em geral e filosofia política, mas também várias formas de teoria social, particularmente a Escola Francesa de Teoria Social. E há algumas contribuições importantes lá também. Mas cresci com um pensamento sociológico muito alemão; Habermas e Escola de Frankfurt e assim por diante. E aí você encontra um tipo diferente de trajetória para entender a mídia e a noção de espaços imaginados e virtuais.

Claro que houve isso. Hoje acho que está ficando mais claro quando nos encontramos através desse tipo de fronteiras, o que realmente queremos dizer quando dizemos midiatização. Lembro-me de 10, 15 anos atrás. Algumas pessoas estavam dizendo midiatização e outras estavam dizendo o mesmo, mas na verdade eram questões bem diferentes que estavam abordando sob esse rótulo, mas acho que é assim que a pesquisa evolui.

E eles tentam dar sentido a novas ondas de teoria a partir de sua própria perspectiva, em certo sentido. Mas acho que o que está realmente no cerne da teoria da midiatização é estabelecer um tipo de distinção conceitual muito importante entre mediação e midiatização. Acho que também pode haver algumas diferenças na maneira como interpretamos a mediação no norte da Europa em comparação com a América Latina, porque, como eu entendo, quando as pessoas da América Latina falam sobre mediações, elas falam sobre isso em um sentido muito mais amplo. E isso também implica, em alguns casos, desenvolvimentos que eu chamaria de midiatização porque, a meu ver, a distinção entre mediação e midiatização é importante porque se trata de entender do que se trata.

A distinção crítica entre compreender a influência dos meios de comunicação, olhando-os como ferramentas de comunicação, ou olhando-os como tecnologias de relações sociais, e a midiatização é, nesse sentido, olhar para os meios de comunicação como tecnologias estruturais das relações sociais – e as condições e formas das condições, da interação social – certamente não estão determinando as interações sociais, mas, nesse sentido, condicionando-as.

LPM: Algumas pessoas falam sobre ecologia da mídia. Você acha que esse é um tipo de abordagem que, de alguma forma, dialoga com a midiaticização? Claro, vemos isso a partir da tradição alemã, não é? Corrija-me se eu estiver errado, por favor. Mas há pessoas como Kitler que começaram e assim por diante. Sim, mas não acho que eles estejam falando a mesma coisa que nós falamos. Eu acho que a midiaticização é muito mais sobre esses condicionamentos, esse tipo de paredes transparentes que você coloca em uma casa para que você não possa ir direto. Tipo, eu diria, coerções, mas como latino, às vezes exagero com os termos. Digamos, modulações, inst it?

HJAVARD: Existem algumas conexões com a teoria dos meios e a ecologia da mídia, até certo ponto, o trabalho de Innis e McLuhan, mas McLuhan disse, o "meio é a mensagem". Há uma espécie de afinidade na pesquisa, no sentido de que o que ele diz é: "não se preocupe tanto com as comunicações particulares". Na verdade, é o meio que é a transformação importante. Aqui, a presença do médium e o modo como ele estrutura nossa relação uns com os outros. Acho que isso é muito senso geral tem uma afinidade entre ecologia da mídia e pesquisa de midiaticização.

No entanto, eu acho que a ecologia da mídia ou a teoria do meio enfatizam demais o tipo de ideia de tipo de ambiente no meio, como tendo características particulares que formam nossa experiência em um sentido amplo. E é claro que isso não está completamente errado, mas acho que você precisa ter uma intervenção sociológica muito mais, eu diria, disciplinada, para entender como essas construções reais de ambientes virtuais ou e relações sociais dentro dessas realidades virtuais são feitas.

E aí você deve sim olhar para a maneira como a mídia de várias maneiras interage com o sistema político, com a religião, com a igreja, com os sistemas educacionais. Há um tipo de ideia no trabalho de Innis e McLuhan de que você poderia de alguma forma fazer generalizações muito abrangentes, onde eu seria cético, porque se você olhar para a maneira como você obtém a midiaticização do sistema educacional, o resultado pode diferir de país para país e também pode diferir fortemente da maneira pela qual, Por exemplo, o sistema político tornou-se mediaticizado. E isso porque há sistemas políticos que se amalgamam com os sistemas de mídia de várias maneiras e, através disso, uma nova realidade virtual se estabelece em pé de igualdade com a realidade.

LPM: Nesse sentido, nas duas últimas eleições brasileiras o WhatsApp e as redes sociais foram realmente centrais no debate. Claro, como não poderia ser mais, em lugar nenhum. As mídias sociais se tornaram o lugar onde estamos interagindo e colocando nossas emoções e opiniões. Então, também onde estamos fazendo debate público.

HJAVARD: Com certeza

LPM: Mas a questão é essa. Alguns operadores ou algum tipo de especialista são capazes de modelar o debate e polarizá-lo de uma maneira que eu acho que não vimos antes. É claro que cada meio traz novas questões e novos arranjos. Mas pense nos followers de Bolsonaro. As pessoas no Brasil são 40% conservadoras. Ok, mas eles não aceitam qualquer abordagem crítica a Bolsonaro. Ou você gosta ou não gosta. É pegar ou largar. É um cenário muito parecido com o do líder pastoral, do líder carismático. Claro que Lula faz isso também, não sou ingênuo, mas no caso de Bolsonaro é de uma forma que não dá para criticar de jeito nenhum. É como dizer que não faz parte do nosso grupo. É muito assustador. E isso, para uma discussão política, não sei para onde isso está nos levando. Tentando descer para um caminho sociológico mais analítico, você vê conexões com o Brexit e a eleição brasileira? E como isso está alterando a noção de debate político?

HJARVARD: Acho que sim. Quero dizer, uma das questões importantes aqui eu acho que é discutir a maneira como as mídias sociais foram apropriadas por vários movimentos populistas. Então isso é muito claro no contexto americano. Bem, talvez você deva partir de outra perspectiva e dizer: essa reestruturação dos espaços sociais, combinada com uma maior virtualização dos espaços sociais, a questão do poder, a maneira como ele muda a forma como a autoridade é distribuída no ambiente comunicativo.

E assim, a maneira como você constrói autoridade na televisão é um pouco diferente da maneira como você constrói autoridade nas mídias sociais, por exemplo. E há outros reguladores de acesso e assim por

diante. É distribuído de diferentes maneiras. Toda essa questão sobre autoridade é realmente algo que você vê abordado em quase todas as dimensões da mídiatização.

Temos um debate em curso na Dinamarca sobre os nossos sistemas educativos, que instância devemos torná-lo, de certa forma, puramente digital? Devemos utilizar todas as tecnologias digitais para melhorar o ensino de várias maneiras? E gastou-se muito dinheiro para isso, mas de alguma forma, também agora, há uma voz crítica sendo dita: bem, estamos de certa forma perdendo o controle tanto na sala de aula quanto em outros lugares. Então, há essas mudanças de autoridade.

L: Como o professor versus o influenciador do YouTube?

S: Exatamente. Quer dizer, o professor está ali, na sala de aula e, você sabe, todo mundo tem acesso à internet na sala, para que eles possam verificar se ele está dizendo a verdade ou não ou o que quer que seja.

L: Quase sempre uma verdade que se baseia de acordo com o Google Ranking e técnicas de Otimização de Mecanismos de Busca (SEO)

HJAVARD: Sim, de acordo com o Ranking do Google ou mesmo Chat GPT ou algo assim para que eles possam conferir. E isso está claro que no centro disso está a questão da autoridade. E, claro, isso é ainda mais acentuado quando se trata de comunicação política, porque esta é, por definição, uma luta de poder. Portanto, a forma como as redes sociais são utilizadas, inclusive por movimentos populistas e políticos populistas, é muito crucial. Acho que aqui e você pode ver todas as interpretações despropositadas [missreads] americanas, se quiser.

LPM: Mas se voltarmos aos primórdios dos anos 2000, algum tipo de alternativa progressista usava isso, por exemplo, o Occupy Wall Street. E eles de alguma forma conseguem essa projeção, como na Espanha no Movimento 15 de Maio. De alguma forma, eles meio que amalgamaram as pessoas com suas pautas que eram "temos que pensar em ocupações, moradia e gentrificação". Mas aí veio um limite e a pauta deles passou

Pensei em determinado momento estudar mídiatização e cidades. Mas eu dei passo para trás porque a mídiatização, a cidade e as nossas relações políticas são demasiado amplas. Então tem implicações com a escola, com uma empresa, em uma instituição como você diz. E há muitas coisas que acho que não podemos ver. Massimo Cacciari fala sobre a cidade e é bastante interessante porque ele diz que a cidade é um lugar onde você está sempre lá para se conectar e usar a política. Você não pensa uma cidade sem a política. Estamos mudando a dimensão cívica? Com o digital, o cívico vai para as redes sociais? Mas não é algo que Elon Musk e X, ex-Twitter, podem meio que controlar ou podem gostar de dizer do jeito que vai ser?

HJAVARD: Mas esse é claramente o dilema. Houve algumas ideologias muito fortes relacionadas ao desenvolvimento da tecnologia digital. Você pode falar em um sentido sobre uma ideologia da Internet ou na ideologia das redes sociais, ambos vieram em termos muito otimistas. Mas também veio em termos muito pessimistas. Alguns eram, de um ponto de vista pessimista, pensam em todos os tipos de mídia digital como em um sentido de declínio do real, da presença entre as pessoas como uma espécie de comunicação autêntica. Mas acho que o mais importante é, na verdade, o tipo de ideologia da internet que formou ou formou também vários movimentos sociais. Por exemplo, a Primavera Árabe e os movimentos de que você falou: Occupy Wall Street e assim por diante. E, de certa forma, eles viram as mídias sociais como essencialmente libertadoras. E acho que isso é realmente um problema grave, não só para nós, como estudiosos, para entender o que estamos fazendo, o que eles estão fazendo. Mas toda essa mídia, mas também para os próprios ativistas políticos, porque eles foram, de certa forma, enganados por sua própria ideologia, que havia algum tipo de mídia social inerentemente democrática ou libertadora. E eu acho que, nesse sentido, as mídias sociais, eu sei, melhor ou pior, estão relacionadas aos propósitos sociais que elas são colocadas antes.

LPM: como o jornal?

H: Nesse sentido, é como se você pudesse ter jornais bons ou ruins. Você pode ter isso da mesma forma que as mídias sociais. Mas o problema é que, a meu ver, a questão do controle das mídias sociais e, em um sentido mais amplo, da internet, não foi devidamente abordada. Nem as ciências sociais nem as ciências políticas e, portanto, nós, estudamos essa situação absurda em que milionários bilionários controlam uma parte vital de nossa infraestrutura de comunicação.

E em alguns casos pode funcionar, você pode ver na Ucrânia quem está lutando contra a invasão russa. Agora eles podem se beneficiar das soluções de satélite de Elon Musk porque ele decidiu abri-las para eles. Mas, de alguma forma, é bastante assustador que o tipo de decisão caiba a um bilionário decidir se uma nação deve ou não ter acesso nessas circunstâncias à internet e às mídias sociais.

Então, acho que precisamos abordar, simultaneamente, como olhamos para a maneira como os processos reais de midiática estão ocorrendo. Precisamos abordar também como várias ideologias de midiática estão sendo jogadas também. Porque, provavelmente, é o mesmo também no Brasil que, de alguma forma, os políticos compraram muitas dessas ideologias sobre mídias digitais, então eles veem todos os tipos de benefícios ao tornar o mundo mais digital. Mas mesmo alguns países vão usar o bitcoin como moeda nacional. E quero dizer que soa...

LPM; Bastante assustador...

HJAVARD: É uma maneira muito perigosa de desenvolver

LP: Na minha opinião, bastante assustador, mas de alguma forma podemos dizer que a midiática agora está passando pelo processo desse desengano digital? Vejo muitas pesquisas interessantes no início dos anos 2000, como a Tiziana Terranova e muita gente também da Sociologia. Depois, há uma espécie de desencanto como: "não era o que pensávamos que era", como uma armadilha. Como você pode ver agora, nessa questão da plataforma. Quero dizer, eu sou um usuário do Gmail com este login faço muitas coisas ao redor do mundo. Eu posso fazer login pelo Google em quase qualquer aplicativo, o que é tão prático. Ao mesmo tempo tudo passa por lá, é muito conveniente.

HJAVARD: Muito conveniente, sim.

L: Mas ao mesmo tempo é uma espécie de prisão branda weberiana ou uma cadeia de raio laser, como em ficção científica, que você não vê. Você acredita que nesse momento, de plataforma estamos em uma espécie de "acabou o almoço grátis" como: "ok, vocês já brincaram bastante. Agora é hora de colocar algumas cercas aqui, outras cercas ali". Estou pensando em algumas pesquisas falando sobre o cercamento da internet. É uma espécie de abordagem pessimista da minha parte? Porque é útil, é prático, mas não posso competir com o Google, tipo: "vamos criar um servidor de e-mail para esta Escola de Comunicação"? E, em algum momento as pessoas disserem "Ah, por favor, vamos usar o nosso Gmai, é mais fácil".

HJAVARD: Mas acho que muitas dessas indústrias de Big Tech fizeram um modelo de negócios a partir da conveniência das pessoas. Que eles pudessem te dar algo de graça e onde isso fosse prático. Sendo práticos, de várias maneiras, eles poderiam obter muitas informações e eles poderiam meio que criar conjuntos de dados, ganhar dinheiro com dados. Vejo agora que o que vemos é mais uma espécie de luta internacional e institucional para controlar a internet de várias maneiras.

L: Como o TikTok da China?

HJAVARD: E eu vejo que há, de certa forma, desenvolvendo alguns...

LPM: ... arranjos?...

HJAVARD: Sim, pode-se dizer que elas [Big Tech] estão estruturadas nos EUA. É claramente um pouco diferente do que está estruturado na Europa que atualmente vejo a União Europeia como um dos poucos organismos internacionais que realmente gostariam de controlar as mídias sociais, mas também, em um sentido mais amplo, a internet e o digital.

Claramente uma maneira de controlar, pelo menos alguma parte, ou fazer algumas barreiras para a maneira como as indústrias de tecnologia podem utilizar a tecnologia apenas para seu próprio propósito. Mas você também vê na China, como o exemplo mais proeminente em que, mais ou menos, o Estado tenta utilizar e fazer fronteiras em torno da Internet para seu próprio propósito e, é claro, eles têm o tamanho para fazê-lo. Eles podem usá-los para várias formas de controle de populações. Mas claramente também dentro da China, e eu estive na China várias vezes. E eles se lembraram de uma reunião interessante com pessoas de uma de suas agências de pesquisa na China, que foi claramente também informada pelo Partido Comunista, que eles estavam muito ansiosos para aprender como medir a opinião das mídias sociais, porque ainda não é, de certa forma, totalmente controlada pelo governo chinês, como fizeram com os meios de comunicação de massa tradicionais: rádio, imprensa e televisão.

Então, as mídias sociais ainda são uma espécie de fronteira que ainda não está completamente controlada, também na China, mas elas estão melhorando nisso. Mas, como eu disse, é só meio que abordar isso, pois eu vejo a questão do poder e, em um sentido comunicativo, da autoridade, é muito crucial para entender a maneira como nosso ambiente virtual está se desenvolvendo, porque realmente há uma reestruturação acontecendo.

Quer dizer, a campanha de Donald Trump contra as fakes news. É claramente uma forma pela qual ele quer deslegitimar a mídia tradicional e as instituições políticas tradicionais, a fim de fazer seu próprio tipo de realidade virtual e verdade.

LPM: Apenas uma última pergunta. Você fala de poder, comunicação, poder comunicativo. E quando dizemos poder e espaço, eu sempre penso em território em um sentido geográfico clássico de como seu poder varia. Assim, as muralhas, dos tempos medievais; os castelos, o lugar que você vai para o alto e você vê com o olho de águia. E as antigas definições de reino: sempre que o rei põe os pés e reivindica, é o seu reino.

Esta é uma geografia moderna dos espaços materiais. Mas, de alguma forma, a definição de território é meio remodeladora, por causa dessa dimensão digital. Mackenzie Wark fala sobre a dimensão vetorial e achei bem interessante. Mas o vetorial seria algo muito objetivo produzido pelo Vale do Silício, muito instrumental. Isso é muito objetivo, mas há algo bastante subjetivo, na forma como está moldando nossa percepção e nossa subjetividade.

É algo que está reformulando, por exemplo, universidades e outras instituições. Por exemplo, o marketplace, na Amazon, hoje em dia, pode ser muito mais importante do que uma loja muito bem localizada em uma prestigiada rua comercial no centro de Copenhague. Não é algo profundo? E como vai essa mediação do espaço?

S: Bem prefiro dizer que, até agora, os estudos de mediação não estudaram suficientemente a questão do poder e da autoridade. E claramente houve uma lacuna. Há várias razões para isso, mas acho que essa é claramente uma das áreas em que precisamos melhorar dentro do estudo da mediação, porque essa reestruturação dos espaços sociais, claramente tem sido impulsionada, em alguns casos, por interesses que querem mudar as relações de poder.

O slogan mundial do Facebook era algo como "quebre as coisas e mova-se rápido" e isso era claramente um eco de seu tipo de ideologia hacker, de que a internet era algo que deveria simplesmente revolucionar o mundo. E eles meio que mudaram ironicamente o slogan "mova-se rápido com infraestrutura estável" quando eles se tornaram grandes o suficiente, para que eles mesmos pudessem controlá-la. Então, você não pode realmente prever a direção e que tipo de mediação muda o poder. Isso, para mim, é essencialmente uma questão empírica, e você precisa abordá-la como um problema de médio alcance.

Você pode ter teorias da faixa intermediária. Você poderia chamar o *agenda setting*, uma teoria da faixa média, não é uma teoria sobre toda a sociedade ou sobre todos os meios de comunicação. É a teoria que aborda a forma como os gêneros são construídos, em circunstâncias particulares, com o uso da mídia. Você também pode ter teoria micro, e alguns diriam que é impossível teorizar acima do vital.

Mas acho que a maneira pela qual você precisa abordar a questão do poder nos estudos de mediação é nesse nível médio porque você não pode realmente lidar com isso apenas olhando para a própria mídia. É preciso entender o contexto cultural, político e o território.

Na verdade, estou pensando em escrever um artigo sobre ideologias da internet e da mídia porque acho que eles tendem a estabelecer não só agendas políticas, mas também algumas agendas de pesquisas.

Assim, as pessoas trabalhariam dentro de uma espécie de agenda otimista definida por várias ideologias.
Não sei se isso responde à sua pergunta.

Anexo E1 – Entrevista Sandro Chignola - Italiano

Intervista Sandro Chignola Dipartimento di Filosofia Política

Università di Padova, Padova, Italia

Dia?

LPM: Questa intervista è nel senso di approfondire o discutere e dibattere l'idea di mediatizzazione, territorio e cittadinanza, soprattutto in una chiave foucaultiana. Lei ha scritto sul Foucault e apparato, no? Questa scritta è stata un po' pensando nella comunicazione, come un po' l'origine?

L'origine di quel testo è mio libro sul Foucault, ed il testo dispositivo è stato un convegno sulla biopolitica in Brasile alla Unisinos. Avevo un obiettivo un poco polemico e pure filologico, cioè, [problematizzare] il modo nel quale Agamben legge la nozione del dispositivo in Foucault. Agamben che ha un grandissimo successo, perlomeno in quella regione del Brasile, e che secondo me, però, non valorizzava l'impianto politico complessivo del ragionamento di Foucault. Un dispositivo per Foucault, a seguito del suo stesso concetto di potere, che è stato spesso frainteso nell'interpretazione di Foucault è una relazione duale. Ed è una cosa che appunto, specialmente là dove si valorizzano gli scritti di Agamben nella serie Homo Sacer si perde un po' di vista. Perché, appunto, il discorso che fa Agamben sulla sovranità ha come correlato l'idea che di fronte all'esercizio sovrano del potere restano soltanto delle posizioni passive o di pura vittima. Quello che lui chiama come con un concetto che ha ripreso da Walter Benjamin, e che è circolato tantissimo, la nuda vita. Per cui la relazione è una relazione verticale tra il potere e la nuda vita che svolge il ruolo di vittima di fatto sacrificale.

Tutte le critiche del potere di Foucault invece, secondo me, e credo di avere delle basi filologiche per poterlo dire, è un'analitica del potere che parte dal presupposto che il potere è una relazione duale. Cioè, un testo, secondo me, fondamentale per capire come ragiona Foucault, è una conferenza che lui fa in Giappone nel 1978, quando lui dice che si chiama la filosofia analitica della politica.

Dove lui dice che analizza il potere come Wittgenstein, che è un filosofo, analizza i giochi linguistici. Cioè, il potere non c'è. E se è qualcosa, è qualche cosa di così quotidiano, così come Wittgenstein dicendo il significato di una parola, che secondo Wittgenstein per comprendere il significato nelle parole, bisogna riportarlo su uso quotidiano. Foucault dice che il potere, non è questa cosa straordinaria che qualcuno detiene mano come uno scettro. È qualcosa che ha un esercizio quotidiano, microfisico, talmente quotidiano che tende a diventare invisibile. E dice, allora, però se il potere è qualche cosa di invisibile, ci serve un catalizzatore chimico che lo faccia visibilizzare.

E ciò che visibilizza il potere è il fatto che qualche cosa resiste, che qualcuno resiste. Questo secondo me, implica almeno due cose fondamentali. La prima è che appunto un dispositivo è semplicemente la disposizione specifica di un potere che si esercita e di una resistenza che si oppone. E seconda cosa fondamentale che, secondo me, questo poi, come dire, è un implicito marxista di Foucault. – Io sono molto polemico con chi dice che Foucault era antimarxista – E cioè, che il potere è un rapporto sociale. Cioè, ci sono sempre le due, un potere e una resistenza.

E il potere si continua a modificare perché la resistenza è inassimilabile. Ciò che marca le trasformazioni del potere è il fatto che il potere, a un certo punto, smette di funzionare perché la resistenza è eccedente e deve reinvestirsi, inventare nuove tattiche, nuove strategie, nuovi sistemi di regole, per poter continuare in qualche modo a cercare di formalizzare quella libertà che sfugge.

Questo implica che coloro sui quali si esercita il potere non sono vittime pure. Al contrario, sono quella figura soggettiva Foucault a caso non parla del soggetto, ma parla di soggettizzazione. E tra moltissime interviste dice: “non avete capito niente, tutti mi trattano come un analista del potere. Il problema è sempre stato il soggetto”, dice, e cioè, il processo di soggettivazione. E che quindi un dispositivo non è una macchina, non è una formalizzazione definitiva, il contrario, è questa disposizione che mette continuamente di fronte una forma di esercizio del potere, inteso come una strategia, e una resistenza. Tra l'altro, nel corso del 76 Il Faut Défendre La Société, Foucault dice esplicitamente: dobbiamo rovesciare il principio di Clausewitz. La politica non è che il proseguimento della guerra. Non, come

diceva Clausewitz, “la guerra è il proseguimento della politica” dentro un quadro di diritto internazionale che ai tempi di Clausewitz, ancora teneva, no? La guerra è uno strumento previsto dal diritto internazionale e serviva fondamentalmente per fare la pace, per guadagnare posizioni diverse per poter ristabilire un certo equilibrio.

Foucault dice esattamente il contrario. Dobbiamo analizzare – questo per me è profondamente marxista – la politica come il continuo proseguimento di una guerra. Tra cosa? Tra una libertà, che in qualche modo è informalizzabile, e i meccanismi che, di volta in volta, cercano di strumentalizzarla. E quindi per me il dispositivo, così come chiama Foucault è fondamentalmente una disposizione tattica.

LPM: Sì e per questo per questo ti chiedo in un'idea di cercare di approfondire nella ricerca che faccio adesso è una questione molto centrale e abbiamo arrivato a questo dal punto di vista, primo da Dardot e Laval, con l'idea della soggettivazione neoliberale, di come questa relazione del soggetto imprenditore, questo soggetto che usa la idea di network, e tutto quanto. Però c'è una parte di questa soggettivazione che è un po' una oggettivazione, o almeno lascia tracce materiali o tracce di protocolli che trovi e che fanno questo operare. Per cui siamo particolarmente un po' io, più che mio orientatore, un po' scavalcato sull'idea della cibernetica, per togliere del discorso della cibernetica, elementi che ci danno la materialità di queste cose. Qui, per esempio, lo smartphone, è una materialità di una voglia di fare tutti, comunicare e catturare emozioni, catturare informazioni. Cioè, tutto questo su una logica delle informazioni. L'idea del soggetto libero è che viaggia transatlantico, prendi l'aereo come io faccio adesso di forma, anche contraddittoria, è anche l'idea di uno che vive sul mondo dell'informazione. Una certa idea generale che è quella di informazione.

Come questa idea di dispositivo si può intravedere nell'idea dei media contemporanei, dico, non più la televisione. Questo non mi interessa più, soltanto di forma archeologica, come il cinema è una volta è stato. Ma dico oggi dei media questo digitale, cioè il computer, e-mail, ma anche i protocolli digitali, come vede questa relazione che è un po' in mio campo di ricerca.

CHIGNOLA: Questo è complicato perché va molto al di là di quello che pensava Foucault. Però, c'è quel testo straordinario di Deleuze, Post Scriptum all' Società del Controllo, anche appunto dice: va bene c'è stata la disciplina, ma c'è qualcosa di più. E questa cosa di più lì, che in qualche modo provava anche Foucault, secondo me negli ultimi anni della sua vita, a pensare.

Questo però lo dico perché, appunto io tendo a difendere l'opinione delle interpretazioni che tengo della profonda coerenza politica di Foucault. Perché c'è una crescente letteratura in Francia, Spagna che dice no, l'ultimo Foucault era liberale e si basano su un'intervista che hanno fatto a Francois Devalde, che è stato uno dei suoi ultimi collaboratori, proprio in quei corsi lì, sul la governamentalità e la biopolitica, e che come se, appunto, gli ultimi corsi di Foucault, sul pensiero greco, fossero in qualche modo totalmente impolitici.

Attenzione! Proprio nell' 1981, sul Sunday Times, Margaret Thatcher che, secondo me, la rivoluzione di Thatcher e di Reagan è ciò che ha come problema Foucault nel corso del 1978 e 1979. È proprio la rivoluzione neoliberale che lui è l'unico, tra quelli che io conosco, che intravede, che ne comprende l'attualità.

Sai che Foucault ho tra 78 e il 1980 continuava a citare il saggio sull'illuminismo di Kant perché diceva: il problema della filosofia è pensare su che si passa a jour dui, quello che va succedendo oggi, secondo l'orizzonte di profondità mobilità.

Proprio un'idea che è profondamente genealogiche, come capire che cos'è il presente sta, in qualche modo, elaborando come novità e non pensava alla filosofia in senso accademico.

Ebbene, proprio nell'ottantuno c'è questa intervista sul Sunday Times – io mi rifiuto di pensare che Foucault non conoscesse questa intervista di Margaret Thatcher – che con una delle sue frasi castiche, no, come prima aveva detto, “non esiste la società e solo degli individui” dice: “our method is Economics, our target is to change the soul”.

Sarà un caso che, dopo quella conferenza, Foucault una volta di più, si mette a fare le ricerche sulla soggettivazione libera greca? E la caratteristica fondamentale della soggettivazione libera greca è che implica, se uno legge Platone, Aristotele, gli storici cinici, che lui studia, implica il fatto che, comunque, un fuori del rapporto di potere non c'è. Si sta sempre dentro. Io ho fatto anche un libro che si chiama Da Dentro.

Cioè, siamo sempre interni a un fatto di governo, e, il problema è, di nuovo, che il governo ha una struttura duale perché per implica sempre un governante, un governato.

Non è come il concetto moderno di sovranità che si è inventata questa grande finzione, la scopre Hobbes, prima di tutti, che i sovrani e i sudditi sono la stessa persona, come nella grande finzione teatrale della democrazia moderna, no? La legge è fatta dalla volontà generale. Chi esprime la volontà generale? Noi. Quindi, il potere che ti dà la legge è basato sul concetto di rappresentazione, secondo il quale quella legge la fai tu attraverso quella rappresentanza. E viene sciolta questa relazione invece, duale di resistenza tra chi governa e chi è governato.

Il problema che Foucault è che gli antichi pensano la soggettivazione libera dentro questo rapporto di governo. Se viene governato in vista di essere messe nelle condizioni di poter, poi, governare gli altri, o di soggettivare sé stessi, come soggetti liberi, sapendo che, per poter fare questo lavoro, sei dentro questa relazione di governo. Hai bisogno di un maestro, devi studiare la filosofia, quindi, confrontarti continuamente, e soprattutto, devi governare a te stesso.

Secondo quello stesso dualismo che Platone vede, per esempio, tra il nomos e le passioni, tra la ragione e le proprie debolezze. Questo per dire che appunto l'ultimo fu, come in qualche modo continua ad essere politico. E capisce che appunto è la posta in gioco il soggetto del processo neoliberale e allora, certo, anche questa cosa che dici tu, è stato dentro questo ragionamento, ovviamente, oltre Foucault, che non ha affatto in tempo ad assistere alla rivoluzione digitale, che è una cosa degli ultimi decenni. È morto nell'ottantaquattro, però aveva compreso che la posta in gioco era questa sorte, questa produzione di soggettività di tipo nuovo che non è di tipo disciplinare, perché, anche lì, non si tratta di modelli teoriche. Il problema della disciplina è il problema del capitolo 24 del primo libro di *Il Capitale*, cioè, la produzione del corpo utile per grandi sintesi fordisti dei sistemi di fabbrica.

LPM: E degli orari stabiliti .

CHIGNOLA: Questo è il capitolo di Marx sulla cosiddetta accumulazione originaria. Gli esempi che fa Foucault son marxiani, cioè, trasformare i contadini in soldato e il vagabondo in lavoratore, sono esattamente le cose che dice Marx. E se uno legge il corso che lui faceva contemporaneamente a *Sorvegliare e Punire*, che si chiama *La Società Punitiva*, vede che cita storiografia di Marx.

Ma attenzione! Perché c'è una lettura che circola, in particolare in Italia, e che dall'Italia si espande, grazie a Roberto Esposito ed Agamben, che dice: "Foucault prima dice che c'è la disciplina, poi c'è la governance neoliberale". Foucault non ha mai detto che una cosa smette e comincia l'altra. Sono giochi diversi di potere. Tanto è vero che, quando viene implementata la globalizzazione, siamo sempre oltre Foucault, nel modo nel quale lego io, nella nuova divisione internazionale del lavoro, trasferiscono i sistemi di fabbrica nei paesi a basso salario.

LPM: Dall'un'altra parte del mondo...

CHIGNOLA: ecco, decidono che l'Occidente consuma e le altre parte del mondo produce, secondo modelli fordisti. Là continua a funzionare la disciplina. Qui, come dice lui, si riassume il triangolo fra sovranità, governamentalità e disciplina e cominciano a funzionare altri meccanismi, bisogna produrre, come diceva lui nel corso *La Nascita della Biopolitica*, nel quale, come dire, analizza l'ordoliberalismo tedesco, e il neoliberalismo americano, mostrando che, quella razionalità di governo neoliberale, è una cosa diversa dal liberalismo classico, face all'autorappresentazione che si danno di questi liberali.

Perché, appunto, implica il bisogno di governare, ma soprattutto, non soltanto il mercato, ma di governare la produzione di soggettività. Perché in un orizzonte produttivo nel quale – e così arrivo alle cose che dici tu – nel quale il problema non è più l'orario di lavoro in fabbrica, o il protocollo di produzione, la sorveglianza verticale, che il capo reparto amministra sugli altri. Ma la produzione di valore attraverso l'intera giornata che, appunto, Toni Negri e altri chiamiamo biopotere.

LPM: La città fabbrica?

CHIGNOLA: Non è più la città fabbrica nel senso fordista. È il fatto che chiunque di noi – ed ecco che arrivo al dispositivo tecnologico – lavora 24 ore su 24, perché anche mettere un "like" su Facebook .

LPM: ...produce valore...

CHIGNOLA: Ecco. I dati, le scie che lasciamo in nostra attività in rete vengono vedute, captate e vendute, ma non da poter in forma disciplinare o panottica, perché nessuno ti dice che devi farlo, nessuno ti dice.

LPM: .. e lo faccio volentieri.

CHIGNOLA: Lo fai volentieri. E vuol dire appunto che questa produzione di soggettività imprenditoriale, il cui cuore fondamentale è una libertà arrangiata dai dispositivi, è talmente invasiva e lavora talmente tanto che, nemmeno noi – eccola qua l'invisibilità del potere – si rende conto che nella misura in cui usa determinate interfacce, o lavori in rete, o mette i like, eccetera, di fatto sta producendo, ma, secondo una logica che non è quella disciplinare. Perché ciò che viene in qualche modo governata è la tua libertà. Tu sei libero. Nessuno ti dice di mettere "like" alla foto del gattino che mette la zia su Facebook. Ma nella misura in cui lo fai vengono, appunto, tracciati i tuoi dati. È un poco quello che dice la Zuboff, sulla scia delle cose, appunto, anche bifulose, per la quale si hanno le storie della sorveglianza.

Secondo me non è tanto sorveglianza. forse è un'altra, cosa perché appunto il principio è fondamentale è che non c'è un centro. Invece di questo, almeno per me, non è una logica di Panottico non è che siamo sorvegliati.

La cosa fondamentale è che dalla nostra libertà viene estratto valore, punto. È un sistema parassitario di pura captazione che li mette in ballo con il data mining, per esempio, funzione di pura rendita. È come se il capitalismo tornato indietro.

LPM: Altro che produrre. In questo senso. Io faccio un'extrapolazione e mi prendo il diritto di fare un po' hacking di Foucault, perché non sono un accademico proprio, quindi sono, sono tranquillo.

CHIGNOLA: queste sono cose buone. Guarda che recentemente sono andato a una conferenza a poche giorni fa un titolo che era: bisogna essere giusti con Freud. E bene, bisogna essere giusto con Foucault. Perché qua in Italia questo è iperpolemico diciamo e tutti me dicono, Foucault è liberale ecc Ma no. e non era perché era profetico, ma perché analizzava quello che succedeva al momento.

Io sono entrato nell'Università nel 1978-1979, e a Verona, con formazione operaista, Toni Negri, eccetera... ma nessuno di noi capiva cosa stava succedendo. "Tatcher e Regan sono dei pazzi fuori testa", giusto quello che diciamo oggi di Trump ed Bolsonaro, mentre l'unico che ha capito la assoluta novità di quello che stava succedendo era Foucault.

LPM: In questo senso mi prendo il diritto di prendere il suo Tool kit e la rovescio. Ma l'idea è questa, vediamo, Alexander Galloway, cita un ricercatore che veniva dal campo della IT, delle tecnologie che si chiama Phil Agre, era in California dal '94 aveva già detto che ha cominciato a dire, "ma c'è qualcosa che non va in Zuboff" Lui diceva che la surveillance è una forma al di là del panoptico. Ma non è che sia centralizzata.

E quindi Galloway fa un articolo paragonando tutti e due e Agre dice: forse il computer non lavorano in quest'idea. All'Incontrario, lavorano nell'idea di captare, di prendere, di raccogliere. Per cui ho preso l'idea di Roseblatt dei primi computer che si chiamava perceptron e perché finisce con un come panopticon. Lo dico che forse - e questa è la mia tesi - il perceptron sarebbe il dispositivo emblematico di una nuova era. Il Perception può essere questo, può essere uno smartphone, può essere un computer, può essere Chat GPT non importa. Non ha un formato fisico stabilito e neanche architettonico standard, ma ne ha certamente materialità come i cable sottomarini, le antenne di telefonia cellulare, dei satelliti GPS, etc.

CHIGNOLA: Per bene lo comprendi. Perché anche qua è circolato nel dibattito degli ultimi anni quest'idea che la digitalizzazione implicava una smaterializzazione. E allora è come dire che anche le nuove forme del capitalismo erano semplicemente forme di capitalismo cognitivo, eccetera eccetera? Attenzione, perché ...

LPM: Forse non abbiamo mai così tante infrastrutture in nessuno periodo storico.

CHIGNOLA: Ecco. Perché il problema è questo Buona parte della competizione geopolitica delle grandi potenze per i materiali rari, per i chip, ed io parlo soltanto di computer, digitalizzazione. C'è ancora un profondissimo, radicamento strutturale. E se tu guardi delle cose interessanti, per esempio come funziona il mechanical turk di Amazon, o come funziona il data mining con i ragazzini indiani che cliccano, cliccano, per allestire l'intelligenza artificiale, quindi capisci che appunto che purtroppo adesso non c'è ancora una potentissima materialità che implica anche l'incremento della crisi ecologica eccetera

LPM: Ma è proprio questo, mai una infrastruttura così gigantesca, e alla fine a che serve? Per prendere per capitare, Tutto quello che c'è in una scala molto più ampia. Quindi la idea di vedere di Jonathan Creary e forse adesso la idea di percepire perché, quando parlo lo smarphone mi prendi l'audio e quando mio figlio guarda qualcosa nel Google, questo mi fa l'annuncio del giochetto.

Sono tecniche che si sono sviluppati a un livello per "percepire" altro che la visione. Il problema è che la struttura di presa di percezioni e di datificazione sembra bottom up. E la organizzazione è top down. Pensa ai centri di data center. Non so dove sono, e fanno parti della circolazione; quindi, non saprei dire dove sarebbe questa centralità. E per questo Foucault mi interessa. Non vedo questa centralità del potere, cioè? Ma vedo le relazioni, che però che passa su questi filtri, questi nodi queste nuove mediazione e mediatizzazioni.

CHIGNOLA: Per questo secondo me, sono talmente d'accordo e c'è letteratura sul questo. sono convinto che sta cambiando e se cambia anche appunto, io disegno di filosofia politica se cambiano anche nel settore della politica, cioè si parla di governance algoritmica.

Tra l'altro quando io prima ti parlavo del rapporto di governo, in greco antico si parlava di cibernetica, che il termine viene di là. Ci sono forme, talmente ormai diffuse, talmente come dire decentralizzate di estrazione del valore che di governo che, negli ultimi dottorandi che hanno lavorato con me, fanno tesi sulla cibernetica come paradigma. Input /output, questa macchina, questa meccanica che funziona, che da Wiener in avanti teorizza questo feedback governato dagli algoritmi, però non è che sia governato da qualcuno.

È un feedback automatico che però non è in grado di eliminare il rumore di fondo. Ce l'ha il problema del rumore di fondo. E per questo dico che questa dualità per quale il rumore di fondo, la nostra libertà, la nostra capacità di esistere permane. Anche all'interno della governance algoritmica, mi sempre di poter dire che sì, insomma.

Ecco, allora il problema è proprio questo. Se vuoi estremizzare la figura del panopticon, io quando lego sul panopticon sia fatto parto sempre dal presupposto che in Sorvegliare e Punire, dove ne parla Foucault c'è una struttura di scrittura che è straordinaria, se tu guardi l'inizio....

LPM: Comincia con il martirio del castigati del rè...

CHIGNOLA: Esatto, e alla fine ce l'ha un potere che non c'è. Esattamente la figura della invisibilizzazione che ti dicevo prima della quotidianità. La gente vive come se fosse costantemente sotto controllo.

Ma lo dice Bentham, me non è che si è inventato Foucault: Il grande vantaggio economico del Panopticon è che la torre controlla, può essere vuota.

LPM: Non c'è il guarda.

CHIGNOLA: Sì, può essere, vuota e funziona ancora, non è vero? Se vuoi, questa è la forma massima del dispositivo.

LPM: E appunto, Phil Agre dice che non si tratta più se c'è o non c'è il guarda. Non è più questo il punto. Invece, dice lui, forse chi è la prigionia non ne ha più torre e il guarda non c'è Adesso siamo noi, i propri prigionieri che di forma volentieri stiamo tutti a sorvegliarci a noi stessi.

CHIGNOLA: Per questo torniamo al punto centrale, nell'ultimo Foucault, de la posta in gioco del soggetto. Perché come dire, noi non siamo nemmeno trascinati all'interno del panottico. Perché nel panottico, se poi dice Bentham questo dispositivo è straordinariamente economico, perché non implica più la violenza. Anzi, soffoca la resistenza perché, non prevede più il corpo a corpo fra un guardiano e l'imprigionato. E può funzionare, lo dice Bentham, in tutti i posti nei quali c'è da raccogliere dei soggetti, cioè malati, pazzi, lavoratori, bambini a scuola, dice Bentham

Però il problema lì, del panottico, è che ancora è una struttura chiusa perché Foucault sta facendo, in Sorvegliare e Punire, una apologia della logica disciplinare. Lui dice appunto: il proprio della disciplina e la sua centripeticità, cioè, prevede uno spazio chiuso.

Quando comincia a ragionare sulla governamentalizzazione, ragiona sul fatto che questo sistema di chiusura non serve più, perché appunto il problema è la pura circolazione.

E allora vi dicevo, capisco il tuo riferimento al panoptico, ma forse devi anche estremizzare il che stava dicendo Phil Agre, che dentro questa nuove forme di captazione dei dati e di governance all'origine non siamo rinchiusi. Non siamo soggetti qualificati, come può essere uno che deve lavorare, eccetera. Siamo puri soggetti, ma smaterializzati.

Negli anni delle Torri gemelle la governance continua a evocare la minaccia, ma la minaccia non è questo soggetto, questa detenzione, ma è quella che si può invocare come ciò che spinge a governare. La visibilizzazione, di volta in volta, viene in pixel che può essere pericolo. Nella pixellizzazione può capitare che su un aereo c'è uno c'è Chignola, che è segnalato dalla polizia italiana come pericoloso, sovversivo e quell'aereo lì diventa un potenziale pericolo. Là ci sono i pixel che fanno emergere qualche cosa con una minaccia anonima, no?

Però, ritornando al dado, appunto, questa scomposizione di dati. Il dato secondo me, il fondamentale è che appunto, c'è la perdita della qualificazione per la quale uno soggetto pericoloso, esempio, "quello là è un pazzo che deve essere identificato" eccetera. Semplicemente siamo ciascuno di noi dentro questa macchina per libera scelta e la battaglia politica da condurre secondo Foucault è che tipo di soggetto vogliamo porre.

LPM: Possiamo fare una provocazione che al di là della Gabbia di Acciaio come ha detto Webern siamo in una Gabbia elettronica?

CHIGNOLA: Secondo me è un po' al di là di questo perché, appunto, fondamentalmente ciò che spinge continuamente questo dispositivo è il fatto che noi siamo lì. Il problema allora però se sei uno che puoi prova a pensare cosa significa essere lì.

LPM: Allora, nel nel triangolo che penso io un vertice è la mediatizzazione, l'altro è la cibernetica e il terzo è la cittadinanza. Che è un problemaccio gigante. Perciò io prendo la cittadinanza sull'approccio della media, cioè la media è come un possibile dispositivo produttore di agenzamenti civili in questo momento anche.

CHIGNOLA: Sì e c'è rovesciato però. È quello che prima ti dicevo: che cos'è la libertà? È passata negli ultimi, direi forse 10 anni, il fatto che la libertà politica è il "like" o "dislike". È quello che permette a gente come Bolsonaro o adesso vediamo se emerge in Argentina Milei. Di questa polverizzazione del politico per cui la gente, appunto, vive la propria possibilità di essere libero cittadino nel fatto che tutti i giorni commenta le fake news. E dice di informarsi meglio dicendo che non esiste. Eccetera.

LPM: Ma io penso una cosa che mi interessa dal punto di vista del media, per esempio, Foucault fa un'archeologia del manicomio della prigione. Io penso un'archeologia, diciamo così un'architettura dei media. I torronei di chiese che sarebbe di una pastoraltà e anche i pulpiti della Chiesa che in quel momento erano importanti. Quindi dopo si può dire che ce ne sono altri, come la stampa di Gutenberg. Tutti questi avevano avevano un problema serio, cioè dal punto di vista della comunicazione, le interpretazioni. La Bibbia di Gutenberg c'era un problema molto materiale di comunicazione da risolvere.

CHIGNOLA: Ma c'è anche un problema ulteriore, insomma, per me le cose sono sempre ambivalenti. Pensa alle eventuali eterogenesi dei fini. Qui c'è uno scopo politico che è anche quello lì, ma c'è prima

di tutto quello della formazione del soggetto. La stampa viene inventata come dispositivo tecnico. Perché funziona inventare il carattere immobile? Il problema è che per i protestanti, dove non c'era la mediazione ecclesiastica, ognuno deve sapere leggere la bibbia. Quindi c'è il problema di formazione del soggetto.

LPM: E per cui devono imparare a leggere:

CHIGNOLA: Per cui vedi anche lì non una funzione da applicare con tornerelli c'è anche una funzione se vuoi, diformare i protestanti come soggetti.

LPM: Ma pensiamo a Don Chisciotte, di Cervantes, o pure a Mennochio, di Carlo Ginzburg. Possiamo tracciare in questi personaggi tracci di interpretazioni "etereodosse" fino a oggi.

CHIGNOLA: Sì, sì. Quelli oggi in Facebook che dicono cose fuori testa sul vaccino.

LPM: Ecco, volevo arrivare a questo punto. Insomma, c'è qualcosa che non va nel circuito informazionale o nel circuito della produzione dei fatti sociali. Ma proprio questo delirio, sempre un'idea di paura. E sempre un discorso delirante.

CHIGNOLA: Per me Gliene frega niente e sembra una macchina che appunto semplicemente fare il clickbait de autoconferma. C'è chi studia su questo che appunto in questa nuova forma di mediazione della politica, che poi è proprio di Facebook, risolta l'idea, questa, secondo me, è una cosa chiara. Uno dei sintomi della politica del periodo contemporanea è la fine della scena pubblica. Mi spiace per Habermas. Insomma, adesso sono tutte bolle di autoconferma, per cui il terrapiattismo avrà più allenamenti che la Chiesa cattolica fra un po.

LPM: Ma c'è anche pure un'idea di costrizione tecnologica. L'idea dell'uso perché dal cittadino, Milton Santos, parla negli anni 90 do globalizzazione della trasformazione del cittadino in consumatore. Questo non è proprio una novità, ma è un processo. Credo che dopo il consumatore si va via la figura del user. Cioè la idea di piattaforma che oggi si parlano tanto C'è un'infrastruttura, un flusso e c'è tutto, ma per chi? Io quando entro su queste piattaforme sono un user. Non centrali dentro la ifgura del consumatore, molto meno del cittadino.

CHIGNOLA: Un attimo solo, bisogna provare a capire che cosa sono gli attrezzi, diciamo l'innovazione. Insomma, no che ti impongono un terreno di confronto nel quale non puoi entrare attrezzato. Quel dibattito pubblico italiano trovi sempre ste menate qua, la cittadinanza, la mediazione dei partiti. Quindi di che cosa stiamo parlando?

È cambiato tutto, cioè, se lo vedi anche come funziona i grandi meccanismi elettorali oggi. C'è sempre un'obiezione decisiva in cui l'ultimo che la spara più grossa è quel che è venuto fuori. Dentro questa accelerazione di determinare dei like la gente diventa protagonista semplicemente agganciandosi all'ultima novità.

Il problema è appunto non è più che cosa sia ancora la politica non lo so ciò che viene determinato dai grandi progetti di soggettizzazione danno insomma.

Però, certo, c'è. quest'aspetto tecnologico c'è questo aspetto di cambio tecnologico e più. Mentre prima si poteva in qualche modo circoscrivere al capitalismo nazionale, ci oè. tra capitalismo e partiti con compromessi costituzionali eccetera eccetera.

Sì, per per due secoli c'è stata una copianificazione della di una sfera pubblica come mediazione. Per cui. inserire il fatto che la rivoluzione francese aveva imposto un problema di mediazione tra pubblico e privato.

Adesso a me sembra che su questo piano qui, si mantiene il feticcio, ma la sfera pubblica in quel senso lì non c'è più. Quella sfera pubblica era il correlato di una cittadinanza, che veniva posta in dal quadro dei diritti fondamentali, libertà, uguaglianza, fraternità. Voleva dire che in nome di quello che pubblicamente ti era garantito costituzionalmente, potevi criticare.

Per come la vedo io, la nuova cittadinanza si sta ritrasformando dentro a quello che è appunto una logica uguale di governo, come la presa di parola governo. Se vuoi l'unico motivo per il quale uno si senta

cittadino è quando viene toccato dal governatore sulla materialità anche territoriale dello spazio nel quale è governato. I grandi principi non funzionano più, però, per esempio, se vogliono fare una diga o devastare un pezzo in Amazzonia. La resistenza lo incontrano lì. Dove la gente che è governata sì, politicizza e dice, su questo mio territorio io ti contesto.

Per questa cosa specifica, qui, non per i principi generali. Molti dicono è poco, sì, è poco, ma è la cosa che succede adesso è quella lì, secondo me. Per cui forse per riprendere i tuoi termini, un cambiamento della cittadinanza è questa territorializzazione concreta degli interessi, dei bisogni dei governati nello spazio e per il motivo per il quale vengono governati. I movimenti femministi negli ultimi anni, per esempio. Non è che, se muovono sulla base di grandi principi di libertà e giustizia. Contestano il governo patriarcale su quella specificità

LPM: E producono resistenze su, su un'agenda o sul punto.

CHIGNOLA: Esatto, e che è la cosa che puoi creare anche il problema della difficoltà di articolare grandi movimenti internazionali, perché le cose sono separate, no? È come se ci fosse una crisi. Capisce una differenza? Meccanismo del like dislike che comunque, come dire, chiunque delle cose che dicono i codici. Ed in questo siamo tutti noi insomma. Siamo metà questo like dislike e poi un'altra metà disposti alla politicizzazione, quando veniamo governati male. Ma quando, sempre nel 78 79 disse, se io devo guardare le resistenze che ci sono in questo momento e cosa vedo, vedo loto ecologista, vedono le lotte dei pacifisti, vedono le note delle femministe, vedo le lotte degli omosessuali. Che rinunciano all'idea della presa del potere che sarebbe l'arche del rapporto politico, il principio del rapporto. Non gliene frega niente, poi allora non essere governati.

E, secondo me, se dovessi dire che cosa me lo fa muoversi adesso vedo sta roba qua, cioè per me la dimensione della territorializzazione della cittadinanza, in questo senso qui, cioè contesti e potere laddove vengo in diretto contattato. Il problema non è comprendere ma è prendere posizione per cui ricordarsi di continuare a prendere posizione.

Anexo E2 – Entrevista Sandro Chignola- português

Entrevista: Sandro Chignola, Departamento de Filosofia Política
Universidade de Pádua, Pádua, Itália

Dia?

LPM: Esta entrevista é no sentido de aprofundar ou discutir e debater a ideia de mediatização, território e cidadania, especialmente numa chave foucaultiana. Você escreveu sobre Foucault e o aparelho, não é? Essa escrita foi um pouco pensando na comunicação, como um pouco a origem?

A origem desse texto é o meu livro sobre Foucault, e o texto dispositivo foi uma conferência sobre biopolítica no Brasil na Unisinos. Eu tinha um objetivo um tanto polêmico e até filológico, a saber, [problematizar] o modo como Agamben lê a noção de dispositivo de Foucault. Agamben que teve um grande sucesso, pelo menos naquela região do Brasil, e que na minha opinião, no entanto, não melhorou a estrutura política geral do raciocínio de Foucault. Um artifício para Foucault, como resultado de seu próprio conceito de poder, muitas vezes mal compreendido na interpretação foucaultiana, é uma dupla relação. E é algo que, especialmente onde os escritos de Agamben são valorizados na série Homo Sacer, perdeu um pouco de vista. Porque, justamente, o discurso de Agamben sobre a soberania tem como correlação a ideia de que diante do exercício soberano do poder restam apenas posições passivas ou vítimas puras. O que ele chama de conceito que pegou emprestado de Walter Benjamin, e que tem circulado muito, de vida nua. Assim, a relação é uma relação vertical entre poder e vida nua que desempenha o papel de vítima sacrificial.

Todas as críticas de Foucault ao poder, por outro lado, na minha opinião, e acho que tenho uma base filológica para poder dizê-lo, é uma análise do poder que parte do pressuposto de que o poder é uma relação dual. Ou seja, um texto, a meu ver, fundamental para entender como pensa Foucault, é uma palestra que ele deu no Japão em 1978, quando disse que se chamava filosofia analítica da política.

Onde ele diz que analisa o poder como Wittgenstein analisa os jogos de linguagem. Ou seja, o poder não existe. E se é algo, é algo tão cotidiano, assim como Wittgenstein disse sobre o significado de uma palavra, que segundo Wittgenstein, para entender o significado nas palavras, é preciso trazê-lo de volta ao uso cotidiano. Foucault diz que o poder não é essa coisa extraordinária que alguém segura como um cetro. É algo que tem um exercício diário, microfísico, tão diário que tende a se tornar invisível. E ele diz, então, se poder é algo invisível, precisamos de um catalisador químico para torná-la visível.

E o que torna o poder visível é o fato de que algo resiste, que alguém resiste. Isso, na minha opinião, implica pelo menos duas coisas fundamentais. A primeira é que um dispositivo é simplesmente a disposição específica de um poder que é exercido e uma resistência que se opõe. E a segunda coisa fundamental é que, na minha opinião, trata-se de uma ideia marxista implícita de Foucault. – Sou muito polêmico com aqueles que dizem que Foucault era antimarxista – Ou seja, que o poder é uma relação social. Ou seja, há sempre os dois, um poder e uma resistência.

E o poder continua a mudar porque a resistência é inassimilável. O que marca as transformações do poder é o fato de que o poder, em determinado momento, deixa de funcionar porque a resistência é excedente e precisa se reinvestir, inventar novas táticas, novas estratégias, novos sistemas de regras, para continuar de alguma forma a tentar formalizar essa liberdade que escapa.

Isso implica que aqueles sobre os quais o poder é exercido não são vítimas puras. Ao contrário, são aquelas figuras subjetivas que Foucault casualmente não fala do sujeito, mas fala de subjetivação. E entre muitas entrevistas ele diz: "você não entenderam nada, todo mundo me trata como um analista de poder. O problema sempre foi o sujeito", diz, ou seja, o processo de subjetivação. E que, portanto, um dispositivo não é uma máquina, não é uma formalização definitiva, pelo contrário, é essa disposição que confronta continuamente uma forma de exercício do poder, entendida como estratégia e resistência.

A propósito, ao longo de 1976, em *Faut Défendre La Société*, Foucault diz explicitamente: é preciso derrubar o princípio de Clausewitz que dizia que a política nada mais é do que a continuação da guerra.

Para Clausewitz, "a guerra é a continuação da política" dentro de um quadro de direito internacional que ainda vigorava no tempo de Clausewitz, certo? A guerra é um instrumento previsto pelo direito internacional e foi usada basicamente para fazer a paz, para ganhar diferentes posições a fim de restabelecer um certo equilíbrio.

Foucault diz exatamente o contrário. Temos que analisar – e isso é profundamente marxista para mim – a política como a continuação contínua de uma guerra. Entre o quê? Entre uma liberdade, que de alguma forma pode ser formalizada, e os mecanismos que, de tempos em tempos, tentam instrumentalizá-la. Então, para mim, o dispositivo, como Foucault chama, é basicamente um arranjo tático.

LPM: Dardot e Laval, falam de uma ideia de subjetivação neoliberal, de como essa relação do sujeito empreendedor, esse sujeito que usa a ideia de rede. Mas há uma parte dessa subjetivação que é um pouco de objetificação, ou pelo menos deixa vestígios materiais ou vestígios de protocolos que você encontra e que fazem isso funcionar. Então a ideia de cibernética, o discurso da cibernética pode trazer elementos que nos dão a materialidade dessas coisas. Aqui, por exemplo, o smartphone é uma materialidade de um desejo de fazer a todos se comunicarem, mas também de captação das emoções, de captar informação. Ou seja, tudo isso numa lógica de informação. A ideia do sujeito livre é contraditória, pois também a ideia de alguém que vive no mundo regulado pela informação.

Como essa ideia de dispositivo pode ser vislumbrada na ideia de mídia contemporânea? Nem digo mais televisão. Não me interessa mais a TV, só em termos de arqueologia, como o cinema já foi. Mas hoje estou falando dos meios de comunicação, desse digital, ou seja, do computador, do e-mail, mas também dos protocolos digitais.

CHIGNOLA: Isso é complicado porque vai muito além do que Foucault pensava. No entanto, há aquele texto extraordinário de Deleuze, Post Scriptum a Sociedade de Controle, que também diz: ok, houve disciplina, mas há algo mais. Esse mais que, de alguma forma, Foucault também tentou, na minha opinião, nos últimos anos de sua vida, pensar.

Mas digo isso porque tendo a defender a opinião de minhas interpretações sobre a profunda coerência política de Foucault. Porque há uma literatura crescente na França e na Espanha que diz que o último Foucault foi liberal e ela se baseiam em uma entrevista que fizeram com François Devalde, que foi um de seus últimos colaboradores, naqueles cursos ali mesmo, sobre governamentalidade e biopolítica. Como se, precisamente, os últimos cursos de Foucault, sobre o pensamento grego, fossem, de alguma forma, totalmente antipolíticos.

Mas atenção! Apenas em 1981, no Sunday Times, Margaret Thatcher, que na minha opinião a revolução de Thatcher e de Reagan é o que Foucault tem como problema durante 1978 e 1979. Pois bem é justamente a revolução neoliberal que ele é o único, entre os que conheço, que vislumbra, que entende sua relevância.

Você sabe que Foucault entre 1978 e 1980 continuou citando o ensaio de Kant sobre o Iluminismo porque ele disse: o problema da filosofia é pensar o que está acontecendo hoje, de acordo com o horizonte da mobilidade profunda. Apenas uma ideia que é profundamente genealógica, de como entender o que é o presente, está, de alguma forma, elaborada como novidade então ele não pensou a filosofia em um sentido acadêmico.

Pois bem, em 1980 há esta entrevista no Sunday Times – recuso-me a pensar que Foucault não conhecia esta entrevista de Margaret Thatcher – que com uma das suas frases causticas, como quando ela disse antes: "não existe sociedade e só indivíduos", nessa entrevista ela diz: "o nosso método é a Economia, o nosso objetivo é mudar a alma".

Seria uma coincidência que, após essa conferência, Foucault voltasse a pesquisar a livre subjetivação grega? E a característica fundamental da livre subjetivação grega é que ela implica, se lermos Platão, Aristóteles, os historiadores cínicos, que ele estuda, implica o fato de que, em qualquer caso, não há fora da relação de poder. Você está sempre dentro. Também escrevi um livro chamado Por Dentro.

Ou seja, estamos sempre dentro de um fato de governo, e o problema é, novamente, que o governo tem uma estrutura dual porque sempre implica um governante e um governado.

Não é como o conceito moderno de soberania que inventou essa grande ficção, que Hobbes descobre antes de todos, que soberanos e súditos são a mesma pessoa, como na grande ficção teatral da democracia moderna, que diz: a lei é feita pela vontade geral. Quem expressa a vontade geral? Nós. Então, o poder que a lei te dá é baseado no conceito de representação, segunda a qual você faz essa lei

através dessa representação. E essa relação, por outro lado, se dissolve, uma dupla de resistência entre quem governa e quem é governado.

O problema de Foucault é que os antigos pensam a livre subjetivação dentro dessa relação de governo. Se ela é governada com vistas a ser colocado em condições de poder governar os outros, ou de se sujeitar, como sujeitos livres, sabendo que, para fazer esse trabalho, você está dentro dessa relação de governo. Você precisa de um professor, você precisa estudar filosofia, portanto, você tem que se confrontar continuamente e, acima de tudo, você tem que se governar.

De acordo com o mesmo dualismo que Platão vê, por exemplo, entre o nomos e as paixões; entre a razão e as próprias fraquezas. Isso quer dizer que o último Foucault foi, como de alguma, forma continua sempre sendo, político. E ele entende que, justamente o que está em jogo é o processo de formação do sujeito neoliberal.

Portanto, o que você diz, tem feito parte desse raciocínio, obviamente, além de Foucault, que não teve tempo para testemunhar a revolução digital, que é algo das últimas décadas. Ele morreu em 1984, mas entendeu que o que estava em jogo era esse destino, essa produção de subjetividade de um novo tipo que não é de tipo disciplinar, porque, mesmo aí, não se trata de modelos teóricos. Repare que o problema da disciplina é o problema do capítulo 24 do primeiro livro de O Capital, isto é, a produção do corpo útil para as grandes sínteses fordistas dos sistemas fabris.

LPM: E os tempos estabelecidos.

CHIGNOLA: Este é o capítulo de Marx sobre a chamada acumulação primitiva. Os exemplos de Foucault são marxistas, ou seja, transformar o camponês em soldado e o em trabalhador, são exatamente as coisas que Marx diz. E se alguém ler o curso que ele estava fazendo ao mesmo tempo que Vigiar e Punir, que se chama A Sociedade Punitiva, verá que ele cita a historiografia de Marx.

Mas há uma leitura que está circulando, particularmente na Itália, e que se expandiu a partir da Itália, graças a Roberto Esposito e Agamben, que diz: "Foucault primeiro diz que há disciplina, depois há governança neoliberal". Foucault nunca disse que uma coisa termina e a outra começa. São jogos de poder diferentes. Tanto que, quando a globalização é implementada, estamos sempre além de Foucault, da forma que eu leio, na nova divisão internacional do trabalho, eles transferem sistemas fabris para países de baixos salários.

LPM: Do outro lado do mundo...

CHIGNOLA: Bem, eles decidem que o Ocidente consome e as outras partes do mundo produzem, de acordo com modelos fordistas. A disciplina continua a funcionar lá. Aqui, como ele diz, o triângulo entre soberania, governamentalidade e disciplina é reorganizado e outros mecanismos começam a funcionar, é preciso produzir. Como ele disse no curso O Nascimento da Biopolítica, em que, por assim dizer, ele analisa o ordoliberalismo alemão, e o neoliberalismo americano, mostrando que essa racionalidade do governo neoliberal é algo diferente do liberalismo clássico, faz diferença na autorrepresentação que esses liberais se dão.

Porque, justamente, implica a necessidade de governar, mas, sobretudo, não só o mercado, mas de governar a produção da subjetividade. Porque num horizonte de produção em que – e é assim que chego às coisas que você diz – em que o problema já não é o horário de trabalho na fábrica, ou o protocolo de produção, a vigilância vertical, que o chefe do departamento administra sobre os outros. Mas a produção de valor ao longo de todo o dia que, na verdade, Toni Negri e outros chamam de biopoder.

LPM: A cidade fábrica?

CHIGNOLA: Não é mais a cidade-fábrica no sentido fordista. É o fato de que qualquer um de nós – e aqui entra o dispositivo tecnológico – trabalha 24 horas por dia, por isso até colocar um "like" no Facebook.

LPM:... produz valor...

CHIGNOLA: É isso. Os dados, os rastros que deixamos em nossas atividades online são vistos, capturados e vendidos, mas não para um poder de forma disciplinar ou panóptica, porque ninguém te diz que você tem que fazer, ninguém te diz.

LPM:.. E faço porque eu quero.

CHIGNOLA: Você faz isso de boa vontade. E isso significa justamente que essa produção de subjetividade empresarial, cujo cerne fundamental é uma liberdade arranjada por dispositivos, é tão invasiva e trabalha tanto que nem nós – eis a invisibilidade do poder – percebemos que, na medida em que ela usa certas interfaces, ou trabalha na rede, ou coloca likes, etc., ela está de fato produzindo, mas segundo uma lógica que não é a disciplinar. Porque o que é governado de alguma forma é a sua liberdade. Você é livre. Ninguém manda você "curtir" a foto do gatinho que sua tia coloca no Facebook. Mas na medida em que você faz isso, seus dados são rastreados. É um pouco o que Zuboff diz, na esteira da história da vigilância. E eu não acho que seja tanta vigilância. Talvez seja outra coisa, porque o princípio fundamental é que não há centro. Em vez disso, pelo menos para mim, não, é a lógica da Panopticon, não é que estamos sendo vigiados.

O fundamental é que o valor é extraído da nossa liberdade, ponto final. É um sistema parasitário de captura pura que os coloca em jogo com a mineração de dados, por exemplo, uma função de renda pura. É como se o capitalismo tivesse regredido.

LPM: Nesse sentido vou extrapolar e tomar o direito de fazer um pouco de hackeamento de Foucault., pegar seu kit de ferramentas e virá-lo do avesso. Vejamos: Alexander Galloway, cita um pesquisador que veio da área de TI da Califórnia chamado Phil Agre, ele estava na Califórnia que começou a dizer, " há algo de errado com a noção de vigilância. Hoje ela é uma forma além da panóptica, não é que seja centralizada. E então Galloway faz um artigo comparando Zuboff e Agre e diz: talvez os computadores não funcionem nessa ideia. Pelo contrário, parecem trabalhara na ideia de capturar, de tomar, de coletar.

Então pegando a ideia de Rosebatt dos primeiros computadores que se chamavam perceptron digo que talvez - e esta é a minha tese - o perceptron seria o dispositivo emblemático de uma nova era. A percepção pode ser um smartphone, pode ser um computador, pode ser Chat GPT. Não importa. O dispositivo não possui um formato físico estabelecido ou mesmo arquitetônico padrão, mas certamente possui materialidade como cabos submarinos, antenas de celular, satélites GPS, etc.

CHIGNOLA: Exato. Porque também aqui tem circulado no debate nos últimos anos essa ideia de que a digitalização implicava a desmaterialização. E então é como se dissesse que mesmo as novas formas de capitalismo eram simplesmente formas de capitalismo cognitivo, etcetera etcetera...

LPM: E talvez nunca tenhamos tido em nenhum momento da história tanta infraestrutura.

CHIGNOLA: É isso. Grande parte da competição geopolítica das grandes potências por materiais raros, por chips, e estou falando apenas de computadores, digitalização. Há ainda um enraizamento estrutural muito profundo. E se você olhar para coisas interessantes, por exemplo, como funciona o Mechanical Turk da Amazon, ou a mineração de dados, que usa mão de obra de jovens da Índia cujo trabalho é clicar e clicar e assim treinar as inteligências artificiais. Você entende que infelizmente agora ainda há uma materialidade muito poderosa que também implica no aumento da crise ecológica e assim por diante

LPM: Mas é exatamente isso. Toda uma infraestrutura tão gigantesca quee, no final, parece trabalhar pra ca um, pra cada sujeito, mas capaz de transformar em dados e capturarem uma capilaridade sem precedentes e em uma escala planetária. Então a ideia do Jonathan Crary, de ver, é talvez agora precdida pela ideia de quantificar o perceber, porque quando eu falo no meu smartphone você pega o áudio, foto, texto, etc. Mas também quando meu filho olha para algo no Google, ele me oferece um anúncio de brinquedo.

São técnicas que se desenvolveram em um nível para "perceber" além da visão. O problema é que a estrutura de captura de percepções e criação de dados parece de baixo para cima. Mas a organização é de cima para baixo. Pense em data centers. Não sei onde eles estão, e eles fazem parte da circulação,

então não posso dizer onde estaria essa centralidade. E é por isso que me interesso por Foucault. Não vejo essa centralidade do poder, e, no entanto, identifico essas relações, que passam por esses filtros, esses nós, essas novas mediações e mediações.

CHIGNOLA: É por isso que acho que concordo tanto e há, de fato atualmente, bastante literatura sobre isso. Estou convencido de que está mudando e, se muda o desenho da filosofia política também muda a política. Ou seja, podemos falar de uma governamentalidade algorítmica.

Aliás, estávamos falando de cibernética e formas governo descentralizadas. Nos últimos doutorandos que trabalharei comigo, eles têm feito teses sobre a cibernética como paradigma. A questão do Input output, essa máquina, esse mecanismo que funciona, e que a partir de Wiener teoriza esse feedback regido por algoritmos, e que não é governado por ninguém. É um feedback automático.

E ainda assim não consegue eliminar o ruído de fundo. Tem o problema do ruído de fundo. E é por isso que digo que essa dualidade onde existe o ruído de fundo, que a nossa liberdade, a nossa capacidade de existir permanece. Mesmo dentro da governança algorítmica

Bem, esse é o problema. Se você quiser levar a figura do panopticon ao extremo, quando leio sobre o panopticon eu sempre parto do pressuposto de que em Vigiar e Punir, onde Foucault fala sobre isso, há uma estrutura de escrita que é extraordinária, se você olhar para o início...

LPM: Começa com o martírio ordenado pelo Rei.

CHIGNOLA: Isso mesmo, e no final ele tem um poder que não está lá. Exatamente a figura da invisibilização que eu te falei antes do dia a dia. As pessoas vivem como se estivessem constantemente sob vigilância. Mas não é que Foucault o inventou: a grande vantagem econômica do Panóptico é que a torre pode estar vazia.

LPM: Não tem o guarda.

CHIGNOLA: Sim, pode estar vazio e ainda funciona, não é? Se você quiser, esta é a forma máxima do dispositivo.

LPM: E, claro, Phil Agre diz que não é mais uma questão de haver ou não um guarda que vigia. A questão já não é essa. Por outro lado, diz, já não há torre e nem guarda lá. Agora somos nós, nossos próprios os prisioneiros, que, de bom grado vigiamos a nós mesmos.

CHIGNOLA: É por isso que voltamos ao ponto central, no último Foucault, das apostas do sujeito. Porque não somos sequer arrastados para dentro do panóptico. Porque o panóptico, e é Bentham que diz, é um dispositivo extraordinariamente barato, porque já não implica violência. Pelo contrário, sufoca a resistência porque não há mais uma luta corpo a corpo entre um guardião e o prisioneiro. E pode funcionar, diz Bentham, em todos os lugares onde há sujeitos a serem institucionalizados, ou seja, os doentes, os loucos, os trabalhadores, as crianças na escola, diz Bentham

Mas o problema aí, com a panóptica, é que ela ainda é uma estrutura fechada porque Foucault está fazendo, em Vigiar e Punir, uma apologia à lógica disciplinar. Ele diz com precisão: a natureza própria da disciplina e sua centrípica, isto é, prevê um espaço fechado.

Quando Foucault começa a pensar em governamentalidade, raciocina sobre o fato de que esse sistema de fechamento não é mais necessário, porque o problema é justamente a circulação pura.

E então eu estava lhe dizendo, eu entendo sua referência ao panóptico, mas talvez você também tenha que levar o Phil Agre ao extremo, que dentro dessas novas formas de captura de dados e governança não estamos originalmente trancados. Não somos pessoas qualificadas, como pode ser o locuo, o soldado alguém que tem que trabalhar na fábrica, etc. Somos sujeitos puros, mas desmaterializados.

Basta pensarmos no ataque às Torres Gêmeas e uma governança que surgiu a partir daquele momento. Uma governança que continua a evocar a ameaça, mas a ameaça não é esse sujeito, esse preso da cadeia de Bentham. Ela é mais a ameaça que pode ser invocada como o que impulsiona a governar. A visibilidade, de tempos em tempos, vem agora em pixels, o que pode ser perigoso. Essa pixelização pode acontecer, por exemplo, quando, em um avião haja um, digamos Sandro Chignola, que está fichado pela

polícia italiana como perigoso, subversivo. Nessa lógica da datificação, esse avião se torna um perigo potencial. Há pixels lá que trazem algo à tona com uma ameaça anônima, não é?

No entanto, voltando aos dados a subjetividade, justamente, essa fragmentação pelos dados. Na minha opinião, o fato fundamental é que há a perda da qualificação para a qual um sujeito perigoso, por exemplo, "aquele lá é um louco que deve ser identificado" e assim por diante. Simplesmente, cada um de nós está dentro dessa máquina por livre escolha, e a batalha política a ser travada, segundo Foucault, é que tipo de sujeito queremos colocar.

LPM: Podemos fazer uma provocação de que além da Gaiola de Aço, como disse Weber, estamos em uma Gaiola eletrônica?

CHIGNOLA: Acho que é um pouco além disso porque, basicamente, o que move esse dispositivo o tempo todo é o fato de estarmos lá. O problema, então, porém, se você é um que potencialmente está lá e tem consciência disso.

LPM: Então, no triângulo que eu penso, um vértice é a mediatização, o outro é a cibernética e o terceiro é a cidadania. O que é um problema gigante. É por isso que eu levo a cidadania na abordagem da mídia, ou seja, a mídia é como um possível dispositivo produtivo dos agenciamentos civis neste momento também.

CHIGNOLA: Sim, e está de cabeça para baixo. É o que eu estava te dizendo antes: o que é liberdade? Passou nos últimos 10 anos, eu diria que a liberdade política se tornou o "like" ou o "dislike". É isso que permite que pessoas como Bolsonaro ou agora vamos ver se o Miliei também na Argentina. Desse político para o qual as pessoas, de fato, vivem sua possibilidade de serem cidadãos livres no fato de que todos os dias comentam fake news. E diz que está mais bem informado ao dizer que isso não existe. E assim por diante.

LPM: Mas penso em algo que me interessa do ponto de vista da mídia, por exemplo, Foucault faz uma arqueologia do manicômio prisional. Penso nisso como uma arqueologia, digamos uma arquitetura da mídia. As torres de igrejas que seriam de uma governamentalidade pastoral e também os púlpitos da Igreja, que eram importantes naquela época. Então, depois disso, você pode dizer que há outros, como a impressão de Gutenberg. Tudo isso tinha um problema sério, ou seja, do ponto de vista da comunicação, que era o controle das interpretações. Na Bíblia de Gutenberg havia um problema de comunicação muito material a ser resolvido.

CHIGNOLA: Mas há também um outro problema, em suma, para mim as coisas são sempre ambivalentes. Pense na possível heterogênesse de fins. Aqui há um propósito político que também existe, mas há, antes de tudo, o problema da formação do sujeito. A impressão é inventada como um dispositivo técnico. Por que funciona inventar o tipo móvel? O problema é que para os protestantes, onde não havia mediação eclesial, todos deveriam saber ler a Bíblia. Depois, há o problema da formação de sujeitos.

LPM: E assim eles tiveram que aprender a ler:

CHIGNOLA: Então você vê lá também, não há uma função a ser aplicada com torniquetes e torturas. Há também uma função, se você quiser, para formar os protestantes como sujeitos.

LPM: Mas pensemos em Dom Quixote, de Cervantes, ou mesmo Menocchio, de Carlo Ginzburg. Podemos traçar traços de interpretações "heterodoxas" nesses personagens até os dias atuais.

CHIGNOLA: Sim, basta olhar no Facebook a gente que hoje diz coisas loucas sobre a vacina.

LPM: Bem, eu ia dar uma volta, mas é esse o ponto. Há algo de errado com o circuito informacional ou o circuito da produção dos fatos sociais. Mas é justamente esse delírio, sempre uma ideia de medo. É sempre um discurso delirante.

CHIGNOLA: Para mim, não dá a mínima e parece que é uma máquina que apenas faz o click and bait da autoconfirmação. Há quem estude isso justamente nessa nova forma de mediação da política, que é do próprio Facebook, uma vez resolvida a ideia, isso na minha opinião é uma coisa clara. Um dos sintomas da política contemporânea é o fim da cena pública. Sinto muito por Habermas, mas agora são todas bolhas de autoconfirmação, então o terraplanismo terá mais adeptos e seguidores do que a Igreja Católica daqui a algum tempo.

LPM: Mas também há uma ideia de restrição tecnológica. A ideia de uso por causa do cidadão, Milton Santos, fala nos anos 90 da globalização da transformação do cidadão em consumidor. Isso não é realmente novo, mas é um processo. Acredito que depois do consumidor, a figura do usuário se impõe hoje. Ou seja, a ideia de uma plataforma de que tanto se fala hoje é baseada em uma infraestrutura, um fluxo e, novamente, tudo isso para quem? Quando entro nessas plataformas, sou um usuário. Ali dentro não sou compreendido nem mesmo como consumidor e os direitos do consumidor. Quem dirá como cidadão. E um abaixamento do sujeito cidadão de direitos, do agente econômico par ao usuário datificado, não?

CHIGNOLA: Por um momento, você tem que tentar entender o que são ferramentas, digamos, inovação. Em suma, não, eles te impõem um terreno de confronto no qual você não pode entrar equipado. Esse debate público na Itália está sempre debatendo a a cidadania pela mediação das partes. Mas do que estamos falando dessas mediações.

Nesse sentido, tudo mudou, ou seja, se você também vir como funcionam os grandes mecanismos eleitorais hoje. Há sempre uma objeção decisiva, em que o último a atirar maior é o que saiu. Dentro dessa aceleração de determinar curtidas, as pessoas se tornam protagonistas simplesmente por se viciarem nas últimas notícias. O problema é que, justamente, já não é o que a política foi uma vez determinada pelos grandes projetos de subjetivação da modernidade.

Mas, claro, há esse aspecto tecnológico, existe esse aspecto de mudança tecnológica e muito mais. Se antes era possível circunscrever a uma tensão nacional de alguma forma entre capitalismo e partidos com compromissos constitucionais e assim por diante, hoje jã não seise é assim.

Por dois séculos houve um coplanejamento de uma esfera pública como mediação. Pelo qual a Revolução Francesa impôs um problema de mediação entre o público e o privado. Agora me parece que nesse nível só se mantém o fetiche da esfera pública, que na prática, no sentido moderno já não existe mais.

Essa esfera pública era o correlato de uma cidadania, que se colocava no marco dos direitos fundamentais, da liberdade, da igualdade, da fraternidade. Significava que, em nome do que lhe era garantido publicamente constitucionalmente, você poderia criticar. A meu ver, a nova cidadania está sendo transformada naquilo que é justamente uma lógica interna de governo. Ou seja, a única razão pela qual alguém se sente cidadão é quando é atingido pelo governador de ocasião na materialidade, mesmo territorial, do espaço em que é governado. Grandes princípios não funcionam mais.

Um exemplo: se quiserem construir uma barragem ou devastar um pedaço da Amazônia, a resistência encontra-se ali, onde as pessoas que são governadas, se organizam se politizam e dizem, neste meu território eu desafio vocês. Para essa coisa específica, aqui, não para princípios gerais.

Muita gente diz que é pouco. Sim, é pouco, mas é o que está acontecendo agora, na minha opinião. Então, talvez para usar seus termos, uma mudança de cidadania seja essa territorialização concreta dos interesses, das necessidades dos governados no espaço e pela razão pela qual são governados.

Outro exemplo são os movimentos feministas nos últimos anos. Não é que se movam com base em grandes princípios de liberdade e justiça. Eles desafiam o governo patriarcal nessa especificidade

LPM: E produzem resistência em, em uma agenda, ou em um ponto específico.

CHIGNOLA: Exatamente, e isso é o que também pode criar o problema da dificuldade de articular grandes movimentos internacionais, porque as coisas são separadas, não é? É como se houvesse uma crise. Percebe a diferença? Somos metade parte dessa governamentalidade algorítmica e a outra metade disposta a politizar no território quando somos mal-governados.

Mas quando, novamente em 1978, 1979 a resistência que existia no momento e o que eu via era a luta ecológica, as lutas dos pacifistas, a luta das feministas, as lutas dos homossexuais. Renunciam à ideia da tomada do poder, que seria o arco da relação política, o princípio da relação. Eles não dão a mínima. E na minha opinião, se eu tivesse que dizer o que me move agora, eu vejo essas coisas aqui, ou seja, para mim a dimensão da territorialização da cidadania, nesse sentido aqui, ou seja, contextos e poder onde eu sou tenho contato direto. O problema não é entender, mas se posicionar, então lembremo-nos de continuar se posicionando.

Anexo F1 – Entrevista Lucas Melgaço - português

Entrevista Lucas Melgaço

Departamento de Universidade Livre Flamengo de Bruxelas

5 de setembro de 2023

LPM: Você é um dos tradutores da obra de Milton Santos para o inglês como você avalia a recepção do pensamento de Milton Santos entre anglófonos e quem pesquisa e publica em inglês?

MELGAÇO: Então pra você enxergar um pouco qual que é o meu papel nessa discussão sobre o Milton Santos fora do Brasil? Eu fiz o meu doutorado numa cotutela com a Paris, com a orientação da professora Maria Adélia de Souza, que trabalhou, com o Milton Santos durante a maior parte da vida acadêmica na USP.

A Maria Adélia, ela teve um papel importante na vinda do Milton Santos para São Paulo, na ida do Milton Santos para São Paulo. E até se tornar professor da USP. Eu fui educado, da graduação ao final do doutorado, numa teoria muito miltoniana. É que Milton Santos tem essa coisa muito forte do método, é quase que não é só mais um autor, mas uma escola que te dá uma série de conceitos, então você acaba que é formado numa tradição miltoniana.

Comecei a graduação em 99, terminei o doutorado em 2010, então nesse nesse período, e daí fui fazer um post-doc fora do Brasil. Na verdade, eu já tinha saído do Brasil para fazer a cotutela e quando eu cheguei na França, eu comecei a falar do Milton Santos, falar das teorias, e apesar de já existir naquela época, algumas traduções pro francês, ninguém sabia do que eu estava falando. E dali eu fui pro Canadá fiquei um ano no Canadá, para Kingston.

Na França, as pessoas sabiam sobre Milton Santos, eles sabiam da existência dele? Lula, mas era, sabiam praticamente nada da teoria. Quase ninguém sabia. Na verdade, os professores mais velhos assim tinham alguma lembrança do Milton Santos. Mas essa ideia de um especialista da globalização, terceiro mundo, espaço dividido; as referências eram aos livros de uma de uma fase específica da carreira, os mais recentes praticamente nem conheciam e *O Natureza do Espaço*, que é o mais importante deles, um dos mais completos.

Então, no Canadá, eu vi que não existia. A única tradução que existia era o *Espaço Dividido*, naquela época, que é um livro que o próprio Milton Santos, no final da carreira, tinha uma relação um pouco ambígua com aquela proposição dos 2 circuitos de economia. Ele era bem crítico do próprio dualismo, ele mesmo propôs.

Então, assim, eu senti essa falta de uma de uma tradução disponível e eu decidi traduzir algo do Milton Santos e a minha escolha foi *Por Uma Outra Globalização*. Eu pensei: qual que é o livro dele mais recente, mas mais acessível para ser uma primeira introdução ao trabalho dele. Imaginei que a *Natureza do Espaço* seria algo muito pesado. Eu usava esse livro como introdução para os meus alunos, então eu fazia um pouco uma trajetória: como ler o Milton Santos; quais são os livros para começar; quais são os livros para abrir várias vezes, e *A Natureza do Espaço* está mais para o fim da carreira dele. O *Por uma Outra Globalização* é um livro que quase não tem referência a outros autores.

LPM: Ele é mais narrativo.

MELGAÇO: É um livro para a ciências sociais. É um livro para brasileiros. Isso quando eu traduzi eu percebi a dificuldade que era um livro escrito para brasileiros, então eu tive que fazer várias notas de

rodapé para contextualizar. E daí do *Por Uma outra Globalização*, depois eu traduzi alguns outros artigos, *A Totalidade Do Diabo*, que são parte dessa outra coletânea que eu organizei em inglês, então eu organizei a tradução junto com uma coletânea de autores que utilizavam Milton Santos em áreas diversas. Então eu apareci um pouco nesse cenário. Seria errado eu falar que eu introduzi o Milton Santos, porque as pessoas sabiam, mas foi um pouco um pontapé assim. Depois surgiu *A Natureza do Espaço* e *Por Uma Geografia Nova*. O tradutor foi o Archie Davis quem traduziu.

A tradução é um trabalho muito ingrato. Eu fiz versão, que é o mais difícil. Fiz para uma língua que não é minha língua. Então eu fiz com a ajuda de um aluno de doutorado lá no Canadá, um canadense nativo da língua.

Em alguns trechos, assim, que a gente trocou 40 versões, sem exageros. Assim, até chegar na versão final, pela dificuldade, às vezes de entender o Milton Santos, o que que ele queria dizer ou achar, sempre tem uma coisa que você perde na tradução. Eu tomei a iniciativa de tentar trazer mais clareza para as coisas porque eu não tinha o Milton Santos para conversar. Eu conversei bastante com a esposa dele, Marie Helène, em algumas decisões mais importantes, por exemplo, o título. Foi um trabalho bem ingrato, eu diria. Tomou muito tempo. Mas eu acho que funcionou por motivar essa redescoberta.

Eu fui convidado para escrever um capítulo de uma coletânea que já existe a vários anos. Chama aqui. *The Key Thinkers of Space and Place*. Essa coletânea sempre teve autores homens brancos, desde os organizadores, aos autores. Nessa última edição, eles convidaram duas mulheres, eram dois homens. Agora tem mais duas mulheres como organizadores e eles resolveram expandir para mais mulheres e mais autores do Sul Global. Daí me convidaram para escrever sobre o Milton Santos e eu acabei de escrever a última versão.

O primeiro texto que eu escrevi sobre o Milton Santos foi na verdade a sua pergunta inicial, assim, eu escrevi um artigo sobre a importância do conceito de meio técnico, científico e informacional. E como eu estava nessa época fazendo pesquisa sobre segurança. Segurança, principalmente tecnologias, e de polícia e vigilância. Eu imaginei que esse arcabouço teórico do Milton Neves poderia servir. É uma pergunta a essa, uma boa discussão. Se o conceito ainda é válido.

LPM: Porque para época para mim, eu li já em 2006, 2008, então a Natureza do Espaço já estava bem consolidada, mas foi editada em 1996 pela primeira vez.

MELGAÇO: Mas o conceito vem antes, né?

LPM: A minha questão é que era muito interessante em 2006 o conceito e que se via o processo acontecendo. E você olhava assim, caramba, Milton Santos já tinha visto isso acontecer! E por que que eu trago essa pergunta pela comunicação? Primeiro, que a comunicação carece de uma dimensão espacial. Você vê estudos de caso de história da comunicação, história da técnica, história da recepção, história das ferramentas da comunicação, estudos sociais, uma certa antropologia da comunicação. Mas trabalho de campo, você não vê! Tipo mapear os aparelhos de comunicação os dispositivos, como é que eles interagem, entender uma praça, como uma ambiência de comunicação, A outra coisa é digamos, uma visão muito tecnológica. Cada nova tecnologia que surge na comunicação e não são poucas, tá sempre mudando, caracterizava uma nova onda, essa coisa das ondas. Isso foi me deixando um pouco incomodado. Ai eu tentei pensar Milton Santos, porque ele está falando de técnica, de um ponto de vista crítico, Só que eu não sei se a gente está no MTCI, mas parece que tem uma apropriação agora, do ponto de vista da plataforma.

MELGAÇO: É, eu acho que é importante situar o conceito quando ele foi pensado. O Milton Santos está falando, mesmo da ideia de meio técnico científico informacional de falando de grandes momentos: meio natural, meio técnico, meio científico. Então é um conceito que eu consigo fazer a argumentação nos dois sentidos: que o conceito continua válido e; que o conceito é datado.

No sentido de que algumas coisas que tinham um certo deslumbre no momento que o conceito foi criado, hoje tem por dado como, por exemplo, a ideia de convergência dos momentos. Milton Santos chama a atenção para isso, essa novidade de você poder estar em dois lugares e compartilhar o mesmo momento. A televisão passa-se ao vivo, essa coisa da videochamada e tudo mais. Eu acho que interessante pensar que o Milton Santos morreu, em 2001 e o Facebook é foi criado em 2004.

Então, assim, alguma das coisas que ele tá falando ali mudaram muito. Por exemplo, se você pegar os estudos em movimentos sociais dessa época, a primavera árabe, existia uma empolgação, uma expectativa, dessa coisa de uma internet quase que revolucionária, libertária. E o Milton Santos tem muito disso quando ele fala desse contra racionalidade e o acesso dos homens lentos, tendo acesso a essas tecnologias, como algo revolucionário.

Existia uma certa expectativa que não necessariamente aconteceu dessa forma, por exemplo, a gente não sabia até então que aconteceria as *fakes news* ou a dominância dos algoritmos que vão guiar o uso da internet. Existia muito essa ideia de que, finalmente, a comunicação é não é mais só da grande mídia para o espectador. O usuário passa a ser. ator Milton Santos concebeu o conceito nesse momento de uma certa euforia, otimismo. É isso é muito claro no *Por Uma Outra Globalização*. Eu falo isso num artigo também. Milton Santos era um otimista nesse sentido e tinha um otimismo muito que vinha a partir do conceito de técnica. Ainda acho que o conceito de *contra-racionalidade*, ainda é bem importante para Milton Santos, essa ideia de subversão da técnica e tudo mais.

Tem que pensar o esse conceito e o que veio depois. Você fala das plataformas, mas mesmo antes, como as mídias sociais.

LPM: Alteraram profundamente a dinâmica.

MELGAÇO: Até então, a gente não tinha nem essa coisa. É uma mudança aqui pra mim é central, da forma de que as pessoas usam o espaço público hoje, é isso que é bem atual. Hoje é bem óbvio, mas na época era quase que inimaginável que você traria a internet com você pelo smartphone. Quando ele fala, em 2001, você se assentava na frente do computador, se conectava nesse mundo que é a internet. E falava-se muito assim do virtual contra o real, mas eram dois mundos até então mais separado. Hoje a gente carrega a internet no próprio bolso. E a gente nem se conecta mais a gente tá sempre conectado e o telefone tá coletando dados.

LPM: Nesse aspecto do espaço público, O Milton Santos tem uma discussão sobre cidadania que está um pouco distante da minha. Mas eu estou olhando a cidadania mais pela lógica do Foucault, que vai falar da governamentalidade (pastoral, depois da soberana, depois da disciplinar e depois do biopoder). Eu estou usando noção para mostrar que, dialogando com Massimo Cacciari, que a cada cidade você tem uma configuração, uma ideia do que é ser cidadão. E a cada momento histórico e em cada lugar. E essa noção ela é atravessada por mediações e “mídias”. A questão é que eu acho que com essas tecnologias, já que elas estão ubíquas, né? Em todo elas interferem no que você entende por cidadão.

Na eleição do Brasil, por exemplo, a polarização foi absurda e o debate se deu fortíssimamente em grupos de WhatsApp, redes sociais e na rua, até que nem tanto. Então, criam-se uma espécie de arena de debate. E você pode identificar dispositivos de comunicação no pastoral, um dispositivo de mídia seria o púlpito Na soberania, o trono, ou a audiência, ou alguma coisa meio estatal. Depois, na disciplina o institucional, do quartel, o diretor da escola.

Mas agora você não consegue identificar esse aparelho, por exemplo, onde que está se dando esse discurso. Hoje por exemplo, não precisa prender, basta dar a torção. Então é essa ideia de que o Milton Santos, dos fixos e dos fluxos. Na contemporaneidade parar o fluxo é a pior coisa que pode acontecer. Mas, ao mesmo tempo, um espaço público mais fluido, nos termos do Bauman.

MELGAÇO: Você fez uma referência da ideia de não-lugar. Dentro do conceito de meio técnico científico informacional, existe essa ideia de *alargamento dos contextos*. É muito fácil empiricamente você falar disso. Um exemplo, durante os últimos dez dias da primeira, quando o Jair Bolsonaro foi eleito. Eu, apesar de estar aqui, sempre estava muito envolvido com a cidadania política no Brasil e assim eu estava muito ativo no Twitter.

A gente pode pensar que de fato o espaço teria menos importância, uma vez que a rede foi tomando lugar. Mas a teoria do Milton Santos vai bem de encontro a essa ideia. Apesar dos fluxos, o fixo tem uma importância crucial pra ele. E eu tendo a concordar no exemplo do twitter, por mais que eu seja atuante à distância, tem sempre algo que eu perco no meu poder de comunicação, estando fora do Brasil. Então eu acho que o conceito, por exemplo, de não lugar não cabe na teoria do Milton Santos, por mais que existe essa certa estandardização dos aeroportos dos shopping centers. E aí vem o conceito de uso.

O uso nunca vai ser exatamente o mesmo, os sentidos que você vai atribuir. Você pode falar que os aeroportos são não lugares, mas é só em São Paulo que existe pessoa morando no aeroporto. E com redes de solidariedade das pessoas que trabalham. Isso é muito do lugar. Então, assim, por mais que a forma seja mesmo o sentido não.

Então isso quando você fala de cidadania, imediatamente eu penso em O Espaço do Cidadão, que tem uma ideia muito, clara. Ele é basicamente, é uma crítica do consumidor, do cidadão se tornar o consumidor. E as limitações disso acontece, por exemplo, os espaços públicos se tornando espaços de passagem? Mais do que espaços de fruição de contacto, como as praças como lugares para você passar e não para ficar e usar.

LPM: Tem algumas pessoas que falam de. cercamento da internet, por exemplo o Twitter agora é do Elon Musk. Agora ele bota as propagandas que ele acha por bem. Mas existe uma coisa que eu acho que nesse espaço do cidadão tem algum, digamos, um beneficiário. A minha questão é, quando você vai na internet, você para entrar no Facebook, você é um usuário, Estariamso vivendo algo como o cidadão usuário. O Milton Santos fala de cidadão consumidor, como você acha que isso rebate pra internet? Tem a ver com aquela discussão de perder um pouco da cidadania para ser um consumidor. Como plataforma cada vez mais vai criando mecanismos e enquadramentos

MELGAÇO: Isso me faz pensar um pouco num arcabouço teórico que vem depois do Milton Santos. Até porque em 2001 já existiam, mas não tão antigo, os estudos de vigilância. Um dos autores chave é o David Lyon. Um dos últimos livros que ele publicou foi *Surveillance Culture*. Justamente ele quer pensar o seguinte: os estudos de vigilância até então estavam falando muito dessa oposição entre Google, Microsoft e os governos bastante autoritários e o indivíduo como um refém. Mas o que chamou a atenção dele era justamente o facto de que tantas pessoas voluntariamente faziam parte dessa troca, ou seja, postavam coisas pessoais na internet ou faziam um pouco esse jogo tipo: eu sei que eu vou abrir mão um pouco da minha privacidade, mas isso vai me trazer outros benefícios; vai me trazer visibilidade por isso, então ele traz um pouco ele traz um pouco a complexidade dessa coisa do.

LPM: Da coisa do que é útil, que é prático.

MELGAÇO: Exatamente. Eu acho interessante para repensar o papel do cidadão hoje. E realmente é, de fato ninguém leu os termos de uso do Facebook. Tem mudado um pouco, acho, a gente não se preocupava tanto quando começou as redes sociais. Hoje já tem uma maior preocupação, mas, mesmo assim, a gente entra de uma forma voluntária, você faz cartão de cartão de fidelidade, por exemplo.

LPM: Uma adesão, né?

MELGAÇO: É o caso do cartão de fidelidade do Carrefour, por exemplo. Praticamente você está falando para eles: esse é o meu perfil de comprador. Em troca, eu ganho, aqui na Bélgica a cada 500 EUR, você ganhou 5 EUR. E a única, a única coisa que você tem que fazer é ceder os dados das suas compras. Isso leva a um livro que tá bem na moda, assim tá bem discutido, que é o *Surveillance Capitalism*, que é bem isso, assim, de como que essa coisa da relação do cidadão com o meio técnico científico informacional passa por essa mercantilização dos seus dados. Mas é isso que o Lyon fala: não é uma coisa que você é sempre vítima. Existe uma certa autonomia e às vezes, até um ganho, porque também é uma condição de cidadania entrar nesse sistema. Se você pensar os refugiados na Europa, uma das brigas dele é ter número de registro nacional, entrar no sistema, é ter uma Carteira de identidade.

LPM: É, no caso, a cidadania. Tem esse aspecto aqui, na Europa...

MELGAÇO: Esse aspecto dos dados é também uma condição de cidadania, você entrar nesse nesse jogo de fornecer os dados. Aqui na Europa existe uma regulação um pouco diferente. Começou aqui que é essa coisa de uma lei da união europeia de proteção dos dados, que é uma coisa um pouco mais focada na proteção do do cidadão, que é bem forte, aqui, é recente.

Então hoje ela passa um pouco por esse jogo. Você cede os dados e usufrui, sei lá, do sistema de saúde público, mas também do sistema de benefícios do Carrefour

Então isso hoje é um pouco diferente. Da época da euforia da Primavera Árabe em que o subversivo era fazer parte dessas redes alternativa. Existia essa possibilidade, por exemplo. Antes tinha mais essa ideia de é redes alternativas. E depois vieram as plataformas. Hoje a maior parte da comunicação se dá através do WhatsApp, YouTube etc. ainda há o *dark web* e tudo mais. Mas não é uma coisa para o usuário do dia a dia. Hoje a rebeldia está justamente em se ausentar das redes sociais.

Ou tentar fugir dessa rede de vigilância, mas é praticamente impossível eu, por exemplo, eu não tenho mais praticamente rede social. A minha decisão de sair do Facebook, sair do LinkedIn, sair de todos esses. Fiquei só com o Research, Gates e sou usuário do YouTube, mas não tenho mais essa coisa da rede social que eu possa conversar com o mundo.

Hoje eu não tenho em canal que, se eu quiser dizer alguma coisa, da minha posição política ou um comentário, eu não tenho. A minha decisão foi porque são plataformas que são feitas para você ficar viciado. Ela tem essa economia do tempo que é feita para você passar o máximo de tempo possível na plataforma. Então, foi uma escolha de tentar fugir dessa lógica.

LPM: Mas o Muniz Sodré, que é o catedrático da comunicação, não só ele, como outras pessoas dizem que tem uma espécie de um self digital. Tipo eu tenho toda uma pegada digital. Se alguém entender bem te informática consegue fazer um perfil meu ou até melhor do que eu mesmo, porque tem aspetos ali meu, até inconscientes, de hábitos de consumo que você pode traçar um perfil e um panorama. Essa é uma discussão é, e essa discussão meio da cidadania digitalizada.

MELGAÇO: Os estudos de vigilância evoluíram ao ponto de quase se tornar uma disciplina. Então a gente fala de um conceito de *data double*, que é o seu duplo digital. Que é essa ideia de que você teria a sua versão digital.

LPM: . e que não necessariamente é você também, isso que me deixa meio perplexo.

MELGAÇO: Exatamente, não é Inclusive, quando eu falo desse conceito em sala de aula, eu uso um episódio do Black Mirror que uma pessoa morreu e, com os dados que essa pessoa produziu em vida, eles criaram uma versão digital dessa pessoa, que você consegue inclusive conversar com essa pessoa virtual. Hoje com ChatGPT e tudo mais, chegamos nesse ponto. Você consegue reproduzir muito do que seria o discurso dessa pessoa. Acho que é um bom exemplo do seu, “eu digital” às vezes tem vida própria.

O outro exemplo é que, na verdade, existem tantas bases de dados sendo coletadas da gente, por exemplo, eu dei o exemplo do supermercado, mas o seu perfil no Google e as suas buscas te dão um perfil que se você faz um exercício – inclusive uma colega, que que fez e eu achei fantástico – pergunta para o ChatGPT traçar um perfil seu baseado nas perguntas que você já fez ao Google. Porque eles têm a base do Google lá.

Pensa o seu banco de dados de saúde. Hoje você tem a possibilidade não só de criar, coletar esses dados, mas como combinar esses dados e traçar quem é você. Para o mundo digital o que eu estou fazendo, de sair da rede, é muito pequeno perto das informações do meu digital. Só estou tirando aparte que eu, voluntariamente, envio dados para essa rede, mas eu continuo usando o meu telefone.

LPM: Geert Lovink aborda, do ponto de vista dos estudos de mídia, que há hoje um movimento para sair da internet.

MELGAÇO: Mas uma das coisas que faz isso ser um movimento quase impossível é essa ideia de, por exemplo, de internet das coisas. Você pode sair da internet, mas a internet as coisas estão conectadas na internet coletando dados

LPM: E você tem que usar o sistema de transporte aqui...

MELGAÇO: isso. Por exemplo, é praticamente impossível você aqui na Bélgica você ande de carro sem ter a sua placa seja lida pelo Automatic Number Plate Recognition (ANPR). É impossível. Daqui até o Holanda o sistema acessa a minha placa pelo menos umas 10 vezes.

Então assim existe uma certa. Imposição desse novo meio técnico e issotu do desde 2001 para cá, eu não sei se vejo esse meio técnico científico informacional na acepção de hoje. Talvez a única coisa que tinha ali que permanece é a ideia de aceleração contemporânea. Que eu sou um pouco essa ideia de que as transformações técnicas se dão de uma forma acelerada. Um exemplo é você falar: quanto tempo a televisão foi dominante, até você chegar hoje ao smartphone, que é a sua nova televisão, talvez em muito menos tempo a gente vai ser uma próxima mídia. Isso poderia ser parte dessa aceleração, mas obviamente Milton Santos não tinha como prever essas direções assim.

Mas alguma coisa que eu acho é, olhando o otimismo dele, o que aconteceu nesses 20 anos foi numa direção diferente do que ele previa.

LPM: Ele tem uma tese, que talvez ainda seja válida e que talvez ao sair da internet, a gente esteja fazendo. que é a ideia de que o local é o e o espaço da resistência. Para mim, bate forte também, porque eu acho que essas plataformas são pensadas em uma esfera muito grande, uma escala muito grande.

O Uber é administrado em São Francisco ou sei lá onde, não importa. Você vê que não é tentar achar rotas de fugas, que não se trata disso, não é isso. Mas assim você vê que essa essa pelo menos parte, não tanto do homem lento, mas do local como um espécie de possível resistência?. Porque o que eu vejo é que, por um lado, sim. Mas por um outro eu vejo que também as pessoas estão deixando de viver o local em função da sedução do digital

No meu bairro você não vê as pessoas e só consegue juntar para fazer um jogo de futebol ou sei lá, uma festa junina, se você mandar no grupo do WhatsApp do bairro. Se você botar anúncios no bairro, as pessoas não olham mais. Então, tem uma coisa de viver o espaço de uma outra forma, o de esperar do espaço um QR Code, mais do que um cartaz.

MELGAÇO: Claro, é para estudar isso, faz todo o sentido. Eu acho que que hoje essa coisa de o real versus digital está fazendo cada vez menos sentido.

LPM: Mas e o local? Você acha que existe resistências locais ou estratégia locais?

MELGAÇO: Eu acho que sim, por exemplo, pensa o Uber. Você vai ver como que o Uber é usado em algumas partes do Brasil, se for na escala do motorista, vai ver essas coisas sobre as políticas e as regras do Uber, e um uso que é completamente distorcido.

LPM: hackeado?

MELGAÇO: Isso é uma coisa que o Milton assunto chamou de *flexibilidade tropical*.

LPM: Vou dialogar aqui com o hackeamento.

MELGAÇO: E que é um pouco essa coisa, essa malemolência brasileira, essa *contra-racionalidade* e tudo mais. Eu acho que faz todo sentido. Eu acho que o local ainda tem uma importância central mesmo. Que localmente você utilize as redes, por exemplo, acho que esse seu exemplo é bom assim da festa junina. Mas ainda tem alguma coisa que é específico daquele bairro. Você, não consegue organizar a mesma festa junina em uma outra escala. E tem conversas e coisas que vão acontecer também quando a peça junina está acontecendo, que só acontece naquele momento São outros tipos de emoções de diversões.

LPM: Sim, como a quadrilha. Bom, vou parar de gravar aqui obrigado.

MELGAÇO: Eu não sei se ajudei. de nada.

Anexo G1 – Entrevista Francisco Klauser – Inglês

Entrevista Prof. Dr. Francisco Klauser

University of Neuchatel, Switzerland
Dia?

Lucio PEREIRA MELLO (LPM): We were talking before about Raffestin and how he was one of the first guys who talked about territory in this kind of power relation and this very micro approach about power relations, very close to Foucault. So how do you see this? Because in my case, I'm studying mediatization, a special case of mediation which I could call on the late mediation of media devices on the digital logic. Which means that somehow media was kind of a broadcast structure, but now it's completely different because of recursiveness, because of feedback and because how digital is structuring and managing our everyday life. Do you think this make any sense? Do you think this when you go to the space when this goes back to space?

Francisco KLAUSER: Do you have a special a special case study on on specific apps, for example ?

LPM: My focus is on the history of the concept. It's a kind of letterature review, but we are calling kind of a genealogy. It's really a little generalistic, but as exemples: bars that make Instagram walls, so you somehow get more visible in Instagram, or Google Maps when you pinpoint something and somehow we navigate through Google Maps nowadays, not exactly about that, but also. This kind of formation of a digital self. So, if there is a digital self is he surfing in the digital space? How does this go in the space? Those ideas, I'm not also very clear about.

KLAUSER: Well, I think that there's many connections with Raffestin's understanding of territory. And actually, I had a PhD student years ago who worked on social media and how the social media transform our relation to the city. The idea of that PhD was actually to say, well, we always relate to spaces through specific mediators. Instruments, but also thoughts, language. All these kinds of things they impact on our way of living space of territorializing space as well, appropriating these spaces within our everyday life.

So of course, that's the very definition of territory for Raffestin. Territory is an appropriated space, and it is not only the kind of appropriated space by the state, but by every person. All individuals, all social groups, we kind of make territories in our everyday life. So, these social media, in many different ways, intertwines in our ways of territorializing exteriority and the kind of outside world. And so, for example, one case study of that PhD student was conducting the app 4Square where you can actually have comments on bars or restaurant and you in a way, that's the concept of augmented space. So, you add additional informational layers onto that space, information qualifications.

These kind of augmentations of space, of informational digital augmentations. People live the city in different ways, because they would rather go somewhere than elsewhere. And what is interesting, is also, that there's actually a social component to that. Because it's also depending on your friend's recommendations. So, you're also like in Facebook, example where you also have friends. So, this is really what Raffestin called territoriality, the relation to space, but also the relations to alterity, to the others.

And of course, all these relations are mediated by, for example, social media. But there is also inherently power loading because they are not neutral. They exclude spaces, they convey specific interests, commercial interests, for example, or whatever. So, I think that's one way for me of relating the question of territory with the social media.

And the second one would be, well, actually, these social media also produce new spaces, informational spaces, within which all kinds of relationships unfold and happen. So, we have this kind of new digital environment within which people "live", in a way, and to which they have, in a way or another to relate.

And what actually that PhD student could show very easily and very nicely was that we all have these kinds of everyday relations to this kind of abstract information space. It's kind of present, but it's also it also remains kind of abstract, because you can never really fully grasp, fully understand for example, the workings of algorithms and you know that there is a logic in which you actually get information. You get access to services; you get access to spaces. So, to the outside world, within this kind of information bubble, there are all kinds of logics which you don't understand. Because these algorithms or these kind of functionings are not explicit.

So, there's kind of an interesting ambivalent relation to this kind of abstract territory within which we live because it's kind of present, but it's also absent. It's almost kind of distant, but also close. And throughout my whole research on digital technologies, I always came back to this kind of interesting ambiguity between proximity and distance. That's also what I showed, for example, in connection to video surveillance, CCTV. People know there are the cameras, they know that they produce all kinds of images and maybe these images are being watched somewhere we can not really understand fully. So, it remains like an abstract background world within which we know we leave traces, we are kind of present, but without being able to really control that presence.

So, this second territory, this kind of data territory is kind of power related, it's also power loading and it's kind of in interesting ways interacting with the kind of the material territory. So that's just two ways I think in which territory can be relevant to your work.

LPM: For instance, we could I say that somehow there is a dialectical relation? For instance, as I mediate it, I'm not going to mediation because mediation is too intense to me. I'm on mediatization as one tool of mediation, for instance Neuchatel it has the potentiality to somehow rearrange the material space.

KLAUSER: Absolutely

LPM: You talk about bubbles and spheres. I saw something about Sloterdijk how to convene this? Sloterdijk is quite abstract, with a philosophical approach. How was this?

KLAUSER: So actually, I think there are many connections between Raffestin and Sloterdijk, and I started to think about that in a few publications, very recent publications. And so, what Sloterdijk understands by spheres is a kind of relational space of togetherness...

LPM: Like an aura, could I say?

KLAUSER: It's more like a relational constellation. They can be micro constellations, so that's what we would call the bubble. So, it's like the relation between mother and her child or between couples, this kind of very strong family. But they can also be more kind of totalizing. And that's what he calls the globes.

So, the globe is like he would talk, for example, about politically ideologies or religions, these kind of ideas of global togetherness or community of believers, for example, or followers of a of a given political ideology. And what he sets in between these two is what he calls the foam. Which means this kind of very volatile, ever changing, polycentric and kind of very fragile constellations of togetherness in contemporary individualism, so we kind of invest all kinds of forms of togetherness, you know, like sport clubs and local communities and then political fights. But two years later, we're somewhere else again. So, this kind of bubbling, you know, like it's it's popping up but disappearing again.

And what is interesting is that all about relationality. Where the connection with territoriality is very close and it's all about mediated relationality. So, his three spheres books the three volumes, they basically talk about different mediators of human togetherness, the big ideas, the big ideologies and others. And actually, one family of mediators are really important for Sloterdijk is actually the built environment.

LPM: Like Architecture and Foucaults notion of Panopticon.

KLAUSER: Yes, architecture. And actually, in his third volume he talks, for example, about what he calls the foam city. So, he talks about the urban forms that today mediate this kind of foam like society and he talks for example about the apartment. But he also talks about the stadium, as a kind of momentary, collector of togetherness. But it is extremely punctual people come there. This is exactly how he understands the foam idea. So, it's this kind of very changing dynamic and ever evolving way of relating to others.

So, this is exactly what Raffestin would say, this is the way in which territory is about. And he has a wonderful paper, I think he wrote it in 1986, about language and territory. He calls these two like meta-mediators. He says, well, basically, territory and language are always present within the kind of constitution of human relations. And that's exactly of what Sloterdijk would completely agree with this. And in his third volume he really develops a kind of engagement with how physical space could be understood in this form. So, I think in terms of their basic ambition to think about mediated relationality, the two actually are extremely close. [raffestin and Sloterdijk]

LPM: One of the points about media studies, is that somehow, they are very focused on the devices, but somehow you in that paper we worked on you talk about dispositive, apparatus. Do you think this kind of Foucauldian approach could help to understand some media questions? Because, in my opinion, media works very in like in waves. The radio wave, the TV wave, and the turning points. Now we have a Californian approaching and coming other have another about ChatGPT or son. It's kind of a problem because it's a very related to a technology basis. How can we deal with this kind of political approach of device? Because devices are technological of course, but there is also a relational component.

There's one idea of the Perceptron which was the first computer of Rosenblatt in the 50s, kind of a cybernetic device or apparatus. But we can see that somehow nowadays it was the antecessor of the neural network. Which is ChatGPT. Open AI, AI in general, or whatsoever.

The point is, isn't that something changing towards capture. As I have been studied, using cameras and something more structured to capture all the time, capture, perceiving, capture, perceiving, but not with some guy in the tower looking around? Isn't that something changing in the Panopticon for a kind of a perceptron? Can we go this way? What do you think about this?

KLAUSER: You asked a series of questions there.

LPM: Yeah, I'm sorry. I really did it...

KLAUSER: I think I mean; the first one was about this notion or this concept of the dispositive. And I just answer that one and then I talk more about the recent evolutions. I think for me what I like about Foucault's understanding of the dispositive, or apparatus is that it gives us kind of a meta level of analysis. I mean, what he wants to show in his work, in my reading, is that different techniques of power convey different rationalities of acting on other actions. And that's, for example, what he distinguishes in his wonderful lecture On Security and Discipline. And he says, well, discipline is all about the individual. It's all about isolating, imposing a predefined norm. Whereas security is all about this kind of *l'assure*. This liberalist idea of let it go, keeping open, and deriving from reality a kind of a normative model, but which tries to optimize the different components in relation to each other.

So actually, what I think is interesting here is that it allows us to really think about the logics in which specific technologies impact on everyday life. So, there can be a more of disciplinary logic and I would say actually at the very same technology, for example, a camera, can be used either in a very disciplinary way, or in a more kind of security what Foucault would call the security, the biopower.

So, I think for me, Foucault has always been a wonderful inspiration to really think about the logics of functioning of these techniques or and in your case, social media, for example or in my case surveillance technologies. And it helps me to move beyond a mere kind of description of these things to really think about their logics, their rationalities of power. So, what I have actually tried in that paper is to open up a kind of a reflection on the Smartcity as basically a kind of continuation of a kind of liberalist way of governmentality: "letting things flow, basically making flows", yet still regulated governed, optimized.

So, it's all about an inherently liberalist understanding of togetherness. And I think in this sense, it's kind of part of a broader genealogy of organizing society. And the question would be, with more recent

evolutions in technology, artificial intelligence, or all kinds of new things we are talking about, if this is actually yet going further in this direction, yet in even more automated ways.

And I think that's the key challenge, in recent years of technology, basically they accumulate they had generated so much data that humans cannot control that anymore. So, in a way, I think these newest evolutions, they take up this challenge, but which has been coming for a long time ...

LPM: Like in Foucault's Security and Territory he talks about the arising of Statistics and there's a lot of people who say no, ChatGPT is just statistics. Yeah, but of course not. It's something more refined.

KLAUSER: So, the question is now, and many people have actually asked themselves this question: is Foucault's kind of typology, which has never been intended to closed categories, he explicit didn't want it. For him was always a kind of heuristics toll, or can we actually see continuations, accentuations of what Foucault was talking about?

So, one thing which I would like to explore further is the kind of, let's say, the pleasure dimension in a lot of current technologies. Many of these technologies they actually are being used because they are fun to use.

LPM: Like gamification, or UX and UD things. and so forth...?

KLAUSER: Exactly... It started with webcams. It starts even, I think sometimes with very old fashioned stuff now like Facebook and stuff like that. I mean, people did it because they played with it.

LPM: It's kind of interface funny framing.

KLAUSER: Yeah, exactly. And I'm wondering if here this kind of this seductiveness, the thing is, that's not something that's really absent from Foucault's understanding of this kind of Liberalist way of governing and I think that would probably be my direction.

LPM: I always remember the classics. La Boetie, the voluntary servitude It's the kind of both approach of the IT nowadays means. One is this kind of playing playful environment and the other is the utilitarian practical how practical these features are. In a sucha way we cannot live without a smartphone anymore. Oh, yes, I could, but I wouldn't be here for instance. Because this kind of mediation it's in another helm, I think which is our fluxes and somehow not only the individual but fractions of my individuality. This is something that I'm still very thinking about

KLAUSER: So, I think if I was to further push Foucault in that direction I would look into this pleasure dimension and this kind of playfulness. And yet, still, these technologies, of course, they act on our everyday life in, hundred thousand of different ways. Sso they're extremely present and extremely powerful. But they are seductive and really, you know, we like, we love using them. And I think this is really a rationality which is not present in Foucault works of power.

LPM: I was thinking about citizenship and there are lot of questions around, but it's also very related to territory.

KLAUSER: Definitely, yeah, definitely, yeah.

LPM: So, territory and the idea of subject and the idea of the participation has been changing a lot also. So, what do you think about this new kind of digital "netizens" and citizens and denizens? Because somehow in this idea of platform, we see like: superuser, manager, content manager. It's a kind of hierarchy, a contemporary hierarchy, I mean there's a relation with this digital and the material helm ?

KLAUSER: Absolutely, When I go back to the very start of our interview, when I said about these two connections with territory, I mean there is this second one which is that it opens up new digital spaces, like new arenas, for interaction, which of course become very important in terms of forming citizenships

and public domain, forming public debate. But these arenas are in no way neutral. They are produced by...

LPM: Somehow mediated also and profoundly channeled by techniques...

KLAUSER: They are kind of that Latourian notion of the sociotechnical. I mean they are inherently social, and I remember a few years ago, I was on a project a research assistant in the project I had went to Singapore and really got into the IBM Lab in Singapore because that was one of the kind of the big IBM Labs where they developed their kind of smarter cities campaigns.

The basic premise was really to look into these black boxes where the decisions are being taken in terms of how these kinds of informational landscapes, or whatever we want to call them – spaces or arena – how they are actually constructed. And what data come together, how they come together? What kind of algorithms are programmed to make sense of these data? And also, to create inclusions and exclusions, because not everybody is allowed into these arenas in the same way.

LPM: Which comes to the notion of maybe the developers?

KLAUSER: Exactly. So, this is, for me, one of the key issues actually with these kind of evolution in this kind of the increasing digitization and, actually, complexification of these arenas. We ever less understand how they are actually built, because you know what Habermas says in his book on public cafés as spaces of debate. We can understand, well this is a café, we pretty much understand who is allowed to enter, we maybe see some people are in, but we know it we can feel it, we see.

But these arenas, these kinds of digitally mediated arenas, they have all kinds of rules, all kinds of prioritization and hierarchizations, which we actually don't see, we don't understand. So, if you want, the kind of the power to build and to organize them, gets ever more remote, less challenging and less perceived. And for me this kind of lack of transparency and actually understandability is one of the key issues to think about.

LPM: This kind of Babel Tower being produced:

KLAUSER: And I think there is this very powerful discourse which says, well, digitization is democratization.

LPM: It was awesome, but nowadays it's so hard to take it.

KLAUSER: Well I am not sure if actually it ever was, but now it's even less.

LPM: There is a kind of disenchantment with the digital in Media Studies. Firstly, it was very, let's go on digital, which will organize ourselves, Black Life Matters and Occupy Wall Street, and so on ...

KLAUSER: Of course there is also the other side of the coin, because of course people can actually use for their own benefit, as for example, in terms of public resistance and stuff like that. I always have this wonderful image in my head about a massive protest happening in Istanbul and the police had their drones and the manifestors had their drones too, and they both looked at each other.

And I think that's the interesting in Foucault's conception of power. Because he says very clearly: once we talk about power in terms of techniques through which people act on other actions, by definition, these techniques can be socially redistributed. People can actually appropriate themselves these techniques.

And that's brings me back to this idea of the ambiguity of these technologies. So, they are of course inherently kind of power related in terms of what we said before: the developers and these kind of IT guys and the ever less possibility to actually understand the working. But they also in many ways, are empowering. People can actually use them to their own benefits and increase their own visibility, for example. So I think we should avoid trap of only understanding them, as you know, like a dominant kind of interest groups behind IBM and Siemens and Cisco, and these kind of guys and many others, to

really focus in terms of how they intervene in the most micro and most complicated social interactions that kind of evolve in the present day life.

LPM: Another thing I would like to try to talk tis that idea of citizenship leads me to one idea of focal which is this stream from pastorally, them sovereignty and then discipline and biopower. Taking this way, this kind of seeing history genealogic way for the Media Studies. For instance, the pastoral, it's kind of oral but also the written, but the sacred written. Then comes Martin Luther and somehow rearrange it, because there was a problem. And the problem was the heretics because everybody was, like in social media today, saying a lot of, same things, that made no sense, having too much religious noises. And then the press bible apparatus came down and reorganize, reconfigured it. Then of course came journalism is a very liberal device apparatus. And then now we have like the mass media press as a disciplined one. And now we have the digital media.

If we can somehow think on that perspective we can dialogue with territory, for instance, how journal is territorialized? Old guys like me complaining and the kids are just like: "oh forget about paper, man. Just take your smartphone". What do you think about this idea when we got to territory?

Because somehow, I saw the pulpit. If you know the press the book, for instance There is a collateral effect . Think of those kinds of guys who get mad, for instance, Dom Quixote. He got mad for excessiveness of reading Knights Romances.

KLAUSER: I think we understand territory as a social phenomenon, which is not only the state territory, which is not only, you know like the sphere of influence of the nation state, and which has clear borders. I think if we understand it in a Raffestinian way....

LPM: Also, Milton Santos' way...

KLAUSER: Absolutely! I would say these new media, they are still in hugely territorial because they create all kinds of. spatial structures, spatial kind of organizations. But they are much more fluid. I mean the territorial border, you see, because there's a checkpoint there. But still, I think there are many, territorial dimensions about the social media and I think it's a whole research program to really develop, to think about how, how they can change territoriality of their readers.

But for me it would be wrong to say, like 20 years ago, there was this big argument "well, it's the end of Geography. All these new things digital technologists make geography irrelevant. It makes a-spatial in a way". But I would strongly argue against that. We just need a new vocabulary to think about. The spatial and the territorial dimension of that.

LPM: With a digital or informational dimension, maybe.

KLAUSER: And this is where I like concepts like Sloterdijk foam and for example, Zigmud Bauman's liquid society. So, I think we need these kinds of vocabularies, which I think allowed to better capture the kind of the fluidity of yet still inherently spatial functioning.

Finally, I think an important aspect for me is also temporality. The rhythms, the circuits but also, for example, very banal example, extremely banal example is: who is now focusing more than like let's say 30 seconds on any issue? I mean, with the example of the newspaper, people, would sit down and read that newspaper. And it would just be the newspaper and me maybe half an hour, maybe 15 minutes or whatever.

And for me this really opens up new questions in terms of, again, this kind of way of territorializing spaces, of creating relations, of also engaging as citizens with the outside world. And sometimes that would be the critical reading of feel as if is becoming more superficial because of this kind of omnipresence of things. This one focus on one thing has long disappeared.

And also in spatial terms, you know, like you're here, but you relate to hundreds of other places at the same time. Because you read a story relating to this place, then you read something really then you get a call from somebody. So, you're always connected.

LPM: Kind of altering our way of thinking maybe.

KLAUSER: And again, it is about spaces about our way of territorializing spaces evolves. And I think Sloterdijk in his writing on the foam, he got that quite right, actually. I think his creation of these kind of momentary associations of people with spaces through spaces. So, temporality is really being redefined through not only spatiality or territoriality, but also temporality.

LPM: Mackenzie Wark talks about the vectorial space. It's kind of interesting because those machines, they work in the digital environment They don't see how we see. For instance, I can see artistic thing or something emotional. They just do digital circulation and calculations. And she called the vectorialists the people who appropriated this digital dispositifs. She somehow relates space to cybernetics. I don't see Geography talking about cybernetics so much in a critical approach. Because GPS is so amazing and there are a lot of people working on good stuff in there, but somehow acritical, isn't it?

KLAUSER: There is some work on cyberspace. The book by Rob Kitchen and Martin Dodge on Code Space. That's a really influential. Book where they really open up research.

LPM: What about Stephen Graham?

KLAUSER: He is a very good friend of mine. Actually, I worked for five years in Durham, where he was professor. He wrote wonderful pieces. But it's actually old stuff now. But he's one of the kinds of on the software sort of geographies, for example.

If you can read and engage with his work, it's definitely extremely interesting paper by Nigel Thrift, which is The Automatic Production of Space, where he talks about this kind of the working of algorithms in terms of space creators. And so that's also an extremely very classic paper like 20 years old now, but their agenda setting. So, there is a bit of debate about that in geography. But, yeah, there could be more, definitely.

Anexo G2 – Entrevista Francisco Klauser – Português

Entrevista a Prof Dr. Francisco Klauser,
Departamento de Geografia
Univerisdade de Neuchatel, Suíça.

Entrevista Prof. Dr. Francisco Klauser

Universidade de Neuchatel, Suíça

LPM: Estávamos falando antes sobre Raffestin e como ele foi um dos primeiros autores a falar sobre território nesse tipo de relação de poder e essa abordagem muito micro sobre relações de poder, muito próxima de Foucault. Então, como você vê isso? Porque, no meu caso, estou estudando a mediação, um caso especial de mediação que eu poderia chamar de mediação tardia de dispositivos midiáticos sobre a lógica digital. O que significa que, de alguma forma, a mídia era uma espécie de estrutura de transmissão, mas agora é completamente diferente por causa da recursividade, por causa do feedback e porque como o digital está estruturando e gerenciando nossa vida cotidiana. Você acha que isso faz algum sentido? Você acha isso quando você vai para o espaço quando esta volta para o espaço? Isso tem alguns vetores?

KLAUSER: Você tem um estudo de caso específico sobre aplicativos específicos, por exemplo?

LPM: Meu foco é a história do conceito. É uma espécie de revisão de literatura, mas estamos chamando de uma espécie de genealogia. É realmente um pouco generalista, mas por exemplo, bares que fazem paredes “instagramáveis”, então você de alguma forma fica mais visível no Instagram. Ou no Google Maps, quando você identifica algo e de alguma forma navegamos pelo Google Maps hoje em dia, não exatamente sobre isso, mas também. Esse tipo de formação de um eu digital. Então, se existe um eu digital, ele está navegando no espaço digital? Como isso acontece no espaço? Essas ideias, eu também não tenho muita clareza.

KLAUSER: Bem, acho que há muitas conexões com a compreensão de território de Raffestin. E na verdade eu tive um aluno de doutorado anos atrás que trabalhou nas redes sociais e como as redes sociais transformam a nossa relação com a cidade. A ideia desse doutorado, na verdade, era dizer, bem, nós sempre nos relacionamos com os espaços por meio de mediadores específicos. Instrumentos, mas também pensamentos, linguagem. Tudo isso impacta no nosso modo de viver, no espaço de territorialização também, se apropriando desses espaços dentro do nosso cotidiano.

Então, é claro, essa é a própria definição de território para Raffestin. O território é um espaço apropriado e não é apenas o tipo de espaço apropriado pelo Estado, mas por cada pessoa. Todos os indivíduos, todos os grupos sociais, meio que fazemos territórios em nossa vida cotidiana. Então, essas mídias sociais, de muitas maneiras diferentes, se entrelaçam em nossas maneiras de territorializar a exterioridade e o tipo de mundo exterior. E assim, por exemplo, um estudo de caso desse aluno de doutorado estava conduzindo o aplicativo 4Square, no qual você pode ter comentários sobre bares ou restaurantes. De certa forma, esse é o conceito de espaço aumentado. Então você adiciona camadas informativas adicionais nesse espaço, qualificações de informação.

Esse tipo de aumento de espaço, de incrementos digitais informacionais. As pessoas vivem a cidade de maneiras diferentes, porque preferem ir para algum lugar a para outro lugar. E o que é interessante, também, é que há realmente um componente social nisso. Porque também depende das recomendações do seu amigo. Então você também é como no Facebook, exemplo onde você também tem amigos. Então

isso é realmente o que Raffestin chamou de territorialidade, a relação com o espaço, mas também as relações com a alteridade, com os outros.

E, claro, todas essas relações são mediadas, por exemplo, pelas redes sociais. Mas também há inerentemente relações de poder porque eles não são neutros. Excluem espaços, transmitem interesses específicos, interesses comerciais, por exemplo, ou o que quer que seja. Então acho que essa é uma forma de eu relacionar a questão do território com as redes sociais.

E a segunda seria que, na verdade, essas mídias sociais também produzem novos espaços, espaços informacionais, dentro dos quais todos os tipos de relações se desdobram e acontecem. Então nós temos esse tipo de novo ambiente digital dentro do qual as pessoas "vivem", de certa forma, e com as quais elas têm, de uma forma ou de outra, para se relacionar.

E o que realmente aquele doutorando mostrou com muita facilidade e muito bem era que todos nós temos esse tipo de relação cotidiana com esse tipo de espaço abstrato de informação. É meio presente, mas também permanece meio abstrato, porque você nunca consegue entender completamente, por exemplo, o funcionamento dos algoritmos e você sabe que há uma lógica na qual você realmente obtém informações. Você tem acesso a serviços, você tem acesso a espaços. Então, para o mundo exterior, dentro desse tipo de bolha de informação, há todo tipo de lógica que você não entende. Porque esses algoritmos ou esse tipo de funcionamento não são explícitos.

Então, há uma espécie de relação ambivalente interessante com esse tipo de território abstrato dentro do qual vivemos, porque é meio presente, mas também está ausente. É quase meio distante, mas também perto. E ao longo de toda a minha pesquisa sobre tecnologias digitais, sempre voltei a esse tipo de ambiguidade interessante entre proximidade e distância. Foi também o que mostrei, por exemplo, em relação à videovigilância. As pessoas sabem que existem as câmeras, elas sabem que elas produzem todos os tipos de imagens e talvez essas imagens estejam sendo assistidas em algum lugar que não podemos realmente entender completamente. Então, permanece como um mundo de fundo abstrato dentro do qual sabemos que deixamos rastros, estamos meio presentes, mas sem ser capazes de realmente controlar essa presença.

Então esse segundo território, esse tipo de território de dados é meio que relacionado ao poder, também é relação de poder e é meio que de maneiras interessantes interagindo com o tipo de território material. Então, isso é apenas duas maneiras que eu acho em que território pode ser relevante para o seu trabalho.

LPM: Por exemplo, poderíamos dizer que de alguma forma existe uma relação dialética? Por exemplo, como eu faço a mediação, eu não vou para a mediação porque a mediação é muito intensa para mim. Estou na mediatização como uma ferramenta de mediação, por exemplo, Neuchâtel tem a potencialidade de de alguma forma reorganizar o espaço material.

KLAUSER: Com certeza

LPM: Você fala de bolhas e esferas. Eu vi algo sobre Sloterdijk e é bastante abstrato, com uma abordagem filosófica. Como foi isso?

KLAUSER: Então, na verdade, acho que há muitas conexões entre Raffestin e Sloterdijk, e comecei a pensar nisso em algumas publicações, publicações muito recentes. E assim o que Sloterdijk entende por esferas é uma espécie de espaço relacional de "estar junto" [togetherness]...

LPM: Como uma aura, posso dizer?

KLAUSER: É mais como uma constelação relacional. Eles podem ser micro constelações, então é o que chamaríamos de bolha. Então é como a relação entre mãe e filho ou entre casais, esse tipo de família muito forte. Mas também podem ser mais totalizantes. E é assim que ele chama os globos.

Então o globo é como se ele falasse, por exemplo, sobre ideologias ou religiões políticas, esse tipo de ideias de união global ou comunidade de crentes, por exemplo, ou seguidores de uma determinada ideologia política. E o que ele coloca entre esses dois é o que ele chama de espuma. O que significa esse tipo de constelações muito voláteis, em constante mudança, policêntricas e muito frágeis de união no individualismo contemporâneo, então nós meio que investimos todos os tipos de formas de união, você sabe, como clubes esportivos e comunidades locais e depois lutas políticas. Mas, dois anos depois,

estamos em outro lugar novamente. Então esse tipo de borbulhamento, você sabe, como se estivesse aparecendo, mas desaparecendo novamente.

E o interessante é que tudo tem a ver com o relacional. Onde a conexão com a territorialidade é muito próxima e é tudo uma questão de relacionalidade mediada. Então, suas três esferas livros os três volumes, eles basicamente falam sobre diferentes mediadores da união humana, as grandes ideias, as grandes ideologias e outros. E, na verdade, uma família de mediadores é realmente importante para Sloterdijk é realmente o ambiente construído.

LPM: Como a Arquitetura e a noção foucaultiana de Panóptico?

KLAUSER: Sim, arquitetura. E, na verdade, em seu terceiro volume, ele fala, por exemplo, sobre o que chama de cidade da espuma. Então ele fala sobre as formas urbanas que hoje mediam esse tipo de espuma como a sociedade e fala, por exemplo, sobre o apartamento. Mas ele também fala do estádio, como uma espécie de momentâneo, colecionador de união. Mas é extremamente pontual as pessoas chegarem lá. É exatamente assim que ele entende a ideia da espuma. Então é esse tipo de dinâmica muito mutável e uma forma em constante evolução de se relacionar com os outros.

Então é exatamente isso que Raffestin diria, é assim que o território se trata. E ele tem um artigo maravilhoso, acho que ele escreveu em 1986, sobre língua e território. Ele chama esses dois de meta mediadores. Ele diz que, basicamente, território e linguagem estão sempre presentes dentro do tipo de constituição das relações humanas. E é exatamente isso que Sloterdijk concordaria completamente com isso. E em seu terceiro volume ele realmente desenvolve uma espécie de engajamento com como o espaço físico poderia ser entendido dessa forma. Então, acho que em termos de sua ambição básica de pensar a relacionalidade mediada, os dois realmente são extremamente próximos. [raffestin um Sloterdijk]

LPM: Um dos pontos sobre os estudos de mídia, é que de alguma forma eles são muito focados nos dispositivos, mas de alguma forma você nesse artigo em que trabalhamos fala sobre aparelhos, aparelhos. Você acha que esse tipo de abordagem foucaultiana poderia ajudar a entender algumas questões da mídia? Porque, na minha opinião, a mídia funciona muito como em ondas. A onda de rádio, a onda de TV e os pontos de virada. Agora temos um californiano se aproximando e vindo outro sobre ChatGPT ou filho. É um problema porque está muito relacionado a uma base tecnológica. Como lidar com esse tipo de abordagem política de dispositivo? Porque os dispositivos são tecnológicos, claro, mas há também uma componente relacional.

Há uma ideia do Perceptron que foi o primeiro computador de Rosenblatt nos anos 50, uma espécie de dispositivo ou aparelho cibernético. Mas podemos ver que de alguma forma hoje em dia foi o antecessor da rede neural. Que é o ChatGPT. IA aberta, IA em geral, ou o que quer que seja.

A questão é que isso não é algo que muda para a captura. Como venho estudando, usando câmeras e algo mais estruturado para capturar o tempo todo, capturar, perceber, capturar, perceber, mas não com algum cara na torre olhando ao redor? Isso não é algo que muda no Panóptico para uma espécie de perceptron? Podemos ir por esse caminho? O que você acha disso?

KLAUSER: Você fez uma série de perguntas lá.

LPM: Sim, sinto muito. Eu realmente fiz ...

KLAUSER: A primeira foi sobre essa noção ou esse conceito de dispositivo. Respondo essa e depois falo mais sobre as evoluções recentes. Acho que, para mim, o que eu gosto na compreensão de Foucault sobre o dispositivo ou aparato é que ele nos dá uma espécie de metanível de análise. Quer dizer, o que ele quer mostrar em sua obra, na minha leitura, é que diferentes técnicas de poder transmitem diferentes racionalidades de agir sobre outras ações. E é isso, por exemplo, que ele distingue em sua maravilhosa palestra sobre Segurança e Disciplina. E ele diz, bem, a disciplina tem tudo a ver com o indivíduo. Trata-se de isolar, impor uma norma pré-definida. Considerando que a segurança tem tudo a ver com esse tipo de *lasser faire*. Essa ideia liberalista de deixar passar, manter em aberto, e derivar da realidade uma espécie de modelo normativo, mas que tenta otimizar os diferentes componentes em relação uns aos outros.

Então, na verdade, o que eu acho interessante aqui é que isso nos permite realmente pensar sobre as lógicas em que tecnologias específicas impactam na vida cotidiana. Então pode haver uma lógica mais disciplinar e eu diria que na verdade na mesma tecnologia, por exemplo, uma câmera, pode ser usada de uma maneira muito disciplinar, ou em um tipo mais de segurança que Foucault chamaria de segurança, o biopoder.

Então, acho que para mim, Foucault sempre foi uma inspiração maravilhosa para realmente pensar sobre as lógicas de funcionamento dessas técnicas ou, no seu caso, das mídias sociais, por exemplo, ou no meu caso tecnologias de vigilância. E isso me ajuda a ir além de uma mera descrição dessas coisas para realmente pensar sobre suas lógicas, suas racionalidades de poder. Então, o que eu realmente tentei nesse artigo foi abrir uma espécie de reflexão sobre a Smartcity como basicamente uma espécie de continuação de uma espécie de forma liberalista de governamentalidade: "deixar as coisas fluírem, basicamente fazer fluxos", mas ainda regulada governada, otimizada.

Portanto, trata-se de uma compreensão inerentemente liberalista da união. E acho que, nesse sentido, é meio que parte de uma genealogia mais ampla da organização da sociedade. E a questão seria, com as evoluções mais recentes da tecnologia, da inteligência artificial ou de todos os tipos de coisas novas de que estamos falando, se isso realmente ainda está indo mais longe nessa direção, mas de maneiras ainda mais automatizadas.

E acho que esse é o principal desafio, nos últimos anos de tecnologia, basicamente eles acumulam que geraram tantos dados que os humanos não podem mais controlar isso. Então, de certa forma, acho que essas novas evoluções, elas assumem esse desafio, mas que vem aí há muito tempo...

LPM: Como em Segurança e Território, de Foucault, ele fala sobre o surgimento da Estatística e tem muita gente que diz: olha, o ChatGPT é só estatística. Sim, mas claro que não só isso. É algo mais refinado?

KLAUSER: Então a questão é agora, e muitas pessoas realmente se fizeram esta pergunta sobre os conceitos de Foucault, que nunca teve a intenção de fechar categorias, ele foi explícito de que não queria. Para ele sempre foi uma espécie de heurística. Mas podemos realmente ver continuações, acentuações do que Foucault estava falando? Então, uma coisa que eu gostaria de explorar mais é o tipo, digamos, da dimensão do prazer em muitas tecnologias atuais. Muitas dessas tecnologias estão sendo usadas porque são divertidas de usar.

LPM: Como gamificação, ou coisas de UX e UD. e assim por diante...?

KLAUSER: Exatamente... Começou com webcams. Começa mesmo, acho que às vezes com coisas muito antiquadas agora como o Facebook e coisas assim. Quer dizer, as pessoas fizeram isso porque brincaram com isso.

LPM: É uma espécie de enquadramento plo prazeroso e divertido da interface?

KLAUSER: Sim, exatamente. E eu fico me perguntando se aqui esse tipo de sedução, a questão é se isso não é algo que está realmente ausente da compreensão de Foucault desse tipo de forma liberalista de governar. Acho que essa provavelmente seria a minha direção.

LPM: O que remete a La Boetie e a questão da servidão voluntária é o tipo de abordagem de ambos os meios de TI hoje em dia. Um deles é esse tipo de ambiente lúdico e o outro é uma prática utilitária de como esses recursos são práticos. Dessa forma, não podemos mais viver sem um smartphone. Bem, sim, até poderia, mas eu não estaria aqui, por exemplo. Porque esse tipo de mediação está em outro âmbito, avaliando quais são os nossos fluxos e, de alguma forma, não só o indivíduo, mas frações da minha individualidade. Isso é algo em que ainda estou pensando muito

KLAUSER: Então eu acho que se eu fosse levar Foucault ainda mais nessa direção, eu olharia para essa dimensão do prazer e esse tipo de divertimento [playfulness]. E, no entanto, ainda assim, essas tecnologias, é claro, atuam em nossa vida cotidiana de centenas de milhares de maneiras diferentes. Então eles são extremamente presentes e extremamente poderosos. Mas eles são sedutores e realmente,

you know, we like them, we love using them. I think that this is really a rationality that is not present in the works of Foucault.

LPM: Eu estava pensando em cidadania e há muitas questões por aí, mas também está muito relacionado ao território.

KLAUSER: Definitivamente, sim, definitivamente, sim.

LPM: Então o território e a ideia de sujeito e a ideia de participação vem mudando muito também. E aí, o que achou desse novo tipo de "internautas" digitais [netzens] e cidadãos [citizens] e moradores [denizens]? Porque de alguma forma nessa ideia de plataforma, a gente vê como: superusuário, gerente, gerenciador de conteúdo. É uma espécie de hierarquia, uma hierarquia contemporânea, quer dizer, há uma relação com esse digital e o a dimensão material?

KLAUSER: Com certeza, quando volto ao início da nossa entrevista, quando falei sobre essas duas conexões com o território, quero dizer que há essa segunda que é que ela abre novos espaços digitais, como novas arenas, para a interação, que naturalmente se tornam muito importantes em termos de formação de cidadanias e domínio público, formação de debate público. Mas essas arenas não são de forma alguma neutras. Eles são produzidos por...

LPM: De alguma forma mediada também e profundamente canalizada por técnicas...

KLAUSER: São uma espécie de noção latouriana do sociotécnico. Quero dizer, eles são inerentemente sociais, e eu me lembro de alguns anos atrás, eu estava em um projeto como assistente de pesquisa no projeto que eu tinha ido para Cingapura e realmente entrei no IBM Lab em Cingapura porque esse era um dos tipos de grandes IBM Labs onde eles desenvolveram seu tipo de campanhas de cidades mais inteligentes.

A premissa básica era realmente olhar para essas caixas-pretas onde as decisões estão sendo tomadas em termos de como esse tipo de paisagem informacional, ou o que quer que queiramos chamá-las – espaços ou arena – como elas são realmente construídas. E que dados se juntam, como se juntam? Que tipo de algoritmos são programados para dar sentido a esses dados? E também para criar inclusões e exclusões, porque nem todos podem entrar nessas arenas da mesma maneira.

LPM: e talvez quem acesse sejam os desenvolvedores?

KLAUSER: Exatamente. Então, essa é, para mim, uma das questões-chave com esse tipo de evolução nesse tipo de digitalização crescente e, na verdade, complexificação dessas arenas. Cada vez menos entendemos como eles são realmente construídos, porque você sabe o que Habermas diz em seu livro sobre os cafés públicos como espaços de debate. Podemos entender, bem, este é um café, nós entendemos razoavelmente os códigos: quem pode entrar, talvez vejamos algumas pessoas que estão dentro, mas sabemos que podemos sentir isso, nós vemos.

Mas essas arenas, esse tipo de arenas mediadas digitalmente, elas têm todos os tipos de regras, todos os tipos de priorização e hierarquizações, que na verdade não vemos, não entendemos. Então, se você quiser, o tipo de poder de construí-los e organizá-los, fica cada vez mais remoto, menos desafiador e menos percebido. E para mim esse tipo de falta de transparência e de compreensão é uma das principais questões a se pensar.

LPM: Este tipo de Torre de Babel sendo produzido:

KLAUSER: E eu acho que há esse discurso muito poderoso que diz, bem, digitalização é democratização.

LPM: Um discurso muito sedutor no início da internet, mas hoje em dia é tão difícil de sustentar.

KLAUSER: Bem, não tenho certeza se realmente se algum dia foi, mas agora é ainda menos.

LPM: Há uma espécie de desencanto com o digital nos Estudos de Mídia. Em primeiro lugar foi muitoentusiasta tipo: “vamos todos ao digital, organizar as lutas: Black Life Matters e Occupy Wall Street, e assim por diante...”

KLAUSER: Claro que há também o outro lado da moeda, porque é claro que as pessoas podem realmente usar para seu próprio benefício, como por exemplo, em termos de resistência pública e coisas assim. Eu sempre tenho essa imagem maravilhosa na minha cabeça sobre um protesto massivo acontecendo em Istambul e a polícia tinha seus drones e os manifestantes tinham seus drones também, e ambos se olharam.

E acho que esse é o interessante na concepção de poder de Foucault. Porque ele diz muito claramente: uma vez que falamos de poder em termos de técnicas através das quais as pessoas agem sobre outras ações, por definição, essas técnicas podem ser redistribuídas socialmente. As pessoas podem realmente se apropriar dessas técnicas.

E isso me traz de volta a essa ideia da ambiguidade dessas tecnologias. Então, é claro que eles são inerentemente um tipo de poder relacionado em termos do que dissemos antes: os desenvolvedores e esse tipo de pessoal de TI e a possibilidade cada vez menor de realmente entender o funcionamento. Mas eles também, em muitos aspectos, são empoderadores. As pessoas podem realmente usá-los para seus próprios benefícios e aumentar sua própria visibilidade, por exemplo. Então, acho que devemos evitar a armadilha de apenas entendê-los, como você sabe, como um tipo dominante de grupos de interesse por trás da IBM e Siemens e Cisco, e esse tipo de caras e muitos outros, para realmente nos concentrarmos em termos de como eles intervêm nas interações sociais mais micro e mais complicadas que meio que evoluem na vida atual.

LPM: Outra coisa que eu gostaria de tentar falar é que a ideia de cidadania me leva a uma ideia de foco que é essa passagem da pastoralidade, da soberania e depois da disciplina e do biopoder. Tomando esse caminho, esse tipo de ver a história de forma genealógica para os Estudos de Mídia. Por exemplo, a pastoral, é meio oral, mas também a escrita, mas a escrita sagrada. Depois vem Martinho Lutero e de alguma forma reorganiza, porque havia um problema. E o problema eram os hereges, porque todo mundo estava, como nas redes sociais hoje, dizendo muitas coisas iguais, que não faziam sentido, tendo muitos ruídos religiosos. E aí o aparato da imprensa desceu e reorganizou, reconfigurou. Depois, claro, veio o jornalismo é um aparelho muito liberal. E agora temos como a imprensa dos meios de comunicação de massa como uma imprensa disciplinada. E agora temos os meios digitais.

Se pudermos de alguma forma pensar nessa perspectiva podemos dialogar com o território, por exemplo, como a revista é territorializada? Velhos como eu reclamando e as crianças ficam tipo: "ah, esquece o papel, cara. Basta levar seu smartphone". O que você acha dessa ideia quando chegamos ao território?

Porque de alguma forma eu vi o púlpito. É você saber a imprensa o livro, por exemplo, há um efeito colateral. Pense nesses tipos de caras que ficam bravos, por exemplo, Dom Quixote. Ele ficou bravo pelo excesso de ler romances de cavalaria.

KLAUSER: Eu acho que nós entendemos o território como um fenômeno social, que não é apenas o território do Estado que não é só, você sabe como a esfera de influência do Estado-nação, e que tem fronteiras claras. Acho que se entendermos de uma forma raffestiniana...

LPM: Também por Milton Santos...

KLAUSER: Com certeza! Eu diria que essas novas mídias, elas ainda estão em um território enorme, porque elas criam todos os tipos de estruturas espaciais, organizações espaciais. Mas eles são muito mais fluidos. Refiro-me à fronteira territorial, você vê, porque há um posto de controle lá. Mas ainda assim, acho que há muitas dimensões territoriais sobre as mídias sociais e acho que é todo um programa de pesquisa para realmente desenvolver, pensar em como, como elas podem mudar a territorialidade de seus leitores.

Mas para mim seria errado dizer, como há 20 anos, que havia esse grande argumento "bem, é o fim da Geografia. Todas essas coisas novas tornam a geografia irrelevante. Faz um a-espacial de certa forma".

Mas eu argumentaria fortemente contra isso. Só precisamos de um novo vocabulário para pensar. A dimensão espacial e territorial disso.

LPM: Com uma dimensão digital ou informacional, talvez.

KLAUSER: E é aqui que gosto de conceitos como a espuma de Sloterdijk e, por exemplo, a sociedade líquida de Zygmunt Baumann. Então, acho que precisamos desse tipo de vocabulário, que acho que permitiu capturar melhor o tipo de fluidez do funcionamento ainda inerentemente espacial.

Por fim, acho que um aspecto importante para mim também é a temporalidade. Os ritmos, os circuitos, mas também, por exemplo, exemplo muito banal, exemplo extremamente banal é: quem agora está focando mais do que digamos 30 segundos em qualquer questão? Quer dizer, com o exemplo do jornal, as pessoas sentavam e liam aquele jornal. E seria apenas o jornal e eu talvez meia hora, talvez 15 minutos ou o que quer que seja.

E para mim isso realmente abre novas questões em termos de, novamente, esse tipo de forma de territorializar espaços, de criar relações, de também se envolver como cidadão com o mundo exterior. E às vezes essa seria a leitura crítica do sentimento como se estivesse se tornando mais superficial por causa desse tipo de onipresença das coisas. Este foco em uma coisa desapareceu há muito tempo.

E também em termos espaciais, você sabe, como você está aqui, mas você se relaciona com centenas de outros lugares ao mesmo tempo. Porque você lê uma história relacionada a este lugar, então você lê algo realmente e recebe uma ligação de alguém. Então você está sempre conectado.

LPM: Meio que alterando nossa maneira de pensar talvez.

KLAUSER: E novamente, trata-se de espaços sobre a nossa forma de territorializar os espaços evoluir. E acho que Sloterdijk em sua escrita sobre a espuma, ele acertou em cheio, na verdade. Acho que a criação dele desse tipo de associação momentânea de pessoas com espaços através de espaços. Assim, a temporalidade está realmente sendo redefinida através não apenas da espacialidade ou territorialidade, mas também da temporalidade.

LPM: Mackenzie Wark fala sobre o espaço vetorial. É meio interessante porque essas máquinas, elas trabalham no ambiente digital e não veem como a gente vê. Por exemplo, eu consigo ver aspectos artísticos ou emocionais. Elas apenas fazem circulação digital e de cálculos. A Wark chamou os vetorialistas de pessoas que se apropriaram desses dispositivos digitais. Ela, de alguma forma, relaciona o espaço à cibernética. Não vejo a Geografia falando tanto de cibernética em uma abordagem crítica. Porque o GPS é tão incrível e tem muita gente trabalhando em coisas boas lá dentro, mas de alguma forma acrítica, não é?

KLAUSER: Há algum trabalho sobre o ciberespaço. O livro de Rob Kitchen e Martin Dodge, Code Space. Isso é muito influente. Livro onde eles realmente abrem a pesquisa

LPM: E Stephen Graham?

KLAUSER: Ele é um grande amigo meu. Na verdade, trabalhei por cinco anos em Durham, onde ele era professor. Escreveu peças maravilhosas. Mas na verdade são coisas antigas agora. Mas ele é do tipo de geografia do tipo software, por exemplo.

Se você pode ler e se envolver com seu trabalho, é definitivamente extremamente interessante o artigo de Nigel Trifith, que é The Automatic Production of Space, onde ele fala sobre esse tipo de funcionamento dos algoritmos em termos de criadores do espaço. E esse também é um artigo extremamente clássico como 20 anos agora, mas sua definição de agenda. Então, há um pouco de debate sobre isso na geografia. Mas, sim, definitivamente poderia haver mais.

Anexo H1 – Entrevista Helena Atteneder – Inglês

Interview on Helena Atteneder
Department of Media Studies University of Tübingen
Tampere, dia?

LPM: As we talked previously this research is about this relation of mediatization and territorialization, but also the citizenship. The idea of the that guy who's living his everyday life sometimes in coercions and sometimes producing agency. You are doing research on commuting and the agency of commuting, focused on the person who uses the public transport, how he deals with this breaking. How do you see generically on this triangle this needing of living in a mediated space, but also in a territory where mediation?

ATTENEDER: That's a tough question so much packed in. What I learned from the conference and I'm starting now with mediatization territory and citizenship . So, from the conferences is that there are so many different takes on mediatization. So having that said, I have to say that my take on this is very, from my university background.

I have a very Eurocentric take on mediatization. It should be broadened up so from my current perspective I don't feel comfortable anymore to to say anything about the concept of mediatization. Rather, we should speak of it at different concepts, different mediatization concepts. So, it's not one thing anymore. But of course, in the social constructivist tradition, like for example Hepp does, about this ubiquitous of media, or the becoming even more ubiquitous over time.

There's a lot to criticize, maybe on the concept itself, and one main point might be that it's not critical enough and it's like we should add layers of what is the economic background of this term? We talked a lot about data appropriation or who is to write and who own the data and whose data is it anyway? For example, just to give you an idea of what I mean by a critical background and the economic circumstances that we were talking about. And then it links quite well to the concept of territory.

LPM: Territory in the first ideas was based on city, then the nation. Is it a new kind of urban regime, a new kind of circulations? We somehow live in moment that territory is also integration and globalization and power relations.

ATTENDER: Exactly territory is changing. I mean territory is a power relation is is at least as I understand the power relation in space. inscribe to it. So, if you can understand territories in a special appropriated space in some way or by someone, or by something.

So, if when you talk about cities or nation states, these are quite not the city, but nation states it's regarding the history of men its like a very new concept.

LPM: ...related to the modernity...

ATTENDER: Yeah, exactly. So, it's a quite a new concept on how to frame things, maybe or put people and things into containers. What we could take maybe from critical geography also is that we should move away from this container perspective. I think space is more as something socially constructed or culturally constructed and reconstructed, and then something very fluid and changeable. Which does mean that there are borders and there are restrictions, but they might not be the same physical spaced and like this nation states anymore. And maybe this links quite well to the notion of citizenship when we had for example in Europe, in the European Union, this Schengen upcoming.

Like this agreement that you can work and travel through all these states without having to apply for visa and all those stuffs. But what we realized last years or so is that how fragile these achievements are. That would call it achievement, that you can just work or travel wherever you want .Although it's just a very small area, we just talk of Europe.

It's very small regarding the size of other spaces around the world, but nevertheless I think it is an achievement to being able to just move around freely. With this multiple crisis we had, we see how fragile these achievements. We have for example, not just migration crisis, but the pandemic and so on. And suddenly there are border controls reinstalled or there are restrictions that we were not used to previously.

LPM: For instance, I'm thinking in something that we use a lot in media studies with the gatekeeping idea. The gate is something very related to the city. It's a methafore off a city of of enclosure. And now we can talk about checkpoint. I mean the flux and how you just control the passage. You don't need to block You just go, but I know where you're going. I can trace you.

ATTENEDER: I mean that's what we can experience with all this technology where tracking is easy. So, the border is not a physical border anymore. It has become more like a fluid thing that you always carry with you around voluntarily. And if you like Foucault

LPM: Well, I'm quite embedded to his work...

ATTENEDER: Hiss notion of these technologies of the self and where he talks about how we use technology to get aware of oneself, for example, and to use it for one's needs but also this internalization of power structures.

That's what I mean when I say that we carry the borders with us, so we are at any point vulnerable or reminded that we are kind of watched and we are surveilled and traced and so we act upon it, we have internalized this notion that border is everywhere, so it's quite metaphorical. But that might

LPM: the border can be everywhere. isn't it this kind of possibility? Like, you know, you have been watching. This little card close to the camera: "smile you've been watching. Or watch out, don't do nothing wrong... etc" I've seen one paper maybe it's not new that you talk about Foucault and media.

ATTENEDER: I mean, the main idea of the paper was to. think about power and how power relations change through the introduction of media technologies. Back then, it was much clearer that we could speak of Geomedia technologies of media that inherited a certain kind of location based something. What is different now is that as we've heard in several keynotes and discussions, it's everywhere now. We have this kind of environmental view of media and it's like you cannot determine anymore whether to talk of media as with or without location based something or not. That's different now, but, but nevertheless I think the idea that power relations change with the constant integration of location technology into our everyday lives, well, I think that remains. I mean that there was this concept of geomediatization, which is kind of this implementation geomediatization in all aspects of our lives.

LPM: One another important question for me is the critics of Smartcity. It is a very important concept, especially for urban planning for architects, but also for sociologists and geography, mostly critical geography, but also media studies are somehow getting a little bit disappointed with this smartcity promise and the smart city effectiveness,

A geographer,that I'm using, Newton Santos say that everything comes first as a promise, but they have to deal with the materiality of space.When the things goes to space, the things not always goes as planned. How do you see this moment of the idea of smart city because somehow smart city combines media, geomedia, internet and it and changing the idea of city in itself kind of of a citizenship based in information fluxes.

ATTENEDER: First of all, there is not the smart city concept. There are so many concepts by a lot of different people. But one major strand was maybe IBM and this Smartcity initiative where they were they try to sell their stuff to cities. So, in that sense I think it's like a marketing label. It is a marketing

campaign to sell technology to city administrations. And in that sense, it became kind of a maybe you could call it narrative around all these terms like efficiency and sometimes climate change, environmental impact etcetera.

Like they were all connected. But I think they are sometimes just used to justify this label overall. And it's like if you look at this efficiency promise more on a detail, then it's in my opinion, you will always have to ask: Ok what does it mean exactly and for whom is it better than? And who is left behind or who does not profit from this efficiency?

LPM: Which brings us to the question of citizenship?

ATTENDER: Also, citizenship but also this huge distinction between those ideas of smart cities that we see that are kind of this utopian from tech companies, utopian ideas of complete surveillance and flying cars and mobility as a service. And then we see "reality". You don't see that.

And cities, grew. I mean, like city, the concept of the city itself is like grown concept that, grew organically at one place. But it's not. It is culturally and it is socially, and it is political and it's historical and it's everything. The idea of having a smart city concept and then kind of throwing it on a real existing city to just change it. It's so obvious that it has to go wrong because you have these grown structures, you have people.

And it's why we have this huge gap between city planners talking about smart city strategies and then the citizens of the city who don't even know what smart city means or what would it mean. Or then you have these initiatives, of for example, having a smart ticket machine for public transport. Is this smart city or is it just a form of digitalization?

I really want to question this label, this smart city label, because who benefits from it? Is who wants to sell something to us?

I really think you have to criticize this trope of optimization that comes with this smart city. This narrative, the idea of optimizing things. Because what does optimization mean anyway? That's the first thing. And does it mean to get faster from A to B and then who is prioritized? If you if you speak for example of faster transportation. What is the goal? What is the overall goal to make transportation like public goods for as much people as possible accessible? Or is the idea to have a public transportation privately owned by private companies who just want to sell the idea while the background is they just want to capture your data and when optimization becomes something for prioritizing a certain group of people.

LPM: In this sense there are some topics really interesting about platform and the relation it has with the idea of the first idea of network and how it evolved or changed to some kind of kind of enclosure of internet. But also, the idea that somehow platforms can somehow in some moments assume the dimension of infrastructures and all the discussions it comes with, because infrastructure sometimes are used by everybody, we need infrastructures. I need water supply; I need the energy supply. Is it private? Is it public? Is it corporate owned? It's owned thing? I mean, how do you see this evolving?

ATTENDER: Yeah, that's an interesting question. You mean in the classic sense of geographic information systems that you just find out best place for a new supermarket or like that you have to GPS mark .

LPM: In the beginning of this digital dimension, sure. But now the things go more intense because somehow those platforms like Uber or Airbnb, they have some kind of monopoly. Some people are talking about monopsony, which could be something different.

ATTENDER: Or maybe it's more of an oligopoly. They are not monopolies because we have this big five, you know. GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple and Microsoft) and they are just dividing the market in different sections under this five huge corporations. So, they are like accepting each other because every one of this platform has their own huge market. They don't accept any upcoming new startups or players or just they just would buy it or incorporate it into their huge ecosystems.

Like, Uber or something. And I think it's really important to ask which goods should be publicly owned or publicly controlled. Basic goods like drinking water or basic infrastructure and, of course in my

opinion it would of course be public transport that is accessible and housing, affordable housing. Most important stuff we need so. And you always have to question who should own or who should provide those things and what we sometimes see now with this smart city, and then we come back to this concept with this smart city concept that that city administrators feel overwhelmed and have a lack of money or resources and then they think, OK, it's convenient to privatize certain sectors let's say, public transport and we don't have to take care of it.

But what happens then is that after you have privatized public transport and it's gotten on business with interest of raising profits. So, then it's not a public good anymore. It's not the interest to be there for as much people as possible, but to make as much profit as possible. And what I think is like it's connected to those platforms like Uber or Airbnb they have a quite interesting idea behind that is, most of the time, using things that are already there and making it easy and accessible. But then as it becomes something like an exploitative mechanism. In terms of working conditions for the people, but also in terms of exploiting the like the city structures or the citizens. Just look for the problems with Airbnb raising pricing for housing and so.

LPM: One thing that I'm interested in my research also is this notion of citizenship that somehow there have been a lot of studies about commodification and market relations as somehow the citizen had increasingly assumed a consumer dimension, seeing as a consumer. But now people some studies suggests that this goes a little further. It's not any more about consumer, but users, citizen as users. I think it's something weird in my opinion, but I somehow feel that I'm a user of Gmail. And I somehow would like to have some rights over my own Gmail, i mean that citizenship individual rights. And all those dimensions of rights of economics, but also of agency. But somehow this kind of thinking of user could be constraining citizenship and civic agency. What are your thoughts about this enclosure of the of the subject in the user frame.

ATTENEDER: Coupling citizenship with consumerism is hugely problematic because it cuts away all the other.

LPM: But neoliberalism has some of it's a little bit about this...

ATTENEDER: Yeah, sure. I mean like neoliberalism is directly connected to it. Because then you have this notion of you just have to try hard enough and then you can. Everything. Which is of course not true. Like this entrepreneurial idea of everyone can reach everything if he or she is just trying hard. And which is of course not true, because it undermines all the inequalities we have and I would argue for a much broader approach to citizenship that is not kind of like a person that passively receive services as a user, which is to me quite passive term, in sense, of ok, I receive services but I would broaden it up exponentially to not just having rights, but also having duties as a citizen. Being responsible also, you know like.

LPM: Rights and duties...

ATTENEDER: Both, rights and duties. So, it might mean it's a very old notion. Yeah, but it's very old. Yeah, that's the basic one. But I think it's still a good one.

LPM: It's a kind of commitment also. Being a citizen has a lot of commitments.

ATTENEDER: Yeah, it the commitment, the responsibility, but not in the neoliberal term that you can say you just throw all the responsibility to the individuals not in that sense. But that you have structures and functioning structures that provide every person with the he mostw ays to live a good life if you will like.

LPM: Would you like to just one question in your research, did you have any insight of some questions of using of public transportations and feeling like a user of the public system or feeling like a citizen. I mean when things go wrong, everybody feels like a citizen. This is wrong. I pay the taxes but whom thing

goes fine they don't want to think about it. It seems it's part of utilitarianism that I was talking that, if it works, ok, but I don't I complain. What are ours insights from what you are grasping in that?

ATTENEDER: I'm not sure whether I can, see how it would be constructed to have a connection between my research and the topics that that you have. Because I think your topics are more on the meta level, very broad theoretical. What in my research more or less do is very much down on the micro perspective of the individuals and their micro habits. So, if you will, of course they are connected, you always have this structures that are connected to the individual habits and like. What I mean is there are a lot of concepts around it, but of course they're connected. But I think it's like not so easy to say there is this one connection or you can just draw a conclusion from this to that. Just one thing, maybe I think it's very important to ground empirical work on strong theories and vice versa. It's just maybe one thing I would like to add.

LPM: Ok, thank you

Anexo H2 – Entrevista Helena Atteneder – português

Entrevista sobre Helena Atteneder
Departamento de Estudos de Mídia Universidade de Tubingen
Tampere, dia?

LPM: Como falamos anteriormente, esta pesquisa é sobre essa relação de mediação e territorialização, mas também sobre a cidadania. A ideia é entender um pouco sobre o dia a dia de pessoas ora por coerções ora produzindo agenciamento. Você está fazendo uma pesquisa sobre o deslocamento e focando na pessoa que usa o transporte público, como ela lida com essas dimensões. Como você vê genericamente nesse triângulo essa necessidade de viver em um espaço mediado, mas também em um território onde a mediação atua?

ATTENEDER: Essa é uma pergunta difícil. Vou começar a resposta falando sobre território, mediação e cidadania. Então, a partir das conferências aprendi que há tantas visões diferentes sobre a mediação. Dito isto, devo dizer que a minha opinião sobre isto é muito, muito da minha formação universitária. Tenho uma visão muito eurocêntrica da mediação. Deveria ser ampliado para que, do meu ponto de vista atual, eu não me sinta mais confortável para dizer nada sobre “o” conceito de mediação. Antes, devemos falar dela em diferentes conceitos de mediação. Mas é claro que na tradição construtivista social, como por exemplo Hepp aborda, sobre essa onipresença da mídia, ou o tornar-se ainda mais onipresente ao longo do tempo há muito o que criticar, talvez sobre o conceito em si, e um ponto principal pode ser que ele não é crítico o suficiente. É como se devêssemos adicionar camadas como: qual é o contexto econômico desse termo?; abordamos sobre apropriação de dados ou quem deve escrever e quem é o dono dos dados e de quem são os dados? Por exemplo, só para dar uma ideia do que quero dizer, com um contexto crítico e as circunstâncias econômicas de que estávamos a falar. E aí se liga muito bem ao conceito de território.

LPM: O território nas primeiras ideias era baseado na cidade, depois na nação. É um novo tipo de regime urbano, um novo tipo de circulação? De alguma forma, vivemos um momento em que o território é também integração e globalização e relações de poder

ATTENDER: Exatamente o território está mudando. Quero dizer que o território é uma relação de poder, pelo menos como eu entendo como a relação de poder se inscreva no espaço. Então, se você consegue entender territórios em um espaço especial apropriado de alguma forma ou por alguém, ou por algo. Então, se quando você fala de cidades ou estados-nação, estes não são exatamente a cidade, mas os estados-nação é em relação à história dos homens como um conceito muito novo.

LPM: relacionado à modernidade...

ATTENDER: Sim, exatamente. Então é um conceito bastante novo sobre como enquadrar coisas, talvez ou colocar pessoas e coisas em contêineres. O que poderíamos tirar talvez da geografia crítica também é que, deveríamos nos afastar dessa perspectiva de contêiner. Acho que o espaço é mais como algo socialmente construído ou culturalmente construído e reconstruído, e então algo muito fluido e mutável. O que significa que há fronteiras e há restrições, mas elas podem não ser mais o mesmo espaço físico e como este Estado-nação. E talvez isso se ligue muito bem à noção de cidadania quando tivemos, por exemplo, na Europa, na União Europeia, este Espaço Schengen em ascensão, este acordo que você pode trabalhar e viajar por todos esses estados sem ter que solicitar visto e todas essas coisas. Mas o que percebemos nos últimos anos é o quanto essas conquistas são frágeis. Eu chamaria de conquista, o fato de você poder simplesmente trabalhar ou viajar para onde quiser. Embora seja apenas uma área muito

pequena, pois falamos apenas da Europa. É muito pequeno em relação ao tamanho de outros espaços ao redor do mundo,

E, no entanto, acho que é uma conquista poder se movimentar livremente. Com essa crise múltipla que tivemos, vemos o quanto essas conquistas são frágeis. Temos, por exemplo, não só a crise migratória, mas a pandemia e assim por diante. E, de repente, há controles fronteiriços reinstalados ou há restrições a que não estávamos habituados anteriormente.

LPM: Por exemplo, estou pensando em algo que usamos muito em estudos de mídia com a ideia de gatekeeping. O portão é algo muito relacionado à cidade. É uma metáfora de um cercamento da cidade, de um confinamento. E agora podemos falar de checkpoint. Refiro-me ao fluxo e como você apenas controla a passagem. Você não precisa bloquear, você simplesmente vai, monitorar, pois você só precisa saber onde essa pessoa está indo, pode rastreá-lo.

ATTENEDER: É isso que experimentamos com toda essa tecnologia onde o rastreamento é fácil. Portanto, a fronteira não é mais uma fronteira física. Tornou-se mais como uma coisa fluida que você sempre carrega com você voluntariamente. E se você gosta de Foucault

LPM: Bem, eu estou bastante mergulhado no trabalho dele...

ATTENEDER: A noção foucaultiana dessas tecnologias de si, do self e onde ele fala sobre como usamos a tecnologia para tomar consciência de si mesmo, por exemplo, e usá-la para suas necessidades, mas também essa internalização das estruturas de poder. É isso que quero dizer quando digo que carregamos as fronteiras conosco, então estamos em qualquer momento vulneráveis ou lembrados de que somos meio vigiados e rastreados e então agimos de acordo com isso, internalizamos essa noção de que fronteira está em toda parte, então é bastante metafórico.

LPM: a fronteira pode estar em todos os lugares. Não é esse tipo de possibilidade? Tipo, você sabe, você tem assistido. Este cartãozinho perto da câmera: "sorria que você está assistindo. Ou cuidado, não faça nada de errado... etc" Eu vi um artigo, talvez não seja novo que você fale sobre Foucault e a mídia.

ATTENEDER: Quer dizer, a ideia principal do artigo era pensar sobre o poder e como as relações de poder mudam com a introdução de tecnologias de mídia. Naquela época, era muito mais claro que poderíamos falar de tecnologias de geomídia, de mídias que continham um certo tipo de localização baseada em algo.

O que é diferente agora é que, como ouvimos em várias palestras e discussões, esta capacidade de geolocalizar está em todos os lugares agora. Temos esse tipo de visão de ambiente de mídia e é como se você não pudesse mais determinar se deve falar de mídia sempre baseada em localização. Isso é diferente agora, mas, no entanto, acho que a ideia de que as relações de poder mudam com a constante integração da tecnologia de localização em nossas vidas cotidianas, bem, acho que isso permanece. Quero dizer que esse conceito de geomidiatização, que é uma espécie de implementação da geomidiatização em todos os aspectos de nossas vidas em curso.

LPM: Outra questão importante para mim são os críticos do Smartcity. É um conceito muito importante, especialmente para o planejamento urbano para arquitetos, mas também para sociólogos e geografia, principalmente geografia crítica, mas também os estudos de mídia estão de alguma forma ficando um pouco decepcionados com essa promessa de cidade inteligente e a eficácia da cidade inteligente, Um geógrafo, que estou usando, Newton Santos diz que tudo vem primeiro como uma promessa, mas eles têm que lidar com a materialidade do espaço. Quando as coisas vão para o espaço, nem sempre as coisas saem como planejado. Como você vê esse momento da ideia de cidade inteligente porque de alguma forma cidade inteligente combina mídia, geomídia, internet e It e mudando a ideia de cidade em si uma espécie de cidadania baseada em fluxos de informação.

ATTENEDER: Em primeiro lugar, não existe o conceito de cidade inteligente. Há tantos conceitos de muitas pessoas diferentes. Mas uma vertente importante talvez tenha sido a IBM e essa iniciativa

Smartcity, onde eles estavam tentando vender suas coisas para as cidades. Então, nesse sentido, acho que é como um rótulo de marketing. É uma campanha de marketing para vender tecnologia para as administrações municipais. E, nesse sentido, tornou-se uma espécie de narrativa em torno de todos esses termos como eficiência e, às vezes, mudanças climáticas, impacto ambiental etc.

Como se estivessem todos conectados. Mas acho que às vezes eles são usados apenas para justificar esse rótulo em geral. E é como se você olhasse para essa promessa de eficiência mais em um detalhe, então é na minha opinião, você sempre teria que perguntar: Ok, o que significa exatamente e para quem é melhor? E quem fica para trás ou quem não lucra com essa eficiência?

LPM: O que traz. O que nos leva à questão da cidadania?

ATTENDER: Também cidadania, mas também essa enorme distinção entre aquelas ideias de cidades inteligentes que vemos que são meio utópicas das empresas de tecnologia, ideias utópicas de vigilância completa e carros voadores e mobilidade como serviço. E aí vemos a "realidade". Você não vê isso

E as cidades cresceram. Quero dizer, como cidade, o conceito de cidade em si é como um conceito crescido que, cresceu organicamente em um lugar. Mas não é só isso. A cidade deve ser abordada culturalmente, socialmente, pelo político, o histórico. A ideia de ter um conceito de cidade inteligente e depois meio que jogá-lo em uma cidade real existente para apenas mudá-lo. É tão óbvio que tem que dar errado porque você tem essas estruturas crescidas, você tem pessoas.

E é por isso que temos essa enorme lacuna entre os planejadores de cidades falando sobre estratégias de cidades inteligentes e depois os cidadãos da cidade que nem sabem o que significa cidade inteligente ou o que isso significaria. Ou então você tem essas iniciativas, por exemplo, ter uma máquina de bilhetagem inteligente para o transporte público. Essa cidade inteligente é ou é apenas uma forma de digitalização? Eu realmente quero questionar esse rótulo, esse rótulo de cidade inteligente, por que quem se beneficia disso? Quem quer vender algo para nós?

Eu realmente acho que você tem que criticar esse tropo de otimização que vem com essa narrativa de cidade inteligente, a ideia de otimizar as coisas. Por que o que significa otimização afinal? Essa é a primeira coisa. E isso significa ir mais rápido de A para B e depois quem é priorizado? Se você se fala por exemplo de transporte mais rápido. Qual é o objetivo? Qual é o objetivo geral de tornar o transporte como bens públicos para o máximo de pessoas possível acessível? Ou é a ideia de ter um transporte público de propriedade privada de empresas privadas que só querem vender a ideia enquanto o pano de fundo é que eles só querem capturar seus dados e quando a otimização se torna algo para priorizar um determinado grupo de pessoas.

LPM: Nesse sentido existem alguns tópicos realmente interessantes sobre plataforma e a relação que ela tem com a ideia da primeira ideia de rede e como ela evoluiu ou mudou para algum tipo de enclausuramento da internet. Mas também a ideia de que de alguma forma as plataformas podem, de alguma forma, em alguns momentos, assumir a dimensão das infraestruturas e de todas as discussões que daí advêm, porque as infraestruturas às vezes são usadas por todos, precisamos de infraestruturas. Preciso de abastecimento de água, preciso de fornecimento de energia. É privado? É público? É propriedade de empresas? É coisa de dono? Quer dizer, como você vê essa evolução?

ATTENEDER: Sim, essa é uma pergunta interessante. Você quer dizer no sentido clássico de sistemas de informação geográfica que você apenas descobrir o melhor lugar para um novo supermercado ou como que você tem que marcar GPS.

LPM: No início dessa dimensão digital, com certeza. Mas agora as coisas ficam mais intensas porque, de alguma forma, essas plataformas como Uber ou Airbnb, elas têm algum tipo de monopólio. Algumas pessoas estão falando sobre monopólio, que poderia ser algo diferente

ATTENEDER: Ou talvez seja mais um oligopólio. Eles não são monopólios porque nós temos esses cinco grandes, você sabe. GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) e eles estão apenas dividindo o mercado em diferentes seções sob esta cinco grandes corporações. Então eles são como se aceitassem uns aos outros, porque cada um dessa plataforma tem seu próprio mercado enorme. Eles não

aceitam novas startups ou players ou simplesmente comprariam ou incorporariam em seus enormes ecossistemas

Tipo, Uber ou algo assim. E acho que é realmente importante perguntar quais bens devem ser de propriedade pública ou controlados publicamente. Bens básicos como água potável ou infraestruturas básicas e, naturalmente, na minha opinião, seriam naturalmente transportes públicos acessíveis e habitação, habitação a preços acessíveis. Coisas mais importantes que precisamos assim. E você sempre tem que questionar quem deve possuir ou quem deve fornecer essas coisas e o que às vezes vemos agora com essa cidade inteligente, e então voltamos a esse conceito com esse conceito de cidade inteligente que os administradores da cidade se sentem sobrecarregados e têm falta de dinheiro ou recursos e então pensam: Ok, é conveniente privatizar certos setores, digamos, o transporte público e não temos que cuidar disso.

Mas o que acontece é que depois que você privatiza o transporte público e ele entra no negócio com interesse de aumentar os lucros. Então não é mais um bem público. Não é o interesse de estar lá para o máximo de pessoas possível, mas de lucrar o máximo possível. E o que eu acho é que está conectado a essas plataformas como Uber ou Airbnb eles têm uma ideia bastante interessante por trás que é, na maioria das vezes, usar coisas que já estão lá e torná-lo fácil e acessível. Mas depois, à medida que se torna algo como um mecanismo de exploração. Em termos de condições de trabalho para as pessoas, mas também em termos de exploração das estruturas da cidade ou dos cidadãos. Basta olhar para os problemas com o Airbnb aumentando os preços para habitação e assim por diante.

LPM: Uma coisa que me interessa na minha pesquisa também é essa noção de cidadania que de alguma forma tem havido muitos estudos sobre mercantilização e relações de mercado, pois de alguma forma o cidadão tem assumido cada vez mais uma dimensão de consumidor, visto como consumidor. Mas agora alguns estudos sugerem que isso vai um pouco além. Não se trata mais de consumidor, mas de usuários, cidadão como usuário. Eu acho que é algo estranho na minha opinião, mas eu de alguma forma sinto que eu sou um usuário do Gmail.

E eu de alguma forma gostaria de ter alguns direitos sobre o meu próprio Gmail, quero dizer que os cidadãos têm direitos individuais. E todas essas dimensões de direitos de economia, mas também de agência. Mas, de alguma forma, esse tipo de pensamento do usuário pode estar restringindo a cidadania e o arbítrio cívico. O que você pensa sobre esse enclausuramento do assunto no quadro do usuário.

ATTENEDER: Unir cidadania e consumismo é extremamente problemático porque corta todos os outros.

LPM: Mas o neoliberalismo tem um pouco a ver com isso...

ATTENEDER: Sim, claro. Quer dizer, como o neoliberalismo está diretamente ligado a ele. Porque então você tem essa noção de que você só tem que se esforçar o suficiente e então você pode. Tudo. O que, claro, não é verdade. Como essa ideia empreendedora de que todo mundo pode alcançar tudo se estiver apenas se esforçando. E o que obviamente não é verdade, porque mina todas as desigualdades que temos e eu defenderia uma abordagem muito mais ampla da cidadania que não seja como uma pessoa que recebe passivamente serviços como usuário, que para mim é um termo bastante passivo, no sentido de ok, eu recebo serviços, mas eu ampliaria exponencialmente para não apenas ter direitos, mas também ter deveres como cidadão. Ser responsável também, você sabe como.

LPM: Direitos e deveres.

ATTENEDER: Ambos, direitos e deveres. Então, pode significar que é uma noção muito antiga. É, mas é muito antigo. Sim, esse é o básico. Mas acho que ainda é bom.

LPM: É uma espécie de compromisso também. Quer dizer, sim, ser cidadão tem muitos compromissos.

ATTENEDER: Sim, é o compromisso, a responsabilidade, mas não no termo neoliberal que você pode dizer que você simplesmente joga toda a responsabilidade para os indivíduos não nesse sentido. Mas

que você tenha estruturas e estruturas de funcionamento que proporcionem a cada pessoa o máximo que você tem para viver uma boa vida, se quiser.

LPM: Gostaria de fazer apenas uma pergunta em sua pesquisa, você teve alguma visão de algumas questões de usar o transporte público e se sentir usuário do sistema público ou se sentir cidadão. Quero dizer, quando as coisas dão errado, todo mundo se sente como um cidadão. Isso está errado. Eu pago os impostos, mas se a coisa correr bem, eles não querem pensar nisso.

Parece que faz parte do utilitarismo que eu estava falando que, se der certo, ok, mas eu não reclamo. Quais são os nossos insights a partir do que você está entendendo nisso?

ATTENEDER: Não sei se consigo, veja como seria construído para ter uma conexão entre a minha pesquisa e os temas que você tem. Porque eu acho que seus tópicos estão mais no nível meta, teórico muito amplo. O que na minha pesquisa mais ou menos faz é muito abaixo da perspectiva micro dos indivíduos e seus micros hábitos. Então, se você quiser, é claro que eles estão conectados, você sempre tem essas estruturas que estão conectadas aos hábitos individuais e afins. O que quero dizer é que há muitos conceitos em torno disso, mas é claro que eles estão conectados. Mas acho que não é tão fácil dizer que há essa conexão ou você pode simplesmente tirar uma conclusão disso para aquilo. Apenas uma coisa, talvez eu ache muito importante fundamentar o trabalho empírico em teorias fortes e vice-versa. Talvez seja apenas uma coisa que eu gostaria de acrescentar.

LPM: Ok, obrigado

Anexo II – Entrevista Jonas Valente – Oxford Fair Work

LPM: Neste triângulo entre mediação, tecnologias – por uma abordagem Foucaultiana da governamentalidade e do dispositivo – e o território, - quando essa relação se materializa e os efeitos na cidadania. Como você tem visto na contemporaneidade pelo estudo crítico da plataforma, que tem a ver com a economia, mas não também com as relações sociais hoje, em que existe uma nova forma de se organizar a sociedade, que se chama plataforma, e como isso tem alterado algumas dinâmicas no Âmbito da cidadania, da territorialização e da mediação.

VALENTE: Eu acho que a primeira coisa é a gente alinhar o que a gente está falando, quando nos referimos a plataforma. O termo plataforma em si já é bastante discutido na literatura, então você vai ter desde as abordagens da ciência da informática que olha a plataforma como a base em cima da qual você produz coisas, por exemplo, um sistema operacional é uma plataforma na qual crio aplicativos, programas e tal.

As adjetivações são várias: plataformas tecnológicas, plataformas online, plataformas de intercomunicação. Então essa é uma discussão bastante importante. Eu prefiro usar o termo plataforma digital por entender que, primeiro, essa plataforma, o que a caracteriza é que ela conecta dois ou mais pontos. Que pontos? Indivíduos, organizações etc. Então, quando eu estou falando no Facebook, ele conecta duas pessoas que estão conversando pelo Facebook, conecta o anunciante, que está botando alguma coisa ali.

O Google, mecanismo de busca, conecta o sujeito que vai querer a informação com o produtor do site. A loja do Google de aplicativos vai conectar o usuário com quem desenvolveu um aplicativo. Então essa é a diferença da plataforma. Isso é novo? Não. A própria imprensa gera uma plataforma no momento em que um jornal colocava em contato anunciantes e leitores. Uma emissora também fazia isso.

Uma agência imobiliária, também é uma plataforma. Um cartão de crédito, enfim, a gente tem “n” exemplos de plataforma. Qual que é a diferença? Agora a gente tem plataformas que estão no ambiente digitalizado, então, baseadas nas tecnologias da informação e da comunicação e essa capacidade de colocar em contato diferentes indivíduos, organizações, ela tem um efeito centrípeto na internet, porque a internet, supostamente, em um discurso mais otimista, é um espaço distribuído, da fragmentação.

LPM: Uma rede...

VALENTE: Mas a gente sabe que, desde o início da internet, grandes provedores de serviço, os portais, provedores de serviços de e-mail, esses grandes provedores de serviços sempre tiveram um protagonismo. E essas plataformas passaram a ofertar serviços variados na internet como? mecanismo de busca, rede social, plataformas financeiras, também até plataforma de aposta, uma coisa que tem crescido muito recentemente. E o que a gente tem visto é o crescimento da forma institucional plataforma.

Então cada vez mais atividades sociais estão sendo platformizadas. E aí, essas atividades sociais podem ser nas finanças, no trabalho, no entretenimento, na interação entre as pessoas e nos mais diferentes, campos sociais, e uma concentração e criação de grandes conglomerados que se espalham para diversas atividades.

Então a gente tem como principais exemplos, um exemplo mais antigo, que é a Microsoft, que vem de uma indústria de base da informática, da criação de sistema operacional, de software e tal, mas que se expande, que cria compra, rede social, como é o caso do LinkedIn. Ela compra e é operadora de empresas-chaves no setor de games, como é o caso do Xbox. A gente olha quando se fala de empresas que são de serviços online, vemos a Meta e o Google e a Amazon são as principais, então há, em primeiro lugar, uma platformização de diversas atividades.

Em segundo lugar, uma concentração e uma criação de grandes conglomerados, que eu vou chamar de monopólios digitais. Não monopólio no sentido clássico da economia, que é um mercado concentrado, embora também seja. Quando a gente olha só o mercado de busca, ele é totalmente concentrado pelo Google. As redes sociais, são totalmente concentradas pela Meta. Comércio eletrônico: não é totalmente, mas é razoavelmente concentrado pela Amazon em alguns países.

Agora, o que que são esses monopólios digitais? São conglomerados que partem de uma dominância em nichos específicos, como esses que eu citei, e se beneficiam de uma robusta infraestrutura tecnológica, de uma coleta ampliada de dados de efeitos de rede, que são características clássicas desses mercados multi lados, que são as plataformas. E que se espraiam para novas atividades.

Por exemplo, vamos falar de uma coisa que é pagamento. É muito mais fácil o WhatsApp que já tem 130 milhões de pessoas virar um grande operador de carteiras digitais no Brasil do que uma pessoa que está em uma universidade, no Piauí, ter uma ideia, conseguir ter uma startup, ter financiamento e tal.

A lógica é uma lógica em que essas plataformas tendem a utilizar os dados que elas coletam na base de usuários que elas já têm para expandir, espraiar para mais setores. Então você tem essa plataformização, você tem o surgimento desses atores e você tem essas plataformas, obviamente, se constituindo em atores econômicos, por um lado, de grande valorização de mercado e atores políticos

O que a gente, tem visto nos últimos anos, de todo o debate de influência de redes sociais nos processos eleitorais e tal, essas plataformas não são somente grandes agentes, é do ponto de vista econômico, embora sejam isso. Elas também estão influenciando nas eleições, os processos políticos

LPM: Ou seja, extrapolando o processo econômico.

VALENTE: Totalmente. Elas, na verdade, constituem grandes mediadores sociais, de atividades sociais. É por meio das plataformas que muitas das pessoas acessam informações, interagem e aí existe um processo que eu vou chamar.

LPM Até afetividades..

VALENTE: Principalmente afetividades, como plataformas de relacionamento, et. Vc tem “n” exemplos de como diversas dimensões subjetivas e objetivas são contempladas. Então assim temos um paradigma hoje, de uma coleta intensiva de dados e massificada; um processamento robusto, inteligente, com algoritmos, inteligência artificial; e a oferta de serviços personalizados por meio de aplicativos. As plataformas elas são a ponta de lança nesses três grandes fenômenos e é por isso que elas ocupam cada vez mais um papel social muito importante.

LPM: Nesse sentido, eu penso muito numa coisa que a Companhia das Índias. vou fazer uma pequena digressão: A companhia das Índias muitas vezes é chamada como a primeira multinacional, a primeira corporação. E é claro que o processo econômico ele se desenvolve de uma forma complexa, dialética: alguns atores ganham proeminência, outros ficam para trás e tal.

Mas esse paradigma da plataforma ele é interessante também de pensar como que ele altera uma parte da dinâmica do dia a dia. Tem uma autora chamada Mackenzie Wark nos Estados Unidos que fala do controle da informação - e aí eu ela traz a dinâmica espacial – ela diz que o espaço ele hoje é vetorializado, no sentido de que o uso do digital altera a dinâmica social e territorial.

Portanto, aqueles atores que controlam a informação têm uma certa, digamos, vantagem econômica, assim como quem controlava as máquinas na revolução industrial tinham essa vantagem. Como você vê essa territorialização das plataformas. No exemplo que você deu, existem várias tentativas como o estudante do Piauí que tentou de alguma forma fazer startup. Ele pode até conseguir. Mas a plataforma recondiciona a espacialidade?

VALENTE: Primeiro, sobre o caráter da informação, é uma pergunta muito fundamental, porque se fala muito no digital e não se fala em informação. O digital nada mais é do que um suporte da informação. É uma forma de informação.

LPM E não é que a informação seja uma novidade, sempre houve.

VALENTE: Exatamente Então quando a gente tá falando da digitalização, a gente tá falando da informacionalização de processos, atividades, transações, interações.

LPM: E o que é essa informacionalização?

VALENTE: É a codificação de processos e atividades sociais na forma de informação. E na forma de informação digitalizada. A informação não a única maneira pela qual a gente interage, mas ela é uma maneira básica pela qual a gente interage.

Interação implica a troca de informação. Então, se ela implica a troca de informação, a informação está presente desde os afetos, da organização social, dos processos políticos, inclusive da economia. Se a gente, olha para o mercado de ações e a especulação ele trabalha com a lógica baseada em informação. Então a informação é uma unidade, o elemento, e a matéria-prima das trocas humanas. E por isso ela é superimportante. Qual é a novidade agora? É que, uma vez que a informação é digitalizada, isso permite uma capacidade de codificação, coleta, armazenamento e processamento dessas atividades, e – mais importante que tudo – de centralização disso, não necessariamente sem ser contraditório.

E aí a economia política da comunicação já coloca isso há décadas, né? A informação é um bem não rival, o que não quer dizer que ela seja etérea, então você precisa de uma infraestrutura de cabo de servidor e tal, mas você tem possibilidades de cópia da informação, de compartilhamento da informação e isso, inclusive, desafia o capital.

É por isso que você tem um processo, já há muito tempo, em que os serviços informacionais, culturais, de conhecimento, de comunicação – sob o capitalismo – são serviços em que as empresas capitalistas tentam aprisionar isso numa lógica de propriedade privada. É por isso que você tem propriedade intelectual, direito autoral, patente e “n” serviços digitalizados.

E o grande desafio é esse. Ou seja, se eu tenho tanta gente conectada, que produz, reproduz, altera, como é que eu ganho dinheiro? Você ganha dinheiro com isso de “n” formas: aprisionando isso como propriedade privada; cobrando os royalties sobre isso; tachando sobre isso e – fundamentalmente – desenvolvendo uma série de serviços que são informacionais digitalizados.

LPM: Você diferencia informacionalização de informatização.

A informação ela independe do suporte. E ela independe do dispositivo técnico que vai armazenar ela. Eu posto ter informação numa pedra, uma pintura, numa pedra, continua sendo informação. A informatização significa que eu desenvolvo dispositivos tecnológicos que conseguem processar uma informação digitalizada e trocar, reproduzir e tal, que é o que a gente vive hoje, um crescimento. muito forte – e eu falo disso no livro no capítulo de paradigma tecnológico – em que os computadores, sejam eles celulares, smartphones entre outros, são o grande produto em que, pelos quais, a gente desenvolve uma série de atividades.

Então onde entra o território? Da mesma maneira pela qual a informacionalização digitalizada das atividades ocorre sobre a vida humana. O território é onde a vida humana se dá. No momento em que o passo a codificar cada vez mais coisas como informação digitalizada e grandes corporações transformam isso em serviços, esses serviços são providos para pessoas que estão nos territórios.

O que muitas dessas corporações conseguem fazer? Elas conseguem provocar desterritorializações. No momento que eu estou numa rede social – não importa se eu estou no Piauí, se eu estou em Londres ou se eu estou no Japão. Ou até importa, porque esse território, ele nunca chega a uma situação em que ele é totalmente desvinculado. Basta a gente ver que determinadas redes sociais não são permitidas em determinados países. Ou por exemplo, quando a gente olha serviços de streaming.

Então, assim, há uma desterritorialização, mas essa desterritorialização, ela é limitada e a gente não pode cair um pouco na desculpa que não tem fronteira. Tem Fronteira do ponto de vista da regulação; tem fronteira do ponto de vista da infraestrutura de conexão de dados. Então óbvio que uma conexão entre América do Norte e Europa vai ser muito mais rápida do que uma conexão entre a Patagônia e Vladivostok, na Rússia, que os cabos submarinos se permitem isso tudo isso

Então a gente tem “n” maneiras pelas quais a informação digitalizada e temos um novo processo plataformizado que influencia a sociedade. O trabalho é um exemplo. Ah, agora a gente não tem só o táxi, a gente tem as plataformas de trabalho de transporte privado. A gente tem plataformas de entrega.

A gente tem plataformas de emprego doméstico. Há dez anos atrás, era muito forte, uma ideia bastante ideológica, no sentido de uma ideologia capitalista, da economia do compartilhamento.

Então é importante a gente entender que isso faz parte dessa visão otimista sobre a internet, que é assim: a internet vai permitir uma democratização do conhecimento e ela vai permitir que a economia vire uma economia em que as pessoas compartilhem e sejam amigas. E não é o que acontece.

O que acontece é exatamente o contrário. Essas plataformas reconfiguram o espaço em alguns aspectos, dependendo do espaço, como é o caso de transporte, de serviços domésticos, de entrega. Já em outros casos, conseguindo ampliar o espaço, como nas plataformas de freelancer e microtrabalho.

LPM: No sentido dessa subjetividade neoliberal, segundo Dardot e Laval, a formação de uma ideia de um sujeito neoliberal perpassa primeiro uma ideia de um empreendedor, ou seja, um sujeito que tem uma relação é com uma territorialidade, com uma relação de poder em que ele é um agente, mas também ele é responsabilizado por tudo que ele faz, inclusive os riscos e os problemas.

Mas é o que me interessa nesse aspecto, voltando ao Foucault, é que isso produz uma subjetivação onde a informação é importante. Exemplo: se eu pegar meu dinheiro, investir numa ação, e se eu perder, essa responsabilidade é minha. Diferentemente de antigamente, que você era obrigado a doar uma parte do seu dinheiro a uma caixa social, seja um INSS, seja um outro fundo coletivo em que você dividia a riqueza.

Ao mesmo tempo, esse sujeito que é um empreendedor, ele é atravessado de vários discursos e de certas restrições objetivas. Como é que você vê essa ideia da plataforma na captura dessa subjetividade?

Porque eu posso abrir uma loja na Amazon, ou no Mercado Livre. Existe nisso uma espécie de captura não só da lógica técnica da rede da internet, mas da lógica do sujeito empreendedor, e isso me interessa do ponto de vista de que isso afeta a cidadania.

Hoje dizer para um sujeito que é um motorista de Uber que ele tem direitos e que ele pode trabalhar só 8 horas, ele pode até virar contra mim e dizer não: “mas eu quero trabalhar dez. E eu não quero pagar dinheiro para o estado que rouba meu dinheiro”

Ou seja, existe um discurso do empreendedor que tem de uma certa forma dialogado com essa lógica da plataforma como um mero facilitador. Como é que você vê essa questão?

VALENTE: O referencial do qual é o parto é que a gente precisa compreender as relações dos processos sociais com a totalidade e as relações dialéticas que os processos sociais têm com a totalidade. Então, a gente precisa olhar as atividades econômicas e sociais na relação que elas têm com o sistema no qual a gente está inserido, o sistema capitalista.

Que é um sistema calcado na exploração da força de trabalho, da valorização do valor, da transformação das coisas e mercadorias. E um sistema calcado em ciclos que incluem ciclos de crise, ciclos de ascensão, ciclos de declínio. De onde vem essa subjetividade neoliberal? Primeiro, ela vem de uma primeira grande crise do capitalismo, daquilo que se chamou de Estado de Bem-Estar Social, de Era de Ouro, do Pós Guerra. Que inclusive é bastante ideológico, Porque quando a gente olha para esse Pós Guerra, é uma era de ouro na América do Norte e na Europa, às custas de uma superexploração na América Latina, de colônias na África e em parte da Ásia, e uma parte gigantesca do mundo soviética, e muitas vezes é simplesmente apagada da história.

Então mesmo essa época de ouro precisa ser bastante ponderada. Mas mesmo que a gente pondere sobre época de ouro, o que é inegável é: a partir dos anos 80 existe uma crise no centro e na periferia do capitalismo. Essa crise se desenvolve e a reação a essa crise é o neoliberalismo. E o neoliberalismo, você sabe melhor que eu, tem uma série de estratégias: De redução do custo da força de trabalho; de mercantilização de novos segmentos; mercantilização da educação, da saúde, et cetera, et cetera.

Para que você faça todas essas mudanças – que nada mais são do que mudanças para que a classe capitalista volte a recuperar suas margens de lucro, as suas possibilidades de dominação – você precisa construir novas subjetividades sobre o sujeito. Essas novas subjetividades sobre os sujeitos precisam destruir ideias que estavam associadas com a condição de direito, de justiça social, de distribuição de renda, e é isso que o neoliberalismo faz.

O que eu acho que as plataformas permitem? Elas permitem superar, ainda que de maneira limitada, outras restrições que existiam tanto do ponto de vista da organização da atividade econômica, da limitação física. Exemplo: eu vou fazer um mercado de pessoas que vão colocar coisas que elas vendem

nesse lugar. Eu posso fazer um mercado desse numa praça, numa rua, mas eu não vou ter, fisicamente, um marketplace como um Facebook, que atinge três bilhões de pessoas

Então as plataformas elevam isso para um outro patamar, permitem conexões internacionais e por um lado, quando você tem um cenário de crise, que é o cenário que vem dos anos 1980, eleva um pouco entre as potências capitalistas dos países emergentes, tem uma nova crise em 2007 e 2008 você vai ter um grande contingente de pessoas nos anos 2010 pauperizados atingidos pela crise, e essas pessoas vão buscar outras alternativas de renda.

Sejam elas virar um vendedor da Magazine Luiza e isso é uma plataforma, que você pode fazer hoje, você vira um vendedor para os compradores da sua família, dos seus amigos

LPM: Como se fosse uma Avon ou uma Natura

VALENTE: Só que pode fazer isso no Brasil inteiro, em um novo patamar. Então, essas plataformas elas permitem, por um lado, uma expansão desses negócio - fragmentados por um lado e, centralmente controlados por elas próprias do outro.

Então elas potencializam essa subjetividade neoliberal. Então a classe capitalista ela atua, por um lado para atacar as formas que garantem direitos dos trabalhadores. E as plataformas pegam esse grande exército de reserva, que está ali precisando gerar receita, e criam possibilidades que elas vendem como possibilidades de autônomos.

E aí vamos lembrar uma coisa, uma nota de rodapé importante: a condição de autônomo, que é uma condição vinculada com uma ideologia liberal, ela é a norma no Sul Global, a informalidade é a norma. Sempre foi a maioria na América Latina, na África e na Ásia, então isso não é uma novidade. Mas mais uma vez: a novidade é que você tem isso elevado a um novo patamar; você tem um ataque ideológico à oferta de serviços do Estado na saúde, na educação; privatização de processos mais variados e tal. As plataformas permitem organizar diversos serviços, diversas atividades sociais em que aquela pessoa não tem chefe. O que, por um lado, inclusive, dialoga com a subjetividade dela, porque o parâmetro padronizado do capitalismo é tão perverso que essa pessoa pode falar: “eu topo trabalhar 15 horas por dia, só para não ter um chefe assediador comigo.”

Mas aí o que faz com que essa pessoa trabalhe 15 horas por dia? É porque ela gosta? Não! É porque uma parte, uma parte importante desse modelo é um modelo daquilo que o Marx chamou de salário por peça

No salário por peça eu não sou contratado por um número de horas. Eu sou contratado para fazer “n” atividades. O que as plataformas fazem? Reduzem o preço da atividade e aí a remuneração que antes eu ganhava num trabalho padronizado de 40 horas, agora eu vou ter que. 60 horas por semana.

LPM: Baseada na produtividade?

Não é na produtividade. É no número de peças que você tem que fazer. E aí você tem trabalhadores hoje – mais uma vez voltando para a questão das subjetividades – você tem que não conseguem vislumbrar uma limitação de jornada porque, na cabeça deles, a limitação de jornada significa que eles não vão conseguir fazer a mesma receita, porque eles só conseguem entender o modelo de salário por peça.

LPM: Uma questão que perpassa a pesquisa é sobre também a questão da cidadania, né? Como você tem intuído os efeitos das relações de trabalho na relação de cidadania. A questão cidadã, ela tem um aspecto primeiro, territorial até porque cidadão vem de cidade, tem uma ontologia nesse aspecto.

Mas para ir além disso, existe uma força no capitalismo de captura das lógicas produtivas, um grande capitalista é aquele que controla os fluxos produtivos. E o cidadão é aquele que deve lidar com a relação de trabalho de uma forma que aquilo seja relativamente interessante para ele.

Ninguém quer ser um servo, ninguém quer ser um escravo, mas ao mesmo tempo esse cidadão que busca a dimensão cívica. Ele precisa lidar com a dimensão tanto do trabalho como outras dimensões? Como você vê os reflexos disso não só da plataforma, mas desse processo de desregularização na formação da cidadania.

Só mais um aspecto, o cidadão primeiro é muito ligado a uma lógica da cidade, do local. mas também a lógica do país. Isso tem a ver com uma evolução das forças produtivas e de como que um país tem a

ver com uma lógica de uma cidade que se chama capital e ela, de uma certa forma, organiza as outras cidades.

Em síntese, você acha que tem uma lógica, primeiro da plataforma com a cidadania? Segundo, vivemos um momento em que é possível uma cidadania para além da nação, via informação e via plataformização?

VALENTE: Como eu disse antes, se a gente parte do princípio de que a plataformização é um processo atingindo as mais variadas esferas da vida, ela vai atingir, qualitativamente, todo mundo que está nessas atividades variadas, certo? E aí existe uma ilusão na internet que é uma ilusão clássica do determinismo tecnológico, de achar que as tecnologias vão gerar ganhos econômicos, sociais, políticos.

E acho que tem um debate importante na leitura de Marx, e não precisa ser marxista. Que é: quais são as relações sociais envolvidas na criação, na implementação e no uso dessas tecnologias?

Não adianta você achar que você cria uma tecnologia maravilhosa, e as relações sociais que utilizam ou que desenvolvem essa tecnologia são relações sociais de exploração, de dominação. Então o momento que a gente olha para as plataformas elas não só vão permitir como elas vão piorar o processo. Porque as plataformas significam a concentração das atividades sociais feitas no ambiente online e a subordinação dessas atividades a um pequeno grupo de conglomerados internacionalmente ou podem ser conglomerados nacionais também.

Se a gente olha para plataformas de trabalho no Brasil, né? Quantas plataformas de entrega você vai ter? O iFood está aí botando para ***** em todo mundo, então é um cenário concentrador.

Então é um cenário em que, mais uma vez, essas plataformas se espriam, se concentram para além das suas atividades originais; adquirem poder econômico e adquirem poder político.

Quais são as consequências disso para a cidadania? Concentração é um problema grave, porque isso gera poder social. Isso gera poder sobre o Estado e a gente tem visto isso. Um exemplo concreto é o PL 2630, que está sendo debatido no Brasil. O Congresso não aprovou PL 2630 por conta do lobby das plataformas.

No momento que elas geram poder econômico e poder social, elas influenciam o poder político e influenciam o poder da sociedade sobre elas próprias. Essas plataformas são responsáveis por desinformação, violência política, discurso de ódio.

LPM: E uma postura de que não tenho nada com isso

Óbvio que elas vão dizer que não tem a ver com isso. Mas a diferença que a gente vive em 2023 e que os exemplos de que a responsabilidade delas já são notórios e gigantescos. Então a gente sabe que, por exemplo, nas eleições de 2018 teve um processo, em que o disparo em massa de mensagens do WhatsApp teve um papel; teve uma difusão absurda de desinformação das eleições no Brasil.

E isso não é só no Brasil. É no mundo inteiro, nos Estados Unidos etc. Então a gente tem um processo em que as plataformas influenciam na cidadania do ponto de vista das relações de trabalho, com a criação de uma precarização absurda, e isso tem sido identificado pelos mais variados estudos.

É por investigações de autoridades pela OIT entre outras, a gente vê as plataformas influenciando do ponto de vista da competição na economia, influenciando do ponto de vista nas finanças, até no processo de troca e comercialização de ações você tem plataformas fazendo isso que acabam é driblando regulações e gerando uma série de problemas. Até do ponto de vista cognitivo tem estudos que mostram como as pessoas estão perdendo a memória por conta dos mecanismos de busca.

LPM: Inclusive, especialmente o Google Maps é um mecanismo que te permite de tal forma ser tão utilitarista com o espaço que o mínimo de relação espacial de totalidade é abstraído em função de uma mera noção de “onde estou, para onde vou”

VALENTE: Então a gente pode olhar esses efeitos das plataformas na relação dos seres humanos. A questão da cidadania é um processo complexo de mapear. Eu fiz isso na minha tese, não falando de cidadania, mas falando em impacto no direito, que está relacionado. O impacto na organização econômica, o impacto no debate público, nos processos eleitorais, na cognição, nos afetos, entre outros. Então você tem todo um debate sobre como os aplicativos de relacionamento acabam tornando a forma de interação das pessoas mais supérfluas, et cetera e tal. Mas eu diria que há inclusive, um impacto de

desestruturação do momento atual da democracia burguesa no mundo, né? Então, tem um processo de ser discutido, alguns autores chamam isso de “desordem informacional”. Eu não gosto desse, mas certamente existe. Uma combinação entre, de um lado, as plataformas organizadas para potencializar um discurso extremo de mentira, de violência, de ódio. E de outro lado, forças políticas que se utilizam disso, em geral, mas não somente, de forças de extrema direita num cenário de crise

Então assim, por que que a Extrema direita cresce? Óbvio que não dá pra gente falar nisso em dois minutos, mas eu diria que a Extrema direita cresce porque a direita tradicional neoliberal não consegue assegurar o que assegurava anteriormente.

E aí você tem a extrema direita explorando medos, ódios da população na Europa contra os migrantes. No Brasil e na América Latina é uma construção contra os “comunistas” ou “contra o sistema”, uma coisa meio antissistêmica maluca, como se o sistema fosse à esquerda, mas que na verdade não tem nada a ver com a esquerda.

Elas conseguem repaginar as críticas diferentes ao sistema, partindo do senso comum, o que, em geral é uma desestruturação que mantém a opressão de classe, a opressão de raça, opressão de gênero, né? Nunca é uma desestruturação que questiona o machismo, o racismo, a opressão de classe. Ela mantém ela parte disso, ela é conservadora, mas ela desestrutura as instituições constituídas da democracia burguesa.

Esse é um debate enorme na literatura, tem gente que vai falar que não são as plataformas que fazem isso. Mas eu entendo que é uma combinação. A extrema direita identificou nas plataformas um terreno fértil para conseguir chegar a muito mais gente. E isso tem impactos gigantescos sobre a cidadania nos mais variados aspectos

LPM: Se a gente pensar a cidadania ou uma relação entre território e poder que a origem clássica de cidadania, mas também uma relação de divisão do trabalho de uma certa você concede pra viver em coletividade. Ou seja, abre mão de certos aspectos da sua individualidade pra viver em coletividade, sempre com essa tensão na cidadania.

Benedict Anderson, vai falar de comunidades imaginárias, ou seja, como que a literatura, como que o jornal vai ajudar a formar a ideia de uma língua nacional e uma ideia de nação.

Pelo que você percebe, a plataforma não estabelece uma forma de consumo diferente? Eu no Brasil compro um treco nessas plataformas chinesas. Isso não traz uma nova dimensão de crise do que que seria uma nação, porque a nação é aquela que te taxa.

Tem também uma dimensão cidadã que é a do voto da eleição? É um sentimento utilitarista. Porque assim a cidadania não é só direito, né? A cidadania é de certa forma, deveres, também, compromissos. Porque esse utilitarismo atual me assusta. O panóptico foi idealizado por uma pessoa como Bentham, chamado de utilitarista, ou seja, como fazer de uma forma que tudo seja mais fácil. Se tem alguma coisa que as plataformas oferecem, é facilidade. É muito bom você usar um e-mail que você não tem que pagar. Você tem certeza de que o servidor vai sempre funcionar, nunca dá problema.

Tem uma questão de utilitarismo e na dimensão da cidadania. Independente da tecnologia quando você começa a lidar com a lógica da mercadoria você quer aquilo que funcione da melhor forma possível. Já o cidadão, em tese, ele teria deveres.

Como é que você vê essa questão porque existe uma dinâmica utilitarista no neoliberalismo e do usufruto da sua individualidade. E nunca traz essa dimensão não prazerosa e trabalhosa da cidadania.

VALENTE: Eu acho que o utilitarismo é uma questão que sempre esteve presente com as tecnologias. Se essa tecnologia facilita, eu vou inclusive adquirir essa tecnologia. Mas não só. Eu dialogo com a teoria crítica da tecnologia que questiona uma compreensão de que a tecnologia é sempre útil. A tecnologia não necessariamente é sempre útil. O Tamagochi não tinha nenhuma função.

O desejo o gosto e a demanda também são construídos. E também para a tecnologia. Eu chamo isso de propriedades funcionais e propriedades contextuais. Então, uma propriedade funcional é: eu preciso cortar um bife. Vou precisar de uma faca? Vou precisar que vai cortar aquele bife. Então, do ponto de vista material, não deixe de existir na tecnologia uma funcionalidade. Isso não significa que todas essas tecnologias são funcionalidade.

LPM: Você está falando do Feenberg?

VALENTE: Isso. No capitalismo, a primazia não é da força produtiva, é da relação social de produção. Se a relação social de produção é uma relação que me joga para o consumo, ela pode me jogar para o consumo, inclusive daquilo que eu não necessito. Panela de arroz? Eu preciso de uma. Panela específica para fazer arroz?

Então primeiro, existe a questão da funcionalidade, mas essa questão também é construída. Agora, é fato que tecnologias no capitalismo em geral e que as corporações por trás dessas tecnologias tentam colocar é: você vai ganhar alguma coisa, você vai ter uma funcionalidade e por isso adquira essa tecnologia.

Onde que as plataformas têm um outro patamar? Muitas plataformas – não em todas vamos lembrar, nem em toda a plataforma tem o mesmo modelo de negócio – mas nas plataformas com modelo de negócio de serviços gratuitos o cidadão vira e fala: “eu preciso achar uma informação, vou em um mecânico de busca. Eu preciso falar com um amigo meu, vou num aplicativo de mensagem?

Só que alguém paga por isso. Sempre tem um custo. E esse custo envolve diferentes negócios. Envolve os dados que estão sendo coletados; a forma como esses dados se transforma em outros serviços.

Então a questão do utilitarismo, novos contornos e nuances com as plataformas pela oferta de serviços gratuitos. O que não é novidade, vamos lembrar da televisão e o rádio. São serviços gratuitos, em muitos países na Europa não, mas desde os anos 1920,

Mas a gente pode falar que tem diferença em relação a maneira como essa funcionalidade é colocada. Uma questão derivada diz que amaneira pela qual as plataformas promovem novos regimes de informação, em que há uma naturalização de que, para ter acesso a um serviço, eu tenho que entregar a minha vida.

E isso é um absurdo total completo. É como se tivesse um monte de gente me seguindo o tempo inteiro dentro da minha casa, dentro do banheiro comigo. Só como essas pessoas não estão lá, como a captura acontece de uma maneira muito mais sutil, isso vai ser normalizado. Um exemplo, no Brasil é que para você entrar num prédio, você precisa dar a sua informação biométrica. Feito numa sociedade minimamente razoável, isso não seria aceito.

Então essas plataformas, elas têm desenvolvido obviamente, se ancorando nas demandas da sociedade. Mas elas vão muito além disso, até porque muitos serviços que elas proveem são serviços novos que a sociedade não necessariamente precisava. E isso vira uma espiral. Elas coletam novos dados, identificam demandas, criam novos serviços, e aí coletam mais dados com esses serviços e isso vai gerando uma concentração, uma centralização cada vez maior.

Onde que a gente, vai chegar com isso? Não sei. E aí, toda a corrida da inteligência artificial é um debate nesse sentido. O que a inteligência artificial vai fazer: O ChatGPT, ou Bard do Google e tal, é sempre calcado na fala: “ah, mas é muito funcional para mim”. Sim, é muito funcional, mas no momento que todo mundo usa isso, que todas as pessoas estão alimentando esses sistemas e essas tecnologias com as suas informações, os seus feedbacks e tal. Isso cria uma capacidade de processamento absurda, o que cria assimetrias em relação às pessoas. Então a gente tem cada vez mais tecnologias mais sofisticadas e diferentes, em que o cidadão e o usuário são colocados numa posição inferior.